

Termo de Referência

DEMANDANTE:	Secretaria de Estado da Saúde
-------------	-------------------------------

LOCAL PARA ENTREGA DOS MATERIAIS:

A lista dos locais de entrega está disposta no Anexo I
--

1. OBJETO:

Os itens estão descritos na Requisição de Compra 033/2020, anexa a este Termo de Referência.

2. FUNDAMENTAÇÃO SIMPLIFICADA DA CONTRATAÇÃO:

O serviço de saúde deve garantir que as políticas e as boas práticas internas minimizem a exposição a patógenos respiratórios, incluindo o SARS-CoV-2. Conforme as informações atualmente disponíveis, a via de transmissão pessoa a pessoa do SARS-CoV-2 ocorre por meio de gotículas respiratórias (expelidas durante a fala, tosse ou espirro) e também pelo contato direto com pessoas infectadas ou indireto por meio das mãos, objetos ou superfícies contaminadas. Além disso, tem-se estudado a possibilidade de transmissão do vírus por meio de aerossóis (partículas menores e mais leves que as gotículas), gerados durante alguns procedimentos específicos. Desta forma, as medidas de prevenção e controle devem ser implementadas em todos os locais de trabalho e, em especial, nas unidades de saúde que atendem diretamente pacientes contaminados.

Neste sentido se faz necessária a aquisição de EPIs e demais insumos para enfrentamento da transmissão comunitária do vírus, e respeito às orientações de prevenção em conformidade com o disposto pela Secretaria de Estado da Saúde de SC no site <https://www.coronavirus.sc.gov.br/>.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 3.1 O compromisso será firmado por meio de Ata de Registro de Preço;
- 3.2 O prazo de entrega será de 10 dias a partir do recebimento da Autorização de Fornecimento;
- 3.3 O recebimento do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

4 CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

4.1 O pagamento será realizado 30 dias após a entrega do material.

4.2 O fornecedor ou prestador de serviços ao Estado que optar por receber seu pagamento em outras instituições que não o Banco do Brasil, ficará responsável pelo custo da tarifa bancária referente à respectiva transferência de valores entre Bancos, uma vez que os pagamentos efetuados pelo Estado são efetuados prioritariamente pelo Banco do Brasil.

4.3 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

(assinado digitalmente)

Karen Sabrina Bayestorff Duarte

Presidente da Comissão Especial de Licitação
para Planejamento de Compras Destinadas
ao Enfrentamento da COVID 19

Nº	ÓRGÃOS	ENDEREÇOS PARA ENTREGA
1	CBMSC-FUNDO DE MELHORIA DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE SANTA CATARINA	Rua São José Operário, 193, BR 101-201-Areias-São José/SC
2	IPREV - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DE SANTA CATARINA	Rua Visconde de Ouro Preto, 291 - Centro - Florianópolis/SC
3	SAR - SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, PESCA E DESENVOLVIMENTO RURAL	Rodovia Admar Gonzaga, 1486 - Itacorubi - Florianópolis/SC
4	SDS - SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL	Rua José Cosme Pamplona, 1447 - Bela Vista - Palhoça/SC
5	IMA – INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE	Rua Artista Bittencourt, 30, - Centro - Florianópolis/SC
6	SANTUR - AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO DE SANTA CATARINA	Rua Eduardo Gonçalves D´avila, 303, Itacorubi, Florianópolis/SC
7	SES – SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE	Rua Judite Melo dos Santos, 258, galpão 06, bairro Nova São José -Área Industrial, São José/SC
8	SSP - FUNDO DE MELHORIAS DA POLICIA CIVIL – FUMPC	Rua Álvaro de Medeiros Santiago, 1722 - Areias/Serraria -São José/SC
9	FCEE - FUNDAÇÃO CATARINENSE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	Rua Paulino Pedro Hermes, 2785 - N. Senhora do Rosário - São José/SC
10	SSP - FUNDO DE MELHORIAS DA POLICIA CIVIL – FUMPC	Rua Álvaro de Medeiros Santiago, 1722 - Areias/Serraria -São José/SC
11	FUNDAÇÃO ESCOLA DE GOVERNO - ENA	Rodovia Admar Gonzaga, 1188, Itacorubi, Florianópolis/SC
12	PMSC - POLICIA MILITAR DE SANTA CATARINA	Rua Heriberto Hulse, Ft 2624 Barreiros- São José/SC
13	JUCESC - JUNTA COMERCIAL DO ESTADO	Avenida Rio Branco, 387 - Centro - Florianópolis/SC
14	SIE - SECRETARIA DE ESTADO DA INFRA-ESTRUTURA E MOBILIDADE	Rua Tenente Silveira, nº 162 , 2º andar - Centro - Florianópolis/SC
15	UDESC - REITORIA	Av. Madre Benvenuta, 2037, Itacorubi, Florianópolis/SC
16	UDESC - ESAG - Centro de Ciências da Administração e Socioeconômicas	Av. Madre Benvenuta, 2037, Itacorubi, Florianópolis/SC
17	UDESC - CEART - Centro de Artes	Av. Madre Benvenuta, 2037, Itacorubi, Florianópolis/SC
18	UDESC - CEFID – Centro de Ciências da Saúde e do Esporte	Rua Pascoal Simone, 358, Coqueiros, Florianópolis/SC
19	UDESC - FAED - Centro de Ciências da Educação	Av. Madre Benvenuta, 2007 - Itacorubi – Florianópolis, SC
20	UDESC - CEAD - Centro de Educação a Distância	Av. Madre Benvenuta, 2007 - Itacorubi – Florianópolis, SC
21	UDESC - CCT - Centro de Ciências Tecnológicas	Rua Paulo Malschitzki, Zona Industrial Norte – Joinville, SC
22	UDESC - CEPLAN - Centro de Educação do Planalto Norte	Rua Luiz Fernando Hastreiter, 180, Centenário – São Bento do Sul, SC
23	UDESC – CAV - Centro de Ciências Agroveterinárias	Av Luiz de Camões, 2090, Conta Dinheiro – Lages, SC
24	UDESC - CEO – Centro de Educação Superior do Oeste (Zootecnia/ Administrativo)	Rua Beloni Trombeta Zanin, 680E, Santo Antônio – Chapecó, SC
25	UDESC - CEO – Centro de Educação Superior do Oeste (Enfermagem)	Rua Sete de Setembro, 91D, Centro – Chapecó, SC
26	UDESC - CEO – Centro de Educação Superior do Oeste - Pinhalzinho 1 (Sede)	Rod. BR-282, Km 573, Linha Santa Terezinha – Pinhalzinho, SC
27	UDESC - CEO – Centro de Educação Superior do Oeste - Pinhalzinho 2 (Usinas)	Rod. SC 160, Km 68, saída para Saudades- SC – Pinhalzinho, SC

28	UDESC - CEAVI – Centro de Educação Superior do Alto Vale do Itajaí	Rua Dr. Getúlio Vargas, 2822, Bela Vista – Ibirama, SC
29	UDESC - CESFI - Centro de Educação Superior da Foz do Itajaí	Rua Edgar Linhares, 570, Nova Esperança – Balneário Camboriú/SC
30	UDESC - CERES – Centro de Educação Superior da Região Sul	Rua Cel. Fernandes Martins, 270, Progresso, Laguna/SC
31	FCC - FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA	Avenida Gov.Irineu Bornhausen, 5.600 - Agronômica - Florianópolis/SC
32	FAPESC – FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA	Parque Tecnológico ALFA – Rodovia José Carlos Daux 600 (SC401), Km 01 – Módulo 12A – Prédio CELTA/FAPESC – 5º Andar – Bairro João Paulo Florianópolis/SC
33	IGP – INSTITUTO GERAL DE PERÍCIAS	Rua Cosme Pamplona, 1447, Bela Vista, Palhoça/SC
34	PGE - FUNJURE - FUNDO ESTUDO JURÍDICO E REAPARELHAMENTO	Rua Professor Luiz Sanches Bezerra da Trindade, 111- Centro - Florianópolis/SC
35	SAP - FUNDO PENITENCIÁRIO DO ESTADO SANTA CATARINA – FUPESC	Rua Volnei Ilmo do Nascimento, Nº 72, lote 33, quadra B-E, Jardim Eldorado - Palhoça/SC
36	SEA – Diretoria Geral	Rodovia Ademar gonzaga, 291, almoxarifado 01, Bairro Itacorubi, Florianópolis/SC
37	SEA – Plano de Saúde	Rodovia Ademar gonzaga, 291, almoxarifado 01, Bairro Itacorubi, Florianópolis/SC
38	CGE – Controladoria Geral do Estado	Rodovia Ademar gonzaga, 291, almoxarifado 01, Bairro Itacorubi, Florianópolis/SC

ANEXO II – QUANTIDADES

ITEM	IPREV 34	SAR 35	SDS 36	IMA 38	SANT UR 39	SES 40	SSP 42	FCE E 43	PCSC 45	ENA 46	CBMSC 47	PMSC 48	JUCES C 49	SIE 50	FCC 53	FAPESC 54	IGP 55	PGE 58	SAP 59
Desinfetante a base de hipoclorito de sódio com 1%	1.000			2.500		220.560	50	1.00 0	60.000	600	3.000		200	3.300	1.140		9.720	1.50 0	1.500
Luva de procedimento, desc.isenta de latex nao esteril tam.p						2.376.81 6									6.715		60.000	1.00 0	125.00 0
Luva de procedimento,desc.isenta de latex nao esteril tam.m				300		2.305.11 6								50	15.715		150.00 0	1.00 0	250.00 0
Luva de procedimento, desc.isenta de latex nao esteril tam.g				300		1.085.70 0			80.000					50	8.415		80.360	1.00 0	50.000
Luva de procedimento descartavel, s/ talco, tam. pequeno (p)						9.499.80 0		300		300		1.000			700		200.00 0		
Luva de procedimento descartavel, s/ talco, tam. médio (m)						6.504.84 0		200	120.00 0	300	383.670	2.000			815	100	250.00 0		
Luva de procedimento descartavel, s/ talco, tam. grande (g)	1.000					2.216.58 0		100	300.00 0	300	329.130	2.000	10		1.215	100	100.00 0		500.00 0
Gorro c/ elastico, descartavel						1.213.20 0			40.000		30.000	1.000			300		11.800		16.286
Mascara facial, especifica p/ m. tuberculosis				500		356.496		5.00 0			50.000			50	6.700		10.000		5.000
Mascara facial sem viseira c/no minimo três camadas,elastico	1.000					2.107.56 0			800.00 0		210.000				3.454	200	50.000	1.00 0	2.000. 000
Oculos protetor, em polietileno c/ lentes em policarbono(dt)						9.204		50	40.000		1.584	5.000			220		550		100
Mascara facial sem viseira com no minimo tres camadas,tiras					1.000	442.596				1.00 0					24.000				
Mascara cirurgica descartavel												120.00 0							
Avental cirurgico descartavel gramatura 40 a 60g/m2.						1.491.00 0		5.00 0			30.000				120				
Avental descartavel gramatura 50 gr/cm2						467.640						3.000			450				36.000
Alcool para uso geral Alcool a 70% p/desinf.de materiais, frasco 1000ml	1.000		1.25 0					3.00 0	75.000	1.00 0	1.040	20.000	100	5.675	1.646	20	11.580	150	11.000
Alcool para uso geral 70%, cosmético, embalagem 5 litros	250	50									2.500	20			931	4		200	4.000
Alcool para uso geral Em gel, 70%,saneante, embalagem 5 litros			900	4.000	50	48.492		500			5.200			1.825	778		2.760	750	2.250
Alcool para uso geral 70%, cosmético,embalagem descart.400 a 500 ml, valvula pump	500	100	300	1.200	300	48.780		2.00 0	70.000	1.50 0	500	20.000	300		1.587		3.600	250	36.000
Termômetro infravermelho c/ mira laser, calibração rbc	5		30	30	5	60	4	20	600	5	100	300			109	2	66	20	200
Dispenser com reservatório para alcool gel	100	20	100		100		30	200	3.000		100				185		500	300	1.875

ITEM	UDESC REITOR IA	UDES C ESAG	UDES C CEAR T	UDES C CEFID	UDES C FAED	UDES C CEAD	UDES C CCT	UDESC CPLAN	UDESC CAV	UDESC - CEO (Zootecnia/ Adm)	UDESC - CEO Enfermagem	UDESC CEAVI	UDESC CESFI	UDESC CERES
Desinfetante a base de hipoclorito de sódio com 1%	860	500	100	500	500	100	900	300	1400	500		150	50	160
Luva de procedimento, desc.isenta de latex nao esteril tam.p	2500											1000		
Luva de procedimento,desc.isenta de latex nao esteril tam.m	5000											1000		
Luva de procedimento, desc.isenta de latex nao esteril tam.g	2500											1000		
Luva de procedimento descartavel, s/ talco, tam. pequeno (p)	2000		1000	1900	500	300	3000	2000	7000	3000	10000		200	1000
Luva de procedimento descartavel, s/ talco, tam. médio (m)	2000		1000	24500	1000	1000	3000	2000	16000	3000	10000		1000	1000
Luva de procedimento descartavel, s/ talco, tam. grande (g)	2000	1000	1000	5000	500	500	3000	1000	4000	3000			1000	1000
Gorro c/ elastico, descartavel	100	464		13150			308	308	578	308	400	308	462	462
Mascara facial, especifica p/ m. tuberculosis	20			60					200		300			
Mascara facial sem viseira c/no minimo três camadas,elastico	3500	600	600	600	600	600	600	600	2600	600	6000	600	600	600
Oculos protetor, em polietileno c/ lentes em policarbono(dt)	124	20	80	336	20	5	100	20	100	20		120	50	6
Mascara facial sem viseira com no minimo tres camadas,tiras								220	26000					
Mascara cirurgica descartavel														
Avental cirurgico descartavel gramatura 40 a 60g/m2.	522	80	80	13250	50	20	1500	500	15700	400	400	800	20	250
Avental descartavel gramatura 50 gr/cm2														
Alcool para uso geral Alcool a 70% p/desinf.de materiais, frasco 1000ml	1005	1000	120	400	1000	200	600	100	700	250		1000	100	200
Alcool para uso geral 70%, cosmético, embalagem 5 litros	101		60	200	100	5	100	150	334	45		300	5	300
Alcool para uso geral Em gel, 70%,saneante, embalagem 5 litros	5	100	100	500	100		500	100			100		20	200
Alcool para uso geral 70%, cosmético,embalagem descart.400 a 500 ml, valvula pump	312	70	70	200	100	50	600	150	900	200		60	38	50
Termômetro infravermelho c/ mira laser, calibração rbc	6	4	4	4	13	2	10	6	1013	7	30	15	4	4
Dispenser com reservatório para alcool gel	40	70	30	200	50	10	100	50	62	20		56	20	50



Código para verificação: **ZJ9VS216**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE em 26/05/2020 às 12:49:16

Emitido por: "SGP-e", emitido em 13/07/2018 - 14:14:15 e válido até 13/07/2118 - 14:14:15.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U0VBXzcwMDBfMDAwMDQ3NzZfNDgzOV8yMDIwX1pKOVZTMjE2> ou o site

<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SEA 00004776/2020** e o código **ZJ9VS216** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÕES E CONTRATAÇÕES
DESTINADAS AO ENFRENTAMENTO DA COVID19**

Portaria n. 163/2020

Site: www.portaldecompras.sc.gov.br

Email: cotacoescovid@sea.sc.gov.br

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0066/2020
PROCESSO SEA 4776/2020**

A SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO – SEA com sede na Rodovia SC 401, km 5, 4.600, bloco 2, Saco Grande II, Florianópolis/SC, inscrita no CNPJ sob nº 82.951.351/0001-42, por intermédio da Comissão Especial de Licitação para Aquisições e Contratações destinadas ao enfrentamento da Covid19, torna público que realizará licitação na modalidade pregão eletrônico do tipo MENOR PREÇO, para selecionar proposta, objetivando o **REGISTRO DE PREÇOS**, utilizando recursos de tecnologia da informação – INTERNET, nos termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Estadual nº 12.337, de 05 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Decreto Estadual nº 2.617, de 16 de setembro de 2009, alterações posteriores, Lei Federal nº 13.979, Instrução Normativa n. 006/SEA/2020 e demais normas legais federais e estaduais vigentes.

OBJETO: Aquisição de EPI'S para enfrentamento do Coronavírus para os órgãos do Estado de Santa Catarina, conforme especificações constantes do **Anexo I**.

OBSERVAÇÃO:

Para participar do Pregão Eletrônico é obrigatório providenciar a chave de identificação e senha de acesso por meio do registro no Cadastro Central de Fornecedores (CCF), obtido na página eletrônica do Portal de Compras do Governo do Estado de Santa Catarina, endereço <http://portaldecompras.sc.gov.br>, link “Fornecedores”.

Entrega das Propostas:	<u>Início:</u> A partir das 17h30min do dia 22/07/2020 <u>Término:</u> 13h15min do dia 28/07/2020
Abertura das Propostas:	A partir das 13h15min do dia 28/07/2020
Início da Disputa:	A partir das 13h30min do dia 28/07/2020

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS: (PE nº 0066/2020)

site: <http://www.portaldecompras.sc.gov.br/>

REFERÊNCIA DE TEMPO: Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília – DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico.

REGÃO ELETRÔNICO nº 0066/2020

A SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO – SEA, na condição de órgão gerenciador, torna público que realizará licitação na modalidade Pregão Eletrônico, para selecionar proposta, objetivando o **REGISTRO DE PREÇOS**, para o fornecimento de **EPI's para enfrentamento do CORONAVÍRUS**, utilizando recursos de tecnologia da informação – INTERNET, nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Estadual nº 12.337, de 05 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Decreto Estadual nº 2.617, de 16 de setembro de 2009, alterações posteriores, Lei Federal nº 13.979, Instrução Normativa n. 006/SEA/2020 e demais normas legais federais e estaduais vigentes.

1 – DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 – O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança – criptografia e autenticação – em todas as suas fases.

1.2 – Os trabalhos serão conduzidos pela Secretaria de Estado da Administração/Comissão Especial de Licitação para Aquisições e Contratações destinadas ao enfrentamento da Covid19, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo “Licitações” constante na página eletrônica do Portal de Compras do Estado de Santa Catarina, no endereço www.portaldecompras.sc.gov.br.

1.3 – Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a sessão pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília – DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico.

Os documentos relacionados a seguir fazem parte integrante desta licitação:

Anexo I – Quadro de Quantitativo(s) e Especificação(ões) Mínima(s) do(s) Item(ns) e condições de Fornecimento;

Anexo I-A - Quadro de distribuição e endereços de entrega;

Anexo II – Modelo de Proposta de Preços – “on-line”;

Anexo III – Identificação dos Envelopes, das Amostras e Prospectos;

Anexo IV – Minuta da Ata de Registro de Preços.

2 – DA LICITAÇÃO

2.1 – Do Objeto

2.1.1 – A presente licitação destina-se a selecionar proposta(s) objetivando o **REGISTRO DE PREÇOS** para futura e eventual aquisição de **EPI's para enfrentamento do CORONAVÍRUS** para os órgãos do Estado de Santa Catarina, conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidas no **Anexo I** e nas condições previstas neste edital.

2.1.1.1 – As quantidades licitadas e informadas no Anexo I são estimativas, podendo a contratante requisitar quantidades maiores ou menores conforme a efetiva necessidade, respeitando-se os limites estabelecidos pela legislação.

2.2 – Do Convênio ICMS nº 26/03

2.2.1 – De acordo com o Convênio ICMS nº 26/03, aprovado pelo CONFAZ - Conselho Nacional de Política Fazendária, o benefício da isenção do ICMS às empresas catarinenses está condicionado ao desconto no preço ao valor equivalente ao imposto dispensado e a indicação do valor do desconto no respectivo documento fiscal de venda ou prestação de serviços; e à comprovação de inexistência de similar produzido no país, na hipótese de qualquer operação com mercadorias importadas do exterior, conforme previsto no parágrafo 1º da Cláusula Primeira do Convênio CONFAZ nº 26/2003, ficando ressalvadas as hipóteses em que a isenção mencionada não se aplica, nos termos previstos no Decreto Estadual nº 255, de 21/05/2003.

2.2.2 - Nos termos do Convênio ICMS 26/03, por se tratar de operação interna relativa à aquisição de bens, as licitantes beneficiadas com a respectiva isenção fiscal devem apresentar as suas propostas de preços já com o valor líquido, ou seja, sem a carga tributária do ICMS.

2 de 24

2.2.3 - Nos casos em que for aplicável a isenção do ICMS, o licitante deverá, obrigatoriamente, informar a respectiva alíquota via comunicação "CHAT", caso seja o primeiro colocado, depois de encerrada a disputa de lances.

2.2.4 - A isenção supracitada não se aplica a licitante vencedora, quando:

a) saída promovida por contribuinte enquadrado no simples nacional;

b) saída de bens ou mercadorias sujeitas ao regime de substituição tributária;

2.2.5 – Eventuais dúvidas quanto ao benefício citado podem ser dirimidas junto a qualquer das Gerências Regionais da Fazenda Estadual – GERG, da Diretoria de Administração Tributária – DIAT, da Secretaria de Estado da Fazenda ou, ainda, no site www.sef.sc.gov.br.

2.3 – Da Execução da Licitação

O processamento da licitação pela Secretaria de Estado da Administração/Comissão Especial de Licitação para Aquisições e Contratações destinadas ao enfrentamento da Covid19, será na qualidade de Interveniente Promotora/Órgão Gerenciador, destinando-se o objeto licitado a atender as necessidades dos órgãos do Estado de Santa Catarina.

2.3.1 – Nos termos do parágrafo único, do art. 85, do Decreto Estadual nº 2.617, de 16 de setembro de 2009, o gerenciamento da Ata de Registro de Preços caberá aos órgãos participantes.

3 – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1 – Poderão participar desta licitação as empresas interessadas que atenderem às exigências estabelecidas neste Edital.

3.2 – Não será admitida a participação de:

3.2.1 – Empresas em consórcio;

3.2.2 – Empresas em recuperação judicial ou extrajudicial, ou cuja falência tenha sido declarada, que se encontram sob concurso de credores ou em dissolução ou em liquidação;

3.2.3 – Empresas punidas com suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração usuária do Cadastro Geral de Fornecedoros do Estado de Santa Catarina – SEA, durante o prazo estabelecido para a penalidade;

3.2.4 – Empresas que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública;

3.2.5 – Empresas cujos diretores, gerentes, sócios e empregados sejam servidores ou dirigentes do órgão/entidade licitante, bem como membro efetivo ou substituto da Comissão de Licitação.

3.3 – A participação na licitação implica automaticamente na aceitação integral e irretratável dos termos e conteúdos deste edital e seus anexos, a observância dos preceitos legais e regulamentos em vigor; e a responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação;

3.4 – A interessada em participar desta licitação deverá cadastrar, informar e manter endereço eletrônico (e-mail) para fins de comunicação com a Secretaria de Estado da Administração até a finalização do procedimento licitatório e, ou, eventual contrato, ordem de fornecimento ou ata de registro de preços;

3.4.1 – Será considerado e-mail cadastrado o informado no sistema, E-lic;

3.5 – O e-mail servirá para comunicados e notificações relacionados ao procedimento licitatório devendo-se considerar como data de recebimento a data de envio da comunicação pela Secretaria de Estado da Administração.

4 – DAS ATRIBUIÇÕES DO PREGOEIRO

São atribuições do Pregoeiro:

4.1 – A verificação se as licitantes atendem as exigências do edital;

4.2 – A abertura e exame das propostas iniciais de preços apresentadas por meio eletrônico;

- 4.3** – O acompanhamento e intervenção, quando necessário, dos procedimentos relativos aos lances;
- 4.4** – A análise da documentação para fins de julgamento de habilitação em sessão, da licitante que apresentou o menor preço;
- 4.5** – Geração da ata da sessão;
- 4.6** – Indicação para registro de preço da proposta da licitante que atendeu aos requisitos de habilitação;
- 4.7** – O recebimento das propostas eletrônicas de preços;
- 4.8** – O recebimento, análise e encaminhamento dos recursos à autoridade superior para deliberação;
- 4.9** – O encaminhamento do processo devidamente instruído à autoridade superior para homologação e contratação.

5 – DO CREDENCIAMENTO PARA PARTICIPAR DO CERTAME

5.1 – Para participar do Pregão Eletrônico os interessados deverão estar previamente cadastrados junto ao sistema de Cadastro Central de Fornecedores do Estado de Santa Catarina e qualificadas para fornecimento do objeto referente ao grupo-classe indicado no **Anexo I**;

5.1.1 – O procedimento para inscrição no cadastro de fornecedores encontra-se disponível no site da Secretaria de Estado da Administração (www.sea.sc.gov.br) por intermédio do link “Licitações” em seguida “fornecedores” ou no <http://portaldecompras.sc.gov.br/>;

5.2 – Para acesso ao sistema, as pessoas físicas ou jurídicas deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal (intransferíveis) obtidas a partir do menu “Fornecedores” do Portal de Compras;

5.3 – A chave de identificação e a senha poderão ser utilizadas em qualquer pregão na forma eletrônica, correspondente ao seu Grupo-Classe registrado no Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina, para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no sistema eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da Secretaria de Estado da Administração, devidamente justificada;

5.4 – É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo à Secretaria de Estado da Administração a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

5.4.1 – A perda da senha ou a quebra de sigilo deverá ser comunicada imediatamente ao provedor do sistema eletrônico, para imediato bloqueio de acesso;

5.5 – O credenciamento da licitante e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica na responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

6 – PARTICIPAÇÃO

6.1 – A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta eletrônica de preços, por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecidos;

6.1.1 – O sistema de licitações poderá ser acessado no endereço <http://portaldecompras.sc.gov.br/>;

6.2 – Como requisito para a participação no Pregão, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, o pleno conhecimento e atendimento às exigências previstas no Edital;

6.2.1 – Quando o licitante for beneficiário da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações, deverá manifestar em campo próprio do sistema eletrônico, o pleno conhecimento e atendimento das exigências previstas na lei;

6.2.2 – A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas na legislação vigente aplicável à matéria;

6.2.3 – A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances;

6.3 – Caberá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão, bem como, quanto aos e-mail encaminhados;

6.4 – Os licitantes deverão comunicar imediatamente ao provedor do sistema (Secretaria de Estado da Administração) qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso;

6.5 – Os licitantes deverão solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio;

6.6 – O fornecedor descredenciado no Cadastro Geral de Fornecedoros terá sua chave de identificação e senha suspensas automaticamente.

7 – DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO

7.1 – Iniciada a sessão pública do Pregão, esta não será suspensa ou transferida, salvo motivo excepcional assim caracterizado pelo Pregoeiro;

7.2 – Verificando-se o adiamento da sessão pública do Pregão, o Pregoeiro determinará nova data para continuação dos trabalhos, ficando intimadas as licitantes;

7.3 – O Pregoeiro poderá interromper a sessão, temporariamente, para determinar alguma providência administrativa para o bom andamento dos trabalhos;

7.4 – No caso de desconexão do Pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

8 – DA PROPOSTA DE PREÇOS

8.1 – Da proposta on-line:

8.1.1 – Após a divulgação do edital no endereço eletrônico, os licitantes deverão encaminhar proposta e, se for o caso, o respectivo anexo, até a data e hora marcadas para abertura da sessão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento de propostas;

8.1.2 – Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada;

8.1.3 – Os licitantes receberão, por e-mail, comprovante de recebimento das suas propostas eletrônicas enviadas, com a indicação do dia e respectivo horário de registro;

8.1.4 – A proposta on-line, para cada item, deverá ser preenchida, conforme as especificações abaixo:

a) O preço unitário do item deverá ser expresso em reais, com no máximo 4 (quatro) casas decimais, no campo “VALOR UNITÁRIO DO ITEM”;

b) Deverá constar no campo “marca”:

I- marca;

II – procedência;

III – apresentação com detalhamento de cada item, necessariamente a forma de apresentação e quantidade;

IV – nome comercial do produto cotado.

8.1.5 – A proposta de preços com base na especificação do Anexo I, deste edital, estará condicionada às informações cadastradas no Sistema de Cadastro Central de Fornecedoros, que contém obrigatoriamente a razão social completa e CNPJ da licitante, endereço, telefone e endereço eletrônico;

8.2 – Da proposta on-line readequada:

8.2.1 – A licitante vencedora do certame, quando houver cotação de proposta por lote, deverá detalhar sua proposta **no sistema eletrônico**, após encerramento da sessão, com os respectivos valores unitários readequados ao valor total representado pelo lance vencedor, no prazo de 1 (um) dia útil, contado a partir da data do encerramento da sessão;

8.2.2 – Sendo vencedora do certame empresa catarinense, nos casos em que for aplicável a isenção do ICMS, de acordo com o Convênio ICMS nº 26/03, bem como aplicação de demais convênios aprovados pelo CONFAZ – Conselho Nacional de Política Fazendária, a licitante deverá, obrigatoriamente, **informar a respectiva alíquota via comunicação “CHAT”**;

8.2.2.1 – Informada a alíquota, esta deverá detalhar **no sistema eletrônico**, após encerramento da sessão, sua proposta com os respectivos valores unitários readequados ao valor total representado pelo lance vencedor **sem incidência do ICMS** (objetivando a emissão do contrato, da nota de empenho e do documento fiscal), no prazo de 1 (um) dia útil, contado a partir da data do encerramento da sessão, observado o subitem **2.2.4**;

8.2.2.1.1 – As microempresas e empresas de pequeno porte e as optantes pelo SIMPLES, após informar esta condição **via comunicação “CHAT”**, devem apresentar documento que comprove esta situação, durante a sessão pública, tão logo seja declarado vencedor da disputa;

8.2.2.1.2 – A verificação posterior de que, nos termos da lei, o declarante não se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte, caracterizará crime de fraude à licitação, sujeitando-se as sanções previstas no art. 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e no art. 90 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

8.3 – Nos preços cotados devem estar inclusos todos os custos relacionados com a remuneração e encargos sociais e outros, pertinentes ao fornecimento do objeto, bem como taxas, impostos, fretes, e demais despesas diretas e indiretas incidentes sobre o mesmo;

8.4 – A proposta entregue não poderá ter prazo de validade inferior a 60 (sessenta) dias, sendo este o prazo considerado em caso de omissão;

8.5 – O prazo de entrega do(s) produto(s) cotado(s) não poderá ser superior ao estabelecido no Anexo I, contados da data da retirada da Autorização de Fornecimento/Contrato.

9 – DA ABERTURA DA SESSÃO E ETAPA DE LANCES

9.1 – A partir do horário previsto no Edital terá início a sessão pública do Pregão Eletrônico com a abertura das propostas de preços recebidas, passando o Pregoeiro a avaliar a aceitabilidade das propostas;

9.2 – Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar;

9.2.1 – Os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo o lance imediatamente computado, e visualizado seu horário de registro e valor no link “histórico de lances” e na ata de sessão;

9.2.1.1 – Somente o licitante de menor lance dentre os ofertados, e enquanto mantiver esta situação, visualiza em tempo real o ícone “troféu”;

9.2.1.2 – Os lances aceitos ofertados serão no valor unitário do item (quando da cotação por item) ou valor total do lote (quando da cotação por lote), expressos em reais com no máximo quatro casas decimais;

9.3 – Só serão aceitos lances cujos valores forem inferiores ao último lance da própria licitante, registrado anteriormente no sistema;

9.4 – Durante o transcurso da sessão pública, os participantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema não identificará o autor dos lances aos demais participantes;

9.5 – A etapa de lances da sessão pública será encerrada mediante aviso de fechamento iminente dos lances, emitido pelo sistema eletrônico, após o que transcorrerá período de

tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado também pelo sistema, findo o qual, será automaticamente encerrada a etapa de lances;

9.6 – O sistema informará a proposta de menor preço imediatamente após o encerramento da etapa de lances e, quando for o caso, após negociação e decisão pelo Pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor valor;

9.7 – Nas licitações será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte;

9.7.1 – Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas/lances apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta/lance mais bem classificada. Conforme disposto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

9.7.2 – Ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

a) o sistema aplicará automaticamente o benefício da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, quando houver empresas dentro das condições previstas na lei;

b) o sistema convocará automaticamente a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada para apresentar nova proposta inferior àquela considerada vencedora do certame (no prazo máximo de 5 (cinco) minutos sob pena de preclusão), situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

c) não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso I, do caput do artigo 45, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos §§ 1º e 2º, do art. 44, desta Lei Complementar, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

d) no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos §§ 1º e 2º, do art. 44, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;

9.8 – O disposto no **subitem 9.7** somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte;

9.9 – Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no **subitem 9.7**, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame;

9.10 – Encerrada a recepção de lances dos beneficiários da Lei Complementar nº 123 e alterações, quando houver, o Pregoeiro poderá, antes de anunciar o vencedor, encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente à proponente que tenha apresentado o lance de menor preço, para que seja obtido preço melhor, bem como decidir sobre sua aceitação;

9.11 – O sistema anunciará a licitante vencedora após o encerramento da etapa de lances da sessão pública ou, quando for o caso, após negociação e decisão previstas nos itens anteriores;

9.12 – Encerrada a etapa de lances da sessão pública, a licitante detentora da melhor oferta deverá atender as exigências de habilitação previstas no **item 10** deste Edital;

9.13 – Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, ou se a licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua compatibilidade e a habilitação do participante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda o Edital.

10 – DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

10.1 – Será verificada a situação de regularidade da licitante detentora da melhor oferta, da seguinte forma:

10.1.1 – Consulta *on-line*, pelo Pregoeiro, do Certificado de Cadastro de Fornecedores – CCF, válido na data limite fixada para abertura de propostas neste Pregão, emitido pela

DGLC – Diretoria de Gestão de Licitações e Contratos, da Secretaria de Estado da Administração, pertinente ao grupo-classe objeto desta licitação;

10.1.1.1 – O procedimento para inscrição no cadastro de fornecedores encontra-se disponível no <http://portaldecompras.sc.gov.br/>;

10.1.1.2 – Para suprir a documentação vencida das microempresas e empresas de pequeno porte, no que diz respeito à comprovação de regularidade fiscal, relacionada no Certificado de Cadastro de Fornecedores – CCF, o Pregoeiro(a) poderá verificar nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, o(s) documento(s) hábil(eis) correspondente(s), constituindo meio legal de prova;

10.1.1.3 – A regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte, que apresentem restrição (documento vencido) no Certificado de Cadastro de Fornecedores – CCF, poderá ser comprovada, com o encaminhamento de documento hábil no prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

10.1.1.4 – Caso o Pregoeiro não obtenha as condições necessárias correspondentes ao subitem 10.1.1.2, deverá comunicar via “CHAT” a obrigatoriedade de atendimento do subitem 10.1.1.3;

10.1.1.4.1 – A não-regularização da documentação, no prazo estabelecido, implicará na decadência do direito da microempresa ou empresa de pequeno porte à contratação, sem prejuízo das sanções administrativas cabíveis por descumprimento de obrigações contratuais previstas neste edital e na legislação vigente aplicável à matéria (advertência, multa, impedimento de licitar e contratar com a Administração), sendo facultada à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do Contrato ou revogar a licitação;

10.2 – Os documentos exigidos para habilitação da licitante vencedora do certame que não estejam contemplados no Certificado de Cadastro de Fornecedores – CCF, inclusive quando houver necessidade de envio de anexos, deverão ser apresentados logo após ser declarada vencedora via sistema;

11 – DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DE ENVELOPES, AMOSTRA(S)/PROSPECTO(S) E DOCUMENTO(S) ADICIONAL(S)

11.1 – A(s) empresa(s) consideradas vencedora(s) deverá(ao) encaminhar amostra, quando solicitado, devidamente identificada(s), conforme **Anexo III**;

11.2 – Documento(s) adicional(is), amostras/prospectos e laudos, quando exigidos, deverá(ão) ser(em) apresentado(s) em envelope fechado (preferencialmente opaco) de forma a não permitir a violação de seu conteúdo, rubricados no fecho e identificados com etiqueta conforme o **Anexo III**.;

11.2.1 – A licitante vencedora deverá enviar por meio eletrônico, através do sistema e-lic, no prazo indicado pelo pregoeiro a contar da data da finalização da disputa da sessão, proposta atualizada contendo o valor final readequado, conforme etapa de lances, e o descritivo completo do item cotado, apresentando para este:

- a) marca/fabricante;
- b) nome comercial;
- c) apresentação;
- d) país de origem do produto;
- e) Certificado de Registro do Produto junto ao Ministério da Saúde (MS) ou sua publicação no Diário Oficial da União referência do produto;
- e.1) Caso o item cotado seja isento do Certificado de Registro do Produto junto ao MS/ANVISA, a licitante deverá apresentar Certificado de Isenção junto ao MS ou sua publicação no Diário Oficial da União;

e.2) Caso o Certificado de Registro do Produto junto ao MS/ANVISA esteja vencido, a licitante deverá apresentar, juntamente com este, o último pedido de revalidação (formulário de petição nº 2) do MS;

e.3) Apresentar declaração, caso o item cotado não seja classificado pelo MS/ANVISA, ficando sujeita as sanções cabíveis, no caso de falsidade de sua declaração.

f) se aplicável, a referência do produto.

11.3 – A(s) amostra(s), quando solicitadas, deverá(ão) ser entregues na Secretaria de Estado da Saúde - SES na Diretoria de Planejamento e Gestão de Compras (DPGC), Rua Esteves Júnior, 160, 4º andar, Centro – Florianópolis – SC, das 13 às 18:30 horas, dentro do prazo estabelecido, após o recebimento do comunicado;

11.4 – Será desclassificada no item, a proposta da licitante vencedora que desatender ao **subitem 11.5** e/ou apresente amostra(s) fora das especificações técnicas previstas no **Anexo I** deste Edital, estando sujeita às penalidades previstas.

12 – JULGAMENTO

12.1 – Será considerada primeira classificada, a proposta que, obedecendo às condições, especificações e procedimentos estabelecidos neste edital, apresentar o “**MENOR PREÇO POR ITEM**”, conforme **Anexo I**;

12.2 – Se a licitante primeira classificada não apresentar situação de habilitação regular, poderá ser convocada outra licitante. Neste caso, será observada a ordem de classificação, averiguada a aceitabilidade de sua oferta, procedendo a sua habilitação e, assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora, podendo o Pregoeiro negociar diretamente com a licitante para que seja obtido melhor preço;

12.3 – Serão desclassificadas as propostas:

a) que não atenderem às exigências do ato convocatório da licitação;

b) que conflitem com a legislação em vigor;

12.4 – Não serão consideradas, para efeitos de julgamento, quaisquer vantagens não previstas no edital.

13 – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

13.1 – Ao final da sessão virtual, a licitante que desejar recorrer contra decisões do Pregoeiro deverá manifestar imediata e motivadamente tal intenção, sendo-lhe concedido o prazo de 1 (um) dia para apresentação das razões do recurso EXCLUSIVAMENTE NO SISTEMA, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados a apresentar contra-razões também no sistema, em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurado vista dos autos;

13.2 – Não serão conhecidos os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente;

13.3 – A falta de manifestação imediata e motivada importará a preclusão do direito de recurso.

14 – DO REGISTRO DE PREÇOS

14.1 - Os atos do presente processo serão publicados no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina (DOE/SC), bem como no Portal de Compras do Estado de Santa Catarina (www.portaldecompras.sc.gov.br);

14.2 - Os atos de homologação desta licitação serão de competência do Exmo. Sr. Secretário de Estado da Administração ou às autoridades delegadas;

14.3 - O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 06 (seis) meses, computadas neste as eventuais prorrogações, contadas da data de publicação da Ata no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina (DOE/SC);

14.3.1. – A prorrogação da Ata de Registro de Preços será permitida somente enquanto perdurar as necessidades de enfrentamento dos efeitos de saúde pública, conforme Art. 4 da Lei 13.979/20 e

14.3.2 - Dentro do prazo de vigência do Registro de Preços, as licitantes que tiverem seus preços registrados ficarão obrigadas ao fornecimento, desde que obedecidas às condições deste Edital e da respectiva Ata de Registro de Preços;

14.4 - O Órgão Gerenciador convocará o licitante vencedor, por meio de notificação através de e-mail, para assinar a Ata de Registro de Preços no prazo de 05 (cinco) dias úteis, permitindo a prorrogação por igual período, desde que ocorra motivo justificado e aceite pelo Órgão Gerenciador;

14.4.1 - A Ata de Registro de Preços será assinada pelo órgão gerenciador e pelos fornecedores cujos preços forem registrados. E, depois de cumpridos os requisitos de publicidade, terão efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas no presente instrumento licitatório;

14.4.2 - A licitante que tiver seu preço registrado se obriga a manter, na assinatura da Ata de Registro de Preços e durante o prazo de vigência da mesma, todas as condições de habilitação exigidas no Capítulo VIII deste Edital;

14.4.3 - No caso do fornecedor primeiro classificado, depois de convocado, não atender as condições de habilitação, não comparecer ou recusar-se a assinar a Ata de Registro de Preços, responderá na forma da legislação vigente, sem prejuízo das cominações a ele previstas neste Edital;

14.5 - As aquisições obedecerão à conveniência e às necessidades do Órgão Gerenciador e será procedida pela emissão de Autorização de Fornecimento (AF) ou por documento equivalente;

14.5.1 - O Órgão Gerenciador encaminhará ao detentor do preço registrado a Autorização de Fornecimento (AF), através de e-mail, devendo atender ao fornecimento no prazo e no local de entrega estabelecido;

14.6 - A existência de preços registrados não obriga os órgãos: gerenciador e participantes deste Registro de Preços a efetivar as contratações que dele poderão advir, ficando-lhes facultada a adoção de outros meios para a contratação do fornecimento pretendido, respeitado a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao detentor do Preço Registrado a preferência em igualdade de condições;

14.7 - O exercício de preferência previsto no item anterior dar-se-á caso os órgãos participantes deste Registro de Preços optem por contratar o fornecimento através de licitação específica e o preço encontrado for igual ou superior ao registrado.

15 – DO PAGAMENTO

15.1 – O contratante efetuará o pagamento em 30 (trinta) dias após o recebimento e aceite do material com a respectiva Nota Fiscal/Fatura ou documento legalmente equivalente, observado o cumprimento integral das disposições contidas neste edital;

15.1.1 - Caso o vencimento do prazo de pagamento da Nota Fiscal/Fatura ocorra fora do calendário semanal ou de expediente bancário, o pagamento será efetuado na próxima data do calendário, imediatamente posterior ao vencimento, não incidindo qualquer compensação financeira neste período;

15.2 - A empresa deverá mencionar na respectiva Nota Fiscal/Fatura informações sobre o produto, tais como: a MARCA sob o qual o mesmo é comercializado, Fabricante, Apresentação, País de Origem, o número Certificado de Registro do Produto junto ao Ministério da Saúde, o número do lote e o prazo de validade do produto. Além de mencionar o número do Contrato, o número da Licitação, do Processo e da Autorização de Fornecimento;

15.3 - Também será obrigatório que a empresa mencione na Nota Fiscal/Fatura os seguintes dados bancários para pagamento: número do banco, número da agência com dígito, número da conta corrente com dígito.

16 – DAS PENALIDADES E SANÇÕES:

16.1 - As empresas que não cumprirem as obrigações assumidas na fase licitatória e/ou de execução do contrato estão sujeitas às seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) suspensão temporária, não superior a 5 (cinco) anos, na modalidade de pregão, e não superior a 2 (dois) anos para as demais modalidades, aplicada segundo a natureza e a gravidade da falta cometida; e
- d) declaração de inidoneidade para licitar com a Administração Pública;

16.2 - A advertência será emitida pela Administração, quando o contratado descumprir qualquer obrigação;

16.3 - A multa será imposta à contratada pelo atraso injustificado na entrega ou execução do contrato, de acordo com as alíquotas a seguir:

- a) 0,33 % (zero, trinta e três por cento) por dia de atraso, na entrega do objeto ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9% (nove, nove por cento);
- b) 10 % (dez por cento) em caso de não entrega do objeto ou não conclusão do serviço ou rescisão do contrato por culpa da contratada, calculado sobre a parte inadimplente;
- c) até 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega;

16.3.1 - O valor da multa e/ou custas de depósito será deduzido dos créditos ou garantias da empresa, ou cobrado administrativa ou judicialmente;

16.3.2 - Sempre que a multa ultrapassar os créditos da contratada e/ou garantias, o valor excedente será encaminhado à cobrança extrajudicial ou judicial;

16.3.3 - O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do serviço;

16.3.4 - A multa será aplicada quando o atraso for superior a cinco dias;

16.3.5 - A aplicação da multa não impede que sejam aplicadas outras penalidades;

16.4 - A suspensão impossibilitará a participação da empresa em licitações e/ou contratos, ficando suspenso o seu registro cadastral no Cadastro Geral de Fornecedoros do Estado de Santa Catarina/SEA, de acordo com os prazos a seguir:

- a) por até 30 (trinta) dias, quando aplicada a pena de advertência emitida pela Administração e a empresa permanecer inadimplente;
- b) por até 90 (noventa) dias, quando a empresa interessada solicitar cancelamento da proposta após a abertura e antes do resultado do julgamento;
- c) por até 12 (doze) meses, quando a empresa adjudicada se recusar a retirar a autorização de fornecimento ou assinar o contrato;
- d) por até 12 (doze) meses, quando a empresa adjudicada motivar a rescisão total ou parcial da autorização de fornecimento e/ou do contrato;
- e) por até 12 (doze) meses, quando a empresa praticar atos que claramente visem à frustração dos objetivos da licitação;
- f) por até 24 (vinte e quatro) meses, quando a empresa apresentar documentos fraudulentos nas licitações;
- g) por até 5 (cinco) anos quando, na modalidade de pregão, a fornecedora convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, que não celebrar o contrato, que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, que ensejar o retardamento da execução de seu objeto, que não mantiver a proposta, que falhar ou fraudar na execução do contrato, que se comportar de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios; e
- h) até a realização do pagamento, quando a empresa receber qualquer das multas previstas no item anterior;

16.4.1 - A penalidade de suspensão aplicada pela Administração, publicada no Diário Oficial do Estado, implicará na suspensão da fornecedora junto ao Cadastro Geral de Fornecedoros do Estado de Santa Catarina/SEA;

16.4.2 - A suspensão do direito de licitar poderá ser ampliada até o dobro, em caso de reincidência;

16.5 - A declaração de inidoneidade será aplicada pelo Secretário de Estado da Administração – SEA;

16.5.1 - A declaração de inidoneidade permanecerá em vigor enquanto perdurarem os motivos que determinaram a punibilidade ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que a aplicou;

16.5.2 - A declaração de inidoneidade terá seus efeitos extensivos a toda Administração Pública;

16.6 - As empresas que apresentarem documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados, ou que por quaisquer outros meios praticarem atos irregulares ou ilegalidades para obtenção do registro no Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina/SEA, estarão sujeitas às seguintes penalidades:

a) suspensão temporária do Certificado de Cadastro de Fornecedores - CCF ou da obtenção do registro, por até 5 (cinco) anos na modalidade de pregão e até 2 (dois) anos para as demais modalidades, dependendo da natureza e gravidade dos fatos; e

b) declaração de inidoneidade, nos termos do artigo anterior.

16.7 - As sanções previstas neste edital poderão também ser aplicadas às empresas ou profissionais que:

a) tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos; e

b) tenham praticado atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;

16.8 - Compete à Assessoria Jurídica do órgão, após análise a indicação das penalidades previstas neste edital e legislação vigente, cuja aplicação dependerá da homologação da autoridade competente do órgão ou entidade;

16.8.1 - Nos casos de indicação de aplicação da penalidade de suspensão, os autos deverão ser remetidos à Secretaria de Estado da Administração, a quem compete a aplicação desta penalidade, nas Atas de Registro de Preços oriundas deste edital de licitação.

16.9 - É facultado à interessada interpor recurso contra a aplicação das penalidades previstas neste edital, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, que será dirigido à autoridade competente do órgão ou entidade;

16.10 - As penalidades aplicadas serão registradas na Secretaria de Estado da Administração/ Diretoria de Gestão de Licitações e Contratos – DGLC, no Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina/SEA;

16.10.1 - Homologadas e publicadas as penalidades, a Administração as encaminhará ao Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina/ SEA, para registro.

17 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 - Informações, impugnações e esclarecimentos sobre o edital serão protocoladas pelo interessado, acessando o pregão eletrônico, no portal de compras e-lic, sendo que:

17.1.1 - Para pedidos de informações e esclarecimentos, deve ser utilizada a opção “fórum” do edital no sistema e-lic;

17.1.2 - Para pedidos de impugnação deve ser utilizada a opção “Impugnação” no menu do pregão eletrônico.

17.1.3 - O fornecimento de cópias obedecerá ao seguinte:

17.1.3.1 - Cópia deste edital e seus anexos poderão ser obtidas pelos interessados, no endereço eletrônico <http://portaldecompras.sc.gov.br/>;

17.1.3.1.1 - A Administração não se responsabiliza pelo conteúdo e autenticidade de cópias deste edital, senão aquelas que estiverem rubricadas pela autoridade competente, ou sua cópia fiel;

17.2 – É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase desta licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo;

17.2.1 – As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os participantes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação;

17.3 – A licitante que vier a ser contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões sobre o valor inicial do Contrato que se fizerem necessários, por conveniência da Contratante, dentro do limite permitido pelo artigo 65, § 1º, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sem direito a qualquer indenização;

17.4 – Não será permitida a subcontratação do objeto deste edital;

17.5 – A Secretaria de Estado da Administração - SEA poderá revogar o presente Pregão por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar o ato, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado;

17.6 – O presente edital e seus Anexos poderão ser alterados, pela Secretaria de Estado da Administração - SEA, antes de aberta a licitação, no interesse público, por sua iniciativa ou decorrente de provocação de terceiros, atendido o que estabelece o art. 21, § 4º, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como adiar ou prorrogar o prazo para recebimento e/ou a abertura das Propostas Eletrônicas e Documentos Adicionais;

17.6.1 – Caso ocorram alterações neste edital, as mesmas serão disponibilizadas no site www.portaldecompras.sc.gov.br, link “Licitações” e ainda, enviadas aos interessados registrados;

17.7 – A Administração não se responsabiliza pelo conteúdo e autenticidade de cópias deste edital, senão aquelas que estiverem rubricadas pela autoridade competente, ou sua cópia fiel;

17.8 – A participação na licitação implica automaticamente na aceitação integral e irretratável dos termos e conteúdos deste edital e seus anexos, a observância dos preceitos legais e regulamentos em vigor; e a responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação;

17.9 – Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado de Santa Catarina, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para apreciação judicial de quaisquer questões resultantes deste edital.

JORGE EDUARDO TASCA
SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
(Assinado digitalmente)

ANEXO I
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0066/2020
Quadro de Quantitativos e Especificações Mínimas do(s) Item(ns)

Item	Código	Grupo Classe	Descrição	Quantidade solicitada
01	00943-1-001	6602	Desinfetante a base de hipoclorito de sódio com 1%, embalagem com no máximo 5 litros de cloro ativo (10.000ppm), com ação bactericida, baixa toxicidade, amplo espectro para desinfecção de material de inaloterapia, superfícies, lavagem de verduras e lactário. Não deve ter cheiro agressivo, não deverá ser corrosivo sobre plásticos e borrachas. Apresentar autorização de funcionamento. A embalagem, registro MS e laudos técnicos emitido por laboratório credenciado conforme legislação RDC 321/2019.	313.818
02	00959-8-027	6610	Luva de procedimento descartável tamanho pequeno(P), em nitrilica, isenta de látex, não estéril, isenta de talco, formato anatômico, ambidestra, resistente a tração, descartável, uso único, macio, isento de agentes alergizantes, resíduos e impurezas, embalada em caixas contendo 100 peças, com abertura manual de fácil manuseio, contendo dados de identificação, procedência, validade, numero do lote, selo de conformidade apresentar certificado de aprovação MT, as luvas devem ser armazenadas e transportadas em condições que evitem a possibilidade de afetar a integridade, em especial calor, a umidade e a luz. Em conformidade a RDC nº 55 de 04 de novembro de 2011, portaria nº 332, de 26 de julho de 2012 e portaria nº 451, de 31 de agosto de 2012. Apresentar certificado de aprovação MTE,	2.570.546
03	00959-8-028	6610	Luva de procedimento descartável tamanho Medio(M), em nitrilica, isenta de látex, não estéril, isenta de talco, formato anatômico, ambidestra, resistente a tração, descartável, uso único, macio, isento de agentes alergizantes, resíduos e impurezas, embalada em caixas contendo 100 peças, com abertura manual de fácil manuseio, contendo dados de identificação, procedência, validade, numero do lote, selo de conformidade, apresentar certificado de aprovação MTE, luvas devem ser armazenadas e transportadas em condições que evitem a possibilidade de afetar a integridade, em especial calor, a umidade e a luz. Em conformidade a RDC 55 de 04 de novembro de 2011, portaria nº 332, de 26 de julho de 2012, e portaria nº 451, de 31 de agosto de 2012.	2.723.251
04	00959-8-029	6610	Luva de procedimento descartável tamanho Grande (G), em nitrilica, isenta de látex, não estéril, isenta de talco, formato anatômico, ambidestra, resistente a tração, descartável, uso único, macio, isento de agentes alergizantes, resíduos e impurezas, embalada em caixas contendo 100 peças, com abertura manual de fácil manuseio, contendo dados de identificação, procedência, validade, numero do lote, apresentar certificado de aprovação MT, as luvas devem ser armazenadas e transportadas em condições que evitem a possibilidade de afetar a integridade, em especial calor, a umidade e a luz. Em conformidade a RDC nº 55 de 04 de novembro de 2011, portaria nº 332, de 26 de julho de 2012 e portaria nº 451, de 31 de agosto de 2012. Apresentar certificado de aprovação MTE,	1.306.850
05	00959-8-074	6610	Luva de procedimento descartável, tamanho pequeno (P) confeccionada em látex natural, íntegro e uniforme, formato anatômico, ambidestra, atóxico, não estéril, resistente a tração, descartável, uso único, sem talco, selo de conformidade, embalada em caixas contendo dados de identificação, procedência, validade, número do lote. As luvas devem ser armazenadas e transportadas em condições que evitem a possibilidade de afetar a integridade, em especial: calor, umidade, luz. Em conformidade a RDC nº 55 de 04 de novembro de 2011, portaria nº 332, de 26 de julho de 2012 e portaria nº 451, de 31 de agosto de 2012. Apresentar certificado de aprovação no MTE.	9.861.000
06	00959-8-075	6610	Luva de procedimento descartável, tamanho médio (M) confeccionada em látex natural, íntegro e uniforme, formato anatômico, ambidestra, atóxico, não estéril, resistente a tração, descartável, uso único, sem talco, selo de conformidade, embalada em caixas, contendo dados de identificação, procedência, validade, número do lote. As luvas devem ser armazenadas e transportadas em condições que evitem a possibilidade de afetar a integridade, em especial: calor, umidade, luz. Em conformidade a RDC nº 55 de 04 de novembro	7.575.480

14 de 24

Pág. 14 de 24 - Documento assinado digitalmente. Para conferência, acesse o site <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo SEA 00004776/2020 e o código 6T9ZBW7.

290

			de 2011, portaria nº 332, de 26 de julho de 2012 e portaria nº 451, de 31 de agosto de 2012. Apresentar certificado de aprovação MTE.	
07	00959-8-076	6610	Luva de procedimento descartável, tamanho grande (G) confeccionada em látex natural, íntegro e uniforme, formato anatômico, ambidestra, atóxico, não estéril, resistente a tração, descartável, uso único, sem talco, selo de conformidade, embalada em caixas, contendo dados de identificação, procedência, validade, número do lote. As luvas devem ser armazenadas e transportadas em condições que evitem a possibilidade de afetar a integridade, em especial: calor, umidade, luz. Em conformidade a RDC nº 55 de 04 de novembro de 2011, portaria nº 332, de 26 de julho de 2012 e portaria nº 451, de 31 de agosto de 2012. Apresentar certificado de aprovação MTE.	3.471.440
08	00966-0-006	6615	Gorro cirúrgico descartável, com elástico, de não tecido, micro perfurado, gramatura mínima de 16g/m2, acondicionados em recipiente que garanta a integridade do produto, apresentando na embalagem dados de identificação, lote, procedência, validade, apresentar isenção de registro MS	1.348.586
09	00966-0-007	6615	Máscara respiradora semi-facial, para proteção de agentes biológicos: Tuberculose, Gripe Aviária, Pneumonia Asiática, Herpes Zoster, Antivirose Rubéola, Sarampo, Varicela, parotidite infecciosa, monucleose infecciosa, candidíase e furunculose, sem viseira, com no mínimo três camadas, camada externa 100% em polipropileno e camada interna de celulose e poliéster, eficiência de filtração bacteriana (BFE) no mínimo de 99%, eficiência mínima de filtragem de 95%, preferencialmente formato de trapézio, sendo possível na base menor do trapézio proceder dobradura para fechá-la pela extremidade (base maior do trapézio), anatômica, com clip nasal em alumínio dobrável, ajustável, com as pontas arredondadas e resistente, atraumática, hipoalergênica, inodora, sem prejuízo da respiração natural, duas tiras elásticas reforçadas, que proporcione boa vedação no rosto, sem desprender partículas do material (fiapos), acondicionados em recipiente que garanta a integridade do produto, apresentando na embalagem dados de identificação, lote, data de validade, procedência, apresentar registro no MS, apresentar laudo de eficiência de filtragem bacteriana (EBF), apresentar certificado de aprovação M.T.	470.422
10	00966-0-008	6615	Máscara facial sem viseira com no mínimo três camadas, camada externa 100% em polipropileno, e camada interna de celulose e poliéster, para procedimentos cirúrgicos, com clips nasal, eficiência de filtragem bacteriana acima (BFE) de 95%, formato anatômico, hipoalergênico, inodora, sem prejuízo da respiração natural, presilhas reforçadas, com ajuste em elástico, sem desprender partículas do material (fiapos), acondicionados em recipiente que garanta a integridade do produto, apresentando na embalagem dados de identificação, lote, data de validade, procedência, apresentar laudo de eficiência de filtragem bacteriana (EBF), apresentar certificado de aprovação MT.	5.308.864
11	00966-0-012	5802	Óculos protetor, em polietileno com lentes em policarbono, com hastes ajustáveis, leve, formato anatômico, transparente, descartável, lavável, anti embaçante, com proteção lateral e central, resistente a desinfecção química, acondicionados em recipiente que garanta a integridade do produto, apresentando na embalagem dados de identificação, lote, procedência, validade, apresentar isenção de registro no MS	17.649
12	00966-0-054	6615	Avental cirúrgico descartável, estéril, confeccionado em material não tecido para uso odontológico - médio-hospitalar, gramatura mínima de 40g a 60 g/m2, na cor azul, Tamanho 1,20 x 1,75cm. Barreira microbiana comprovada por laudos de Eficiência de Filtração Bacteriana (BFE) e Eficiência de Filtração Viral (VFE), do produto. Matéria prima hipoalergênica comprovada por laudos técnicos de proteção cutânea conforme ABNT NBR ISO 10993:2013. Manga longa com punho em malha canelada, fechamento cruzado nas costas com sistema de ajuste com através de amarrilhos nas costas e cintura com cartão TAG. Dobra especial facilitando paramentação de acordo com técnica cirúrgica. Embalado com dobra cirúrgica em não tecido SMS 40g/m2 e reembalado em papel grau cirúrgico. O produto deverá atender integralmente a ABNT NBR 16064. Apresentar Registro ANVISA.	344.824

13	00966-0-138	6615	Máscara facial sem viseira com no mínimo três camadas, camada externa 100% em polipropileno, e camada interna de celulose e poliéster, para procedimentos cirúrgicos, com clips nasal, eficiência de filtração bacteriana acima (BFE) de 95%, formato antômico, hipoalergêncio, inodora, sem prejuízo da respiração natural, presilhas reforçadas, com ajuste de tiras, sem desprender partículas do material (fiapos), acondicionados em recipiente que garanta a integridade do produto, apresentando na embalagem dados de identificação, lote, data de validade, procedência, apresentar laudo de eficiência de filtração bacteriana (EBF), apresentar certificado de aprovação MT.	495.116
14	00966-0-174	6615	Avental descartável, confeccionado em material não tecido para uso odonto-medico-hospitalar ou equivalente, impermeável. Com largura de no mínimo 1,6m e altura de, no mínimo, 1,5 m, medindo-se na parte posterior da peça do decote até a barra inferior. Gramatura de no mínimo 30g/m2. Barreira microbiana comprovada por laudos de Eficiência de Filtração Bacteriana (BFE) e Eficiência de Filtração Viral (VFE) do produto acabado. O produto deverá atender as normas técnicas ABNT NBR ISO 13688:2017 ; ABNT NBR 16064:2016 ; ABNT NBR 14873:2002 ; ABNT NBR ISO 16693:2018 . Manga longa com punho em malha canelada ou elástico, sistema de ajuste com transpasse nas costas e fixação através de amarrilhos nas costas e cintura. Embalagem individual. Apresentar Registro ANVISA ou declaração de atendimento a RDC Nº 379, de 30 de Abril de 2020. ***Atendimento ao COVID-19**	1.559.230
15	00966-0-175	6615	Avental descartável, confeccionado em material não tecido para uso odonto-medico-hospitalar ou equivalente, impermeável. Com largura de no mínimo 1,6m e altura de, no mínimo, 1,5 m, medindo-se na parte posterior da peça do decote até a barra inferior. Gramatura de no mínimo 50g/m2. Barreira microbiana comprovada por laudos de Eficiência de Filtração Bacteriana (BFE) e Eficiência de Filtração Viral (VFE) do produto acabado. O produto deverá atender as normas técnicas ABNT NBR ISO 13688:2017 ; ABNT NBR 16064:2016 ; ABNT NBR 14873:2002 ; ABNT NBR ISO 16693:2018 . Manga longa com punho em malha canelada ou elástico, sistema de ajuste com transpasse nas costas e fixação através de amarrilhos nas costas e cintura. Embalagem individual. Apresentar Registro ANVISA ou declaração de atendimento a RDC Nº 379, de 30 de Abril de 2020. ***Atendimento ao COVID-19***	508.390
16	01893-7-002	6202	Álcool a 70% para desinfecção de materiais, superfícies, em frasco de 1 (um) litro. Apresentar registro de saneante na ANVISA e laudo de teor alcoólico (por lote fornecido). Embaladas em caixa de papelão resistente	133.727
17	01893-7-033	6202	Álcool em gel para uso geral 70%, cosmético, embalagem 5 litros	11.016
18	01893-7-035	6202	Álcool etílico líquido, para uso geral e desinfecção de superfícies e ambientes. Características: com concentração de 68% a 72%. Validade: mínimo 20 meses a partir de cada pedido de entrega. Embalagem: em frasco com 5l, contendo especificações, indicações, precauções e modo de usar, nome, endereço, CNPJ do fabricante, serviço de atendimento ao consumidor, registro no Ministério da Saúde, nome e registro do técnico ou profissional responsável na entidade profissional competente. Data de fabricação e data de validade indicados no produto e na caixa. Observação: Apresentar: AFE - Autorização de Funcionamento da Empresa e notificação ou registro do produto na ANVISA, conforme o caso, de acordo com as legislações vigentes	63.395
19	01893-7-036	6202	Álcool em gel para uso geral 70%, cosmético, embalagem descart.400 a 500 ml, válvula pump	190.955
20	02718-9-095	6111	Termômetro infravermelho com mira laser, de ponto único, com faixa de medição de aproximadamente - 30 °C a 260 °C; distância focal de 8:1 a 12:1; resolução 0,1 °C; precisão 2 °C; emissividade valor fixo 0,95. Acompanha manual de instruções e calibração RBC em três pontos a serem definidos pelo usuário.	2.784
21	10585-6-005	6202	Dispenser com reservatório para álcool gel	7.667

(1) As quantidades licitadas são estimativas, podendo a contratante requisitar quantidades maiores ou menores conforme a efetiva necessidade, respeitando-se os limites estabelecidos pela legislação.

1 – PRAZOS E CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO:

1.1 - O prazo de entrega deverá ser de até 20 (vinte) dias após o recebimento da Ordem de Fornecimento ou documento equivalente;

1.2 - A entrega será efetuada diretamente nos endereços indicados no Anexo I-A,, nas quantidades constantes na Ordem de Fornecimento;

1.2.1 – O material deverá indicar na embalagem a razão social da Contratada, o número deste Pregão, o número da nota fiscal e o número da Autorização de Fornecimento;

1.2.2 – Quando da entrega, o produto deverá estar em perfeitas condições para ser consumido, e as embalagens intactas (não danificadas);

1.2.3 – A validade dos materiais, no momento de seu recebimento, não poderá ser inferior a 50% (cinquenta por cento) do seu prazo de validade;

1.3 – Para os produtos em que é exigido pela legislação vigente prazo de validade, o mesmo deverá constar na embalagem;

1.4 – Os produtos a serem fornecidos devem ser livres de impurezas, estando sujeitos ao controle de qualidade do Contratante diretamente ou por intermédio de terceiros, durante toda a execução do Contrato, sendo rejeitados os produtos não aprovados ou que se apresentarem impróprios para o consumo, os quais deverão ser imediatamente substituídos pelo fornecedor, sem qualquer custo adicional;

1.4.1 - A Contratante reserva-se o direito de a qualquer tempo, previamente ao aceite, ou durante o prazo de garantia do objeto ofertado e entregue, proceder a análise técnica e de qualidade do objeto, diretamente ou por intermédio de terceiros por ele escolhido. Se rejeitados, deverão ser substituídos imediatamente pela Contratada, sem qualquer ônus para a Contratante;

1.5 – A Contratada, mesmo não sendo a fabricante da matéria-prima empregada na fabricação de seu produto, responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade deste, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta;

1.6 – O aceite do(s) produto(s) pela Contratante, não exclui a responsabilidade civil da Contratada por vícios de quantidade ou qualidade do produto ou disparidade com as especificações técnicas exigidas no edital ou atribuídas pela Contratada, verificados posteriormente, garantindo-se à Contratante as faculdades previstas no artigo 18, da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor);

1.7 – O(s) objeto(s) cotado(s) deverá(ão) atender a legislação a ele(s) pertinente(s).

ANEXO I-A
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0066/2020
Quadro de Distribuição e Endereços

ITEM	IPREV 34	SAR 35	SDS 36	IMA 38	SANIT UR 39	SES 40	SSP 42	FCE E 43	PCSC 45	ENA 46	CBMSC 47	PMSC 48	JUCE SC 49	SIE 50	FCC 53	FAPESC 54	IGP 55	PGE 58	SAP 59
Desinfetante a base de hipoclorito de sódio com 1%	1.000			2.500		220.560	50	1.000	60.000	600	3.000		200	3.300	1.140		9.720	1.500	1.500
Luva de procedimento, desc. isenta de latex não esteril tam.p						2.376.816									6.715		60.000	1.000	125.000
Luva de procedimento, desc. isenta de latex não esteril tam.m				300		2.305.116								50	15.715		150.000	1.000	250.000
Luva de procedimento, desc. isenta de latex não esteril tam.g				300		1.085.700			80.000					50	8.415		80.360	1.000	50.000
Luva de procedimento descartavel, s/ talco, tam. pequeno (p)						9.499.800		300		300		1.000			700		200.000		
Luva de procedimento descartavel, s/ talco, tam. médio (m)						6.504.840		200	120.000	300	383.670	2.000			815	100	250.000		
Luva de procedimento descartavel, s/ talco, tam. grande (g)	1.000					2.216.580		100	300.000	300	329.130	2.000	10		1.215	100	100.000		500.000
Gorro c/ elastico, descartavel						1.213.200			40.000		30.000	1.000			300		11.800		16.286
Mascara facial, especifica p/ m. turbecolosis				500		356.496		5.000			50.000			50	6.700		10.000		5.000
Mascara facial sem viseira c/ho minimo três camadas, elastico	1.000					2.107.560			800.000		210.000				3.454	200	50.000	1.000	2.000.000
Oculos protetor, em polietileno c/ lentes em policarbonato (dt)						9.204		50	40.000		1.584	5.000			220		550		100
Mascara facial sem viseira com no minimo tres camadas, tiras					1.000	442.596				1.000					24.000				
Mascara cirurgica descartavel												120.000							
Avental cirúrgico descartável						1.491.000		5.000			30.000				120				
gramatura 40 a 60g/m2.												3.000			450				36.000
Avental descartavel gramatura 50 gr/cm2						467.640													
Alcool para uso geral Alcool a 70% p/desinf.de materiais, frasco 1000ml	1.000		1.250					3.000	75.000	1.000	1.040	20.000	100	5.675	1.646	20	11.580	150	11.000
Alcool para uso geral 70%, cosmético, embalagem 5 litros	250	50									2.500	20			931	4		200	4.000
Alcool para uso geral Em gel, 70% saneante, embalagem 5 litros			900	4.000	50	48.492		500			5.200			1.825	778		2.760	750	2.250
Alcool para uso geral 70%, cosmético, embalagem descart. 400 a 500 ml, valvula pump	500	100	300	1.200	300	48.780		2.000	70.000	1.500	500	20.000	300		1.587		3.600	250	36.000
Termômetro infravermelho c/ mira laser, calibração rbc	5		30	30	5	60	4	20	600	5	100	300			109	2	66	20	200
Dispenser com reservatório para alcool gel	100	20	100		100		30	200	3.000		100				185		500	300	1.875

ITEM	UDESC REITOR IA	UDES C ESAG	UDES C CEAR T	UDES C CEFID	UDES C FAED	UDES C CEAD	UDES C CCT	UDESC CPLAN	UDESC CAV	UDESC - CEO (Zootecnia/ Adm)	UDESC - CEO Enfermagem	UDESC CEAVI	UDESC CESFI	UDESC CERES
Desinfetante a base de hipoclorito de sódio com 1%	860	500	100	500	500	100	900	300	1400	500		150	50	160
Luva de procedimento, desc.isenta de latex nao esteril tam.p	2500											1000		
Luva de procedimento,desc.isenta de latex nao esteril tam.m	5000											1000		
Luva de procedimento, desc.isenta de latex nao esteril tam.g	2500											1000		
Luva de procedimento descartavel, s/ talco, tam. pequeno (p)	2000		1000	1900	500	300	3000	2000	7000	3000	10000		200	1000
Luva de procedimento descartavel, s/ talco, tam. médio (m)	2000		1000	24500	1000	1000	3000	2000	16000	3000	10000		1000	1000
Luva de procedimento descartavel, s/ talco, tam. grande (g)	2000	1000	1000	5000	500	500	3000	1000	4000	3000			1000	1000
Gorro c/ elastico, descartavel	100	464		13150			308	308	578	308	400	308	462	462
Mascara facial, especifica p/ m. turdecosis	20			60					200		300			
Mascara facial sem viseira c/no minimo três camadas,elastico	3500	600	600	600	600	600		600	2600	600	6000	600	600	600
Oculos protetor, em polietileno c/ lentes em policarbono(dt)	124	20	80	336	20	5	100	20	100	20		120	50	6
Mascara facial sem viseira com no minimo tres camadas,tiras								220	26000					
Mascara cirurgica descartavel														
Avental cirurgico descartavel gramatura 40 a 60g/m2.	522	80	80	13250	50	20	1500	500	15700	400	400	800	20	250
Avental descartavel gramatura 50 gr/cm2														
Alcool para uso geral Alcool a 70% p/desinf.de materiais, frasco 1000ml	1005	1000	120	400	1000	200	600	100	700	250		1000	100	200
Alcool para uso geral 70%, cosmético, embalagem 5 litros	101		60	200	100	5	100	150	334	45		300	5	300
Alcool para uso geral Em gel, 70% saneante, embalagem 5 litros	5	100	100	500	100		500	100			100		20	200
Alcool para uso geral 70%, cosmético,embalagem descart.400 a 500 ml, valvula pump	312	70	70	200	100	50	600	150	900	200		60	38	50
Termômetro infravermelho c/ mira laser, calibração rbc	6	4	4	4	13	2	10	6	1013	7	30	15	4	4
Dispenser com reservatório para alcool gel	40	70	30	200	50	10	100	50	62	20		56	20	50

ENDEREÇOS

Nº	ÓRGÃOS	ENDEREÇOS PARA ENTREGA
1	CBMSC-FUNDO DE MELHORIA DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE SANTA CATARINA	Rua São José Operário, 193, BR 101-201-Areias-São José/SC
2	IPREV - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DE SANTA CATARINA	Rua Visconde de Ouro Preto, 291 - Centro - Florianópolis/SC
3	SAR - SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, PESCA E DESENVOLVIMENTO RURAL	Rodovia Admar Gonzaga, 1486 - Itacorubi - Florianópolis/SC
4	SDS - SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL	Rua José Cosme Pamplona, 1447 - Bela Vista - Palhoça/SC
5	IMA – INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE	Rua Artista Bittencourt, 30, - Centro - Florianópolis/SC
6	SANTUR - AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO DE SANTA CATARINA	Rua Eduardo Gonçalves D´avila, 303, Itacorubi, Florianópolis/SC
7	SES – SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE	Rua Judite Melo dos Santos, 258, galpão 06, bairro Nova São José -Área Industrial, São José/SC
8	SSP - FUNDO DE MELHORIAS DA POLICIA CIVIL – FUMPC	Rua Álvaro de Medeiros Santiago, 1722 - Areias/Serraria -São José/SC
9	FCEE - FUNDAÇÃO CATARINENSE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	Rua Paulino Pedro Hermes, 2785 - N. Senhora do Rosário - São José/SC
10	SSP - FUNDO DE MELHORIAS DA POLICIA CIVIL – FUMPC	Rua Álvaro de Medeiros Santiago, 1722 - Areias/Serraria -São José/SC
11	FUNDAÇÃO ESCOLA DE GOVERNO - ENA	Rodovia Admar Gonzaga, 1188, Itacorubi, Florianópolis/SC
12	PMSC - POLICIA MILITAR DE SANTA CATARINA	Rua Heriberto Hulse, Ft 2624 Barreiros- São José/SC
13	JUCESC - JUNTA COMERCIAL DO ESTADO	Avenida Rio Branco, 387 - Centro - Florianópolis/SC
14	SIE - SECRETARIA DE ESTADO DA INFRA-ESTRUTURA E MOBILIDADE	Rua Tenente Silveira, nº 162 , 2º andar - Centro - Florianópolis/SC
15	UDESC - REITORIA	Av. Madre Benvenuta, 2037, Itacorubi, Florianópolis/SC
16	UDESC - ESAG - Centro de Ciências da Administração e Socioeconômicas	Av. Madre Benvenuta, 2037, Itacorubi, Florianópolis/SC
17	UDESC - CEART - Centro de Artes	Av. Madre Benvenuta, 2037, Itacorubi, Florianópolis/SC
18	UDESC - CEFID – Centro de Ciências da Saúde e do Esporte	Rua Pascoal Simone, 358, Coqueiros, Florianópolis/SC
19	UDESC - FAED - Centro de Ciências da Educação	Av. Madre Benvenuta, 2007 - Itacorubi – Florianópolis, SC
20	UDESC - CEAD - Centro de Educação a Distância	Av. Madre Benvenuta, 2007 - Itacorubi – Florianópolis, SC
21	UDESC - CCT - Centro de Ciências Tecnológicas	Rua Paulo Malschitzki, Zona Industrial Norte – Joinville, SC
22	UDESC - CEPLAN - Centro de Educação do Planalto Norte	Rua Luiz Fernando Hastreiter, 180, Centenário – São Bento do Sul, SC
23	UDESC – CAV - Centro de Ciências Agroveterinárias	Av Luiz de Camões, 2090, Conta Dinheiro – Lages, SC
24	UDESC - CEO – Centro de Educação Superior do Oeste (Zootecnia/ Administrativo)	Rua Beloni Trombeta Zanin, 680E, Santo Antônio – Chapecó, SC
25	UDESC - CEO – Centro de Educação Superior do Oeste (Enfermagem)	Rua Sete de Setembro, 91D, Centro – Chapecó, SC
26	UDESC - CEO – Centro de Educação Superior do Oeste - Pinhalzinho 1 (Sede)	Rod. BR-282, Km 573, Linha Santa Terezinha – Pinhalzinho, SC
27	UDESC - CEO – Centro de Educação Superior do Oeste - Pinhalzinho 2 (Usinas)	Rod. SC 160, Km 68, saída para Saudades- SC – Pinhalzinho, SC
28	UDESC - CEAVI – Centro de Educação Superior do Alto Vale do Itajaí	Rua Dr. Getúlio Vargas, 2822, Bela Vista – Ibirama, SC
29	UDESC - CESFI - Centro de Educação Superior da Foz do Itajaí	Rua Edgar Linhares, 570, Nova Esperança – Balneário Camboriú/SC

20 de 24

Pág. 20 de 24 - Documento assinado digitalmente. Para conferência, acesse o site <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo SEA 00004776/2020 e o código 6T9ZBW7.

30	UDESC - CERES – Centro de Educação Superior da Região Sul	Rua Cel. Fernandes Martins, 270, Progresso, Laguna/SC
31	FCC - FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA	Avenida Gov. Irineu Bornhausen, 5.600 - Agronômica - Florianópolis/SC
32	FAPESC – FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA	Parque Tecnológico ALFA – Rodovia José Carlos Daux 600 (SC401), Km 01 – Módulo 12A – Prédio CELTA/FAPESC – 5º Andar – Bairro João Paulo Florianópolis/SC
33	IGP – INSTITUTO GERAL DE PERÍCIAS	Rua Cosme Pamplona, 1447, Bela Vista, Palhoça/SC
34	PGE - FUNJURE - FUNDO ESTUDO JURÍDICO E REAPARELHAMENTO	Rua Professor Luiz Sanches Bezerra da Trindade, 111- Centro - Florianópolis/SC
35	SAP - FUNDO PENITENCIÁRIO DO ESTADO SANTA CATARINA – FUPESC	Rua Volnei Ilmo do Nascimento, Nº 72, lote 33, quadra B-E, Jardim Eldorado - Palhoça/SC
36	SEA – Diretoria Geral	Rodovia Ademar gonzaga, 291, almoxarifado 01, Bairro Itacorubi, Florianópolis/SC
37	SEA – Plano de Saúde	Rodovia Ademar gonzaga, 291, almoxarifado 01, Bairro Itacorubi, Florianópolis/SC
38	CGE – Controladoria Geral do Estado	Rodovia Ademar gonzaga, 291, almoxarifado 01, Bairro Itacorubi, Florianópolis/SC

ANEXO II

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0066/2020

Modelo de Proposta de Preços On-line *ILUSTRATIVA*

Este anexo é meramente ilustrativo, e não contempla todos os requisitos formais constantes no Anexo I deste edital.

The screenshot displays the 'Portal de Compras - Ambiente de Homologação' interface in a Windows Internet Explorer browser. The page title is 'Portal de Compras' and the URL is 'http://portal.sc.gov.br'. The main content area shows a proposal form for 'Edital Pregão Eletrônico PE-30/2011 - Nº do processo PE-30/2011 - teste para o Isak'. The form includes a table with columns for item number, description, brand, model, origin, and proposal value. Two items are listed: '1 - obras de arte' and '2 - pratos'. The 'Procedência' column has a dropdown menu with 'Seleciona' selected. The 'Valor da proposta (R\$)' column has a text input field. A 'Proposta de lote incompleto' button is visible below each item. The right sidebar contains a 'Painel de controle' with links for 'Inscrição', 'Resumo do edital', 'Edital na íntegra e anexos', 'Relatório', 'Recursos', and 'Intenções de recurso'. The bottom status bar shows 'Concluído' and 'Internet'.

#	Descrição	Marca	Modelo	Procedência	Valor da proposta (R\$)
1	Obras de arte - diversas obras de arte			Seleciona	
2	Pratos - diversos pratos decorativos em porcelana			Seleciona	

ANEXO III

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0066/2020

IDENTIFICAÇÃO DOS ENVELOPES, DAS AMOSTRAS E PROSPECTOS:

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO PARA ANÁLISE E ELABORAÇÃO DE
PARECER TÉCNICO
PORTARIA N. 147/2020
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0066/2020
RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE:
CNPJ:
FONE / E-MAIL –
☐ **AMOSTRA**

ANEXO IV
PREGÃO ELETRÔNICO nº 0066/2020
MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Aos _____ dias do mês de _____ do ano de 2020, no Estado de Santa Catarina, através da _____, Órgão Gerenciador deste Registro de Preços, situada à _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, representada neste ato pelo (cargo) _____, senhor (nome) _____, pelo Gestor desta Ata, senhor _____, são registrados os preços da(s) empresa(s) _____ (fornecedor) _____, estabelecida à Rua _____, inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o nº _____, neste ato representado pelo _____ (nome do representante) _____, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº _____, portador do RG nº _____, para eventual fornecimento de **aventais de procedimento para enfrentamento do CORONAVÍRUS para os órgãos do Estado de Santa Catarina**, conforme especificado no quadro abaixo, resultante do **Pregão Eletrônico nº 0066/2020**, objeto do processo **SEA 4776/2020**. As condições a serem praticadas neste registro de preços são as constantes do instrumento convocatório respectivo e seus anexos, da proposta apresentada pelo (s) fornecedor (es), os quais integram esta ata, independentemente de transcrição. O presente registro de preços terá vigência de 06 (seis) meses, contado a partir da data de publicação desta Ata.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

1.1. A fiscalização será exercida por um representante da CONTRATANTE, identificado na ata, a quem competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do Edital/Ata;

1.2. A CONTRATANTE se reserva o direito de rejeitar no todo ou em parte os serviços executados, se em desacordo com o Edital/Ata;

1.3. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui, nem reduz, a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, resultante de imperfeições técnicas ou utilização de material de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implicará a responsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos. (Art. 70 da lei 8.666/93).

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS PRÁTICAS FRAUDULENTAS E DE CORRUPÇÃO

2 - As partes, por seus agentes públicos ou por seus sócios, acionistas, administradores e colaboradores:
I – declaram que têm conhecimento das normas previstas na legislação, entre as quais nas Leis nºs 8.429/1992 e 12.846/2013, seus regulamentos e eventuais outras aplicáveis;

II – comprometem-se em não adotar práticas ou procedimentos que se enquadrem nas hipóteses previstas nas leis e regulamentos mencionados no inciso anterior e se comprometem em exigir o mesmo pelos terceiros por elas contratados;

III – comprometem-se em notificar à Controladoria-Geral do Estado qualquer irregularidade que tiverem conhecimento acerca da execução do contrato;

IV – declaram que têm ciência que a violação de qualquer das obrigações previstas na Instrução Normativa conjunta CGE/SEA nº 01/2020, além de outras, é causa para a rescisão unilateral do contrato, sem prejuízo da cobrança das perdas e danos, inclusive danos potenciais, causados à parte inocente e das multas pactuadas.

Itens constantes da Ata:

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO/MARCA(S)/ PAÍS DE ORIGEM	QUANTITATIVO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01					

Fiscal da ATA de Registro de Preços:

Órgão Gerenciador	Empresa
-------------------	---------

Testemunha	Testemunha
------------	------------



Código para verificação: **6T92ZBW7**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



JORGE EDUARDO TASCA em 20/07/2020 às 11:19:32

Emitido por: "SGP-e", emitido em 01/10/2019 - 11:38:00 e válido até 01/10/2119 - 11:38:00.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U0VBXzcwMDBfMDAwMDQ3NzZfNDgzOV8yMDIwXzZUOTJaQlc3> ou o site <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SEA 00004776/2020** e o código **6T92ZBW7** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.



ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PE Nº 0066/2020

Aos 12 (doze) dias do mês de novembro do ano de 2020, o ESTADO DE SANTA CATARINA, por intermédio da Secretaria de Estado da Administração, com sede na Rodovia SC 401, Km 5, nº 4600, Bloco II, Bairro Saco Grande II, Florianópolis/SC, inscrita no CNPJ/MF sob nº 82.951.351/0001-42, doravante denominado Órgão Gerenciador, neste ato representado pelo seu Secretário de Estado da Administração, senhor Luiz Antônio Dacol, portador do CPF nº 534.693.809-53, nos termos do art. 15 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, em face da classificação das propostas apresentadas no pregão eletrônico nº 0066/2020 para registro de preços, resolve REGISTRAR OS PREÇOS das empresas com preços mais vantajosos, por item, sujeitando-se as partes ao Edital de Pregão Eletrônico nº 0066/2020, as determinações da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Estadual nº 12.337, de 05 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Decreto Estadual nº 2.617, de 16 de setembro de 2009, alterações posteriores, demais normas legais federais e estaduais vigentes e pelas cláusulas e condições que se seguem.

Empresa: ALPHA HIGIENE E LIMPEZA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.276.894/0001-11, com sede na Rua Carlos Baretta, nº 343, América, CEP 95.180-000, Farroupilha/RS, neste ato representada por seu representante legal, senhor BENONI FRANCISCO DUARTE, portador do CPF nº 376.698.500-00, documento de identidade nº 8035588378, e doravante denominada FORNECEDORA.

ITEM 01 - Quantidade: 313.818 (trezentos e treze mil e oitocentos e dezoito) - Soluções para desinfecção de artigos hospitalares/desinfetante a base de hipoclorito de sódio com 1%. Preço unitário de R\$ 0,9700 o litro, e preço total de R\$ 304.403,46 (trezentos e quatro mil quatrocentos e três reais e quarenta e seis centavos).

Marca: BENFORT.

Empresa: BMI PROSPER EIRELI EPP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.012.375/0001-86, com sede na Rodovia José Carlos Daux, nº 8600, sala 05, bloco 01, Corporate Park, Santo Antônio de Lisboa, CEP 88.050-000, Florianópolis/SC, neste ato representada por seu representante legal, senhora BRUNA DALCANALE CORONA, portador do CPF nº 004.760.539-19, documento de identidade nº 3930755, e doravante denominada FORNECEDORA.

ITEM 20 - Quantidade: 2.784 (dois mil e setecentos e oitenta e quatro) - Termômetro infravermelho c/ mira laser, calibração RBC. Preço unitário de R\$ 132,9000 a peça, e preço total de R\$ 369.993,60 (trezentos e sessenta e nove mil novecentos e noventa e três reais e sessenta centavos).

Marca: BIOLAND.

Empresa: CRISTIANI LOURI RODRIGUES ME, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.676.816/0001-41, com sede na Rua 25 de Novembro, nº 80, Nossa Senhora do Rosário, CEP 88.110-690, São José/SC, neste ato representada por seu representante legal, senhora CRISTIANI LOURI RODRIGUES, portador do CPF nº 060.732.489-97, documento de identidade nº 4346756, e doravante denominada FORNECEDORA.

ITEM 21 - Quantidade: 7.667 (sete mil e seiscentos e sessenta e sete) - Dispenser para álcool gel. Preço unitário de R\$ 26,1900 a peça, e preço total de R\$ 200.798,73 (duzentos mil setecentos e noventa e oito reais e setenta e três centavos).

Marca: NOBRE.



Empresa: ELFORT IMPORTAÇÃO E DISTRIBUICAO DE PRODUTOS EIRELI, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.213.849/0001-18, com sede na Rua João Gualberto de Oliveira, nº 200, sala 02, Picadas do Norte, CEP 88.106-535, São José/SC, neste ato representada por seu representante legal, senhor CLAUDIO RODRIGO MACHADO, portador do CPF nº 845.723.709-82, documento de identidade nº 29521416, e doravante denominada FORNECEDORA.

ITEM 09 - Quantidade: 470.422 (quatrocentos e setenta mil e quatrocentos e vinte e dois) - Materiais descartáveis diversos (tecido/não tecido máscara facial, especifica p/ m. turbecolosis (detalhada)). Preço unitário de R\$ 3,3100 a peça, e preço total de R\$ 1.557.096,82 (um milhão quinhentos e cinquenta e sete mil noventa e seis reais e oitenta e dois centavos).

Marca: KSN.

Empresa: HILEON CESAR SUCATELLI ME, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.778.957/0001-66, com sede na Rua Pomeranos, nº 6.122, São Roque, CEP 89.120-000, Timbó/SC, neste ato representada por seu representante legal, senhor HILEON CESAR SUCATELLI, portador do CPF nº 057.017.749-96, documento de identidade nº 44574371, e doravante denominada FORNECEDORA.

ITEM 19 - Quantidade: 190.955 (cento e noventa mil e novecentos e cinquenta e cinco) - Álcool para uso geral 70%, cosmético, embalagem descart. 400 a 500 ml, válvula pump. Preço unitário de R\$ 5,8500 a peça, e preço total de R\$ 1.117.086,75 (um milhão, cento e dezessete mil, oitenta e seis reais e setenta e cinco centavos).

Marca: SUPER

Empresa: MAYCON WILL EIRELI, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 18.712.730/0001-80, com sede na Rua Alvorada, nº 180, Flor de Napolis, CEP 88.106-460, São José/SC, neste ato representada por seu representante legal, senhor MAYCON WILL, portador do CPF nº 040.294.789-48, documento de identidade nº 41155912, e doravante denominada FORNECEDORA.

ITEM 08 - Quantidade: 1.348.586 (um milhão, trezentos e quarenta e oito mil e quinhentos e oitenta e seis) - Materiais descartáveis diversos (tecido/não tecido gorro c/ elástico, descartável (detalhada)). Preço unitário de R\$ 0,1500 a peça, e preço total de R\$ 202.287,90 (duzentos e dois mil duzentos e oitenta e sete reais e noventa centavos).

Marca: NOBRE.

ITEM 10 - Quantidade: 5.308.864 (cinco milhões, trezentos e oito mil e oitocentos e sessenta e quatro) - Materiais descartáveis diversos (tecido/não tecido máscara facial sem viseira com no mínimo três camadas, elástico). Preço unitário de R\$ 0,4599 a peça, e preço total de R\$ 2.441.546,55 (dois milhões e quatrocentos e quarenta e um mil quinhentos e quarenta e seis reais e cinquenta e cinco centavos).

Marca: NOBRE.

Empresa: MEDCLEAN COMERCIAL LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.921.280/0001-69, com sede na Rua Julio Kowalski, nº 185, Jardim São Pedro, CEP 91.040-380, Porto Alegre/RS, neste ato representada por seu representante legal, senhor LUIZ MARCELO ALBERNAZ CORDEIRO, portador do CPF nº 001.951.970-20, documento de identidade nº 3005459957, e doravante denominada FORNECEDORA.

ITEM 14 - Quantidade: 1.559.230 (um milhão quinhentos e cinquenta e nove mil e duzentos e trinta) - Materiais descartáveis diversos (tecido/não tecido avental descartável, gramatura 30gr/cm2). Preço unitário de R\$ 5,8400 a peça, e preço total de R\$ 9.105.903,20 (nove milhões cento e cinco mil novecentos e três reais e vinte centavos).



Marca: CLEANTECH/RMS80053550011/CX C/ 100U/AV PROC SMS.

Empresa: PKB PRODUTOS QUÍMICOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.648.513/0001-76, com sede na Rua Almir Schmitt, nº 390, Centro, CEP 88.180-000, Antônio Carlos/SC, neste ato representada por seu representante legal, senhor GIOVANI KRAMER HORN, portador do CPF nº 575.195.600-15, documento de identidade nº 030703419, e doravante denominada FORNECEDORA.

ITEM 16 - Quantidade: 133.727 (cento e trinta e três mil e setecentos e vinte e sete) - Álcool para uso geral, Álcool a 70% p/ desinf. de materiais, frasco 1000ml (det), Álcool a 70% para desinfecção de materiais, superfícies, em frasco de 1 (um) litro. Apresentar registro de saneante na ANVISA e laudo de teor alcoólico (por lote fornecido). Embaladas em caixa de papelão resistente. Preço unitário de R\$ 4,1800 o litro, e preço total de R\$ 558.978,86 (quinhentos e cinquenta e oito mil novecentos e setenta e oito reais e oitenta e seis centavos).

Marca: SAUBA.

ITEM 17 - Quantidade: 11.016 (onze mil e dezesseis) - Álcool para uso geral 70%, cosmético, embalagem com 5 litros. Preço unitário de R\$ 33,9000 a peça, e preço total de R\$ 373.442,40 (trezentos e setenta e três mil, quatrocentos e quarenta e dois reais e quarenta centavos).

Marca: SAUBA.

ITEM 18 - Quantidade: 63.395 (sessenta e três mil e trezentos e noventa e cinco) - Álcool para uso geral líquido, 70%, saneante, embalagem com 5 litros. Preço unitário de R\$ 28,0000 a peça, e preço total de R\$ 1.775.060,00 (um milhão setecentos e setenta e cinco mil e sessenta reais).

Marca: SAUBA.

Empresa: SC MED DISTRIBUIDORA MEDICO HOSPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 27.311.107/0001-07, com sede na Avenida Brasil, nº 1137, Sala 01, Centro, CEP 89.887-000, Palmitos/SC, neste ato representada por seu representante legal, senhor DILNEI KAIPPER, portador do CPF nº 870.779.309-04, documento de identidade nº 3128484, e doravante denominada FORNECEDORA.

ITEM 13 - Quantidade: 495.116 (quatrocentos e noventa e cinco mil e cento e dezesseis) - Materiais descartáveis diversos (tecido/não tecido máscara facial sem viseira com no mínimo três camadas, tiras). Preço unitário de R\$ 1,3700 a peça, e preço total de R\$ 678.308,92 (seiscentos e setenta e oito mil trezentos e oito reais e noventa e dois centavos).

Marca: NEVE PREMIUM.

ITENS 2, 3, 4, 5, 6, 7, 11, 12, 15: FRUSTRADOS.

CLÁUSULA PRIMEIRA – Do Objeto e sua Execução

Constitui objeto da presente Ata de Registro de Preços o registro dos preços dos produtos especificados no Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico nº 0066/2020, com as características constantes das propostas julgadas vencedoras, que passam a fazer parte desta Ata, como parte integrante.

§ 1º – São Órgãos Participantes desta Ata aqueles descritos no Anexo X do Edital de Pregão Eletrônico nº 0066/2020.

§ 2º – Após a contratação, na entrega do objeto, a Contratante, aleatoriamente e por amostragem, poderá efetuar análise, para efeito de comprovação das características e da qualidade exigidas nas especificações do objeto descritas no Anexo I do Edital. A comprovação será efetuada pela própria contratante ou por terceiros por ela contratados para essa finalidade e as despesas oriundas desses custos serão atribuídos à responsabilidade da Contratada.



§ 3º – É vedada a formalização de contratos de qualquer natureza, incluindo os relativos à concessão de serviços públicos e programas de apoio e linhas de crédito, pela Administração Pública estadual direta ou indireta, com as empresas inseridas no Cadastro de Empregadores que tenham mantido trabalhadores em condições análogas à de escravo, do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), conforme o art. 2º da Lei nº 16.493, de 5 de dezembro de 2014.

CLÁUSULA SEGUNDA – Da Vigência

O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços tem início na sua assinatura e terá validade de 12 (doze) meses, vedada a sua prorrogação.

§ 1º – Considerando que o sistema eletrônico utiliza recursos de criptografia e de autenticação que asseguram condições adequadas de segurança em todas as etapas do certame, implicando também a responsabilidade legal do licitante e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao presente processo. A assinatura da Ata de Registro de Preços será substituída e firmada nos termos do Anexo VI – Termo de Aceite da Ata de Registro de Preços.

§ 2º – A empresa DECLARA por fim, que o Termo de Aceite da Ata de Registro de Preços supre a assinatura da respectiva Ata de Registro de Preços do Pregão Eletrônico nº 0066/2020, surtindo efeitos jurídicos.

CLÁUSULA TERCEIRA – Dos Contratos

Para a consecução do fornecimento dos produtos registrados nesta Ata, serão emitidas autorizações de fornecimento/contratos entre as empresas julgadas vencedoras – Fornecedoras e os Órgãos enunciados no Anexo X – Órgãos Participantes, do Pregão Eletrônico nº 0066/2020.

CLÁUSULA QUARTA – São partes integrantes da presente Ata, independentemente de sua transcrição, o Edital do Pregão Eletrônico nº 0066/2020, seus Anexos e as propostas eletrônicas das Fornecedoras.

CLÁUSULA QUINTA – Nos termos do art. 15, § 4º, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a Administração não está obrigada a adquirir exclusivamente por intermédio desta Ata, durante o seu período de vigência, o objeto cujos preços nela estejam registrados, podendo adotar para tanto uma licitação específica, assegurando-se, todavia, a preferência de fornecimento aos registrados, no caso de igualdade de condições.

CLÁUSULA SEXTA – Fica vinculado a este instrumento o Termo de Aceite da Ata de Registro de Preços, Anexo VI do Pregão Eletrônico nº 0066/2020.

CLÁUSULA SÉTIMA – Do Foro

Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado de Santa Catarina, com a renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para serem dirimidas questões originárias da execução desta Ata.

E, por estarem justos e acordados, declaram as partes aceitarem todas as disposições estabelecidas na presente Ata de Registro de Preços que, lida e achado conforme, foi confeccionada em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vai assinada pelo senhor Luiz Antônio Dacol, Secretário de Estado da Administração, portador do CPF nº 534.693.809-53, representando o ÓRGÃO GERENCIADOR e ÓRGÃOS PARTICIPANTES, e pelos representantes da(s) Empresa(s) Registrada(s), abaixo identificados e presentes neste ato.

Florianópolis/SC, 12 de novembro de 2020.



LUIZ ANTÔNIO DACOL
SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
CPF nº 534.693.809-53

ALPHA HIGIENE E LIMPEZA LTDA
BENONI FRANCISCO DUARTE
CPF nº 376.698.500-00

BMI PROSPER EIRELI EPP
BRUNA DALCANALE CORONA
CPF nº 004.760.539-19

CRISTIANI LOURI RODRIGUES ME
CRISTIANI LOURI RODRIGUES
CPF nº 060.732.489-97

ELFORT IMP E DISTRIBUICAO DE PRODUTOS LTDA ME
CLAUDIO RODRIGO MACHADO
CPF nº 845.723.709-82

HILEON CESAR SUCATELLI ME
HILEON CESAR SUCATELLI
CPF nº 057.017.749-96

MAYCON WILL EIRELI - ME
MAYCON WILL
CPF nº 040.294.789-48



MEDCLEAN COMERCIAL LTDA
LUIZ MARCELO ALBERNAZ CORDEIRO
CPF nº 001.951.970-20

PKB PRODUTOS QUÍMICOS LTDA
GIOVANI KRAMER HORN
CPF nº 575.195.600-15

SC MED DISTRIBUIDORA MEDICO HOSPITALAR LTDA
DILNEI KAIPPER
CPF nº 870.779.309-04



Código para verificação: **0HA5R66A**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ **CLAUDIO RODRIGO MACHADO** (CPF: 845.XXX.709-XX) em 13/11/2020 às 15:19:44
Emitido por: "AC SERASA RFB v5", emitido em 20/06/2018 - 19:30:00 e válido até 19/06/2021 - 19:30:00.
(Assinatura ICP-Brasil)
- ✓ **GIOVANI KRAMER HORN** (CPF: 575.XXX.600-XX) em 13/11/2020 às 16:53:42
Emitido por: "AC Instituto Fenacon RFB G3", emitido em 17/05/2019 - 14:49:55 e válido até 16/05/2022 - 14:49:55.
(Assinatura ICP-Brasil)
- ✓ **CRISTIANI LOURI RODRIGUES** (CPF: 060.XXX.489-XX) em 13/11/2020 às 16:58:58
Emitido por: "AC Certisign RFB G5", emitido em 02/08/2019 - 15:48:11 e válido até 01/08/2022 - 15:48:11.
(Assinatura ICP-Brasil)
- ✓ **MAYCON WILL** (CPF: 040.XXX.789-XX) em 13/11/2020 às 17:49:06
Emitido por: "Autoridade Certificadora SERPRORFBv5", emitido em 17/10/2018 - 16:12:57 e válido até 16/10/2021 - 16:12:57.
(Assinatura ICP-Brasil)
- ✓ **LUIZ MARCELO ALBERNAZ CORDEIRO** (CPF: 001.XXX.970-XX) em 16/11/2020 às 08:27:30
Emitido por: "AC SAFEWEB RFB v5", emitido em 06/12/2019 - 11:00:05 e válido até 06/12/2022 - 11:00:05.
(Assinatura ICP-Brasil)
- ✓ **DILNEI KAIPPER** (CPF: 870.XXX.309-XX) em 16/11/2020 às 11:31:24
Emitido por: "AC VALID RFB v5", emitido em 21/10/2020 - 09:17:29 e válido até 21/10/2021 - 09:17:29.
(Assinatura ICP-Brasil)
- ✓ **HILEON CESAR SUCATELLI** (CPF: 057.XXX.749-XX) em 16/11/2020 às 13:41:52
Emitido por: "AC Notarial RFB G4", emitido em 27/01/2020 - 16:07:06 e válido até 26/01/2021 - 16:07:06.
(Assinatura ICP-Brasil)
- ✓ **BRUNA DALCANALE CORONA** (CPF: 004.XXX.539-XX) em 16/11/2020 às 14:54:45
Emitido por: "AC Instituto Fenacon RFB G3", emitido em 10/09/2020 - 10:33:45 e válido até 10/09/2023 - 10:33:45.
(Assinatura ICP-Brasil)
- ✓ **LUIZ ANTONIO DACOL** em 16/11/2020 às 16:48:16
Emitido por: "SGP-e", emitido em 30/03/2018 - 12:48:04 e válido até 30/03/2118 - 12:48:04.
(Assinatura do sistema)
- ✓ **ALPHA HIGIENE E LIMPEZA EIRELI** (CPF: 376.XXX.500-XX) em 17/11/2020 às 16:47:25
Emitido por: "AC SAFEWEB RFB v5", emitido em 13/08/2020 - 09:54:00 e válido até 13/08/2021 - 09:54:00.
(Assinatura ICP-Brasil)



Assinaturas do documento



Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U0VBXzcwMDBfMDAwMDQ3NzZfNDgzOV8yMDIwXzBIQTVSNjZB> ou o site <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SEA 00004776/2020** e o código **0HA5R66A** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.

Licitações

Gabinete do Governador

CASA CIVIL

EXTRATO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 011/2020 - SCC

OBJETO: aquisição de 10 (dez) normas ABNT e Mercosul e 01 (uma) norma ISO 19600:2014 PT (traduzida), para atendimento das demandas da Secretaria Executiva de Integridade e Governança.

CONTRATADA: ASSOCIACAO BRASILEIRA DE NORMAS TECNICAS ABNT

CNPJ: 33.402.892/0001-06

VALOR GLOBAL: R\$ 1.112,60 (um mil cento e doze reais e sessenta centavos).

DATA DA ASSINATURA: 16 de novembro de 2020.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores.

ASSINADO POR: Ricardo Miranda Aversa, Chefe da Casa Civil.

SCC 14520/2020

Florianópolis, 17 de novembro de 2020.

Cod. Mat.: 704207

DEFESA CIVIL DO ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO

CONVITE Nº 021/DC/2020 – do Tipo Preço e Técnica, pelo regime de empreitada por preço global. Objeto: Contratação de empresa especializada para a realização de inspeção de segurança, avaliação dos equipamentos e elaboração de projetos para a recuperação da Barragem Norte no município de José Boiteux/SC. Abertura da sessão: às 14:00 horas do dia 30/11/2020. O Edital e seus anexos estão disponíveis no site <http://www.portaldecompras.sc.gov.br>. Informações sobre o edital serão prestadas através do e-mail gelic@defesacivil.sc.gov.br. Processo SGP-e: SDC 700/2020. Protocolo CIG: DC 3205/2020.

Cod. Mat.: 704042

Secretarias de Estado

ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO - SEA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Origem: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0066/2020.

Objeto: Aquisição de EPI - S para enfrentamento do CORONAVÍRUS para os órgãos do Estado de Santa Catarina. Vigência: 11/ novembro/2021 a 11/novembro/2022.

Unidade Gerenciadora: SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO - SEA.

CNPJ: 82.951.351/0001-42.

Empresa: ALPHA HIGIENE E LIMPEZA LTDA - EPP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.276.894/0001-11.

ITEM 1 - Soluções para desinfecção de artigos hospitalares desinfetante a base de hipoclorito de sódio com 1%. Quantidade: 313.818 / Litro. Marca: Benfort - ao preço de R\$ 0,9700 UN.

Empresa: BMI PROSPER EIRELI EPP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.012.375/0001-86.

ITEM 20 - Termômetro termômetro infravermelho c/ mira laser, calibração rbc. Quantidade: 2.784 / Peça. Marca: BIOLAND - ao preço de R\$ 132.9000 UN.

Empresa: CRISTIANI LOURI RODRIGUES ME, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.676.816/0001-41.

ITEM 21 - Dispenser para álcool gel. Quantidade: 7.667 / Peça. Marca: Nobre - ao preço de R\$ 26,1900 UN.

Empresa: ELFORT IMP E DISTRIBUICAO DE PRODUTOS LTDA ME, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.213.849/0001-18.

ITEM 9 - Materiais descartáveis diversos (tecido/nao tecido mascara facial, especifica p/ m. tuberculosis (detalhada). Quantidade: 470.422 / Peça. Marca: KSN - ao preço de R\$ 3,3100 UN.

Empresa: HILEON CESAR SUCATELLI ME, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.778.957/0001-66.

ITEM 19 - Alcool para uso geral 70%, cosmético, embalagem descart.400 a 500 ml, valvula pump. Quantidade: 190.955 / Peça. Marca: SUPER - ao preço de R\$ 5,8500 UN.

Empresa: MAYCON WILL EIRELI - ME, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 18.712.730/0001-80.

ITEM 8 - Materiais descartáveis diversos (tecido/nao tecido gorro c/ elastico, descartavel (detalhada). Quantidade:

1.348,586 / Peça. Marca: Nobre - ao preço de R\$ 0,1500 UN. ITEM 10 - Materiais descartáveis diversos (tecido/nao tecido mascara facial sem viseira c/no mínimo três camadas,elastico. Quantidade: 5.308,864 / Peça. Marca: Nobre - ao preço de R\$ 0,4599 UN.

Empresa: MEDCLEAN COMERCIAL LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.921.280/0001-69.

ITEM 14 - Materiais descartáveis diversos (tecido/nao tecido avental descartavel gramatura 30gr/cm2. Quantidade: 1.559,230 / Peça. Marca: Cleantech/RMS80053550011/Cx c/ 100u/ Av proc SMS - ao preço de R\$ 5,8400 UN.

Empresa: PKB PRODUTOS QUÍMICOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.648.513/0001-76.

ITEM 16 - Alcool a 70% para desinfecção de materiais, superfícies, em frasco de 1 (um) litro. Apresentar registro de saneante na ANVISA e laudo de teor alcoólico (por lote fornecido). Embaladas em..., e demais especificações conforme edital. Quantidade: 133.727 / Litro. Marca: Sauba - ao preço de R\$ 4,1800 UN.

ITEM 17 - Alcool para uso geral 70%, cosmético, embalagem com 5 litros. Quantidade: 11.016 / Peça. Marca: Sauba - ao preço de R\$ 33,9000 UN.

ITEM 18 - Alcool para uso geral liquido,70%,saneante, embalagem com 5 litros. Quantidade: 63.395 / Peça. Marca: Sauba - ao preço de R\$ 28,0000 UN.

Empresa: SC MED DISTRIBUIDORA MEDICO HOSPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 27.311.107/0001-07.

ITEM 13 - Materiais descartáveis diversos (tecido/nao tecido mascara facial sem viseira com no mínimo tres camadas,tiras. Quantidade: 495.116 / Peça. Marca: Neve Premium - ao preço de R\$ 1,3700 UN.

ITEMS 2, 3, 4, 5, 6, 7, 11, 12, 15: FRUSTRADO.

Pela contratante: Luiz Antônio Dacol - Secretário de Estado da Administração, Processo SGP-e: SEA 00004776/2020, Protocolo CIG SGP-e: SEA 00004776/2020.

Cod. Mat.: 704297

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL E SOCIOED/FUNDO PENT DE SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 0081/2020 - menor preço por item.

Objeto: Aquisição de Equipamento de Capacete Antitumulto, Escudo Antitumulto e Cassetete.

Antitumulto, para o DEASE.

. Início da entrega de propostas: às 16:00 horas do dia 19/11/2020. Fim da entrega de propostas: às 13:30 horas do dia 02/12/2020. Abertura da sessão: a partir das 13:30 horas do dia 02/12/2020. O Edital e seus anexos estão disponíveis no site www.sap.sc.gov.br. Informações sobre o edital serão prestadas através do e-mail geliclicitacao@sap.sc.gov.br, no horário das 12:30 às 19:00, em dias úteis. Processo: **SAP 1896/2020**. CIG: **SAP 49294/2020**.

Cod. Mat.: 704185

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL E SOCIOEDUCATIVA - SAP

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 0077/2020 - menor preço por lote.

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de Serviços de Alimentação e Nutrição (SAN) com manipulação e distribuição de alimentação, fornecimento de todos os gêneros alimentícios e demais insumos para o Presídio Regional de Rio do Sul e UPA de Ituporanga. Início da entrega de propostas: às 16:00 horas do dia 19/11/2020. Fim da entrega de propostas: às 13:30 horas do dia 01/12/2020. Abertura da sessão: a partir das 13:30 horas do dia 01/12/2020. O Edital e seus anexos estão disponíveis no site www.sap.sc.gov.br. Informações sobre o edital serão prestadas através do e-mail geliclicitacao@sap.sc.gov.br, no horário das 12:30 às 19:00, em dias úteis. Processo: **SAP 19116/2020**. CIG: **SAP 49278/2020**.

Cod. Mat.: 704206

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL E SOCIOEDUCATIVA - SAP

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 0061/2020 - menor preço por item.

Objeto: Contratação de empresas especializada para elaboração de Projetos Executivos de Engenharia para Readequação do Sistema Hidrossanitário e do Sistema de Drenagem Pluvial do Complexo Penitenciário do Estado - COPE, localizado no município de São Pedro de Alcântara. Início da entrega de propostas: às 16:00 horas do dia 19/11/2020. Fim da entrega de propostas: às 13:30 horas do dia 02/12/2020. Abertura da sessão: a partir das 13:30 horas do dia 02/12/2020. O Edital e seus anexos estão disponíveis no site www.sap.sc.gov.br. Informações sobre o edital serão prestadas através do e-mail geliclicitacao@sap.sc.gov.br no horário das 12:30 às 19:00, em dias úteis. Processo: **SJC 65519/2019**. CIG: **SAP 50700/2020**.

Cod. Mat.: 704228

ESTADO DE SANTA CATARINA – SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA – SEF EXTRATO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0018/2020 (Processo SEF 00010608/2020).

Tendo em vista o Edital de Credenciamento nº 001/2009, e com base nas informações constantes do Processo SEF nº 00010608/2020, fica ratificada a Inexigibilidade de Licitação 0018/2020, para a contratação do ITAÚ UNIBANCO S.A., inscrito no CNPJ sob o nº 60.701.190/0001-04, no valor global estimado de R\$ 3.003.381,06 (três milhões, três mil, trezentos e oitenta e um reais e seis centavos), para a prestação de serviços bancários para arrecadação de tributos e demais receitas estaduais por meio de DARE e GNRE, fundamentada no art. 25, caput, da Lei Federal nº 8.666/1993. Florianópolis, 12/11/2020. Paulo Eli, Secretário de Estado da Fazenda.

Cod. Mat.: 704243

ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE. AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO - EDITAL N.º 109/20. Objeto: Contratação de empresa especializada para a retirada, fornecimento e instalação de 01 (uma) escada rolante no Terminal de Passageiros do Aeroporto Regional Sul - Jaguaruna. Tipo: Menor preço por item. Data de envio final das propostas: até às 14:15 horas do dia 01/12/2020. Abertura: 01/12/2020, a partir das 14:30 horas. Local para obtenção do Edital: www.portaldecompras.sc.gov.br, acesse "BUSCA DETALHADA EDITAIS" e cadastre seu e-mail, ou no "site" sgpe.sea.sc.gov.br, acesse "CONSULTA DE PROCESSOS" ou no site www.sie.sc.gov.br, acesse Portal de Licitações. Florianópolis-SC, 17 de Novembro de 2020. Thiago Augusto Vieira. Secretário da SIE.

CIG / SIE-00019584/2020.

Cod. Mat.: 704102

ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE-DE. Resultado: **LICITAÇÃO FRACASSADA** – TOMADA DE PREÇOS - EDITAL Nº 034/2020. Objeto: Contratação de Empresa Especializada em Serviços de Engenharia para conclusão da EEM Darci Franke/Welk (Tifa Martins), localizada na Rua Ricardo OttokarHruschka, bairro São Luis, no município de Jaraguá do Sul / SC, Florianópolis-SC, 17 de Julho de 2020. Thiago Augusto Vieira - Secretário da SIE.

CIG / SED 00014739/2020

Cod. Mat.: 704113

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES RESULTADO DE LICITAÇÃO

O Secretário de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde torna público o Resultado da Licitação nº 2453/2020 na modalidade: Pregão "Eletrônico", cujo objeto é: Registro de Preços para Aquisição de materiais de laboratório para o Instituto de Anatomia Patológica (IAP). MENOR PREÇO: Itens: 09, 11 e 12. COTAÇÃO ÚNICA: Itens: 02, 03, 04, 07, 08, 17 e 19. CONSIDERAR NÃO COTADOS: Itens: 01, 06, 10, 13, 14, 15, 16 e 18. DESCLASSIFICAR O ITEM DA EMPRESA, CONFORME DISCRIMINADO ABAIXO: Por apresentar preço excessivo (Art. 48, Inciso II, da Lei 8.666/93 e Alterações): A Casa do Laboratório Ltda ME. – Item: 05. EMPRESAS VENCEDORAS: A Casa do Laboratório Ltda ME. – Itens: 02, 03, 04, 07, 08, 11, 12, 17 e 19. Leica do Brasil Importação e Comércio Ltda. – Item: 09. CIG: SES 131386/2020.

Cod. Mat.: 704187

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES

RESULTADO DE LICITAÇÃO

O Secretário de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde torna público o Resultado da Licitação nº 2436/2020 na modalidade: Pregão "Eletrônico", cujo objeto é: Contratação de serviços de fisioterapia pelo método Bobat, terapia ocupacional pelo método Bobat, fonoaudiologia pelo método Bobat e fisioterapia (intensivo e manutenção) pelo método Therasuit associado a ETC para o Centro Catarinense de Reabilitação. ADQUIRIR: MENOR PREÇO: Lotes: I, II e III. COTAÇÃO ÚNICA: Lote: IV. ADJUDICAR: Neuroreab Reabilitação e Terapêutica Ltda. – Lotes: I, II, III e IV. CIG: SES 130381/2020.

Cod. Mat.: 704171

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES

RESULTADO DE LICITAÇÃO

O Secretário de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde torna público o Resultado da Licitação nº 1790/2020 na modalidade: Pregão "Eletrônico", cujo objeto é: Registro de preços para Aquisição de materiais de enfermagem e cirurgia para as Unidades da SES. MENOR PREÇO: Lotes: I e VII. COTAÇÃO ÚNICA: Lotes: III, IV e VI. CONSIDERAR NÃO COTADO: Lotes: V e IX. DESCLASSIFICAR OS LOTES DAS EMPRESAS, CONFORME DISCRIMINADO ABAIXO: Por não atender as especificações técnicas do edital, conforme Parecer Técnico (Art. 48, Inciso I, da Lei 8.666/93 e Alterações): Polar Fix Indústria e Comércio de Produtos Hospitalares Ltda. – Lote: X. Soma SC Produtos Hospitalares Ltda. – Lote: X.



TERMO DE REFERÊNCIA (TR)

1. OBJETO:

1.1. Aquisição de EPIS – Luvas para procedimentos não cirúrgicos.

1.2. Especificação do objeto consta no quadro a seguir:

ITEM	NOME DA UNIDADE	REQUISIÇÃO	ESTIMATIVA DE CONSUMO (MESES)
9598027	Luva de procedimento descartável tamanho pequeno(P), em nitrilica, isenta de látex, não estéril, isenta de talco, formato anatômico, ambidestra, resistente a tração, descartável, uso único, macio, isento de agentes alergizantes, resíduos e impurezas, embalada em caixas contendo 100 peças, com abertura manual de fácil manuseio, contendo dados de identificação, procedência, validade, numero do lote, selo de conformidade apresentar certificado de aprovação MT, as luvas devem ser armazenadas e transportadas em condições que evitem a possibilidade de afetar a integridade, em especial calor, a umidade e a luz. Em conformidade a RDC nº 55 de 04 de novembro de 2011, portaria nº 332, de 26 de julho de 2012 e portaria nº 451, de 31 de agosto de 2012. Apresentar certificado de aprovação MTE,	1752/2021	12
9598028	Luva de procedimento descartável tamanho Medio(M), em nitrilica, isenta de látex, não estéril, isenta de talco, formato anatômico, ambidestra, resistente a tração, descartável, uso único, macio, isento de agentes alergizantes, resíduos e impurezas, embalada em caixas contendo 100 peças, com abertura manual de fácil manuseio, contendo dados de identificação, procedência, validade, numero do lote, selo de conformidade, apresentar certificado de aprovação MTE, luvas devem ser armazenadas e transportadas em condições que evitem a possibilidade de afetar a integridade, em especial calor, a umidade e a luz. Em conformidade a RDC 55 de 04 de novembro de 2011, portaria nº 332, de 26 de julho de 2012, e portaria nº 451, de 31 de agosto de 2012.	1752/2021	12
9598029	Luva de procedimento descartável tamanho Grande (G), em nitrilica, isenta de látex, não estéril, isenta de talco, formato anatômico,	1752/2021	12

1/5

	ambidestra, resistente a tração, descartável, uso único, macio, isento de agentes alergizantes, resíduos e impurezas, embalada em caixas contendo 100 peças, com abertura manual de fácil manuseio, contendo dados de identificação, procedência, validade, número do lote, apresentar certificado de aprovação MT, as luvas devem ser armazenadas e transportadas em condições que evitem a possibilidade de afetar a integridade, em especial calor, a umidade e a luz. Em conformidade a RDC nº 55 de 04 de novembro de 2011, portaria nº 332, de 26 de julho de 2012 e portaria nº 451, de 31 de agosto de 2012. Apresentar certificado de aprovação MTE,		
9598074	Luva de procedimento descartável, tamanho pequeno (P) confeccionada em látex natural, íntegro e uniforme, formato anatômico, ambidestra, atóxico, não estéril, resistente a tração, descartável, uso único, sem talco, selo de conformidade, embalada em caixas contendo dados de identificação, procedência, validade, número do lote. As luvas devem ser armazenadas e transportadas em condições que evitem a possibilidade de afetar a integridade, em especial: calor, umidade, luz. Em conformidade a RDC nº 55 de 04 de novembro de 2011, portaria nº 332, de 26 de julho de 2012 e portaria nº 451, de 31 de agosto de 2012. Apresentar certificado de aprovação no MTE.	1752/2021	12
9598075	Luva de procedimento descartável, tamanho médio (M) confeccionada em látex natural, íntegro e uniforme, formato anatômico, ambidestra, atóxico, não estéril, resistente a tração, descartável, uso único, sem talco, selo de conformidade, embalada em caixas, contendo dados de identificação, procedência, validade, número do lote. As luvas devem ser armazenadas e transportadas em condições que evitem a possibilidade de afetar a integridade, em especial: calor, umidade, luz. Em conformidade a RDC nº 55 de 04 de novembro de 2011, portaria nº 332, de 26 de julho de 2012 e portaria nº 451, de 31 de agosto de 2012. Apresentar certificado de aprovação MTE.	1752/2021	12
9598076	Luva de procedimento descartável, tamanho grande (G) confeccionada em látex natural, íntegro e uniforme, formato anatômico, ambidestra, atóxico, não estéril, resistente a tração, descartável, uso único, sem talco, selo de conformidade, embalada em caixas, contendo dados de identificação, procedência, validade, número do lote. As	1752/2021	12

2/5

	luvas devem ser armazenadas e transportadas em condições que evitem a possibilidade de afetar a integridade, em especial: calor, umidade, luz. Em conformidade a RDC nº 55 de 04 de novembro de 2011, portaria nº 332, de 26 de julho de 2012 e portaria nº 451, de 31 de agosto de 2012. Apresentar certificado de aprovação MTE.		
--	--	--	--

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA AQUISIÇÃO:

Trata-se da aquisição de luvas de procedimentos destinadas ao enfrentamento da atual pandemia de COVID-19, afim de, manter o abastecimento das unidades próprias da SES/SC.

3 CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DA PROPOSTA:

3.1. A licitante vencedora deverá enviar por meio eletrônico, através do sistema e-lic, no prazo indicado pelo pregoeiro a contar da data da finalização da disputa da sessão, proposta atualizada contendo o valor final readequado, conforme etapa de lances, e o descritivo completo do item cotado, apresentando para este:

- marca/fabricante;
- nome comercial;
- apresentação;
- país de origem do produto;
- Certificado de Registro do Produto junto ao Ministério da Saúde (MS) ou sua publicação no Diário Oficial da União referência do produto;
- Caso o item cotado seja isento do Certificado de Registro do Produto junto ao MS/ANVISA, a licitante deverá apresentar Certificado de Isonção junto ao MS ou sua publicação no Diário Oficial da União;
- Caso o Certificado de Registro do Produto junto ao MS/ANVISA esteja vencido, a licitante deverá apresentar, juntamente com este, o último pedido de revalidação (formulário de petição nº 2) do MS;
- Apresentar declaração, caso o item cotado não seja classificado pelo MS/ANVISA, ficando sujeita as sanções cabíveis, no caso de falsidade de sua declaração;
- se aplicável, a referência do produto.

3.2. O licitante deverá apresentar Alvará sanitário e Autorização de funcionamento da ANVISA vigente de acordo com o produto ofertado.

4. DA ESTIMATIVA

4.1 Orçamentos:

Os orçamentos foram estimados conforme planilha de precificação anexa.

5. DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:

Conforme deliberação da GPLAN.

6 – PRAZOS E CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO:

6.1 O compromisso será firmado por meio de Ata de Registro de Preço com duração de 12 meses, para futura e eventual aquisição de materiais de enfermagem e cirurgia para a

3/5

Gerência de Bens Regulares (GEBER), conforme especificações e quantitativos previstos no item 1 do presente termo;

6.2 - O prazo de entrega deverá ser de até 10 (dez) dias após o recebimento da Autorização de Fornecimento ou documento equivalente;

6.3 - A entrega será efetuada diretamente na Gerência de Bens Regulares (GEBER), situado na Rua Judite Melo dos Santos, 251 – Galpão 06 a 09 - Distrito Industrial – São José – SC – CEP 88.104-765 - Fone: (48) 3665-5510, nas quantidades constantes na Autorização de Fornecimento, tomando como base a Relação de Compras (Anexo I);

6.3.1 – O material deverá indicar na embalagem a razão social da Contratada, o número deste Pregão, o número da nota fiscal e o número da Autorização de Fornecimento;

6.3.2 – Quando da entrega, o produto deverá estar em perfeitas condições para ser consumido, e as embalagens intactas (não danificadas);

6.3.3 – A Contratada deverá ofertar treinamentos relacionados ao objeto licitado, nas unidades da SES/SC mediante solicitação da equipe técnica;

6.3.4 – O objeto não será aceito caso não seja transportado e entregue de maneira correta, respeitando as recomendações do fabricante e autoridades sanitárias;

6.4 – Para os produtos em que é exigido pela legislação vigente prazo de validade, o mesmo deverá constar na embalagem;

6.4.1 – A validade dos materiais, no momento de seu recebimento, não poderá ser inferior a 75% (setenta e cinco por cento) do seu prazo de validade;

6.5 – Os produtos a serem fornecidos devem ser livres de impurezas, estando sujeitos ao controle de qualidade do Contratante diretamente ou por intermédio de terceiros, durante toda a execução do Contrato, sendo rejeitados os produtos não aprovados ou que se apresentarem impróprios para o consumo, os quais deverão ser imediatamente substituídos pelo fornecedor, sem qualquer custo adicional;

6.5.1 - A Contratante reserva-se o direito de a qualquer tempo, previamente ao aceite, ou durante o prazo de garantia do objeto ofertado e entregue, proceder a análise técnica e de qualidade do objeto, diretamente ou por intermédio de terceiros por ele escolhido. Se rejeitados, deverão ser substituídos imediatamente pela Contratada, sem qualquer ônus para a Contratante;

6.6 – A Contratada, mesmo não sendo a fabricante da matéria-prima empregada na fabricação de seu produto, responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade deste, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta;

6.7 – O aceite do(s) produto(s) pela Contratante, não exclui a responsabilidade civil da Contratada por vícios de quantidade ou qualidade do produto ou disparidade com as especificações técnicas exigidas no edital ou atribuídas pela Contratada, verificados posteriormente, garantindo-se à Contratante as faculdades previstas no artigo 18, da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor);

6.8 – O(s) objeto(s) cotado(s) deverá(ão) atender a legislação a ele(s) pertinente(s).

6.9 – Os equipamentos deverão ficar à disposição da unidade enquanto houver estoque dos insumos relacionados.

7. PAGAMENTO:

7.1 A Secretaria de Estado da Saúde efetuará o pagamento em 30 (trinta) dias após o recebimento e aceite do material com a respectiva Nota Fiscal/Fatura ou documento legalmente equivalente, observado o cumprimento integral das disposições contidas neste edital;

7.2 Caso o vencimento do prazo de pagamento da Nota Fiscal/Fatura ocorra fora do calendário semanal ou de expediente bancário, o pagamento será efetuado na próxima data do calendário, imediatamente posterior ao vencimento, não incidindo qualquer compensação financeira neste período;

7.3 A empresa deverá mencionar na respectiva Nota Fiscal/Fatura informações sobre o produto, tais como: a MARCA sob o qual o mesmo é comercializado, Fabricante, Apresentação, País de Origem, o número Certificado de Registro do Produto junto ao Ministério da Saúde, o número do lote e o prazo de validade do produto. Além de mencionar o número do Contrato, o número da Licitação, do Processo PSES e da Autorização de Fornecimento;

7.4 Também será obrigatório que a empresa mencione na Nota Fiscal/Fatura os seguintes dados bancários para pagamento: número do banco, número da agência com dígito, número da conta corrente com dígito.

8. SANÇÕES CONTRATUAIS:

Conforme condições do edital.

9. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

9.1 Nome e matrícula do fiscal do contrato

Alexandre de Souza – matrícula 360382-2-01

9.2 GESTOR DO CONTRATO

GEBER – GERENCIA DE BENS REGULARES

DATA: 22/03/2021



Assinaturas do documento



Código para verificação: **4K093EGA**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



RAFAEL ALFLEN (CPF: 026.XXX.999-XX) em 22/03/2021 às 20:44:57

Emitido por: "SGP-e", emitido em 13/07/2018 - 14:58:20 e válido até 13/07/2118 - 14:58:20.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U0VTXzcwNTIfMDAwNDIzMDRfNDI5NjNfMjAyMV80SzA5M0VHQQ==> ou o site

<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SES 00042304/2021** e o código **4K093EGA** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.



ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 956/2021
EPI'S – LUVAS

Aos 26 dias do mês de maio do ano de 2021, no Estado de Santa Catarina, por meio da Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde, Órgão Gerenciador deste Registro de Preços, situada na Rua Esteves Júnior, nº 160, nesta Capital, inscrita no CNPJ sob o nº 80.673.411/0001-87, representada neste ato pelo Secretário de Estado da Saúde, Senhor André Motta Ribeiro e pelo Gestor desta ata, Senhor Gerente de Bens Regulares, são registrados os preços da empresa **Live Comércio de Material Hospitalar Eireli**, estabelecida à Rua Nilo Bittencourt, nº 55 – Módulo 04 – São Vicente – CEP 88.312-400 – Itajaí/SC, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 10.842.393/0001-34, neste ato representada pelo **Sr. Wagner Joaquim da Silva Junior**, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº 306.616.358-05, portador do RG nº 34.564.099, para eventual fornecimento de **EPI'S para enfrentamento do Coronavírus destinados as unidades hospitalares da Secretária de Estado da Saúde/SC**, conforme especificado no quadro abaixo, resultante do **Pregão Eletrônico SEA nº 100/2021**, objeto do processo **SES 42304/2021**. As condições a serem praticadas neste registro de preços são as constantes do instrumento convocatório respectivo e seus anexos, da proposta apresentada pelo (s) fornecedor (es), os quais integram esta ata, independentemente de transcrição. O presente registro de preços terá vigência de 01 (um) ano, a partir da data de publicação desta Ata.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

- 1.1. A fiscalização será exercida por um representante da CONTRATANTE, indicado pela unidade e identificado na ata, a quem competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do Edital/Ata;
- 1.2. A CONTRATANTE se reserva o direito de rejeitar no todo ou em parte os serviços executados, se em desacordo com o Edital/Ata;
- 1.3. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui, nem reduz, a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, resultante de imperfeições técnicas ou utilização de material de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implicará a responsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos (art. 70 da Lei 8.666/93).

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS PRÁTICAS FRAUDULENTAS E DE CORRUPÇÃO

- 2.1. As partes, por seus agentes públicos ou por seus sócios, acionistas, administradores e colaboradores:
- I – Declaram que têm conhecimento das normas previstas na legislação, entre as quais nas Leis nºs 8.429/1992 e 12.846/2013, seus regulamentos e eventuais outras aplicáveis;
- II – Comprometem-se em não adotar práticas ou procedimentos que se enquadrem nas hipóteses previstas nas leis e regulamentos mencionados no inciso anterior e se comprometem em exigir o mesmo pelos terceiros por elas contratados;
- III – Comprometem-se em notificar à Controladoria-Geral do Estado qualquer irregularidade que tiverem conhecimento acerca da execução do contrato;
- IV – Declaram que têm ciência que a violação de qualquer das obrigações previstas na Instrução Normativa conjunta CGE/SEA nº 01/2020, além de outras, é causa para a rescisão unilateral do contrato, sem prejuízo da cobrança das perdas e danos, inclusive danos potenciais, causados à parte inocente e das multas pactuadas.

Itens constantes da Ata:

Item	Código	Descrição do Material	UN	Quant.	Unitário	Total
1	009598027	Luva de procedimento descartável tamanho pequeno(P), em nitrilica, isenta de látex, não esteril, isenta de talco, formato anatômico, ambidestra, resistente a tração, descartável, uso único, macio, isento de agentes alergizantes, resíduos e impurezas, embalada em caixas contendo 100 peças, com abertura manual de fácil manuseio, contendo dados de identificação, procedência, validade, numero do lote, selo de	peça	2.730.000	0,72	1.965.600,00



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

		conformidade apresentar certificado de aprovação MT, as luvas devem ser armazenadas e transportadas em condições que evitem a possibilidade de afetar a integridade, em especial calor, a umidade e a luz. Em conformidade a RDC nº 55 de 04 de novembro de 2011, portaria nº 332, de 26 de julho de 2012 e portaria nº 451, de 31 de agosto de 2012. Apresentar certificado de aprovação MTE. MARCA/MODELO: LIVE - CA 43958 - RMS: 80630310002.				
2	009598028	Luva de procedimento descartável tamanho Médio (M), em nitrilica, isenta de látex, não esteril, isenta de talco, formato anatômico, ambidestra, resistente a tração, descartável, uso único, macio, isento de agentes alergizantes, resíduos e impurezas, embalada em caixas contendo 100 peças, com abertura manual de fácil manuseio, contendo dados de identificação, procedência, validade, numero do lote, selo de conformidade, apresentar certificado de aprovação MTE, luvas devem ser armazenadas e transportadas em condições que evitem a possibilidade de afetar a integridade, em especial calor, a umidade e a luz. Em conformidade a RDC 55 de 04 de novembro de 2011, portaria nº 332, de 26 de julho de 2012, e portaria nº 451, de 31 de agosto de 2012. MARCA/MODELO: LIVE - CA 43958 -RMS: 80630310002.	peça	2.629.440	0,72	1.893.196,80
3	009598029	Luva de procedimento descartável tamanho Grande (G), em nitrilica, isenta de látex, não esteril, isenta de talco, formato anatômico, ambidestra, resistente a tração, descartável, uso único, macio, isento de agentes alergizantes, resíduos e impurezas, embalada em caixas contendo 100 peças, com abertura manual de fácil manuseio, contendo dados de identificação, procedência, validade, numero do lote, apresentar certificado de aprovação MT, as luvas devem ser armazenadas e transportadas em condições que evitem a possibilidade de afetar a integridade, em especial calor, a umidade e a luz. Em conformidade a RDC nº 55 de 04 de novembro de 2011, portaria nº 332, de 26 de julho de 2012 e portaria nº 451, de 31 de agosto de 2012. Apresentar certificado de aprovação MTE. MARCA/MODELO: LIVE - CA 43958 - RMS: 80630310002.	peça	1.727.580	0,72	1.243.857,60
Valor Total: R\$ 5.102.654,40						



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Fiscal da ATA de Registro de Preços:
GEBER: Alexandre de Souza – Matrícula: 360.382-2-01

Florianópolis (SC), 26 de maio de 2021.

[Assinado digitalmente]
Órgão Gerenciador
Fundo Estadual de Saúde/FES-SES

[Assinado digitalmente]
Gestor
Gerente de Bens Regulares – GEBER

[Assinado digitalmente]
Empresa
Live Comércio de Material Hospitalar Eireli



Código para verificação: **LDY9Y593**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ **ALEXANDRE DE SOUZA** (CPF: 797.XXX.019-XX) em 02/06/2021 às 10:47:59
Emitido por: "SGP-e", emitido em 13/07/2018 - 13:14:16 e válido até 13/07/2118 - 13:14:16.
(Assinatura do sistema)

✓ **ANDRÉ MOTTA RIBEIRO** em 02/06/2021 às 21:40:04
Emitido por: "SGP-e", emitido em 13/05/2021 - 18:41:36 e válido até 13/05/2121 - 18:41:36.
(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U0VTXzcwNTIfMDAwNDIzMDRfNDI5NjNfMjAyMV9MRfk5WTU5Mw==> ou o site <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SES 00042304/2021** e o código **LDY9Y593** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.



Atas Gebes <atasgebes@gmail.com>

ATA PUBLICADA E LIBERADA - ATA 956/2021

1 mensagem

Ata de Registro de Preços <atas@saude.sc.gov.br>

9 de junho de 2021 12:32

Para: LIVE COMÉRCIO <LICITA@livehs.com.br>, Vendas01 | Livehs <vendas01@livehs.com.br>, GEBER - LISTA <gerabdamad@saude.sc.gov.br>, ALEXANDRE DE SOUZA <xandsouza@saude.sc.gov.br>, Valdeia <valdeia@saude.sc.gov.br>

Boa tarde,

Informamos que a **ATA - 956/2021** REFERENTE AO **PE SEA - 100/2021 - Empresa: Live Comércio de Material Hospitalar Eireli**, foi liberada no SCCD e publicada em **08/06/2021 D.O.E. 21.536**.

O processo encontra-se à disposição para vistas no portal Sistema de Gestão de Protocolo Eletrônico - SGPE (www.sgpe.sea.sc.gov.br) através do link consulta de processos, no endereço constante abaixo ou informações por meio dos telefones (48) 3664-8735.

Atenciosamente,

Lucas Gonçalves

Diretoria de Licitações e Contratos
Núcleo de Atas de Registro de Preços
Secretaria de Estado da Saúde - SC
Fone: (48) 3664-8951
Rua Esteves Júnior, nº 160, 2º andar
Centro | Florianópolis | SC | 88015-130



ATA 956-2021 - Live + Jornal.pdf
7052K



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÕES E CONTRATAÇÕES DESTINADAS AO
ENFRENTAMENTO DA COVID19

Portaria n. 163/2020

Site: www.portaldecompras.sc.gov.br

Email: cotacoes covid19@sea.sc.gov.br

MINUTA
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO SEA Nº 0100/2021
PROCESSO SES 42304/2021

A SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO – SEA com sede na Rodovia SC 401, km 5, 4.600, bloco 2, Saco Grande II, Florianópolis/SC, inscrita no CNPJ sob nº 82.951.351/0001-42, por intermédio da Comissão Especial de Licitação para Aquisições e Contratações destinadas ao enfrentamento da Covid19, torna público que realizará licitação na modalidade pregão eletrônico do tipo MENOR PREÇO, para selecionar proposta, objetivando o **REGISTRO DE PREÇOS**, utilizando recursos de tecnologia da informação – INTERNET, nos termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Estadual nº 12.337, de 05 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Decreto Estadual nº 2.617, de 16 de setembro de 2009, alterações posteriores e demais normas legais federais e estaduais vigentes.

OBJETO: Aquisição de EPI'S para enfrentamento do Coronavírus destinados as unidades hospitalares da Secretaria de Estado da Saúde/SC, conforme especificações constantes do Anexo I.

OBSERVAÇÃO:

Para participar do Pregão Eletrônico é obrigatório providenciar a chave de identificação e senha de acesso por meio do registro no Cadastro Central de Fornecedores (CCF), obtido na página eletrônica do Portal de Compras do Governo do Estado de Santa Catarina, endereço <http://portaldecompras.sc.gov.br>, link “Fornecedores”.

Entrega das Propostas:	<u>Início:</u> A partir das 17h30min do dia 16/04/2021 <u>Término:</u> 13h15min do dia 28/04/2021
Abertura das Propostas:	A partir das 13h15min do dia 28/04/2021
Início da Disputa:	A partir das 13h30min do dia 28/04/2021

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS: (PE nº 0100/2021)

site: <http://www.portaldecompras.sc.gov.br/>

REFERÊNCIA DE TEMPO: Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília – DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico.

PREGÃO ELETRÔNICO nº 0100/2021

A SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO – SEA, na condição de órgão gerenciador, torna público que realizará licitação na modalidade Pregão Eletrônico, para selecionar proposta, objetivando o **REGISTRO DE PREÇOS**, para o fornecimento de **EPI'S para enfrentamento do Coronavírus**, utilizando recursos de tecnologia da informação – INTERNET, nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Estadual nº 12.337, de 05 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Decreto Estadual nº 2.617, de 16 de setembro de 2009, alterações posteriores e demais normas legais federais e estaduais vigentes.

1 – DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 – O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança – criptografia e autenticação – em todas as suas fases.

1.2 – Os trabalhos serão conduzidos pela Secretaria de Estado da Administração/Comissão Especial de Licitação para Aquisições e Contratações destinadas ao enfrentamento da Covid19, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo “Licitações” constante na página eletrônica do Portal de Compras do Estado de Santa Catarina, no endereço www.portaldecompras.sc.gov.br.

1.3 – Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a sessão pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília – DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico. Os documentos relacionados a seguir fazem parte integrante desta licitação:

Anexo I – Quadro de Quantitativo(s) e Especificação(ões) Mínima(s) do(s) Item(ns) e condições de Fornecimento;

Anexo II – Modelo de Proposta de Preços – “on-line”;

Anexo III – Identificação dos Envelopes, das Amostras e Prospectos;

Anexo IV – Minuta da Ata de Registro de Preços;

Anexo V – Modelo da Autorização de Fornecimento (AF).

2 – DA LICITAÇÃO

2.1 – Do Objeto

2.1.1 – A presente licitação destina-se a selecionar proposta(s) objetivando o **REGISTRO DE PREÇOS** para futura e eventual **Aquisição de EPI'S para enfrentamento do Coronavírus destinados as unidades hospitalares da Secretária de Estado da Saúde/SC**, conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidas no **Anexo I** e nas condições previstas neste edital.

2.1.1.1 – As quantidades licitadas e informadas no Anexo I são estimativas, podendo a contratante requisitar quantidades maiores ou menores conforme a efetiva necessidade, respeitando-se os limites estabelecidos pela legislação.

2.2 – Do Convênio ICMS nº 26/03

2.2.1 – De acordo com o Convênio ICMS nº 26/03, aprovado pelo CONFAZ - Conselho Nacional de Política Fazendária, o benefício da isenção do ICMS às empresas catarinenses está condicionado ao desconto no preço ao valor equivalente ao imposto dispensado e a indicação do valor do desconto no respectivo documento fiscal de venda ou prestação de serviços; e à comprovação de inexistência de similar produzido no país, na hipótese de qualquer operação com mercadorias importadas do exterior, conforme previsto no parágrafo 1º da Cláusula Primeira do Convênio CONFAZ nº 26/2003, ficando ressalvadas as hipóteses em que a isenção mencionada não se aplica, nos termos previstos no Decreto Estadual nº 255, de 21/05/2003.

2.2.2 - Nos termos do Convênio ICMS 26/03, por se tratar de operação interna relativa à aquisição de bens, as licitantes beneficiadas com a respectiva isenção fiscal devem apresentar as suas propostas de preços já com o valor líquido, ou seja, sem a carga tributária do ICMS.

2.2.3 - Nos casos em que for aplicável a isenção do ICMS, o licitante deverá, obrigatoriamente, informar a respectiva alíquota via comunicação “CHAT”, caso seja o primeiro colocado, depois de encerrada a disputa de lances.

2.2.4 - A isenção supracitada não se aplica a licitante vencedora, quando:

- a) saída promovida por contribuinte enquadrado no simples nacional;
- b) saída de bens ou mercadorias sujeitas ao regime de substituição tributária;

2.2.5 – Eventuais dúvidas quanto ao benefício citado podem ser dirimidas junto a qualquer das Gerências Regionais da Fazenda Estadual – GERG, da Diretoria de Administração Tributária – DIAT, da Secretaria de Estado da Fazenda ou, ainda, no site www.sef.sc.gov.br.

2.3 – Da Execução da Licitação

O processamento da licitação pela Secretaria de Estado da Administração/Comissão Especial de Licitação para Aquisições e Contratações destinadas ao enfrentamento da Covid19, será na qualidade de Interviente Promotora/Órgão Gerenciador, destinando-se o objeto licitado a atender as necessidades das unidades hospitalares da Secretaria de Estado da Saúde/SC.

2.3.1 – Nos termos do parágrafo único, do art. 85, do Decreto Estadual nº 2.617, de 16 de setembro de 2009, o gerenciamento da Ata de Registro de Preços caberá aos órgãos participantes.

3 – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1 – Poderão participar desta licitação as empresas interessadas que atenderem às exigências estabelecidas neste Edital.

3.2 – Não será admitida a participação de:

3.2.1 – Empresas em consórcio;

3.2.2 – Empresas em recuperação judicial ou extrajudicial, ou cuja falência tenha sido declarada, que se encontram sob concurso de credores ou em dissolução ou em liquidação;

3.2.3 – Empresas punidas com suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração usuária do Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina – SEA, durante o prazo estabelecido para a penalidade;

3.2.4 – Empresas que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública;

3.2.5 – Empresas cujos diretores, gerentes, sócios e empregados sejam servidores ou dirigentes do órgão/entidade licitante, bem como membro efetivo ou substituto da Comissão de Licitação.

3.3 – A participação na licitação implica automaticamente na aceitação integral e irretratável dos termos e conteúdos deste edital e seus anexos, a observância dos preceitos legais e regulamentos em vigor; e a responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação;

3.4 – A interessada em participar desta licitação deverá cadastrar, informar e manter endereço eletrônico (e-mail) para fins de comunicação com a Secretaria de Estado da Administração até a finalização do procedimento licitatório e, ou, eventual contrato, autorização de fornecimento ou ata de registro de preços;

3.4.1 – Será considerado e-mail cadastrado o informado no sistema, E-lic;

3.5 – O e-mail servirá para comunicados e notificações relacionados ao procedimento licitatório devendo-se considerar como data de recebimento a data de envio da comunicação pela Secretaria de Estado da Administração.

4 – DAS ATRIBUIÇÕES DO PREGOEIRO

São atribuições do Pregoeiro:

- 4.1 – A verificação se as licitantes atendem as exigências do edital;
- 4.2 – A abertura e exame das propostas iniciais de preços apresentadas por meio eletrônico;
- 4.3 – O acompanhamento e intervenção, quando necessário, dos procedimentos relativos aos lances;
- 4.4 – A análise da documentação para fins de julgamento de habilitação em sessão, da licitante que apresentou o menor preço;
- 4.5 – Geração da ata da sessão;
- 4.6 – Indicação para registro de preço da proposta da licitante que atendeu aos requisitos de habilitação;
- 4.7 – O recebimento das propostas eletrônicas de preços;
- 4.8 – O recebimento, análise e encaminhamento dos recursos à autoridade superior para deliberação;
- 4.9 – O encaminhamento do processo devidamente instruído à autoridade superior para homologação e contratação.

5 – DO CREDENCIAMENTO PARA PARTICIPAR DO CERTAME

- 5.1 – Para participar do Pregão Eletrônico os interessados deverão estar previamente cadastrados junto ao sistema de Cadastro Central de Fornecedores do Estado de Santa Catarina e qualificadas para fornecimento do objeto referente ao grupo-classe indicado no **Anexo I**;
 - 5.1.1 – O procedimento para inscrição no cadastro de fornecedores encontra-se disponível no site da Secretaria de Estado da Administração (www.sea.sc.gov.br) por intermédio do link “Licitações” em seguida “fornecedores” ou no <http://portaldecompras.sc.gov.br/>;
- 5.2 – Para acesso ao sistema, as pessoas físicas ou jurídicas deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal (intransferíveis) obtidas a partir do menu “Fornecedores” do Portal de Compras;
- 5.3 – A chave de identificação e a senha poderão ser utilizadas em qualquer pregão na forma eletrônica, correspondente ao seu Grupo-Classe registrado no Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina, para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no sistema eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da Secretaria de Estado da Administração, devidamente justificada;
- 5.4 – É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo à Secretaria de Estado da Administração a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;
- 5.4.1 – A perda da senha ou a quebra de sigilo deverá ser comunicada imediatamente ao provedor do sistema eletrônico, para imediato bloqueio de acesso;
- 5.5 – O credenciamento da licitante e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica na responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

6 – PARTICIPAÇÃO

- 6.1 – A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta eletrônica de preços, por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecidos;
 - 6.1.1 – O sistema de licitações poderá ser acessado no endereço <http://portaldecompras.sc.gov.br/>;

6.2 – Como requisito para a participação no Pregão, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, o pleno conhecimento e atendimento às exigências previstas no Edital;

6.2.1 – Quando o licitante for beneficiário da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações, deverá manifestar em campo próprio do sistema eletrônico, o pleno conhecimento e atendimento das exigências previstas na lei;

6.2.2 – A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas na legislação vigente aplicável à matéria;

6.2.3 – A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances;

6.3 – Caberá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão, bem como, quanto aos e-mail encaminhados;

6.4 – Os licitantes deverão comunicar imediatamente ao provedor do sistema (Secretaria de Estado da Administração) qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso;

6.5 – Os licitantes deverão solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio;

6.6 – O fornecedor descredenciado no Cadastro Geral de Fornecedores terá sua chave de identificação e senha suspensas automaticamente.

7 – DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO

7.1 – Iniciada a sessão pública do Pregão, esta não será suspensa ou transferida, salvo motivo excepcional assim caracterizado pelo Pregoeiro;

7.2 – Verificando-se o adiamento da sessão pública do Pregão, o Pregoeiro determinará nova data para continuação dos trabalhos, ficando intimadas as licitantes;

7.3 – O Pregoeiro poderá interromper a sessão, temporariamente, para determinar alguma providência administrativa para o bom andamento dos trabalhos;

7.4 – No caso de desconexão do Pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

8 – DA PROPOSTA DE PREÇOS

8.1 – Da proposta on-line:

8.1.1 – Após a divulgação do edital no endereço eletrônico, os licitantes deverão encaminhar proposta e, se for o caso, o respectivo anexo, até a data e hora marcadas para abertura da sessão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento de propostas;

8.1.2 – Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada;

8.1.3 – Os licitantes receberão, por e-mail, comprovante de recebimento das suas propostas eletrônicas enviadas, com a indicação do dia e respectivo horário de registro;

8.1.4 – A proposta on-line, para cada item, deverá ser preenchida, conforme as especificações abaixo:

a) O preço unitário do item deverá ser expresso em reais, com no máximo 4 (quatro) casas decimais, no campo “VALOR UNITÁRIO DO ITEM”;

b) Deverá constar no campo “marca”:

l- marca;

II – procedência;

III – apresentação com detalhamento de cada item, necessariamente a forma de apresentação e quantidade;

IV – nome comercial do produto cotado.

8.1.5 – A proposta de preços com base na especificação do Anexo I, deste edital, estará condicionada às informações cadastradas no Sistema de Cadastro Central de Fornecedores, que contém obrigatoriamente a razão social completa e CNPJ da licitante, endereço, telefone e endereço eletrônico;

8.2 – Da proposta on-line readequada:

8.2.1 – A licitante vencedora do certame, quando houver cotação de proposta por lote, deverá detalhar sua proposta **no sistema eletrônico**, após encerramento da sessão, com os respectivos valores unitários readequados ao valor total representado pelo lance vencedor, no prazo de 1 (um) dia útil, contado a partir da data do encerramento da sessão;

8.2.2 – Sendo vencedora do certame empresa catarinense, nos casos em que for aplicável a isenção do ICMS, de acordo com o Convênio ICMS nº 26/03, bem como aplicação de demais convênios aprovados pelo CONFAZ – Conselho Nacional de Política Fazendária, a licitante deverá, obrigatoriamente, **informar a respectiva alíquota via comunicação “CHAT”**;

8.2.2.1 – Informada a alíquota, esta deverá detalhar **no sistema eletrônico**, após encerramento da sessão, sua proposta com os respectivos valores unitários readequados ao valor total representado pelo lance vencedor **sem incidência do ICMS** (objetivando a emissão do contrato, da nota de empenho e do documento fiscal), no prazo de 1 (um) dia útil, contado a partir da data do encerramento da sessão, observado o subitem **2.2.4**;

8.2.2.1.1 – As microempresas e empresas de pequeno porte e as optantes pelo SIMPLES, após informar esta condição **via comunicação “CHAT”**, devem apresentar documento que comprove esta situação, durante a sessão pública, tão logo seja declarado vencedor da disputa;

8.2.2.1.2 – A verificação posterior de que, nos termos da lei, o declarante não se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte, caracterizará crime de fraude à licitação, sujeitando-se as sanções previstas no art. 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e no art. 90 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

8.3 – Nos preços cotados devem estar inclusos todos os custos relacionados com a remuneração e encargos sociais e outros, pertinentes ao fornecimento do objeto, bem como taxas, impostos, fretes, e demais despesas diretas e indiretas incidentes sobre o mesmo;

8.4 – A proposta entregue não poderá ter prazo de validade inferior a 60 (sessenta) dias, sendo este o prazo considerado em caso de omissão;

8.5 – O prazo de entrega do(s) produto(s) cotado(s) não poderá ser superior ao estabelecido no Anexo I, contados da data da retirada da Autorização de Fornecimento/Contrato.

9 – DA ABERTURA DA SESSÃO E ETAPA DE LANCES

9.1 – A partir do horário previsto no Edital terá início a sessão pública do Pregão Eletrônico com a abertura das propostas de preços recebidas, passando o Pregoeiro a avaliar a aceitabilidade das propostas;

9.2 – Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar;

9.2.1 – Os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo o lance imediatamente computado, e visualizado seu horário de registro e valor no link “histórico de lances” e na ata de sessão;

9.2.1.1 – Somente o licitante de menor lance dentre os ofertados, e enquanto mantiver esta situação, visualiza em tempo real o ícone “troféu”;

9.2.1.2 – Os lances aceitos ofertados serão no valor unitário do item (quando da cotação por item) ou valor total do lote (quando da cotação por lote), expressos em reais com no máximo quatro casas decimais;

9.3 – Só serão aceitos lances cujos valores forem inferiores ao último lance da própria licitante, registrado anteriormente no sistema;

9.4 – Durante o transcurso da sessão pública, os participantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema não identificará o autor dos lances aos demais participantes;

9.5 – A etapa de lances da sessão pública será encerrada mediante aviso de fechamento iminente dos lances, emitido pelo sistema eletrônico, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado também pelo sistema, findo o qual, será automaticamente encerrada a etapa de lances;

9.6 – O sistema informará a proposta de menor preço imediatamente após o encerramento da etapa de lances e, quando for o caso, após negociação e decisão pelo Pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor valor;

9.7 – Nas licitações será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte;

9.7.1 – Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas/lances apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta/lance mais bem classificada. Conforme disposto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

9.7.2 – Ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

a) o sistema aplicará automaticamente o benefício da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, quando houver empresas dentro das condições previstas na lei;

b) o sistema convocará automaticamente a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada para apresentar nova proposta inferior àquela considerada vencedora do certame (no prazo máximo de 5 (cinco) minutos sob pena de preclusão), situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

c) não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso I, do caput do artigo 45, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos §§ 1º e 2º, do art. 44, desta Lei Complementar, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

d) no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos §§ 1º e 2º, do art. 44, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;

9.8 – O disposto no **subitem 9.7** somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte;

9.9 – Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no **subitem 9.7**, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame;

9.10 – Encerrada a recepção de lances dos beneficiários da Lei Complementar nº 123 e alterações, quando houver, o Pregoeiro poderá, antes de anunciar o vencedor, encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente à proponente que tenha apresentado o lance de menor preço, para que seja obtido preço melhor, bem como decidir sobre sua aceitação;

9.11 – O sistema anunciará a licitante vencedora após o encerramento da etapa de lances da sessão pública ou, quando for o caso, após negociação e decisão previstas nos itens anteriores;

9.12 – Encerrada a etapa de lances da sessão pública, a licitante detentora da melhor oferta deverá atender as exigências de habilitação previstas no **item 10** deste Edital;

9.13 – Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, ou se a licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua compatibilidade e a habilitação do participante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda o Edital.

10 – DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

10.1 – Será verificada a situação de regularidade da licitante detentora da melhor oferta, da seguinte forma:

10.1.1 – Consulta *on-line*, pelo Pregoeiro, do Certificado de Cadastro de Fornecedores – CCF, válido na data limite fixada para abertura de propostas neste Pregão, emitido pela DGLC – Diretoria de Gestão de Licitações e Contratos, da Secretaria de Estado da Administração, pertinente ao grupo-classe objeto desta licitação;

10.1.1.1 – O procedimento para inscrição no cadastro de fornecedores encontra-se disponível no <http://portaldecompras.sc.gov.br/>;

10.1.1.2 – Para suprir a documentação vencida das microempresas e empresas de pequeno porte, no que diz respeito à comprovação de regularidade fiscal, relacionada no Certificado de Cadastro de Fornecedores – CCF, o Pregoeiro(a) poderá verificar nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, o(s) documento(s) hábil(eis) correspondente(s), constituindo meio legal de prova;

10.1.1.3 – A regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte, que apresentem restrição (documento vencido) no Certificado de Cadastro de Fornecedores – CCF, poderá ser comprovada, com o encaminhamento de documento hábil no prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

10.1.1.4 – Caso o Pregoeiro não obtenha as condições necessárias correspondentes ao subitem 10.1.1.2, deverá comunicar via “CHAT” a obrigatoriedade de atendimento do subitem 10.1.1.3;

10.1.1.4.1 – A não-regularização da documentação, no prazo estabelecido, implicará na decadência do direito da microempresa ou empresa de pequeno porte à contratação, sem prejuízo das sanções administrativas cabíveis por descumprimento de obrigações contratuais previstas neste edital e na legislação vigente aplicável à matéria (advertência, multa, impedimento de licitar e contratar com a Administração), sendo facultada à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do Contrato ou revogar a licitação;

10.2 – Os documentos exigidos para habilitação da licitante vencedora do certame que não estejam contemplados no Certificado de Cadastro de Fornecedores – CCF, inclusive quando houver necessidade de envio de anexos, deverão ser apresentados logo após ser declarada vencedora via sistema.

11 – DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DE ENVELOPES, AMOSTRA(S)/PROSPECTO(S) E DOCUMENTO(S) ADICIONAI(S)

11.1 – A(s) empresa(s) consideradas vencedora(s) deverá(o) encaminhar amostra, quando solicitado, devidamente identificada(s), conforme **Anexo III**;

11.2 – Documento(s) adicional(is), amostras/prospectos e laudos, quando exigidos, deverá(ão) ser(em) apresentado(s) em envelope fechado (preferencialmente opaco) de forma a não permitir a violação de seu conteúdo, rubricados no fecho e identificados com etiqueta conforme o **Anexo III**;

11.2.1 – A licitante vencedora deverá enviar por meio eletrônico, através do sistema e-lic, no prazo indicado pelo pregoeiro a contar da data da finalização da disputa da sessão, proposta atualizada contendo o valor final readequado, conforme etapa de lances, e o descritivo completo do item cotado, apresentando para este:

- a) marca/fabricante;
- b) nome comercial;
- c) apresentação;
- d) país de origem do produto;
- e) Certificado de Registro do Produto junto ao Ministério da Saúde (MS) ou sua publicação no Diário Oficial da União referência do produto;
- e.1) Caso o item cotado seja isento do Certificado de Registro do Produto junto ao MS/ANVISA, a licitante deverá apresentar Certificado de Isenção junto ao MS ou sua publicação no Diário Oficial da União;
- e.2) Caso o Certificado de Registro do Produto junto ao MS/ANVISA esteja vencido, a licitante deverá apresentar, juntamente com este, o último pedido de revalidação (formulário de petição nº 2) do MS;
- e.3) Apresentar declaração, caso o item cotado não seja classificado pelo MS/ANVISA, ficando sujeita as sanções cabíveis, no caso de falsidade de sua declaração.
- f) se aplicável, a referência do produto.

11.2.2 - O licitante deverá apresentar Alvará sanitário e Autorização de funcionamento da ANVISA vigente de acordo com o produto ofertado.

11.3 – A(s) amostra(s), quando solicitadas, deverá(ão) ser entregues na Secretaria de Estado da Saúde - SES na Diretoria de Planejamento e Gestão de Compras (DPGC), Rua Esteves Júnior, 160, 4º andar, Centro – Florianópolis – SC, das 13 às 18:30 horas, dentro do prazo estabelecido, após o recebimento do comunicado;

11.4 – Será desclassificada no item, a proposta da licitante vencedora que desatender ao **subitem 11.3** e/ou apresente amostra(s) fora das especificações técnicas previstas no **Anexo I** deste Edital, estando sujeita às penalidades previstas.

12 – JULGAMENTO

12.1 – Será considerada primeira classificada, a proposta que, obedecendo às condições, especificações e procedimentos estabelecidos neste edital, apresentar o **“MENOR PREÇO POR ITEM”**, conforme **Anexo I**;

12.2 – Se a licitante primeira classificada não apresentar situação de habilitação regular, poderá ser convocada outra licitante. Neste caso, será observada a ordem de classificação, averiguada a aceitabilidade de sua oferta, procedendo a sua habilitação e, assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora, podendo o Pregoeiro negociar diretamente com a licitante para que seja obtido melhor preço;

12.3 – Serão desclassificadas as propostas:

- a) que não atenderem às exigências do ato convocatório da licitação;
- b) que conflitem com a legislação em vigor;

12.4 – Não serão consideradas, para efeitos de julgamento, quaisquer vantagens não previstas no edital.

13 – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

13.1 – Ao final da sessão virtual, a licitante que desejar recorrer contra decisões do Pregoeiro deverá manifestar imediata e motivadamente tal intenção, sendo-lhe concedido o prazo de 3 (três) dia para apresentação das razões do recurso EXCLUSIVAMENTE NO SISTEMA, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados a apresentar contra-razões também no sistema, em igual

9 de 22

número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurado vista dos autos;

13.2 – Não serão conhecidos os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente;

13.3 – A falta de manifestação imediata e motivada importará a preclusão do direito de recurso.

14 – DO REGISTRO DE PREÇOS

14.1 - Os atos do presente processo serão publicados no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina (DOE/SC), bem como no Portal de Compras do Estado de Santa Catarina (www.portaldecompras.sc.gov.br);

14.2 - Os atos de homologação desta licitação serão de competência do Exmo. Sr. Secretário de Estado da Administração ou às autoridades delegadas;

14.3 - O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 01 (um) ano, computadas neste as eventuais prorrogações, contadas da data de publicação da Ata no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina (DOE/SC);

14.3.2 - Dentro do prazo de vigência do Registro de Preços, as licitantes que tiverem seus preços registrados ficarão obrigadas ao fornecimento, desde que obedecidas às condições deste Edital e da respectiva Ata de Registro de Preços;

14.4 - O Órgão Gerenciador convocará o licitante vencedor, por meio de notificação através de e-mail, para assinar a Ata de Registro de Preços no prazo de 05 (cinco) dias úteis, permitindo a prorrogação por igual período, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo Órgão Gerenciador;

14.4.1 - A Ata de Registro de Preços será assinada pelo órgão gerenciador e pelos fornecedores cujos preços forem registrados. E, depois de cumpridos os requisitos de publicidade, terão efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas no presente instrumento licitatório;

14.4.2 - A licitante que tiver seu preço registrado se obriga a manter, na assinatura da Ata de Registro de Preços e durante o prazo de vigência da mesma, todas as condições de habilitação exigidas no Capítulo VIII deste Edital;

14.4.3 - No caso do fornecedor primeiro classificado, depois de convocado, não atender as condições de habilitação, não comparecer ou recusar-se a assinar a Ata de Registro de Preços, responderá na forma da legislação vigente, sem prejuízo das cominações a ele previstas neste Edital;

14.5 - As aquisições obedecerão à conveniência e às necessidades do Órgão Gerenciador e será procedida pela emissão de Autorização de Fornecimento (AF) ou por documento equivalente;

14.5.1 - O Órgão Gerenciador encaminhará ao detentor do preço registrado a Autorização de Fornecimento (AF), através de e-mail, devendo atender ao fornecimento no prazo e no local de entrega estabelecido;

14.6 - A existência de preços registrados não obriga os órgãos: gerenciador e participantes deste Registro de Preços a efetivar as contratações que dele poderão advir, ficando-lhes facultada a adoção de outros meios para a contratação do fornecimento pretendido, respeitado a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao detentor do Preço Registrado a preferência em igualdade de condições;

14.7 - O exercício de preferência previsto no item anterior dar-se-á caso os órgãos participantes deste Registro de Preços optem por contratar o fornecimento através de licitação específica e o preço encontrado for igual ou superior ao registrado.

15 – DO PAGAMENTO

10 de 22

15.1 – A Secretaria de Estado da Saúde efetuará o pagamento em 30 (trinta) dias após o recebimento e aceite do material com a respectiva Nota Fiscal/Fatura ou documento legalmente equivalente, observado o cumprimento integral das disposições contidas neste edital;

15.1.1 - Caso o vencimento do prazo de pagamento da Nota Fiscal/Fatura ocorra fora do calendário semanal ou de expediente bancário, o pagamento será efetuado na próxima data do calendário, imediatamente posterior ao vencimento, não incidindo qualquer compensação financeira neste período;

15.2 - A empresa deverá mencionar na respectiva Nota Fiscal/Fatura informações sobre o produto, tais como: a MARCA sob o qual o mesmo é comercializado, Fabricante, Apresentação, País de Origem, o número Certificado de Registro do Produto junto ao Ministério da Saúde, o número do lote e o prazo de validade do produto. Além de mencionar o número do Contrato, o número da Licitação, do Processo e da Autorização de Fornecimento;

15.3 - Também será obrigatório que a empresa mencione na Nota Fiscal/Fatura os seguintes dados bancários para pagamento: número do banco, número da agência com dígito, número da conta corrente com dígito.

15.4 – Os preços não sofrerão reajuste.

16 – DAS PENALIDADES E SANÇÕES:

16.1 - As empresas que não cumprirem as obrigações assumidas na fase licitatória e/ou de execução do contrato estão sujeitas às seguintes sanções:

a) advertência;

b) multa;

c) suspensão temporária, não superior a 5 (cinco) anos, na modalidade de pregão, e não superior a 2 (dois) anos para as demais modalidades, aplicada segundo a natureza e a gravidade da falta cometida; e

d) declaração de inidoneidade para licitar com a Administração Pública;

16.2 - A advertência será emitida pela Administração, quando o contratado descumprir qualquer obrigação;

16.3 - A multa será imposta à contratada pelo atraso injustificado na entrega ou execução do contrato, de acordo com as alíquotas a seguir:

a) 0,33 % (zero, trinta e três por cento) por dia de atraso, na entrega do objeto ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9% (nove, nove por cento);

b) 10 % (dez por cento) em caso de não entrega do objeto ou não conclusão do serviço ou rescisão do contrato por culpa da contratada, calculado sobre a parte inadimplente;

c) até 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega;

16.3.1 - O valor da multa e/ou custas de depósito será deduzido dos créditos ou garantias da empresa, ou cobrado administrativa ou judicialmente;

16.3.2 - Sempre que a multa ultrapassar os créditos da contratada e/ou garantias, o valor excedente será encaminhado à cobrança extrajudicial ou judicial;

16.3.3 - O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do serviço;

16.3.4 - A multa será aplicada quando o atraso for superior a cinco dias;

16.3.5 - A aplicação da multa não impede que sejam aplicadas outras penalidades;

16.4 - A suspensão impossibilitará a participação da empresa em licitações e/ou contratos, ficando suspenso o seu registro cadastral no Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina/SEA, de acordo com os prazos a seguir:

- a) por até 30 (trinta) dias, quando aplicada a pena de advertência emitida pela Administração e a empresa permanecer inadimplente;
- b) por até 90 (noventa) dias, quando a empresa interessada solicitar cancelamento da proposta após a abertura e antes do resultado do julgamento;
- c) por até 12 (doze) meses, quando a empresa adjudicada se recusar a retirar a autorização de fornecimento ou assinar o contrato;
- d) por até 12 (doze) meses, quando a empresa adjudicada motivar a rescisão total ou parcial da autorização de fornecimento e/ou do contrato;
- e) por até 12 (doze) meses, quando a empresa praticar atos que claramente visem à frustração dos objetivos da licitação;
- f) por até 24 (vinte e quatro) meses, quando a empresa apresentar documentos fraudulentos nas licitações;
- g) por até 5 (cinco) anos quando, na modalidade de pregão, a fornecedora convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, que não celebrar o contrato, que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, que ensejar o retardamento da execução de seu objeto, que não mantiver a proposta, que falhar ou fraudar na execução do contrato, que se comportar de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios; e
- h) até a realização do pagamento, quando a empresa receber qualquer das multas previstas no item anterior;

16.4.1 - A penalidade de suspensão aplicada pela Administração, publicada no Diário Oficial do Estado, implicará na suspensão da fornecedora junto ao Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina/SEA;

16.4.2 - A suspensão do direito de licitar poderá ser ampliada até o dobro, em caso de reincidência;

16.5 - A declaração de inidoneidade será aplicada pelo Secretário de Estado da Administração – SEA;

16.5.1 - A declaração de inidoneidade permanecerá em vigor enquanto perdurarem os motivos que determinaram a punibilidade ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que a aplicou;

16.5.2 - A declaração de inidoneidade terá seus efeitos extensivos a toda Administração Pública;

16.6 - As empresas que apresentarem documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados, ou que por quaisquer outros meios praticarem atos irregulares ou ilegalidades para obtenção do registro no Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina/SEA, estarão sujeitas às seguintes penalidades:

- a) suspensão temporária do Certificado de Cadastro de Fornecedores - CCF ou da obtenção do registro, por até 5 (cinco) anos na modalidade de pregão e até 2 (dois) anos para as demais modalidades, dependendo da natureza e gravidade dos fatos; e
- b) declaração de inidoneidade, nos termos do artigo anterior.

16.7 - As sanções previstas neste edital poderão também ser aplicadas às empresas ou profissionais que:

- a) tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos; e
- b) tenham praticado atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;

16.8 - Compete à Assessoria Jurídica da SEA, após análise a indicação das penalidades previstas neste edital e legislação vigente, cuja aplicação dependerá da homologação da autoridade competente do órgão ou entidade;

16.8.1 - Nos casos de indicação de aplicação da penalidade de suspensão, os autos deverão ser remetidos à Secretaria de Estado da Administração, a quem compete a aplicação desta penalidade, nas Atas de Registro de Preços oriundas deste edital de licitação.

16.9 - É facultado à interessada interpor recurso contra a aplicação das penalidades previstas neste edital, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, que será dirigido à autoridade competente do órgão ou entidade;

16.10 - As penalidades aplicadas serão registradas na Secretaria de Estado da Administração/ Diretoria de Gestão de Licitações e Contratos – DGLC, no Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina/SEA;

16.10.1 - Homologadas e publicadas as penalidades, a Administração as encaminhará ao Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina/ SEA, para registro.

17 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 - Informações, impugnações e esclarecimentos sobre o edital serão protocoladas pelo interessado, acessando o pregão eletrônico, no portal de compras e-lic, sendo que:

17.1.1 - Para pedidos de informações e esclarecimentos, deve ser utilizada a opção “fórum” do edital no sistema e-lic;

17.1.2 - Para pedidos de impugnação deve ser utilizada a opção “Impugnação” no menu do pregão eletrônico.

17.1.3 - O fornecimento de cópias obedecerá ao seguinte:

17.1.3.1 - Cópia deste edital e seus anexos poderão ser obtidas pelos interessados, no endereço eletrônico <http://portaldecompras.sc.gov.br/>;

17.1.3.1.1 - A Administração não se responsabiliza pelo conteúdo e autenticidade de cópias deste edital, senão aquelas que estiverem rubricadas pela autoridade competente, ou sua cópia fiel;

17.2 – É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase desta licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo;

17.2.1 – As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os participantes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação;

17.3 – A licitante que vier a ser contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões sobre o valor inicial do Contrato que se fizerem necessários, por conveniência da Contratante, dentro do limite permitido pelo artigo 65, § 1º, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sem direito a qualquer indenização;

17.4 – Não será permitida a subcontratação do objeto deste edital;

17.5 – A Secretaria de Estado da Administração - SEA poderá revogar o presente Pregão por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar o ato, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado;

17.6 – O presente edital e seus Anexos poderão ser alterados, pela Secretaria de Estado da Administração - SEA, antes de aberta a licitação, no interesse público, por sua iniciativa ou decorrente de provocação de terceiros, atendido o que estabelece o art. 21, § 4º, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como adiar ou prorrogar o prazo para recebimento e/ou a abertura das Propostas Eletrônicas e Documentos Adicionais;

17.6.1 – Caso ocorram alterações neste edital, as mesmas serão disponibilizadas no site www.portaldecompras.sc.gov.br, link “Licitações” e ainda, enviadas aos interessados registrados;

17.7 – A Administração não se responsabiliza pelo conteúdo e autenticidade de cópias deste edital, senão aquelas que estiverem rubricadas pela autoridade competente, ou sua cópia fiel;

17.8 – A participação na licitação implica automaticamente na aceitação integral e irretratável dos termos e conteúdos deste edital e seus anexos, a observância dos preceitos legais e regulamentos em vigor; e a responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação;

17.9 – Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado de Santa Catarina, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para apreciação judicial de quaisquer questões resultantes deste edital.

Luiz Antonio Dacol
Secretário de Estado da Administração, designado
(Assinado digitalmente)

ANEXO I
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0100/2021
Quadro de Quantitativos e Especificações Mínimas do(s) Item(ns)

Item	Código	Descrição	Unidade	Quantidade
1	9598027	Luva de procedimento descartável tamanho pequeno(P), em nitrilica, isenta de látex, não estéril, isenta de talco, formato anatômico, ambidestra, resistente a tração, descartável, uso único, macio, isento de agentes alergizantes, resíduos e impurezas, embalada em caixas contendo 100 peças, com abertura manual de fácil manuseio, contendo dados de identificação, procedência, validade, numero do lote, selo de conformidade apresentar certificado de aprovação MT, as luvas devem ser armazenadas e transportadas em condições que evitem a possibilidade de afetar a integridade, em especial calor, a umidade e a luz. Em conformidade a RDC nº 55 de 04 de novembro de 2011, portaria nº 332, de 26 de julho de 2012 e portaria nº 451, de 31 de agosto de 2012. Apresentar certificado de aprovação MTE,	peça	2.730.000
2	9598028	Luva de procedimento descartável tamanho Medio(M), em nitrilica, isenta de látex, não estéril, isenta de talco, formato anatômico, ambidestra, resistente a tração, descartável, uso único, macio, isento de agentes alergizantes, resíduos e impurezas, embalada em caixas contendo 100 peças, com abertura manual de fácil manuseio, contendo dados de identificação, procedência, validade, numero do lote, selo de conformidade, apresentar certificado de aprovação MTE, luvas devem ser armazenadas e transportadas em condições que evitem a possibilidade de afetar a integridade, em especial calor, a umidade e a luz. Em conformidade a RDC 55 de 04 de novembro de 2011, portaria nº 332, de 26 de julho de 2012, e portaria nº 451, de 31 de agosto de 2012.	peça	2.629.440
3	9598029	Luva de procedimento descartável tamanho Grande (G), em nitrilica, isenta de látex, não estéril, isenta de talco, formato anatômico, ambidestra, resistente a tração, descartável, uso único, macio, isento de agentes alergizantes, resíduos e impurezas, embalada em caixas contendo 100 peças, com abertura manual de fácil manuseio, contendo dados de identificação, procedência, validade, numero do lote, apresentar certificado de aprovação MT, as luvas devem ser armazenadas e transportadas em condições que evitem a possibilidade de afetar a integridade, em especial calor, a umidade e a luz. Em conformidade a RDC nº 55 de 04 de novembro de 2011, portaria nº 332, de 26 de julho de 2012 e portaria nº 451, de 31 de agosto de 2012. Apresentar certificado de aprovação MTE,	peça	1.727.580
4	9598074	Luva de procedimento descartável, tamanho pequeno (P) confeccionada em látex natural, íntegro e uniforme, formato anatômico, ambidestra, atóxico, não estéril, resistente a tração, descartável, uso único, sem talco, selo	peça	8.379.000

15 de 22

Pág. 15 de 22 - Documento assinado digitalmente. Para conferência, acesse o site <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo SES 00042304/2021 e o código XA8ROM87.

		de conformidade, embalada em caixas contendo dados de identificação, procedência, validade, número do lote. As luvas devem ser armazenadas e transportadas em condições que evitem a possibilidade de afetar a integridade, em especial: calor, umidade, luz. Em conformidade a RDC nº 55 de 04 de novembro de 2011, portaria nº 332, de 26 de julho de 2012 e portaria nº 451, de 31 de agosto de 2012. Apresentar certificado de aprovação no MTE.		
5	9598075	Luva de procedimento descartável, tamanho médio (M) confeccionada em látex natural, íntegro e uniforme, formato anatômico, ambidestra, atóxico, não estéril, resistente a tração, descartável, uso único, sem talco, selo de conformidade, embalada em caixas, contendo dados de identificação, procedência, validade, número do lote. As luvas devem ser armazenadas e transportadas em condições que evitem a possibilidade de afetar a integridade, em especial: calor, umidade, luz. Em conformidade a RDC nº 55 de 04 de novembro de 2011, portaria nº 332, de 26 de julho de 2012 e portaria nº 451, de 31 de agosto de 2012. Apresentar certificado de aprovação MTE.	peça	4.856.100
6	9598076	Luva de procedimento descartável, tamanho grande (G) confeccionada em látex natural, íntegro e uniforme, formato anatômico, ambidestra, atóxico, não estéril, resistente a tração, descartável, uso único, sem talco, selo de conformidade, embalada em caixas, contendo dados de identificação, procedência, validade, número do lote. As luvas devem ser armazenadas e transportadas em condições que evitem a possibilidade de afetar a integridade, em especial: calor, umidade, luz. Em conformidade a RDC nº 55 de 04 de novembro de 2011, portaria nº 332, de 26 de julho de 2012 e portaria nº 451, de 31 de agosto de 2012. Apresentar certificado de aprovação MTE.	peça	1.683.720

(¹) As quantidades licitadas são estimativas, podendo a contratante requisitar quantidades maiores ou menores conforme a efetiva necessidade, respeitando-se os limites estabelecidos pela legislação.

1 – PRAZOS E CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO:

1.1 - O prazo de entrega deverá ser de até 10 (dez) dias após o recebimento da Autorização de Fornecimento ou documento equivalente;

1.2 - A entrega será efetuada diretamente na Gerência de Bens Regulares (GEBER), Rua Judite Melo dos Santos, 251, Galpão 06 a 09 - Distrito Industrial - São José/SC - CEP. 88.104-765, nas quantidades constantes na Autorização de Fornecimento, , tomando como base a Relação de Compras (Anexo I);

1.2.1 – O material deverá indicar na embalagem a razão social da Contratada, o número deste Pregão, o número da nota fiscal e o número da Autorização de Fornecimento;

1.2.2 – Quando da entrega, o produto deverá estar em perfeitas condições e as embalagens intactas (não danificadas);

1.2.3 – A validade dos materiais, no momento de seu recebimento, não poderá ser inferior a 75% (setenta e cinco por cento) do seu prazo de validade;

1.2.4 – Para os produtos em que é exigido pela legislação vigente prazo de validade, o mesmo deverá constar na embalagem;

1.3 – Os produtos a serem fornecidos devem ser livres de impurezas, estando sujeitos ao controle de qualidade do Contratante diretamente ou por intermédio de terceiros, durante toda a execução do Contrato, sendo rejeitados os produtos não aprovados ou que se apresentarem impróprios para o consumo, os quais deverão ser imediatamente substituídos pelo fornecedor, sem qualquer custo adicional;

1.3.1 - A Contratante reserva-se o direito de a qualquer tempo, previamente ao aceite, ou durante o prazo de garantia do objeto ofertado e entregue, proceder a análise técnica e de qualidade do objeto, diretamente ou por intermédio de terceiros por ele escolhido. Se rejeitados, deverão ser substituídos imediatamente pela Contratada, sem qualquer ônus para a Contratante;

1.4 – A Contratada, mesmo não sendo a fabricante da matéria-prima empregada na fabricação de seu produto, responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade deste, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta;

1.5 – O aceite do(s) produto(s) pela Contratante, não exclui a responsabilidade civil da Contratada por vícios de quantidade ou qualidade do produto ou disparidade com as especificações técnicas exigidas no edital ou atribuídas pela Contratada, verificados posteriormente, garantindo-se à Contratante as faculdades previstas no artigo 18, da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor);

1.6 – O(s) objeto(s) cotado(s) deverá(ão) atender a legislação a ele(s) pertinente(s).

ANEXO II

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0100/2021

Modelo de Proposta de Preços On-line *ILUSTRATIVA*

Este anexo é meramente ilustrativo, e não contempla todos os requisitos formais constantes no Anexo I deste edital.

The screenshot displays the 'Portal de Compras - Ambiente de Homologação' interface in a Windows Internet Explorer browser. The page title is 'Portal de Compras' and the URL is 'http://portal.sc.gov.br'. The main content area shows a proposal form for 'Edital Pregão Eletrônico PE-30/2011 - Nº do processo PE-30/2011 - teste para o Isak'. The form is divided into two sections: '1 obras de arte' and '2 pratos'. Each section contains a table with columns for '#', 'Descrição', 'Marca', 'Modelo', 'Procedência', and 'Valor da proposta (R\$)'. The 'Procedência' column has a dropdown menu with 'Seleciona' selected. Below each table, there is a green button labeled 'Proposta de lote incompleto'. The right sidebar contains a 'Painel de controle' with links for 'Impressão', 'Resumo do edital', 'Edital na íntegra e anexos', 'Relatório', 'Recursos', and 'Intenções de recurso'. The bottom status bar shows 'Concluído' and 'Internet'.

#	Descrição	Marca	Modelo	Procedência	Valor da proposta (R\$)
1	Obras de arte - diversas obras de arte			Seleciona	

Proposta de lote incompleto

#	Descrição	Marca	Modelo	Procedência	Valor da proposta (R\$)
2	Pratos - diversos pratos decorados em porcelana			Seleciona	

Proposta de lote incompleto

ANEXO III

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0100/2021

IDENTIFICAÇÃO DOS ENVELOPES, DAS AMOSTRAS E PROSPECTOS:

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO PARA ANÁLISE E ELABORAÇÃO DE PARECER TÉCNICO
PORTARIA N. 147/2020

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0100/2021

RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE:

CNPJ:

FONE / E-MAIL –

❖ **AMOSTRA**

ANEXO IV
PREGÃO ELETRÔNICO nº 0100/2021
MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Aos _____ dias do mês de _____ do ano de 2021, no Estado de Santa Catarina, através da _____, Órgão Gerenciador deste Registro de Preços, situada à _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, representada neste ato pelo (cargo) _____, senhor (nome) _____, pelo Gestor desta Ata, senhor _____, são registrados os preços da(s) empresa(s) _____ (fornecedor) _____, estabelecida à Rua _____, inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o nº _____, neste ato representado pelo _____ (nome do representante) _____, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº _____, portador do RG nº _____, para eventual fornecimento de **EPI'S para enfrentamento do Coronavírus destinados as unidades hospitalares da Secretária de Estado da Saúde/SC**, conforme especificado no quadro abaixo, resultante do **Pregão Eletrônico nº 0100/2021**, objeto do processo **SES 42304/2021**. As condições a serem praticadas neste registro de preços são as constantes do instrumento convocatório respectivo e seus anexos, da proposta apresentada pelo (s) fornecedor (es), os quais integram esta ata, independentemente de transcrição. O presente registro de preços terá vigência de 01 (um) ano, contado a partir da data de publicação desta Ata.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

- 1.1. A fiscalização será exercida por um representante da CONTRATANTE, identificado na ata, a quem competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do Edital/Ata;
- 1.2. A CONTRATANTE se reserva o direito de rejeitar no todo ou em parte os serviços executados, se em desacordo com o Edital/Ata;
- 1.3. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui, nem reduz, a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, resultante de imperfeições técnicas ou utilização de material de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implicará a responsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos. (Art. 70 da lei 8.666/93).

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS PRÁTICAS FRAUDULENTAS E DE CORRUPÇÃO

- 2.1 - As partes, por seus agentes públicos ou por seus sócios, acionistas, administradores e colaboradores:
- I – Declaram que têm conhecimento das normas previstas na legislação, entre as quais nas Leis nºs 8.429/1992 e 12.846/2013, seus regulamentos e eventuais outras aplicáveis;
- II – Comprometem-se em não adotar práticas ou procedimentos que se enquadrem nas hipóteses previstas nas leis e regulamentos mencionados no inciso anterior e se comprometem em exigir o mesmo pelos terceiros por elas contratados;
- III – Comprometem-se em notificar à Controladoria-Geral do Estado qualquer irregularidade que tiverem conhecimento acerca da execução do contrato;
- IV – Declaram que têm ciência que a violação de qualquer das obrigações previstas na Instrução Normativa conjunta CGE/SEA nº 01/2020, além de outras, é causa para a rescisão unilateral do contrato, sem prejuízo da cobrança das perdas e danos, inclusive danos potenciais, causados à parte inocente e das multas pactuadas.

Itens constantes da Ata:

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO/MARCA(S)/ PAÍS DE ORIGEM	QUANTITATIVO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

Fiscal da ATA de Registro de Preços:

Órgão Gerenciador	Empresa

Testemunha	Testemunha

ANEXO V
PREGÃO ELETRÔNICO nº 0100/2021
MODELO DA AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO (AF)

FATURAMENTO: FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE(FES)
CNPJ: 80.673.411/0001-87
AF Nº: XXX/2020
Data da AF: XX/XX/2020 (cadastrada em: XX/XX/2020 XX:XX)

FORNECEDOR:
Nome do fornecedor:
CÓDIGO:
CNPJ:
Fone:
Fax:
Email:

Ata de Registro de Preço nº: XXX/2020
Edital nº: 0100/2021 (PE-RP)
Protocolo: SES 42304/2021

PRAZO DE ENTREGA (conforme Ata de Registro de Preço): 10 dias

UNIDADE(S) SOLICITANTE(S):

Doc. solicitante: SES 42304/2021

LOCAL DE ENTREGA:

Importante: SOB PENA DE DEVOLUÇÃO DA NOTA FISCAL, ESTA DEVERÁ VIR COM OS DADOS BANCÁRIOS PARA PAGAMENTO NO CORPO DA NOTA.

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO/MARCA(S)/ PAÍS DE ORIGEM	QUANTITATIVO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

Assinatura e carimbo



Código para verificação: **XA8R0M87**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



LUIZ ANTONIO DACOL em 13/04/2021 às 16:41:43

Emitido por: "SGP-e", emitido em 30/03/2018 - 12:48:04 e válido até 30/03/2118 - 12:48:04.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U0VTXzcwNTIfMDAwNDIzMDRfNDI5NjNfMjAyMV9YQThSME04Nw==> ou o site <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SES 00042304/2021** e o código **XA8R0M87** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.



ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 956/2021
EPI'S – LUVAS

Aos 26 dias do mês de maio do ano de 2021, no Estado de Santa Catarina, por meio da Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde, Órgão Gerenciador deste Registro de Preços, situada na Rua Esteves Júnior, nº 160, nesta Capital, inscrita no CNPJ sob o nº 80.673.411/0001-87, representada neste ato pelo Secretário de Estado da Saúde, Senhor André Motta Ribeiro e pelo Gestor desta ata, Senhor Gerente de Bens Regulares, são registrados os preços da empresa **Live Comércio de Material Hospitalar Eireli**, estabelecida à Rua Nilo Bittencourt, nº 55 – Módulo 04 – São Vicente – CEP 88.312-400 – Itajaí/SC, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 10.842.393/0001-34, neste ato representada pelo **Sr. Wagner Joaquim da Silva Junior**, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº 306.616.358-05, portador do RG nº 34.564.099, para eventual fornecimento de **EPI'S para enfrentamento do Coronavírus destinados as unidades hospitalares da Secretária de Estado da Saúde/SC**, conforme especificado no quadro abaixo, resultante do **Pregão Eletrônico SEA nº 100/2021**, objeto do processo **SES 42304/2021**. As condições a serem praticadas neste registro de preços são as constantes do instrumento convocatório respectivo e seus anexos, da proposta apresentada pelo (s) fornecedor (es), os quais integram esta ata, independentemente de transcrição. O presente registro de preços terá vigência de 01 (um) ano, a partir da data de publicação desta Ata.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

- 1.1. A fiscalização será exercida por um representante da CONTRATANTE, indicado pela unidade e identificado na ata, a quem competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do Edital/Ata;
- 1.2. A CONTRATANTE se reserva o direito de rejeitar no todo ou em parte os serviços executados, se em desacordo com o Edital/Ata;
- 1.3. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui, nem reduz, a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, resultante de imperfeições técnicas ou utilização de material de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implicará a responsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos (art. 70 da Lei 8.666/93).

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS PRÁTICAS FRAUDULENTAS E DE CORRUPÇÃO

- 2.1. As partes, por seus agentes públicos ou por seus sócios, acionistas, administradores e colaboradores:
- I – Declaram que têm conhecimento das normas previstas na legislação, entre as quais nas Leis nºs 8.429/1992 e 12.846/2013, seus regulamentos e eventuais outras aplicáveis;
- II – Comprometem-se em não adotar práticas ou procedimentos que se enquadrem nas hipóteses previstas nas leis e regulamentos mencionados no inciso anterior e se comprometem em exigir o mesmo pelos terceiros por elas contratados;
- III – Comprometem-se em notificar à Controladoria-Geral do Estado qualquer irregularidade que tiverem conhecimento acerca da execução do contrato;
- IV – Declaram que têm ciência que a violação de qualquer das obrigações previstas na Instrução Normativa conjunta CGE/SEA nº 01/2020, além de outras, é causa para a rescisão unilateral do contrato, sem prejuízo da cobrança das perdas e danos, inclusive danos potenciais, causados à parte inocente e das multas pactuadas.

Itens constantes da Ata:

Item	Código	Descrição do Material	UN	Quant.	Unitário	Total
1	009598027	Luva de procedimento descartável tamanho pequeno(P), em nitrilica, isenta de látex, não esteril, isenta de talco, formato anatômico, ambidestra, resistente a tração, descartável, uso único, macio, isento de agentes alergizantes, resíduos e impurezas, embalada em caixas contendo 100 peças, com abertura manual de fácil manuseio, contendo dados de identificação, procedência, validade, numero do lote, selo de	peça	2.730.000	0,72	1.965.600,00



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

		conformidade apresentar certificado de aprovação MT, as luvas devem ser armazenadas e transportadas em condições que evitem a possibilidade de afetar a integridade, em especial calor, a umidade e a luz. Em conformidade a RDC nº 55 de 04 de novembro de 2011, portaria nº 332, de 26 de julho de 2012 e portaria nº 451, de 31 de agosto de 2012. Apresentar certificado de aprovação MTE. MARCA/MODELO: LIVE - CA 43958 - RMS: 80630310002.				
2	009598028	Luva de procedimento descartável tamanho Médio (M), em nitrilica, isenta de látex, não esteril, isenta de talco, formato anatômico, ambidestra, resistente a tração, descartável, uso único, macio, isento de agentes alergizantes, resíduos e impurezas, embalada em caixas contendo 100 peças, com abertura manual de fácil manuseio, contendo dados de identificação, procedência, validade, numero do lote, selo de conformidade, apresentar certificado de aprovação MTE, luvas devem ser armazenadas e transportadas em condições que evitem a possibilidade de afetar a integridade, em especial calor, a umidade e a luz. Em conformidade a RDC 55 de 04 de novembro de 2011, portaria nº 332, de 26 de julho de 2012, e portaria nº 451, de 31 de agosto de 2012. MARCA/MODELO: LIVE - CA 43958 -RMS: 80630310002.	peça	2.629.440	0,72	1.893.196,80
3	009598029	Luva de procedimento descartável tamanho Grande (G), em nitrilica, isenta de látex, não esteril, isenta de talco, formato anatômico, ambidestra, resistente a tração, descartável, uso único, macio, isento de agentes alergizantes, resíduos e impurezas, embalada em caixas contendo 100 peças, com abertura manual de fácil manuseio, contendo dados de identificação, procedência, validade, numero do lote, apresentar certificado de aprovação MT, as luvas devem ser armazenadas e transportadas em condições que evitem a possibilidade de afetar a integridade, em especial calor, a umidade e a luz. Em conformidade a RDC nº 55 de 04 de novembro de 2011, portaria nº 332, de 26 de julho de 2012 e portaria nº 451, de 31 de agosto de 2012. Apresentar certificado de aprovação MTE. MARCA/MODELO: LIVE - CA 43958 - RMS: 80630310002.	peça	1.727.580	0,72	1.243.857,60
Valor Total: R\$ 5.102.654,40						



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Fiscal da ATA de Registro de Preços:
GEBER: Alexandre de Souza – Matrícula: 360.382-2-01

Florianópolis (SC), 26 de maio de 2021.

[Assinado digitalmente]
Órgão Gerenciador
Fundo Estadual de Saúde/FES-SES

[Assinado digitalmente]
Gestor
Gerente de Bens Regulares – GEBER

[Assinado digitalmente]
Empresa
Live Comércio de Material Hospitalar Eireli



Código para verificação: **LDY9Y593**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ **ALEXANDRE DE SOUZA** (CPF: 797.XXX.019-XX) em 02/06/2021 às 10:47:59
Emitido por: "SGP-e", emitido em 13/07/2018 - 13:14:16 e válido até 13/07/2118 - 13:14:16.
(Assinatura do sistema)

✓ **ANDRÉ MOTTA RIBEIRO** em 02/06/2021 às 21:40:04
Emitido por: "SGP-e", emitido em 13/05/2021 - 18:41:36 e válido até 13/05/2121 - 18:41:36.
(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U0VTXzcwNTIfMDAwNDIzMDRfNDI5NjNfMjAyMV9MRfk5WTU5Mw==> ou o site <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SES 00042304/2021** e o código **LDY9Y593** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.

Contrato/AF nº 2021AF00001

Item 0001 - Quantidade: 22,00 Peças Preço Total: R\$ 98,12.
Local de entrega: Local de entrega: Almoxarifado da SEF – Florianópolis/SC
Data de emissão: 25/05/2021
Pelo contratante: Paulo Eli
Pela contratada: Marina Inácio
CIG/SEF: 6697/2020

Cod. Mat.: 743458

SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE EXTRATO DE CONTRATO DA LICITAÇÃO CC 040/2015.

QUARTO Termo Aditivo ao Contrato **PJ.087/2016. Contratante:** SIE. **Contratada:** Cejen Engenharia LTDA. **Objeto:** Prorrogação de Prazo em 90 (noventa) dias e Novo Cronograma Físico-financeiro. **Fundamentação Legal:** Inciso IV do §1º do Art. 57, da Lei Federal nº 8.666/93. **Local e data:** Florianópolis, 07/06/2021. **Signatários:** Secretário Thiago Augusto Vieira, pela SIE e o Sr. Ceciliano José Ennes Neto, pela Contratada. **GGG: 2021SO004408.**

Cod. Mat.: 743478

SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE EXTRATO DE CONTRATO DA LICITAÇÃO RDC 048/2021

CT.086/2021. Objeto: Implantação de tela galvanizada no entorno do sítio aeroportuário, realizando o aproveitamento dos mourões e arame farpado existente, implantação de cerca completa (baldrame, mourão e tela), padrão ANAC, implantação da via de inspeção de cerca patrimonial e serviço e confecção e instalação de avisos de advertência (placas) para disponibilização no cercamento do sítio aeroportuário do Aeroporto Regional do Planalto Serrano, em Correia Pinto/SC. **Vencedora:** Telas de Alambrado Maringá LTDA. **Valor:** R\$ 1.013.990,00 (um milhão, treze mil e novecentos e noventa reais). **Prazo:** 120 (cento e vinte) dias. **Fundamentação Legal:** Lei nº 12.642/11, Lei nº 8.666/93 e Decreto Estadual nº 2.617/09. **Local e Data:** Florianópolis, 07/06/2021. **Signatários:** Secretário Thiago Augusto Vieira, pela SIE e o Sr. Edmar Aparecido de Souza, pela Contratada. **GGG: 2021AS005608.**

Cod. Mat.: 743528

SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE EXTRATO DE CONTRATO DA LICITAÇÃO LPI 098/2013.

DÉCIMO QUARTO Termo Aditivo ao Contrato **PJ.131/2014. Contratante:** SIE. **Contratada:** CONSÓRCIO SC-486, constituído pelas empresas Compasa do Brasil Distribuidora de Derivados de Petróleo LTDA (Empresa Líder, com 80% de participação) e a Construtora Triunfo S.A. (com 20% de participação). **Objeto:** Supressão de Valor em R\$ R\$ 283.009,43 (duzentos e oitenta e três mil, nove reais e quarenta e três centavos) e Novo Cronograma Físico-financeiro. **Fundamentação Legal:** Art. 65, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93. **Local e data:** Florianópolis, 01/06/2021. **Signatários:** Secretário Thiago Augusto Vieira, pela SIE e o Sr. Carlos Guilherme Ceschin Gomes do Rego, pela Contratada. **GGG: 2021AS005611.**

Cod. Mat.: 743522

SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE EXTRATO DE CONTRATO DA LICITAÇÃO CC 038/2016.

SEGUNDO Termo Aditivo ao Contrato **PJ.098/2016. Contratante:** SIE. **Contratada:** APPE – Assessoria para Projetos Especiais LTDA. **Objeto:** Prorrogação Excepcional de Prazo em 12 (doze) meses. **Fundamentação Legal:** Art. 57, II c/c o § 4º da Lei nº 8.666/93 c/c a Cláusula Quarta – Prazos, item 3 – Duração do Contrato-, do contrato PJ. 098/2016. **Local e data:** Florianópolis, 01/06/2021. **Signatários:** Secretário Thiago Augusto Vieira, pela SIE e o Sr. Luiz Henrique Dias Figueiredo, pela Contratada. **GGG: 2021AS004976.**

Cod. Mat.: 743325

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES: ATA 910/2021

PSes 38977/2021 – PE 766/2021. Empresa: **Altermed Material Médico Hospitalar Ltda.** Objeto: Medicamentos - GEBER. Valor total R\$ 21.555,84. Inteiro teor: www.sgpe.sea.sc.gov.br.

Cod. Mat.: 743467

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO SUS 068/2020 - SES 131200/2019 - EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA 2376/2019**

Entidade: Associação da REDEH de Beneficência Cristã - Hospital Dom Bosco/Município: Rio dos Cedros/CNPJ: 86.324.860/0003-68
Objeto: Adequação do Plano Operativo devido à Deliberação 109/CIB/2020 que alterou o fluxo de atendimento da assistência ambulatorial de cirurgias oftalmológicas. Conforme orientações da GEcoa, a PPI estabeleceu a referência, e para o presente caso, adequamos o quantitativo, não impactando o financeiro.
Vigência: A partir de sua assinatura.
Florianópolis, 02 de junho de 2021

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES: **ATA 966/2021**
PSes 25069/21 – PE 824/21. Empresa: **Coloplast do Brasil Ltda.**
Objeto: Insumos – GEJUD. Valor total R\$ 28.680,00. Inteiro teor: www.sgpe.sea.sc.gov.br.

Cod. Mat.: 743250

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES: **ATA 967/2021**
PSes 25069/21 – PE 824/21. Empresa: **Cremer S.A.** Objeto: Insumos – GEJUD. Valor total R\$ 5.529,60. Inteiro teor: www.sgpe.sea.sc.gov.br.

Cod. Mat.: 743251

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES: **ATA 968/2021**
PSes 25069/21 – PE 824/21. Empresa: **Fufa-SC Comércio e Representações Ltda.** Objeto: Insumos – GEJUD. Valor total R\$ 27.040,80. Inteiro teor: www.sgpe.sea.sc.gov.br.

Cod. Mat.: 743252

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES: **1º Termo Aditivo** – PSes 74703/2021 – Acréscimo de 25% no quantitativo do item 01 – **ATA 1265/2021** – PE 845/2020 – PSes 34678/20 Empresa: **Laboratórios B. Braun S.A.** Valor Aditado: R\$ 1.951,20. Inteiro teor: www.sgpe.sea.sc.gov.br.

Cod. Mat.: 743261

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES: **ATA 913/2021**
PSes 38977/2021 – PE 766/2021. Empresa: **Medilar Importação e Distribuição de Produtos Médico Hospitalares S.A.** Objeto: Medicamentos - GEBER. Valor total R\$ 166.812,48. Inteiro teor: www.sgpe.sea.sc.gov.br.

Cod. Mat.: 743469

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES: **ATA 1003/2021**
PSes 46851/2021 – PE 895/2021. Empresa: **Altermed Material Médico Hospitalar Ltda.** Objeto: Medicamentos - GEJUD. Valor total R\$ 2.413,44. Inteiro teor: www.sgpe.sea.sc.gov.br.

Cod. Mat.: 743470

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES: **ATA 1006/2021**
PSes 46851/2021 – PE 895/2021. Empresa: **Promefarma Medicamentos e Produtos Hospitalares Ltda.** Objeto: Medicamentos - GEJUD. Valor total R\$ 381,0912. Inteiro teor: www.sgpe.sea.sc.gov.br.

Cod. Mat.: 743471

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES: **SES 43759/2021.** Edital DL 1087/2021. **Contrato de Fornecimento 279/2021.** Objeto: COMPRA EMERGENCIAL de água mineral de 20 litros para as unidades hospitalares HGMTR (Lages) e HRHDS (JOINVILLE). Valor R\$ 22.338,00. Contratada: Estância Hidromineral Santa Rita de Cassia Ltda.CNPJ: 03.489.027/0001-88 Vig. 31/05/2021 a 27/11/2021.
CIG: 2021AS005497.

Cod. Mat.: 743332

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FUNDO ESTADUAL DA SAÚDE torna público o seguinte Termo Aditivo: CONTRATANTE: Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde, representada pelo Superintendente de Gestão Administrativa Luciano Jorge Konescki Objeto: 5º termo aditivo de prorrogação de prazo do cont. 142/2019, celebrado entre a empresa F SIGMA CONSTRUTORA EIRELI– Ref.: obra e manutenção reforma da unidade de nutrição e dietética do Hospital Governador Celso Ramos– Novo Prazo: 05/08/2021

Cod. Mat.: 743449

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES: **ATA 990/2021**
PSes 54172/21 – PE 1048/21. Empresa: **BRM Indústria e Comércio de Rótulos Ltda.** Objeto: Suprimentos de Informática – LACEN. Valor total R\$ 29.502,00. Inteiro teor: www.sgpe.sea.sc.gov.br.

Cod. Mat.: 743517

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES **Rescisão do Contrato 122/2021.** Contratada: LUCIENE DE BRITO V. DE SOUSA JOKOSKI ME. Objeto: serviço de terapia ocupacional. PSes 137157/2020. DL 2646/2020. Ordem Judicial. Rescisão a partir de 03/07/2021, tendo em vista conclusão de processo licitatório no PSes 27801/2021. CIG 3900/2021.

Cod. Mat.: 743521

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES: **ATA 506/2021**
PSes 15290/21 – PE 337/21. Empresa: **Medilar Importação e Distribuição de Produtos Médicos Hospitalares S/A.** Objeto: Medicamentos – GEJUD. Valor total R\$ 1.594.512. Inteiro teor:

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES: **ATA 40734/21 – PE 771/21.** Empresa: **Indústria Farmacêutica Ltda.** Objeto: Medicamentos – GEJUD. Valor total R\$ 63.240,00. Inteiro teor:

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES: **ATA 40734/21 – PE 771/21.** Empresa: **S.A.** Objeto: Medicamentos – GEJUD. Inteiro teor: www.sgpe.sea.sc.gov.br.

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES: **ATA 25120/2021 – PE 720/21.** Empresa: **buidora de Medicamentos, Cosméticos e Produtos Hospitalares Ltda.** Objeto: Medicamentos – GEJUD. Valor total R\$ 2.567,04. Inteiro teor: www.sgpe.sea.sc.gov.br.

A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES: **ATA 211/2021 R\$ 35.776,00** Processo de Licitação nº 01/2021 Vigência: Estará em vigor pelo prazo de 12 (doze) meses dos bens e suas eventuais restrições. CIG 2021AS005384.

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES: **ATA 42304/21 – PE 100/21.** Empresa: **Material Hospitalar Eireli. Ob** Objeto: Equipamentos hospitalares. Valor total R\$ 5.102.654,40. Inteiro teor:

POLÍCIA CIVIL EXTRATO DE CONTRATO

Contratante: Fundo de Melhoria de Gestão
Item Orçamentário: 33.90.30.01.11.000033. **AUTORIZAÇÃO CPL/DGPC/2021. Origem:** Prorrogação de Prazo
DGPC/2021. Objeto: Aquisição de materiais para atender as necessidades da Polícia Civil
Contratada: FELLETI COMERCIO DE ASSINATURA
de Assinatura: 30/05/2021. Fica de responsabilidade das funções de fiscal da contratação a Polícia WILLIAM CEZAR SALGADO
029034-4-1, conforme Portaria 31.05.2021. Processo SGP-e: GGG 2021AS005310.

POLÍCIA CIVIL EXTRATO DE CONTRATO

Contratante: Fundo de Melhoria de Gestão
Item Orçamentário: 33.90.30.01.11.000033. **AUTORIZAÇÃO CPL/DGPC/2021. Origem:** Prorrogação de Prazo
DGPC/2021. Objeto: Aquisição de materiais para atender as necessidades da Polícia Civil
Contratada: FELLETI COMERCIO DE ASSINATURA
Assinatura: 26/05/2021. Fica de responsabilidade das funções de fiscal da contratação a Polícia WILLIAM CEZAR SALGADO
0100/DIAF/DGPC/PCSC de 31.05.2021. Aprovação GGG 2021AS005310.

POLÍCIA CIVIL EXTRATO DE CONTRATO

Contratante: Fundo de Melhoria de Gestão
Item Orçamentário: 33.90.30.01.11.000033. **AUTORIZAÇÃO CPL/DGPC/2021. Origem:** Prorrogação de Prazo
DGPC/2021. Objeto: Aquisição de materiais para atender as necessidades da Polícia Civil. **Valor total R\$ 1.594.512,00.**
de Assinatura: 19/05/2021. Fica de responsabilidade das funções de fiscal da contratação a Polícia WILLIAM CEZAR SALGADO
Portaria nº 099/DIAF/DGPC/PCSC de 31.05.2021. Aprovação GGG 2021AS005310.



Atas Gebes <atasgebes@gmail.com>

ATA PUBLICADA E LIBERADA - ATA 956/2021

1 mensagem

Ata de Registro de Preços <atas@saude.sc.gov.br>

9 de junho de 2021 12:32

Para: LIVE COMÉRCIO <LICITA@livehs.com.br>, Vendas01 | Livehs <vendas01@livehs.com.br>, GEBER - LISTA <gerabdamad@saude.sc.gov.br>, ALEXANDRE DE SOUZA <xandsouza@saude.sc.gov.br>, Valdeia <valdeia@saude.sc.gov.br>

Boa tarde,

Informamos que a **ATA - 956/2021** REFERENTE AO **PE SEA - 100/2021 - Empresa: Live Comércio de Material Hospitalar Eireli**, foi liberada no SCCD e publicada em **08/06/2021 D.O.E. 21.536**.

O processo encontra-se à disposição para vistas no portal Sistema de Gestão de Protocolo Eletrônico - SGPE (www.sgpe.sea.sc.gov.br) através do link consulta de processos, no endereço constante abaixo ou informações por meio dos telefones (48) 3664-8735.

Atenciosamente,

Lucas Gonçalves

Diretoria de Licitações e Contratos
Núcleo de Atas de Registro de Preços
Secretaria de Estado da Saúde - SC
Fone: (48) 3664-8951
Rua Esteves Júnior, nº 160, 2º andar
Centro | Florianópolis | SC | 88015-130



ATA 956-2021 - Live + Jornal.pdf
7052K



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 955/2021
EPI'S – LUVAS

Aos 26 dias do mês de maio do ano de 2021, no Estado de Santa Catarina, por meio da Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde, Órgão Gerenciador deste Registro de Preços, situada na Rua Esteves Júnior, nº 160, nesta Capital, inscrita no CNPJ sob o nº 80.673.411/0001-87, representada neste ato pelo Secretário de Estado da Saúde, Senhor André Motta Ribeiro e pelo Gestor desta ata, Senhor Gerente de Bens Regulares, são registrados os preços da empresa **Health Care & Dubebê Indústria Comércio, Importação, Exportação de Produtos de Higiene Pessoal, Cosméticos e Perfumaria Eireli**, estabelecida à Rua Eloi Francisco dos Anjos, nº 443 – Sul do Rio – CEP: 88.200-000 – Tijucas/SC, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 18.252.904/0001-70, neste ato representada pelo **Sr. Luciano Nelson Silveira**, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº 952.088.109-30, portador do RG nº 2.909.379, para eventual fornecimento de **EPI'S para enfrentamento do Coronavírus destinados as unidades hospitalares da Secretária de Estado da Saúde/SC**, conforme especificado no quadro abaixo, resultante do **Pregão Eletrônico SEA n.º 100/2021**, objeto do processo **SES 42304/2021**. As condições a serem praticadas neste registro de preços são as constantes do instrumento convocatório respectivo e seus anexos, da proposta apresentada pelo (s) fornecedor (es), os quais integram esta ata, independentemente de transcrição. O presente registro de preços terá vigência de 01 (um) ano, a partir da data de publicação desta Ata.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

- 1.1. A fiscalização será exercida por um representante da CONTRATANTE, indicado pela unidade e identificado na ata, a quem competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do Edital/Ata;
- 1.2. A CONTRATANTE se reserva o direito de rejeitar no todo ou em parte os serviços executados, se em desacordo com o Edital/Ata;
- 1.3. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui, nem reduz, a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, resultante de imperfeições técnicas ou utilização de material de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implicará a responsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos (art. 70 da Lei 8.666/93).

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS PRÁTICAS FRAUDULENTAS E DE CORRUPÇÃO

- 2.1. As partes, por seus agentes públicos ou por seus sócios, acionistas, administradores e colaboradores:
- I – Declaram que têm conhecimento das normas previstas na legislação, entre as quais nas Leis nºs 8.429/1992 e 12.846/2013, seus regulamentos e eventuais outras aplicáveis;
- II – Comprometem-se em não adotar práticas ou procedimentos que se enquadrem nas hipóteses previstas nas leis e regulamentos mencionados no inciso anterior e se comprometem em exigir o mesmo pelos terceiros por elas contratados;
- III – Comprometem-se em notificar à Controladoria-Geral do Estado qualquer irregularidade que tiverem conhecimento acerca da execução do contrato;
- IV – Declaram que têm ciência que a violação de qualquer das obrigações previstas na Instrução Normativa conjunta CGE/SEA nº 01/2020, além de outras, é causa para a rescisão unilateral do contrato, sem prejuízo da cobrança das perdas e danos, inclusive danos potenciais, causados à parte inocente e das multas pactuadas.

Itens constantes da Ata:

Item	Código	Descrição do Material	UN	Quant.	Unitário	Total
4	009598074	Luva de procedimento descartável, tamanho pequeno (P) confeccionada em látex natural, íntegro e uniforme, formato anatômico, ambidestra, atóxico, não estéril, resistente a tração, descartável, uso único, sem talco, selo de conformidade, embalada em caixas contendo dados de identificação, procedência, validade, nú-	peça	8.379.000	0,65	5.446.350,00

HEALTH CARE E DUBE
INDUSTRIA COMERCIO
IMPORTACA:182529040
00170

Assinado de forma digital por
HEALTH CARE E DUBE
INDUSTRIA COMERCIO
IMPORTACA:18252904000170
Dados: 2021.05.26 17:15:33
-03'00"

ARP 955/2021 (LGS) - MCMS



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

		mero do lote. As luvas devem ser armazenadas e transportadas em condições que evitem a possibilidade de afetar a integridade, em especial: calor, umidade, luz. Em conformidade a RDC nº 55 de 04 de novembro de 2011, portaria nº 332, de 26 de julho de 2012 e portaria nº 451, de 31 de agosto de 2012. Apresentar certificado de aprovação no MTE. MARCA/MODELO: MEDICAL SYSTEM / P - CA 45642 - RMS: 81699320007.				
5	009598075	Luva de procedimento descartável, tamanho médio (M) confeccionada em látex natural, íntegro e uniforme, formato anatômico, ambidestro, atóxico, não estéril, resistente a tração, descartável, uso único, sem talco, selo de conformidade, embalada em caixas, contendo dados de identificação, procedência, validade, número do lote. As luvas devem ser armazenadas e transportadas em condições que evitem a possibilidade de afetar a integridade, em especial: calor, umidade, luz. Em conformidade a RDC nº 55 de 04 de novembro de 2011, portaria nº 332, de 26 de julho de 2012 e portaria nº 451, de 31 de agosto de 2012. Apresentar certificado de aprovação MTE. MARCA/MODELO: MEDICAL SYSTEM / M - CA 45642 - RMS: 81699320007.	peça	4.856.100	0,65	3.156.465,00
6	009598076	Luva de procedimento descartável, tamanho grande (G) confeccionada em látex natural, íntegro e uniforme, formato anatômico, ambidestro, atóxico, não estéril, resistente a tração, descartável, uso único, sem talco, selo de conformidade, embalada em caixas, contendo dados de identificação, procedência, validade, número do lote. As luvas devem ser armazenadas e transportadas em condições que evitem a possibilidade de afetar a integridade, em especial: calor, umidade, luz. Em conformidade a RDC nº 55 de 04 de novembro de 2011, portaria nº 332, de 26 de julho de 2012 e portaria nº 451, de 31 de agosto de 2012. Apresentar certificado de aprovação MTE. MARCA/MODELO: MEDICAL SYSTEM / G - CA 45642 - RMS: 81699320007.	peça	1.683.720	0,65	1.094.418,00
Valor Total: R\$ 9.697.233,00						

Fiscal da ATA de Registro de Preços:

GEBER: Alexandre de Souza – Matrícula: 360.382-2-01

Florianópolis (SC), 26 de maio de 2021.

HEALTH CARE E
DUBEBE INDUSTRIA
COMERCIO
IMPORTACA:1825290
4000170

Assinado de forma digital por
HEALTH CARE E DUBEBE
INDUSTRIA COMERCIO
IMPORTACA:18252904000170
Dados: 2021.05.26 17:15:47
-03'00'

ARP 955/2021 (LGS) - MCMS

Pág. 02 de 03 - Documento assinado digitalmente. Para conferência, acesse o site <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo SES 00042304/2021 e o código 5085N5VZ.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

[Assinado digitalmente]

Órgão Gerenciador
Fundo Estadual de Saúde/FES-SES

[Assinado digitalmente]

Gestor
Gerente de Bens Regulares – GEBER

[Assinado digitalmente]

Empresa

Health Care & Dubebê Indústria Comércio, Importação, Exportação de Produtos de Higiene Pessoal, Cosméticos e Perfumaria Eireli

HEALTH CARE E
DUBEBE INDUSTRIA
COMERCIO
IMPORTACA:1825290
4000170

Assinado de forma digital por
HEALTH CARE E DUBEBE
INDUSTRIA COMERCIO
IMPORTACA:18252904000170
Dados: 2021.05.26 17:16:03
-03'00'



Código para verificação: **5O85N5VZ**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ **HEALTH CARE E DUBE BE INDUSTRIA COMERCIO IMPORTACA** (CPF: 952.XXX.109-XX) em 26/05/2021 às 17:16:03
Emitido por: "AC SERASA RFB v5", emitido em 23/07/2020 - 16:24:00 e válido até 23/07/2021 - 16:24:00.
(Assinatura ICP-Brasil)
- ✓ **PAULO CARLOS BRENTANO JUNIOR** em 26/05/2021 às 18:31:08
Emitido por: "SGP-e", emitido em 13/07/2018 - 14:56:49 e válido até 13/07/2118 - 14:56:49.
(Assinatura do sistema)
- ✓ **ANDRÉ MOTTA RIBEIRO** em 28/05/2021 às 15:13:18
Emitido por: "SGP-e", emitido em 13/05/2021 - 18:41:36 e válido até 13/05/2121 - 18:41:36.
(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U0VTXzcwNTIfMDAwNDIzMDRfNDI5NjNfMjAyMV81Tzg1TjVWWg==> ou o site <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SES 00042304/2021** e o código **5O85N5VZ** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
PSES 129141/2020 – PE 2762
Comercialização, Distribuição e
Produtos Hospitalares Ltda. Objeto:



Atas Gebes <atasgebes@gmail.com>

ATA PUBLICADA E LIBERADA - ATA 955/2021

1 mensagem

Ata de Registro de Preços <atas@saude.sc.gov.br>

2 de junho de 2021 12:27

Para: licitacao@dubebe.net, Fabrizio Rosso <licitacao@healthcareimport.com.br>, GEBER - LISTA <gerabdamad@saude.sc.gov.br>, ALEXANDRE DE SOUZA <xandsouza@saude.sc.gov.br>, Valdeia <valdeia@saude.sc.gov.br>

Boa tarde,

Informamos que a **ATA - 955/2021** REFERENTE AO **PE SEA - 100/2021 - Empresa: Health Care & Dubebê Indústria Comércio, Importação, Exportação de Produtos de Higiene Pessoal, Cosméticos e Perfumaria Eireli**, foi liberada no SCCD e **publicada em 01/06/2021 D.O.E. 21.533.**

O processo encontra-se à disposição para vistas no portal Sistema de Gestão de Protocolo Eletrônico - SGPE (www.sgpe.sea.sc.gov.br) através do link consulta de processos, no endereço constante abaixo ou informações por meio dos telefones (48) 3664-8735.

Atenciosamente,

Lucas Gonçalves

Diretoria de Licitações e Contratos
Núcleo de Atas de Registro de Preços
Secretaria de Estado da Saúde - SC
Fone: (48) 3664-8951
Rua Esteves Júnior, nº 160, 2º andar
Centro | Florianópolis |SC| 88015-130



ATA 955-2021 - Health Care + Jornal.pdf
718K



ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 956/2021
EPI'S – LUVAS

Aos 26 dias do mês de maio do ano de 2021, no Estado de Santa Catarina, por meio da Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde, Órgão Gerenciador deste Registro de Preços, situada na Rua Esteves Júnior, nº 160, nesta Capital, inscrita no CNPJ sob o nº 80.673.411/0001-87, representada neste ato pelo Secretário de Estado da Saúde, Senhor André Motta Ribeiro e pelo Gestor desta ata, Senhor Gerente de Bens Regulares, são registrados os preços da empresa **Live Comércio de Material Hospitalar Eireli**, estabelecida à Rua Nilo Bittencourt, nº 55 – Módulo 04 – São Vicente – CEP 88.312-400 – Itajaí/SC, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 10.842.393/0001-34, neste ato representada pelo **Sr. Wagner Joaquim da Silva Junior**, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº 306.616.358-05, portador do RG nº 34.564.099, para eventual fornecimento de **EPI'S para enfrentamento do Coronavírus destinados as unidades hospitalares da Secretaria de Estado da Saúde/SC**, conforme especificado no quadro abaixo, resultante do **Pregão Eletrônico SEA nº 100/2021**, objeto do processo **SES 42304/2021**. As condições a serem praticadas neste registro de preços são as constantes do instrumento convocatório respectivo e seus anexos, da proposta apresentada pelo (s) fornecedor (es), os quais integram esta ata, independentemente de transcrição. O presente registro de preços terá vigência de 01 (um) ano, a partir da data de publicação desta Ata.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

- 1.1. A fiscalização será exercida por um representante da CONTRATANTE, indicado pela unidade e identificado na ata, a quem competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do Edital/Ata;
- 1.2. A CONTRATANTE se reserva o direito de rejeitar no todo ou em parte os serviços executados, se em desacordo com o Edital/Ata;
- 1.3. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui, nem reduz, a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, resultante de imperfeições técnicas ou utilização de material de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implicará a responsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos (art. 70 da Lei 8.666/93).

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS PRÁTICAS FRAUDULENTAS E DE CORRUPÇÃO

- 2.1. As partes, por seus agentes públicos ou por seus sócios, acionistas, administradores e colaboradores:
- I – Declaram que têm conhecimento das normas previstas na legislação, entre as quais nas Leis nºs 8.429/1992 e 12.846/2013, seus regulamentos e eventuais outras aplicáveis;
- II – Comprometem-se em não adotar práticas ou procedimentos que se enquadrem nas hipóteses previstas nas leis e regulamentos mencionados no inciso anterior e se comprometem em exigir o mesmo pelos terceiros por elas contratados;
- III – Comprometem-se em notificar à Controladoria-Geral do Estado qualquer irregularidade que tiverem conhecimento acerca da execução do contrato;
- IV – Declaram que têm ciência que a violação de qualquer das obrigações previstas na Instrução Normativa conjunta CGE/SEA nº 01/2020, além de outras, é causa para a rescisão unilateral do contrato, sem prejuízo da cobrança das perdas e danos, inclusive danos potenciais, causados à parte inocente e das multas pactuadas.

Itens constantes da Ata:

Item	Código	Descrição do Material	UN	Quant.	Unitário	Total
1	009598027	Luva de procedimento descartável tamanho pequeno(P), em nitrilica, isenta de látex, não estéril, isenta de talco, formato anatômico, ambidestra, resistente a tração, descartável, uso único, macio, isento de agentes alergizantes, resíduos e impurezas, embalada em caixas contendo 100 peças, com abertura manual de fácil manuseio, contendo dados de identificação, procedência, validade, numero do lote, selo de	peça	2.730.000	0,72	1.965.600,00



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

		conformidade apresentar certificado de aprovação MT, as luvas devem ser armazenadas e transportadas em condições que evitem a possibilidade de afetar a integridade, em especial calor, a umidade e a luz. Em conformidade a RDC nº 55 de 04 de novembro de 2011, portaria nº 332, de 26 de julho de 2012 e portaria nº 451, de 31 de agosto de 2012. Apresentar certificado de aprovação MTE. MARCA/MODELO: LIVE - CA 43958 - RMS: 80630310002.				
2	009598028	Luva de procedimento descartável tamanho Medio(M), em nitrilica, isenta de látex, não estéril, isenta de talco, formato anatômico, ambidestra, resistente a tração, descartável, uso único, macio, isento de agentes alergizantes, resíduos e impurezas, embalada em caixas contendo 100 peças, com abertura manual de fácil manuseio, contendo dados de identificação, procedência, validade, numero do lote, selo de conformidade, apresentar certificado de aprovação MTE, luvas devem ser armazenadas e transportadas em condições que evitem a possibilidade de afetar a integridade, em especial calor, a umidade e a luz. Em conformidade a RDC 55 de 04 de novembro de 2011, portaria nº 332, de 26 de julho de 2012, e portaria nº 451, de 31 de agosto de 2012. MARCA/MODELO: LIVE - CA 43958 -RMS: 80630310002.	peça	2.629.440	0,72	1.893.196,80
3	009598029	Luva de procedimento descartável tamanho Grande (G), em nitrilica, isenta de látex, não estéril, isenta de talco, formato anatômico, ambidestra, resistente a tração, descartável, uso único, macio, isento de agentes alergizantes, resíduos e impurezas, embalada em caixas contendo 100 peças, com abertura manual de fácil manuseio, contendo dados de identificação, procedência, validade, numero do lote, apresentar certificado de aprovação MT, as luvas devem ser armazenadas e transportadas em condições que evitem a possibilidade de afetar a integridade, em especial calor, a umidade e a luz. Em conformidade a RDC nº 55 de 04 de novembro de 2011, portaria nº 332, de 26 de julho de 2012 e portaria nº 451, de 31 de agosto de 2012. Apresentar certificado de aprovação MTE. MARCA/MODELO: LIVE - CA 43958 - RMS: 80630310002.	peça	1.727.580	0,72	1.243.857,60
Valor Total: R\$ 5.102.654,40						



**ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

Fiscal da ATA de Registro de Preços:

GEBER: Alexandre de Souza – Matrícula: 360.382-2-01

Florianópolis (SC), 26 de maio de 2021.

[Assinado digitalmente]

Órgão Gerenciador
Fundo Estadual de Saúde/FES-SES

[Assinado digitalmente]

Gestor
Gerente de Bens Regulares – GEBER

[Assinado digitalmente]

Empresa
Live Comércio de Material Hospitalar Eireli



Código para verificação: **LDY9Y593**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



ALEXANDRE DE SOUZA (CPF: 797.XXX.019-XX) em 02/06/2021 às 10:47:59

Emitido por: "SGP-e", emitido em 13/07/2018 - 13:14:16 e válido até 13/07/2118 - 13:14:16.

(Assinatura do sistema)



ANDRÉ MOTTA RIBEIRO em 02/06/2021 às 21:40:04

Emitido por: "SGP-e", emitido em 13/05/2021 - 18:41:36 e válido até 13/05/2121 - 18:41:36.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U0VTXzcwNTIfMDAwNDIzMDRfNDI5NjNfMjAyMV9MRfk5WTU5Mw==> ou o site

<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SES 00042304/2021** e o código **LDY9Y593** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.

Contrato/AF nº 2021AF00001
Item 0001 - Quantidade: 22,00 Peças Preço Total: R\$ 98,12.
Local de entrega: Local de entrega: Almoxarifado da SEF – Florianópolis/SC
Data de emissão: 25/05/2021
Pelo contratante: Paulo Eli
Pela contratada: Marina Inácio
CIG/SEF: 6697/2020

Cod. Mat.: 743458

SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE
EXTRATO DE CONTRATO DA LICITAÇÃO **CC 040/2015**.
QUARTO Termo Aditivo ao Contrato **PJ.087/2016**. **Contratante:** SIE. **Contratada:** Cejen Engenharia LTDA. **Objeto:** Prorrogação de Prazo em 90 (noventa) dias e Novo Cronograma Físico-financeiro. **Fundamentação Legal:** Inciso IV do §1º do Art. 57, da Lei Federal nº 8.666/93. **Local e data:** Florianópolis, 07/06/2021. **Signatários:** Secretário Thiago Augusto Vieira, pela SIE e o Sr. Ceciliano José Ennes Neto, pela Contratada. **GGG: 2021SO004408**.

Cod. Mat.: 743478

SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE
EXTRATO DE CONTRATO DA LICITAÇÃO **RDC 048/2021**
CT.086/2021. **Objeto:** Implantação de tela galvanizada no entorno do sítio aeroportuário, realizando o aproveitamento dos mourões e arame farpado existente, implantação de cerca completa (baldrame, mourão e tela), padrão ANAC, implantação da via de inspeção de cerca patrimonial e serviço e confecção e instalação de avisos de advertência (placas) para disponibilização no cercamento do sítio aeroportuário do Aeroporto Regional do Planalto Serrano, em Correia Pinto/SC. **Vencedora:** Telas de Alambrado Maringá LTDA. **Valor:** R\$ 1.013.990,00 (um milhão, treze mil e novecentos e noventa reais). **Prazo:** 120 (cento e vinte) dias. **Fundamentação Legal:** Lei nº 12.642/11, Lei nº 8.666/93 e Decreto Estadual nº 2.617/09. **Local e Data:** Florianópolis, 07/06/2021. **Signatários:** Secretário Thiago Augusto Vieira, pela SIE e o Sr. Edmar Aparecido de Souza, pela Contratada. **GGG: 2021AS005608**.

Cod. Mat.: 743528

SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE
EXTRATO DE CONTRATO DA LICITAÇÃO **LPI 098/2013**.
DÉCIMO QUARTO Termo Aditivo ao Contrato **PJ.131/2014**. **Contratante:** SIE. **Contratada:** CONSÓRCIO SC-486, constituído pelas empresas Compasa do Brasil Distribuidora de Derivados de Petróleo LTDA (Empresa Líder, com 80% de participação) e a Construtora Triunfo S.A. (com 20% de participação). **Objeto:** Supressão de Valor em R\$ R\$ 283.009,43 (duzentos e oitenta e três mil, nove reais e quarenta e três centavos) e Novo Cronograma Físico-financeiro. **Fundamentação Legal:** Art. 65, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93. **Local e data:** Florianópolis, 01/06/2021. **Signatários:** Secretário Thiago Augusto Vieira, pela SIE e o Sr. Carlos Guilherme Ceschin Gomes do Rego, pela Contratada. **GGG: 2021AS005611**.

Cod. Mat.: 743522

SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE
EXTRATO DE CONTRATO DA LICITAÇÃO **CC 038/2016**.
SEGUNDO Termo Aditivo ao Contrato **PJ.098/2016**. **Contratante:** SIE. **Contratada:** APPE – Assessoria para Projetos Especiais LTDA. **Objeto:** Prorrogação Excepcional de Prazo em 12 (doze) meses. **Fundamentação Legal:** Art. 57, II c/c o § 4º da Lei nº 8.666/93 c/c a Cláusula Quarta – Prazos, item 3 – Duração do Contrato-, do contrato PJ. 098/2016. **Local e data:** Florianópolis, 01/06/2021. **Signatários:** Secretário Thiago Augusto Vieira, pela SIE e o Sr. Luiz Henrique Dias Figueiredo, pela Contratada. **GGG: 2021AS004976**.

Cod. Mat.: 743325

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES: **ATA 910/2021**
PSES 38977/2021 – PE 766/2021. Empresa: **Altermed Material Médico Hospitalar Ltda**. Objeto: Medicamentos - GEBER. Valor total R\$ 21.555,84. Inteiro teor: www.sgpe.sea.sc.gov.br.

Cod. Mat.: 743467

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO SUS 068/2020 - SES 131200/2019 - EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA 2376/2019
Entidade: Associação da REDEH de Beneficência Cristã - Hospital Dom BoscoMunicípio: Rio dos CedrosCNPJ: 86.324.860/0003-68
Objeto: Adequação do Plano Operativo devido à Deliberação 109/CIB/2020 que alterou o fluxo de atendimento da assistência ambulatorial de cirurgias oftalmológicas. Conforme orientações da GECOA, a PPI estabeleceu a referência, e para o presente caso, adequamos o quantitativo, não impactando o financeiro.
Vigência: A partir de sua assinatura.
Florianópolis, 02 de junho de 2021
Andre Motta RibeiroSecretário de Estado da Saúde

Cod. Mat.: 743403

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES: **ATA 966/2021**
PSES 25069/21 – PE 824/21. Empresa: **Coloplast do Brasil Ltda**. Objeto: Insumos – GEJUD. Valor total R\$ 28.680,00. Inteiro teor: www.sgpe.sea.sc.gov.br.

Cod. Mat.: 743250

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES: **ATA 967/2021**
PSES 25069/21 – PE 824/21. Empresa: **Cremer S.A**. Objeto: Insumos – GEJUD. Valor total R\$ 5.529,60. Inteiro teor: www.sgpe.sea.sc.gov.br.

Cod. Mat.: 743251

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES: **ATA 968/2021**
PSES 25069/21 – PE 824/21. Empresa: **Fufa-SC Comércio e Representações Ltda**. Objeto: Insumos – GEJUD. Valor total R\$ 27.040,80. Inteiro teor: www.sgpe.sea.sc.gov.br.

Cod. Mat.: 743252

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES: **1º Termo Aditivo** – PSES 74703/2021 – Acréscimo de 25% no quantitativo do item 01 – **ATA 1265/2021** – PE 845/2020 – PSES 34678/20 Empresa: **Laboratórios B. Braun S.A**. Valor Aditado: R\$ 1.951,20. Inteiro teor: www.sgpe.sea.sc.gov.br.

Cod. Mat.: 743261

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES: **ATA 913/2021**
PSES 38977/2021 – PE 766/2021. Empresa: **Medilar Importação e Distribuição de Produtos Médico Hospitalares SA**. Objeto: Medicamentos - GEBER. Valor total R\$ 166.812,48. Inteiro teor: www.sgpe.sea.sc.gov.br.

Cod. Mat.: 743469

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES: **ATA 1003/2021**
PSES 46851/2021 – PE 895/2021. Empresa: **Altermed Material Médico Hospitalar Ltda**. Objeto: Medicamentos - GEJUD. Valor total R\$ 2.413,44. Inteiro teor: www.sgpe.sea.sc.gov.br.

Cod. Mat.: 743470

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES: **ATA 1006/2021**
PSES 46851/2021 – PE 895/2021. Empresa: **Promefarma Medicamentos e Produtos Hospitalares Ltda**. Objeto: Medicamentos - GEJUD. Valor total R\$ 381,0912. Inteiro teor: www.sgpe.sea.sc.gov.br.

Cod. Mat.: 743471

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES. SES 43759/2021. Edital DL 1087/2021. **Contrato de Fornecimento 279/2021**. Objeto: COMPRA EMERGENCIAL de água mineral de 20 litros para as unidades hospitalares HGMTR (Lages) e HRHDS (JOINVILLE). Valor R\$ 22.338,00. Contratada: Estância Hidromineral Santa Rita de Cassia Ltda.CNPJ: 03.489.027/0001-88 Vig. 31/05/2021 a 27/11/2021. CIG: 2021AS005497.

Cod. Mat.: 743332

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FUNDO ESTADUAL DA SAÚDE torna público o seguinte Termo Aditivo: CONTRATANTE: Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde, representada pelo Superintendente de Gestão Administrativa Luciano Jorge Konescki Objeto: 5º termo aditivo de prorrogação de prazo do cont. 142/2019, celebrado entre a empresa F SIGMA CONSTRUTORA EIRELI– Ref.: obra e manutenção reforma da unidade de nutrição e dietética do Hospital Governador Celso Ramos– Novo Prazo: 05/08/2021

Cod. Mat.: 743449

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES: **ATA 990/2021**
PSES 54172/21 – PE 1048/21. Empresa: **BRM Indústria e Comércio de Rótulos Ltda**. Objeto: Suprimentos de Informática – LACEN. Valor total R\$ 29.502,00. Inteiro teor: www.sgpe.sea.sc.gov.br.

Cod. Mat.: 743517

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES **Rescisão do Contrato 122/2021**. Contratada: LUCIENE DE BRITO V. DE SOUSA JOKOSKI ME. Objeto: serviço de terapia ocupacional. PSES 137157/2020. DL 2646/2020. Ordem Judicial. Rescisão a partir de 03/07/2021, tendo em vista conclusão de processo licitatório no PSES 27801/2021. CIG 3900/2021.

Cod. Mat.: 743521

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES: **ATA 506/2021**
PSES 15290/21 – PE 337/21. Empresa: **Medilar Importação e Distribuição de Produtos Médico Hospitalares S/A**. Objeto: Medicamentos – GEJUD. Valor total R\$ 1.594,512. Inteiro teor: www.sgpe.sea.sc.gov.br.

Cod. Mat.: 743492

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES: **ATA 992/2021**
PSES 40734/21 – PE 771/21. Empresa: **Aurobindo Pharma Indústria Farmacêutica Ltda**. Objeto: Medicamentos – GEBER. Valor total R\$ 63.240,00. Inteiro teor: www.sgpe.sea.sc.gov.br.

Cod. Mat.: 743497

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES: **ATA 994/2021**
PSES 40734/21 – PE 771/21. Empresa: **Novartis Biociências S.A**. Objeto: Medicamentos – GEBER. Valor total R\$ 27.142,08. Inteiro teor: www.sgpe.sea.sc.gov.br.

Cod. Mat.: 743501

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES: **ATA 1020/2021**
PSES 25120/2021 – PE 720/2021. Empresa: **Licimed Distribuidora de Medicamentos, Correlatos e Produtos Médicos e Hospitalares Ltda**. Objeto: Medicamentos - GEJUD. Valor total R\$ 2.567,04. Inteiro teor: www.sgpe.sea.sc.gov.br.

Cod. Mat.: 743523

A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES torna público: Contrato de Assistência Técnica e Garantia nº 136/2021 OF 211/2021 R\$ 35.776,00 Processo SES 59617/2020 - PE 1605/2020. Vigência: Estará em vigor pelo período de duração da garantia dos bens e suas eventuais restituições. Empresa: Freedom Veículos Elétricos Ltda CNPJ: 94.132.024/0001-48 Objeto: Aquisição de equipamentos hospitalares para o Hospital Regional do Oeste (HRO), com recursos do Pacto por Santa Catarina CIG 2021AS005384.

Cod. Mat.: 743530

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES: **ATA 956/2021**
PSES 42304/21 – PE 100/21. Empresa: **Live Comércio de Material Hospitalar Eireli**. Objeto: EPI's – COVID – GEBER. Valor total R\$ 5.102.654,40. Inteiro teor: www.sgpe.sea.sc.gov.br.

Cod. Mat.: 743508

POLÍCIA CIVIL **EXTRATO DE CONTRATO**

Contratante: Fundo de Melhoria da Polícia Civil. UG 16084. Item Orçamentário: 33.90.30.39 Subação: 013148. Fonte: 0.1.11.000033. AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nº 105/ CPL/DGPC/2021. Origem: Pregão Eletrônico nº 013/CPL/ DGPC/2021. Objeto: Aquisição de películas Veicular, para atender as necessidades da Polícia Civil. **Valor Total R\$ 280,00. Contratada:** FELLETI COMERCIO E SERVICOS LTDA. **Data de Assinatura:** 30/05/2021. Fica designado (a) para exercer as funções de fiscal da contratação acima o (a) Delegado de Polícia WILLIAM CEZAR SALES DOS SANTOS matrícula nº 029034-4-1, conforme Portaria nº **0101/DIAF/DGPC/PCSC** de **31.05.2021**. Processo SGP-e: PCSC 32828/2021. Aprovação GGG 2021AS005310.

Cod. Mat.: 743385

POLÍCIA CIVIL **EXTRATO DE CONTRATO**

Contratante: Fundo de Melhoria da Polícia Civil. UG 16084. Item Orçamentário: 33.90.30.33 Subação: 011846. Fonte: 0.1.11.000033. AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nº 102/ CPL/DGPC/2021. Origem: Pregão Eletrônico nº 013/CPL/ DGPC/2021. Objeto: Aquisição de película predial, para atender as necessidades da Polícia Civil. **Valor Total R\$ 810,00. Contratada:** FELLETI COMERCIO E SERVICOS LTDA. **Data de Assinatura:** 26/05/2021. Fica designada para exercer as funções de fiscal da contratação acima o (a) Escrivã de Polícia DANIELA STIMAMIGLIO, matrícula nº 0379561-6-01, conforme Portaria nº **0100/DIAF/DGPC/PCSC** de **31.05.2021**. Processo SGP-e: PCSC 15517/2021. Aprovação GGG 2021AS005141.

Cod. Mat.: 743389

POLÍCIA CIVIL **EXTRATO DE CONTRATO**

Contratante: Fundo de Melhoria da Polícia Civil. UG 16084. Item Orçamentário: 33.90.30.16 Subação: 006753. Fonte: 0.1.11.000033. AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nº 99/ CPL/DGPC/2021. Origem: Pregão Eletrônico nº 40/SEA/2021. Objeto: Aquisição de Materiais de Escritório, para atender as necessidades da Polícia Civil. **Valor Total R\$ 8.850,00. Contratada:** BOING COMERCIO ATACADISTA DE MATERIAIS LTDA. **Data de Assinatura:** 19/05/2021. Fica designado (a) para exercer as funções de fiscal da contratação acima o (a) Agente de Polícia LUIZ EDUARDO WAGNER matrícula nº 0921640-5-01, conforme Portaria nº **099/DIAF/DGPC/PCSC** de **28.05.2021**. Processo SGP-e: PCSC 55619/2021.

Cod. Mat.: 743392



Atas Gebes <atasgeb@es@gmail.com>

ATA PUBLICADA E LIBERADA - ATA 956/2021

1 mensagem

Ata de Registro de Preços <atas@saude.sc.gov.br>

9 de junho de 2021 12:32

Para: LIVE COMÉRCIO <LICITA@livehs.com.br>, Vendas01 | Livehs <vendas01@livehs.com.br>, GEBER - LISTA <gerabdamad@saude.sc.gov.br>, ALEXANDRE DE SOUZA <xandsouza@saude.sc.gov.br>, Valdeia <valdeia@saude.sc.gov.br>

Boa tarde,

Informamos que a **ATA - 956/2021** REFERENTE AO **PE SEA - 100/2021 - Empresa: Live Comércio de Material Hospitalar Eireli**, foi liberada no SCCD e publicada em **08/06/2021 D.O.E. 21.536**.

O processo encontra-se à disposição para vistas no portal Sistema de Gestão de Protocolo Eletrônico - SGPE (www.sgpe.sea.sc.gov.br) através do link consulta de processos, no endereço constante abaixo ou informações por meio dos telefones (48) 3664-8735.

Atenciosamente,

Lucas Gonçalves

Diretoria de Licitações e Contratos**Núcleo de Atas de Registro de Preços**

Secretaria de Estado da Saúde - SC

Fone: (48) 3664-8951

Rua Esteves Júnior, nº 160, 2º andar

Centro | Florianópolis | SC | 88015-130

**ATA 956-2021 - Live + Jornal.pdf**

7052K

TERMO DE REFERÊNCIA

DEMANDANTE	Secretaria de Estado da Saúde (SES/SC)
LOCAL DE ENTREGA	Almoxarifado da Diretoria de Vigilância Epidemiológica (DIVE) Rua Francisco Severino de Souza, s/n, lote 20, Fazenda do Max, São José/SC.

1 OBJETO

Item	Código	Descrição	Quantidade	Estimativa de Consumo (Meses)
1	009644001	Seringa descartável de polipropileno, capacidade de 3cc, adaptação de rosca (bico luer lock), sem agulha, siliconizada, graduação exata, nítida e permanente, êmbolo com pistão (borracha), deslizante, perfeita vedação, corpo translúcido, estéril, papel grau cirúrgico, embalagem unitária, com abertura asséptica, contendo dados de identificação, procedência, data de fabricação, validade, número de lote e registro no MS.	4.000.000	Entrega Única

2 FUNDAMENTAÇÃO SIMPLIFICADA DA CONTRATAÇÃO

É de conhecimento público o início da vacinação contra a COVID-19 no Brasil e no mundo. Diante disso, o início da vacinação gerou escassez dos insumos necessários para aplicação das doses, dentre os quais, seringas e agulhas.

Nesse cenário, atualmente, a Secretaria de Estado da Saúde conta com 6,3 milhões de seringas de 3cc em estoque, o que não é suficiente para atendimento da rotina anual de vacinação, sobretudo para a vacinação dos grupos prioritários da COVID-19. Tal situação fica ainda mais crítica se considerarmos a necessidade de vacinação dos mais de 5,5 milhões de catarinenses aptos a serem vacinados.

Por esse motivo, e amparados pela Medida Provisória nº 1026 de 2021, faz-se **urgente** à aquisição de seringas para garantir que o cidadão catarinense possa ser vacinado no menor tempo possível.

3 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1 A aquisição será realizada por meio de Dispensa de Licitação;

3.2 O prazo de entrega será de 10 (dez) dias a partir da formalização da Dispensa;

3.3 O recebimento do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

4 CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

4.1 O pagamento será realizado 15 (quinze) dias após a entrega do material.

4.1.1 O fornecedor ou prestador de serviços ao Estado que optar por receber seu pagamento em outras instituições que não o Banco do Brasil, ficará responsável pelo custo da tarifa bancária referente à respectiva transferência de valores entre Bancos, uma vez que os pagamentos efetuados pelo Estado são efetuados prioritariamente pelo Banco do Brasil.

4.2 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

5 ESTIMATIVA DE PREÇOS

Empresa	Valor Unitário	Valor Total
Olimed	R\$ 0,28	R\$ 1.120.000,00
Maringá	R\$ 0,60	R\$ 1.680.000,00

Cumpre-nos esclarecer que a cotação é composta por apenas 2 (dois) orçamentos em virtude da negativa ou ausência de resposta dos quase 100 (cem) fornecedores consultados via e-mail, conforme documentos apensos a este processo. Também foram realizadas consultas por telefone, cujos fornecedores listamos abaixo:

Empresa	Telefone	Responsável
DUPAC COMERCIAL	11 43759202	Danilo
BD	41 88149533	Francieli
SHOPPING DA SAÚDE	91 31820250	Claudia
SOMA	48 991198771	Vagner
ALTERMED	48 991111940	Guilherme

A escassez de seringas no mercado é fato público e amplamente noticiado pela mídia. Além disso, o Ministério da Saúde requisitou administrativamente as seringas de diversos fabricantes, dificultando a aquisição pelos Estados, conforme demonstram as matérias abaixo:

- Folha de São Paulo: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2021/01/governo-sugere-que-industria-cancele-entregas-de-seringas-a-estados-para-centralizar-distribuicao.shtml>
- Globo: <https://g1.globo.com/bemestar/noticia/2021/01/04/governo-diz-que-requisitou-seringas-e-agulhas-a-fabricantes-para-futura-vacinacao-contracovid.ghtml>

Além disso, em contato com o Ministério da Saúde, não foi possível garantir que os insumos serão enviados ao Estado junto com as doses de vacinas, fazendo com que seja imprescindível que a Administração estadual faça a aquisição para garantir a logística de vacinação. Da mesma forma, não foi possível observar qualquer sinal de regularização dos preços das seringas nos próximos meses, o que torna extremamente arriscado para esta Administração aguardar a redução de preços para aquisição futura. Ainda assim, embora a necessidade para atender toda a população seja de aproximadamente 11 (onze) milhões de seringas, a Secretaria de Estado da Saúde adotou uma postura um pouco mais conservadora, considerando a alta de preços, garantindo em estoque 9 (nove) milhões de unidades desse item. Por isso, em 60 (sessenta) dias nova pesquisa será feita para aquisição dos quantitativos faltantes.

Por fim, com base na pesquisa realizada em Banco de Preços, verifica-se que o valor ofertado pela empresa Olimed está dentro do praticado no mercado no último mês, período em que o mercado foi afetado pela escassez e os preços sofreram aumento. O relatório de cotação encontra-se nas peças deste processo.

6 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- Fonte: 223-58;
- Subação: 11205;
- Elemento de Despesa: 33.90.30.36.

(assinado digitalmente)

Karen Sabrina Bayestorff Duarte

Presidente da Comissão Especial de Licitação para
Planejamento de Compras Destinadas ao Enfrentamento da COVID19



Código para verificação: **9P0Q0E1G**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE em 21/01/2021 às 17:38:03

Emitido por: "SGP-e", emitido em 13/07/2018 - 14:14:15 e válido até 13/07/2118 - 14:14:15.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U0VTXzcwNTIfMDAxNzAyMjdfMTczODg0XzlwMjBfOVAwUTBFMUc=> ou o site

<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SES 00170227/2020** e o código **9P0Q0E1G** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÕES E CONTRATAÇÕES DESTINADAS
ENFRENTAMENTO DA COVID19 - PORTARIA N.º163, de 06/05/2020

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0027/2021
PROCESSO SES 170227/2020

1 - OBJETO: Aquisição de seringas para vacinação – enfrentamento do Covid19.

2 – UNIDADE INTERESSADA: Secretaria de Estado da Saúde/Gerência de Bens Regulares.

3 – FORMA DE CONTRATAÇÃO: A presente Dispensa de Licitação será efetivada por meio da emissão de Contrato de Fornecimento:

EMPRESA	ITEM	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
Olimed Material Hospitalar Ltda.	Seringa descartável de polipropileno, capacidade de 3cc, adaptação de rosca (bico luer lock), sem agulha, siliconizada, graduação exata, nítida e permanente, êmbolo com pistão (borracha), deslizante, perfeita vedação, corpo translúcido, estéril, papel grau cirúrgico, embalagem unitária, com abertura asséptica, contendo dados de identificação, procedência, data de fabricação, validade.	R\$ 0,28	R\$ 1.120.000,00

4 - DESPESAS: A presente Dispensa de Licitação implicará em uma despesa total de **R\$ 1.120.000,00** (Um milhão, cento e vinte mil reais).

5 - FUNDAMENTO DA DISPENSA:

Lei n.º 8.666/93

Art. 24 - É Dispensável de Licitação:

IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública quando caracterizada a urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos.

6 – JUSTIFICATIVA:

O Plano Nacional de Contingência para Infecção Humana pelo Coronavírus 2019, emitido pelo Ministério da Saúde, o qual norteia as ações a serem implementadas pelas Secretarias de Saúde, inclui ações que visam a reorganização e ampliação da rede hospitalar. Nesse sentido, as ampliações dos leitos da rede hospitalar estadual seguem o alerta para as classificações de risco - Alerta, Perigo Iminente e Emergência em Saúde Pública. O estado de Santa Catarina encontra-se no nível de Emergência em Saúde Pública, indicado em duas situações, conforme estabelecido pelo Ministério da Saúde: a) quando há confirmação de transmissão local do primeiro caso de Coronavírus amplamente divulgado no território nacional; e b) reconhecimento de declaração de Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

Segundo o Plano de Contingência do Ministério da Saúde, o nível de Emergência está organizado em duas fases, fase de contenção e de mitigação.

O estado de Santa Catarina encontra-se na fase da mitigação, que tem início a partir do registro de 100 casos confirmados. Nesta fase, segundo o Ministério da Saúde, é preciso estar atento à possibilidade de superação da capacidade de resposta hospitalar para atendimento dos casos graves.

É de domínio público o início da vacinação no Brasil e no mundo. O início da vacinação gerou escassez dos insumos necessários para aplicação das doses, como seringas e agulhas. Hoje a Secretaria de Estado da Saúde conta com 5 milhões de seringas de 3cc em estoque, o que não é suficiente para atendimento total dos grupos prioritários. A situação fica ainda mais crítica se considerarmos a necessidade de vacinação dos mais de 7 milhões de catarinenses. Por esse motivo, e amparados pela Medida Provisória nº 1026 de 2021, faz-se urgente a aquisição de seringas para garantir que o cidadão catarinense possa ser vacinado no menor tempo possível.

Dessa forma, diante de todo o exposto, ante a imprescindibilidade dos itens e de acordo com a Requisição 447/2021, justifica-se a aquisição de seringas para vacinação. No âmbito legal, verifica-se a hipótese de realização da contratação direta, através de Dispensa de Licitação.

Por fim, após apreciação jurídica, restou emitido o Parecer Jurídico nº 51/2021/COJUR/SEA/SC, de 22 de janeiro de 2021, opinando pela admissibilidade de dispensa de licitação no presente caso.

7 – RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR E JUSTIFICATIVA DO PREÇO:

A cotação é composta por apenas dois orçamentos haja vista a negativa ou ausência de resposta dos quase 100 fornecedores consultados via e-mail, conforme documentos apensos a este processo.

Empresa	Valor unitário	Valor total
Olimed	R\$ 0,28	R\$ 1.120.000,00
Maringá Hospitalar	R\$ 0,60	R\$ 2.400.000,00

Foram consultados via telefone, ainda, os fornecedores listados abaixo:

EMPRESA	TELEFONE	RESPONSÁVEL
DUPAC COMERCIAL	11 43759202	Danilo
BD	41 88149533	Francieli
SHOPPING DA SAÚDE	91 31820250	Claudia
SOMA	48 991198771	Vagner
ALTERMED	48 991111940	Guilherme

A escassez de seringas no mercado é fato público e amplamente noticiado pela mídia. Além disso, o Ministério da Saúde requisitou administrativamente as seringas de diversos fabricantes dificultando a aquisição pelos estados, conforme demonstram as matérias abaixo:

Folha de São Paulo: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2021/01/governo-sugere-que-industria-cancele-entregas-de-seringas-a-estados-para-centralizar-distribuicao.shtml>

Globo: <https://g1.globo.com/bemestar/noticia/2021/01/04/governo-diz-que-requisitou-seringas-e-agulhas-a-fabricantes-para-futura-vacinacao-contracovid.ghtml>

Em contato com o Ministério da Saúde, não foi possível garantir que os insumos serão enviados ao estado junto com as doses de vacinas, fazendo com que seja imprescindível que o Governo faça a aquisição para garantir a logística de vacinação. Da mesma forma, não foi possível observar qualquer sinal de regularização dos preços das seringas nos próximos meses, o que torna extremamente arriscado para a Administração Pública aguardar a redução de preços para aquisição futura. Ainda assim, embora a necessidade para atender toda a população seja de cerca de 14 milhões de seringas, a SES adotou uma postura um pouco mais conservadora, considerando a alta de preços, garantindo em estoque 9 milhões de unidades desse item para. Dessa forma, em 60 dias nova pesquisa será feita para aquisição dos quantitativos faltantes.

Pesquisa realizada em Banco de Preços demonstra ainda que o valor ofertado pela empresa Olimed está dentro do praticado no mercado no último mês, período em que o mercado foi afetado pela escassez e os preços sofreram aumento. O relatório de cotação encontra-se apenso a este processo..

SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO:

1 – Ciente

2 - Em vista da necessidade da aquisição do objeto supracitado, e com os poderes a mim conferidos resolvo HOMOLOGAR a Dispensa de Licitação nº 0027/2021 aprovada pela Assessoria Jurídica por meio do Parecer nos autos do processo SES 170227/2020 e autorizar a despesa supracitada.

3 - Para prosseguimento.

Jorge Eduardo Tasca
Secretário de Estado da Administração
(assinado digitalmente)

ANEXO

MINUTA DE CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº: ____/____

Termo de Contrato de Fornecimento celebrado entre o ESTADO DE SANTA CATARINA, através da Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde e a empresa, autorizado através do Processo SES nº 170227/2020, Dispensa de Licitação n.º 0027/2021 e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e demais legislações aplicáveis.

CONTRATANTE:	Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde
C.N.P.J. N.º:	80.673.411/0001-87
Endereço: (sede)	Rua Esteves Júnior, 160 - Ed. Halley - Centro – Florianópolis – SC
Representada por:	

Contratada:	
C.N.P.J. N.º:	
Endereço:	
Representada por:	

GESTOR:	
Função:	
Unidade:	

FISCAL:	
Função:	
Unidade:	

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO, ESPECIFICAÇÃO E QUANTIDADE

1.1 - O Presente Contrato tem por objetivo a aquisição pela CONTRATANTE e o fornecimento pela CONTRATADA, **de seringas para vacinação – enfrentamento do Covid19**, para a Secretaria de Estado da Saúde.

1.2 – Este Termo de Contrato vincula-se à proposta vencedora, independentemente de sua transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1 - A CONTRATADA obriga-se a fornecer o objeto deste instrumento, especificado(s) e quantificado(s) na cláusula primeira, ao preço líquido, CIF aproximado de R\$..... (.....) considerando sua proposta de preços;

2.2 - As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta da dotação orçamentária:

2.2.1 - Projeto/Atividade: 11205

2.2.2 - Elemento Despesa: 33.90.30.36

2.2.3 - Unidade Orçamentária: FES – Fonte 223-58

2.3 - A CONTRATADA deverá mencionar na respectiva Nota Fiscal/Fatura informações sobre o produto, tais como: a MARCA sob o qual o mesmo é comercializado, Fabricante, Apresentação, País de Origem, o número Certificado de Registro do Produto junto ao Ministério da Saúde, o número do lote e o prazo de validade do produto. Além de mencionar o número do Contrato, do Processo e da Autorização de Fornecimento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PAGAMENTO

3.1 - A SES efetuará o pagamento em 15 (quinze) dias após o recebimento e aceite do material com a respectiva Nota Fiscal/Fatura ou documento legalmente equivalente, observado o cumprimento integral das disposições contidas neste edital;

3.1.1 - Caso o vencimento do prazo de pagamento da Nota Fiscal/Fatura ocorra fora do calendário semanal ou de expediente bancário, o pagamento será efetuado na próxima data do calendário, imediatamente posterior ao vencimento, não incidindo qualquer compensação financeira neste período;

3.1.2 - O fornecedor ou prestador de serviços ao Estado que optar por receber seu pagamento em outras instituições que não o Banco do Brasil, ficará responsável pelo custo da tarifa bancária referente à respectiva transferência de valores entre Bancos, uma vez que os pagamentos efetuados pelo Estado são efetuados prioritariamente pelo Banco do Brasil.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO E DO LOCAL DE ENTREGA

4.1 - O prazo de entrega será de até 05 (cinco) dias após o recebimento da Autorização de Fornecimento ou documento equivalente;

4.2 - A entrega será efetuada diretamente na Secretaria de Estado da Saúde, Rua Judite Melo dos Santos, 258, galpão 06, bairro Nova São José -Área Industrial, São José/SC, nas quantidades constantes na Autorização de Fornecimento;

4.3 - A Contratada somente irá fornecer os materiais constantes nos Anexos do presente instrumento e nas quantidades estipuladas;

4.4 - A Contratada deverá manter um controle rigoroso das quantidades fornecidas para que as mesmas não ultrapassem o estipulado nos Anexos.

CLÁUSULA QUINTA - DO RECEBIMENTO DO OBJETO

5.1 - A entrega do objeto desta licitação deverá ser efetuada na Secretaria de Estado da Saúde, Rua Judite Melo dos Santos, 258, galpão 06, bairro Nova São José -Área Industrial, São José/SC, nas quantidades constantes na Autorização de Fornecimento, correndo por conta da Contratada as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento;

5.1.1 – O material deverá indicar na embalagem a razão social da Contratada, o número deste Contrato, o número da nota fiscal e o número da Autorização de Fornecimento.

5.1.2 – Quando da entrega, o produto deverá estar em perfeitas condições para ser consumido, e as embalagens intactas (não danificadas).

5.1.3 – O produto entregue deverá ser novo, entendido como tal, de primeira utilização.

5.2 – Para os produtos em que é exigido pela legislação vigente prazo de validade, o mesmo deverá constar na embalagem.

5.3 – A Contratante reserva-se o direito de a qualquer tempo, previamente ao aceite, ou durante o prazo de garantia do objeto ofertado e entregue, proceder a análise técnica e de qualidade do objeto, diretamente ou por intermédio de terceiros por ele escolhido. Se rejeitados, deverão ser substituídos imediatamente pela Contratada, sem quaisquer ônus para a Contratante.

5.4 – Os produtos a serem fornecidos devem ser livres de impurezas, estando sujeitos ao controle de qualidade do Contratante diretamente ou por intermédio de terceiros, durante toda a execução do Contrato, sendo rejeitados os produtos não aprovados ou que se apresentarem impróprios para o consumo, os quais deverão ser imediatamente substituídos pelo fornecedor, sem qualquer custo adicional.

5.5 – A Contratada, mesmo não sendo a fabricante da matéria-prima empregada na fabricação de seu produto, responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade deste, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta.

5.6 – O aceite do(s) produto(s) pela Contratante, não exclui a responsabilidade civil da Contratada por vícios de quantidade ou qualidade do produto ou disparidade com as especificações técnicas exigidas no edital ou atribuídas pela Contratada, verificados posteriormente, garantindo-se à Contratante as faculdades previstas no artigo 18, da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

5.7 – O(s) objeto(s) cotado(s) deverá(ão) atender a legislação a ele(s) pertinente(s).

5.8 – As quantidades licitadas são estimativas, podendo a contratante requisitar quantidades maiores ou menores conforme a efetiva necessidade, respeitando-se os limites da Lei.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO/ALTERAÇÃO

6.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de 6 (seis) meses, com início na data de sua assinatura, prorrogável por períodos sucessivos, enquanto perdurar a necessidade de enfrentamento dos efeitos da situação de emergência de saúde pública de importância internacional;

6.2. O contrato poderá ser acrescido ou suprimido em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato (art. 4º-I, da Lei n.º 13.979).

CLÁUSULA SÉTIMA - DA ALTERAÇÃO DOS PREÇOS

7.1 - Os preços contratados não serão alterados.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

8.1 - A rescisão do Contrato poderá ser efetuada conforme determina o artigo 79 e acarretar as consequências previstas no artigo 80, pelos motivos previstos nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8666/93 e alterações posteriores.

8.2 - O Presente Contrato poderá ser rescindido a critério da CONTRATANTE, sem que à Contratada caiba qualquer indenização, ou, reclamação, nos seguintes casos:

8.2.2 - Inobservância das especificações acordadas e/ou rejeição dos serviços prestados;

8.2.3 - Inadimplência de qualquer cláusula contratual e/ou da proposta ofertada;

8.2.4 - Falência, liquidação judicial ou extrajudicial, concordata preventiva da fornecedora, requeridas, homologadas ou decretadas;

8.2.5 - A Contratada, reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa, prevista no art 77, da Lei 8.666/93, bem como Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, no Decreto Estadual nº 2.617, de 16 de setembro de 2009.

CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO

9.1 - A fiscalização do contrato será exercida por um representante da CONTRATANTE, indicado pela unidade e identificado no contrato/ata, a quem competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato;

9.2 - A CONTRATANTE se reserva o direito de rejeitar no todo ou em parte os produtos entregues, se em desacordo com o contrato;

9.3 - A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui, nem reduz, a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, resultante de imperfeições técnicas ou utilização de material de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implicará a responsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos. (Art. 70 da lei 8.666/93).

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES E SANÇÕES

10.1 - As empresas que não cumprirem as obrigações assumidas na fase licitatória e/ou de execução do contrato estão sujeitas às seguintes sanções:

a) advertência;

b) multa;

c) suspensão temporária, não superior a 5 (cinco) anos, na modalidade de pregão, e não superior a 2 (dois) anos para as demais modalidades, aplicada segundo a natureza e a gravidade da falta cometida; e

d) declaração de inidoneidade para licitar com a Administração Pública;

10.2 - A advertência será emitida pela Administração, quando o contratado descumprir qualquer obrigação;

10.3 - A multa será imposta à contratada pelo atraso injustificado na entrega ou execução do contrato, de acordo com as alíquotas a seguir:

a) 0,33 % (zero, trinta e três por cento) por dia de atraso, na entrega do objeto ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9% (nove, nove por cento);

b) 10 % (dez por cento) em caso de não entrega do objeto ou não conclusão do serviço ou rescisão do contrato por culpa da contratada, calculado sobre a parte inadimplente;

c) até 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega;

10.3.1 - O valor da multa e/ou custas de depósito será deduzido dos créditos ou garantias da empresa, ou cobrado administrativa ou judicialmente;

10.3.2 - Sempre que a multa ultrapassar os créditos da contratada e/ou garantias, o valor excedente será encaminhado à cobrança extrajudicial ou judicial;

10.3.3 - O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do serviço;

10.3.4 - A multa será aplicada quando o atraso for superior a cinco dias;

10.3.5 - A aplicação da multa não impede que sejam aplicadas outras penalidades;

10.4 - A suspensão impossibilitará a participação da empresa em licitações e/ou contratos, ficando suspenso o seu registro cadastral no Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina/SEA, de acordo com os prazos a seguir:

a) por até 30 (trinta) dias, quando aplicada a pena de advertência emitida pela Administração e a empresa permanecer inadimplente;

b) por até 90 (noventa) dias, quando a empresa interessada solicitar cancelamento da proposta após a abertura e antes do resultado do julgamento;

c) por até 12 (doze) meses, quando a empresa adjudicada se recusar a retirar a autorização de fornecimento ou assinar o contrato;

d) por até 12 (doze) meses, quando a empresa adjudicada motivar a rescisão total ou parcial da autorização de fornecimento e/ou do contrato;

e) por até 12 (doze) meses, quando a empresa praticar atos que claramente visem à frustração dos objetivos da licitação;

f) por até 24 (vinte e quatro) meses, quando a empresa apresentar documentos fraudulentos nas licitações;

g) por até 5 (cinco) anos quando, na modalidade de pregão, a fornecedora convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, que não celebrar o contrato, que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, que ensejar o retardamento da execução de seu objeto, que não mantiver a proposta, que falhar ou fraudar na execução do contrato, que se comportar de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios; e

h) até a realização do pagamento, quando a empresa receber qualquer das multas previstas no item anterior.

10.4.1 - A penalidade de suspensão aplicada pela Administração, publicada no Diário Oficial do Estado, implicará na suspensão da fornecedora junto ao Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina/SEA;

10.4.2 - A suspensão do direito de licitar poderá ser ampliada até o dobro, em caso de reincidência;

10.5 - A declaração de inidoneidade será aplicada pelo Secretário de Estado da Administração – SEA;

10.5.1 - A declaração de inidoneidade permanecerá em vigor enquanto perdurarem os motivos que determinaram a punibilidade ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que a aplicou;

10.5.2 - A declaração de inidoneidade terá seus efeitos extensivos a toda Administração Pública;

10.6 - As empresas que apresentarem documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados, ou que por quaisquer outros meios praticarem atos irregulares ou ilegalidades para obtenção do registro no Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina/SEA, estarão sujeitas às seguintes penalidades:

a) suspensão temporária do Certificado de Cadastro de Fornecedores - CCF ou da obtenção do registro, por até 5 (cinco) anos na modalidade de pregão e até 2 (dois) anos para as demais modalidades, dependendo da natureza e gravidade dos fatos; e

b) declaração de inidoneidade, nos termos do artigo anterior.

10.7 - As sanções previstas neste edital poderão também ser aplicadas às empresas ou profissionais que:

a) tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos; e

b) tenham praticado atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;

10.8 - Compete à Assessoria Jurídica da SES/SUC, após análise a indicação das penalidades previstas neste edital e legislação vigente, cuja aplicação dependerá da homologação da autoridade competente do órgão ou entidade;

10.9 - É facultado à interessada interpor recurso contra a aplicação das penalidades previstas neste edital, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, que será dirigido à autoridade competente do órgão ou entidade;

10.10 - As penalidades aplicadas serão registradas na Secretaria de Estado da Administração/ Diretoria de Gestão de Licitações e Contratos (DGLC/SEA), no Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina/SEA;

10.10.1 - Homologadas e publicadas as penalidades, a Administração as encaminhará ao Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina/ SEA, para registro.

PARÁGRAFO ÚNICO - As multas pecuniárias aqui estabelecidas serão recolhidas na Tesouraria da Secretaria de Estado da Saúde, situada no 9º (nono) andar, na Rua Esteves Júnior, 160, Centro, Florianópolis, SC.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PRÁTICAS FRAUDULENTAS E DE CORRUPÇÃO

11 - As partes, por seus agentes públicos ou por seus sócios, acionistas, administradores e colaboradores: I – declaram que têm conhecimento das normas previstas na legislação, entre as quais nas Leis nºs 8.429/1992 e 12.846/2013, seus regulamentos e eventuais outras aplicáveis;

II – comprometem-se em não adotar práticas ou procedimentos que se enquadrem nas hipóteses previstas nas leis e regulamentos mencionados no inciso anterior e se comprometem em exigir o mesmo pelos terceiros por elas contratados;

III – comprometem-se em notificar à Controladoria-Geral do Estado qualquer irregularidade que tiverem conhecimento acerca da execução do contrato;

IV – declaram que têm ciência que a violação de qualquer das obrigações previstas na Instrução Normativa conjunta CGE/SEA nº 01/2020, além de outras, é causa para a rescisão unilateral do contrato, sem prejuízo da cobrança das perdas e danos, inclusive danos potenciais, causados à parte inocente e das multas pactuadas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

12.1 - A Contratada não poderá subcontratar, ceder ou transferir total ou parcialmente o objeto do contrato a terceiros ou a eles associar-se sem prévia autorização da Contratante sob pena da imediata rescisão do contrato e demais sanções aplicáveis Lei Federal nº 8666/93.

12.2 - Farão parte integrante deste contrato todos os elementos apresentados pela licitante vencedora que tenham servido de base à presente licitação, bem como, as condições estabelecidas neste Edital e Anexos.

12.3 - No caso de recusa ou demora no atendimento a qualquer reclamação independente das sanções cabíveis, a CONTRATANTE poderá confiar a outrem a execução do contrato, descontando o seu custo de uma só vez, no primeiro pagamento a ser feito, sem que a em presa vencedora possa impugnar o seu valor.

12.4 - A tolerância de qualquer das partes, relativa às infrações cometidas contra disposições deste Contrato, não exime o infrator de ver exigido, a qualquer tempo, seu cumprimento integral.

12.5 - A Contratada se obriga a manter as condições de habilitação e qualificação durante a vigência deste contrato, sob pena da aplicação do disposto na Cláusula Décima;

12.6 - O presente contrato é regido pela pelo Decreto Estadual nº 2.617, de 16 de setembro de 2009, pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações e pela Lei Federal nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020;

12.7 - Fica eleito o Foro da Comarca de Florianópolis, Capital do Estado de Santa Catarina, para dirimir eventuais litígios oriundos do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento perante duas testemunhas abaixo assinadas.

CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. _____

2. _____



Código para verificação: **CD43EO38**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



JORGE EDUARDO TASCA em 22/01/2021 às 18:33:21

Emitido por: "SGP-e", emitido em 01/10/2019 - 11:38:00 e válido até 01/10/2119 - 11:38:00.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U0VTXzcwNTIfMDAxNzAyMjdfMTczODg0XzlwMjBfQ0Q0M0VPMzg=> ou o site

<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SES 00170227/2020** e o código **CD43EO38** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.

Licitações

Gabinete do Governador

DEFESA CIVIL DO ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/DC/2021: Objeto: Contratação Emergencial de empresa especializada em serviços de engenharia para execução de serviços de enrocamento empedra, movimentação de solo, drenagem e pavimentação, na Rodovia SC 340, trecho entre os municípios de Presidente Getúlio e Dona Emma, KM 215,7 e KM 216,25. **Fundamentação Legal:** Art. 24, IV da Lei Federal nº 8.666/93, Decreto Municipal de Presidente Getúlio nº 261, de 17 de dezembro de 2020 e Decreto Estadual de Santa Catarina nº 1.059, de 28 de dezembro de 2020. **Dotação Orçamentária:** Fonte: 0.132 – Subação: 14918. Elemento de Despesa: 33.90.39-21. **Contratante:** Defesa Civil do Estado de Santa Catarina. **Contratada:** PI Engenharia e Construções Eireli. CNPJ nº 23.017.355/0001-99. **Valor Total:** R\$ 547.142,74 (quinhentos e quarenta e sete mil cento e quarenta e dois reais e setenta e quatro centavos). Assinado em 21 de janeiro de 2021, por CEL BM RR Aldo Baptista Neto, **Chefe da Defesa Civil. Processo SGP-e: DC 0000097/2021, Aprovação GGG: 2021AS000179.**

Cod. Mat.: 716261

Secretarias de Estado

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

DL n.º 0027/21 - Processo SES 170227/2020.

Objeto: Aquisição de seringas para vacinação – enfrentamento do Covid19. Fundamento: art. 24, inciso IV, da Lei nº 8.666/93. Empresa: Olimed Material Hospitalar Ltda. CNPJ 03.033.589/0001-12, valor total de R\$ 1.120.000,00 (Um milhão, cento e vinte mil reais).

Cod. Mat.: 716599

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO - SEA DIRETORIA DE GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 0006/2021 - menor preço por lote.

Objeto: Aquisição de equipamentos de informática. Início da entrega de propostas: às 14:00 horas do dia 23/01/2021. Fim da entrega de propostas: às 13:30 horas do dia 04/02/2021. Abertura da sessão: a partir das 13:30 horas do dia 04/02/2021. O Edital e seus anexos estão disponíveis no site www.portaldecompras.sc.gov.br. Informações sobre o edital serão prestadas através do e-mail gelic@sea.sc.gov.br, ou no seguinte endereço: Rodovia SC 401 Km 5, nº 4600, Bloco II, CEP 88032-000, Bairro Saco Grande II, Florianópolis/SC, no horário das 13:00 às 19:00, em dias úteis. Processo: **SEA 9710/2020. CIG: 2020SO00801.**

Cod. Mat.: 716339

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO - SEA DIRETORIA DE GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 0007/2021 - menor preço por item.

Objeto: Aquisição Equipamentos de informática e Programas e sistemas-aplicativos. Início da entrega de propostas: às 14:00 horas do dia 23/01/2021. Fim da entrega de propostas: às 13:30 horas do dia 04/02/2021. Abertura da sessão: a partir das 13:30 horas do dia 04/02/2021. O Edital e seus anexos estão disponíveis no site www.portaldecompras.sc.gov.br. Informações sobre o edital serão prestadas através do e-mail gelic@sea.sc.gov.br, ou no seguinte endereço: Rodovia SC 401 Km 5, nº 4600, Bloco II, CEP 88032-000, Bairro Saco Grande II, Florianópolis/SC, no horário das 13:00 às 19:00, em dias úteis. Processo: **SEA 9716/2020. CIG: 2020SO00134.**

Cod. Mat.: 716340

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO - SEA DIRETORIA DE GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 0008/2021 - menor preço por item.

Objeto: Aquisição de equipamentos de informática. Início da en-

da sessão: a partir das 13:30 horas do dia 05/02/2021. O Edital e seus anexos estão disponíveis no site www.portaldecompras.sc.gov.br. Informações sobre o edital serão prestadas através do e-mail gelic@sea.sc.gov.br, ou no seguinte endereço: Rodovia SC 401 Km 5, nº 4600, Bloco II, CEP 88032-000, Bairro Saco Grande II, Florianópolis/SC, no horário das 13:00 às 19:00, em dias úteis. Processo: **CGE 794/2020. CIG: SEA 11364/2020.**

Cod. Mat.: 716341

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO-SEA AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 024/2021 – Objeto: **Aquisição de EPI'S para enfrentamento do Coronavírus destinados às unidades hospitalares da Secretária de Estado da Saúde/SC**, Abertura da sessão: 02/02/2021 às 13h15min. No site www.e-lic.sc.gov.br encontram-se o Edital e canais para todas as comunicações. Processo SGP-e 165287/2020 (CIG)SEA 1938/2020.

Cod. Mat.: 716290

ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL E SOCIOEDUCATIVA - SAP

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Origem: PREGÃO ELETRÔNICO nº 0014/2019.

Objeto: AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS DESTINADOS AO ATENDIMENTO DA SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL E SOCIOEDUCATIVA, ASSIM COMO, SEUS DEPARTAMENTOS, UNIDADES PRISIONAIS E SOCIOEDUCATIVAS. OBJETIVANDO O REGISTRO DE PREÇOS.

Vigência: 06/janeiro/2021 a 06/janeiro/2022.

Unidade Gerenciadora: Secretaria de Estado da Administração Prisional e Socioeducativa - SAP.

CNPJ: 01.577.780/0001-08.

Empresa: AKON LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.228.073/0001-87.

LOTE VI – 6 ITEM 15 - CADEIRA TIPO PRESIDENTE

1 - DIMENSÕES APROXIMADAS DA CADEIRA: a) Altura da Cadeira: 1100 a 1300 mm..., e demais especificações conforme edital. Quantidade: 15 / Peça. Marca: Cavaletti - ao preço de R\$ 2.799,99 UN. **LOTE XV – 15 ITEM 24 - MESA PARA REFEITÓRIO CONJUGADA COM 8 LUGARES** Mesa para refeitório com estrutura tubular reforçada, pintura epóxi fosco..., e demais especificações conforme edital. Quantidade: 88 / Peça. Marca: Própria - ao preço de R\$ 1.330,44 UN. **LOTE XVII – 17 ITEM 26 - MESA DE TRABALHO PARA ESCRITÓRIO TIPO ESTAÇÃO DE TRABALHO COM 3 GAVETAS FIXAS 1 - DIMENSÕES E CORES** a) Dimensões: 1400x1400x600x740mm;..., e demais especificações conforme edital. Quantidade: 50 / Peça. Marca: Martinucci - ao preço de R\$ 1.199,87 UN. **LOTE XXI – 21 ITEM 30 - MESA RETA DE TRABALHO PARA ESCRITÓRIO COM 1.40 METROS COM 3 GAVETAS FIXAS 1 - DIMENSÕES E CORES** a) Dimensões: 1400mm x 700mm x 740mm (largura x profundidade x altura);..., e demais especificações conforme edital. Quantidade: 48 / Peça. Marca: Martinucci - ao preço de R\$ 675,82 UN. **LOTE XXII – 22 ITEM 31 - MESA RETA DE TRABALHO PARA ESCRITÓRIO COM 1.40 METROS COM 3 GAVETAS FIXAS 1 - DIMENSÕES E CORES** a) Dimensões: 1400mm x 700mm x 740mm (largura x profundidade x altura);..., e demais especificações conforme edital. Quantidade: 150 / Peça. Marca: Martinucci - ao preço de R\$ 698,95 UN. **LOTE XXIII – 23 ITEM 32 - MESA DE TRABALHO PARA ESCRITÓRIO TIPO ESCRIVANINHA 1 - DIMENSÕES E CORES** a) Dimensões: 1000mm x 600mm x 740mm (largura x profundidade x altura);..., e demais especificações conforme edital. Quantidade: 15 / Peça. Marca: Martinucci - ao preço de R\$ 403,87 UN. **LOTE XXIV – 24 ITEM 33 - MESA DE TRABALHO PARA ESCRITÓRIO TIPO ESCRIVANINHA 1 - DIMENSÕES E CORES** a) Dimensões: 1000mm x 600mm x 740mm (largura x profundidade x altura);..., e demais especificações conforme edital. Quantidade: 105 / Peça. Marca: Martinucci - ao preço de R\$ 432,44 UN. **LOTE XXV – 25 ITEM 34 - MESA PARA REUNIÃO OVAL** Dimensões: 2000x1200x740mm; Cor: Todo o revestimento melamínico em MDP/MDF e metálico na cor bege..., e demais especificações conforme edital. Quantidade: 13 / Peça. Marca: Martinucci - ao preço de R\$ 622,31 UN. **LOTE XXXVIII – 38 ITEM 47 - ESTANTE EM AÇO DESMONTÁVEL COM 06 PRATELEIRAS** a) Estante de aço, com 08 (oito) prateleiras e 04 (quatro) colunas;..., e demais especificações conforme edital. Quantidade: 200 / Peça. Marca: W3 - ao preço de R\$ 349,84 UN. **LOTE XXXIX – 39 ITEM 48 - GUARDA VOLUME METÁLICO 8 PORTAS** Roupeiro de aço carbono simples com 8 portas pequenas sobrepostas, com dimensões aproximadas 272x420mm, confeccionado predominantemente em chapa de aço SAE- 1008 a 1012 com 0,46mm (#26);..., e demais especificações conforme edital. Quantidade: 80 / Peça. Marca: W3 - ao preço de R\$ 787,49 UN. **LOTE XLI – 41 ITEM 50 - GUARDA VOLUME METÁLICO 16 PORTAS** Roupeiro de 16 portas pequenas sobrepostas, confeccionado em chapa de aço SAE-1008 a 1012 predominantemente em chapa #26..., e demais especificações conforme edital. Quantidade: 20 / Peça. Marca: W3 - ao preço de R\$ 787,49 UN. **LOTE XLII – 42 ITEM 51 - GUARDA VOLUME METÁLICO 16 PORTAS** Roupeiro de 16 portas pequenas sobrepostas, confeccionado em chapa de aço SAE-1008 a 1012 predominantemente em chapa #26..., e demais especificações conforme edital. Quantidade: 20 / Peça. Marca: W3 - ao preço de R\$ 787,49 UN. **LOTE XLIII – 43 ITEM 52 - GUARDA VOLUME METÁLICO 16 PORTAS** Roupeiro de 16 portas pequenas sobrepostas, confeccionado em chapa de aço SAE-1008 a 1012 predominantemente em chapa #26..., e demais especificações conforme edital. Quantidade: 20 / Peça. Marca: W3 - ao preço de R\$ 787,49 UN. **LOTE XLIV – 44 ITEM 53 - GUARDA VOLUME METÁLICO 16 PORTAS** Roupeiro de 16 portas pequenas sobrepostas, confeccionado em chapa de aço SAE-1008 a 1012 predominantemente em chapa #26..., e demais especificações conforme edital. Quantidade: 20 / Peça. Marca: W3 - ao preço de R\$ 787,49 UN. **LOTE XLV – 45 ITEM 54 - GUARDA VOLUME METÁLICO 16 PORTAS** Roupeiro de 16 portas pequenas sobrepostas, confeccionado em chapa de aço SAE-1008 a 1012 predominantemente em chapa #26..., e demais especificações conforme edital. Quantidade: 20 / Peça. Marca: W3 - ao preço de R\$ 787,49 UN. **LOTE XLVI – 46 ITEM 55 - GUARDA VOLUME METÁLICO 16 PORTAS** Roupeiro de 16 portas pequenas sobrepostas, confeccionado em chapa de aço SAE-1008 a 1012 predominantemente em chapa #26..., e demais especificações conforme edital. Quantidade: 20 / Peça. Marca: W3 - ao preço de R\$ 787,49 UN. **LOTE XLVII – 47 ITEM 56 - GUARDA VOLUME METÁLICO 16 PORTAS** Roupeiro de 16 portas pequenas sobrepostas, confeccionado em chapa de aço SAE-1008 a 1012 predominantemente em chapa #26..., e demais especificações conforme edital. Quantidade: 20 / Peça. Marca: W3 - ao preço de R\$ 787,49 UN. **LOTE XLVIII – 48 ITEM 57 - GUARDA VOLUME METÁLICO 16 PORTAS** Roupeiro de 16 portas pequenas sobrepostas, confeccionado em chapa de aço SAE-1008 a 1012 predominantemente em chapa #26..., e demais especificações conforme edital. Quantidade: 20 / Peça. Marca: W3 - ao preço de R\$ 787,49 UN. **LOTE XLIX – 49 ITEM 58 - GUARDA VOLUME METÁLICO 16 PORTAS** Roupeiro de 16 portas pequenas sobrepostas, confeccionado em chapa de aço SAE-1008 a 1012 predominantemente em chapa #26..., e demais especificações conforme edital. Quantidade: 20 / Peça. Marca: W3 - ao preço de R\$ 787,49 UN. **LOTE L – 50 ITEM 59 - GUARDA VOLUME METÁLICO 16 PORTAS** Roupeiro de 16 portas pequenas sobrepostas, confeccionado em chapa de aço SAE-1008 a 1012 predominantemente em chapa #26..., e demais especificações conforme edital. Quantidade: 20 / Peça. Marca: W3 - ao preço de R\$ 787,49 UN. **LOTE LI – 51 ITEM 60 - GUARDA VOLUME METÁLICO 16 PORTAS** Roupeiro de 16 portas pequenas sobrepostas, confeccionado em chapa de aço SAE-1008 a 1012 predominantemente em chapa #26..., e demais especificações conforme edital. Quantidade: 20 / Peça. Marca: W3 - ao preço de R\$ 787,49 UN. **LOTE LII – 52 ITEM 61 - GUARDA VOLUME METÁLICO 16 PORTAS** Roupeiro de 16 portas pequenas sobrepostas, confeccionado em chapa de aço SAE-1008 a 1012 predominantemente em chapa #26..., e demais especificações conforme edital. Quantidade: 20 / Peça. Marca: W3 - ao preço de R\$ 787,49 UN. **LOTE LIII – 53 ITEM 62 - GUARDA VOLUME METÁLICO 16 PORTAS** Roupeiro de 16 portas pequenas sobrepostas, confeccionado em chapa de aço SAE-1008 a 1012 predominantemente em chapa #26..., e demais especificações conforme edital. Quantidade: 20 / Peça. Marca: W3 - ao preço de R\$ 787,49 UN. **LOTE LIV – 54 ITEM 63 - GUARDA VOLUME METÁLICO 16 PORTAS** Roupeiro de 16 portas pequenas sobrepostas, confeccionado em chapa de aço SAE-1008 a 1012 predominantemente em chapa #26..., e demais especificações conforme edital. Quantidade: 20 / Peça. Marca: W3 - ao preço de R\$ 787,49 UN. **LOTE LV – 55 ITEM 64 - GUARDA VOLUME METÁLICO 16 PORTAS** Roupeiro de 16 portas pequenas sobrepostas, confeccionado em chapa de aço SAE-1008 a 1012 predominantemente em chapa #26..., e demais especificações conforme edital. Quantidade: 20 / Peça. Marca: W3 - ao preço de R\$ 787,49 UN. **LOTE LVI – 56 ITEM 65 - GUARDA VOLUME METÁLICO 16 PORTAS** Roupeiro de 16 portas pequenas sobrepostas, confeccionado em chapa de aço SAE-1008 a 1012 predominantemente em chapa #26..., e demais especificações conforme edital. Quantidade: 20 / Peça. Marca: W3 - ao preço de R\$ 787,49 UN. **LOTE LVII – 57 ITEM 66 - GUARDA VOLUME METÁLICO 16 PORTAS** Roupeiro de 16 portas pequenas sobrepostas, confeccionado em chapa de aço SAE-1008 a 1012 predominantemente em chapa #26..., e demais especificações conforme edital. Quantidade: 20 / Peça. Marca: W3 - ao preço de R\$ 787,49 UN. **LOTE LVIII – 58 ITEM 67 - GUARDA VOLUME METÁLICO 16 PORTAS** Roupeiro de 16 portas pequenas sobrepostas, confeccionado em chapa de aço SAE-1008 a 1012 predominantemente em chapa #26..., e demais especificações conforme edital. Quantidade: 20 / Peça. Marca: W3 - ao preço de R\$ 787,49 UN. **LOTE LVIX – 59 ITEM 68 - GUARDA VOLUME METÁLICO 16 PORTAS** Roupeiro de 16 portas pequenas sobrepostas, confeccionado em chapa de aço SAE-1008 a 1012 predominantemente em chapa #26..., e demais especificações conforme edital. Quantidade: 20 / Peça. Marca: W3 - ao preço de R\$ 787,49 UN. **LOTE LX – 60 ITEM 69 - GUARDA VOLUME METÁLICO 16 PORTAS** Roupeiro de 16 portas pequenas sobrepostas, confeccionado em chapa de aço SAE-1008 a 1012 predominantemente em chapa #26..., e demais especificações conforme edital. Quantidade: 20 / Peça. Marca: W3 - ao preço de R\$ 787,49 UN. **LOTE LXI – 61 ITEM 70 - GUARDA VOLUME METÁLICO 16 PORTAS** Roupeiro de 16 portas pequenas sobrepostas, confeccionado em chapa de aço SAE-1008 a 1012 predominantemente em chapa #26..., e demais especificações conforme edital. Quantidade: 20 / Peça. Marca: W3 - ao preço de R\$ 787,49 UN. **LOTE LXII – 62 ITEM 71 - GUARDA VOLUME METÁLICO 16 PORTAS** Roupeiro de 16 portas pequenas sobrepostas, confeccionado em chapa de aço SAE-1008 a 1012 predominantemente em chapa #26..., e demais especificações conforme edital. Quantidade: 20 / Peça. Marca: W3 - ao preço de R\$ 787,49 UN. **LOTE LXIII – 63 ITEM 72 - GUARDA VOLUME METÁLICO 16 PORTAS** Roupeiro de 16 portas pequenas sobrepostas, confeccionado em chapa de aço SAE-1008 a 1012 predominantemente em chapa #26..., e demais especificações conforme edital. Quantidade: 20 / Peça. Marca: W3 - ao preço de R\$ 787,49 UN. **LOTE LXIV – 64 ITEM 73 - GUARDA VOLUME METÁLICO 16 PORTAS** Roupeiro de 16 portas pequenas sobrepostas, confeccionado em chapa de aço SAE-1008 a 1012 predominantemente em chapa #26..., e demais especificações conforme edital. Quantidade: 20 / Peça. Marca: W3 - ao preço de R\$ 787,49 UN. **LOTE LXV – 65 ITEM 74 - GUARDA VOLUME METÁLICO 16 PORTAS** Roupeiro de 16 portas pequenas sobrepostas, confeccionado em chapa de aço SAE-1008 a 1012 predominantemente em chapa #26..., e demais especificações conforme edital. Quantidade: 20 / Peça. Marca: W3 - ao preço de R\$ 787,49 UN. **LOTE LXVI – 66 ITEM 75 - GUARDA VOLUME METÁLICO 16 PORTAS** Roupeiro de 16 portas pequenas sobrepostas, confeccionado em chapa de aço SAE-1008 a 1012 predominantemente em chapa #26..., e demais especificações conforme edital. Quantidade: 20 / Peça. Marca: W3 - ao preço de R\$ 787,49 UN. **LOTE LXVII – 67 ITEM 76 - GUARDA VOLUME METÁLICO 16 PORTAS** Roupeiro de 16 portas pequenas sobrepostas, confeccionado em chapa de aço SAE-1008 a 1012 predominantemente em chapa #26..., e demais especificações conforme edital. Quantidade: 20 / Peça. Marca: W3 - ao preço de R\$ 787,49 UN. **LOTE LXVIII – 68 ITEM 77 - GUARDA VOLUME METÁLICO 16 PORTAS** Roupeiro de 16 portas pequenas sobrepostas, confeccionado em chapa de aço SAE-1008 a 1012 predominantemente em chapa #26..., e demais especificações conforme edital. Quantidade: 20 / Peça. Marca: W3 - ao preço de R\$ 787,49 UN. **LOTE LXIX – 69 ITEM 78 - GUARDA VOLUME METÁLICO 16 PORTAS** Roupeiro de 16 portas pequenas sobrepostas, confeccionado em chapa de aço SAE-1008 a 1012 predominantemente em chapa #26..., e demais especificações conforme edital. Quantidade: 20 / Peça. Marca: W3 - ao preço de R\$ 787,49 UN. **LOTE LXX – 70 ITEM 79 - GUARDA VOLUME METÁLICO 16 PORTAS** Roupeiro de 16 portas pequenas sobrepostas, confeccionado em chapa de aço SAE-1008 a 1012 predominantemente em chapa #26..., e demais especificações conforme edital. Quantidade: 20 / Peça. Marca: W3 - ao preço de R\$ 787,49 UN. **LOTE LXXI – 71 ITEM 80 - GUARDA VOLUME METÁLICO 16 PORTAS** Roupeiro de 16 portas pequenas sobrepostas, confeccionado em chapa de aço SAE-1008 a 1012 predominantemente em chapa #26..., e demais especificações conforme edital. Quantidade: 20 / Peça. Marca: W3 - ao preço de R\$ 787,49 UN. **LOTE LXXII – 72 ITEM 81 - GUARDA VOLUME METÁLICO 16 PORTAS** Roupeiro de 16 portas pequenas sobrepostas, confeccionado em chapa de aço SAE-1008 a 1012 predominantemente em chapa #26..., e demais especificações conforme edital. Quantidade: 20 / Peça. Marca: W3 - ao preço de R\$ 787,49 UN. **LOTE LXXIII – 73 ITEM 82 - GUARDA VOLUME METÁLICO 16 PORTAS** Roupeiro de 16 portas pequenas sobrepostas, confeccionado em chapa de aço SAE-1008 a 1012 predominantemente em chapa #26..., e demais especificações conforme edital. Quantidade: 20 / Peça. Marca: W3 - ao preço de R\$ 787,49 UN. **LOTE LXXIV – 74 ITEM 83 - GUARDA VOLUME METÁLICO 16 PORTAS** Roupeiro de 16 portas pequenas sobrepostas, confeccionado em chapa de aço SAE-1008 a 1012 predominantemente em chapa #26..., e demais especificações conforme edital. Quantidade: 20 / Peça. Marca: W3 - ao preço de R\$ 787,49 UN. **LOTE LXXV – 75 ITEM 84 - GUARDA VOLUME METÁLICO 16 PORTAS** Roupeiro de 16 portas pequenas sobrepostas, confeccionado em chapa de aço SAE-1008 a 1012 predominantemente em chapa #26..., e demais especificações conforme edital. Quantidade: 20 / Peça. Marca: W3 - ao preço de R\$ 787,49 UN. **LOTE LXXVI – 76 ITEM 85 - GUARDA VOLUME METÁLICO 16 PORTAS** Roupeiro de 16 portas pequenas sobrepostas, confeccionado em chapa de aço SAE-1008 a 1012 predominantemente em chapa #26..., e demais especificações conforme edital. Quantidade: 20 / Peça. Marca: W3 - ao preço de R\$ 787,49 UN. **LOTE LXXVII – 77 ITEM 86 - GUARDA VOLUME METÁLICO 16 PORTAS** Roupeiro de 16 portas pequenas sobrepostas, confeccionado em chapa de aço SAE-1008 a 1012 predominantemente em chapa #26..., e demais especificações conforme edital. Quantidade: 20 / Peça. Marca: W3 - ao preço de R\$ 787,49 UN. **LOTE LXXVIII – 78 ITEM 87 - GUARDA VOLUME METÁLICO 16 PORTAS** Roupeiro de 16 portas pequenas sobrepostas, confeccionado em chapa de aço SAE-1008 a 1012 predominantemente em chapa #26..., e demais especificações conforme edital. Quantidade: 20 / Peça. Marca: W3 - ao preço de R\$ 787,49 UN. **LOTE LXXIX – 79 ITEM 88 - GUARDA VOLUME METÁLICO 16 PORTAS** Roupeiro de 16 portas pequenas sobrepostas, confeccionado em chapa de aço SAE-1008 a 1012 predominantemente em chapa #26..., e demais especificações conforme edital. Quantidade: 20 / Peça. Marca: W3 - ao preço de R\$ 787,49 UN. **LOTE LXXX – 80 ITEM 89 - GUARDA VOLUME METÁLICO 16 PORTAS** Roupeiro de 16 portas pequenas sobrepostas, confeccionado em chapa de aço SAE-1008 a 1012 predominantemente em chapa #26..., e demais especificações conforme edital. Quantidade: 20 / Peça. Marca: W3 - ao preço de R\$ 787,49 UN. **LOTE LXXXI – 81 ITEM 90 - GUARDA VOLUME METÁLICO 16 PORTAS** Roupeiro de 16 portas pequenas sobrepostas, confeccionado em chapa de aço SAE-1008 a 1012 predominantemente em chapa #26..., e demais especificações conforme edital. Quantidade: 20 / Peça. Marca: W3 - ao preço de R\$ 787,49 UN. **LOTE LXXXII – 82 ITEM 91 - GUARDA VOLUME METÁLICO 16 PORTAS** Roupeiro de 16 portas pequenas sobrepostas, confeccionado em chapa de aço SAE-1008 a 1012 predominantemente em chapa #26..., e demais especificações conforme edital. Quantidade: 20 / Peça. Marca: W3 - ao preço de R\$ 787,49 UN. **LOTE LXXXIII – 83 ITEM 92 - GUARDA VOLUME METÁLICO 16 PORTAS** Roupeiro de 16 portas pequenas sobrepostas, confeccionado em chapa de aço SAE-1008 a 1012 predominantemente em chapa #26..., e demais especificações conforme edital. Quantidade: 20 / Peça. Marca: W3 - ao preço de R\$ 787,49 UN. **LOTE LXXXIV – 84 ITEM 93 - GUARDA VOLUME METÁLICO 16 PORTAS** Roupeiro de 16 portas pequenas sobrepostas, confeccionado em chapa de aço SAE-1008 a 1012 predominantemente em chapa #26..., e demais especificações conforme edital. Quantidade: 20 / Peça. Marca: W3 - ao preço de R\$ 787,49 UN. **LOTE LXXXV – 85 ITEM 94 - GUARDA VOLUME METÁLICO 16 PORTAS** Roupeiro de 16 portas pequenas sobrepostas, confeccionado em chapa de aço SAE-1008 a 1012 predominantemente em chapa #26..., e demais especificações conforme edital. Quantidade: 20 / Peça. Marca: W3 - ao preço de R\$ 787,49 UN. **LOTE LXXXVI – 86 ITEM 95 - GUARDA VOLUME METÁLICO 16 PORTAS** Roupeiro de 16 portas pequenas sobrepostas, confeccionado em chapa de aço SAE-1008 a 1012 predominantemente em chapa #26..., e demais especificações conforme edital. Quantidade: 20 / Peça. Marca: W3 - ao preço de R\$ 787,49 UN. **LOTE LXXXVII – 87 ITEM 96 - GUARDA VOLUME METÁLICO 16 PORTAS** Roupeiro de 16 portas pequenas sobrepostas, confeccionado em chapa de aço SAE-1008 a 1012 predominantemente em chapa #26..., e demais especificações conforme edital. Quantidade: 20 / Peça. Marca: W3 - ao preço de R\$ 787,49 UN. **LOTE LXXXVIII – 88 ITEM 97 - GUARDA VOLUME METÁLICO 16 PORTAS** Roupeiro de 16 portas pequenas sobrepostas, confeccionado em chapa de aço SAE-1008 a 1012 predominantemente em chapa #26..., e demais especificações conforme edital. Quantidade: 20 / Peça. Marca: W3 - ao preço de R\$ 787,49 UN. **LOTE LXXXIX – 89 ITEM 98 - GUARDA VOLUME METÁLICO 16 PORTAS** Roupeiro de 16 portas pequenas sobrepostas, confeccionado em chapa de aço SAE-1008 a 1012 predominantemente em chapa #26..., e demais especificações conforme edital. Quantidade: 20 / Peça. Marca: W3 - ao preço de R\$ 787,49 UN. **LOTE LXXXX – 90 ITEM 99 - GUARDA VOLUME METÁLICO 16 PORTAS** Roupeiro de 16 portas pequenas sobrepostas, confeccionado em chapa de aço SAE-1008 a 1012 predominantemente em chapa #26..., e demais especificações conforme edital. Quantidade: 20 / Peça. Marca: W3 - ao preço de R\$ 787,49 UN. **LOTE LXXXXI – 91 ITEM 100 - GUARDA VOLUME METÁLICO 16 PORTAS** Roupeiro de 16 portas pequenas sobrepostas, confeccionado em chapa de aço SAE-1008 a 1012 predominantemente em chapa #26..., e demais especificações conforme edital. Quantidade: 20 / Peça. Marca: W3 - ao preço de R\$ 787,49 UN. **LOTE LXXXXII – 92 ITEM 101 - GUARDA VOLUME METÁLICO 16 PORTAS** Roupeiro de 16 portas pequenas sobrepostas, confeccionado em chapa de aço SAE-1008 a 1012 predominantemente em chapa #26..., e demais especificações conforme edital. Quantidade: 20 / Peça. Marca: W3 - ao preço de R\$ 787,49 UN. **LOTE LXXXXIII – 93 ITEM 102 - GUARDA VOLUME METÁLICO 16 PORTAS** Roupeiro de 16 portas pequenas sobrepostas, confeccionado em chapa de aço SAE-1008 a 1012 predominantemente em chapa #26..., e demais especificações conforme edital. Quantidade: 20 / Peça. Marca: W3 - ao preço de R\$ 787,49 UN. **LOTE LXXXXIV – 94 ITEM 103 - GUARDA VOLUME METÁLICO 16 PORTAS** Roupeiro de 16 portas pequenas sobrepostas, confeccionado em chapa de aço SAE-1008 a 1012 predominantemente em chapa #26..., e demais especificações conforme edital. Quantidade: 20 / Peça. Marca: W3 - ao preço de R\$ 787,49 UN. **LOTE LXXXXV – 95 ITEM 104 - GUARDA VOLUME METÁLICO 16 PORTAS** Roupeiro de 16 portas pequenas sobrepostas, confeccionado em chapa de aço SAE-1008 a 1012 predominantemente em chapa #26..., e demais especificações conforme edital. Quantidade: 20 / Peça. Marca: W3 - ao preço de R\$ 787,49 UN. **LOTE LXXXXVI – 96 ITEM 105 - GUARDA VOLUME METÁLICO 16 PORTAS** Roupeiro de 16 portas pequenas sobrepostas, confeccionado em chapa de aço SAE-1008 a 1012 predominantemente em chapa #26..., e demais especificações conforme edital. Quantidade: 20 / Peça. Marca: W3 - ao preço de R\$ 787,49 UN. **LOTE LXXXXVII – 97 ITEM 106 - GUARDA VOLUME METÁLICO 16 PORTAS** Roupeiro de 16 portas pequenas sobrepostas, confeccionado em chapa de aço SAE-1008 a 1012 predominantemente em chapa #26..., e demais especificações conforme edital. Quantidade: 20 / Peça. Marca: W3 - ao preço de R\$ 787,49 UN. **LOTE LXXXXVIII – 98 ITEM 107 - GUARDA VOLUME METÁLICO 16 PORTAS** Roupeiro de 16 portas pequenas sobrepostas, confeccionado em chapa de aço SAE-1008 a 1012 predominantemente em chapa #26..., e demais especificações conforme edital. Quantidade: 20 / Peça. Marca: W3 - ao preço de R\$ 787,49 UN. **LOTE LXXXXIX – 99 ITEM 108 - GUARDA VOLUME METÁLICO 16 PORTAS** Roupeiro de 16 portas pequenas sobrepostas, confeccionado em chapa de aço SAE-1008 a 1012 predominantemente em chapa #26..., e demais especificações conforme edital. Quantidade: 20 / Peça. Marca: W3 - ao preço de R\$ 787,49 UN. **LOTE LXXXXX – 100 ITEM 109 - GUARDA VOLUME METÁLICO 16 PORTAS** Roupeiro de 16 portas pequenas sobrepostas, confeccionado em chapa de aço SAE-1008 a 1012 predominantemente em chapa #26..., e demais especificações conforme edital. Quantidade: 20 / Peça. Marca: W3 - ao preço de R\$ 787,49 UN. **LOTE LXXXXXI – 101 ITEM 110 - GUARDA VOLUME METÁLICO 16 PORTAS** Roupeiro de 16 portas pequenas sobrepostas, confeccionado em chapa de aço SAE-1008 a 1012 predominantemente em chapa #26..., e demais especificações conforme edital. Quantidade: 20 / Peça. Marca: W3 - ao preço de R\$ 787,49 UN. **LOTE LXXXXXII – 102 ITEM 111 - GUARDA VOLUME METÁLICO 16 PORTAS** Roupeiro de 16 portas pequenas sobrepostas, confeccionado em chapa de aço SAE-1008 a 1012 predominantemente em chapa #26..., e demais especificações conforme edital. Quantidade: 20 / Peça. Marca: W3 - ao preço de R\$ 787,49 UN. **LOTE LXXXXXIII – 103 ITEM 112 - GUARDA VOLUME METÁLICO 16 PORTAS** Roupeiro de 16 portas pequenas sobrepostas, confeccionado em chapa de aço SAE-1008 a 1012 predominantemente em chapa #26..., e demais especificações conforme edital. Quantidade: 20 / Peça. Marca: W3 - ao preço de R\$ 787,49 UN. **LOTE LXXXXXIV – 104 ITEM 113 - GUARDA VOLUME METÁLICO 16 PORTAS** Roupeiro de 16 portas pequenas sobrepostas, confeccionado em chapa de aço SAE-1008 a 1012 predominantemente em chapa #26..., e demais especificações conforme edital. Quantidade: 20 / Peça. Marca: W3 - ao preço de R\$ 787,49 UN. **LOTE LXXXXXV – 105 ITEM 114 - GUARDA VOLUME METÁLICO 16 PORTAS** Roupeiro de 16 portas pequenas sobrepostas, confeccionado em chapa de aço SAE-1008 a 1012 predominantemente em chapa #26..., e demais especificações conforme edital. Quantidade: 20 / Peça. Marca: W3 - ao preço de R\$ 787,49 UN. **LOTE LXXXXXVI – 106 ITEM 115 - GUARDA VOLUME METÁLICO 16 PORTAS** Roupeiro de 16 portas pequenas sobrepostas, confeccionado em chapa de aço SAE-1008 a 1012 predominantemente em chapa #26..., e demais especificações conforme edital. Quantidade: 20 / Peça. Marca: W3 - ao preço de R\$ 787,49 UN. **LOTE LXXXXXVII – 107 ITEM 116 - GUARDA VOLUME METÁLICO 16 PORTAS** Roupeiro de 16 portas pequenas sobrepostas, confeccionado em chapa de aço SAE-1008 a 1012 predominantemente em chapa #26..., e demais especificações conforme edital. Quantidade: 20 / Peça. Marca: W3 - ao preço de R\$ 787,49 UN. **LOTE LXXXXXVIII – 108 ITEM 117 - GUARDA VOLUME METÁLICO 16 PORTAS** Roupeiro de 16 portas pequenas sobrepostas, confeccionado em chapa de aço SAE-1008 a 1012 predominantemente em chapa #26..., e demais especificações conforme edital. Quantidade: 20 / Peça. Marca: W3 - ao preço de R\$ 787,49 UN. **LOTE LXXXXXIX – 109 ITEM 118 - GUARDA VOLUME METÁLICO 16 PORTAS** Roupeiro de 16 portas pequenas sobrepostas, confeccionado em chapa de aço SAE-1008 a 1012 predominantemente em chapa #26..., e demais especificações conforme edital. Quantidade: 20 / Peça. Marca: W3 - ao preço de R\$ 787,49 UN. **LOTE LXXXXXX – 110 ITEM 119 - GUARDA VOLUME METÁLICO 16 PORTAS** Roupeiro de 16 portas pequenas sobrepostas, confeccionado em chapa de aço SAE-1008 a 1012 predominantemente em chapa #26..., e demais especificações conforme edital. Quantidade: 20 / Peça. Marca: W3 - ao preço de R\$ 787,49 UN. **LOTE LXXXXXXI – 111 ITEM 120 - GUARDA VOLUME METÁLICO 16**



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 068/2021

Termo de Contrato de Fornecimento celebrado entre o ESTADO DE SANTA CATARINA, através da Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde e a Empresa **Olimed Material Hospitalar Ltda**, autorizado através do Processo SES nº 170227/2020, Dispensa de Licitação nº 0027/2021 e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e demais legislações aplicáveis.

CONTRATANTE: Secretaria de Estado da Saúde /Fundo Estadual de Saúde
CNPJ: 80.673.411/0001-87
Endereço: Rua Esteves Júnior, 160 – Ed. Halley – Centro – Florianópolis/ SC
CEP 88015-130
Representada por: Superintendente de Gestão Administrativa

CONTRATADA: Olimed Material Hospitalar Ltda
CNPJ: 03.033.589/0001-12
Endereço: Rua: Ricardo Georg, 1.115, Itoupava Central – Blumenau-SC - CEP: 89.069-100
Representada por: Deise Evani Pereira Wandall

GESTOR: Diretoria de Vigilância Epidemiológica - DIVE

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO, ESPECIFICAÇÃO E QUANTIDADE

1.1 - O Presente Contrato tem por objetivo a aquisição pela CONTRATANTE e o fornecimento pela CONTRATADA, **de seringas para vacinação – enfrentamento do Covid19**, para a Secretaria de Estado da Saúde.

1.2 – Este Termo de Contrato vincula-se à proposta vencedora, independentemente de sua transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1 - A CONTRATADA obriga-se a fornecer o objeto deste instrumento, especificado(s) e quantificado(s) na cláusula primeira, ao preço líquido, CIF aproximado de **R\$ 1.120.000,00** (um milhão centos e vinte mil reais) considerando sua proposta de preços;

Item	Descritivo	Un.	Qtde. Total	Valor Unitário	Valor Total
01	Seringa descartável de polipropileno, capacidade de 3cc, adaptação de rosca (bico luer lock), sem agulha, siliconizada, graduação exata, nítida e permanente, êmbolo com pistão (borracha), deslizante, perfeita vedação, corpo translúcido, estéril, papel grau cirúrgico, embalagem unitária, com abertura asséptica, contendo dados de identificação, procedência, data de fabricação, validade. Marca: SR	peça	4.000.000	R\$ 0,28	R\$ 1.120.000,00

2.2 -As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta da dotação orçamentária:

2.2.1 - Projeto/Atividade: 11205

2.2.2 - Elemento Despesa: 33.90.30.36

2.2.3 - Unidade Orçamentária: FES – Fonte 223-58

2.3 - A CONTRATADA deverá mencionar na respectiva Nota Fiscal/Fatura informações sobre o produto, tais como: a MARCA sob o qual o mesmo é comercializado, Fabricante, Apresentação, País de Origem, o número Certificado de Registro do Produto junto ao Ministério da Saúde, o número do lote e o prazo de

CONTRATO 068/2021 (ELR)



**ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

validade do produto. Além de mencionar o número do Contrato, do Processo e da Autorização de Fornecimento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PAGAMENTO

3.1 - A SES efetuará o pagamento em 15 (quinze) dias após o recebimento e aceite do material com a respectiva Nota Fiscal/Fatura ou documento legalmente equivalente, observado o cumprimento integral das disposições contidas neste edital;

3.1.1 - Caso o vencimento do prazo de pagamento da Nota Fiscal/Fatura ocorra fora do calendário semanal ou de expediente bancário, o pagamento será efetuado na próxima data do calendário, imediatamente posterior ao vencimento, não incidindo qualquer compensação financeira neste período;

3.1.2 - O fornecedor ou prestador de serviços ao Estado que optar por receber seu pagamento em outras instituições que não o Banco do Brasil, ficará responsável pelo custo da tarifa bancária referente à respectiva transferência de valores entre Bancos, uma vez que os pagamentos efetuados pelo Estado são efetuados prioritariamente pelo Banco do Brasil.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO E DO LOCAL DE ENTREGA

4.1 - O prazo de entrega será de até 05 (cinco) dias após o recebimento da Autorização de Fornecimento ou documento equivalente;

4.2 - A entrega será efetuada diretamente na Secretaria de Estado da Saúde, Rua Judite Melo dos Santos, 258, galpão 06, bairro Nova São José -Área Industrial, São José/SC, nas quantidades constantes na Autorização de Fornecimento;

4.3 - A Contratada somente irá fornecer os materiais constantes nos Anexos do presente instrumento e nas quantidades estipuladas;

4.4 - A Contratada deverá manter um controle rigoroso das quantidades fornecidas para que as mesmas não ultrapassem o estipulado nos Anexos.

CLÁUSULA QUINTA - DO RECEBIMENTO DO OBJETO

5.1 - A entrega do objeto desta licitação deverá ser efetuada na Secretaria de Estado da Saúde, Rua Judite Melo dos Santos, 258, galpão 06, bairro Nova São José -Área Industrial, São José/SC, nas quantidades constantes na Autorização de Fornecimento, correndo por conta da Contratada as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento;

5.1.1 – O material deverá indicar na embalagem a razão social da Contratada, o número deste Contrato, o número da nota fiscal e o número da Autorização de Fornecimento.

5.1.2 – Quando da entrega, o produto deverá estar em perfeitas condições para ser consumido, e as embalagens intactas (não danificadas).

5.1.3 – O produto entregue deverá ser novo, entendido como tal, de primeira utilização.

5.2 – Para os produtos em que é exigido pela legislação vigente prazo de validade, o mesmo deverá constar na embalagem.

5.3 – A Contratante reserva-se o direito de a qualquer tempo, previamente ao aceite, ou durante o prazo de garantia do objeto ofertado e entregue, proceder a análise técnica e de qualidade do objeto, diretamente ou por intermédio de terceiros por ele escolhido. Se rejeitados, deverão ser substituídos imediatamente pela Contratada, sem quaisquer ônus para a Contratante.

5.4 – Os produtos a serem fornecidos devem ser livres de impurezas, estando sujeitos ao controle de qualidade do Contratante diretamente ou por intermédio de terceiros, durante toda a execução do Contrato, sendo rejeitados os produtos não aprovados ou que se apresentarem impróprios para o consumo, os quais deverão ser imediatamente substituídos pelo fornecedor, sem qualquer custo adicional.

5.5 – A Contratada, mesmo não sendo a fabricante da matéria-prima empregada na fabricação de seu produto, responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade deste, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta.

5.6 – O aceite do(s) produto(s) pela Contratante, não exclui a responsabilidade civil da Contratada por vícios de quantidade ou qualidade do produto ou disparidade com as especificações técnicas exigidas no edital ou



**ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

atribuídas pela Contratada, verificados posteriormente, garantindo-se à Contratante as faculdades previstas no artigo 18, da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

5.7 – O(s) objeto(s) cotado(s) deverá(ão) atender a legislação a ele(s) pertinente(s).

5.8 – As quantidades licitadas são estimativas, podendo a contratante requisitar quantidades maiores ou menores conforme a efetiva necessidade, respeitando-se os limites da Lei.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO/ALTERAÇÃO

6.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de 08/02/2021 a 06/08/2021, prorrogável por períodos sucessivos, enquanto perdurar a necessidade de enfrentamento dos efeitos da situação de emergência de saúde pública de importância internacional;

6.2. O contrato poderá ser acrescido ou suprimido em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato (art. 4º-I, da Lei nº 13.979).

CLÁUSULA SÉTIMA - DA ALTERAÇÃO DOS PREÇOS

7.1 - Os preços contratados não serão alterados.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

8.1 - A rescisão do Contrato poderá ser efetuada conforme determina o artigo 79 e acarretar as consequências previstas no artigo 80, pelos motivos previstos nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8666/93 e alterações posteriores.

8.2 - O Presente Contrato poderá ser rescindido a critério da CONTRATANTE, sem que à Contratada caiba qualquer indenização, ou, reclamação, nos seguintes casos:

8.2.2 - Inobservância das especificações acordadas e/ou rejeição dos serviços prestados;

8.2.3 - Inadimplência de qualquer cláusula contratual e/ou da proposta ofertada;

8.2.4 - Falência, liquidação judicial ou extrajudicial, concordata preventiva da fornecedora, requeridas, homologadas ou decretadas;

8.2.5 - A Contratada, reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa, prevista no art 77, da Lei 8.666/93, bem como Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, no Decreto Estadual nº 2.617, de 16 de setembro de 2009.

CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO

9.1 - A fiscalização do contrato será exercida por um representante da CONTRATANTE, indicado pela unidade e identificado no contrato/ata, a quem competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato;

Função	Unidade	Nome	Matrícula
Fiscal	GEBER	Alexandre de Souza	360.382-01-2
Gestor	DIVE	João Augusto Brancher Fuck	960.668-8-01

9.2 - A CONTRATANTE se reserva o direito de rejeitar no todo ou em parte os produtos entregues, se em desacordo com o contrato;

9.3 - A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui, nem reduz, a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, resultante de imperfeições técnicas ou utilização de material de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implicará a responsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos. (Art. 70 da lei 8.666/93).

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES E SANÇÕES

10.1 - As empresas que não cumprirem as obrigações assumidas na fase licitatória e/ou de execução do contrato estão sujeitas às seguintes sanções:

a) advertência;

b) multa;

c) suspensão temporária, não superior a 5 (cinco) anos, na modalidade de pregão, e não superior a 2 (dois) anos para as demais modalidades, aplicada segundo a natureza e a gravidade da falta cometida; e



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

d) declaração de inidoneidade para licitar com a Administração Pública;

10.2 - A advertência será emitida pela Administração, quando o contratado descumprir qualquer obrigação;

10.3 - A multa será imposta à contratada pelo atraso injustificado na entrega ou execução do contrato, de acordo com as alíquotas a seguir:

a) 0,33 % (zero, trinta e três por cento) por dia de atraso, na entrega do objeto ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9% (nove, nove por cento);

b) 10 % (dez por cento) em caso de não entrega do objeto ou não conclusão do serviço ou rescisão do contrato por culpa da contratada, calculado sobre a parte inadimplente;

c) até 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega;

10.3.1 - O valor da multa e/ou custas de depósito será deduzido dos créditos ou garantias da empresa, ou cobrado administrativa ou judicialmente;

10.3.2 - Sempre que a multa ultrapassar os créditos da contratada e/ou garantias, o valor excedente será encaminhado à cobrança extrajudicial ou judicial;

10.3.3 - O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do serviço;

10.3.4 - A multa será aplicada quando o atraso for superior a cinco dias;

10.3.5 - A aplicação da multa não impede que sejam aplicadas outras penalidades;

10.4 - A suspensão impossibilitará a participação da empresa em licitações e/ou contratos, ficando suspenso o seu registro cadastral no Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina/SEA, de acordo com os prazos a seguir:

a) por até 30 (trinta) dias, quando aplicada a pena de advertência emitida pela Administração e a empresa permanecer inadimplente;

b) por até 90 (noventa) dias, quando a empresa interessada solicitar cancelamento da proposta após a abertura e antes do resultado do julgamento;

c) por até 12 (doze) meses, quando a empresa adjudicada se recusar a retirar a autorização de fornecimento ou assinar o contrato;

d) por até 12 (doze) meses, quando a empresa adjudicada motivar a rescisão total ou parcial da autorização de fornecimento e/ou do contrato;

e) por até 12 (doze) meses, quando a empresa praticar atos que claramente visem à frustração dos objetivos da licitação;

f) por até 24 (vinte e quatro) meses, quando a empresa apresentar documentos fraudulentos nas licitações;

g) por até 5 (cinco) anos quando, na modalidade de pregão, a fornecedora convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, que não celebrar o contrato, que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, que ensejar o retardamento da execução de seu objeto, que não mantiver a proposta, que falhar ou fraudar na execução do contrato, que se comportar de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios; e

h) até a realização do pagamento, quando a empresa receber qualquer das multas previstas no item anterior.

10.4.1 - A penalidade de suspensão aplicada pela Administração, publicada no Diário Oficial do Estado, implicará na suspensão da fornecedora junto ao Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina/SEA;

10.4.2 - A suspensão do direito de licitar poderá ser ampliada até o dobro, em caso de reincidência;

10.5 - A declaração de inidoneidade será aplicada pelo Secretário de Estado da Administração – SEA;

10.5.1 - A declaração de inidoneidade permanecerá em vigor enquanto perdurarem os motivos que determinaram a punibilidade ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que a aplicou;

10.5.2 - A declaração de inidoneidade terá seus efeitos extensivos a toda Administração Pública;

10.6 - As empresas que apresentarem documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados, ou que por quaisquer outros meios praticarem atos irregulares ou ilegalidades para obtenção do registro no Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina/SEA, estarão sujeitas às seguintes penalidades:

a) suspensão temporária do Certificado de Cadastro de Fornecedores - CCF ou da obtenção do registro, por até 5 (cinco) anos na modalidade de pregão e até 2 (dois) anos para as demais modalidades, dependendo da natureza e gravidade dos fatos; e

b) declaração de inidoneidade, nos termos do artigo anterior.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

- 10.7 - As sanções previstas neste edital poderão também ser aplicadas às empresas ou profissionais que:
- a) tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos; e
 - b) tenham praticado atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;
- 10.8 - Compete à Assessoria Jurídica da SES, após análise a indicação das penalidades previstas neste edital e legislação vigente, cuja aplicação dependerá da homologação da autoridade competente do órgão ou entidade;
- 10.9 - É facultado à interessada interpor recurso contra a aplicação das penalidades previstas neste edital, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, que será dirigido à autoridade competente do órgão ou entidade;
- 10.10 - As penalidades aplicadas serão registradas na Secretaria de Estado da Administração/ Diretoria de Gestão de Licitações e Contratos (DGLC/SEA), no Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina/SEA;
- 10.10.1 - Homologadas e publicadas as penalidades, a Administração as encaminhará ao Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina/ SEA, para registro.
- PARÁGRAFO ÚNICO** - As multas pecuniárias aqui estabelecidas serão recolhidas na Tesouraria da Secretaria de Estado da Saúde, situada no 9º (nono) andar, na Rua Esteves Júnior, 160, Centro, Florianópolis, SC.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PRÁTICAS FRAUDULENTAS E DE CORRUPÇÃO

- 11 - As partes, por seus agentes públicos ou por seus sócios, acionistas, administradores e colaboradores:
- I – declaram que têm conhecimento das normas previstas na legislação, entre as quais nas Leis nºs 8.429/1992 e 12.846/2013, seus regulamentos e eventuais outras aplicáveis;
 - II – comprometem-se em não adotar práticas ou procedimentos que se enquadrem nas hipóteses previstas nas leis e regulamentos mencionados no inciso anterior e se comprometem em exigir o mesmo pelos terceiros por elas contratados;
 - III – comprometem-se em notificar à Controladoria-Geral do Estado qualquer irregularidade que tiverem conhecimento acerca da execução do contrato;
 - IV – declaram que têm ciência que a violação de qualquer das obrigações previstas na Instrução Normativa conjunta CGE/SEA nº 01/2020, além de outras, é causa para a rescisão unilateral do contrato, sem prejuízo da cobrança das perdas e danos, inclusive danos potenciais, causados à parte inocente e das multas pactuadas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

- 12.1 - A Contratada não poderá subcontratar, ceder ou transferir total ou parcialmente o objeto do contrato a terceiros ou a eles associar-se sem prévia autorização da Contratante sob pena da imediata rescisão do contrato e demais sanções aplicáveis Lei Federal nº 8666/93.
- 12.2 - Farão parte integrante deste contrato todos os elementos apresentados pela licitante vencedora que tenham servido de base à presente licitação, bem como, as condições estabelecidas neste Edital e Anexos.
- 12.3 - No caso de recusa ou demora no atendimento a qualquer reclamação independente das sanções cabíveis, a CONTRATANTE poderá confiar a outrem a execução do contrato, descontando o seu custo de uma só vez, no primeiro pagamento a ser feito, sem que a em presa vencedora possa impugnar o seu valor.
- 12.4 - A tolerância de qualquer das partes, relativa às infrações cometidas contra disposições deste Contrato, não exime o infrator de ver exigido, a qualquer tempo, seu cumprimento integral.
- 12.5 - A Contratada se obriga a manter as condições de habilitação e qualificação durante a vigência deste contrato, sob pena da aplicação do disposto na Cláusula Décima;
- 12.6 - O presente contrato é regido pela pelo Decreto Estadual nº 2.617, de 16 de setembro de 2009, pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações e pela Lei Federal nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020;
- 12.7 - Fica eleito o Foro da Comarca de Florianópolis, Capital do Estado de Santa Catarina, para dirimir eventuais litígios oriundos do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em uma via.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

Florianópolis, 27 de janeiro de 2021.

[Assinado digitalmente]

Edinei Carlos da Silva
Superintendente de Gestão Administrativa
CONTRATANTE

[Assinado digitalmente]

Diretor da Vigilância Epidemiológica - DIVE
GESTOR

DEISE EVANI PEREIRA
WANDALL:775898829
68

Assinado de forma digital por
DEISE EVANI PEREIRA
WANDALL:77589882968
Dados: 2021.01.27 15:49:24 -03'00'

Deise Evani Pereira Wandall
Olimed Material Hospitalar Ltda
CONTRATADA



Código para verificação: **J8L2K70N**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ **DEISE EVANI PEREIRA WANDALL** (CPF: 775.XXX.829-XX) em 27/01/2021 às 15:49:24
Emitido por: "AC Certisign RFB G5", emitido em 24/05/2019 - 17:04:23 e válido até 23/05/2022 - 17:04:23.
(Assinatura ICP-Brasil)

✓ **EDINEI CARLOS DA SILVA** em 27/01/2021 às 17:17:37
Emitido por: "SGP-e", emitido em 13/07/2018 - 13:39:04 e válido até 13/07/2118 - 13:39:04.
(Assinatura do sistema)

✓ **ANDRÉ MOTTA RIBEIRO** em 27/01/2021 às 18:37:24
Emitido por: "SGP-e", emitido em 22/02/2019 - 14:28:42 e válido até 22/02/2119 - 14:28:42.
(Assinatura do sistema)

✓ **JOÃO AUGUSTO BRANCHER FUCK** em 28/01/2021 às 17:30:43
Emitido por: "SGP-e", emitido em 28/03/2019 - 14:42:44 e válido até 28/03/2119 - 14:42:44.
(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U0VTXzcwNTIfMDAxNzAyMjdFMTCzODg0XzlwMjBfSjhMMks3ME4=> ou o site <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SES 00170227/2020** e o código **J8L2K70N** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

ERRATA

Contrato nº 068/2021 - Contrato de Fornecimento

Assunto: Correção CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO/ALTERAÇÃO – Item 6.1

Processo SES 170227/2020

Contratada: Olimed Material Hospitalar Ltda

ONDE SE LÊ:

6.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de 08/02/2021 a 06/08/2021, prorrogável por períodos sucessivos, enquanto perdurar a necessidade de enfrentamento dos efeitos da situação de emergência de saúde pública de importância internacional;

LEIA-SE:

6.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de 6 (seis) meses, com início na data de sua assinatura, prorrogável por períodos sucessivos, enquanto perdurar a necessidade de enfrentamento dos efeitos da situação de emergência de saúde pública de importância internacional;

Florianópolis, 27 de janeiro de 2021.

[Assinado digitalmente]
Cláudia de Lucca Matheus Rocha
Diretora de Licitações e Contratos



Assinaturas do documento



Código para verificação: **ZQ94IS40**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



CLÁUDIA DE LUCCA MATHEUS ROCHA em 27/01/2021 às 17:31:40

Emitido por: "SGP-e", emitido em 13/07/2018 - 13:32:25 e válido até 13/07/2118 - 13:32:25.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U0VTXzcwNTIfMDAxNzAyMjdfMTczODg0XzlwMjBfWIE5NEITNDA=> ou o site <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SES 00170227/2020** e o código **ZQ94IS40** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.

a ser disponibilizado aos Estados, Municípios e Distrito Federal, destinados à realização de tratamento dialítico, para fins de enfrentamento da pandemia de COVID-19.
Vigência: A partir de sua assinatura.
Resumo da programação orçamentária
Parcela única - R\$ 95.673,96
Florianópolis, 29 de janeiro de 2021
André Motta Ribeiro
Secretário de Estado da Saúde

Cod. Mat.: 717664

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
EXTRATO DO 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO SUS 016/2020 - SES 133419/2019 - EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA 1423/2019

Entidade: Clínica de Doenças Renais de Tubarão S/S Ltda.
Município: Tubarão
CNPJ: 80.490.907/0001-15
Objeto: Repasse oriundo da Portaria MS 3822 de 29/12/2020, que estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção Especializada, a ser disponibilizado aos Estados, Municípios e Distrito Federal, destinados à realização de tratamento dialítico, para fins de enfrentamento da pandemia de COVID-19.
Vigência: A partir de sua assinatura.
Resumo da programação orçamentária
Parcela única - R\$ 216.379,72
Florianópolis, 29 de janeiro de 2021
André Motta Ribeiro
Secretário de Estado da Saúde

Cod. Mat.: 717666

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
EXTRATO DO 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO SUS 040/2019 - SES 133422/2019 - EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA 1423/2019

Entidade: Clínica de Hemodiálise de Videira Ltda.
Município: Videira
CNPJ: 04.504.629/0001-20
Objeto: Repasse oriundo da Portaria MS 3822 de 29/12/2020, que estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção Especializada, a ser disponibilizado aos Estados, Municípios e Distrito Federal, destinados à realização de tratamento dialítico, para fins de enfrentamento da pandemia de COVID-19.
Vigência: A partir de sua assinatura.
Resumo da programação orçamentária
Parcela única - R\$ 66.323,44
Florianópolis, 29 de janeiro de 2021
André Motta Ribeiro
Secretário de Estado da Saúde

Cod. Mat.: 717667

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
EXTRATO DO 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO SUS 032/2019 - SES 133424/2019 - EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA 1423/2019

Entidade: Unidade de Terapia Renal de Xanxerê Ltda.
Município: Xanxerê
CNPJ: 03.793.030/0001-90
Objeto: Repasse oriundo da Portaria MS 3822 de 29/12/2020, que estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção Especializada, a ser disponibilizado aos Estados, Municípios e Distrito Federal, destinados à realização de tratamento dialítico, para fins de enfrentamento da pandemia de COVID-19.
Vigência: A partir de sua assinatura.
Resumo da programação orçamentária
Parcela única - R\$ 62.876,33
Florianópolis, 29 de janeiro de 2021
André Motta Ribeiro
Secretário de Estado da Saúde

Cod. Mat.: 717668

A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES: torna público: Contrato de Fornecimento nº 0068/2021 e Errata Cláusula Sexta – 6.1. Processo SES 170227/2021 – Dispensa de Licitação SEA 0027/2021 - Fundamento art. 24, IV, Lei 8666/93. Vigência: 6 (seis) meses, com início na data de sua assinatura realizada em 27/01/2021. Empresa: Olmed Material Hospitalar Ltda. Objeto: Fornecimento de seringas para vacinação – enfrentamento do Covid19 (4.000.000 de seringas descartáveis de polipropileno, capacidade de 3cc). Valor Total R\$ 1.120.000,00. CIG 2021SO000464.
Cod. Mat.: 717670

A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES torna público: Ordem de Fornecimento nº 46/2021. Objeto: Aquisição de peças para manutenção corretiva em aspirador ultrassônico para o Hospital Governador Celso Ramos (HGCR)- PSES 46074/2018- PE 2411/20- R\$ 61.190,00 – Empresa: DARASONS IMPORTAÇÃO

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES: ATA 121/2021
PSES 150514/2020 – PE 2945/2020. Empresa: **Eli Lilly do Brasil Ltda.** Objeto: Medicamentos - GEJUD. Valor total R\$ 2.995.815,48. Inteiro teor: www.sgpe.sea.sc.gov.br.

Cod. Mat.: 717690

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO SUS 238/2020 - SES 133393/2019 - EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA 1423/2019

Entidade: Clínica de Nefrologia Ltda.
Município: Araranguá
CNPJ: 83.852.624/0003-26
Objeto: Repasse oriundo da Portaria MS 3822 de 29/12/2020, que estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção Especializada, a ser disponibilizado aos Estados, Municípios e Distrito Federal, destinados à realização de tratamento dialítico, para fins de enfrentamento da pandemia de COVID-19.
Vigência: A partir de sua assinatura.
Resumo da programação orçamentária
Parcela única - R\$ 68.677,66
Florianópolis, 29 de janeiro de 2021
André Motta Ribeiro
Secretário de Estado da Saúde

Cod. Mat.: 717766

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES: ATA 101/2021
PSES 108815/2020 – PE 2388/2020. Empresa: **Essity Soluções Médicas do Brasil Comércio e Distribuição Ltda.** Objeto: Materiais de Enfermaria e Cirurgia - GEBER. Valor total R\$ 7.140,00. Inteiro teor: www.sgpe.sea.sc.gov.br.

Cod. Mat.: 717786

A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES torna público: 4º Termo Aditivo ao CT 316/2019 Processo SES 133955/2020 - PP 1511/2018 do Processo SES 43375/2017. Empresa: Air Liquide Brasil Ltda. Objeto: acréscimo no quantitativo dos itens 01,02,03,04 e 05 para o CCR a partir de janeiro de 2021. Acréscimo total de R\$ 2.993.975,16. CIG 2021SO000280.

Cod. Mat.: 717787

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES torna público: 6º Termo Aditivo ao Contrato 309/2018 – Processo SES 7242/2017 Edital PE 1778/17 – SES 141629/20. Contratada: New Service LTDA. Objeto: Inclusão de aparelhos de Hemodiálise para o HGMTR a partir de janeiro/21. Acréscimo total de R\$ 21.360,96 até o final da vigência. CIG/SIGF – Solicitação 2021SO000416.

Cod. Mat.: 717806

ERRATA

Contrato nº 479/2020 - Contrato de Assistência Técnica e Garantia
Assunto: Correção nome do gestor
Processo SES 31600/2019
Contratada: W & Z Comercio E Servicos Hospitalares Ltda

ONDE SE LÊ:

Função	Unidade	Nome	Matrícula
Gestor	Hospital Governador Celso Ramos Florianópolis	Edival Silva De Matos	061.343-3-01

[Assinado digitalmente]

Edival Silva de Matos

Hospital Governador Celso Ramos (HGCR)

GESTOR

LEIA-SE:

Função	Unidade	Nome	Matrícula
Gestor	Hospital Governador Celso Ramos Florianópolis	Elisângela Scheidt Roncalio	617.803-0-01

[Assinado digitalmente]

Elisângela Scheidt Roncalio

Hospital Governador Celso Ramos (HGCR)

GESTOR

Florianópolis, 28 de janeiro de 2021.

[Assinado digitalmente]

Cláudia de Lucca Matheus Rocha

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
EXTRATO DO 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO SUS 016/2020 - EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA 1423/2019

Entidade: Centro de Tratamento de Doenças Renais de Mafra
Município: Mafra
CNPJ: 78.836.855/0003-06
Objeto: Repasse oriundo da Portaria MS 3822 de 29/12/2020, que estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção Especializada, a ser disponibilizado aos Estados, Municípios e Distrito Federal, destinados à realização de tratamento dialítico, para fins de enfrentamento da pandemia de COVID-19.
Vigência: A partir de sua assinatura.
Resumo da programação orçamentária
Parcela única - R\$ 105.077,58
Florianópolis, 29 de janeiro de 2021

André Motta Ribeiro

Secretário de Estado da Saúde

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
EXTRATO DO 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO SUS 040/2019 - EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA 1423/2019

Entidade: Clínica Renal do Extremo Sul
Município: São Miguel do Oeste
CNPJ: 00.613.007/0001-89
Objeto: Repasse oriundo da Portaria MS 3822 de 29/12/2020, que estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção Especializada, a ser disponibilizado aos Estados, Municípios e Distrito Federal, destinados à realização de tratamento dialítico, para fins de enfrentamento da pandemia de COVID-19.
Vigência: A partir de sua assinatura.
Resumo da programação orçamentária
Parcela única - R\$ 124.622,67
Florianópolis, 29 de janeiro de 2021

André Motta Ribeiro

Secretário de Estado da Saúde

ERRATA

Contrato nº 478/2020 - Contrato de Assistência Técnica e Garantia
Assunto: Correção nome do gestor
Processo SES 31600/2019
Contratada: BAUMER S/A

ONDE SE LÊ:

Função	Unidade	Nome	Matrícula
Gestor	Hospital Governador Celso Ramos Florianópolis	Edival Silva De Matos	061.343-3-01

[Assinado digitalmente]

Edival Silva de Matos

Hospital Governador Celso Ramos (HGCR)

GESTOR

LEIA-SE:

Função	Unidade	Nome	Matrícula
Gestor	Hospital Governador Celso Ramos Florianópolis	Elisângela Scheidt Roncalio	617.803-0-01

[Assinado digitalmente]

Elisângela Scheidt Roncalio

Hospital Governador Celso Ramos (HGCR)

GESTOR

Florianópolis, 28 de janeiro de 2021.

[Assinado digitalmente]

Cláudia de Lucca Matheus Rocha

TERMO DE REFERÊNCIA

DEMANDANTE	Secretaria de Estado da Saúde (SES/SC)
LOCAL DE ENTREGA	Gerência de Bens Regulares (GEBER) Rua Judite Melo dos Santos, 251, Galpão 06 a 09, Distrito Industrial, São José/SC, CEP 88.104-765.

1 OBJETO

Item	Código	Descrição	Quantidade	Estimativa de Consumo (meses)
1	009598027	Luva de procedimento descartável tamanho pequeno (P), em nitrílica, isenta de látex, não estéril, isenta de talco, formato anatômico, ambidestra, resistente a tração, descartável, uso único, macio, isento de agentes alergizantes, resíduos e impurezas, embalada em caixas contendo 100 peças, com abertura manual de fácil manuseio, contendo dados de identificação, procedência, validade, número do lote, selo de conformidade apresentar certificado de aprovação MT, as luvas devem ser armazenadas e transportadas em condições que evitem a possibilidade de afetar a integridade, em especial calor, a umidade e a luz. Em conformidade a RDC nº 55 de 04 de novembro de 2011, portaria nº 332, de 26 de julho de 2012 e portaria nº 451, de 31 de agosto de 2012. Apresentar certificado de aprovação TEM.	905.260	Entrega Única

2 FUNDAMENTAÇÃO SIMPLIFICADA DA CONTRATAÇÃO

Em razão da situação de pandemia em todo território nacional, a qual continua avançando no Estado de Santa Catarina, persiste a necessidade de abastecimento das unidades de saúde e administrativas da Secretaria de Estado da Saúde com insumos para enfrentamento do novo Coronavírus – Covid-19.

Neste sentido, o presente termo de referência visa à aquisição de luvas de procedimento descartável, o qual não possui Ata de Registro de Preço vigente, sendo que o estoque se encontra em situação crítica, conforme a Gerência de Bens Regulares da Secretaria de Estado da Saúde (GEBER/SES) conforme a Gerência de Bens Regulares da Secretaria de Estado da Saúde (GEBER/SES).

Além disso, por meio do processo SEA 4776/2020, cujo objeto fora a aquisição de EPIs para enfrentamento do Coronavírus (COVID-19) para os órgãos do Estado de Santa Catarina, as luvas de procedimento descartável restaram sem sucesso, isto é, item frustrado, o que acarretou no agravamento do estoque crítico da Secretaria de Estado da Saúde, exigindo-se a **compra emergencial**.

Insta salientar que o edital deve prever a possibilidade de adesão à ata de Registro de Preços por órgãos não participantes.

3 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1 O compromisso será firmado por meio de ordem de fornecimento em entrega única.

3.2 O prazo de entrega será de 10 (dez) dias a partir do recebimento da ordem de fornecimento.

3.3 O recebimento do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

4 CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

4.1 O pagamento será realizado 30 (trinta) dias após a entrega do material.

4.1.1 O fornecedor ou prestador de serviços ao Estado que optar por receber seu pagamento em outras instituições que não o Banco do Brasil, ficará responsável pelo custo da tarifa bancária referente à respectiva transferência de valores entre Bancos, uma vez que os pagamentos efetuados pelo Estado são efetuados prioritariamente pelo Banco do Brasil.

4.2 Considera-se data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

5 ESTIMATIVA DE PREÇOS

A estimativa de preços encontra-se na peça denominada “Análise de Orçamento” (p. 0005).

6 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa pode ser classificada tanto na Fonte 223-101 quanto na Fonte 100-515, conforme informação da Coordenação do Fundo Estadual de Saúde (p. 0120).

(assinado digitalmente)

Karen Sabrina Bayestorff Duarte

Presidente da Comissão Especial de Licitação para
Planejamento de Compras Destinadas ao Enfrentamento da COVID 19



Código para verificação: **083Y0IXG**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE em 17/12/2020 às 18:30:18

Emitido por: "SGP-e", emitido em 13/07/2018 - 14:14:15 e válido até 13/07/2118 - 14:14:15.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U0VTXzcwNTIfMDAxMzE1OTdfMTM0NDk1XzlwMjBfMDgzWTBJWEc=> ou o site <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SES 00131597/2020** e o código **083Y0IXG** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÕES E CONTRATAÇÕES DESTINADAS AO
ENFRENTAMENTO DA COVID19**

Portaria n. 163/2020

Site: www.portaldecompras.sc.gov.br

E-mail: cotacoescovid19@sea.sc.gov.br

**EDITAL DE COTAÇÃO DE PREÇOS Nº 0013/2021
PROCESSO SES 131597/2020**

A SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO (SEA) solicita, por meio do presente, que as pessoas físicas ou jurídicas interessadas encaminhem propostas de preços, conforme as condições estabelecidas neste edital de compra direta para aquisição na modalidade dispensa de licitação pelo critério de **MENOR PREÇO** por **ITEM**.

OBJETO: Aquisição de luvas de procedimento descartáveis, destinadas ao enfrentamento da COVID-19 para a Secretaria de Estado da Saúde, conforme especificações constantes do Anexo I.

ENTREGA DAS PROPOSTAS: até 18h do dia 13/01/2021.

1 – PROPOSTA

1.1 – A PROPOSTA deverá ser encaminhada até o prazo acima estipulado por correio eletrônico para cotacoescovid19@sea.sc.gov.br.

1.1.1 – A PROPOSTA não poderá ter emendas, rasuras ou entrelinhas; deve estar datada, conter nome ou razão social, CNPJ ou CPF, endereço completo, telefone e e-mail e deve estar assinada pelo representante legal da empresa;

1.2 – A PROPOSTA deverá conter a marca do produto ofertado, apresentação, preço unitário e total por item. Estes deverão ser em moeda nacional, computados os tributos de qualquer natureza incidentes sobre o material/serviço e a venda a ser realizada, bem como, o custo de transporte, inclusive carga e descarga, na modalidade CIF, correndo tal operação, única e exclusivamente por conta, risco e responsabilidade das empresas vencedoras. No preço cotado por item, já estarão incluídos todos os descontos oferecidos;

1.2 - A proposta, para cada item, deverá ser preenchida, conforme as especificações abaixo:

a) O preço unitário do item deverá ser expresso em reais, com no máximo 4 (quatro) casas decimais, no campo “VALOR UNITÁRIO DO ITEM”;

b) Deverá constar no campo “marca”:

I- Marca;

II – Procedência;

III – apresentação com detalhamento de cada item, necessariamente a forma de apresentação e quantidade;

IV – Nome comercial do produto cotado, laudos comprobatórios de eficiência (quando solicitados) e registro na ANVISA ou declaração de produto isento.

1.3 – A PROPOSTA deverá ter validade não inferior a 60 (sessenta) dias;

1.4 – O autor da OFERTA VENCEDORA deverá apresentar os documentos elencados abaixo:

1.4.1 – Prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

1.4.2 – Prova de regularidade fiscal para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal da sede ou domicílio da licitante, expedidas pelos órgãos abaixo relacionados:

1.4.2.1 – Da Secretaria da Receita Federal, com relação à regularidade fiscal Federal;

1.4.2.2 – Da Procuradoria da Fazenda Nacional, referente à Dívida Ativa da União;

1.4.2.3 – Da Secretaria da Fazenda Estadual, ou outro órgão competente, com relação à regularidade fiscal Estadual;

1.4.2.4 – Da Secretaria de Finanças Municipal, ou outro órgão competente, com relação à regularidade fiscal Municipal. No caso de municípios que mantêm Cadastro Mobiliário e Imobiliário separados, deverão ser apresentados os comprovantes referentes a cada um dos cadastros;

1.4.3 – Prova de regularidade relativa à Seguridade Social, fornecida pelo Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) - CND;

1.4.4 – Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) – CRS;

1.4.5 – Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

1.5 – A documentação acima elencada no item 1.4 poderá ser substituída pelo Certificado de Cadastro de Fornecedor emitido pela Diretoria de Gestão de Materiais e Serviços da Secretaria de Estado da Administração;

1.6 – Caso haja a necessidade expressa em edital de apresentação de laudos, certificados de qualidade técnica, ensaios laboratoriais e correlatos, estes devem ser apresentados em língua portuguesa ou traduzidos, acompanhados da original fonte;

1.8 – A proposta deverá cumprir os requisitos listados no Anexo I (detalhamento do objeto).

2 – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

2.1 – O CONTRATANTE efetuará o pagamento em 30 (trinta) dias após o recebimento e aceite dos bens ou serviços com a respectiva Nota Fiscal/Fatura ou documento legalmente equivalente, observado o cumprimento integral das disposições contidas neste edital;

2.2 – O fornecedor ou prestador de serviços ao Estado que optar por receber seu pagamento em outras instituições que não o Banco do Brasil, ficará responsável pelo custo da tarifa bancária referente à respectiva transferência de valores entre Bancos, uma vez que os pagamentos efetuados pelo Estado são efetuados prioritariamente pelo Banco do Brasil;

2.3 – A empresa deverá mencionar na respectiva Nota Fiscal/Fatura informações sobre o produto, tais como: a marca sob o qual o mesmo é comercializado, fabricante, além de mencionar o número da Autorização de Fornecimento, Ordem Fornecimento, Nota de empenho, Contrato ou instrumentos equivalentes;

2.4 – Também será obrigatório que a empresa mencione na Nota Fiscal/Fatura os seguintes dados bancários para pagamento: número do banco, número da agência com dígito e número da conta corrente com dígito.

3 – DISPOSIÇÕES GERAIS

3.1 – A participação na presente cotação de preços implica na aceitação integral e irrevogável de todas as condições exigidas neste edital e dos documentos que dele fazem parte, bem como na observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor;

3.2 – A presente aquisição baliza-se pelos preceitos da Lei 8.666/93 e suas alterações e Lei 13.979/20 e suas alterações;

3.3 – As empresas que não cumprirem as obrigações assumidas na Cotação de Preços e/ou na execução do objeto estão sujeitas às seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa;

III - suspensão temporária, não superior a 2 (dois) anos, aplicada segundo a natureza e a gravidade da falta cometida;

3.3.1 – A advertência é a sanção por escrito, emitida pela Administração, quando o contratado descumprir qualquer obrigação, ressalvado o disposto no § 3º do art. 11 do Decreto Estadual nº 2617/2009;

3.3.2 – A multa é a sanção pecuniária que será imposta à contratada pelo atraso injustificado na entrega ou execução do Contrato, de acordo com as alíquotas a seguir:

I - 0,33 % (zero, trinta e três por cento) por dia de atraso, na entrega do objeto ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9% (nove vírgula nove por cento);

II - 10 % (dez por cento) em caso de não entrega do objeto ou não conclusão do serviço ou rescisão do Contrato ou cancelamento da Ordem de Fornecimento/Autorização de Fornecimento por culpa da contratada, calculado sobre a parte inadimplente;

III - até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato/Ordem de Fornecimento/Autorização de Fornecimento, pelo descumprimento de qualquer cláusula, exceto prazo de entrega.

3.3.2.1 – O valor da multa e/ou custas de depósito será deduzido dos créditos ou garantias da empresa, ou cobrado administrativa ou judicialmente.

3.3.2.2 – Sempre que a multa ultrapassar os créditos da contratada e/ou garantias, o valor excedente será encaminhado à cobrança extrajudicial ou judicial.

3.3.2.3 – O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do serviço.

3.3.2.4 – A multa será aplicada quando o atraso for superior a cinco dias.

3.3.2.5 – A aplicação da multa não impede que sejam aplicadas outras sanções previstas neste Edital;

3.3.3 – A suspensão é a sanção que impossibilita a participação da empresa em licitações e/ou Contratos, ficando suspenso o seu registro cadastral no Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina, de acordo com os prazos a seguir:

I - por até 30 (trinta) dias, quando aplicada a pena de advertência emitida pela Administração e a empresa permanecer inadimplente;

II - por até 90 (noventa) dias, quando a empresa interessada solicitar cancelamento da proposta após a abertura e antes do resultado do julgamento;

III - por até 12 (doze) meses, quando a empresa adjudicada se recusar a retirar a Autorização de Fornecimento, Ordem de Fornecimento ou assinar o Contrato;

IV - por até 12 (doze) meses, quando a empresa adjudicada motivar a rescisão total ou parcial da Autorização de Fornecimento, Ordem de Fornecimento ou do Contrato;

V - por até 12 (doze) meses, quando a empresa praticar atos que claramente visem à frustração dos objetivos da Cotação de Preços;

VI - por até 24 (vinte e quatro) meses, quando a empresa apresentar documentos fraudulentos;

VII - por até 2 (dois) anos quando a fornecedora convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, que não celebrar o Contrato, que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida no edital, que ensejar o retardamento da execução de seu objeto, que não mantiver a proposta, que falhar ou fraudar na execução do Contrato, que se comportar de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios; e

VIII - até a realização do pagamento, quando a empresa receber qualquer das multas previstas no artigo anterior.

3.4 – Na apreciação das propostas poderão ser solicitadas informações complementares, amostras e/ou prospectos, a fim de obter maiores informações sobre o produto e/ou serviço ofertado, o que deverá ser providenciado no prazo estabelecido pela Gerência solicitante, sob pena de desclassificação;

3.5 – A cotadora vencedora não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto do Contrato, Ordem de Fornecimento e/ou Autorização de Fornecimento a terceiros ou a eles associar-se sem prévia autorização da contratante, sob pena de imediata rescisão do contrato e demais sanções aplicáveis, conforme Lei 8.666/93.

3.6 – Os orçamentos que compõem este processo poderão ser utilizados para aquisição dos itens caso haja vantajosidade para os órgãos participantes, interesse da empresa cotadora e atendimento aos requisitos solicitados neste Edital.

3.7 – Não poderá participar, direta ou indiretamente, desta cotação de preços servidor ou dirigente dos órgãos participantes, em conformidade com o disposto no inciso III do art. 9º da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993.

3.8 – O resultado deste edital de compra direta será disponibilizado para acompanhamento no site www.portaldecompras.sc.gov.br / <https://sgpe.sea.sc.gov.br/atendimento>

3.9 – Nos casos omissos deste edital serão adotados os prazos para a modalidade convite.

JORGE EDUARDO TASCA
Secretário de Estado da Administração

ANEXO I

DETALHAMENTO DO OBJETO

1 – PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

Item	Código	Descrição	Quantidade solicitada	Entrega
1	9598027	Luva de procedimento descartável tamanho pequeno (P), em nitrílica, isenta de látex, não estéril, isenta de talco, formato anatômico, ambidestra, resistente a tração, descartável, uso único, macio, isento de agentes alergizantes, resíduos e impurezas, embalada em caixas contendo 100 peças, com abertura manual de fácil manuseio, contendo dados de identificação, procedência, validade, número do lote, selo de conformidade apresentar certificado de aprovação MT, as luvas devem ser armazenadas e transportadas em condições que evitem a possibilidade de afetar a integridade, em especial calor, a umidade e a luz. Em conformidade a RDC nº 55 de 04 de novembro de 2011, portaria nº 332, de 26 de julho de 2012 e portaria nº 451, de 31 de agosto de 2012. Apresentar certificado de aprovação TEM.	905.260	Única

1.1 – A contratação se dará por meio da emissão de contrato de fornecimento, consoante modelo do Anexo II deste edital;

1.2 - Para autorizar a entrega dos materiais a SES emitirá uma Autorização de Fornecimento (AF);

1.3 – O prazo de entrega do objeto será de até 10 (dez) dias após o recebimento da Ordem de Fornecimento;

1.4 – A entrega será efetuada conforme condições do instrumento de contratação para:

SIGLA	UNIDADE	ENDEREÇO
SES	Secretaria de Estado da Saúde	Rua Judite Melo dos Santos, 258, galpão 06, bairro Nova São José -Área Industrial, São José/SC

2 – REQUISITOS DA PROPOSTA

2.1 – Quando se tratar de material com prazo de validade, estes não poderão estar com a validade inferior a 75% do seu prazo total de validade.

2.2 – A embalagem deverá estar íntegra, livre de impurezas e em perfeitas condições de utilização.

2.3 - O objeto não será aceito caso não seja transportado e entregue de maneira correta, respeitando as recomendações do fabricante e autoridades sanitárias.

ANEXO II

MINUTA DE CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº: ____/____

Termo de Contrato de Fornecimento celebrado entre o ESTADO DE SANTA CATARINA, através da Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde e a empresa, autorizado através do Processo SES nº 131597/2020, Cotação de Preços SEA n.º 0013-2021 e em observância às disposições da Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e demais legislações aplicáveis.

CONTRATANTE:	Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde
C.N.P.J. N.º:	80.673.411/0001-87
Endereço: (sede)	Rua Esteves Júnior, 160 - Ed. Halley - Centro – Florianópolis – SC
Representada por:	

Contratada:	
C.N.P.J. N.º:	
Endereço:	
Representada por:	

GESTOR:	
Função:	
Unidade:	

FISCAL:	
Função:	
Unidade:	

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO, ESPECIFICAÇÃO E QUANTIDADE

1.1 - O Presente Contrato tem por objetivo a aquisição pela CONTRATANTE e o fornecimento pela CONTRATADA, de **luvas de procedimento descartáveis destinadas ao enfrentamento da COVID-19**, para a Secretaria de Estado da Saúde.

1.2 – Este Termo de Contrato vincula-se à proposta vencedora, independentemente de sua transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1 - A CONTRATADA obriga-se a fornecer o objeto deste instrumento, especificado(s) e quantificado(s) na cláusula primeira, ao preço líquido, CIF aproximado de R\$..... (.....) considerando sua proposta de preços;

2.2 - As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta da dotação orçamentária:

2.2.1 - Projeto/Atividade:

2.2.2 - Elemento Despesa:

2.2.3 - Unidade Orçamentária:

2.3 - A CONTRATADA deverá mencionar na respectiva Nota Fiscal/Fatura informações sobre o produto, tais como: a MARCA sob o qual o mesmo é comercializado, Fabricante, Apresentação, País de Origem, o número Certificado de Registro do Produto junto ao Ministério da Saúde, o número do lote e o prazo de validade do produto. Além de mencionar o número do Contrato, do Processo e da Autorização de Fornecimento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PAGAMENTO

3.1 - A SES efetuará o pagamento em 30 (trinta) dias após o recebimento e aceite do material com a respectiva Nota Fiscal/Fatura ou documento legalmente equivalente, observado o cumprimento integral das disposições contidas neste edital;

3.1.1 - Caso o vencimento do prazo de pagamento da Nota Fiscal/Fatura ocorra fora do calendário semanal ou de expediente bancário, o pagamento será efetuado na próxima data do calendário, imediatamente posterior ao vencimento, não incidindo qualquer compensação financeira neste período;

3.1.2 - O fornecedor ou prestador de serviços ao Estado que optar por receber seu pagamento em outras instituições que não o Banco do Brasil, ficará responsável pelo custo da tarifa bancária referente à respectiva transferência de valores entre Bancos, uma vez que os pagamentos efetuados pelo Estado são efetuados prioritariamente pelo Banco do Brasil.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO E DO LOCAL DE ENTREGA

4.1 - O prazo de entrega será de até 10 (dez) dias após o recebimento da Autorização de Fornecimento ou documento equivalente;

4.2 - A entrega será efetuada diretamente na Secretaria de Estado da Saúde, Rua Judite Melo dos Santos, 258, galpão 06, bairro Nova São José - Área Industrial, São José/SC, nas quantidades constantes na Autorização de Fornecimento;

4.3 - A Contratada somente irá fornecer os materiais constantes nos Anexos do presente instrumento e nas quantidades estipuladas;

4.4 - A Contratada deverá manter um controle rigoroso das quantidades fornecidas para que as mesmas não ultrapassem o estipulado nos Anexos.

CLÁUSULA QUINTA - DO RECEBIMENTO DO OBJETO

5.1 - A entrega do objeto desta licitação deverá ser efetuada na Secretaria de Estado da Saúde, Rua Judite Melo dos Santos, 258, galpão 06, bairro Nova São José - Área Industrial, São José/SC, nas quantidades constantes na Autorização de Fornecimento, correndo por conta da Contratada as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento;

5.1.1 – O material deverá indicar na embalagem a razão social da Contratada, o número deste Contrato, o número da nota fiscal e o número da Autorização de Fornecimento.

5.1.2 – Quando da entrega, o produto deverá estar em perfeitas condições para ser consumido, e as embalagens intactas (não danificadas).

5.1.3 – O produto entregue deverá ser novo, entendido como tal, de primeira utilização.

5.2 – Para os produtos em que é exigido pela legislação vigente prazo de validade, o mesmo deverá constar na embalagem.

5.3 – A Contratante reserva-se o direito de a qualquer tempo, previamente ao aceite, ou durante o prazo de garantia do objeto ofertado e entregue, proceder a análise técnica e de qualidade do objeto, diretamente ou por intermédio de terceiros por ele escolhido. Se rejeitados, deverão ser substituídos imediatamente pela Contratada, sem quaisquer ônus para a Contratante.

5.4 – Os produtos a serem fornecidos devem ser livres de impurezas, estando sujeitos ao controle de qualidade do Contratante diretamente ou por intermédio de terceiros, durante toda a execução do Contrato, sendo rejeitados os produtos não aprovados ou que se apresentarem impróprios para o consumo, os quais deverão ser imediatamente substituídos pelo fornecedor, sem qualquer custo adicional.

5.5 – A Contratada, mesmo não sendo a fabricante da matéria-prima empregada na fabricação de seu produto, responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade deste, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta.

5.6 – O aceite do(s) produto(s) pela Contratante, não exclui a responsabilidade civil da Contratada por vícios de quantidade ou qualidade do produto ou disparidade com as especificações técnicas exigidas no edital ou atribuídas pela Contratada, verificados posteriormente, garantindo-se à Contratante as faculdades previstas no artigo 18, da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

5.7 – O(s) objeto(s) cotado(s) deverá(ão) atender a legislação a ele(s) pertinente(s).

5.8 – As quantidades licitadas são estimativas, podendo a contratante requisitar quantidades maiores ou menores conforme a efetiva necessidade, respeitando-se os limites da Lei.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO/ALTERAÇÃO

6.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de 6 (seis) meses, com início na data de sua assinatura, prorrogável por períodos sucessivos, enquanto perdurar a necessidade de enfrentamento dos efeitos da situação de emergência de saúde pública de importância internacional;

6.2. O contrato poderá ser acrescido ou suprimido em até 50% (cinquenta por cento) do valor inicial atualizado do contrato (art. 4º-I, da Lei nº 13.979).

CLÁUSULA SÉTIMA - DA ALTERAÇÃO DOS PREÇOS

7.1 - Os preços contratados não serão alterados.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

8.1 - A rescisão do Contrato poderá ser efetuada conforme determina o artigo 79 e acarretar as consequências previstas no artigo 80, pelos motivos previstos nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8666/93 e alterações posteriores.

8.2 - O Presente Contrato poderá ser rescindido a critério da CONTRATANTE, sem que à Contratada caiba qualquer indenização, ou, reclamação, nos seguintes casos:

8.2.2 - Inobservância das especificações acordadas e/ou rejeição dos serviços prestados;

8.2.3 - Inadimplência de qualquer cláusula contratual e/ou da proposta ofertada;

8.2.4 - Falência, liquidação judicial ou extrajudicial, concordata preventiva da fornecedora, requeridas, homologadas ou decretadas;

8.2.5 - A Contratada, reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa, prevista no art. 77, da Lei 8.666/93, bem como Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, no Decreto Estadual nº 2.617, de 16 de setembro de 2009.

CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO

9.1 - A fiscalização do contrato será exercida por um representante da CONTRATANTE, indicado pela unidade e identificado no contrato/ata, a quem competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato;

9.2 - A CONTRATANTE se reserva o direito de rejeitar no todo ou em parte os produtos entregues, se em desacordo com o contrato;

9.3 - A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui, nem reduz, a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, resultante de imperfeições técnicas ou utilização de material de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implicará a responsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos. (Art. 70 da lei 8.666/93).

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES E SANÇÕES

10.1 - As empresas que não cumprirem as obrigações assumidas na fase licitatória e/ou de execução do contrato estão sujeitas às seguintes sanções:

a) advertência;

b) multa;

c) suspensão temporária, não superior a 5 (cinco) anos, na modalidade de pregão, e não superior a 2 (dois) anos para as demais modalidades, aplicada segundo a natureza e a gravidade da falta cometida; e

d) declaração de inidoneidade para licitar com a Administração Pública;

10.2 - A advertência será emitida pela Administração, quando o contratado descumprir qualquer obrigação;

10.3 - A multa será imposta à contratada pelo atraso injustificado na entrega ou execução do contrato, de acordo com as alíquotas a seguir:

a) 0,33 % (zero, trinta e três por cento) por dia de atraso, na entrega do objeto ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9% (nove, nove por cento);

b) 10 % (dez por cento) em caso de não entrega do objeto ou não conclusão do serviço ou rescisão do contrato por culpa da contratada, calculado sobre a parte inadimplente;

c) até 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega;

10.3.1 - O valor da multa e/ou custas de depósito será deduzido dos créditos ou garantias da empresa, ou cobrado administrativa ou judicialmente;

10.3.2 - Sempre que a multa ultrapassar os créditos da contratada e/ou garantias, o valor excedente será encaminhado à cobrança extrajudicial ou judicial;

10.3.3 - O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do serviço;

10.3.4 - A multa será aplicada quando o atraso for superior a cinco dias;

10.3.5 - A aplicação da multa não impede que sejam aplicadas outras penalidades;

10.4 - A suspensão impossibilitará a participação da empresa em licitações e/ou contratos, ficando suspenso o seu registro cadastral no Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina/SEA, de acordo com os prazos a seguir:

- a) por até 30 (trinta) dias, quando aplicada a pena de advertência emitida pela Administração e a empresa permanecer inadimplente;
- b) por até 90 (noventa) dias, quando a empresa interessada solicitar cancelamento da proposta após a abertura e antes do resultado do julgamento;
- c) por até 12 (doze) meses, quando a empresa adjudicada se recusar a retirar a autorização de fornecimento ou assinar o contrato;
- d) por até 12 (doze) meses, quando a empresa adjudicada motivar a rescisão total ou parcial da autorização de fornecimento e/ou do contrato;
- e) por até 12 (doze) meses, quando a empresa praticar atos que claramente visem à frustração dos objetivos da licitação;
- f) por até 24 (vinte e quatro) meses, quando a empresa apresentar documentos fraudulentos nas licitações;
- g) por até 5 (cinco) anos quando, na modalidade de pregão, a fornecedora convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, que não celebrar o contrato, que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, que ensejar o retardamento da execução de seu objeto, que não mantiver a proposta, que falhar ou fraudar na execução do contrato, que se comportar de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios; e
- h) até a realização do pagamento, quando a empresa receber qualquer das multas previstas no item anterior.

10.4.1 - A penalidade de suspensão aplicada pela Administração, publicada no Diário Oficial do Estado, implicará na suspensão da fornecedora junto ao Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina/SEA;

10.4.2 - A suspensão do direito de licitar poderá ser ampliada até o dobro, em caso de reincidência;

10.5 - A declaração de inidoneidade será aplicada pelo Secretário de Estado da Administração – SEA;

10.5.1 - A declaração de inidoneidade permanecerá em vigor enquanto perdurarem os motivos que determinaram a punibilidade ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que a aplicou;

10.5.2 - A declaração de inidoneidade terá seus efeitos extensivos a toda Administração Pública;

10.6 - As empresas que apresentarem documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados, ou que por quaisquer outros meios praticarem atos irregulares ou ilegalidades para obtenção do registro no Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina/SEA, estarão sujeitas às seguintes penalidades:

- a) suspensão temporária do Certificado de Cadastro de Fornecedores - CCF ou da obtenção do registro, por até 5 (cinco) anos na modalidade de pregão e até 2 (dois) anos para as demais modalidades, dependendo da natureza e gravidade dos fatos; e
- b) declaração de inidoneidade, nos termos do artigo anterior.

10.7 - As sanções previstas neste edital poderão também ser aplicadas às empresas ou profissionais que:

- a) tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos; e
- b) tenham praticado atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;

10.8 - Compete à Assessoria Jurídica da SES/SUC, após análise a indicação das penalidades previstas neste edital e legislação vigente, cuja aplicação dependerá da homologação da autoridade competente do órgão ou entidade;

10.9 - É facultado à interessada interpor recurso contra a aplicação das penalidades previstas neste edital, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, que será dirigido à autoridade competente do órgão ou entidade;

10.10 - As penalidades aplicadas serão registradas na Secretaria de Estado da Administração/ Diretoria de Gestão de Materiais e Serviços – DGMS, no Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina/SEA;

10.10.1 - Homologadas e publicadas as penalidades, a Administração as encaminhará ao Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina/ SEA, para registro.

PARÁGRAFO ÚNICO - As multas pecuniárias aqui estabelecidas serão recolhidas na Tesouraria da Secretaria de Estado da Saúde, situada no 9º (nono) andar do Edifício Halley, na Rua Esteves Júnior, 160, Centro, Florianópolis, SC.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PRÁTICAS FRAUDULENTAS E DE CORRUPÇÃO

11 - As partes, por seus agentes públicos ou por seus sócios, acionistas, administradores e colaboradores: I – declaram que têm conhecimento das normas previstas na legislação, entre as quais nas Leis nºs 8.429/1992 e 12.846/2013, seus regulamentos e eventuais outras aplicáveis;

II – comprometem-se em não adotar práticas ou procedimentos que se enquadrem nas hipóteses previstas nas leis e regulamentos mencionados no inciso anterior e se comprometem em exigir o mesmo pelos terceiros por elas contratados;

III – comprometem-se em notificar à Controladoria-Geral do Estado qualquer irregularidade que tiverem conhecimento acerca da execução do contrato;

IV – declaram que têm ciência que a violação de qualquer das obrigações previstas na Instrução Normativa conjunta CGE/SEA nº 01/2020, além de outras, é causa para a rescisão unilateral do contrato, sem prejuízo da cobrança das perdas e danos, inclusive danos potenciais, causados à parte inocente e das multas pactuadas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

12.1 - A Contratada não poderá subcontratar, ceder ou transferir total ou parcialmente o objeto do contrato a terceiros ou a eles associar-se sem prévia autorização da Contratante sob pena da imediata rescisão do contrato e demais sanções aplicáveis Lei Federal nº 8666/93.

12.2 - Farão parte integrante deste contrato todos os elementos apresentados pela licitante vencedora que tenham servido de base à presente licitação, bem como, as condições estabelecidas neste Edital e Anexos.

12.3 - No caso de recusa ou demora no atendimento a qualquer reclamação independente das sanções cabíveis, a CONTRATANTE poderá confiar a outrem a execução do contrato, descontando o seu custo de uma só vez, no primeiro pagamento a ser feito, sem que a em presa vencedora possa impugnar o seu valor.

12.4 - A tolerância de qualquer das partes, relativa às infrações cometidas contra disposições deste Contrato, não exime o infrator de ver exigido, a qualquer tempo, seu cumprimento integral.

12.5 - A Contratada se obriga a manter as condições de habilitação e qualificação durante a vigência deste contrato, sob pena da aplicação do disposto na Cláusula Décima;

12.6 - O presente contrato é regido pela pelo Decreto Estadual nº 2.617, de 16 de setembro de 2009, pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações e pela Lei Federal nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020;

12.7 - Fica eleito o Foro da Comarca de Florianópolis, Capital do Estado de Santa Catarina, para dirimir eventuais litígios oriundos do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento perante duas testemunhas abaixo assinadas.

CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. _____

2. _____



Código para verificação: **OLO24M62**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



JORGE EDUARDO TASCA em 11/01/2021 às 13:24:56

Emitido por: "SGP-e", emitido em 01/10/2019 - 11:38:00 e válido até 01/10/2119 - 11:38:00.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U0VTXzcwNTIfMDAxMzE1OTdfMTM0NDk1XzlwMjBfT0xPMjRNNjl=> ou o site <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SES 00131597/2020** e o código **OLO24M62** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÕES E CONTRATAÇÕES DESTINADAS
ENFRENTAMENTO DA COVID19 - PORTARIA N.º163, de 06/05/2020

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0013/2021
PROCESSO SES 131597/2020

1 - OBJETO: Aquisição de luvas de procedimento P – enfrentamento do Covid19.

2 – UNIDADE INTERESSADA: Secretaria de Estado da Saúde/Gerência de Bens Regulares.

3 – FORMA DE CONTRATAÇÃO: A presente Dispensa de Licitação será efetivada por meio da emissão de Contrato de Fornecimento:

ITEM	QTDADE	EMPRESA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01 - Luva de procedimento descartável tamanho pequeno (P), em nitrilica, isenta de látex, não estéril, isenta de talco, formato anatômico, ambidestra, resistente a tração, descartável, uso único, macio, isento de agentes alergizantes, resíduos e impurezas, embalada em caixas contendo 100 peças, com abertura manual de fácil manuseio, contendo dados de identificação, procedência, validade, número do lote, selo de conformidade apresentar certificado de aprovação MT, as luvas devem ser armazenadas e transportadas em condições que evitem a possibilidade de afetar a integridade, em especial calor, a umidade e a luz. Em conformidade a RDC nº 55 de 04 de novembro de 2011, portaria nº 332, de 26 de julho de 2012 e portaria nº 451, de 31 de agosto de 2012. Apresentar certificado de aprovação TEM.	905.260	Cremer S.A.	R\$ 0,7604	R\$ 688.359,70

4 - DESPESAS: A presente Dispensa de Licitação implicará em uma despesa total de **R\$ 688.359,70** (Seiscentos e oitenta e oito mil, trezentos e cinquenta e nove reais e setenta centavos).

5 - FUNDAMENTO DA DISPENSA:

Lei n.º 8.666/93

Art. 24 - É Dispensável de Licitação:

IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública quando caracterizada a urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos.

6 – JUSTIFICATIVA:

O Plano Nacional de Contingência para Infecção Humana pelo Coronavírus 2019, emitido pelo Ministério da Saúde, o qual norteia as ações a serem implementadas pelas Secretarias de Saúde, inclui ações que visam a reorganização e ampliação da rede hospitalar. Nesse sentido, as ampliações dos leitos da rede hospitalar estadual seguem o alerta para as classificações de risco - Alerta, Perigo Iminente e Emergência em Saúde Pública. O estado de Santa Catarina encontra-se no nível de Emergência em Saúde Pública, indicado em duas situações, conforme estabelecido pelo Ministério da Saúde: a) quando há confirmação de transmissão local do primeiro caso de Coronavírus amplamente divulgado no território nacional; e b) reconhecimento de declaração de Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

Segundo o Plano de Contingência do Ministério da Saúde, o nível de Emergência está organizado em duas fases, fase de contenção e de mitigação.

O estado de Santa Catarina encontra-se na fase da mitigação, que tem início a partir do registro de 100 casos confirmados. Nesta fase, segundo o Ministério da Saúde, é preciso estar atento à possibilidade de superação da capacidade de resposta hospitalar para atendimento dos casos graves.

Especialistas do mundo todo têm destacado a necessidade de equipamentos de proteção individual e coletivos para profissionais da saúde, que, por estarem em contato direto com o vírus, estão expostos ao risco. A Anvisa atualizou as orientações destinadas aos serviços de saúde sobre as medidas de prevenção e controle que devem ser adotadas na assistência aos casos suspeitos ou confirmados de infecção pelo novo coronavírus (Covid-19). Ainda, de acordo com o estabelecido na Norma Regulamentadora Nº 6 (NR-6) da Portaria 3.214/78 MTB, considera-se equipamento de proteção individual (EPI), todo dispositivo ou produto de uso individual utilizado pelo trabalhador, destinado à proteção aos riscos suscetíveis de ameaçar a segurança e a saúde no trabalho.

O Conselho Federal de Enfermagem (Cofen) publicou uma série de diretrizes, entre elas a importância da utilização dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs). As condutas informadas têm como base o que preconizam as orientações da Organização Mundial de Saúde (OMS) e do Ministério da Saúde, bem como as secretarias municipais e Estadual de Saúde. Entre os equipamentos apontados como indispensáveis estão as luvas de procedimento. Salienta-se que conforme informação da Secretaria de Estado da Saúde, o estoque encontra-se comprometido.

Dessa forma, diante de todo o exposto, ante a imprescindibilidade dos itens e de acordo com a Requisição 326/2020, justifica-se a aquisição de luvas de procedimento. No âmbito legal, verifica-se a hipótese de realização da contratação direta, através de Dispensa de Licitação.

Passado um ano, o Governo do Estado constatou, em 24/02/2021, que há 652.895 casos confirmados de infecção pelo coronavírus em Santa Catarina, dos quais 615.011 estão recuperados e 30.770 permanecem em acompanhamento. A Covid-19 causou 7.114 óbitos no estado desde o início da pandemia. Esses números colocam a taxa de letalidade em 1,09%.

Na comparação com o boletim anterior, verifica-se um acréscimo de 1.281 no número de casos ativos e 70 óbitos adicionais registrados. A quantidade de casos confirmados cresceu 4.878 e outras 3.527 pessoas passaram a ser consideradas recuperadas.

Já foram confirmados casos em todos os 295 municípios catarinenses e 276 cidades registraram pelo menos um óbito. Estima-se que haja casos ativos em 291. O local com a maior quantidade de casos é Joinville, que contabiliza 61.064 casos. Em seguida, estão Florianópolis (57.114), Blumenau (34.744), São José (25.101), Chapecó (22.678), Criciúma (22.260), Palhoça (19.077), Balneário Camboriú (18.347), Itajaí (17.223) e Brusque (16.838).

Por fim, após apreciação jurídica, restou emitido o Parecer Jurídico nº 184/2021/COJUR/SEA/SC, de 03 de março de 2021, opinando pela admissibilidade de dispensa de licitação no presente caso.

7 – RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR E JUSTIFICATIVA DO PREÇO:

Foi publicado edital de cotação de preços n. 0013/21 no Portal de Compras do Estado de Santa Catarina, tendo sido apresentadas 02 propostas. Estas foram encaminhadas à equipe técnica da Secretaria de Estado da Saúde que se manifestou consoante parecer instruído nos autos. Salienta-se que em virtude do aumento de valor, foram procedidas negociações via contato telefônico e e-mail com as empresas cotadoras e as que apresentaram orçamento anteriormente, os quais restam comprovados nos autos, a fim de buscar um melhor valor, sem que no entanto, nenhuma das empresas acatasse. Reiterada a negociação em momento atual junto ao fornecedor que apresentou menor valor, foi renegociado o valor, tendo sido considerado aceitável. Foram verificadas as condições de habilitação do fornecedor que apresentou a menor proposta, considerando-o habilitado.

SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO:

1 – Ciente

2 - Em vista da necessidade da aquisição do objeto supracitado, e com os poderes a mim conferidos resolvo HOMOLOGAR a Dispensa de Licitação nº 0013/2021 aprovada pela Assessoria Jurídica por meio do Parecer nos autos do processo SES 131597/2020 e autorizar a despesa supracitada.

3 - Para prosseguimento.

Jorge Eduardo Tasca
Secretário de Estado da Administração
(assinado digitalmente)

ANEXO

MINUTA DE CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº: ____/____

Termo de Contrato de Fornecimento celebrado entre o ESTADO DE SANTA CATARINA, através da Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde e a empresa, autorizado através do Processo SES nº 131597/2020, Cotação de Preços SEA n.º 0013/2021 e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e demais legislações aplicáveis.

CONTRATANTE:	Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde
C.N.P.J. N.º:	80.673.411/0001-87
Endereço: (sede)	Rua Esteves Júnior, 160 - Ed. Halley - Centro – Florianópolis – SC
Representada por:	

Contratada:	
C.N.P.J. N.º:	
Endereço:	
Representada por:	

GESTOR:	
Função:	
Unidade:	

FISCAL:	
Função:	
Unidade:	

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO, ESPECIFICAÇÃO E QUANTIDADE

1.1 - O Presente Contrato tem por objetivo a aquisição pela CONTRATANTE e o fornecimento pela CONTRATADA, **de luvas de procedimento – enfrentamento do Covid19**, para a Secretaria de Estado da Saúde.

1.2 – Este Termo de Contrato vincula-se à proposta vencedora, independentemente de sua transcrição.

ITEM	QTDDE
01 - Luva de procedimento descartável tamanho pequeno (P), em nitrilica, isenta de látex, não estéril, isenta de talco, formato anatômico, ambidestra, resistente a tração, descartável, uso único, macio, isento de agentes alergizantes, resíduos e impurezas, embalada em caixas contendo 100 peças, com abertura manual de fácil manuseio, contendo dados de identificação, procedência, validade, número do lote, selo de conformidade apresentar certificado de aprovação MT, as luvas devem ser armazenadas e transportadas em condições que evitem a possibilidade de afetar a integridade, em especial calor, a umidade e a luz. Em conformidade a RDC nº 55 de 04 de novembro de 2011, portaria nº 332, de 26 de julho de 2012 e portaria nº 451, de 31 de agosto de 2012. Apresentar certificado de aprovação TEM.	905.260

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1 - A CONTRATADA obriga-se a fornecer o objeto deste instrumento, especificado(s) e quantificado(s) na cláusula primeira, ao preço líquido, CIF aproximado de R\$..... (.....) considerando sua proposta de preços;

2.2 - As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta da dotação orçamentária:

2.2.1 - Projeto/Atividade:

2.2.2 - Elemento Despesa:

2.2.3 - Unidade Orçamentária:

2.3 - A CONTRATADA deverá mencionar na respectiva Nota Fiscal/Fatura informações sobre o produto, tais como: a MARCA sob o qual o mesmo é comercializado, Fabricante, Apresentação, País de Origem, o número

Certificado de Registro do Produto junto ao Ministério da Saúde, o número do lote e o prazo de validade do produto. Além de mencionar o número do Contrato, do Processo e da Autorização de Fornecimento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PAGAMENTO

3.1 - A SES efetuará o pagamento em 20 (vinte) dias após o recebimento e aceite do material com a respectiva Nota Fiscal/Fatura ou documento legalmente equivalente, observado o cumprimento integral das disposições contidas neste edital;

3.1.1 - Caso o vencimento do prazo de pagamento da Nota Fiscal/Fatura ocorra fora do calendário semanal ou de expediente bancário, o pagamento será efetuado na próxima data do calendário, imediatamente posterior ao vencimento, não incidindo qualquer compensação financeira neste período;

3.1.2 - O fornecedor ou prestador de serviços ao Estado que optar por receber seu pagamento em outras instituições que não o Banco do Brasil, ficará responsável pelo custo da tarifa bancária referente à respectiva transferência de valores entre Bancos, uma vez que os pagamentos efetuados pelo Estado são efetuados prioritariamente pelo Banco do Brasil.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO E DO LOCAL DE ENTREGA

4.1 - O prazo de entrega será de até 10 (dez) dias após o recebimento da Autorização de Fornecimento ou documento equivalente;

4.2 - A entrega será efetuada diretamente na Secretaria de Estado da Saúde, Rua Judite Melo dos Santos, 258, galpão 06, bairro Nova São José -Área Industrial, São José/SC, nas quantidades constantes na Autorização de Fornecimento;

4.3 - A Contratada somente irá fornecer os materiais constantes nos Anexos do presente instrumento e nas quantidades estipuladas;

4.4 - A Contratada deverá manter um controle rigoroso das quantidades fornecidas para que as mesmas não ultrapassem o estipulado nos Anexos.

CLÁUSULA QUINTA - DO RECEBIMENTO DO OBJETO

5.1 - A entrega do objeto desta licitação deverá ser efetuada na Secretaria de Estado da Saúde, Rua Judite Melo dos Santos, 258, galpão 06, bairro Nova São José -Área Industrial, São José/SC, nas quantidades constantes na Autorização de Fornecimento, correndo por conta da Contratada as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento;

5.1.1 – O material deverá indicar na embalagem a razão social da Contratada, o número deste Contrato, o número da nota fiscal e o número da Autorização de Fornecimento.

5.1.2 – Quando da entrega, o produto deverá estar em perfeitas condições para ser consumido, e as embalagens intactas (não danificadas).

5.1.3 – O produto entregue deverá ser novo, entendido como tal, de primeira utilização.

5.2 – Para os produtos em que é exigido pela legislação vigente prazo de validade, o mesmo deverá constar na embalagem.

5.3 – A Contratante reserva-se o direito de a qualquer tempo, previamente ao aceite, ou durante o prazo de garantia do objeto ofertado e entregue, proceder a análise técnica e de qualidade do objeto, diretamente ou por intermédio de terceiros por ele escolhido. Se rejeitados, deverão ser substituídos imediatamente pela Contratada, sem quaisquer ônus para a Contratante.

5.4 – Os produtos a serem fornecidos devem ser livres de impurezas, estando sujeitos ao controle de qualidade do Contratante diretamente ou por intermédio de terceiros, durante toda a execução do Contrato, sendo rejeitados os produtos não aprovados ou que se apresentarem impróprios para o consumo, os quais deverão ser imediatamente substituídos pelo fornecedor, sem qualquer custo adicional.

5.5 – A Contratada, mesmo não sendo a fabricante da matéria-prima empregada na fabricação de seu produto, responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade deste, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções,

resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta.

5.6 – O aceite do(s) produto(s) pela Contratante, não exclui a responsabilidade civil da Contratada por vícios de quantidade ou qualidade do produto ou disparidade com as especificações técnicas exigidas no edital ou atribuídas pela Contratada, verificados posteriormente, garantindo-se à Contratante as faculdades previstas no artigo 18, da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

5.7 – O(s) objeto(s) cotado(s) deverá(ão) atender a legislação a ele(s) pertinente(s).

5.8 – As quantidades licitadas são estimativas, podendo a contratante requisitar quantidades maiores ou menores conforme a efetiva necessidade, respeitando-se os limites da Lei.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO/ALTERAÇÃO

6.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de 6 (seis) meses, com início na data de sua assinatura, prorrogável por períodos sucessivos, enquanto perdurar a necessidade de enfrentamento dos efeitos da situação de emergência de saúde pública de importância internacional;

6.2. O contrato poderá ser acrescido ou suprimido em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato (art. 4º-I, da Lei n.º 13.979).

CLÁUSULA SÉTIMA - DA ALTERAÇÃO DOS PREÇOS

7.1 - Os preços contratados não serão alterados.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

8.1 - A rescisão do Contrato poderá ser efetuada conforme determina o artigo 79 e acarretar as consequências previstas no artigo 80, pelos motivos previstos nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8666/93 e alterações posteriores.

8.2 - O Presente Contrato poderá ser rescindido a critério da CONTRATANTE, sem que à Contratada caiba qualquer indenização, ou, reclamação, nos seguintes casos:

8.2.2 - Inobservância das especificações acordadas e/ou rejeição dos serviços prestados;

8.2.3 - Inadimplência de qualquer cláusula contratual e/ou da proposta ofertada;

8.2.4 - Falência, liquidação judicial ou extrajudicial, concordata preventiva da fornecedora, requeridas, homologadas ou decretadas;

8.2.5 - A Contratada, reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa, prevista no art 77, da Lei 8.666/93, bem como Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, no Decreto Estadual nº 2.617, de 16 de setembro de 2009.

CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO

9.1 - A fiscalização do contrato será exercida por um representante da CONTRATANTE, indicado pela unidade e identificado no contrato/ata, a quem competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato;

9.2 - A CONTRATANTE se reserva o direito de rejeitar no todo ou em parte os produtos entregues, se em desacordo com o contrato;

9.3 - A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui, nem reduz, a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, resultante de imperfeições técnicas ou utilização de material de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implicará a responsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos. (Art. 70 da lei 8.666/93).

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES E SANÇÕES

10.1 - As empresas que não cumprirem as obrigações assumidas na fase licitatória e/ou de execução do contrato estão sujeitas às seguintes sanções:

a) advertência;

b) multa;

c) suspensão temporária, não superior a 5 (cinco) anos, na modalidade de pregão, e não superior a 2 (dois) anos para as demais modalidades, aplicada segundo a natureza e a gravidade da falta cometida; e

d) declaração de inidoneidade para licitar com a Administração Pública;

10.2 - A advertência será emitida pela Administração, quando o contratado descumprir qualquer obrigação;

10.3 - A multa será imposta à contratada pelo atraso injustificado na entrega ou execução do contrato, de acordo com as alíquotas a seguir:

a) 0,33 % (zero, trinta e três por cento) por dia de atraso, na entrega do objeto ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9% (nove, nove por cento);

b) 10 % (dez por cento) em caso de não entrega do objeto ou não conclusão do serviço ou rescisão do contrato por culpa da contratada, calculado sobre a parte inadimplente;

c) até 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega;

10.3.1 - O valor da multa e/ou custas de depósito será deduzido dos créditos ou garantias da empresa, ou cobrado administrativa ou judicialmente;

10.3.2 - Sempre que a multa ultrapassar os créditos da contratada e/ou garantias, o valor excedente será encaminhado à cobrança extrajudicial ou judicial;

10.3.3 - O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do serviço;

10.3.4 - A multa será aplicada quando o atraso for superior a cinco dias;

10.3.5 - A aplicação da multa não impede que sejam aplicadas outras penalidades;

10.4 - A suspensão impossibilitará a participação da empresa em licitações e/ou contratos, ficando suspenso o seu registro cadastral no Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina/SEA, de acordo com os prazos a seguir:

a) por até 30 (trinta) dias, quando aplicada a pena de advertência emitida pela Administração e a empresa permanecer inadimplente;

b) por até 90 (noventa) dias, quando a empresa interessada solicitar cancelamento da proposta após a abertura e antes do resultado do julgamento;

c) por até 12 (doze) meses, quando a empresa adjudicada se recusar a retirar a autorização de fornecimento ou assinar o contrato;

d) por até 12 (doze) meses, quando a empresa adjudicada motivar a rescisão total ou parcial da autorização de fornecimento e/ou do contrato;

e) por até 12 (doze) meses, quando a empresa praticar atos que claramente visem à frustração dos objetivos da licitação;

f) por até 24 (vinte e quatro) meses, quando a empresa apresentar documentos fraudulentos nas licitações;

g) por até 5 (cinco) anos quando, na modalidade de pregão, a fornecedora convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, que não celebrar o contrato, que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, que ensejar o retardamento da execução de seu objeto, que não mantiver a proposta, que falhar ou fraudar na execução do contrato, que se comportar de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios; e

h) até a realização do pagamento, quando a empresa receber qualquer das multas previstas no item anterior.

10.4.1 - A penalidade de suspensão aplicada pela Administração, publicada no Diário Oficial do Estado, implicará na suspensão da fornecedora junto ao Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina/SEA;

10.4.2 - A suspensão do direito de licitar poderá ser ampliada até o dobro, em caso de reincidência;

10.5 - A declaração de inidoneidade será aplicada pelo Secretário de Estado da Administração – SEA;

10.5.1 - A declaração de inidoneidade permanecerá em vigor enquanto perdurarem os motivos que determinaram a punibilidade ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que a aplicou;

10.5.2 - A declaração de inidoneidade terá seus efeitos extensivos a toda Administração Pública;

10.6 - As empresas que apresentarem documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados, ou que por quaisquer outros meios praticarem atos irregulares ou ilegalidades para obtenção do registro no Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina/SEA, estarão sujeitas às seguintes penalidades:

a) suspensão temporária do Certificado de Cadastro de Fornecedores - CCF ou da obtenção do registro, por até 5 (cinco) anos na modalidade de pregão e até 2 (dois) anos para as demais modalidades, dependendo da natureza e gravidade dos fatos; e

b) declaração de inidoneidade, nos termos do artigo anterior.

10.7 - As sanções previstas neste edital poderão também ser aplicadas às empresas ou profissionais que:

a) tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos; e

b) tenham praticado atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;

10.8 - Compete à Assessoria Jurídica da SES/SUC, após análise a indicação das penalidades previstas neste edital e legislação vigente, cuja aplicação dependerá da homologação da autoridade competente do órgão ou entidade;

10.9 - É facultado à interessada interpor recurso contra a aplicação das penalidades previstas neste edital, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, que será dirigido à autoridade competente do órgão ou entidade;

10.10 - As penalidades aplicadas serão registradas na Secretaria de Estado da Administração/ Diretoria de Gestão de Materiais e Serviços – DGMS, no Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina/SEA;

10.10.1 - Homologadas e publicadas as penalidades, a Administração as encaminhará ao Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina/ SEA, para registro.

PARÁGRAFO ÚNICO - As multas pecuniárias aqui estabelecidas serão recolhidas na Tesouraria da Secretaria de Estado da Saúde, situada no 9º (nono) andar, na Rua Esteves Júnior, 160, Centro, Florianópolis, SC.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PRÁTICAS FRAUDULENTAS E DE CORRUPÇÃO

11 - As partes, por seus agentes públicos ou por seus sócios, acionistas, administradores e colaboradores: I – declaram que têm conhecimento das normas previstas na legislação, entre as quais nas Leis nºs 8.429/1992 e 12.846/2013, seus regulamentos e eventuais outras aplicáveis;

II – comprometem-se em não adotar práticas ou procedimentos que se enquadrem nas hipóteses previstas nas leis e regulamentos mencionados no inciso anterior e se comprometem em exigir o mesmo pelos terceiros por elas contratados;

III – comprometem-se em notificar à Controladoria-Geral do Estado qualquer irregularidade que tiverem conhecimento acerca da execução do contrato;

IV – declaram que têm ciência que a violação de qualquer das obrigações previstas na Instrução Normativa conjunta CGE/SEA nº 01/2020, além de outras, é causa para a rescisão unilateral do contrato, sem prejuízo da cobrança das perdas e danos, inclusive danos potenciais, causados à parte inocente e das multas pactuadas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

12.1 - A Contratada não poderá subcontratar, ceder ou transferir total ou parcialmente o objeto do contrato a terceiros ou a eles associar-se sem prévia autorização da Contratante sob pena da imediata rescisão do contrato e demais sanções aplicáveis Lei Federal nº 8666/93.

12.2 - Farão parte integrante deste contrato todos os elementos apresentados pela licitante vencedora que tenham servido de base à presente licitação, bem como, as condições estabelecidas neste Edital e Anexos.

12.3 - No caso de recusa ou demora no atendimento a qualquer reclamação independente das sanções cabíveis, a CONTRATANTE poderá confiar a outrem a execução do contrato, descontando o seu custo de uma só vez, no primeiro pagamento a ser feito, sem que a em presa vencedora possa impugnar o seu valor.

12.4 - A tolerância de qualquer das partes, relativa às infrações cometidas contra disposições deste Contrato, não exime o infrator de ver exigido, a qualquer tempo, seu cumprimento integral.

12.5 - A Contratada se obriga a manter as condições de habilitação e qualificação durante a vigência deste contrato, sob pena da aplicação do disposto na Cláusula Décima;

12.6 - O presente contrato é regido pela pelo Decreto Estadual nº 2.617, de 16 de setembro de 2009, pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações e pela Lei Federal nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020;

12.7 - Fica eleito o Foro da Comarca de Florianópolis, Capital do Estado de Santa Catarina, para dirimir eventuais litígios oriundos do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento perante duas testemunhas abaixo assinadas.

CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. _____

2. _____



Código para verificação: **H4BY09V9**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



JORGE EDUARDO TASCA em 04/03/2021 às 14:48:10

Emitido por: "SGP-e", emitido em 01/10/2019 - 11:38:00 e válido até 01/10/2119 - 11:38:00.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U0VTXzcwNTIfMDAxMzE1OTdfMTM0NDk1XzlwMjBfSDRCWTA5Vjk=> ou o site <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SES 00131597/2020** e o código **H4BY09V9** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 161/2021

Termo de Contrato de Fornecimento celebrado entre o ESTADO DE SANTA CATARINA, através da Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde e a empresa **Cremer S.A**, autorizado através do Processo SES nº 131597/2020, Cotação de Preços SEA n.º 0013/2021 e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e demais legislações aplicáveis.

CONTRATANTE: Secretaria de Estado da Saúde /Fundo Estadual de Saúde
CNPJ: 80.673.411/0001-87
Endereço: Rua Esteves Júnior, 160 - Ed. Halley – Centro – Florianópolis – SC – CEP 88.015-130
Representada por: Superintendente de Gestão Administrativa

CONTRATADA: Cremer S.A
CNPJ: 82.641.325/0043-77
Endereço: Rua Bertolina May Kechele, nº 125, bairro Mulde – Indaial / SC – CEP 89.130-000
Representada por: Adriane Patricia Felipe de Mattos

GESTOR: Gerência de Bens Regulares (GEBER)

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO, ESPECIFICAÇÃO E QUANTIDADE

1.1 - O Presente Contrato tem por objetivo a aquisição pela CONTRATANTE e o fornecimento pela CONTRATADA, **de luvas de procedimento – enfrentamento do Covid19**, para a Secretaria de Estado da Saúde.

1.2 – Este Termo de Contrato vincula-se à proposta vencedora, independentemente de sua transcrição.

Item	Código	Descrição do Material	QT	Preço Unitário	Preço Total
01	9598027	Luva de procedimento descartável tamanho pequeno (P), em nitrílica, isenta de látex, não estéril, isenta de talco, formato anatômico, ambidestra, resistente a tração, descartável, uso único, macio, isento de agentes alergizantes, resíduos e impurezas, embalada em caixas contendo 100 peças, com abertura manual de fácil manuseio, contendo dados de identificação, procedência, validade, número do lote, selo de conformidade apresentar certificado de aprovação MT, as luvas devem ser armazenadas e transportadas em condições que evitem a possibilidade de afetar a integridade, em especial calor, a umidade e a luz. Em conformidade a RDC nº 55 de 04 de novembro de 2011, portaria nº 332, de 26 de julho de 2012 e portaria nº 451, de 31 de agosto de 2012. Apresentar certificado de aprovação TEM.	905260	R\$ 0,7604	R\$ 688.359,70



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

		APRESENTAÇÃO: CAIXA COM 10 CARTUCHOS COM 100UN PROCEDÊNCIA: IMPORTADA FABRICANTE: HARTALEGA NGC SDN. BHD. - MALÁSIAMARCA: MEDIX Cadastro ANVISA:80495510019 Certificadode Aprovação (CA) MTE:3994			
--	--	---	--	--	--

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1 - A CONTRATADA obriga-se a fornecer o objeto deste instrumento, especificado(s) e quantificado(s) na cláusula primeira, ao preço líquido, CIF aproximado de **R\$ 688.359,70** (seiscentos e oitenta e oito mil, trezentos e cinquenta e nove reais e setenta centavos), considerando sua proposta de preços;

2.2 - As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta da dotação orçamentária:

2.2.1 - Projeto/Atividade:

2.2.2 - Elemento Despesa:

2.2.3 - Unidade Orçamentária:

2.3 - A CONTRATADA deverá mencionar na respectiva Nota Fiscal/Fatura informações sobre o produto, tais como: a MARCA sob o qual o mesmo é comercializado, Fabricante, Apresentação, País de Origem, o número Certificado de Registro do Produto junto ao Ministério da Saúde, o número do lote e o prazo de validade do produto. Além de mencionar o número do Contrato, do Processo e da Autorização de Fornecimento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PAGAMENTO

3.1 - A SES efetuará o pagamento em 20 (vinte) dias após o recebimento e aceite do material com a respectiva Nota Fiscal/Fatura ou documento legalmente equivalente, observado o cumprimento integral das disposições contidas neste edital;

3.1.1 - Caso o vencimento do prazo de pagamento da Nota Fiscal/Fatura ocorra fora do calendário semanal ou de expediente bancário, o pagamento será efetuado na próxima data do calendário, imediatamente posterior ao vencimento, não incidindo qualquer compensação financeira neste período;

3.1.2 - O fornecedor ou prestador de serviços ao Estado que optar por receber seu pagamento em outras instituições que não o Banco do Brasil, ficará responsável pelo custo da tarifa bancária referente à respectiva transferência de valores entre Bancos, uma vez que os pagamentos efetuados pelo Estado são efetuados prioritariamente pelo Banco do Brasil.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO E DO LOCAL DE ENTREGA

4.1 - O prazo de entrega será de até 10 (dez) dias após o recebimento da Autorização de Fornecimento ou documento equivalente;

4.2 - A entrega será efetuada diretamente na Secretaria de Estado da Saúde, Rua Judite Melo dos Santos, 258, galpão 06, bairro Nova São José -Área Industrial, São José/SC, nas quantidades constantes na Autorização de Fornecimento;

4.3 - A Contratada somente irá fornecer os materiais constantes nos Anexos do presente instrumento e nas quantidades estipuladas;

4.4 - A Contratada deverá manter um controle rigoroso das quantidades fornecidas para que as mesmas não ultrapassem o estipulado nos Anexos.

CLÁUSULA QUINTA - DO RECEBIMENTO DO OBJETO

5.1 - A entrega do objeto desta licitação deverá ser efetuada na Secretaria de Estado da Saúde, Rua Judite Melo dos Santos, 258, galpão 06, bairro Nova São José -Área Industrial, São José/SC, nas quantidades constantes na Autorização de Fornecimento, correndo por conta da Contratada as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento;

5.1.1 - O material deverá indicar na embalagem a razão social da Contratada, o número deste Contrato, o



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

número da nota fiscal e o número da Autorização de Fornecimento.

5.1.2 – Quando da entrega, o produto deverá estar em perfeitas condições para ser consumido, e as embalagens intactas (não danificadas).

5.1.3 – O produto entregue deverá ser novo, entendido como tal, de primeira utilização.

5.2 – Para os produtos em que é exigido pela legislação vigente prazo de validade, o mesmo deverá constar na embalagem.

5.3 – A Contratante reserva-se o direito de a qualquer tempo, previamente ao aceite, ou durante o prazo de garantia do objeto ofertado e entregue, proceder a análise técnica e de qualidade do objeto, diretamente ou por intermédio de terceiros por ele escolhido. Se rejeitados, deverão ser substituídos imediatamente pela Contratada, sem quaisquer ônus para a Contratante.

5.4 – Os produtos a serem fornecidos devem ser livres de impurezas, estando sujeitos ao controle de qualidade do Contratante diretamente ou por intermédio de terceiros, durante toda a execução do Contrato, sendo rejeitados os produtos não aprovados ou que se apresentarem impróprios para o consumo, os quais deverão ser imediatamente substituídos pelo fornecedor, sem qualquer custo adicional.

5.5 – A Contratada, mesmo não sendo a fabricante da matéria-prima empregada na fabricação de seu produto, responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade deste, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta.

5.6 – O aceite do(s) produto(s) pela Contratante, não exclui a responsabilidade civil da Contratada por vícios de quantidade ou qualidade do produto ou disparidade com as especificações técnicas exigidas no edital ou atribuídas pela Contratada, verificados posteriormente, garantindo-se à Contratante as faculdades previstas no artigo 18, da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

5.7 – O(s) objeto(s) cotado(s) deverá(ão) atender a legislação a ele(s) pertinente(s).

5.8 – As quantidades licitadas são estimativas, podendo a contratante requisitar quantidades maiores ou menores conforme a efetiva necessidade, respeitando-se os limites da Lei.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO/ALTERAÇÃO

6.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de 6 (seis) meses, com início na data de sua assinatura, prorrogável por períodos sucessivos, enquanto perdurar a necessidade de enfrentamento dos efeitos da situação de emergência de saúde pública de importância internacional;

6.2. O contrato poderá ser acrescido ou suprimido em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato (art. 4º-I, da Lei n.º 13.979).

CLÁUSULA SÉTIMA - DA ALTERAÇÃO DOS PREÇOS

7.1 - Os preços contratados não serão alterados.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

8.1 - A rescisão do Contrato poderá ser efetuada conforme determina o artigo 79 e acarretar as consequências previstas no artigo 80, pelos motivos previstos nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8666/93 e alterações posteriores.

8.2 - O Presente Contrato poderá ser rescindido a critério da CONTRATANTE, sem que à Contratada caiba qualquer indenização, ou, reclamação, nos seguintes casos:

8.2.2 - Inobservância das especificações acordadas e/ou rejeição dos serviços prestados;

8.2.3 - Inadimplência de qualquer cláusula contratual e/ou da proposta ofertada;

8.2.4 - Falência, liquidação judicial ou extrajudicial, concordata preventiva da fornecedora, requeridas, homologadas ou decretadas;

8.2.5 - A Contratada, reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa, prevista no art 77, da Lei 8.666/93, bem como Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, no Decreto Estadual nº 2.617, de 16 de setembro de 2009.

1.

CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO

9.1 - A fiscalização do contrato será exercida por um representante da CONTRATANTE, indicado pela unidade e identificado no contrato/ata, a quem competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

execução do contrato;

UNIDADE	FUNÇÃO	NOME	MATRÍCULA
GEBER	FISCAL	Alexandre de Souza	360382-01-2
GEBER	GESTOR	Paulo Carlos Brentano Junior	671389-0-2

9.2 - A CONTRATANTE se reserva o direito de rejeitar no todo ou em parte os produtos entregues, se em desacordo com o contrato;

9.3 - A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui, nem reduz, a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, resultante de imperfeições técnicas ou utilização de material de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implicará a responsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos. (Art. 70 da lei 8.666/93).

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES E SANÇÕES

10.1 - As empresas que não cumprirem as obrigações assumidas na fase licitatória e/ou de execução do contrato estão sujeitas às seguintes sanções:

a) advertência;

b) multa;

c) suspensão temporária, não superior a 5 (cinco) anos, na modalidade de pregão, e não superior a 2 (dois) anos para as demais modalidades, aplicada segundo a natureza e a gravidade da falta cometida; e

d) declaração de inidoneidade para licitar com a Administração Pública;

10.2 - A advertência será emitida pela Administração, quando o contratado descumprir qualquer obrigação;

10.3 - A multa será imposta à contratada pelo atraso injustificado na entrega ou execução do contrato, de acordo com as alíquotas a seguir:

a) 0,33 % (zero, trinta e três por cento) por dia de atraso, na entrega do objeto ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9% (nove, nove por cento);

b) 10 % (dez por cento) em caso de não entrega do objeto ou não conclusão do serviço ou rescisão do contrato por culpa da contratada, calculado sobre a parte inadimplente;

c) até 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega;

10.3.1 - O valor da multa e/ou custas de depósito será deduzido dos créditos ou garantias da empresa, ou cobrado administrativa ou judicialmente;

10.3.2 - Sempre que a multa ultrapassar os créditos da contratada e/ou garantias, o valor excedente será encaminhado à cobrança extrajudicial ou judicial;

10.3.3 - O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do serviço;

10.3.4 - A multa será aplicada quando o atraso for superior a cinco dias;

10.3.5 - A aplicação da multa não impede que sejam aplicadas outras penalidades;

10.4 - A suspensão impossibilitará a participação da empresa em licitações e/ou contratos, ficando suspenso o seu registro cadastral no Cadastro Geral de Fornecedoros do Estado de Santa Catarina/SEA, de acordo com os prazos a seguir:

a) por até 30 (trinta) dias, quando aplicada a pena de advertência emitida pela Administração e a empresa permanecer inadimplente;

b) por até 90 (noventa) dias, quando a empresa interessada solicitar cancelamento da proposta após a abertura e antes do resultado do julgamento;

c) por até 12 (doze) meses, quando a empresa adjudicada se recusar a retirar a autorização de fornecimento ou assinar o contrato;

d) por até 12 (doze) meses, quando a empresa adjudicada motivar a rescisão total ou parcial da autorização de fornecimento e/ou do contrato;

e) por até 12 (doze) meses, quando a empresa praticar atos que claramente visem à frustração dos objetivos da licitação;

f) por até 24 (vinte e quatro) meses, quando a empresa apresentar documentos fraudulentos nas licitações;

g) por até 5 (cinco) anos quando, na modalidade de pregão, a fornecedora convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, que não celebrar o contrato, que deixar de entregar ou apresentar documentação



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

falsa exigida para o certame, que ensejar o retardamento da execução de seu objeto, que não mantiver a proposta, que falhar ou fraudar na execução do contrato, que se comportar de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios; e h) até a realização do pagamento, quando a empresa receber qualquer das multas previstas no item anterior.

10.4.1 - A penalidade de suspensão aplicada pela Administração, publicada no Diário Oficial do Estado, implicará na suspensão da fornecedora junto ao Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina/SEA;

10.4.2 - A suspensão do direito de licitar poderá ser ampliada até o dobro, em caso de reincidência;

10.5 - A declaração de inidoneidade será aplicada pelo Secretário de Estado da Administração – SEA;

10.5.1 - A declaração de inidoneidade permanecerá em vigor enquanto perdurarem os motivos que determinaram a punibilidade ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que a aplicou;

10.5.2 - A declaração de inidoneidade terá seus efeitos extensivos a toda Administração Pública;

10.6 - As empresas que apresentarem documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados, ou que por quaisquer outros meios praticarem atos irregulares ou ilegalidades para obtenção do registro no Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina/SEA, estarão sujeitas às seguintes penalidades:

a) suspensão temporária do Certificado de Cadastro de Fornecedores - CCF ou da obtenção do registro, por até 5 (cinco) anos na modalidade de pregão e até 2 (dois) anos para as demais modalidades, dependendo da natureza e gravidade dos fatos; e

b) declaração de inidoneidade, nos termos do artigo anterior.

10.7 - As sanções previstas neste edital poderão também ser aplicadas às empresas ou profissionais que:

a) tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos; e

b) tenham praticado atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;

10.8 - Compete à Assessoria Jurídica da SES/SUC, após análise a indicação das penalidades previstas neste edital e legislação vigente, cuja aplicação dependerá da homologação da autoridade competente do órgão ou entidade;

10.9 - É facultado à interessada interpor recurso contra a aplicação das penalidades previstas neste edital, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, que será dirigido à autoridade competente do órgão ou entidade;

10.10 - As penalidades aplicadas serão registradas na Secretaria de Estado da Administração/ Diretoria de Gestão de Materiais e Serviços – DGMS, no Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina/SEA;

10.10.1 - Homologadas e publicadas as penalidades, a Administração as encaminhará ao Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina/ SEA, para registro.

PARÁGRAFO ÚNICO - As multas pecuniárias aqui estabelecidas serão recolhidas na Tesouraria da Secretaria de Estado da Saúde, situada no 9º (nono) andar, na Rua Esteves Júnior, 160, Centro, Florianópolis, SC.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PRÁTICAS FRAUDULENTAS E DE CORRUPÇÃO

11 - As partes, por seus agentes públicos ou por seus sócios, acionistas, administradores e colaboradores: I – declaram que têm conhecimento das normas previstas na legislação, entre as quais nas Leis nºs 8.429/1992 e 12.846/2013, seus regulamentos e eventuais outras aplicáveis;

II – comprometem-se em não adotar práticas ou procedimentos que se enquadrem nas hipóteses previstas nas leis e regulamentos mencionados no inciso anterior e se comprometem em exigir o mesmo pelos terceiros por elas contratados;

III – comprometem-se em notificar à Controladoria-Geral do Estado qualquer irregularidade que tiverem conhecimento acerca da execução do contrato;

IV – declaram que têm ciência que a violação de qualquer das obrigações previstas na Instrução Normativa conjunta CGE/SEA nº 01/2020, além de outras, é causa para a rescisão unilateral do contrato, sem prejuízo da cobrança das perdas e danos, inclusive danos potenciais, causados à parte inocente e das multas pactuadas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES GERAIS



**ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

12.1 - A Contratada não poderá subcontratar, ceder ou transferir total ou parcialmente o objeto do contrato a terceiros ou a eles associar-se sem prévia autorização da Contratante sob pena da imediata rescisão do contrato e demais sanções aplicáveis Lei Federal nº 8666/93.

12.2 - Farão parte integrante deste contrato todos os elementos apresentados pela licitante vencedora que tenham servido de base à presente licitação, bem como, as condições estabelecidas neste Edital e Anexos.

12.3 - No caso de recusa ou demora no atendimento a qualquer reclamação independente das sanções cabíveis, a CONTRATANTE poderá confiar a outrem a execução do contrato, descontando o seu custo de uma só vez, no primeiro pagamento a ser feito, sem que a em presa vencedora possa impugnar o seu valor.

12.4 - A tolerância de qualquer das partes, relativa às infrações cometidas contra disposições deste Contrato, não exime o infrator de ver exigido, a qualquer tempo, seu cumprimento integral.

12.5 - A Contratada se obriga a manter as condições de habilitação e qualificação durante a vigência deste contrato, sob pena da aplicação do disposto na Cláusula Décima;

12.6 - O presente contrato é regido pela pelo Decreto Estadual nº 2.617, de 16 de setembro de 2009, pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações e pela Lei Federal nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020;

12.7 - Fica eleito o Foro da Comarca de Florianópolis, Capital do Estado de Santa Catarina, para dirimir eventuais litígios oriundos do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento.

Florianópolis, 12 de março de 2021.

[Assinado digitalmente]

Luciano Jorge Konescki
Superintendente de Gestão Administrativa
CONTRATANTE

Adriane Patricia Felipe de Mattos
CREMER S.A
CONTRATADA

[Assinado digitalmente]

Paulo Carlos Brentano Junior
Gerência de Bens Regulares (GEBER)
GESTOR



Código para verificação: **6795JAEB**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ **ADRIANE PATRICIA FELIPPE DE MATTOS** (CPF: 009.XXX.669-XX) em 12/03/2021 às 12:23:42
Emitido por: "AC CNDL RFB", emitido em 10/07/2018 - 15:18:49 e válido até 10/07/2021 - 15:18:49.
(Assinatura ICP-Brasil)

✓ **PAULO CARLOS BRENTANO JUNIOR** em 12/03/2021 às 16:57:05
Emitido por: "SGP-e", emitido em 13/07/2018 - 14:56:49 e válido até 13/07/2118 - 14:56:49.
(Assinatura do sistema)

✓ **LUCIANO JORGE KONESCKI** em 15/03/2021 às 12:13:45
Emitido por: "SGP-e", emitido em 30/03/2018 - 12:32:40 e válido até 30/03/2118 - 12:32:40.
(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U0VTXzcwNTIfMDAxMzE1OTdfMTM0NDk1XzlwMjBfNjc5NUpBRUI=> ou o site <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SES 00131597/2020** e o código **6795JAEB** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.

EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO SEF/ALEXSANDRO DE FARIAS ME. Nº 007/2019 (Processo SEF 863/2021 e Autorização GGG 2021SO001788), decorrente da Concorrência 027/2018. **PARTES:** Secretaria de Estado da Fazenda como **CONTRATANTE**, e a Empresa **Alexsandro de Farias ME.** como **CONTRATADA**. **Objeto:** prorrogação do prazo de vigência contratual estabelecido na Clausula Quarta do Contrato original. Fica prorrogado por mais 12 (doze) meses o prazo de vigência contratual a contar de 02 de maio de 2021 e término em 1º de maio de 2022. **Amparo Legal:** inciso II, art. 57, Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993. **ASSINATURA:** 15/03/2021. **SIGNATÁRIOS:** Paulo Eli, pelo Contratante, Alessandro de Farias, pela contratada.
Cod. Mat.: 726143

SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE
EXTRATO DE CONTRATO DA LICITAÇÃO CC 133/2017/SEA. OITAVO Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviço nº **054/2018**. **Contratante:** SIE. **Contratada:** ORBENK – Administração e Serviços LTDA. **Objeto:** Reajuste dos Preços, em razão do reajustamento do Montante “B”, com acréscimo mensal de R\$ 559,62 (quinhentos e cinquenta e nove reais e sessenta e dois centavos) a ser concedido a partir de 01/11/2020. **Fundamentação Legal:** §8º do art. 65, da Lei nº 8.666/93, c/c inciso II, Parágrafo Sexto, da Cláusula Segunda do contrato em questão. **Local e data:** Florianópolis, 15/03/2021. **Signatários:** Secretário Thiago Augusto Vieira, pela SIE e o Sr. Ronaldo Benkendorf, pela Contratada. **GGG: 2021AS001734**.
Cod. Mat.: 726126

SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE
EXTRATO DE CONTRATO DA LICITAÇÃO CC 038/2014. QUARTO Termo Aditivo ao Contrato **PJ.185/2014**. **Contratante:** SIE. **Contratada:** Planaterra – Terraplenagem e Pavimentação LTDA. **Objeto:** Acréscimo de Valor em R\$ 7.154.025,12 (sete milhões, cento e cinquenta e quatro mil, vinte e cinco reais e doze centavos), Novos Preços e Serviços, Adequação do Quadro de Quantitativos e Novo Cronograma Físico-financeiro. **Fundamentação Legal:** Art. 65, inciso I, alíneas “a” e “b”, c/c seu §1º, da Lei Federal nº 8.666/93. **Local e data:** Florianópolis, 16/03/2021. **Signatários:** Secretário Thiago Augusto Vieira, pela SIE e o Sr. Gerson de Borba Dias, pela Contratada. **GGG: 2021AS001638**.
Cod. Mat.: 726297

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES. SES 112856/2020. Edital PE 2966/2020. **Contrato 151/2021**. Objeto: Serviços de terapia ocupacional com integração sensorial, fonoterapia e terapia comportamental para atendimento ordem judicial. Valor R\$ 32.448,00. Contratada: Partner Familia Administracao de Convenios Ltda Me. Vig. 01/04/2021 a 31/12/2021. CIG: 2351/2021.
Cod. Mat.: 726183

A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES: torna público: **Contrato de Fornecimento nº 155/2021**. Processo SES 170227/2021 – Dispensa de Licitação 2898/2020 - Fundamento art. 24, IV, Lei 8666/93. Vigência: 6 (seis) meses, com início na data de sua assinatura realizada em 11/03/2021. Empresa: Engemed Comércio de Implantes Ortopédicos Ltda EPP. CNPJ: 07.426.788/0001-41 Objeto: OPME específica para atender as necessidades do Serviço de Ortopedia/Traumatologia do Hospital Governador Celso Ramos. Valor Total R\$ 80.085,00. CIG 2021SO001903.
Cod. Mat.: 726186

A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES torna público: Contrato de Fornecimento nº 161/2021. Valor R\$ 688.359,70. Processo SES 131597/2020. Dispensa de Licitação SEA nº 0013/2021. Vigência: 15/03/2021 até 14/09/2021. Fornecedor: Cremer S.A. - CNPJ 82.641.325/0043-77. Objeto: Aquisição de luvas de procedimento descartável – enfrentamento do Covid 19, para a Secretaria de Estado da Saúde. SIGEF 2021AS002307.
Cod. Mat.: 726050

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES: **1º Termo Aditivo** – PSES 15758/2021 – **Redução** do valor unitário do item 19 – **ATA 1465/2020**– PE 1554/2020 – PSES 62139/2020 Empresa: **Produtos Roche Químicos e Farmacêuticos S.A.** Valor Após o Aditivo: R\$ 651,34. Inteiro teor: www.sgpe.sea.sc.gov.br.
Cod. Mat.: 726147

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES: **ATA 277/2021** PSES 165417/20 – PE 3267/20. Empresa: **Produtos Roche Químicos e Farmacêuticos S.A.** Objeto: Medicamentos - GEJUD. Valor total R\$ 10.726.698,24. Inteiro teor: www.sgpe.sea.sc.gov.br.
Cod. Mat.: 726152

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES **Rescisão do Contrato 038/2021**. Contratada: SERVIÇOS DE SAÚDE CORPO & EQUI-LÍBRIO SS LTDA ME CLINIREABILITARE. Objeto: Serviços de terapia ocupacional com Integração Sensorial. PSES 157919/2020. DL 3087/2020. Ordem Judicial. Rescisão a partir de 01/04/2021, tendo em vista a conclusão do processo licitatório.
Cod. Mat.: 726159

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES: **ATA 185/2021** PSES 134867/2020 – PE 2613/2020. Empresa: **Asli Comercial Eireli**. Objeto: Medicamentos - GEJUD. Valor total R\$ 35.047,68. Inteiro teor: www.sgpe.sea.sc.gov.br.
Cod. Mat.: 726271

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES: **ATA 192/2021** PSES 134867/2020 – PE 2613/2020. Empresa: **Sulmedic Comércio de Medicamentos Ltda**. Objeto: Medicamentos - GEJUD. Valor total R\$ 102.657,60. Inteiro teor: www.sgpe.sea.sc.gov.br.
Cod. Mat.: 726273

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES: **ATA 195/2021** PSES 152745/2020 – PE 2986/2020. Empresa: **Elfa Medicamentos SA**. Objeto: Medicamentos - GEJUD. Valor total R\$ 2.066.846,64. Inteiro teor: www.sgpe.sea.sc.gov.br.
Cod. Mat.: 726274

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES: **ATA 199/2021** PSES 152745/2020 – PE 2986/2020. Empresa: **Promefarma Representações Comerciais Ltda**. Objeto: Medicamentos - GEJUD. Valor total R\$ 3.345.672,00. Inteiro teor: www.sgpe.sea.sc.gov.br.
Cod. Mat.: 726276

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES: **ATA 200/2021** PSES 152745/2020 – PE 2986/2020. Empresa: **Sanofi Medley Farmacêutica Ltda**. Objeto: Medicamentos - GEJUD. Valor total R\$ 500.386,08. Inteiro teor: www.sgpe.sea.sc.gov.br.
Cod. Mat.: 726278

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES: **ATA 409/2021** PSES 39530/2020 – PE 3214/2020. Empresa: **Diana Paola Adriano Petri 00573983992**. Objeto: Rouparia - IPQ. Valor total R\$ 12.460,00. Inteiro teor: www.sgpe.sea.sc.gov.br.
Cod. Mat.: 726279

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES: **ATA 191/2021** PSES 134867/2020 – PE 2613/2020. Empresa: **Soma SC Produtos Hospitalares Ltda**. Objeto: Medicamentos - GEJUD. Valor total R\$ 17.473,80. Inteiro teor: www.sgpe.sea.sc.gov.br.
Cod. Mat.: 726285

A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES torna público: CONTRATO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E GARANTIA Nº 115/2021 OF 181-2021 Valor R\$ 58.500,00. Processo SES 157340/2020. PE nº 3137/2020. Vigência: Estará em vigor pelo período de duração da garantia dos bens e suas eventuais substituições. EMPRESA : Olympus Optical do Brasil Ltda - CNPJ 04.937.243/0001-01.Objeto: Aquisição de equipamentos de microscópio biológico binocular para enfrentamento do CORONAVÍRUS destinados ao Instituto de Anatomia Patológica (IAP) SIGEF 2021AS002172.
Cod. Mat.: 726287

POLÍCIA MILITAR – EXTRATO DE CONTRATO – CONTRATANTE: FUNDO DE MELHORIA DA POLÍCIA - Origem: **Registro de Preços - PE Nº 066/SEA/2020- Objeto: AQUISIÇÃO DE EPis DE COMBATE AO CORONAVÍRUS**.

2021AF00002 - Contratada: SC MED DISTRIBUIDORA MEDICO HOSPITALAR LTDA- **CNPJ:** 27.311.107/0001-07– Item 13: 6680 und, valor: R\$ 9151,60. Valor Total da AF: R\$ 9151,60. Crédito orçamentário: 33.90.30.36; Fonte: 619. Assinatura: 16/03/2021. Pela contratada: DILNEI KAIPPER- Pelo contratante: CEL PM JOSE ONILDO TRUPPEL FILHO - Aprovação GGG 2021AS001956.

2021AF00001 - Contratada: PKB PRODUTOS QUÍMICOS LTDA - EPP - **CNPJ:** 01.648.513/0001-76– Item 16: 614 und, valor: R\$ 2566,52; Item 17: 20 und, valor: R\$ 678,00. Valor Total da AF: 3244,52; Crédito orçamentário: 33.90.30.36; Fonte: 619. Assinatura: 16/03/2021. Pela contratada: GIOVANI KRAMER HORN- Pelo contratante: CEL PM JOSE ONILDO TRUPPEL FILHO -Aprovação GGG 2021AS001957.

2021AF00001 - Contratada: HILEON CESAR SUCATELLI ME - **CNPJ:** 17.778.957/0001-66– Item 19: 408 und, valor: R\$ 2386,80.

Valor Total da AF: 2386,80; Crédito orçamentário: 33.90.30.36; Fonte: 619. Assinatura: 16/03/2021. Pela contratada: HILEON CESAR SUCATELLI- Pelo contratante: CEL PM JOSE ONILDO TRUPPEL FILHO - Aprovação GGG 2021AS001958.

2021AF00001 - Contratada: BMI PROSPER EIRELI EPP- **CNPJ:** 14.012.375/0001-86– Item 20: 09 und, valor: R\$ 1196,10; Valor Total da AF: 1196,10; Crédito orçamentário: 33.90.30.36; Fonte: 619. Assinatura: 16/03/2021. Pela contratada: BRUNA DAL-CANALE CORONA- Pelo contratante: CEL PM JOSE ONILDO TRUPPEL FILHO - Aprovação GGG 2021AS001959.
Cod. Mat.: 726163

INSTITUTO GERAL DE PERÍCIAS - IGP – EXTRATO DE TERMO ADITIVO
1º Termo Aditivo ao Contrato nº 008/IGP/2020.
Origem: DL nº 001/2020. Objeto do contrato: prestação de serviços especializados de Tecnologia da Informação e Comunicação. Objeto do Aditivo: prorrogação do prazo de vigência do contrato até 18 de maio de 2022 e inclusão de cláusula de renúncia ao reajuste relativo ao exercício do ano de 2020, permanecendo as demais cláusulas em vigor. Valor mensal do contrato: R\$ 20.685,74. Unidade Orçamentária: 16099. Natureza da despesa: 33.90.40.32. Subação: 15020. Fonte: 0.1.11.000098. Contratante: Fundo de Melhoria da Perícia Oficial – FUMPOF. Contratada: Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina S/A - CIASC. **SGPe IGP 461/2021. 2021SO1640**
Cod. Mat.: 726140

INSTITUTO GERAL DE PERÍCIAS - EXTRATO DE CONTRATO
Autorização de Fornecimento nº 024/IGP/2021.
Origem: Pregão Eletrônico 047/IGP/2020.
Objeto: Aquisição de nitrogênio líquido para o IAF/IGP/SC. **Valor** R\$ 4.290,00. **Contratante:** Nitrotec Comércio de Produtos Agropecuários Ltda. **Signatário:** Sandro Henrique Borella, CPF nº 164.023.768-25. **Prazo de Vigência:** 31/12/2021. **Data de Assinatura:** 12/03/2021. **Contratante:** Fundo para Melhoria da Perícia Oficial. **Signatário:** Jefferson José de Sousa, CPF 018.573.759-55. **Dotação Orçamentária:** Item 33.90.30.04, Fonte: 111-98, Unidade 16099, Ação 15019. **SGP-e IGP 2615/2021**. **Solicitação GGG 2021SO1871 Aprovação GGG 2021AS2205**.
Cod. Mat.: 726238

Defensoria Pública

EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 007/2020 - PROCESSO DPE 662/2019 – EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO nº 011/2019 - Objeto: altera o quantitativo previsto no item 19 da tabela constante do item 5.2 do Contrato, de 02 (dois) para 01 (um) posto de Recepcionista 6hs, nos termos do art. 65, §1º, da Lei nº 8.666/1993. Empresa Contratada: **ADSERVI ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS LTDA.**, CNPJ: 02.531.343/0001-08, Signatários: Fernanda Uhlmann Santoro, pela Contratada e Dayana Luz pela DPE/SC. Termo Aditivo disponível em www.defensoria.sc.def.br" www.defensoria.sc.def.br. Dayana Luz, Subdefensora Pública-Geral.
Cod. Mat.: 726209

Fundações Estaduais

FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA-FCC
EXTRATO DE ADITIVO AO CONTRATO N. 217/2018 REFERENTE AO PRÊMIO CATARINENSE DE CINEMA ED. 2018 – EDITAL 10/2018
PROCESSO SGPE FCC 3336/2018

CONTRATANTE: FCC;
CONTRATADO: NOVELO FILMES PRODUÇÕES AUDIOVISUAIS LTDA (CNPJ/CPF 12.772.107/0001-37)
NATUREZA DO ADITIVO: **prorrogação contratual**
Vigência: até 03/04/2023, com efeito retroativo à 23/07/2020
Data de assinatura: 15/03/2021.
Assinantes: Ana Lúcia Coutinho (pela CONTRATANTE) e Cíntia Domit Bittar (pelo CONTRATADO)
Cod. Mat.: 726327

TERMO DE REFERÊNCIA (TR)
Pses 35617/2021

1. OBJETO:

1.1. Aquisição Emergencial de Materiais de Enfermaria e Cirurgia - **EPÍ S relacionados ao enfrentamento da pandemia de COVID-19 - Luvas de Procedimentos** para abastecimento das unidades da SES/SC, através do almoxarifado central, GEBER.

1.2. Especificação do objeto consta no quadro a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO ITEM	REQUISIÇÃO	ESTIMATIVA DE CONSUMO (MESES)
009598074	Luva de procedimento descartável, tamanho pequeno (P) confeccionada em látex natural, íntegro e uniforme, formato anatômico, ambidestra, atóxico, não estéril, resistente a tração, descartável, uso único, sem talco, selo de conformidade, embalada em caixas contendo dados de identificação, procedência, validade, número do lote. As luvas devem ser armazenadas e transportadas em condições que evitem a possibilidade de afetar a integridade, em especial: calor, umidade, luz. Em conformidade a RDC nº 55 de 04 de novembro de 2011, portaria nº 332, de 26 de julho de 2012 e portaria nº 451, de 31 de agosto de 2012. Apresentar certificado de aprovação no MTE.	1429/2021	Entrega em 3 parcelas mensais com consumo estimado para 90 dias.
009598075	Luva de procedimento descartável, tamanho médio (M) confeccionada em látex natural, íntegro e uniforme, formato anatômico, ambidestra, atóxico, não estéril, resistente a tração, descartável, uso único, sem talco, selo de conformidade, embalada em caixas, contendo dados de identificação, procedência, validade, número do lote. As luvas devem ser armazenadas e transportadas em condições que evitem a possibilidade de afetar a integridade, em especial: calor, umidade, luz. Em conformidade a RDC nº 55 de 04 de novembro de 2011, portaria nº 332, de 26 de julho de 2012 e portaria nº 451, de 31 de agosto de 2012. Apresentar certificado de aprovação MTE.	1429/2021	Entrega em 3 parcelas mensais com consumo estimado para 90 dias.
009598076	Luva de procedimento descartável, tamanho grande (G) confeccionada em látex natural, íntegro e uniforme, formato anatômico, ambidestra, atóxico, não estéril, resistente a tração, descartável, uso único, sem talco, selo de conformidade, embalada em caixas, contendo dados de identificação, procedência, validade, número do lote. As luvas devem ser armazenadas e transportadas em condições que evitem a possibilidade de afetar a integridade, em especial: calor, umidade, luz. Em conformidade a RDC nº 55 de 04 de novembro de 2011, portaria nº 332, de 26 de julho de 2012 e portaria nº 451, de 31 de agosto de 2012.	1429/2021	Entrega em 3 parcelas mensais com consumo estimado para 90 dias.

1/5

	de 2012. Apresentar certificado de aprovação MTE.		
--	---	--	--

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA AQUISIÇÃO:

Trata-se de relicitação dos itens frustrados no PSES 17880/2021, sendo que a necessidade urgente da aquisição destes itens relacionados ao enfrentamento da atual pandemia permanece, onde os estoques atuais destes materiais encontram-se críticos no momento em que a demanda por atendimentos é alta, ocasionando distorções nas expectativas de consumo destes itens.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 3.1 O compromisso será firmado por meio de contrato de fornecimento com entrega parcelada;
- 3.2 O prazo de entrega será de 10 dias após a emissão e empenho da autorização de fornecimento.
- 3.3 O recebimento do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

4 CRITERIOS DE ACEITABILIDADE DA PROPOSTA:

4.1. A licitante vencedora deverá enviar por meio eletrônico, nos prazos e condições indicados pelo edital, proposta atualizada contendo o valor final, e o descritivo completo do item cotado, apresentando para este:

- a) marca/fabricante;
- b) nome comercial;
- c) apresentação;
- d) país de origem do produto;
- e) Certificado de Registro do Produto junto ao Ministério da Saúde (MS) ou sua publicação no Diário Oficial da União referência do produto;
- f) Caso o item cotado seja isento do Certificado de Registro do Produto junto ao MS/ANVISA, a licitante deverá apresentar Certificado de Isenção junto ao MS ou sua publicação no Diário Oficial da União;
- g) Caso o Certificado de Registro do Produto junto ao MS/ANVISA esteja vencido, a licitante deverá apresentar, juntamente com este, o último pedido de revalidação (formulário de petição nº 2) do MS;
- h) Apresentar declaração, caso o item cotado não seja classificado pelo MS/ANVISA, ficando sujeita as sanções cabíveis, no caso de falsidade de sua declaração;
- i) se aplicável, a referência do produto.

4.2. O licitante deverá apresentar Alvará sanitário e Autorização de funcionamento da ANVISA vigente de acordo com o produto ofertado.

5 CRITERIOS DE ACEITABILIDADE DO OBJETO:

- 5.1 O objeto deverá estar de acordo com as especificações do edital.
- 5.2 O objeto deverá estar com no mínimo 75% do prazo de validade.
- 5.3 A embalagem deverá estar íntegra, livre de impurezas e em perfeitas condições de utilização.
- 5.4 O objeto não será aceito caso não seja transportado e entregue de maneira correta, respeitando as recomendações do fabricante e autoridades sanitárias.

2/5

6. DA ESTIMATIVA

6.1 Orçamentos:

Os orçamentos foram estimados conforme planilha de precificação anexa.

7. DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:

Conforme deliberação da GPLAN.

8. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO:

8.1 PAGAMENTO:

1. A Secretaria de Estado da Saúde efetuará o pagamento em 30 (trinta) dias após o recebimento e aceite do material com a respectiva Nota Fiscal/Fatura ou documento legalmente equivalente, observado o cumprimento integral das disposições contidas neste edital;
2. Caso o vencimento do prazo de pagamento da Nota Fiscal/Fatura ocorra fora do calendário semanal ou de expediente bancário, o pagamento será efetuado na próxima data do calendário, imediatamente posterior ao vencimento, não incidindo qualquer compensação financeira neste período;
3. A empresa deverá mencionar na respectiva Nota Fiscal/Fatura informações sobre o produto, tais como: a MARCA sob o qual o mesmo é comercializado, Fabricante, Apresentação, País de Origem, o número Certificado de Registro do Produto junto ao Ministério da Saúde, o número do lote e o prazo de validade do produto. Além de mencionar o número do Contrato, o número da Licitação, do Processo PSES e da Autorização de Fornecimento;
4. Também será obrigatório que a empresa mencione na Nota Fiscal/Fatura os seguintes dados bancários para pagamento: número do banco, número da agência com dígito, número da conta corrente com dígito.

8.2 SANÇÕES CONTRATUAIS:

1. As empresas que não cumprirem as obrigações assumidas na fase licitatória e/ou de execução do contrato estão sujeitas às seguintes sanções:
 - a) advertência;
 - b) multa;
 - c) suspensão temporária, não superior a 5 (cinco) anos, na modalidade de pregão, e não superior a 2 (dois) anos para as demais modalidades, aplicada segundo a natureza e a gravidade da falta cometida; e
 - d) declaração de inidoneidade para licitar com a Administração Pública;
2. A advertência será emitida pela Administração, quando o contratado descumprir qualquer obrigação;
3. A multa será imposta à contratada pelo atraso injustificado na entrega ou execução do contrato, de acordo com as alíquotas a seguir:
 - a) 0,33 % (zero, trinta e três por cento) por dia de atraso, na entrega do objeto ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9% (nove, nove por cento);
 - b) 10 % (dez por cento) em caso de não entrega do objeto ou não conclusão do serviço ou rescisão do contrato por culpa da contratada, calculado sobre a parte inadimplente;
 - c) até 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, pelo descumprimento de qualquer

3/5

cláusula do contrato, exceto prazo de entrega;

4. O valor da multa e/ou custas de depósito será deduzido dos créditos ou garantias da empresa, ou cobrado administrativa ou judicialmente;
5. Sempre que a multa ultrapassar os créditos da contratada e/ou garantias, o valor excedente será encaminhado à cobrança extrajudicial ou judicial;
6. O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do serviço;
7. A multa será aplicada quando o atraso for superior a cinco dias;
8. A aplicação da multa não impede que sejam aplicadas outras penalidades;
9. A suspensão impossibilitará a participação da empresa em licitações e/ou contratos, ficando suspenso o seu registro cadastral no Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina/SEA, de acordo com os prazos a seguir:
 - a) por até 30 (trinta) dias, quando aplicada a pena de advertência emitida pela Administração e a empresa permanecer inadimplente;
 - b) por até 90 (noventa) dias, quando a empresa interessada solicitar cancelamento da proposta após a abertura e antes do resultado do julgamento;
 - c) por até 12 (doze) meses, quando a empresa adjudicada se recusar a retirar a autorização de fornecimento ou assinar o contrato;
 - d) por até 12 (doze) meses, quando a empresa adjudicada motivar a rescisão total ou parcial da autorização de fornecimento e/ou do contrato;
 - e) por até 12 (doze) meses, quando a empresa praticar atos que claramente visem à frustração dos objetivos da licitação;
 - f) por até 24 (vinte e quatro) meses, quando a empresa apresentar documentos fraudulentos nas licitações;
 - g) por até 5 (cinco) anos quando, na modalidade de pregão, a fornecedora convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, que não celebrar o contrato, que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, que ensejar o retardamento da execução de seu objeto, que não mantiver a proposta, que falhar ou fraudar na execução do contrato, que se comportar de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios; e
 - h) até a realização do pagamento, quando a empresa receber qualquer das multas previstas no item anterior;
10. A penalidade de suspensão aplicada pela Administração, publicada no Diário Oficial do Estado, implicará na suspensão da fornecedora junto ao Cadastro Geral de
11. A suspensão do direito de licitar poderá ser ampliada até o dobro, em caso de reincidência;
12. A declaração de inidoneidade será aplicada pelo Secretário de Estado da Administração – SEA;
13. A declaração de inidoneidade permanecerá em vigor enquanto perdurarem os motivos que determinaram a punibilidade ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que a aplicou;
14. A declaração de inidoneidade terá seus efeitos extensivos a toda Administração Pública;
15. As empresas que apresentarem documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados, ou que por quaisquer outros meios praticarem atos irregulares ou ilegalidades para obtenção do registro no Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina/SEA, estarão sujeitas às seguintes penalidades:
 - a) suspensão temporária do Certificado de Cadastro de Fornecedores - CCF ou da obtenção do registro, por até 5 (cinco) anos na modalidade de pregão e até 2 (dois) anos para as demais modalidades, dependendo da natureza e gravidade dos fatos; e

4/5

b) declaração de inidoneidade, nos termos do artigo anterior.

16. As sanções previstas neste edital poderão também ser aplicadas às empresas ou profissionais que:

a) tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos; e

b) tenham praticado atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;

17. Compete à Assessoria Jurídica da SES/SGA, após análise a indicação das penalidades previstas neste edital e legislação vigente, cuja aplicação dependerá da homologação da autoridade competente do órgão ou entidade;

18. É facultado à interessada interpor recurso contra a aplicação das penalidades previstas neste edital, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, que será dirigido à autoridade competente do órgão ou entidade;

19. As penalidades aplicadas serão registradas na Secretaria de Estado da Administração/ Diretoria de Gestão de Licitações e Contratos – DGLC, no Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina/SEA;

20. Homologadas e publicadas as penalidades, a Administração as encaminhará ao Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina/ SEA, para registro.

9. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

9.1 Nome e matrícula do fiscal do contrato

Alexandre de Souza

9.2 GESTOR DO CONTRATO

GEBER

DATA: 10/03/2021

Red.DPGC/Edi

5/5



Código para verificação: **2X6A9B3K**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



RAFAEL ALFLEN (CPF: 026.XXX.999-XX) em 10/03/2021 às 16:41:45

Emitido por: "SGP-e", emitido em 13/07/2018 - 14:58:20 e válido até 13/07/2118 - 14:58:20.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U0VTXzcwNTIfMDAwMzU2MTdfMzYyMDZfMjAyMV8yWDZBOUIzSw==> ou o site

<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SES 00035617/2021** e o código **2X6A9B3K** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÕES E CONTRATAÇÕES DESTINADAS
ENFRENTAMENTO DA COVID19 - PORTARIA N.º163, de 06/05/2020

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0073/2021
PROCESSO SES 35617/2021

1 - OBJETO: Aquisição de luvas de procedimento – enfrentamento do Covid19.

2 – UNIDADE INTERESSADA: Secretaria de Estado da Saúde/Gerência de Bens Regulares.

3 – FORMA DE CONTRATAÇÃO: A presente Dispensa de Licitação será efetivada por meio da emissão de Contrato de Fornecimento:

ITEM	QTDADE	EMPRESA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01 - Luva de procedimento descartável, tamanho pequeno (P) confeccionada em látex natural, íntegro e uniforme, formato anatômico, ambidestra, atóxico, não estéril, resistente a tração, descartável, uso único, sem talco, selo de conformidade, embalada em caixas contendo dados de identificação, procedência, validade, número do lote. As luvas devem ser armazenadas e transportadas em condições que evitem a possibilidade de afetar a integridade, em especial: calor, umidade, luz. Em conformidade a RDC nº 55 de 04 de novembro de 2011, portaria nº 332, de 26 de julho de 2012 e portaria nº 451, de 31 de agosto de 2012. Apresentar certificado de aprovação no MTE.	1.200.000	Cremer S.A.	R\$ 0,85	R\$ 1.020.000,00
02 - Luva de procedimento descartável, tamanho médio (M) confeccionada em látex natural, íntegro e uniforme, formato anatômico, ambidestra, atóxico, não estéril, resistente a tração, descartável, uso único, sem talco, selo de conformidade, embalada em caixas, contendo dados de identificação, procedência, validade, número do lote. As luvas devem ser armazenadas e transportadas em condições que evitem a possibilidade de afetar a integridade, em especial: calor, umidade, luz. Em conformidade a RDC nº 55 de 04 de novembro de 2011, portaria nº 332, de 26 de julho de 2012 e portaria nº 451, de 31 de agosto de 2012. Apresentar certificado de aprovação MTE.	1.215.000		R\$ 0,85	R\$ 1.032.750,00
03 - Luva de procedimento descartável, tamanho grande (G) confeccionada em látex natural, íntegro e uniforme, formato anatômico, ambidestra, atóxico, não estéril, resistente a tração, descartável, uso único, sem talco, selo de conformidade, embalada em caixas, contendo dados de identificação, procedência, validade, número do lote. As luvas devem ser armazenadas e transportadas em condições que evitem a possibilidade de afetar a integridade, em especial: calor, umidade, luz. Em conformidade a RDC nº 55 de 04 de novembro de 2011, portaria nº 332, de 26 de julho de 2012 e portaria nº 451, de 31 de agosto	100.000		R\$ 0,85	R\$ 85.000,00

4 - DESPESAS: A presente Dispensa de Licitação implicará em uma despesa total de **R\$ 2.137.750,00** (Dois milhões, cento e trinta e sete mil, setecentos e cinquenta reais).

5 - FUNDAMENTO DA DISPENSA:

Lei n.º 8.666/93

Art. 24 - É Dispensável de Licitação:

IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública quando caracterizada a urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços,

equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos.

6 – JUSTIFICATIVA:

O Plano Nacional de Contingência para Infecção Humana pelo Coronavírus 2019, emitido pelo Ministério da Saúde, o qual norteia as ações a serem implementadas pelas Secretarias de Saúde, inclui ações que visam a reorganização e ampliação da rede hospitalar. Nesse sentido, as ampliações dos leitos da rede hospitalar estadual seguem o alerta para as classificações de risco - Alerta, Perigo Iminente e Emergência em Saúde Pública. O estado de Santa Catarina encontra-se no nível de Emergência em Saúde Pública, indicado em duas situações, conforme estabelecido pelo Ministério da Saúde: a) quando há confirmação de transmissão local do primeiro caso de Coronavírus amplamente divulgado no território nacional; e b) reconhecimento de declaração de Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

Segundo o Plano de Contingência do Ministério da Saúde, o nível de Emergência está organizado em duas fases, fase de contenção e de mitigação.

O estado de Santa Catarina encontra-se na fase da mitigação, que tem início a partir do registro de 100 casos confirmados. Nesta fase, segundo o Ministério da Saúde, é preciso estar atento à possibilidade de superação da capacidade de resposta hospitalar para atendimento dos casos graves.

Especialistas do mundo todo têm destacado a necessidade de equipamentos de proteção individual e coletivos para profissionais da saúde, que, por estarem em contato direto com o vírus, estão expostos ao risco. A Anvisa atualizou as orientações destinadas aos serviços de saúde sobre as medidas de prevenção e controle que devem ser adotadas na assistência aos casos suspeitos ou confirmados de infecção pelo novo coronavírus (Covid-19). Ainda, de acordo com o estabelecido na Norma Regulamentadora Nº 6 (NR-6) da Portaria 3.214/78 MTB, considera-se equipamento de proteção individual (EPI), todo dispositivo ou produto de uso individual utilizado pelo trabalhador, destinado à proteção aos riscos suscetíveis de ameaçar a segurança e a saúde no trabalho.

O Conselho Federal de Enfermagem (Cofen) publicou uma série de diretrizes, entre elas a importância da utilização dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs). As condutas informadas têm como base o que preconizam as orientações da Organização Mundial de Saúde (OMS) e do Ministério da Saúde, bem como as secretarias municipais e Estadual de Saúde. Entre os equipamentos apontados como indispensáveis estão as luvas de procedimento. Salienta-se que conforme informação da Secretaria de Estado da Saúde, o estoque encontra-se comprometido.

As luvas objeto da presente dispensa de licitação tratam-se de relicitação dos itens frustrados no Processo SES 17880/2021, sendo que a necessidade urgente da aquisição destes itens relacionados ao enfrentamento da atual pandemia permanece, onde os estoques atuais destes materiais encontram-se críticos no momento em que a demanda por atendimentos é alta, ocasionando distorções nas expectativas de consumo destes itens.

Dessa forma, diante de todo o exposto, ante a imprescindibilidade dos itens e de acordo com a Requisição 568/2021, justifica-se a aquisição de luvas de procedimento. No âmbito legal, verifica-se a hipótese de realização da contratação direta, através de Dispensa de Licitação.

Por fim, após apreciação jurídica, restou emitido o Parecer Jurídico nº 354/2021/COJUR/SEA/SC, de 06 de abril de 2021, opinando pela admissibilidade de dispensa de licitação no presente caso.

7 – RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR E JUSTIFICATIVA DO PREÇO:

Foi publicado edital de cotação de preços n. 0073/21 no Portal de Compras do Estado de Santa Catarina, tendo sido apresentadas 02 propostas. Estas foram encaminhadas à equipe técnica da Secretaria de Estado da Saúde que se manifestou consoante parecer instruído nos autos, aprovando a proposta de menor valor.

SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO:

1 – Ciente

2 - Em vista da necessidade da aquisição do objeto supracitado, e com os poderes a mim conferidos resolvo HOMOLOGAR a Dispensa de Licitação nº 0073/2021 aprovada pela Assessoria Jurídica por meio do Parecer nos autos do processo SES 131597/2020 e autorizar a despesa supracitada.

3 - Para prosseguimento.

Luiz Antonio Dacol
Secretário de Estado da Administração
(assinado digitalmente)

ANEXO

MINUTA DE CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº: ____/____

Termo de Contrato de Fornecimento celebrado entre o ESTADO DE SANTA CATARINA, através da Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde e a empresa, autorizado através do Processo SES nº 131597/2020, Cotação de Preços SEA n.º 0073/2021 e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e demais legislações aplicáveis.

CONTRATANTE:	Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde
C.N.P.J. N.º:	80.673.411/0001-87
Endereço: (sede)	Rua Esteves Júnior, 160 - Ed. Halley - Centro – Florianópolis – SC
Representada por:	

Contratada:	
C.N.P.J. N.º:	
Endereço:	
Representada por:	

GESTOR:	
Função:	
Unidade:	

FISCAL:	
Função:	
Unidade:	

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO, ESPECIFICAÇÃO E QUANTIDADE

1.1 - O Presente Contrato tem por objetivo a aquisição pela CONTRATANTE e o fornecimento pela CONTRATADA, **de luvas de procedimento – enfrentamento do Covid19**, para a Secretaria de Estado da Saúde.

1.2 – Este Termo de Contrato vincula-se à proposta vencedora, independentemente de sua transcrição.

ITEM	QTDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01 - Luva de procedimento descartável, tamanho pequeno (P) confeccionada em látex natural, íntegro e uniforme, formato anatômico, ambidestra, atóxico, não estéril, resistente a tração, descartável, uso único, sem talco, selo de conformidade, embalada em caixas contendo dados de identificação, procedência, validade, número do lote. As luvas devem ser armazenadas e transportadas em condições que evitem a possibilidade de afetar a integridade, em especial: calor, umidade, luz. Em conformidade a RDC nº 55 de 04 de novembro de 2011, portaria nº 332, de 26 de julho de 2012 e portaria nº 451, de 31 de agosto de 2012. Apresentar certificado de aprovação no MTE.	1.200.000	R\$ 0,85	R\$ 1.020.000,00
02 - Luva de procedimento descartável, tamanho médio (M) confeccionada em látex natural, íntegro e uniforme, formato anatômico, ambidestra, atóxico, não estéril, resistente a tração, descartável, uso único, sem talco, selo de conformidade, embalada em caixas, contendo dados de identificação, procedência, validade, número do lote. As luvas devem ser armazenadas e transportadas em condições que evitem a possibilidade de afetar a integridade, em especial: calor, umidade, luz. Em conformidade a RDC nº 55 de 04 de novembro de 2011, portaria nº 332, de 26 de julho de 2012 e portaria nº 451, de 31 de agosto de 2012. Apresentar certificado de aprovação MTE.	1.215.000	R\$ 0,85	R\$ 1.032.750,00
03 - Luva de procedimento descartável, tamanho grande (G) confeccionada em látex natural, íntegro e uniforme, formato anatômico, ambidestra, atóxico, não estéril, resistente a tração, descartável, uso único, sem talco, selo de conformidade, embalada em caixas, contendo dados de identificação, procedência, validade, número do lote. As luvas devem ser	100.000	R\$ 0,85	R\$ 85.000,00

armazenadas e transportadas em condições que evitem a possibilidade de afetar a integridade, em especial: calor, umidade, luz. Em conformidade a RDC nº 55 de 04 de novembro de 2011, portaria nº 332, de 26 de julho de 2012 e portaria nº 451, de 31 de agosto			
--	--	--	--

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1 - A CONTRATADA obriga-se a fornecer o objeto deste instrumento, especificado(s) e quantificado(s) na cláusula primeira, ao preço líquido, CIF aproximado de R\$..... (.....) considerando sua proposta de preços;

2.2 - As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta da dotação orçamentária:

2.2.1 - Projeto/Atividade:

2.2.2 - Elemento Despesa:

2.2.3 - Unidade Orçamentária:

2.3 - A CONTRATADA deverá mencionar na respectiva Nota Fiscal/Fatura informações sobre o produto, tais como: a MARCA sob o qual o mesmo é comercializado, Fabricante, Apresentação, País de Origem, o número Certificado de Registro do Produto junto ao Ministério da Saúde, o número do lote e o prazo de validade do produto. Além de mencionar o número do Contrato, do Processo e da Autorização de Fornecimento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PAGAMENTO

3.1 - A SES efetuará o pagamento em 20 (vinte) dias após o recebimento e aceite do material com a respectiva Nota Fiscal/Fatura ou documento legalmente equivalente, observado o cumprimento integral das disposições contidas neste edital;

3.1.1 - Caso o vencimento do prazo de pagamento da Nota Fiscal/Fatura ocorra fora do calendário semanal ou de expediente bancário, o pagamento será efetuado na próxima data do calendário, imediatamente posterior ao vencimento, não incidindo qualquer compensação financeira neste período;

3.1.2 - O fornecedor ou prestador de serviços ao Estado que optar por receber seu pagamento em outras instituições que não o Banco do Brasil, ficará responsável pelo custo da tarifa bancária referente à respectiva transferência de valores entre Bancos, uma vez que os pagamentos efetuados pelo Estado são efetuados prioritariamente pelo Banco do Brasil.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO E DO LOCAL DE ENTREGA

4.1 - O prazo de entrega será de até 10 (dez) dias após o recebimento da Autorização de Fornecimento ou documento equivalente;

4.2 - A entrega será efetuada diretamente na Secretaria de Estado da Saúde, Rua Judite Melo dos Santos, 258, galpão 06, bairro Nova São José -Área Industrial, São José/SC, nas quantidades constantes na Autorização de Fornecimento;

4.3 - A Contratada somente irá fornecer os materiais constantes nos Anexos do presente instrumento e nas quantidades estipuladas;

4.4 - A Contratada deverá manter um controle rigoroso das quantidades fornecidas para que as mesmas não ultrapassem o estipulado nos Anexos.

CLÁUSULA QUINTA - DO RECEBIMENTO DO OBJETO

5.1 - A entrega do objeto desta licitação deverá ser efetuada na Secretaria de Estado da Saúde, Rua Judite Melo dos Santos, 258, galpão 06, bairro Nova São José -Área Industrial, São José/SC, nas quantidades constantes na Autorização de Fornecimento, correndo por conta da Contratada as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento;

5.1.1 – O material deverá indicar na embalagem a razão social da Contratada, o número deste Contrato, o número da nota fiscal e o número da Autorização de Fornecimento.

5.1.2 – Quando da entrega, o produto deverá estar em perfeitas condições para ser consumido, e as embalagens intactas (não danificadas).

5.1.3 – O produto entregue deverá ser novo, entendido como tal, de primeira utilização.

5.2 – Para os produtos em que é exigido pela legislação vigente prazo de validade, o mesmo deverá constar na embalagem.

5.3 – A Contratante reserva-se o direito de a qualquer tempo, previamente ao aceite, ou durante o prazo de garantia do objeto ofertado e entregue, proceder a análise técnica e de qualidade do objeto, diretamente ou por intermédio de terceiros por ele escolhido. Se rejeitados, deverão ser substituídos imediatamente pela Contratada, sem quaisquer ônus para a Contratante.

5.4 – Os produtos a serem fornecidos devem ser livres de impurezas, estando sujeitos ao controle de qualidade do Contratante diretamente ou por intermédio de terceiros, durante toda a execução do Contrato, sendo rejeitados os produtos não aprovados ou que se apresentarem impróprios para o consumo, os quais deverão ser imediatamente substituídos pelo fornecedor, sem qualquer custo adicional.

5.5 – A Contratada, mesmo não sendo a fabricante da matéria-prima empregada na fabricação de seu produto, responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade deste, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta.

5.6 – O aceite do(s) produto(s) pela Contratante, não exclui a responsabilidade civil da Contratada por vícios de quantidade ou qualidade do produto ou disparidade com as especificações técnicas exigidas no edital ou atribuídas pela Contratada, verificados posteriormente, garantindo-se à Contratante as faculdades previstas no artigo 18, da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

5.7 – O(s) objeto(s) cotado(s) deverá(ão) atender a legislação a ele(s) pertinente(s).

5.8 – As quantidades licitadas são estimativas, podendo a contratante requisitar quantidades maiores ou menores conforme a efetiva necessidade, respeitando-se os limites da Lei.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO/ALTERAÇÃO

6.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de 6 (seis) meses, com início na data de sua assinatura;

6.2. O contrato poderá ser acrescido ou suprimido em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA ALTERAÇÃO DOS PREÇOS

7.1 - Os preços contratados não serão alterados.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

8.1 - A rescisão do Contrato poderá ser efetuada conforme determina o artigo 79 e acarretar as consequências previstas no artigo 80, pelos motivos previstos nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8666/93 e alterações posteriores.

8.2 - O Presente Contrato poderá ser rescindido a critério da CONTRATANTE, sem que à Contratada caiba qualquer indenização, ou, reclamação, nos seguintes casos:

8.2.2 - Inobservância das especificações acordadas e/ou rejeição dos serviços prestados;

8.2.3 - Inadimplência de qualquer cláusula contratual e/ou da proposta ofertada;

8.2.4 - Falência, liquidação judicial ou extrajudicial, concordata preventiva da fornecedora, requeridas, homologadas ou decretadas;

8.2.5 - A Contratada, reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa, prevista no art 77, da Lei 8.666/93, bem como Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, no Decreto Estadual nº 2.617, de 16 de setembro de 2009.

CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO

9.1 - A fiscalização do contrato será exercida por um representante da CONTRATANTE, indicado pela unidade e identificado no contrato/ata, a quem competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato;

9.2 - A CONTRATANTE se reserva o direito de rejeitar no todo ou em parte os produtos entregues, se em desacordo com o contrato;

9.3 - A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui, nem reduz, a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, resultante de imperfeições técnicas ou utilização de material de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implicará a responsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos. (Art. 70 da lei 8.666/93).

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES E SANÇÕES

10.1 - As empresas que não cumprirem as obrigações assumidas na fase licitatória e/ou de execução do contrato estão sujeitas às seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) suspensão temporária, não superior a 5 (cinco) anos, na modalidade de pregão, e não superior a 2 (dois) anos para as demais modalidades, aplicada segundo a natureza e a gravidade da falta cometida; e
- d) declaração de inidoneidade para licitar com a Administração Pública;

10.2 - A advertência será emitida pela Administração, quando o contratado descumprir qualquer obrigação;

10.3 - A multa será imposta à contratada pelo atraso injustificado na entrega ou execução do contrato, de acordo com as alíquotas a seguir:

- a) 0,33 % (zero, trinta e três por cento) por dia de atraso, na entrega do objeto ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9% (nove, nove por cento);
- b) 10 % (dez por cento) em caso de não entrega do objeto ou não conclusão do serviço ou rescisão do contrato por culpa da contratada, calculado sobre a parte inadimplente;
- c) até 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega;

10.3.1 - O valor da multa e/ou custas de depósito será deduzido dos créditos ou garantias da empresa, ou cobrado administrativa ou judicialmente;

10.3.2 - Sempre que a multa ultrapassar os créditos da contratada e/ou garantias, o valor excedente será encaminhado à cobrança extrajudicial ou judicial;

10.3.3 - O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do serviço;

10.3.4 - A multa será aplicada quando o atraso for superior a cinco dias;

10.3.5 - A aplicação da multa não impede que sejam aplicadas outras penalidades;

10.4 - A suspensão impossibilitará a participação da empresa em licitações e/ou contratos, ficando suspenso o seu registro cadastral no Cadastro Geral de Fornecedoros do Estado de Santa Catarina/SEA, de acordo com os prazos a seguir:

- a) por até 30 (trinta) dias, quando aplicada a pena de advertência emitida pela Administração e a empresa permanecer inadimplente;
- b) por até 90 (noventa) dias, quando a empresa interessada solicitar cancelamento da proposta após a abertura e antes do resultado do julgamento;
- c) por até 12 (doze) meses, quando a empresa adjudicada se recusar a retirar a autorização de fornecimento ou assinar o contrato;
- d) por até 12 (doze) meses, quando a empresa adjudicada motivar a rescisão total ou parcial da autorização de fornecimento e/ou do contrato;
- e) por até 12 (doze) meses, quando a empresa praticar atos que claramente visem à frustração dos objetivos da licitação;
- f) por até 24 (vinte e quatro) meses, quando a empresa apresentar documentos fraudulentos nas licitações;
- g) por até 5 (cinco) anos quando, na modalidade de pregão, a fornecedora convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, que não celebrar o contrato, que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, que ensejar o retardamento da execução de seu objeto, que não mantiver a proposta, que falhar ou fraudar na execução do contrato, que se comportar de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios; e

h) até a realização do pagamento, quando a empresa receber qualquer das multas previstas no item anterior.

10.4.1 - A penalidade de suspensão aplicada pela Administração, publicada no Diário Oficial do Estado, implicará na suspensão da fornecedora junto ao Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina/SEA;

10.4.2 - A suspensão do direito de licitar poderá ser ampliada até o dobro, em caso de reincidência;

10.5 - A declaração de inidoneidade será aplicada pelo Secretário de Estado da Administração – SEA;

10.5.1 - A declaração de inidoneidade permanecerá em vigor enquanto perdurarem os motivos que determinaram a punibilidade ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que a aplicou;

10.5.2 - A declaração de inidoneidade terá seus efeitos extensivos a toda Administração Pública;

10.6 - As empresas que apresentarem documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados, ou que por quaisquer outros meios praticarem atos irregulares ou ilegalidades para obtenção do registro no Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina/SEA, estarão sujeitas às seguintes penalidades:

a) suspensão temporária do Certificado de Cadastro de Fornecedores - CCF ou da obtenção do registro, por até 5 (cinco) anos na modalidade de pregão e até 2 (dois) anos para as demais modalidades, dependendo da natureza e gravidade dos fatos; e

b) declaração de inidoneidade, nos termos do artigo anterior.

10.7 - As sanções previstas neste edital poderão também ser aplicadas às empresas ou profissionais que:

a) tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos; e

b) tenham praticado atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;

10.8 - Compete à Assessoria Jurídica da SES/SUC, após análise a indicação das penalidades previstas neste edital e legislação vigente, cuja aplicação dependerá da homologação da autoridade competente do órgão ou entidade;

10.9 - É facultado à interessada interpor recurso contra a aplicação das penalidades previstas neste edital, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, que será dirigido à autoridade competente do órgão ou entidade;

10.10 - As penalidades aplicadas serão registradas na Secretaria de Estado da Administração/ Diretoria de Gestão de Materiais e Serviços – DGMS, no Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina/SEA;

10.10.1 - Homologadas e publicadas as penalidades, a Administração as encaminhará ao Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina/ SEA, para registro.

PARÁGRAFO ÚNICO - As multas pecuniárias aqui estabelecidas serão recolhidas na Tesouraria da Secretaria de Estado da Saúde, situada no 9º (nono) andar, na Rua Esteves Júnior, 160, Centro, Florianópolis, SC.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PRÁTICAS FRAUDULENTAS E DE CORRUPÇÃO

11 - As partes, por seus agentes públicos ou por seus sócios, acionistas, administradores e colaboradores: I – declaram que têm conhecimento das normas previstas na legislação, entre as quais nas Leis nºs 8.429/1992 e 12.846/2013, seus regulamentos e eventuais outras aplicáveis;

II – comprometem-se em não adotar práticas ou procedimentos que se enquadrem nas hipóteses previstas nas leis e regulamentos mencionados no inciso anterior e se comprometem em exigir o mesmo pelos terceiros por elas contratados;

III – comprometem-se em notificar à Controladoria-Geral do Estado qualquer irregularidade que tiverem conhecimento acerca da execução do contrato;

IV – declaram que têm ciência que a violação de qualquer das obrigações previstas na Instrução Normativa conjunta CGE/SEA nº 01/2020, além de outras, é causa para a rescisão unilateral do contrato, sem prejuízo da cobrança das perdas e danos, inclusive danos potenciais, causados à parte inocente e das multas pactuadas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

12.1 - A Contratada não poderá subcontratar, ceder ou transferir total ou parcialmente o objeto do contrato a terceiros ou a eles associar-se sem prévia autorização da Contratante sob pena da imediata rescisão do contrato e demais sanções aplicáveis Lei Federal nº 8666/93.

12.2 - Farão parte integrante deste contrato todos os elementos apresentados pela licitante vencedora que tenham servido de base à presente licitação, bem como, as condições estabelecidas neste Edital e Anexos.

12.3 - No caso de recusa ou demora no atendimento a qualquer reclamação independente das sanções cabíveis, a CONTRATANTE poderá confiar a outrem a execução do contrato, descontando o seu custo de uma só vez, no primeiro pagamento a ser feito, sem que a em presa vencedora possa impugnar o seu valor.

12.4 - A tolerância de qualquer das partes, relativa às infrações cometidas contra disposições deste Contrato, não exime o infrator de ver exigido, a qualquer tempo, seu cumprimento integral.

12.5 - A Contratada se obriga a manter as condições de habilitação e qualificação durante a vigência deste contrato, sob pena da aplicação do disposto na Cláusula Décima;

12.6 - O presente contrato é regido pela pelo Decreto Estadual nº 2.617, de 16 de setembro de 2009, pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações e pela Lei Federal nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020;

12.7 - Fica eleito o Foro da Comarca de Florianópolis, Capital do Estado de Santa Catarina, para dirimir eventuais litígios oriundos do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento perante duas testemunhas abaixo assinadas.

CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. _____

2. _____



Assinaturas do documento



Código para verificação: **80UA02RQ**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



LUIZ ANTONIO DACOL em 06/04/2021 às 18:15:05

Emitido por: "SGP-e", emitido em 30/03/2018 - 12:48:04 e válido até 30/03/2118 - 12:48:04.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U0VTXzcwNTIfMDAwMzU2MTdfMzYyMDZfMjAyMV84MFVBMDJSUQ==> ou o site <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SES 00035617/2021** e o código **80UA02RQ** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.

Licitações

Gabinete do Governador

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

AVISO DE LICITAÇÃO

A Procuradoria Geral do Estado, torna público que realizará a abertura da licitação abaixo relacionada, cujo edital e seus anexos estão disponíveis no site www.portaldecompras.sc.gov.br.

Licitação: Edital n. 0003/2021

Modalidade: Pregão Eletrônico

Processo: PGE n. 5195/2020

Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de fornecimento e instalação com prestação de serviços para montagem e desmontagem de divisórias.

Abertura da Licitação: às 13:00h do dia 19/04/2021.

Informações sobre o edital serão prestadas através do e-mail pregoeiro@pge.sc.gov.br ou no seguinte endereço: Avenida Osmar Cunha, 220, Centro, Florianópolis/SC, de segunda a sexta-feira, durante o horário de expediente, das 13:00 às 19:00 horas.

Marcelo Mendes

Procurador-Geral Adjunto para Assuntos Administrativos

Cod. Mat.: 729856

Secretarias de Estado

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO

EDITAL n.º 0073/20. Objeto: Aquisição de luvas de procedimento – enfrentamento do Covid19. Valor: R\$ R\$ 2.137.750,00 (Dois milhões, cento e trinta e sete mil, setecentos e cinquenta reais). No site www.portaldecompras.sc.gov.br encontram-se o Edital e canais para todas as comunicações. **SES 35617/2021 (2021AS002790).**

Cod. Mat.: 730333

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL
E SOCIOEDUCATIVA

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 014/SAP/2021

Objeto: Contratação do Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina S.A. –CIASC para Prestação de Serviços de Solução Integrada de Serviços Gerenciados de Comunicação de Dados. **Dotação Orçamentária:** Unidade 54096; Subação 11047; Natureza de Despesa 33.90.40.32; Fonte 100. **Fundamentação Legal:** Artigo 24, inciso XVI da Lei Federal nº 8.666/1993. **Contratante:** Secretaria de Estado da Administração Prisional e Socioeducativa/Fundo Penitenciário do Estado de Santa Catarina; **Origem:** DL nº 014/SAP/2021; **Contratada:** Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina S.A. –CIASC, CNPJ 83.043.745/0001-65. **Valor total da Dispensa:** R\$ 1.746.780,84 (Um milhão setecentos e quarenta e seis mil setecentos e oitenta reais e oitenta e quatro centavos). GGG 2021SO001817. Florianópolis/SC, 06 de abril de 2021. **SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL E SOCIOEDUCATIVA.**

Cod. Mat.: 729814

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO SUSTENTÁVEL/SDE

EXTRATO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0002/2021

Contratante: Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável/Fundo Estadual de Recursos Hídricos. **Contratada:** Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina S/A CIASC. **OBJETO:** Prestação de serviços de tecnologia da informação e comunicação para a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável – SDE e também para a operacionalização do SINE e PROCON. **Valor estimado Anual:** R\$ 848.065,32 (oitocentos e quarenta e oito mil e sessenta e cinco reais e trinta e dois centavos) anualmente, sendo que estão previstos para os meses de abril até dezembro de 2021 o valor total de R\$ 636.048,99 (seiscentos e trinta e seis mil, quarenta e oito reais com noventa e nove centavos). **Fundamentação Legal:**

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES
AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico nº 0810/2021. Objeto: Aquisição de medicamentos para atendimento de ordens judiciais para a Gerência de Bens Judiciais (GEJUD). Abertura da sessão: 30/04/2021 às 13h15min. No site www.e-lic.sc.gov.br encontram-se o Edital e canais para todas as comunicações (CIG) SES 2021AS002941.

Cod. Mat.: 729833

Cod. Mat.: 730072

Unidade Orçamentária	Projetos Atividades	Elemento de Despesa	Fonte
27001	5030, 5039, 10180, 14768	33.90.40	0100
27092	11834	33.90.40	122

Florianópolis, 25 de março de 2021.

LUCIANO JOSÉ BULIGON

Secretário de Estado

CIG DSUST 2021SO001811

REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

Cod. Mat.: 730068

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Origem: PREGÃO ELETRÔNICO nº 0078/2020.

Objeto: Contratação de empresa especializada em serviços de engenharia, para realização de Levantamento e Diagnóstico da Estrutura Física das unidades escolares da Regional 02 - Blumenau, compreendendo os municípios de Blumenau, Gaspar e Pomerode, sob responsabilidade da Secretaria de Estado da Educação, objetivando o Registro de Preços.

Vigência: 31/março/2021 a 31/março/2022.

Empresa: CBR ENGENHARIA S/S LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.581.297/0001-14.

LOTE I - 1

ITEM 1 - Quantidade: 100.000 /m². Valor Unit. R\$ 3,98. Processo SGP-e: SED 698/2020. Protocolo CIG SGP-e: SED 13196/2020.

Vitor Fungaro Balthazar

Secretário Adjunto de Estado da Educação.

Cod. Mat.: 729826

ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE
HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO DE LICITAÇÃO

O Secretário de Estado da Infraestrutura e Mobilidade torna público à Homologação do Resultado da Licitação nº 0124/2020 na modalidade: **Regime Diferenciado de Contratação**, cujo objeto: Contratação de Empresa Especializada em Execução de Obras de Engenharia para REFORMA do E.E.B. RUDOLFO LUZINA, localizada na Avenida Francisco Ferdinando Losia, no 187, Centro no município de Nova Erechim, SC. Empresa Vencedora: **CONSTRUTORA Solo Ltda.** **Valor Total Adjudicado:** R\$ 2.645.000,00. Leodegar Tiscoski. Secretário da SIE, 05 de Abril de 2021. **Aprovação - GGG-2020SO000789**

Cod. Mat.: 729887

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES
RESULTADO DE LICITAÇÃO

O Secretário de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde torna público o Resultado da Licitação nº 3258/2020 na modalidade: Pregão "Eletrônico", cujo objeto: Aquisição de materiais de enfermagem e cirurgia para as unidades da SES. **ADQUIRIR OS ITENS: MENOR PREÇO:** Itens: 01, 03, 14, 15 e 16. **COTAÇÃO ÚNICA:** Item: 02. **CONSIDERAR NÃO COTADOS:** Itens: 05 e 12. **DECLASSIFICAR OS ITENS DAS EMPRESAS, CONFORME DISCRIMINADO:** Por não atender as especificações técnicas do edital, conforme Parecer Técnico (Art. 48, Inciso I, da Lei 8.666/93 e Alterações): Viva Care Material Médico Hospitalar Ltda - ME - Itens: 06, 07 e 10. Asli Comercial Eireli - Item: 10. Becton Dickinson Indústrias Cirúrgicas Ltda - Item: 10. Por apresentar preço excessivo (Art. 48, Inciso II, da Lei 8.666/93 e Alterações): Viva Care Material Médico Hospitalar Ltda - ME - Itens: 04 e 11. Aaba Comércio de Equipamentos Médicos Eireli - Item: 06, 07, 08 e 09. Soma/SC Produtos Hospitalares Ltda - Itens: 10 e 13. **EMPRESAS VENCEDORAS:** Aaba Comércio de Equipamentos Médicos Eireli - Itens: 14 e 15. Viva Care Material Médico Hospitalar Ltda - ME - Itens: 01, 02, 03 e 16. CIG: SES 2020AS002024.

Cod. Mat.: 729733

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES
RESULTADO DE LICITAÇÃO

O Secretário de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde torna público o Resultado da Licitação nº 0034/2021 na modalidade: Pregão "Eletrônico", cujo objeto é: Registro de Preços para aquisição de órteses, próteses e materiais especiais para as Unidades da SES. **MENOR PREÇO:** Item: 01. **EMPRESA VENCEDORA:** Promedon Porto Alegre Produtos Médico-Hospitalares Ltda - Item: 01. CIG: SES 2020AS002643.

Cod. Mat.: 729833

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES
AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 0810/2021. Objeto: Aquisição de medicamentos para atendimento de ordens judiciais para a Gerência de Bens Judiciais (GEJUD). Abertura da sessão: 30/04/2021 às 13h15min. No site www.e-lic.sc.gov.br encontram-se o Edital e canais para todas as comunicações (CIG) SES 2021AS002941.

Cod. Mat.: 730072

Objeto: Exame Tomografia por E
Contratada: BIONUCLEAR SERV
S/S LTDA. Total DL: R\$ 3.700,00

A SECRETARIA DE ESTADO DA
Dispensa de Licitação 543/2021
2021AS002992. Objeto: Aquisição
dica 5.000UI/ml=25.000UI solução
GEBER. Justificativa e Fundamen
OF 360/2021. Fornecedor: Ponta
02.816.696/0001-54. Valor total d

SECRETARIA DE ESTADO DA S
Inexigibilidade de Licitação 693/20
2021AS002994. Objeto: Manuten
HGCR. Justificativa e fundamen
da: CSE Equipamento e Serviços
- Valor R\$ 6.575,00.

SECRETARIA DE ESTADO DA S
RESULTADO DE LICITAÇÃO
O Secretário de Estado da Saúde
público o Resultado da Licitação n
gão "Eletrônico", cujo objeto é: Aq
para o Laboratório Central de Sa
MENOR PREÇO: MENOR PRE
18 e 19. **COTAÇÃO ÚNICA:** Itens
NÃO COTADOS: Itens: 16 e 23. D
preço excessivo (Art. 48, Inciso II
Casa do Laboratório Ltda. ME - It
Munhoz. - Itens: 04, 05, 06 e 20.
sentação Ltda. - Itens: 07 e 15. La
Ltda. - Itens: 09 e 21. **EMPRESA**
Camusetti Munhoz. - Item: 18. La
Ltda. - Itens: 01, 03, 08, 10, 11,
Diagnósticos e Hospitalares Ltda. -

SECRETARIA DE ESTADO DA S
AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico nº 0644/2021.
de fisioterapia, fonoaudiologia e t
Catarinense de Reabilitação (CCR)
às 13h15min. No site www.e-lic.sc.gov.br
canais para todas as comunicações

SECRETARIA DE ESTADO DA S
AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico nº 0771/2021. C
para a Gerência de Bens Regular
30/04/2021 às 8h15min. No site w
Edital e canais para todas as comun

SECRETARIA DE ESTADO DA S
AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico nº 0621/2021.
acessórios para equipamento pa
Ramos (HGCR). Abertura da ses
site www.e-lic.sc.gov.br encontrar
as comunicações (CIG) SES 202

SECRETARIA DE ESTADO DA S
RESULTADO DE LICITAÇÃO
O Secretário de Estado da Saúde
público o Resultado da Licitação n
"Presencial", cujo objeto é: Aquisi
para o Hospital Infantil Joana de
PRESENTE CERTAME POR IL
49, CAPUT, DA LEI 8.666/93 E A

SECRETARIA DE ESTADO DA S
AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico nº 0611/2021.
enfermaria e cirurgia com cedênc
para a Gerência de Bens Regular
29/04/2021 às 13h15min. No site v
Edital e canais para todas as comun

SECRETARIA DE ESTADO DA S
AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico nº 0581/2021
próteses e materiais especiais p
Ramos (HGCR). Abertura da ses
site www.e-lic.sc.gov.br encontrar
as comunicações (CIG) SES 202



**ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÕES E CONTRATAÇÕES DESTINADAS AO
ENFRENTAMENTO DA COVID19**

Portaria n. 163/2020
Site: www.portaldecompras.sc.gov.br
E-mail: cotacoescovid19@sea.sc.gov.br

**EDITAL DE COTAÇÃO DE PREÇOS Nº 0073/2021
PROCESSO SES 35617/2021**

A SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO (SEA) solicita, por meio do presente, que as pessoas físicas ou jurídicas interessadas encaminhem propostas de preços, conforme as condições estabelecidas neste edital de compra direta para aquisição na modalidade dispensa de licitação pelo critério de **MENOR PREÇO** por **ITEM**.

OBJETO: Aquisição Emergencial de Materiais de Enfermaria e Cirurgia -EPÍ S relacionados ao enfrentamento da pandemia de COVID-19 - Luvas de Procedimentos para abastecimento das unidades da Secretaria de Estado da Saúde, conforme especificações constantes do Anexo I.

ENTREGA DAS PROPOSTAS: até 18h do dia 16/03/2021.

1 – PROPOSTA

1.1 – A PROPOSTA deverá ser encaminhada até o prazo acima estipulado por correio eletrônico para cotacoescovid19@sea.sc.gov.br.

1.1.1 – A PROPOSTA não poderá ter emendas, rasuras ou entrelinhas; deve estar datada, conter nome ou razão social, CNPJ ou CPF, endereço completo, telefone e e-mail e deve estar assinada pelo representante legal da empresa;

1.2 – A PROPOSTA deverá conter a marca do produto ofertado, apresentação, preço unitário e total por item. Estes deverão ser em moeda nacional, computados os tributos de qualquer natureza incidentes sobre o material/serviço e a venda a ser realizada, bem como, o custo de transporte, inclusive carga e descarga, na modalidade CIF, correndo tal operação, única e exclusivamente por conta, risco e responsabilidade das empresas vencedoras. No preço cotado por item, já estarão incluídos todos os descontos oferecidos;

1.2 - A proposta, para cada item, deverá ser preenchida, conforme as especificações abaixo:

a) O preço unitário do item deverá ser expresso em reais, com no máximo 4 (quatro) casas decimais, no campo “VALOR UNITÁRIO DO ITEM”;

b) Deverá constar no campo “marca”:

I- Marca;

II – Procedência;

III – apresentação com detalhamento de cada item, necessariamente a forma de apresentação e quantidade;

IV – Nome comercial do produto cotado, laudos comprobatórios de eficiência (quando solicitados) e registro na ANVISA ou declaração de produto isento.

1.3 – A PROPOSTA deverá ter validade não inferior a 60 (sessenta) dias;

1.4 – O autor da OFERTA VENCEDORA deverá apresentar os documentos elencados abaixo:

1.4.1 – Prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

1.4.2 – Prova de regularidade fiscal para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal da sede ou domicílio da licitante, expedidas pelos órgãos abaixo relacionados:

1.4.2.1 – Da Secretaria da Receita Federal, com relação à regularidade fiscal Federal;

1.4.2.2 – Da Procuradoria da Fazenda Nacional, referente à Dívida Ativa da União;

1.4.2.3 – Da Secretaria da Fazenda Estadual, ou outro órgão competente, com relação à regularidade fiscal Estadual;

1.4.2.4 – Da Secretaria de Finanças Municipal, ou outro órgão competente, com relação à regularidade fiscal Municipal. No caso de municípios que mantêm Cadastro Mobiliário e Imobiliário separados, deverão ser apresentados os comprovantes referentes a cada um dos cadastros;

1.4.3 – Prova de regularidade relativa à Seguridade Social, fornecida pelo Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) - CND;

1.4.4 – Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) – CRS;

1.4.5 – Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

1.5 – A documentação acima elencada no item 1.4 poderá ser substituída pelo Certificado de Cadastro de Fornecedor emitido pela Diretoria de Gestão de Materiais e Serviços da Secretaria de Estado da Administração;

1.6 – Caso haja a necessidade expressa em edital de apresentação de laudos, certificados de qualidade técnica, ensaios laboratoriais e correlatos, estes devem ser apresentados em língua portuguesa ou traduzidos, acompanhados da original fonte;

1.8 – A proposta deverá cumprir os requisitos listados no Anexo I (detalhamento do objeto).

2 – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

2.1 – O CONTRATANTE efetuará o pagamento em 30 (trinta) dias após o recebimento e aceite dos bens ou serviços com a respectiva Nota Fiscal/Fatura ou documento legalmente equivalente, observado o cumprimento integral das disposições contidas neste edital;

2.2 – O fornecedor ou prestador de serviços ao Estado que optar por receber seu pagamento em outras instituições que não o Banco do Brasil, ficará responsável pelo custo da tarifa bancária referente à respectiva transferência de valores entre Bancos, uma vez que os pagamentos efetuados pelo Estado são efetuados prioritariamente pelo Banco do Brasil;

2.3 – A empresa deverá mencionar na respectiva Nota Fiscal/Fatura informações sobre o produto, tais como: a marca sob o qual o mesmo é comercializado, fabricante, além de mencionar o número da Autorização de Fornecimento, Ordem Fornecimento, Nota de empenho, Contrato ou instrumentos equivalentes;

2.4 – Também será obrigatório que a empresa mencione na Nota Fiscal/Fatura os seguintes dados bancários para pagamento: número do banco, número da agência com dígito e número da conta corrente com dígito.

3 – DISPOSIÇÕES GERAIS

3.1 – A participação na presente cotação de preços implica na aceitação integral e irrevogável de todas as condições exigidas neste edital e dos documentos que dele fazem parte, bem como na observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor;

3.2 – A presente aquisição baliza-se pelos preceitos da Lei 8.666/93 e suas alterações;

3.3 – As empresas que não cumprirem as obrigações assumidas na Cotação de Preços e/ou na execução do objeto estão sujeitas às seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa;

III - suspensão temporária, não superior a 2 (dois) anos, aplicada segundo a natureza e a gravidade da falta cometida;

3.3.1 – A advertência é a sanção por escrito, emitida pela Administração, quando o contratado descumprir qualquer obrigação, ressalvado o disposto no § 3º do art. 11 do Decreto Estadual nº 2617/2009;

3.3.2 – A multa é a sanção pecuniária que será imposta à contratada pelo atraso injustificado na entrega ou execução do Contrato, de acordo com as alíquotas a seguir:

I - 0,33 % (zero, trinta e três por cento) por dia de atraso, na entrega do objeto ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9% (nove vírgula nove por cento);

II - 10 % (dez por cento) em caso de não entrega do objeto ou não conclusão do serviço ou rescisão do Contrato ou cancelamento da Ordem de Fornecimento/Autorização de Fornecimento por culpa da contratada, calculado sobre a parte inadimplente;

III - até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato/Ordem de Fornecimento/Autorização de Fornecimento, pelo descumprimento de qualquer cláusula, exceto prazo de entrega.

3.3.2.1 – O valor da multa e/ou custas de depósito será deduzido dos créditos ou garantias da empresa, ou cobrado administrativa ou judicialmente.

3.3.2.2 – Sempre que a multa ultrapassar os créditos da contratada e/ou garantias, o valor excedente será encaminhado à cobrança extrajudicial ou judicial.

3.3.2.3 – O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do serviço.

3.3.2.4 – A multa será aplicada quando o atraso for superior a cinco dias.

3.3.2.5 – A aplicação da multa não impede que sejam aplicadas outras sanções previstas neste Edital;

3.3.3 – A suspensão é a sanção que impossibilita a participação da empresa em licitações e/ou Contratos, ficando suspenso o seu registro cadastral no Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina, de acordo com os prazos a seguir:

I - por até 30 (trinta) dias, quando aplicada a pena de advertência emitida pela Administração e a empresa permanecer inadimplente;

II - por até 90 (noventa) dias, quando a empresa interessada solicitar cancelamento da proposta após a abertura e antes do resultado do julgamento;

III - por até 12 (doze) meses, quando a empresa adjudicada se recusar a retirar a Autorização de Fornecimento, Ordem de Fornecimento ou assinar o Contrato;

IV - por até 12 (doze) meses, quando a empresa adjudicada motivar a rescisão total ou parcial da Autorização de Fornecimento, Ordem de Fornecimento ou do Contrato;

V - por até 12 (doze) meses, quando a empresa praticar atos que claramente visem à frustração dos objetivos da Cotação de Preços;

VI - por até 24 (vinte e quatro) meses, quando a empresa apresentar documentos fraudulentos;

VII - por até 2 (dois) anos quando a fornecedora convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, que não celebrar o Contrato, que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida no edital, que ensejar o retardamento da execução de seu objeto, que não mantiver a proposta, que falhar ou fraudar na execução do Contrato, que se comportar de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios; e

VIII - até a realização do pagamento, quando a empresa receber qualquer das multas previstas no artigo anterior.

3.4 – Na apreciação das propostas poderão ser solicitadas informações complementares, amostras e/ou prospectos, a fim de obter maiores informações sobre o produto e/ou serviço ofertado, o que deverá ser providenciado no prazo estabelecido pela Gerência solicitante, sob pena de desclassificação;

3.5 – A cotadora vencedora não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto do Contrato, Ordem de Fornecimento e/ou Autorização de Fornecimento a terceiros ou a eles associar-se sem prévia autorização da contratante, sob pena de imediata rescisão do contrato e demais sanções aplicáveis, conforme Lei 8.666/93.

3.6 – Os orçamentos que compõem este processo poderão ser utilizados para aquisição dos itens caso haja vantajosidade para os órgãos participantes, interesse da empresa cotadora e atendimento aos requisitos solicitados neste Edital.

3.7 – Não poderá participar, direta ou indiretamente, desta cotação de preços servidor ou dirigente dos órgãos participantes, em conformidade com o disposto no inciso III do art. 9º da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993.

3.8 – O resultado deste edital de compra direta será disponibilizado para acompanhamento no site www.portaldecompras.sc.gov.br / <https://sgpe.sea.sc.gov.br/atendimento>

3.9 – Nos casos omissos deste edital serão adotados os prazos para a modalidade convite.

JORGE EDUARDO TASCA
Secretário de Estado da Administração

ANEXO I

DETALHAMENTO DO OBJETO

1 – PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

ITEM	DESCRIÇÃO ITEM	QUANTIDADE	ESTIMATIVA DE CONSUMO (MESES)
009598074	Luva de procedimento descartável, tamanho pequeno (P) confeccionada em látex natural, íntegro e uniforme, formato anatômico, ambidestra, atóxico, não estéril, resistente a tração, descartável, uso único, sem talco, selo de conformidade, embalada em caixas contendo dados de identificação, procedência, validade, número do lote. As luvas devem ser armazenadas e transportadas em condições que evitem a possibilidade de afetar a integridade, em especial: calor, umidade, luz. Em conformidade a RDC nº 55 de 04 de novembro de 2011, portaria nº 332, de 26 de julho de 2012 e portaria nº 451, de 31 de agosto de 2012. Apresentar certificado de aprovação no MTE.	2.250.000	Entrega em 3 parcelas mensais com consumo estimado para 90 dias.
009598075	Luva de procedimento descartável, tamanho médio (M) confeccionada em látex natural, íntegro e uniforme, formato anatômico, ambidestra, atóxico, não estéril, resistente a tração, descartável, uso único, sem talco, selo de conformidade, embalada em caixas, contendo dados de identificação, procedência, validade, número do lote. As luvas devem ser armazenadas e transportadas em condições que evitem a possibilidade de afetar a integridade, em especial: calor, umidade, luz. Em conformidade a RDC nº 55 de 04 de novembro de 2011, portaria nº 332, de 26 de julho de 2012 e portaria nº 451, de 31 de agosto de 2012. Apresentar certificado de aprovação MTE.	1.215.000	Entrega em 3 parcelas mensais com consumo estimado para 90 dias.
009598076	Luva de procedimento descartável, tamanho grande (G) confeccionada em látex natural, íntegro e uniforme, formato anatômico, ambidestra, atóxico, não estéril, resistente a tração, descartável, uso único, sem talco, selo de conformidade, embalada em caixas, contendo dados de identificação, procedência, validade, número do lote. As luvas devem ser armazenadas e transportadas em condições que evitem a possibilidade de afetar a integridade, em especial: calor, umidade, luz. Em conformidade a RDC nº 55 de 04 de novembro de 2011, portaria nº 332, de 26 de julho de 2012 e portaria nº 451, de 31 de agosto	420.000	Entrega em 3 parcelas mensais com consumo estimado para 90 dias.

1.1 – A contratação se dará por meio da emissão de contrato de fornecimento, consoante modelo do Anexo II deste edital;

1.2 - Para autorizar a entrega dos materiais a SES emitirá uma Autorização de Fornecimento (AF);

1.3 – O prazo de entrega do objeto será de até 10 (dez) dias após o recebimento da Ordem de Fornecimento;

1.4 – A entrega será efetuada conforme condições do instrumento de contratação para:

SIGLA	UNIDADE	ENDEREÇO
SES	Secretaria de Estado da Saúde	Rua Judite Melo dos Santos, 258, galpão 06, bairro Nova São José -Área Industrial, São José/SC

2 – REQUISITOS DA PROPOSTA

2.1 – Quando se tratar de material com prazo de validade, estes não poderão estar com a validade inferior a 75% do seu prazo total de validade.

2.2 – A embalagem deverá estar íntegra, livre de impurezas e em perfeitas condições de utilização.

2.3 - O objeto não será aceito caso não seja transportado e entregue de maneira correta, respeitando as recomendações do fabricante e autoridades sanitárias.

ANEXO II

MINUTA DE CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº: ____/____

Termo de Contrato de Fornecimento celebrado entre o ESTADO DE SANTA CATARINA, através da Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde e a empresa, autorizado através do Processo SES nº 35617/2021, Cotação de Preços SEA n.º 0073/2021 e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e demais legislações aplicáveis.

CONTRATANTE:	Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde
C.N.P.J. N.º:	80.673.411/0001-87c
Endereço: (sede)	Rua Esteves Júnior, 160 - Ed. Halley - Centro – Florianópolis – SC
Representada por:	

Contratada:	
C.N.P.J. N.º:	
Endereço:	
Representada por:	

GESTOR:	
Função:	
Unidade:	

FISCAL:	
Função:	
Unidade:	

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO, ESPECIFICAÇÃO E QUANTIDADE

1.1 - O Presente Contrato tem por objetivo a aquisição pela CONTRATANTE e o fornecimento pela CONTRATADA, **Aquisição Emergencial de Materiais de Enfermaria e Cirurgia -EPIS relacionados ao enfrentamento da pandemia de COVID-19 - Luvas de Procedimentos para abastecimento das unidades da Secretaria de Estado da Saúde**, para a Secretaria de Estado da Saúde.

1.2 – Este Termo de Contrato vincula-se à proposta vencedora, independentemente de sua transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1 - A CONTRATADA obriga-se a fornecer o objeto deste instrumento, especificado(s) e quantificado(s) na cláusula primeira, ao preço líquido, CIF aproximado de R\$..... (.....) considerando sua proposta de preços;

2.2 - As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta da dotação orçamentária:

2.2.1 - Projeto/Atividade:

2.2.2 - Elemento Despesa:

2.2.3 - Unidade Orçamentária:

2.3 - A CONTRATADA deverá mencionar na respectiva Nota Fiscal/Fatura informações sobre o produto, tais como: a MARCA sob o qual o mesmo é comercializado, Fabricante, Apresentação, País de Origem, o número Certificado de Registro do Produto junto ao Ministério da Saúde, o número do lote e o prazo de validade do produto. Além de mencionar o número do Contrato, do Processo e da Autorização de Fornecimento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PAGAMENTO

3.1 - A SES efetuará o pagamento em 30 (trinta) dias após o recebimento e aceite do material com a respectiva Nota Fiscal/Fatura ou documento legalmente equivalente, observado o cumprimento integral das disposições contidas neste edital;

3.1.1 - Caso o vencimento do prazo de pagamento da Nota Fiscal/Fatura ocorra fora do calendário semanal ou de expediente bancário, o pagamento será efetuado na próxima data do calendário, imediatamente posterior ao vencimento, não incidindo qualquer compensação financeira neste período;

3.1.2 - O fornecedor ou prestador de serviços ao Estado que optar por receber seu pagamento em outras instituições que não o Banco do Brasil, ficará responsável pelo custo da tarifa bancária referente à respectiva transferência de valores entre Bancos, uma vez que os pagamentos efetuados pelo Estado são efetuados prioritariamente pelo Banco do Brasil.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO E DO LOCAL DE ENTREGA

4.1 - O prazo de entrega será de até 10 (dez) dias após o recebimento da Autorização de Fornecimento ou documento equivalente;

4.2 - A entrega será efetuada diretamente na Secretaria de Estado da Saúde, Rua Judite Melo dos Santos, 258, galpão 06, bairro Nova São José - Área Industrial, São José/SC, nas quantidades constantes na Autorização de Fornecimento;

4.3 - A Contratada somente irá fornecer os materiais constantes nos Anexos do presente instrumento e nas quantidades estipuladas;

4.4 - A Contratada deverá manter um controle rigoroso das quantidades fornecidas para que as mesmas não ultrapassem o estipulado no Anexo.

CLÁUSULA QUINTA - DO RECEBIMENTO DO OBJETO

5.1 - A entrega do objeto desta licitação deverá ser efetuada na Secretaria de Estado da Saúde, Rua Judite Melo dos Santos, 258, galpão 06, bairro Nova São José - Área Industrial, São José/SC, nas quantidades constantes na Autorização de Fornecimento, correndo por conta da Contratada as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento;

5.1.1 – O material deverá indicar na embalagem a razão social da Contratada, o número deste Contrato, o número da nota fiscal e o número da Autorização de Fornecimento.

5.1.2 – Quando da entrega, o produto deverá estar em perfeitas condições para ser consumido, e as embalagens intactas (não danificadas).

5.1.3 – O produto entregue deverá ser novo, entendido como tal, de primeira utilização.

5.2 – Para os produtos em que é exigido pela legislação vigente prazo de validade, o mesmo deverá constar na embalagem.

5.3 – A Contratante reserva-se o direito de a qualquer tempo, previamente ao aceite, ou durante o prazo de garantia do objeto ofertado e entregue, proceder a análise técnica e de qualidade do objeto, diretamente ou por intermédio de terceiros por ele escolhido. Se rejeitados, deverão ser substituídos imediatamente pela Contratada, sem quaisquer ônus para a Contratante.

5.4 – Os produtos a serem fornecidos devem ser livres de impurezas, estando sujeitos ao controle de qualidade do Contratante diretamente ou por intermédio de terceiros, durante toda a execução do Contrato, sendo rejeitados os produtos não aprovados ou que se apresentarem impróprios para o consumo, os quais deverão ser imediatamente substituídos pelo fornecedor, sem qualquer custo adicional.

5.5 – A Contratada, mesmo não sendo a fabricante da matéria-prima empregada na fabricação de seu produto, responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade deste, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta.

5.6 – O aceite do(s) produto(s) pela Contratante, não exclui a responsabilidade civil da Contratada por vícios de quantidade ou qualidade do produto ou disparidade com as especificações técnicas exigidas no edital ou atribuídas pela Contratada, verificados posteriormente, garantindo-se à Contratante as faculdades previstas no artigo 18, da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

5.7 – O(s) objeto(s) cotado(s) deverá(ão) atender a legislação a ele(s) pertinente(s).

5.8 – As quantidades licitadas são estimativas, podendo a contratante requisitar quantidades maiores ou menores conforme a efetiva necessidade, respeitando-se os limites da Lei.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO/ALTERAÇÃO

6.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de 6 (seis) meses, com início na data de sua assinatura, prorrogável por períodos sucessivos, enquanto perdurar a necessidade de enfrentamento dos efeitos da situação de emergência de saúde pública de importância internacional;

6.2. O contrato poderá ser acrescido ou suprimido em até 50% (cinquenta por cento) do valor inicial atualizado do contrato (art. 4º-I, da Lei nº 13.979).

CLÁUSULA SÉTIMA - DA ALTERAÇÃO DOS PREÇOS

7.1 - Os preços contratados não serão alterados.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

8.1 - A rescisão do Contrato poderá ser efetuada conforme determina o artigo 79 e acarretar as consequências previstas no artigo 80, pelos motivos previstos nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8666/93 e alterações posteriores.

8.2 - O Presente Contrato poderá ser rescindido a critério da CONTRATANTE, sem que à Contratada caiba qualquer indenização, ou, reclamação, nos seguintes casos:

8.2.2 - Inobservância das especificações acordadas e/ou rejeição dos serviços prestados;

8.2.3 - Inadimplência de qualquer cláusula contratual e/ou da proposta ofertada;

8.2.4 - Falência, liquidação judicial ou extrajudicial, concordata preventiva da fornecedora, requeridas, homologadas ou decretadas;

8.2.5 - A Contratada, reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa, prevista no art. 77, da Lei 8.666/93, bem como Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, no Decreto Estadual nº 2.617, de 16 de setembro de 2009.

CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO

9.1 - A fiscalização do contrato será exercida por um representante da CONTRATANTE, indicado pela unidade e identificado no contrato/ata, a quem competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato;

9.2 - A CONTRATANTE se reserva o direito de rejeitar no todo ou em parte os produtos entregues, se em desacordo com o contrato;

9.3 - A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui, nem reduz, a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, resultante de imperfeições técnicas ou utilização de material de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implicará a responsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos. (Art. 70 da lei 8.666/93).

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES E SANÇÕES

10.1 - As empresas que não cumprirem as obrigações assumidas na fase licitatória e/ou de execução do contrato estão sujeitas às seguintes sanções:

a) advertência;

b) multa;

c) suspensão temporária, não superior a 5 (cinco) anos, na modalidade de pregão, e não superior a 2 (dois) anos para as demais modalidades, aplicada segundo a natureza e a gravidade da falta cometida; e

d) declaração de inidoneidade para licitar com a Administração Pública;

10.2 - A advertência será emitida pela Administração, quando o contratado descumprir qualquer obrigação;

10.3 - A multa será imposta à contratada pelo atraso injustificado na entrega ou execução do contrato, de acordo com as alíquotas a seguir:

a) 0,33 % (zero, trinta e três por cento) por dia de atraso, na entrega do objeto ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9% (nove, nove por cento);

b) 10 % (dez por cento) em caso de não entrega do objeto ou não conclusão do serviço ou rescisão do contrato por culpa da contratada, calculado sobre a parte inadimplente;

c) até 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega;

10.3.1 - O valor da multa e/ou custas de depósito será deduzido dos créditos ou garantias da empresa, ou cobrado administrativa ou judicialmente;

10.3.2 - Sempre que a multa ultrapassar os créditos da contratada e/ou garantias, o valor excedente será encaminhado à cobrança extrajudicial ou judicial;

10.3.3 - O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do serviço;

10.3.4 - A multa será aplicada quando o atraso for superior a cinco dias;

10.3.5 - A aplicação da multa não impede que sejam aplicadas outras penalidades;

10.4 - A suspensão impossibilitará a participação da empresa em licitações e/ou contratos, ficando suspenso o seu registro cadastral no Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina/SEA, de acordo com os prazos a seguir:

- a) por até 30 (trinta) dias, quando aplicada a pena de advertência emitida pela Administração e a empresa permanecer inadimplente;
- b) por até 90 (noventa) dias, quando a empresa interessada solicitar cancelamento da proposta após a abertura e antes do resultado do julgamento;
- c) por até 12 (doze) meses, quando a empresa adjudicada se recusar a retirar a autorização de fornecimento ou assinar o contrato;
- d) por até 12 (doze) meses, quando a empresa adjudicada motivar a rescisão total ou parcial da autorização de fornecimento e/ou do contrato;
- e) por até 12 (doze) meses, quando a empresa praticar atos que claramente visem à frustração dos objetivos da licitação;
- f) por até 24 (vinte e quatro) meses, quando a empresa apresentar documentos fraudulentos nas licitações;
- g) por até 5 (cinco) anos quando, na modalidade de pregão, a fornecedora convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, que não celebrar o contrato, que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, que ensejar o retardamento da execução de seu objeto, que não mantiver a proposta, que falhar ou fraudar na execução do contrato, que se comportar de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios; e
- h) até a realização do pagamento, quando a empresa receber qualquer das multas previstas no item anterior.

10.4.1 - A penalidade de suspensão aplicada pela Administração, publicada no Diário Oficial do Estado, implicará na suspensão da fornecedora junto ao Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina/SEA;

10.4.2 - A suspensão do direito de licitar poderá ser ampliada até o dobro, em caso de reincidência;

10.5 - A declaração de inidoneidade será aplicada pelo Secretário de Estado da Administração – SEA;

10.5.1 - A declaração de inidoneidade permanecerá em vigor enquanto perdurarem os motivos que determinaram a punibilidade ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que a aplicou;

10.5.2 - A declaração de inidoneidade terá seus efeitos extensivos a toda Administração Pública;

10.6 - As empresas que apresentarem documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados, ou que por quaisquer outros meios praticarem atos irregulares ou ilegalidades para obtenção do registro no Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina/SEA, estarão sujeitas às seguintes penalidades:

- a) suspensão temporária do Certificado de Cadastro de Fornecedores - CCF ou da obtenção do registro, por até 5 (cinco) anos na modalidade de pregão e até 2 (dois) anos para as demais modalidades, dependendo da natureza e gravidade dos fatos; e
- b) declaração de inidoneidade, nos termos do artigo anterior.

10.7 - As sanções previstas neste edital poderão também ser aplicadas às empresas ou profissionais que:

- a) tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos; e
- b) tenham praticado atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;

10.8 - Compete à Assessoria Jurídica da SES/SUC, após análise a indicação das penalidades previstas neste edital e legislação vigente, cuja aplicação dependerá da homologação da autoridade competente do órgão ou entidade;

10.9 - É facultado à interessada interpor recurso contra a aplicação das penalidades previstas neste edital, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, que será dirigido à autoridade competente do órgão ou entidade;

10.10 - As penalidades aplicadas serão registradas na Secretaria de Estado da Administração/ Diretoria de Gestão de Materiais e Serviços – DGMS, no Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina/SEA;

10.10.1 - Homologadas e publicadas as penalidades, a Administração as encaminhará ao Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina/ SEA, para registro.

PARÁGRAFO ÚNICO - As multas pecuniárias aqui estabelecidas serão recolhidas na Tesouraria da Secretaria de Estado da Saúde, situada no 9º (nono) andar do Edifício Halley, na Rua Esteves Júnior, 160, Centro, Florianópolis, SC.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PRÁTICAS FRAUDULENTAS E DE CORRUPÇÃO

11 - As partes, por seus agentes públicos ou por seus sócios, acionistas, administradores e colaboradores: I – declaram que têm conhecimento das normas previstas na legislação, entre as quais nas Leis nºs 8.429/1992 e 12.846/2013, seus regulamentos e eventuais outras aplicáveis;

II – comprometem-se em não adotar práticas ou procedimentos que se enquadrem nas hipóteses previstas nas leis e regulamentos mencionados no inciso anterior e se comprometem em exigir o mesmo pelos terceiros por elas contratados;

III – comprometem-se em notificar à Controladoria-Geral do Estado qualquer irregularidade que tiverem conhecimento acerca da execução do contrato;

IV – declaram que têm ciência que a violação de qualquer das obrigações previstas na Instrução Normativa conjunta CGE/SEA nº 01/2020, além de outras, é causa para a rescisão unilateral do contrato, sem prejuízo da cobrança das perdas e danos, inclusive danos potenciais, causados à parte inocente e das multas pactuadas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

12.1 - A Contratada não poderá subcontratar, ceder ou transferir total ou parcialmente o objeto do contrato a terceiros ou a eles associar-se sem prévia autorização da Contratante sob pena da imediata rescisão do contrato e demais sanções aplicáveis Lei Federal nº 8666/93.

12.2 - Farão parte integrante deste contrato todos os elementos apresentados pela licitante vencedora que tenham servido de base à presente licitação, bem como, as condições estabelecidas neste Edital e Anexos.

12.3 - No caso de recusa ou demora no atendimento a qualquer reclamação independente das sanções cabíveis, a CONTRATANTE poderá confiar a outrem a execução do contrato, descontando o seu custo de uma só vez, no primeiro pagamento a ser feito, sem que a em presa vencedora possa impugnar o seu valor.

12.4 - A tolerância de qualquer das partes, relativa às infrações cometidas contra disposições deste Contrato, não exime o infrator de ver exigido, a qualquer tempo, seu cumprimento integral.

12.5 - A Contratada se obriga a manter as condições de habilitação e qualificação durante a vigência deste contrato, sob pena da aplicação do disposto na Cláusula Décima;

12.6 - O presente contrato é regido pela pelo Decreto Estadual nº 2.617, de 16 de setembro de 2009, pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações;

12.7 - Fica eleito o Foro da Comarca de Florianópolis, Capital do Estado de Santa Catarina, para dirimir eventuais litígios oriundos do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento perante duas testemunhas abaixo assinadas.

CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. _____

2. _____



Código para verificação: **98AFI94Q**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



JORGE EDUARDO TASCA em 12/03/2021 às 15:05:46

Emitido por: "SGP-e", emitido em 01/10/2019 - 11:38:00 e válido até 01/10/2119 - 11:38:00.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U0VTXzcwNTIfMDAwMzU2MTdfMzYyMDZfMjAyMV85OEFGSTk0UQ==> ou o site <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SES 00035617/2021** e o código **98AFI94Q** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 212/2021

Termo de Contrato de Fornecimento celebrado entre o ESTADO DE SANTA CATARINA, através da Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde e a empresa **Cremer S.A.**, autorizado através do Processo SES nº 35617/2021, Cotação de Preços SEA nº 0073/2021 e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e demais legislações aplicáveis.

CONTRATANTE: Secretaria de Estado da Saúde /Fundo Estadual de Saúde
CNPJ: 80.673.411/0001-87
Endereço: Rua Esteves Júnior, 160 - Ed. Halley – Centro – Florianópolis – SC – CEP 88.015-130
Representada por: Superintendente de Gestão Administrativa

CONTRATADA: Cremer S.A
CNPJ: 82.641.325/0043-77
Endereço: Rua Bertolina May Kechele, nº 125, bairro Mulde – Indaial / SC – CEP 89.130-000
Representada por: Adriane Patricia Felipe de Mattos

GESTOR: Gerência de Bens Regulares (GEBER)

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO, ESPECIFICAÇÃO E QUANTIDADE

1.1 - O Presente Contrato tem por objetivo a aquisição pela CONTRATANTE e o fornecimento pela CONTRATADA, **de luvas de procedimento – enfrentamento do Covid19**, para a Secretaria de Estado da Saúde.

1.2 - Este Termo de Contrato vincula-se à proposta vencedora, independentemente de sua transcrição.

Item	Código	Descrição do Material	QT	Preço Unitário	Preço Total
01	9598074	Luva de procedimento descartável, tamanho pequeno (P) confeccionada em látex natural, íntegro e uniforme, formato anatômico, ambidestra, atóxico, não estéril, resistente a tração, descartável, uso único, sem talco, selo de conformidade, embalada em caixas contendo dados de identificação, procedência, validade, número do lote. As luvas devem ser armazenadas e transportadas em condições que evitem a possibilidade de afetar a integridade, em especial: calor, umidade, luz. Em conformidade a RDC nº 55 de 04 de novembro de 2011, portaria nº 332, de 26 de julho de 2012 e portaria nº 451, de 31 de agosto de 2012. Apresentar certificado de aprovação no MT Marca: DESCARPACK Fabricante: CAREGLOVE GLOBAL SDN. BHD. – MALÁSIA Procedência: Importada (Malásia) Validade: 5 anos RMS: 10330669117 - C.A Nº 30.265	1.200.000	R\$ 0,85	R\$ 1.020.000,000
02	9598075	Luva de procedimento descartável, tamanho	1.215.000	R\$ 0,85	R\$ 1.032.750,00



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

		médio (M) confeccionada em látex natural, íntegro e uniforme, formato anatômico, ambidestra, atóxico, não estéril, resistente a tração, descartável, uso único, sem talco, selo de conformidade, embalada em caixas, contendo dados de identificação, procedência, validade, número do lote. As luvas devem ser armazenadas e transportadas em condições que evitem a possibilidade de afetar a integridade, em especial: calor, umidade, luz. Em conformidade a RDC nº 55 de 04 de novembro de 2011, portaria nº 332, de 26 de julho de 2012 e portaria nº 451, de 31 de agosto de 2012. Apresentar certificado de aprovação MTE. Marca UNIGLOVES. Fabricante: UG GLOBAL RESOURCES SDN. BHD. ESTE EQUIPAMENTO DEVERÁ APRESENTAR O SELO DE MARCAÇÃO DO INMETRO			
03	9898076	Luva de procedimento descartável, tamanho grande (G) confeccionada em látex natural, íntegro e uniforme, formato anatômico, ambidestra, atóxico, não estéril, resistente a tração, descartável, uso único, sem talco, selo de conformidade, embalada em caixas, contendo dados de identificação, procedência, validade, número do lote. As luvas devem ser armazenadas e transportadas em condições que evitem a possibilidade de afetar a integridade, em especial: calor, umidade, luz. Em conformidade a RDC nº 55 de 04 de novembro de 2011, portaria nº 332, de 26 de julho de 2012 e portaria nº 451, de 31 de agosto. Cadastro Anvisa: 10330660168 C.A: 36.133 Fabricante: Careglove Global SDN. BHD.	100.000	R\$ 0,85	R\$ 85.000,00

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1 - A CONTRATADA obriga-se a fornecer o objeto deste instrumento, especificado(s) e quantificado(s) na cláusula primeira, ao preço líquido, CIF aproximado de **R\$ 2.137.750,00** (dois milhões, cento e trinta e sete mil, setecentos e cinquenta reais), considerando sua proposta de preços;

2.2 - As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta da dotação orçamentária:

2.2.1 - Projeto/Atividade:

2.2.2 - Elemento Despesa:

2.2.3 - Unidade Orçamentária:

2.3 - A CONTRATADA deverá mencionar na respectiva Nota Fiscal/Fatura informações sobre o produto, tais como: a MARCA sob o qual o mesmo é comercializado, Fabricante, Apresentação, País de Origem, o número Certificado de Registro do Produto junto ao Ministério da Saúde, o número do lote e o prazo de validade do produto. Além de mencionar o número do Contrato, do Processo e da Autorização de Fornecimento.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PAGAMENTO

3.1 - A SES efetuará o pagamento em 20 (vinte) dias após o recebimento e aceite do material com a respectiva Nota Fiscal/Fatura ou documento legalmente equivalente, observado o cumprimento integral das disposições contidas neste edital;

3.1.1 - Caso o vencimento do prazo de pagamento da Nota Fiscal/Fatura ocorra fora do calendário semanal ou de expediente bancário, o pagamento será efetuado na próxima data do calendário, imediatamente posterior ao vencimento, não incidindo qualquer compensação financeira neste período;

3.1.2 - O fornecedor ou prestador de serviços ao Estado que optar por receber seu pagamento em outras instituições que não o Banco do Brasil, ficará responsável pelo custo da tarifa bancária referente à respectiva transferência de valores entre Bancos, uma vez que os pagamentos efetuados pelo Estado são efetuados prioritariamente pelo Banco do Brasil.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO E DO LOCAL DE ENTREGA

4.1 - O prazo de entrega será de até 10 (dez) dias após o recebimento da Autorização de Fornecimento ou documento equivalente;

4.2 - A entrega será efetuada diretamente na Secretaria de Estado da Saúde, Rua Judite Melo dos Santos, 258, galpão 06, bairro Nova São José -Área Industrial, São José/SC, nas quantidades constantes na Autorização de Fornecimento;

4.3 - A Contratada somente irá fornecer os materiais constantes nos Anexos do presente instrumento e nas quantidades estipuladas;

4.4 - A Contratada deverá manter um controle rigoroso das quantidades fornecidas para que as mesmas não ultrapassem o estipulado nos Anexos.

CLÁUSULA QUINTA - DO RECEBIMENTO DO OBJETO

5.1 - A entrega do objeto desta licitação deverá ser efetuada na Secretaria de Estado da Saúde, Rua Judite Melo dos Santos, 258, galpão 06, bairro Nova São José -Área Industrial, São José/SC, nas quantidades constantes na Autorização de Fornecimento, correndo por conta da Contratada as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento;

5.1.1 - O material deverá indicar na embalagem a razão social da Contratada, o número deste Contrato, o número da nota fiscal e o número da Autorização de Fornecimento.

5.1.2 - Quando da entrega, o produto deverá estar em perfeitas condições para ser consumido, e as embalagens intactas (não danificadas).

5.1.3 - O produto entregue deverá ser novo, entendido como tal, de primeira utilização.

5.2 - Para os produtos em que é exigido pela legislação vigente prazo de validade, o mesmo deverá constar na embalagem.

5.3 - A Contratante reserva-se o direito de a qualquer tempo, previamente ao aceite, ou durante o prazo de garantia do objeto ofertado e entregue, proceder a análise técnica e de qualidade do objeto, diretamente ou por intermédio de terceiros por ele escolhido. Se rejeitados, deverão ser substituídos imediatamente pela Contratada, sem quaisquer ônus para a Contratante.

5.4 - Os produtos a serem fornecidos devem ser livres de impurezas, estando sujeitos ao controle de qualidade do Contratante diretamente ou por intermédio de terceiros, durante toda a execução do Contrato, sendo rejeitados os produtos não aprovados ou que se apresentarem impróprios para o consumo, os quais deverão ser imediatamente substituídos pelo fornecedor, sem qualquer custo adicional.

5.5 - A Contratada, mesmo não sendo a fabricante da matéria-prima empregada na fabricação de seu produto, responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade deste, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta.

5.6 - O aceite do(s) produto(s) pela Contratante, não exclui a responsabilidade civil da Contratada por vícios de quantidade ou qualidade do produto ou disparidade com as especificações técnicas exigidas no edital ou atribuídas pela Contratada, verificados posteriormente, garantindo-se à Contratante as faculdades previstas no artigo 18, da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

5.7 - O(s) objeto(s) cotado(s) deverá(ão) atender a legislação a ele(s) pertinente(s).

5.8 - As quantidades licitadas são estimativas, podendo a contratante requisitar quantidades maiores ou



**ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

menores conforme a efetiva necessidade, respeitando-se os limites da Lei.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO/ALTERAÇÃO

6.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de 6 (seis) meses, com início na data de sua assinatura;

6.2. O contrato poderá ser acrescido ou suprimido em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato (art. 4º-I, da Lei n.º 13.979).

CLÁUSULA SÉTIMA - DA ALTERAÇÃO DOS PREÇOS

7.1 - Os preços contratados não serão alterados.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

8.1 - A rescisão do Contrato poderá ser efetuada conforme determina o artigo 79 e acarretar as consequências previstas no artigo 80, pelos motivos previstos nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8666/93 e alterações posteriores.

8.2 - O Presente Contrato poderá ser rescindido a critério da CONTRATANTE, sem que à Contratada caiba qualquer indenização, ou, reclamação, nos seguintes casos:

8.2.2 - Inobservância das especificações acordadas e/ou rejeição dos serviços prestados;

8.2.3- Inadimplência de qualquer cláusula contratual e/ou da proposta ofertada;

8.2.4 - Falência, liquidação judicial ou extrajudicial, concordata preventiva da fornecedora, requeridas, homologadas ou decretadas;

8.2.5 - A Contratada, reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa, prevista no art 77, da Lei 8.666/93, bem como Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, no Decreto Estadual nº 2.617, de 16 de setembro de 2009.

1.

CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO

9.1 - A fiscalização do contrato será exercida por um representante da CONTRATANTE, indicado pela unidade e identificado no contrato/ata, a quem competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato;

UNIDADE	FUNÇÃO	NOME	MATRÍCULA
GEBER	FISCAL	Alexandre de Souza	360382-01-2
GEBER	GESTOR	Paulo Carlos Brentano Junior	671389-0-2

9.2 - A CONTRATANTE se reserva o direito de rejeitar no todo ou em parte os produtos entregues, se em desacordo com o contrato;

9.3 - A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui, nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, resultante de imperfeições técnicas ou utilização de material de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implicará a responsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos. (Art. 70 da lei 8.666/93).

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES E SANÇÕES

10.1 - As empresas que não cumprirem as obrigações assumidas na fase licitatória e/ou de execução do contrato estão sujeitas às seguintes sanções:

a) advertência;

b) multa;

c) suspensão temporária, não superior a 5 (cinco) anos, na modalidade de pregão, e não superior a 2 (dois) anos para as demais modalidades, aplicada segundo a natureza e a gravidade da falta cometida; e

d) declaração de inidoneidade para licitar com a Administração Pública;

10.2 - A advertência será emitida pela Administração, quando o contratado descumprir qualquer obrigação;

10.3 - A multa será imposta à contratada pelo atraso injustificado na entrega ou execução do contrato, de acordo com as alíquotas a seguir:

a) 0,33 % (zero, trinta e três por cento) por dia de atraso, na entrega do objeto ou execução de serviços,



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9% (nove, nove por cento);

b) 10 % (dez por cento) em caso de não entrega do objeto ou não conclusão do serviço ou rescisão do contrato por culpa da contratada, calculado sobre a parte inadimplente;

c) até 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega;

10.3.1 - O valor da multa e/ou custas de depósito será deduzido dos créditos ou garantias da empresa, ou cobrado administrativa ou judicialmente;

10.3.2 - Sempre que a multa ultrapassar os créditos da contratada e/ou garantias, o valor excedente será encaminhado à cobrança extrajudicial ou judicial;

10.3.3 - O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do serviço;

10.3.4 - A multa será aplicada quando o atraso for superior a cinco dias;

10.3.5 - A aplicação da multa não impede que sejam aplicadas outras penalidades;

10.4 - A suspensão impossibilitará a participação da empresa em licitações e/ou contratos, ficando suspenso o seu registro cadastral no Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina/SEA, de acordo com os prazos a seguir:

a) por até 30 (trinta) dias, quando aplicada a pena de advertência emitida pela Administração e a empresa permanecer inadimplente;

b) por até 90 (noventa) dias, quando a empresa interessada solicitar cancelamento da proposta após a abertura e antes do resultado do julgamento;

c) por até 12 (doze) meses, quando a empresa adjudicada se recusar a retirar a autorização de fornecimento ou assinar o contrato;

d) por até 12 (doze) meses, quando a empresa adjudicada motivar a rescisão total ou parcial da autorização de fornecimento e/ou do contrato;

e) por até 12 (doze) meses, quando a empresa praticar atos que claramente visem à frustração dos objetivos da licitação;

f) por até 24 (vinte e quatro) meses, quando a empresa apresentar documentos fraudulentos nas licitações;

g) por até 5 (cinco) anos quando, na modalidade de pregão, a fornecedora convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, que não celebrar o contrato, que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, que ensejar o retardamento da execução de seu objeto, que não mantiver a proposta, que falhar ou fraudar na execução do contrato, que se comportar de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios; e

h) até a realização do pagamento, quando a empresa receber qualquer das multas previstas no item anterior.

10.4.1 - A penalidade de suspensão aplicada pela Administração, publicada no Diário Oficial do Estado, implicará na suspensão da fornecedora junto ao Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina/SEA;

10.4.2 - A suspensão do direito de licitar poderá ser ampliada até o dobro, em caso de reincidência;

10.5 - A declaração de inidoneidade será aplicada pelo Secretário de Estado da Administração – SEA;

10.5.1 - A declaração de inidoneidade permanecerá em vigor enquanto perdurarem os motivos que determinaram a punibilidade ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que a aplicou;

10.5.2 - A declaração de inidoneidade terá seus efeitos extensivos a toda Administração Pública;

10.6 - As empresas que apresentarem documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados, ou que por quaisquer outros meios praticarem atos irregulares ou ilegalidades para obtenção do registro no Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina/SEA, estarão sujeitas às seguintes penalidades:

a) suspensão temporária do Certificado de Cadastro de Fornecedores - CCF ou da obtenção do registro, por até 5 (cinco) anos na modalidade de pregão e até 2 (dois) anos para as demais modalidades, dependendo da natureza e gravidade dos fatos; e

b) declaração de inidoneidade, nos termos do artigo anterior.

10.7 - As sanções previstas neste edital poderão também ser aplicadas às empresas ou profissionais que:

a) tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos; e

b) tenham praticado atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;

10.8 - Compete à Assessoria Jurídica da SES/SUC, após análise a indicação das penalidades previstas neste edital e legislação vigente, cuja aplicação dependerá da homologação da autoridade competente do órgão ou



**ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

entidade;

10.9 - É facultado à interessada interpor recurso contra a aplicação das penalidades previstas neste edital, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, que será dirigido à autoridade competente do órgão ou entidade;

10.10 - As penalidades aplicadas serão registradas na Secretaria de Estado da Administração/ Diretoria de Gestão de Materiais e Serviços – DGMS, no Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina/SEA;

10.10.1 - Homologadas e publicadas as penalidades, a Administração as encaminhará ao Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina/ SEA, para registro.

PARÁGRAFO ÚNICO - As multas pecuniárias aqui estabelecidas serão recolhidas na Tesouraria da Secretaria de Estado da Saúde, situada no 9º (nono) andar, na Rua Esteves Júnior, 160, Centro, Florianópolis, SC.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PRÁTICAS FRAUDULENTAS E DE CORRUPÇÃO

11 - As partes, por seus agentes públicos ou por seus sócios, acionistas, administradores e colaboradores: I – declaram que têm conhecimento das normas previstas na legislação, entre as quais nas Leis nºs 8.429/1992 e 12.846/2013, seus regulamentos e eventuais outras aplicáveis;

II – comprometem-se em não adotar práticas ou procedimentos que se enquadrem nas hipóteses previstas nas leis e regulamentos mencionados no inciso anterior e se comprometem em exigir o mesmo pelos terceiros por elas contratados;

III – comprometem-se em notificar à Controladoria-Geral do Estado qualquer irregularidade que tiverem conhecimento acerca da execução do contrato;

IV – declaram que têm ciência que a violação de qualquer das obrigações previstas na Instrução Normativa conjunta CGE/SEA nº 01/2020, além de outras, é causa para a rescisão unilateral do contrato, sem prejuízo da cobrança das perdas e danos, inclusive danos potenciais, causados à parte inocente e das multas pactuadas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

12.1 - A Contratada não poderá subcontratar, ceder ou transferir total ou parcialmente o objeto do contrato a terceiros ou a eles associar-se sem prévia autorização da Contratante sob pena da imediata rescisão do contrato e demais sanções aplicáveis Lei Federal nº 8666/93.

12.2 - Farão parte integrante deste contrato todos os elementos apresentados pela licitante vencedora que tenham servido de base à presente licitação, bem como, as condições estabelecidas neste Edital e Anexos.

12.3 - No caso de recusa ou demora no atendimento a qualquer reclamação independente das sanções cabíveis, a CONTRATANTE poderá confiar a outrem a execução do contrato, descontando o seu custo de uma só vez, no primeiro pagamento a ser feito, sem que a em presa vencedora possa impugnar o seu valor.

12.4 - A tolerância de qualquer das partes, relativa às infrações cometidas contra disposições deste Contrato, não exime o infrator de ver exigido, a qualquer tempo, seu cumprimento integral.

12.5 - A Contratada se obriga a manter as condições de habilitação e qualificação durante a vigência deste contrato, sob pena da aplicação do disposto na Cláusula Décima;

12.6 - O presente contrato é regido pela pelo Decreto Estadual nº 2.617, de 16 de setembro de 2009, pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações e pela Lei Federal nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020;

12.7 - Fica eleito o Foro da Comarca de Florianópolis, Capital do Estado de Santa Catarina, para dirimir eventuais litígios oriundos do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento.

Florianópolis, 09 de abril de 2021.

ADRIANE PATRICIA
FELIPPE DE
MATTOS:009603669
97
Assinado de forma digital por
ADRIANE PATRICIA FELIPPE
DE MATTOS:00960366997
Dados: 2021.04.09 17:28:26
-03'00'



**ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

[Assinado digitalmente]
Luciano Jorge Konescki
Superintendente de Gestão Administrativa
CONTRATANTE

ADRIANE PATRICIA
FELIPPE DE
MATTOS:00960366997

Assinado de forma digital por
ADRIANE PATRICIA FELIPPE DE
MATTOS:00960366997
Dados: 2021.04.09 17:28:44 -03'00'

Adriane Patricia Felipe de Mattos
**CREMER S.A
CONTRATADA**

[Assinado digitalmente]
Paulo Carlos Brentano Junior
Gerência de Bens Regulares (GEBER)
GESTOR



Código para verificação: **15TI1VY6**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ **ADRIANE PATRICIA FELIPPE DE MATTOS** (CPF: 009.XXX.669-XX) em 09/04/2021 às 17:28:44
Emitido por: "AC CNDL RFB", emitido em 10/07/2018 - 15:18:49 e válido até 10/07/2021 - 15:18:49.
(Assinatura ICP-Brasil)

✓ **LUCIANO JORGE KONESCKI** em 09/04/2021 às 18:23:44
Emitido por: "SGP-e", emitido em 30/03/2018 - 12:32:40 e válido até 30/03/2118 - 12:32:40.
(Assinatura do sistema)

✓ **PAULO CARLOS BRENTANO JUNIOR** em 09/04/2021 às 18:31:41
Emitido por: "SGP-e", emitido em 13/07/2018 - 14:56:49 e válido até 13/07/2118 - 14:56:49.
(Assinatura do sistema)

✓ **CARMEN EMÍLIA BONFÁ ZANOTTO** em 09/04/2021 às 21:14:11
Emitido por: "SGP-e", emitido em 01/04/2021 - 13:53:43 e válido até 01/04/2121 - 13:53:43.
(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U0VTXzcwNTIfMDAwMzU2MTdfMzYyMDZfMjAyMV8xNVRJMVZZNg==> ou o site <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SES 00035617/2021** e o código **15TI1VY6** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.

especializada para elaboração de Projetos Executivos de Engenharia para construção de unidades prisionais semia-berto- masculino e feminino. Valor Total: R\$ 264.744,54 Dot. Orç.: Unidade 54096 Subação 14886 Item: 44.90.51 Fonte: 0.219 Data da Ass.: 12/04/2021 SJC 37228/2019 Fpolis, 13/04/2021. Cod. Mat.: 731875

SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE ACORDO DE COOPERAÇÃO

AC. 004/2021 - Acordo de Cooperação que entre si celebram a Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade (SIE) e o Município de Sangão (SC). **Objeto:** Autorização para que o Município de Sangão se responsabilize pela execução serviços de limpeza e roçada na Rodovia SC-443, no segmento inserido dentro do perímetro do citado município. **Vigência:** 360 (trezentos e sessenta) dias. **Local e Data:** Florianópolis, 13/04/2021. **Signatários:** Secretário Leodegar Da Cunha Tiscoski, pela SIE e o Prefeito Castilho Silvano Vieira, pelo Município de Sangão. **SIE 3923/2021.** Cod. Mat.: 732011

SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE APOSTILA DE ALTERAÇÃO DE CONTRATO

APOSTILAMENTO ao Contrato **CT.059/2019** (RMG Engenharia S/C), alterando-se a o Item 2 - Dotação, da Cláusula Quinta - Valor e Dotação, fazendo constar a seguinte redação ao texto: "As despesas deste contrato correrão também à conta da Ação: 26.782.0417.0110 - Apoio ao Sistema Viário; Subação: 11126 - Apoio ao Sistema Viário - Fundo Social; Elemento 44.90.51.00 - Obras e Instalações". **Fundamentação Legal:** Art. 65 §8º, da Lei 8666/93. **Local e Data:** Florianópolis, 13/04/2021. **SIE: 7522/2021.** Cod. Mat.: 732012

SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE EXTRATO DE CONTRATO DA LICITAÇÃO RDC 088/2020

CT.041/2021. Objeto: Prestação de serviços especializados de engenharia para execução de obra de arte especial - OAE e os respectivos acessos (serviços terraplenagem, pavimentação, drenagem, obras de arte corrente, sinalização, meio ambiente, serviços complementares, etc) na Rodovia BR-280 a ser implantado entre o entroncamento da rodovia SC-413 - km 50+293 (p/ Joinville) e o entroncamento da Rodovia SC-416 - km 59+786 (p/ Schroeder), com extensão de 9,49 km. **Vencedora:** Consórcio Cetenco - DP Barros, constituído pelas empresas Cetenco Engenharia S. A. (empresa líder com 70% de participação) e a empresa DP Barros Pavimentação e Construção LTDA (com 30% de participação). **Valor:** R\$ 56.098.000,00 (cinquenta e seis milhões e noventa e oito mil reais). **Prazo:** 24 (vinte e quatro) meses. **Fundamentação Legal:** Lei nº 12.642/11, Lei nº 8.666/93 e Decreto Estadual nº 2.617/09. **Local e Data:** Florianópolis, 08/04/2021. **Signatários:** Secretário Leodegar da Cunha Tiscoski, pela SIE e os Srs. Domingos Malzoni e Pedro Eduardo de Barros, pela Contratada. **GGG: 2021AS003269.** Cod. Mat.: 731864

SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE EXTRATO DE APOSTILA DE ALTERAÇÃO DE CONTRATO REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

APOSTILAMENTO ao Contrato de Concessão de Uso a Título Oneroso de Espaço no Terminal Rita Maria - 050/2018. **Concedente:** SIE. **Concessionária:** M&P Restaurante E Lanchonete LTDA ME. **Objeto:** Reajuste de preço estabelecido na Clausula Nona - Ônus da Concessão do termo inicial, passando o novo valor de outorga mensal para R\$ 6.057,42 (seis mil, cinquenta e sete reais e quarenta e dois centavos), a ser aplicado a partir de 05 de setembro de 2020. **Fundamentação Legal:** §8º do art. 65, da Lei Federal nº 8.666/93. **Local e Data:** Florianópolis, 13/04/2021. **Signatário:** Secretário Leodegar da Cunha Tiscoski pela SIE. **SIE 17863/2020.** Cod. Mat.: 732070

A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES torna público: CONTRATO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E GARANTIA Nº 208/2021- OF 370/2021- R\$ 33.448,00. Processo SES 79176/2020- Edital PE nº 2786/2020. Vigência: 06/04/2021 até 31/12/2021. Empresa: Altermed Materiais Médicos Hospitalares Ltda - CNPJ: 00.802.002/0001-02 Objeto: a Aquisição de mobiliário para enfrentamento do CORONAVÍRUS destinados ao Hospital Regional Hans Dieter Schmidt (HRHDS). CIG/SIGEF 2021SO002586. Cod. Mat.: 731791

EXTRATO DE CONTRATO

Origem: **Edital de chamamento público nº 0056/2013**
Contratante: SEA/Fundo do Plano de Saúde dos Servidores Públicos Estaduais de SC
Vigência: 31/12/2021.
Signatário da Contratante:
Objeto: Prestação de serviços na área de saúde e diagnósticos

de terapia renal substitutiva e demais serviços e procedimentos previstos e atualizados pelo Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde do Plano SC Saúde.
Dotação orçamentária: Item - 339036 e 339039 - Ação: 3626 - Fonte: 0259.

Contrato nº	Contratado	Data da Assinatura	CNPJ/CPF
082/2021	Angioclinica Sociedade Simples	01/04/2021	83.813.626.0002-25
083/2021	Zargus Clinica Medica Ltda.	08/04/2021	32.512.961.0001-71
084/2021	Clinica Pediátrica Graziela Aragona Eireli	22/03/2021	31.677.337.0001-61
085/2021	Nagima Consultório Medico Ltda.	30/03/2021	31.174.665.0001-45
086/2021	Clinica Medica Dr. Airoto Ltda.	17/03/2021	28.070.801.0001-42
087/2021	RC Serviços Médicos Eireli	16/03/2021	24.840.362.0001-59

Cod. Mat.: 731827

EXTRATO DE CONTRATO

Origem: **Edital de chamamento público nº 0057/2013**Contratante: SEA/Fundo do Plano de Saúde dos Servidores Públicos Estaduais de SC
Vigência: 31/12/2021.

Signatário da Contratante:

Objeto: Credenciamento para prestação dos serviços nas áreas de fonoaudiologia, psicologia, terapia ocupacional, nutrição, fisioterapia e acupuntura realizada por profissionais de saúde.

Dotação orçamentária: Item - 339036 e 339039 - Ação: 3626 - Fonte: 0259

Contrato nº	Contratado	Data da Assinatura	CNPJ/CPF
088/2021	Aline Roldão Espindola	31/03/2021	24.736.133.0001-99
089/2021	Ama Assistência Medica Avançada Ltda.	11/03/2021	20.414.148.0001-80

Cod. Mat.: 731828

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

EXTRATO DA ERRATA DO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO SUS 238/2020 - SES 133393/2019 - EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA 1423/2019

Entidade: Clínica de Nefrologia Ltda

Município: Araranguá

Assunto: Correção da vigência do 5º Termo Aditivo ao Contrato nº 238/2020.

ERRATA DO 5º TA

Onde se lê:

Cláusula terceira - O presente termo aditivo entra em vigor a partir da sua publicação.

Leia-se:

Cláusula terceira - O presente termo aditivo entra em vigor a partir da data da assinatura.

Florianópolis, 13 de abril de 2021

Cod. Mat.: 731839

A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES torna público: Contrato de Fornecimento nº 212/2021. Valor R\$ 2.137.750,00. Processo SES 35617/2021. Dispensa de Licitação SEA nº 0073/2021. Vigência: 09/04/2021 até 05/10/2021. Fornecedor: Cremer S.A. - CNPJ 82.641.325/0043-77. Objeto: Aquisição de luvas de procedimento descartável - enfrentamento do Covid 19, para a Secretaria de Estado da Saúde. SIGEF 2021AS003271.

Cod. Mat.: 731840

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO SUS 012/2020 - SES 131094/2019 - EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA 2376/2019

Entidade: Associação Beneficente Hospitalar São Camilo - PeritibaMunicípio: PeritibaCNPJ: 78.478.559/0001-19

Objeto: Acréscimo temporário, mediante produção, para inclusão de 4 leitos clínicos, totalizando 24 procedimentos para Tratamento de Infecção pelo Novo Coronavírus, conforme Portaria GAB/SES 357 de 05/04/2021.

Vigência: A partir da assinatura e enquanto vigor o Decreto Estadual que reconhece o estado de calamidade pública em SC.

Resumo da Programação Orçamentária

Mensal - R\$ 36.000,00

Florianópolis, 13 de abril de 2021

Carmen Emilia Bonfá Zanotto

SECRETARIA DE ESTADO
PSES 164287/2020 - PE 49
veira - ME. Objeto: Materiais
total R\$ 1.971,63. Inteiro teor

SECRETARIA DE ESTADO
PSES 135615/2020 - PE 30
Comércio e Importação de
Ltda ME. Objeto: Materiais
Valor total R\$ 176.400,00. In

SECRETARIA DE ESTADO
PSES 18738/2021 - PE 359/
Farmacêutico Bergamo L
Valor total R\$ 45.900,00. Inte

SECRETARIA DE ESTADO
PSES 18738/2021 - PE 359/
de Produtos Hospitalares L
Valor total R\$ 110.293,92. In

SECRETARIA DE ESTADO
PSES 11585/2021 - PE 253/
para Saúde Eireli. Objeto: M
3.088,80. Inteiro teor: www.s

SECRETARIA DE ESTADO
PSES 11585/2021 - PE 253/
de Produtos Hospitalares L
Valor total R\$ 69.042,96. Inte

SECRETARIA DE ESTADO
PSES 155395/2020 - PE 32/
Eireli. Objeto: Materiais de e
total R\$ 30.066,48. Inteiro te

POLÍCIA MILITAR - EXTRA
TE: FUNDO DE MELHORIA
Preços - PE Nº 149/PMSC/2
MIDIA. **2021AF00002-** Contr
CNPJ: 00.949.640/0001-42
R\$ 16.101,00 - Crédito orç
Assinatura: 09/04/2021; .Pe
KELLNER - Pelo contratante
FILHO - CIG PMSC 2655/20

POLÍCIA MILITAR - EXTRA
FUNDO DE MELHORIA DA
ços - PE Nº 079/SEA/2020 -
SANEANTES.
2021AF000003 - Contratada:
18.712.730/0001-80 - Item 0
Item 04: qtd: 2.250 und, valo
10.050,00 - Crédito orçamen
natura: 13/04/2021. Pela contr
Cel PM Jose Onildo Truppel

POLÍCIA MILITAR - EXTRA
TE: FUNDO DE MELHORIA
Preços - PE Nº 108/PMSC/
2021AF00002- Contratada: A
PAMENTOS EIRELI - CNPJ: 2
40 un., Valor peça: R\$ 18,63
orçamentário: 33.90.30.23; F
contratado: FREDERICO TH
Cel PM JOSÉ ONILDO TRUP

CORPO DE BOMBEIROS M
EXTRATO DE CONTRATO
Contrato nº 77-21-CBMS.
52-21-CBMS. Contratante
DE SANTA CATARINA. **Contr**
Contratação de empresa pr
aeronáutica, com fornecimen
Carajá, EMB820C. **Valor:** R\$
3.3.90.39.85 / 0.1.11, 0.1.00.
Data: Florianópolis, 13/04/2021.
da Rocha, pelo contratante e



TERMO DE REFERÊNCIA (TR)
Pses 17880/2021

1. OBJETO:

1.1. Aquisição Emergencial de Materiais de Enfermaria e Cirurgia - EPI S relacionados ao enfrentamento da pandemia de COVID-19 - Luvas de Procedimentos para abastecimento das unidades da SES/SC, através do almoxarifado central, GEBER.

1.2. Especificação do objeto consta no quadro a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO ITEM	REQUISIÇÃO	ESTIMATIVA DE CONSUMO (MESES)
009598029	Luva de procedimento descartável tamanho Grande (G), em nitrilica, isenta de látex, não estéril, isenta de talco, formato anatômico, ambidestra, resistente a tração, descartável, uso único, macio, isento de agentes alergizantes, resíduos e impurezas, embalada em caixas contendo 100 peças, com abertura manual de fácil manuseio, contendo dados de identificação, procedência, validade, número do lote, apresentar certificado de aprovação MT, as luvas devem ser armazenadas e transportadas em condições que evitem a possibilidade de afetar a integridade, em especial calor, a umidade e a luz. Em conformidade a RDC nº 55 de 04 de novembro de 2011, portaria nº 332, de 26 de julho de 2012 e portaria nº 451, de 31 de agosto de 2012. Apresentar certificado de aprovação MTE,	801/21	Entrega única
009598074	Luva de procedimento descartável, tamanho pequeno (P) confeccionada em látex natural, íntegro e uniforme, formato anatômico, ambidestra, atóxico, não estéril, resistente a tração, descartável, uso único, sem talco, selo de conformidade, embalada em caixas contendo dados de identificação, procedência, validade, número do lote. As luvas devem ser armazenadas e transportadas em condições que evitem a possibilidade de afetar a integridade, em especial: calor, umidade, luz. Em conformidade a RDC nº 55 de 04 de novembro de 2011, portaria nº 332, de 26 de julho de 2012 e portaria nº 451, de 31 de agosto de 2012. Apresentar certificado de aprovação no MTE.	801/21	Entrega única
009598075	Luva de procedimento descartável, tamanho médio (M) confeccionada em látex natural, íntegro e uniforme, formato anatômico, ambidestra, atóxico, não estéril, resistente a tração, descartável, uso único, sem talco, selo de conformidade, embalada	801/21	Entrega única

1/6

	em caixas, contendo dados de identificação, procedência, validade, número do lote. As luvas devem ser armazenadas e transportadas em condições que evitem a possibilidade de afetar a integridade, em especial: calor, umidade, luz. Em conformidade a RDC nº 55 de 04 de novembro de 2011, portaria nº 332, de 26 de julho de 2012 e portaria nº 451, de 31 de agosto de 2012. Apresentar certificado de aprovação MTE.		
009598076	Luva de procedimento descartável, tamanho grande (G) confeccionada em látex natural, íntegro e uniforme, formato anatômico, ambidestra, atóxico, não estéril, resistente a tração, descartável, uso único, sem talco, selo de conformidade, embalada em caixas, contendo dados de identificação, procedência, validade, número do lote. As luvas devem ser armazenadas e transportadas em condições que evitem a possibilidade de afetar a integridade, em especial: calor, umidade, luz. Em conformidade a RDC nº 55 de 04 de novembro de 2011, portaria nº 332, de 26 de julho de 2012 e portaria nº 451, de 31 de agosto de 2012. Apresentar certificado de aprovação MTE.	801/21	Entrega única

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA AQUISIÇÃO:

Itens desta requisição 801/21 todos encontram se sem ata vigente, sem af pendente e com estoque inferior a 30 dias.

Está em processo de Relicitação através do Pses 165287/2020 - EPI S relacionados ao enfrentamento da pandemia de COVID-19- - edital 024/2021 em fase de publicação.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 3.1 O compromisso será firmado por meio de ordem de fornecimento em entrega única;
- 3.2 O prazo de entrega será de 10 dias após a emissão e empenho da ordem de fornecimento.
- 3.3 O recebimento do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

4 CRITERIOS DE ACEITABILIDADE DA PROPOSTA:

4.1 A proposta, para cada item, deverá ser preenchida, conforme as especificações abaixo:

a) O preço unitário do item deverá ser expresso em reais, com no máximo 4 (quatro) casas decimais, no campo "VALOR UNITÁRIO DO ITEM";

b) Deverá constar no campo "marca":

I- Marca;

II – Procedência;

III – apresentação com detalhamento de cada item, necessariamente a forma de apresentação e quantidade;

2/6

IV – Nome comercial do produto cotado, laudos comprobatórios de eficiência (quando solicitados) e registro na ANVISA ou declaração de produto isento.

4.2 A proposta de preços deverá conter obrigatoriamente a razão social completa e CNPJ da proponente, endereço, telefone e endereço eletrônico;

4.3 A equipe técnica poderá solicitar a apresentação de amostras do produto, quando achar necessário, para análise técnica do material ofertado.

4.4 A empresa vencedora deverá ofertar treinamentos relacionados ao objeto licitado, quando necessário, nas unidades da SES/SC mediante solicitação da equipe técnica.

5 CRITERIOS DE ACEITABILIDADE DO OBJETO:

5.1 O objeto deverá estar de acordo com as especificações do edital.

5.2 O objeto deverá estar com no mínimo 75% do prazo de validade.

5.3 A embalagem deverá estar integra, livre de impurezas e em perfeitas condições de utilização.

5.4 O objeto não será aceito caso não seja transportado e entregue de maneira correta, respeitando as recomendações do fabricante e autoridades sanitárias.

6. DA ESTIMATIVA

6.1 Orçamentos:

Os orçamentos foram estimados conforme planilha de precificação anexa.

7. DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:

Conforme deliberação da GPLAN.

8. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO:

8.1 PAGAMENTO:

1. A Secretaria de Estado da Saúde efetuará o pagamento em 30 (trinta) dias após o recebimento e aceite do material com a respectiva Nota Fiscal/Fatura ou documento legalmente equivalente, observado o cumprimento integral das disposições contidas neste edital;
2. Caso o vencimento do prazo de pagamento da Nota Fiscal/Fatura ocorra fora do calendário semanal ou de expediente bancário, o pagamento será efetuado na próxima data do calendário, imediatamente posterior ao vencimento, não incidindo qualquer compensação financeira neste período;
3. A empresa deverá mencionar na respectiva Nota Fiscal/Fatura informações sobre o produto, tais como: a MARCA sob o qual o mesmo é comercializado, Fabricante, Apresentação, País de Origem, o número Certificado de Registro do Produto junto ao Ministério da Saúde, o número do lote e o prazo de validade do produto. Além de mencionar o número do Contrato, o número da Licitação, do Processo PSES e da Autorização de Fornecimento;
4. Também será obrigatório que a empresa mencione na Nota Fiscal/Fatura os seguintes dados bancários para pagamento: número do banco, número da agência com dígito, número da conta corrente com dígito.

8.2 SANÇÕES CONTRATUAIS:

1. As empresas que não cumprirem as obrigações assumidas na fase licitatória e/ou de execução do contrato estão sujeitas às seguintes sanções:

3/6

- a) advertência;
 - b) multa;
 - c) suspensão temporária, não superior a 5 (cinco) anos, na modalidade de pregão, e não superior a 2 (dois) anos para as demais modalidades, aplicada segundo a natureza e a gravidade da falta cometida; e
 - d) declaração de inidoneidade para licitar com a Administração Pública;
- 2.** A advertência será emitida pela Administração, quando o contratado descumprir qualquer obrigação;
- 3.** A multa será imposta à contratada pelo atraso injustificado na entrega ou execução do contrato, de acordo com as alíquotas a seguir:
- a) 0,33 % (zero, trinta e três por cento) por dia de atraso, na entrega do objeto ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9% (nove, nove por cento);
 - b) 10 % (dez por cento) em caso de não entrega do objeto ou não conclusão do serviço ou rescisão do contrato por culpa da contratada, calculado sobre a parte inadimplente;
 - c) até 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega;
- 4.** O valor da multa e/ou custas de depósito será deduzido dos créditos ou garantias da empresa, ou cobrado administrativa ou judicialmente;
- 5.** Sempre que a multa ultrapassar os créditos da contratada e/ou garantias, o valor excedente será encaminhado à cobrança extrajudicial ou judicial;
- 6.** O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do serviço;
- 7.** A multa será aplicada quando o atraso for superior a cinco dias;
- 8.** A aplicação da multa não impede que sejam aplicadas outras penalidades;
- 9.** A suspensão impossibilitará a participação da empresa em licitações e/ou contratos, ficando suspenso o seu registro cadastral no Cadastro Geral de Fornecedoros do Estado de Santa Catarina/SEA, de acordo com os prazos a seguir:
- a) por até 30 (trinta) dias, quando aplicada a pena de advertência emitida pela Administração e a empresa permanecer inadimplente;
 - b) por até 90 (noventa) dias, quando a empresa interessada solicitar cancelamento da proposta após a abertura e antes do resultado do julgamento;
 - c) por até 12 (doze) meses, quando a empresa adjudicada se recusar a retirar a autorização de fornecimento ou assinar o contrato;
 - d) por até 12 (doze) meses, quando a empresa adjudicada motivar a rescisão total ou parcial da autorização de fornecimento e/ou do contrato;
 - e) por até 12 (doze) meses, quando a empresa praticar atos que claramente visem à frustração dos objetivos da licitação;
 - f) por até 24 (vinte e quatro) meses, quando a empresa apresentar documentos fraudulentos nas licitações;
 - g) por até 5 (cinco) anos quando, na modalidade de pregão, a fornecedora convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, que não celebrar o contrato, que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, que ensejar o retardamento da execução de seu objeto, que não mantiver a proposta, que falhar ou fraudar na execução do contrato, que se comportar de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios; e
 - h) até a realização do pagamento, quando a empresa receber qualquer das multas previstas no item anterior;
- 10.** A penalidade de suspensão aplicada pela Administração, publicada no

Diário Oficial do Estado, implicará na suspensão da fornecedora junto ao Cadastro Geral de

11. A suspensão do direito de licitar poderá ser ampliada até o dobro, em caso de reincidência;

12. A declaração de inidoneidade será aplicada pelo Secretário de Estado da Administração – SEA;

13. A declaração de inidoneidade permanecerá em vigor enquanto perdurarem os motivos que determinaram a punibilidade ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que a aplicou;

14. A declaração de inidoneidade terá seus efeitos extensivos a toda Administração Pública;

15. As empresas que apresentarem documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados, ou que por quaisquer outros meios praticarem atos irregulares ou ilegalidades para obtenção do registro no Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina/SEA, estarão sujeitas às seguintes penalidades:

a) suspensão temporária do Certificado de Cadastro de Fornecedores - CCF ou da obtenção do registro, por até 5 (cinco) anos na modalidade de pregão e até 2 (dois) anos para as demais modalidades, dependendo da natureza e gravidade dos fatos; e

b) declaração de inidoneidade, nos termos do artigo anterior.

16. As sanções previstas neste edital poderão também ser aplicadas às empresas ou profissionais que:

a) tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos; e

b) tenham praticado atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;

17. Compete à Assessoria Jurídica da SES/SGA, após análise a indicação das penalidades previstas neste edital e legislação vigente, cuja aplicação dependerá da homologação da autoridade competente do órgão ou entidade;

18. É facultado à interessada interpor recurso contra a aplicação das penalidades previstas neste edital, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, que será dirigido à autoridade competente do órgão ou entidade;

19. As penalidades aplicadas serão registradas na Secretaria de Estado da Administração/ Diretoria de Gestão de Licitações e Contratos – DGLC, no Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina/SEA;

20. Homologadas e publicadas as penalidades, a Administração as encaminhará ao Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina/ SEA, para registro.

9. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

9.1 Nome e matrícula do fiscal do contrato

Alexandre de Souza

9.2 GESTOR DO CONTRATO

GEBER

DATA: 04/02/2021

5/6



Código para verificação: **52F0D6ZK**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



EDILEUZA MARQUES DA SILVA em 04/02/2021 às 19:57:32

Emitido por: "SGP-e", emitido em 13/07/2018 - 13:38:55 e válido até 13/07/2118 - 13:38:55.
(Assinatura do sistema)



KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE em 04/03/2021 às 18:44:31

Emitido por: "SGP-e", emitido em 13/07/2018 - 14:14:15 e válido até 13/07/2118 - 14:14:15.
(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U0VTXzcwNTIfMDAwMTc4ODBfMTgxNzdfMjAyMV81MkYwRDZaSw==> ou o site <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SES 00017880/2021** e o código **52F0D6ZK** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÕES E CONTRATAÇÕES DESTINADAS
ENFRENTAMENTO DA COVID19 - PORTARIA N.º163, de 06/05/2020

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0066/2021
PROCESSO SES 17880/2021

1 - OBJETO: Aquisição de luvas de procedimento descartáveis, destinadas ao enfrentamento da COVID-19 para a Secretaria de Estado da Saúde.

2 – UNIDADE INTERESSADA: Secretaria de Estado da Saúde/Gerência de Bens Regulares.

3 – FORMA DE CONTRATAÇÃO: A presente Dispensa de Licitação será efetivada por meio da emissão de Contrato de Fornecimento:

ITEM	QTD	EMPRESA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01 - Luva de procedimento descartável tamanho Grande (G), em nitrílica, isenta de látex, não estéril, isenta de talco, formato anatômico, ambidestra, resistente a tração, descartável, uso único, macio, isento de agentes alergizantes, resíduos e impurezas, embalada em caixas contendo 100 peças, com abertura manual de fácil manuseio, contendo dados de identificação, procedência, validade, número do lote, apresentar certificado de aprovação MT, as luvas devem ser armazenadas e transportadas em condições que evitem a possibilidade de afetar a integridade, em especial calor, a umidade e a luz. Em conformidade a RDC nº 55 de 04 de novembro de 2011, portaria nº 332, de 26 de julho de 2012 e portaria nº 451, de 31 de agosto de 2012. Apresentar certificado de aprovação MTE,	387.000	Medilar Importação E Distribuição de Produtos Médico Hospitalares S/A	R\$ 0,845	R\$ 327,015,00

4 - DESPESAS: A presente Dispensa de Licitação implicará em uma despesa total de **R\$ 327.015,00** (Trezentos e vinte e sete mil e quinze reais).

5 - FUNDAMENTO DA DISPENSA:

Lei nº 8.666/93

Art. 24 - É Dispensável de Licitação:

IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública quando caracterizada a urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos.

6 – JUSTIFICATIVA:

O Plano Nacional de Contingência para Infecção Humana pelo Coronavírus 2019, emitido pelo Ministério da Saúde, o qual norteia as ações a serem implementadas pelas Secretarias de Saúde, inclui ações que visam a reorganização e ampliação da rede hospitalar. Nesse sentido, as ampliações dos leitos da rede hospitalar estadual seguem o alerta para as classificações de risco - Alerta, Perigo Iminente e Emergência em Saúde Pública. O estado de Santa Catarina encontra-se no nível de Emergência em Saúde Pública, indicado em duas situações, conforme estabelecido pelo Ministério da Saúde: a) quando há confirmação de transmissão local do primeiro caso de Coronavírus amplamente divulgado no território nacional; e b) reconhecimento de declaração de Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

Segundo o Plano de Contingência do Ministério da Saúde, o nível de Emergência está organizado em duas fases, fase de contenção e de mitigação.

O estado de Santa Catarina encontra-se na fase da mitigação, que tem início a partir do registro de 100 casos confirmados. Nesta fase, segundo o Ministério da Saúde, é preciso estar atento à possibilidade de superação da capacidade de resposta hospitalar para atendimento dos casos graves.

Especialistas do mundo todo têm destacado a necessidade de equipamentos de proteção individual e coletivos para profissionais da saúde, que, por estarem em contato direto com o vírus, estão expostos ao risco. A Anvisa atualizou as orientações destinadas aos serviços de saúde sobre as medidas de prevenção e controle que devem ser adotadas na assistência aos casos suspeitos ou confirmados de infecção pelo novo coronavírus (Covid-19). Ainda, de acordo com o estabelecido na Norma Regulamentadora Nº 6 (NR-6) da Portaria 3.214/78 MTB, considera-se equipamento de proteção individual (EPI), todo dispositivo ou produto de uso individual utilizado pelo trabalhador, destinado à proteção aos riscos suscetíveis de ameaçar a segurança e a saúde no trabalho.

O Conselho Federal de Enfermagem (Cofen) publicou uma série de diretrizes, entre elas a importância da utilização dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs). As condutas informadas têm como base o que preconizam as orientações da Organização Mundial de Saúde (OMS) e do Ministério da Saúde, bem como as secretarias municipais e Estadual de Saúde. Entre os equipamentos apontados como indispensáveis estão as luvas de procedimento. Salienta-se que conforme informação da Secretaria de Estado da Saúde, o estoque encontra-se comprometido.

Dessa forma, diante de todo o exposto, ante a imprescindibilidade dos itens e de acordo com a Requisição 348/2021, justifica-se a aquisição de luvas de procedimento. No âmbito legal, verifica-se a hipótese de realização da contratação direta, através de Dispensa de Licitação.

Por fim, após apreciação jurídica, restou emitido o Parecer Jurídico nº xxxxx/2021/COJUR/SEA/SC, de xx de xxxxx de 2021, opinando pela admissibilidade de dispensa de licitação no presente caso.

7 – RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR E JUSTIFICATIVA DO PREÇO:

Foi publicado edital de cotação de preços n. 0066/21 no Portal de Compras do Estado de Santa Catarina, tendo sido apresentadas 04 propostas. Estas foram encaminhadas à equipe técnica da Secretaria de Estado da Saúde que se manifestou consoante parecer instruídos nos autos. Salienta-se que foram inseridos nos autos, documentos com cotações atualizadas e justificativa de preços pela Secretaria de Estado da Saúde, tendo sido considerado aceitável. Ainda, consoante documentos apensados aos autos foi realizada renegociação de valores, restando o valor inicialmente proposto reduzido. Foram verificadas as condições de habilitação do fornecedor que apresentou a menor proposta, considerando-o habilitado.

SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO:

1 – Ciente

2 - Em vista da necessidade da aquisição do objeto supracitado, e com os poderes a mim conferidos resolvo HOMOLOGAR a Dispensa de Licitação nº 0066/2021 aprovada pela Assessoria Jurídica por meio do Parecer nos autos do processo SES 17880/2021 e autorizar a despesa supracitada.

3 - Para prosseguimento.

Luiz Antonio Dacol
Secretário Adjunto de Estado da Administração
(assinado digitalmente)

ANEXO

MINUTA DE CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº: ____/____

Termo de Contrato de Fornecimento celebrado entre o ESTADO DE SANTA CATARINA, através da Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde e a empresa....., autorizado através do Processo SES nº 17880/2021, Cotação de Preços SEA n.º 0066/2021 e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e demais legislações aplicáveis.

CONTRATANTE:	Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde
C.N.P.J. N.º:	80.673.411/0001-87
Endereço: (sede)	Rua Esteves Júnior, 160 - Ed. Halley - Centro – Florianópolis – SC
Representada por:	

Contratada:	
C.N.P.J. N.º:	
Endereço:	
Representada por:	

GESTOR:	
Função:	
Unidade:	

FISCAL:	
Função:	
Unidade:	

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO, ESPECIFICAÇÃO E QUANTIDADE

1.1 - O Presente Contrato tem por objetivo a aquisição pela CONTRATANTE e o fornecimento pela CONTRATADA, **de luvas de procedimento – enfrentamento do Covid19**, para a Secretaria de Estado da Saúde.

1.2 – Este Termo de Contrato vincula-se à proposta vencedora, independentemente de sua transcrição.

ITEM	QTDDE
01 - Luva de procedimento descartável tamanho Grande (G), em nitrilica, isenta de látex, não estéril, isenta de talco, formato anatômico, ambidestra, resistente a tração, descartável, uso único, macio, isento de agentes alergizantes, resíduos e impurezas, embalada em caixas contendo 100 peças, com abertura manual de fácil manuseio, contendo dados de identificação, procedência, validade, número do lote, apresentar certificado de aprovação MT, as luvas devem ser armazenadas e transportadas em condições que evitem a possibilidade de afetar a integridade, em especial calor, a umidade e a luz. Em conformidade a RDC nº 55 de 04 de novembro de 2011, portaria nº 332, de 26 de julho de 2012 e portaria nº 451, de 31 de agosto de 2012. Apresentar certificado de aprovação TEM.	387.000

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1 - A CONTRATADA obriga-se a fornecer o objeto deste instrumento, especificado(s) e quantificado(s) na cláusula primeira, ao preço líquido, CIF aproximado de R\$..... (.....) considerando sua proposta de preços;

2.2 - As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta da dotação orçamentária:

2.2.1 - Projeto/Atividade:

2.2.2 - Elemento Despesa:

2.2.3 - Unidade Orçamentária:

2.3 - A CONTRATADA deverá mencionar na respectiva Nota Fiscal/Fatura informações sobre o produto, tais como: a MARCA sob o qual o mesmo é comercializado, Fabricante, Apresentação, País de Origem, o número Certificado de Registro do Produto junto ao Ministério da Saúde, o número do lote e o prazo de validade do produto. Além de mencionar o número do Contrato, do Processo e da Autorização de Fornecimento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PAGAMENTO

3.1 - A SES efetuará o pagamento em 30 (vinte) dias após o recebimento e aceite do material com a respectiva Nota Fiscal/Fatura ou documento legalmente equivalente, observado o cumprimento integral das disposições contidas neste edital;

3.1.1 - Caso o vencimento do prazo de pagamento da Nota Fiscal/Fatura ocorra fora do calendário semanal ou de expediente bancário, o pagamento será efetuado na próxima data do calendário, imediatamente posterior ao vencimento, não incidindo qualquer compensação financeira neste período;

3.1.2 - O fornecedor ou prestador de serviços ao Estado que optar por receber seu pagamento em outras instituições que não o Banco do Brasil, ficará responsável pelo custo da tarifa bancária referente à respectiva transferência de valores entre Bancos, uma vez que os pagamentos efetuados pelo Estado são efetuados prioritariamente pelo Banco do Brasil.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO E DO LOCAL DE ENTREGA

4.1 - O prazo de entrega será de até 10 (dez) dias após o recebimento da Autorização de Fornecimento ou documento equivalente;

4.2 - A entrega será efetuada diretamente na Secretaria de Estado da Saúde, Rua Judite Melo dos Santos, 258, galpão 06, bairro Nova São José -Área Industrial, São José/SC, nas quantidades constantes na Autorização de Fornecimento;

4.3 - A Contratada somente irá fornecer os materiais constantes nos Anexos do presente instrumento e nas quantidades estipuladas;

4.4 - A Contratada deverá manter um controle rigoroso das quantidades fornecidas para que as mesmas não ultrapassem o estipulado nos Anexos.

CLÁUSULA QUINTA - DO RECEBIMENTO DO OBJETO

5.1 - A entrega do objeto desta licitação deverá ser efetuada na Secretaria de Estado da Saúde, Rua Judite Melo dos Santos, 258, galpão 06, bairro Nova São José -Área Industrial, São José/SC, nas quantidades constantes na Autorização de Fornecimento, correndo por conta da Contratada as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento;

5.1.1 – O material deverá indicar na embalagem a razão social da Contratada, o número deste Contrato, o número da nota fiscal e o número da Autorização de Fornecimento.

5.1.2 – Quando da entrega, o produto deverá estar em perfeitas condições para ser consumido, e as embalagens intactas (não danificadas).

5.1.3 – O produto entregue deverá ser novo, entendido como tal, de primeira utilização.

5.2 – Para os produtos em que é exigido pela legislação vigente prazo de validade, o mesmo deverá constar na embalagem.

5.3 – A Contratante reserva-se o direito de a qualquer tempo, previamente ao aceite, ou durante o prazo de garantia do objeto ofertado e entregue, proceder a análise técnica e de qualidade do objeto, diretamente ou por intermédio de terceiros por ele escolhido. Se rejeitados, deverão ser substituídos imediatamente pela Contratada, sem quaisquer ônus para a Contratante.

5.4 – Os produtos a serem fornecidos devem ser livres de impurezas, estando sujeitos ao controle de qualidade do Contratante diretamente ou por intermédio de terceiros, durante toda a execução do Contrato, sendo rejeitados os produtos não aprovados ou que se apresentarem impróprios para o consumo, os quais deverão ser imediatamente substituídos pelo fornecedor, sem qualquer custo adicional.

5.5 – A Contratada, mesmo não sendo a fabricante da matéria-prima empregada na fabricação de seu produto, responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade deste, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta.

5.6 – O aceite do(s) produto(s) pela Contratante, não exclui a responsabilidade civil da Contratada por vícios de quantidade ou qualidade do produto ou disparidade com as especificações técnicas exigidas no edital ou

atribuídas pela Contratada, verificados posteriormente, garantindo-se à Contratante as faculdades previstas no artigo 18, da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

5.7 – O(s) objeto(s) cotado(s) deverá(ão) atender a legislação a ele(s) pertinente(s).

5.8 – As quantidades licitadas são estimativas, podendo a contratante requisitar quantidades maiores ou menores conforme a efetiva necessidade, respeitando-se os limites da Lei.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO/ALTERAÇÃO

6.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de 6 (seis) meses, com início na data de sua assinatura;

6.2. O contrato poderá ser acrescido ou suprimido em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA ALTERAÇÃO DOS PREÇOS

7.1 - Os preços contratados não serão alterados.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

8.1 - A rescisão do Contrato poderá ser efetuada conforme determina o artigo 79 e acarretar as consequências previstas no artigo 80, pelos motivos previstos nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8666/93 e alterações posteriores.

8.2 - O Presente Contrato poderá ser rescindido a critério da CONTRATANTE, sem que à Contratada caiba qualquer indenização, ou, reclamação, nos seguintes casos:

8.2.2 - Inobservância das especificações acordadas e/ou rejeição dos serviços prestados;

8.2.3 - Inadimplência de qualquer cláusula contratual e/ou da proposta ofertada;

8.2.4 - Falência, liquidação judicial ou extrajudicial, concordata preventiva da fornecedora, requeridas, homologadas ou decretadas;

8.2.5 - A Contratada, reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa, prevista no art 77, da Lei 8.666/93, bem como Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, no Decreto Estadual nº 2.617, de 16 de setembro de 2009.

CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO

9.1 - A fiscalização do contrato será exercida por um representante da CONTRATANTE, indicado pela unidade e identificado no contrato/ata, a quem competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato;

9.2 - A CONTRATANTE se reserva o direito de rejeitar no todo ou em parte os produtos entregues, se em desacordo com o contrato;

9.3 - A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui, nem reduz, a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, resultante de imperfeições técnicas ou utilização de material de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implicará a responsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos. (Art. 70 da lei 8.666/93).

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES E SANÇÕES

10.1 - As empresas que não cumprirem as obrigações assumidas na fase licitatória e/ou de execução do contrato estão sujeitas às seguintes sanções:

a) advertência;

b) multa;

c) suspensão temporária, não superior a 5 (cinco) anos, na modalidade de pregão, e não superior a 2 (dois) anos para as demais modalidades, aplicada segundo a natureza e a gravidade da falta cometida; e

d) declaração de inidoneidade para licitar com a Administração Pública;

10.2 - A advertência será emitida pela Administração, quando o contratado descumprir qualquer obrigação;

10.3 - A multa será imposta à contratada pelo atraso injustificado na entrega ou execução do contrato, de acordo com as alíquotas a seguir:

a) 0,33 % (zero, trinta e três por cento) por dia de atraso, na entrega do objeto ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9% (nove, nove por cento);

b) 10 % (dez por cento) em caso de não entrega do objeto ou não conclusão do serviço ou rescisão do contrato por culpa da contratada, calculado sobre a parte inadimplente;

c) até 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega;

10.3.1 - O valor da multa e/ou custas de depósito será deduzido dos créditos ou garantias da empresa, ou cobrado administrativa ou judicialmente;

10.3.2 - Sempre que a multa ultrapassar os créditos da contratada e/ou garantias, o valor excedente será encaminhado à cobrança extrajudicial ou judicial;

10.3.3 - O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do serviço;

10.3.4 - A multa será aplicada quando o atraso for superior a cinco dias;

10.3.5 - A aplicação da multa não impede que sejam aplicadas outras penalidades;

10.4 - A suspensão impossibilitará a participação da empresa em licitações e/ou contratos, ficando suspenso o seu registro cadastral no Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina/SEA, de acordo com os prazos a seguir:

a) por até 30 (trinta) dias, quando aplicada a pena de advertência emitida pela Administração e a empresa permanecer inadimplente;

b) por até 90 (noventa) dias, quando a empresa interessada solicitar cancelamento da proposta após a abertura e antes do resultado do julgamento;

c) por até 12 (doze) meses, quando a empresa adjudicada se recusar a retirar a autorização de fornecimento ou assinar o contrato;

d) por até 12 (doze) meses, quando a empresa adjudicada motivar a rescisão total ou parcial da autorização de fornecimento e/ou do contrato;

e) por até 12 (doze) meses, quando a empresa praticar atos que claramente visem à frustração dos objetivos da licitação;

f) por até 24 (vinte e quatro) meses, quando a empresa apresentar documentos fraudulentos nas licitações;

g) por até 5 (cinco) anos quando, na modalidade de pregão, a fornecedora convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, que não celebrar o contrato, que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, que ensejar o retardamento da execução de seu objeto, que não mantiver a proposta, que falhar ou fraudar na execução do contrato, que se comportar de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios; e

h) até a realização do pagamento, quando a empresa receber qualquer das multas previstas no item anterior.

10.4.1 - A penalidade de suspensão aplicada pela Administração, publicada no Diário Oficial do Estado, implicará na suspensão da fornecedora junto ao Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina/SEA;

10.4.2 - A suspensão do direito de licitar poderá ser ampliada até o dobro, em caso de reincidência;

10.5 - A declaração de inidoneidade será aplicada pelo Secretário de Estado da Administração – SEA;

10.5.1 - A declaração de inidoneidade permanecerá em vigor enquanto perdurarem os motivos que determinaram a punibilidade ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que a aplicou;

10.5.2 - A declaração de inidoneidade terá seus efeitos extensivos a toda Administração Pública;

10.6 - As empresas que apresentarem documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados, ou que por quaisquer outros meios praticarem atos irregulares ou ilegalidades para obtenção do registro no Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina/SEA, estarão sujeitas às seguintes penalidades:

a) suspensão temporária do Certificado de Cadastro de Fornecedores - CCF ou da obtenção do registro, por até 5 (cinco) anos na modalidade de pregão e até 2 (dois) anos para as demais modalidades, dependendo da natureza e gravidade dos fatos; e

b) declaração de inidoneidade, nos termos do artigo anterior.

10.7 - As sanções previstas neste edital poderão também ser aplicadas às empresas ou profissionais que:

a) tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos; e

b) tenham praticado atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;

10.8 - Compete à Assessoria Jurídica da SES/SUC, após análise a indicação das penalidades previstas neste edital e legislação vigente, cuja aplicação dependerá da homologação da autoridade competente do órgão ou entidade;

10.9 - É facultado à interessada interpor recurso contra a aplicação das penalidades previstas neste edital, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, que será dirigido à autoridade competente do órgão ou entidade;

10.10 - As penalidades aplicadas serão registradas na Secretaria de Estado da Administração/ Diretoria de Gestão de Materiais e Serviços – DGMS, no Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina/SEA;

10.10.1 - Homologadas e publicadas as penalidades, a Administração as encaminhará ao Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina/ SEA, para registro.

PARÁGRAFO ÚNICO - As multas pecuniárias aqui estabelecidas serão recolhidas na Tesouraria da Secretaria de Estado da Saúde, situada no 9º (nono) andar, na Rua Esteves Júnior, 160, Centro, Florianópolis, SC.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PRÁTICAS FRAUDULENTAS E DE CORRUPÇÃO

11 - As partes, por seus agentes públicos ou por seus sócios, acionistas, administradores e colaboradores: I – declaram que têm conhecimento das normas previstas na legislação, entre as quais nas Leis n°s 8.429/1992 e 12.846/2013, seus regulamentos e eventuais outras aplicáveis;

II – comprometem-se em não adotar práticas ou procedimentos que se enquadrem nas hipóteses previstas nas leis e regulamentos mencionados no inciso anterior e se comprometem em exigir o mesmo pelos terceiros por elas contratados;

III – comprometem-se em notificar à Controladoria-Geral do Estado qualquer irregularidade que tiverem conhecimento acerca da execução do contrato;

IV – declaram que têm ciência que a violação de qualquer das obrigações previstas na Instrução Normativa conjunta CGE/SEA nº 01/2020, além de outras, é causa para a rescisão unilateral do contrato, sem prejuízo da cobrança das perdas e danos, inclusive danos potenciais, causados à parte inocente e das multas pactuadas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

12.1 - A Contratada não poderá subcontratar, ceder ou transferir total ou parcialmente o objeto do contrato a terceiros ou a eles associar-se sem prévia autorização da Contratante sob pena da imediata rescisão do contrato e demais sanções aplicáveis Lei Federal nº 8666/93.

12.2 - Farão parte integrante deste contrato todos os elementos apresentados pela licitante vencedora que tenham servido de base à presente licitação, bem como, as condições estabelecidas neste Edital e Anexos.

12.3 - No caso de recusa ou demora no atendimento a qualquer reclamação independente das sanções cabíveis, a CONTRATANTE poderá confiar a outrem a execução do contrato, descontando o seu custo de uma só vez, no primeiro pagamento a ser feito, sem que a em presa vencedora possa impugnar o seu valor.

12.4 - A tolerância de qualquer das partes, relativa às infrações cometidas contra disposições deste Contrato, não exime o infrator de ver exigido, a qualquer tempo, seu cumprimento integral.

12.5 - A Contratada se obriga a manter as condições de habilitação e qualificação durante a vigência deste contrato, sob pena da aplicação do disposto na Cláusula Décima;

12.6 - O presente contrato é regido pela pelo Decreto Estadual nº 2.617, de 16 de setembro de 2009, pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações;

12.7 - Fica eleito o Foro da Comarca de Florianópolis, Capital do Estado de Santa Catarina, para dirimir eventuais litígios oriundos do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento perante duas testemunhas abaixo assinadas.

CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. _____

2. _____



Código para verificação: **6MJ103Q2**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



LUIZ ANTONIO DACOL em 19/04/2021 às 13:26:56

Emitido por: "SGP-e", emitido em 30/03/2018 - 12:48:04 e válido até 30/03/2118 - 12:48:04.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U0VTXzcwNTIfMDAwMTc4ODBfMTgxNzdfMjAyMV82TUplJMDNRMg==> ou o site <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SES 00017880/2021** e o código **6MJ103Q2** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÕES E CONTRATAÇÕES DESTINADAS AO
ENFRENTAMENTO DA COVID19**

Portaria n. 163/2020

Site: www.portaldecompras.sc.gov.br

E-mail: cotacoescovid19@sea.sc.gov.br

**EDITAL DE COTAÇÃO DE PREÇOS Nº 0066/2021
PROCESSO SES 17880/2021**

A SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO (SEA) solicita, por meio do presente, que as pessoas físicas ou jurídicas interessadas encaminhem propostas de preços, conforme as condições estabelecidas neste edital de compra direta para aquisição na modalidade dispensa de licitação pelo critério de **MENOR PREÇO** por **ITEM**.

OBJETO: Aquisição de luvas de procedimento descartáveis, destinadas ao enfrentamento da COVID-19 para a Secretaria de Estado da Saúde, conforme especificações constantes do Anexo I.

ENTREGA DAS PROPOSTAS: até 18h do dia 05/03/2021.

1 – PROPOSTA

1.1 – A PROPOSTA deverá ser encaminhada até o prazo acima estipulado por correio eletrônico para cotacoescovid19@sea.sc.gov.br.

1.1.1 – A PROPOSTA não poderá ter emendas, rasuras ou entrelinhas; deve estar datada, conter nome ou razão social, CNPJ ou CPF, endereço completo, telefone e e-mail e deve estar assinada pelo representante legal da empresa;

1.2 – A PROPOSTA deverá conter a marca do produto ofertado, apresentação, preço unitário e total por item. Estes deverão ser em moeda nacional, computados os tributos de qualquer natureza incidentes sobre o material/serviço e a venda a ser realizada, bem como, o custo de transporte, inclusive carga e descarga, na modalidade CIF, correndo tal operação, única e exclusivamente por conta, risco e responsabilidade das empresas vencedoras. No preço cotado por item, já estarão incluídos todos os descontos oferecidos;

1.2 - A proposta, para cada item, deverá ser preenchida, conforme as especificações abaixo:

a) O preço unitário do item deverá ser expresso em reais, com no máximo 4 (quatro) casas decimais, no campo “VALOR UNITÁRIO DO ITEM”;

b) Deverá constar no campo “marca”:

I- Marca;

II – Procedência;

III – apresentação com detalhamento de cada item, necessariamente a forma de apresentação e quantidade;

IV – Nome comercial do produto cotado, laudos comprobatórios de eficiência (quando solicitados) e registro na ANVISA ou declaração de produto isento.

1.3 – A PROPOSTA deverá ter validade não inferior a 60 (sessenta) dias;

1.4 – O autor da OFERTA VENCEDORA deverá apresentar os documentos elencados abaixo:

1.4.1 – Prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

1.4.2 – Prova de regularidade fiscal para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal da sede ou domicílio da licitante, expedidas pelos órgãos abaixo relacionados:

1.4.2.1 – Da Secretaria da Receita Federal, com relação à regularidade fiscal Federal;

1.4.2.2 – Da Procuradoria da Fazenda Nacional, referente à Dívida Ativa da União;

1.4.2.3 – Da Secretaria da Fazenda Estadual, ou outro órgão competente, com relação à regularidade fiscal Estadual;

1.4.2.4 – Da Secretaria de Finanças Municipal, ou outro órgão competente, com relação à regularidade fiscal Municipal. No caso de municípios que mantêm Cadastro Mobiliário e Imobiliário separados, deverão ser apresentados os comprovantes referentes a cada um dos cadastros;

1.4.3 – Prova de regularidade relativa à Seguridade Social, fornecida pelo Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) - CND;

1.4.4 – Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) – CRS;

1.4.5 – Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

1.5 – A documentação acima elencada no item 1.4 poderá ser substituída pelo Certificado de Cadastro de Fornecedor emitido pela Diretoria de Gestão de Materiais e Serviços da Secretaria de Estado da Administração;

1.6 – Caso haja a necessidade expressa em edital de apresentação de laudos, certificados de qualidade técnica, ensaios laboratoriais e correlatos, estes devem ser apresentados em língua portuguesa ou traduzidos, acompanhados da original fonte;

1.8 – A proposta deverá cumprir os requisitos listados no Anexo I (detalhamento do objeto).

2 – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

2.1 – O CONTRATANTE efetuará o pagamento em 30 (trinta) dias após o recebimento e aceite dos bens ou serviços com a respectiva Nota Fiscal/Fatura ou documento legalmente equivalente, observado o cumprimento integral das disposições contidas neste edital;

2.2 – O fornecedor ou prestador de serviços ao Estado que optar por receber seu pagamento em outras instituições que não o Banco do Brasil, ficará responsável pelo custo da tarifa bancária referente à respectiva transferência de valores entre Bancos, uma vez que os pagamentos efetuados pelo Estado são efetuados prioritariamente pelo Banco do Brasil;

2.3 – A empresa deverá mencionar na respectiva Nota Fiscal/Fatura informações sobre o produto, tais como: a marca sob o qual o mesmo é comercializado, fabricante, além de mencionar o número da Autorização de Fornecimento, Ordem Fornecimento, Nota de empenho, Contrato ou instrumentos equivalentes;

2.4 – Também será obrigatório que a empresa mencione na Nota Fiscal/Fatura os seguintes dados bancários para pagamento: número do banco, número da agência com dígito e número da conta corrente com dígito.

3 – DISPOSIÇÕES GERAIS

3.1 – A participação na presente cotação de preços implica na aceitação integral e irrevogável de todas as condições exigidas neste edital e dos documentos que dele fazem parte, bem como na observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor;

3.2 – A presente aquisição baliza-se pelos preceitos da Lei 8.666/93 e suas alterações e Lei 13.979/20 e suas alterações;

3.3 – As empresas que não cumprirem as obrigações assumidas na Cotação de Preços e/ou na execução do objeto estão sujeitas às seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa;

III - suspensão temporária, não superior a 2 (dois) anos, aplicada segundo a natureza e a gravidade da falta cometida;

3.3.1 – A advertência é a sanção por escrito, emitida pela Administração, quando o contratado descumprir qualquer obrigação, ressalvado o disposto no § 3º do art. 11 do Decreto Estadual nº 2617/2009;

3.3.2 – A multa é a sanção pecuniária que será imposta à contratada pelo atraso injustificado na entrega ou execução do Contrato, de acordo com as alíquotas a seguir:

I - 0,33 % (zero, trinta e três por cento) por dia de atraso, na entrega do objeto ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9% (nove vírgula nove por cento);

II - 10 % (dez por cento) em caso de não entrega do objeto ou não conclusão do serviço ou rescisão do Contrato ou cancelamento da Ordem de Fornecimento/Autorização de Fornecimento por culpa da contratada, calculado sobre a parte inadimplente;

III - até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato/Ordem de Fornecimento/Autorização de Fornecimento, pelo descumprimento de qualquer cláusula, exceto prazo de entrega.

3.3.2.1 – O valor da multa e/ou custas de depósito será deduzido dos créditos ou garantias da empresa, ou cobrado administrativa ou judicialmente.

3.3.2.2 – Sempre que a multa ultrapassar os créditos da contratada e/ou garantias, o valor excedente será encaminhado à cobrança extrajudicial ou judicial.

3.3.2.3 – O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do serviço.

3.3.2.4 – A multa será aplicada quando o atraso for superior a cinco dias.

3.3.2.5 – A aplicação da multa não impede que sejam aplicadas outras sanções previstas neste Edital;

3.3.3 – A suspensão é a sanção que impossibilita a participação da empresa em licitações e/ou Contratos, ficando suspenso o seu registro cadastral no Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina, de acordo com os prazos a seguir:

I - por até 30 (trinta) dias, quando aplicada a pena de advertência emitida pela Administração e a empresa permanecer inadimplente;

II - por até 90 (noventa) dias, quando a empresa interessada solicitar cancelamento da proposta após a abertura e antes do resultado do julgamento;

III - por até 12 (doze) meses, quando a empresa adjudicada se recusar a retirar a Autorização de Fornecimento, Ordem de Fornecimento ou assinar o Contrato;

IV - por até 12 (doze) meses, quando a empresa adjudicada motivar a rescisão total ou parcial da Autorização de Fornecimento, Ordem de Fornecimento ou do Contrato;

V - por até 12 (doze) meses, quando a empresa praticar atos que claramente visem à frustração dos objetivos da Cotação de Preços;

VI - por até 24 (vinte e quatro) meses, quando a empresa apresentar documentos fraudulentos;

VII - por até 2 (dois) anos quando a fornecedora convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, que não celebrar o Contrato, que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida no edital, que ensejar o retardamento da execução de seu objeto, que não mantiver a proposta, que falhar ou fraudar na execução do Contrato, que se comportar de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios; e

VIII - até a realização do pagamento, quando a empresa receber qualquer das multas previstas no artigo anterior.

3.4 – Na apreciação das propostas poderão ser solicitadas informações complementares, amostras e/ou prospectos, a fim de obter maiores informações sobre o produto e/ou serviço ofertado, o que deverá ser providenciado no prazo estabelecido pela Gerência solicitante, sob pena de desclassificação;

3.5 – A cotadora vencedora não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto do Contrato, Ordem de Fornecimento e/ou Autorização de Fornecimento a terceiros ou a eles associar-se sem prévia autorização da contratante, sob pena de imediata rescisão do contrato e demais sanções aplicáveis, conforme Lei 8.666/93.

3.6 – Os orçamentos que compõem este processo poderão ser utilizados para aquisição dos itens caso haja vantajosidade para os órgãos participantes, interesse da empresa cotadora e atendimento aos requisitos solicitados neste Edital.

3.7 – Não poderá participar, direta ou indiretamente, desta cotação de preços servidor ou dirigente dos órgãos participantes, em conformidade com o disposto no inciso III do art. 9º da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993.

3.8 – O resultado deste edital de compra direta será disponibilizado para acompanhamento no site www.portaldecompras.sc.gov.br / <https://sgpe.sea.sc.gov.br/atendimento>

3.9 – Nos casos omissos deste edital serão adotados os prazos para a modalidade convite.

JORGE EDUARDO TASCA
Secretário de Estado da Administração

ANEXO I

DETALHAMENTO DO OBJETO

1 – PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

Item	Código	Descrição	Quantidade solicitada	Entrega
1	009598029	Luva de procedimento descartável tamanho Grande (G), em nitrilica, isenta de látex, não estéril, isenta de talco, formato anatômico, ambidestra, resistente a tração, descartável, uso único, macio, isento de agentes alergizantes, resíduos e impurezas, embalada em caixas contendo 100 peças, com abertura manual de fácil manuseio, contendo dados de identificação, procedência, validade, número do lote, apresentar certificado de aprovação MT, as luvas devem ser armazenadas e transportadas em condições que evitem a possibilidade de afetar a integridade, em especial calor, a umidade e a luz. Em conformidade a RDC n° 55 de 04 de novembro de 2011, portaria n° 332, de 26 de julho de 2012 e portaria n° 451, de 31 de agosto de 2012. Apresentar certificado de aprovação MTE.	387.000	Única
2	009598074	Luva de procedimento descartável, tamanho pequeno (P) confeccionada em látex natural, íntegro e uniforme, formato anatômico, ambidestra, atóxico, não estéril, resistente a tração, descartável, uso único, sem talco, selo de conformidade, embalada em caixas contendo dados de identificação, procedência, validade, número do lote. As luvas devem ser armazenadas e transportadas em condições que evitem a possibilidade de afetar a integridade, em especial: calor, umidade, luz. Em conformidade a RDC n° 55 de 04 de novembro de 2011, portaria n° 332, de 26 de julho de 2012 e portaria n° 451, de 31 de agosto de 2012. Apresentar certificado de aprovação no MTE.	2.166.000	Única
3	009598075	Luva de procedimento descartável, tamanho médio (M) confeccionada em látex natural, íntegro e uniforme, formato anatômico, ambidestra, atóxico, não estéril, resistente a tração, descartável, uso único, sem talco, selo de conformidade, embalada em caixas, contendo dados de identificação, procedência, validade, número do lote. As luvas devem ser armazenadas e transportadas em condições que evitem a possibilidade de afetar a integridade, em especial: calor, umidade, luz. Em conformidade a RDC n° 55 de 04 de novembro de 2011, portaria n° 332, de 26 de julho de 2012 e portaria n° 451, de 31 de agosto de 2012. Apresentar certificado de aprovação MTE.	1.206.000	Única
4	009598076	Luva de procedimento descartável, tamanho grande (G) confeccionada em látex natural, íntegro e uniforme, formato anatômico, ambidestra, atóxico, não estéril, resistente a tração, descartável, uso único, sem talco, selo de conformidade, embalada em caixas, contendo dados de identificação, procedência, validade, número do lote. As luvas devem ser armazenadas e transportadas em condições que evitem a possibilidade de afetar a integridade, em especial: calor, umidade, luz. Em conformidade a RDC n° 55 de 04 de novembro de 2011, portaria n° 332, de 26 de julho de 2012 e portaria n° 451, de 31 de agosto de 2012. Apresentar certificado de aprovação MTE.	420.000	Única

1.1 – A contratação se dará por meio da emissão de contrato de fornecimento, consoante modelo do Anexo II deste edital;

1.2 - Para autorizar a entrega dos materiais a SES emitirá uma Autorização de Fornecimento (AF);

1.3 – O prazo de entrega do objeto será de até 10 (dez) dias após o recebimento da Ordem de Fornecimento;

1.4 – A entrega será efetuada conforme condições do instrumento de contratação para:

SIGLA	UNIDADE	ENDEREÇO
SES	Secretaria de Estado da Saúde	Rua Judite Melo dos Santos, 258, galpão 06, bairro Nova São José -Área Industrial, São José/SC

2 – REQUISITOS DA PROPOSTA

2.1 – Quando se tratar de material com prazo de validade, estes não poderão estar com a validade inferior a 75% do seu prazo total de validade.

2.2 – A embalagem deverá estar íntegra, livre de impurezas e em perfeitas condições de utilização.

2.3 - O objeto não será aceito caso não seja transportado e entregue de maneira correta, respeitando as recomendações do fabricante e autoridades sanitárias.

ANEXO II

MINUTA DE CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº: ____/____

Termo de Contrato de Fornecimento celebrado entre o ESTADO DE SANTA CATARINA, através da Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde e a empresa, autorizado através do Processo SES nº 17880/2021, Cotação de Preços SEA n.º 0066/2021 e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e demais legislações aplicáveis.

CONTRATANTE:	Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde
C.N.P.J. N.º:	80.673.411/0001-87c
Endereço: (sede)	Rua Esteves Júnior, 160 - Ed. Halley - Centro – Florianópolis – SC
Representada por:	

Contratada:	
C.N.P.J. N.º:	
Endereço:	
Representada por:	

GESTOR:	
Função:	
Unidade:	

FISCAL:	
Função:	
Unidade:	

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO, ESPECIFICAÇÃO E QUANTIDADE

1.1 - O Presente Contrato tem por objetivo a aquisição pela CONTRATANTE e o fornecimento pela CONTRATADA, **de luvas de procedimento descartáveis destinadas ao enfrentamento da COVID-19**, para a Secretaria de Estado da Saúde.

1.2 – Este Termo de Contrato vincula-se à proposta vencedora, independentemente de sua transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1 - A CONTRATADA obriga-se a fornecer o objeto deste instrumento, especificado(s) e quantificado(s) na cláusula primeira, ao preço líquido, CIF aproximado de R\$..... (.....) considerando sua proposta de preços;

2.2 - As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta da dotação orçamentária:

2.2.1 - Projeto/Atividade:

2.2.2 - Elemento Despesa:

2.2.3 - Unidade Orçamentária:

2.3 - A CONTRATADA deverá mencionar na respectiva Nota Fiscal/Fatura informações sobre o produto, tais como: a MARCA sob o qual o mesmo é comercializado, Fabricante, Apresentação, País de Origem, o número Certificado de Registro do Produto junto ao Ministério da Saúde, o número do lote e o prazo de validade do produto. Além de mencionar o número do Contrato, do Processo e da Autorização de Fornecimento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PAGAMENTO

3.1 - A SES efetuará o pagamento em 30 (trinta) dias após o recebimento e aceite do material com a respectiva Nota Fiscal/Fatura ou documento legalmente equivalente, observado o cumprimento integral das disposições contidas neste edital;

3.1.1 - Caso o vencimento do prazo de pagamento da Nota Fiscal/Fatura ocorra fora do calendário semanal ou de expediente bancário, o pagamento será efetuado na próxima data do calendário, imediatamente posterior ao vencimento, não incidindo qualquer compensação financeira neste período;

3.1.2 - O fornecedor ou prestador de serviços ao Estado que optar por receber seu pagamento em outras instituições que não o Banco do Brasil, ficará responsável pelo custo da tarifa bancária referente à respectiva

transferência de valores entre Bancos, uma vez que os pagamentos efetuados pelo Estado são efetuados prioritariamente pelo Banco do Brasil.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO E DO LOCAL DE ENTREGA

4.1 - O prazo de entrega será de até 10 (dez) dias após o recebimento da Autorização de Fornecimento ou documento equivalente;

4.2 - A entrega será efetuada diretamente na Secretaria de Estado da Saúde, Rua Judite Melo dos Santos, 258, galpão 06, bairro Nova São José - Área Industrial, São José/SC, nas quantidades constantes na Autorização de Fornecimento;

4.3 - A Contratada somente irá fornecer os materiais constantes nos Anexos do presente instrumento e nas quantidades estipuladas;

4.4 - A Contratada deverá manter um controle rigoroso das quantidades fornecidas para que as mesmas não ultrapassem o estipulado no Anexo.

CLÁUSULA QUINTA - DO RECEBIMENTO DO OBJETO

5.1 - A entrega do objeto desta licitação deverá ser efetuada na Secretaria de Estado da Saúde, Rua Judite Melo dos Santos, 258, galpão 06, bairro Nova São José - Área Industrial, São José/SC, nas quantidades constantes na Autorização de Fornecimento, correndo por conta da Contratada as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento;

5.1.1 – O material deverá indicar na embalagem a razão social da Contratada, o número deste Contrato, o número da nota fiscal e o número da Autorização de Fornecimento.

5.1.2 – Quando da entrega, o produto deverá estar em perfeitas condições para ser consumido, e as embalagens intactas (não danificadas).

5.1.3 – O produto entregue deverá ser novo, entendido como tal, de primeira utilização.

5.2 – Para os produtos em que é exigido pela legislação vigente prazo de validade, o mesmo deverá constar na embalagem.

5.3 – A Contratante reserva-se o direito de a qualquer tempo, previamente ao aceite, ou durante o prazo de garantia do objeto ofertado e entregue, proceder a análise técnica e de qualidade do objeto, diretamente ou por intermédio de terceiros por ele escolhido. Se rejeitados, deverão ser substituídos imediatamente pela Contratada, sem quaisquer ônus para a Contratante.

5.4 – Os produtos a serem fornecidos devem ser livres de impurezas, estando sujeitos ao controle de qualidade do Contratante diretamente ou por intermédio de terceiros, durante toda a execução do Contrato, sendo rejeitados os produtos não aprovados ou que se apresentarem impróprios para o consumo, os quais deverão ser imediatamente substituídos pelo fornecedor, sem qualquer custo adicional.

5.5 – A Contratada, mesmo não sendo a fabricante da matéria-prima empregada na fabricação de seu produto, responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade deste, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta.

5.6 – O aceite do(s) produto(s) pela Contratante, não exclui a responsabilidade civil da Contratada por vícios de quantidade ou qualidade do produto ou disparidade com as especificações técnicas exigidas no edital ou atribuídas pela Contratada, verificados posteriormente, garantindo-se à Contratante as faculdades previstas no artigo 18, da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

5.7 – O(s) objeto(s) cotado(s) deverá(ão) atender a legislação a ele(s) pertinente(s).

5.8 – As quantidades licitadas são estimativas, podendo a contratante requisitar quantidades maiores ou menores conforme a efetiva necessidade, respeitando-se os limites da Lei.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO/ALTERAÇÃO

6.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de 6 (seis) meses, com início na data de sua assinatura, prorrogável por períodos sucessivos, enquanto perdurar a necessidade de enfrentamento dos efeitos da situação de emergência de saúde pública de importância internacional;

6.2. O contrato poderá ser acrescido ou suprimido em até 50% (cinquenta por cento) do valor inicial atualizado do contrato (art. 4º-I, da Lei n.º 13.979).

CLÁUSULA SÉTIMA - DA ALTERAÇÃO DOS PREÇOS

7.1 - Os preços contratados não serão alterados.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

8.1 - A rescisão do Contrato poderá ser efetuada conforme determina o artigo 79 e acarretar as consequências previstas no artigo 80, pelos motivos previstos nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8666/93 e alterações posteriores.

8.2 - O Presente Contrato poderá ser rescindido a critério da CONTRATANTE, sem que à Contratada caiba qualquer indenização, ou, reclamação, nos seguintes casos:

8.2.2 - Inobservância das especificações acordadas e/ou rejeição dos serviços prestados;

8.2.3 - Inadimplência de qualquer cláusula contratual e/ou da proposta ofertada;

8.2.4 - Falência, liquidação judicial ou extrajudicial, concordata preventiva da fornecedora, requeridas, homologadas ou decretadas;

8.2.5 - A Contratada, reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa, prevista no art. 77, da Lei 8.666/93, bem como Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, no Decreto Estadual nº 2.617, de 16 de setembro de 2009.

CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO

9.1 - A fiscalização do contrato será exercida por um representante da CONTRATANTE, indicado pela unidade e identificado no contrato/ata, a quem competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato;

9.2 - A CONTRATANTE se reserva o direito de rejeitar no todo ou em parte os produtos entregues, se em desacordo com o contrato;

9.3 - A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui, nem reduz, a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, resultante de imperfeições técnicas ou utilização de material de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implicará a responsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos. (Art. 70 da lei 8.666/93).

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES E SANÇÕES

10.1 - As empresas que não cumprirem as obrigações assumidas na fase licitatória e/ou de execução do contrato estão sujeitas às seguintes sanções:

a) advertência;

b) multa;

c) suspensão temporária, não superior a 5 (cinco) anos, na modalidade de pregão, e não superior a 2 (dois) anos para as demais modalidades, aplicada segundo a natureza e a gravidade da falta cometida; e

d) declaração de inidoneidade para licitar com a Administração Pública;

10.2 - A advertência será emitida pela Administração, quando o contratado descumprir qualquer obrigação;

10.3 - A multa será imposta à contratada pelo atraso injustificado na entrega ou execução do contrato, de acordo com as alíquotas a seguir:

a) 0,33 % (zero, trinta e três por cento) por dia de atraso, na entrega do objeto ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9% (nove, nove por cento);

b) 10 % (dez por cento) em caso de não entrega do objeto ou não conclusão do serviço ou rescisão do contrato por culpa da contratada, calculado sobre a parte inadimplente;

c) até 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega;

10.3.1 - O valor da multa e/ou custas de depósito será deduzido dos créditos ou garantias da empresa, ou cobrado administrativa ou judicialmente;

10.3.2 - Sempre que a multa ultrapassar os créditos da contratada e/ou garantias, o valor excedente será encaminhado à cobrança extrajudicial ou judicial;

10.3.3 - O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do serviço;

10.3.4 - A multa será aplicada quando o atraso for superior a cinco dias;

10.3.5 - A aplicação da multa não impede que sejam aplicadas outras penalidades;

10.4 - A suspensão impossibilitará a participação da empresa em licitações e/ou contratos, ficando suspenso o seu registro cadastral no Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina/SEA, de acordo com os prazos a seguir:

- a) por até 30 (trinta) dias, quando aplicada a pena de advertência emitida pela Administração e a empresa permanecer inadimplente;
- b) por até 90 (noventa) dias, quando a empresa interessada solicitar cancelamento da proposta após a abertura e antes do resultado do julgamento;
- c) por até 12 (doze) meses, quando a empresa adjudicada se recusar a retirar a autorização de fornecimento ou assinar o contrato;
- d) por até 12 (doze) meses, quando a empresa adjudicada motivar a rescisão total ou parcial da autorização de fornecimento e/ou do contrato;
- e) por até 12 (doze) meses, quando a empresa praticar atos que claramente visem à frustração dos objetivos da licitação;
- f) por até 24 (vinte e quatro) meses, quando a empresa apresentar documentos fraudulentos nas licitações;
- g) por até 5 (cinco) anos quando, na modalidade de pregão, a fornecedora convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, que não celebrar o contrato, que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, que ensejar o retardamento da execução de seu objeto, que não mantiver a proposta, que falhar ou fraudar na execução do contrato, que se comportar de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios; e
- h) até a realização do pagamento, quando a empresa receber qualquer das multas previstas no item anterior.

10.4.1 - A penalidade de suspensão aplicada pela Administração, publicada no Diário Oficial do Estado, implicará na suspensão da fornecedora junto ao Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina/SEA;

10.4.2 - A suspensão do direito de licitar poderá ser ampliada até o dobro, em caso de reincidência;

10.5 - A declaração de inidoneidade será aplicada pelo Secretário de Estado da Administração – SEA;

10.5.1 - A declaração de inidoneidade permanecerá em vigor enquanto perdurarem os motivos que determinaram a punibilidade ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que a aplicou;

10.5.2 - A declaração de inidoneidade terá seus efeitos extensivos a toda Administração Pública;

10.6 - As empresas que apresentarem documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados, ou que por quaisquer outros meios praticarem atos irregulares ou ilegalidades para obtenção do registro no Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina/SEA, estarão sujeitas às seguintes penalidades:

- a) suspensão temporária do Certificado de Cadastro de Fornecedores - CCF ou da obtenção do registro, por até 5 (cinco) anos na modalidade de pregão e até 2 (dois) anos para as demais modalidades, dependendo da natureza e gravidade dos fatos; e
- b) declaração de inidoneidade, nos termos do artigo anterior.

10.7 - As sanções previstas neste edital poderão também ser aplicadas às empresas ou profissionais que:

- a) tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos; e
- b) tenham praticado atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;

10.8 - Compete à Assessoria Jurídica da SES/SUC, após análise a indicação das penalidades previstas neste edital e legislação vigente, cuja aplicação dependerá da homologação da autoridade competente do órgão ou entidade;

10.9 - É facultado à interessada interpor recurso contra a aplicação das penalidades previstas neste edital, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, que será dirigido à autoridade competente do órgão ou entidade;

10.10 - As penalidades aplicadas serão registradas na Secretaria de Estado da Administração/ Diretoria de Gestão de Materiais e Serviços – DGMS, no Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina/SEA;

10.10.1 - Homologadas e publicadas as penalidades, a Administração as encaminhará ao Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina/ SEA, para registro.

PARÁGRAFO ÚNICO - As multas pecuniárias aqui estabelecidas serão recolhidas na Tesouraria da Secretaria de Estado da Saúde, situada no 9º (nono) andar do Edifício Halley, na Rua Esteves Júnior, 160, Centro, Florianópolis, SC.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PRÁTICAS FRAUDULENTAS E DE CORRUPÇÃO

11 - As partes, por seus agentes públicos ou por seus sócios, acionistas, administradores e colaboradores: I – declaram que têm conhecimento das normas previstas na legislação, entre as quais nas Leis nºs 8.429/1992 e 12.846/2013, seus regulamentos e eventuais outras aplicáveis;

II – comprometem-se em não adotar práticas ou procedimentos que se enquadrem nas hipóteses previstas nas leis e regulamentos mencionados no inciso anterior e se comprometem em exigir o mesmo pelos terceiros por elas contratados;

III – comprometem-se em notificar à Controladoria-Geral do Estado qualquer irregularidade que tiverem conhecimento acerca da execução do contrato;

IV – declaram que têm ciência que a violação de qualquer das obrigações previstas na Instrução Normativa conjunta CGE/SEA nº 01/2020, além de outras, é causa para a rescisão unilateral do contrato, sem prejuízo da cobrança das perdas e danos, inclusive danos potenciais, causados à parte inocente e das multas pactuadas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

12.1 - A Contratada não poderá subcontratar, ceder ou transferir total ou parcialmente o objeto do contrato a terceiros ou a eles associar-se sem prévia autorização da Contratante sob pena da imediata rescisão do contrato e demais sanções aplicáveis Lei Federal nº 8666/93.

12.2 - Farão parte integrante deste contrato todos os elementos apresentados pela licitante vencedora que tenham servido de base à presente licitação, bem como, as condições estabelecidas neste Edital e Anexos.

12.3 - No caso de recusa ou demora no atendimento a qualquer reclamação independente das sanções cabíveis, a CONTRATANTE poderá confiar a outrem a execução do contrato, descontando o seu custo de uma só vez, no primeiro pagamento a ser feito, sem que a em presa vencedora possa impugnar o seu valor.

12.4 - A tolerância de qualquer das partes, relativa às infrações cometidas contra disposições deste Contrato, não exime o infrator de ver exigido, a qualquer tempo, seu cumprimento integral.

12.5 - A Contratada se obriga a manter as condições de habilitação e qualificação durante a vigência deste contrato, sob pena da aplicação do disposto na Cláusula Décima;

12.6 - O presente contrato é regido pela pelo Decreto Estadual nº 2.617, de 16 de setembro de 2009, pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações e pela Lei Federal nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020;

12.7 - Fica eleito o Foro da Comarca de Florianópolis, Capital do Estado de Santa Catarina, para dirimir eventuais litígios oriundos do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento perante duas testemunhas abaixo assinadas.

CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. _____

2. _____



Código para verificação: **V565UI5C**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



JORGE EDUARDO TASCA em 03/03/2021 às 14:58:45

Emitido por: "SGP-e", emitido em 01/10/2019 - 11:38:00 e válido até 01/10/2119 - 11:38:00.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U0VTXzcwNTIfMDAwMTc4ODBfMTgxNzdfMjAyMV9WNTY1VUk1Qw==> ou o site <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SES 00017880/2021** e o código **V565UI5C** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 233/2021

Termo de Contrato de Fornecimento celebrado entre o ESTADO DE SANTA CATARINA, através da Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde e a empresa **Medilar Importação E Distribuição de Produtos Médico Hospitalares S/A**, autorizado através do Processo SES nº 17880/2021, Cotação de Preços SEA nº 0066/2021 e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e demais legislações aplicáveis.

CONTRATANTE: Secretaria de Estado da Saúde /Fundo Estadual de Saúde
CNPJ: 80.673.411/0001-87
Endereço: Rua Esteves Júnior, 160 - Ed. Halley – Centro – Florianópolis – SC – CEP 88.015-130
Representada por: Superintendente de Gestão Administrativa

CONTRATADA: Medilar Importação e Distribuição de Produtos Médico Hospitalares S/A
CNPJ: 07.752.236/0001-23
Endereço: Rua Norberto Otto Wild, nº 420, bairro Imigrante – Vera Cruz / RS – CEP 96.880-000
Representada por: Cesar Neumann

GESTOR: Gerência de Bens Regulares (GEBER)

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO, ESPECIFICAÇÃO E QUANTIDADE

1.1 - O Presente Contrato tem por objetivo a aquisição pela CONTRATANTE e o fornecimento pela CONTRATADA, **de luvas de procedimento – enfrentamento do Covid19**, para a Secretaria de Estado da Saúde.

1.2 – Este Termo de Contrato vincula-se à proposta vencedora, independentemente de sua transcrição.

Item	Descrição do Material	QT	Preço Unitário	Preço Total
01	01 -Luva de procedimento descartável tamanho Grande (G), em nitrilica, isenta de látex, não estéril,isenta de talco, formato anatômico, ambidestra, resistente a tração, descartável, uso único, macio, isento de agentes alergizantes, resíduos e impurezas, embalada em caixas contendo 100 peças, com abertura manual de fácil manuseio, contendo dados de identificação, procedência, validade, numero do lote, apresentar certificado de aprovação MT, as luvas devem ser armazenadas e transportadas em condições que evitem a possibilidade de afetar a integridade, em especial calor, a umidade e a luz. Em conformidade a RDC nº 55 de 04 de novembro de 2011, portaria nº 332, de 26 de julho de 2012 e portaria nº 451, de 31 de agosto de 2012. Apresentar certificado de aprovação TEM. MARCA: DESCARPACK Registro ANVISA:0010330669107	387.000	R\$ 0,845	R\$ 327.015,00

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1 - A CONTRATADA obriga-se a fornecer o objeto deste instrumento, especificado(s) e quantificado(s) na cláusula primeira, ao preço líquido, CIF aproximado de **R\$ 327.015,00** (trezentos e vinte e sete mil e quinze reais), considerando sua proposta de preços;



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

- 2.2 - As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta da dotação orçamentária:
- 2.2.1 - Projeto/Atividade:
- 2.2.2 - Elemento Despesa:
- 2.2.3 - Unidade Orçamentária:
- 2.3 - A CONTRATADA deverá mencionar na respectiva Nota Fiscal/Fatura informações sobre o produto, tais como: a MARCA sob o qual o mesmo é comercializado, Fabricante, Apresentação, País de Origem, o número Certificado de Registro do Produto junto ao Ministério da Saúde, o número do lote e o prazo de validade do produto. Além de mencionar o número do Contrato, do Processo e da Autorização de Fornecimento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PAGAMENTO

- 3.1 - A SES efetuará o pagamento em 30 (trinta) dias após o recebimento e aceite do material com a respectiva Nota Fiscal/Fatura ou documento legalmente equivalente, observado o cumprimento integral das disposições contidas neste edital;
- 3.1.1 - Caso o vencimento do prazo de pagamento da Nota Fiscal/Fatura ocorra fora do calendário semanal ou de expediente bancário, o pagamento será efetuado na próxima data do calendário, imediatamente posterior ao vencimento, não incidindo qualquer compensação financeira neste período;
- 3.1.2 - O fornecedor ou prestador de serviços ao Estado que optar por receber seu pagamento em outras instituições que não o Banco do Brasil, ficará responsável pelo custo da tarifa bancária referente à respectiva transferência de valores entre Bancos, uma vez que os pagamentos efetuados pelo Estado são efetuados prioritariamente pelo Banco do Brasil.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO E DO LOCAL DE ENTREGA

- 4.1 - O prazo de entrega será de até 10 (dez) dias após o recebimento da Autorização de Fornecimento ou documento equivalente;
- 4.2 - A entrega será efetuada diretamente na Secretaria de Estado da Saúde, Rua Judite Melo dos Santos, 258, galpão 06, bairro Nova São José -Área Industrial, São José/SC, nas quantidades constantes na Autorização de Fornecimento;
- 4.3 - A Contratada somente irá fornecer os materiais constantes nos Anexos do presente instrumento e nas quantidades estipuladas;
- 4.4 - A Contratada deverá manter um controle rigoroso das quantidades fornecidas para que as mesmas não ultrapassem o estipulado nos Anexos.

CLÁUSULA QUINTA - DO RECEBIMENTO DO OBJETO

- 5.1 - A entrega do objeto desta licitação deverá ser efetuada na Secretaria de Estado da Saúde, Rua Judite Melo dos Santos, 258, galpão 06, bairro Nova São José -Área Industrial, São José/SC, nas quantidades constantes na Autorização de Fornecimento, correndo por conta da Contratada as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento;
- 5.1.1 - O material deverá indicar na embalagem a razão social da Contratada, o número deste Contrato, o número da nota fiscal e o número da Autorização de Fornecimento.
- 5.1.2 - Quando da entrega, o produto deverá estar em perfeitas condições para ser consumido, e as embalagens intactas (não danificadas).
- 5.1.3 - O produto entregue deverá ser novo, entendido como tal, de primeira utilização.
- 5.2 - Para os produtos em que é exigido pela legislação vigente prazo de validade, o mesmo deverá constar na embalagem.
- 5.3 - A Contratante reserva-se o direito de a qualquer tempo, previamente ao aceite, ou durante o prazo de garantia do objeto ofertado e entregue, proceder a análise técnica e de qualidade do objeto, diretamente ou por intermédio de terceiros por ele escolhido. Se rejeitados, deverão ser substituídos imediatamente pela Contratada, sem quaisquer ônus para a Contratante.
- 5.4 - Os produtos a serem fornecidos devem ser livres de impurezas, estando sujeitos ao controle de qualidade do Contratante diretamente ou por intermédio de terceiros, durante toda a execução do Contrato, sendo rejeitados os produtos não aprovados ou que se apresentarem impróprios para o consumo, os quais deverão ser imediatamente substituídos pelo fornecedor, sem qualquer custo adicional.
- 5.5 - A Contratada, mesmo não sendo a fabricante da matéria-prima empregada na fabricação de seu



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

produto, responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade deste, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta.

5.6 – O aceite do(s) produto(s) pela Contratante, não exclui a responsabilidade civil da Contratada por vícios de quantidade ou qualidade do produto ou disparidade com as especificações técnicas exigidas no edital ou atribuídas pela Contratada, verificados posteriormente, garantindo-se à Contratante as faculdades previstas no artigo 18, da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

5.7 – O(s) objeto(s) cotado(s) deverá(ão) atender a legislação a ele(s) pertinente(s).

5.8 – As quantidades licitadas são estimativas, podendo a contratante requisitar quantidades maiores ou menores conforme a efetiva necessidade, respeitando-se os limites da Lei.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO/ALTERAÇÃO

6.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de 6 (seis) meses, com início na data de sua assinatura.

6.2. O contrato poderá ser acrescido ou suprimido em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA ALTERAÇÃO DOS PREÇOS

7.1 - Os preços contratados não serão alterados.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

8.1 - A rescisão do Contrato poderá ser efetuada conforme determina o artigo 79 e acarretar as consequências previstas no artigo 80, pelos motivos previstos nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8666/93 e alterações posteriores.

8.2 - O Presente Contrato poderá ser rescindido a critério da CONTRATANTE, sem que à Contratada caiba qualquer indenização, ou, reclamação, nos seguintes casos:

8.2.2 - Inobservância das especificações acordadas e/ou rejeição dos serviços prestados;

8.2.3 - Inadimplência de qualquer cláusula contratual e/ou da proposta ofertada;

8.2.4 - Falência, liquidação judicial ou extrajudicial, concordata preventiva da fornecedora, requeridas, homologadas ou decretadas;

8.2.5 - A Contratada, reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa, prevista no art 77, da Lei 8.666/93, bem como Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, no Decreto Estadual nº 2.617, de 16 de setembro de 2009.

CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO

9.1 - A fiscalização do contrato será exercida por um representante da CONTRATANTE, indicado pela unidade e identificado no contrato/ata, a quem competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato;

UNIDADE	FUNÇÃO	NOME	MATRÍCULA
GEBER	FISCAL	Alexandre de Souza	360382-01-2
GEBER	GESTOR	Paulo Carlos Brentano Junior	671389-0-2

9.2 - A CONTRATANTE se reserva o direito de rejeitar no todo ou em parte os produtos entregues, se em desacordo com o contrato;

9.3 - A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui, nem reduz, a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, resultante de imperfeições técnicas ou utilização de material de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implicará a responsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos. (Art. 70 da lei 8.666/93).

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES E SANÇÕES

10.1 - As empresas que não cumprirem as obrigações assumidas na fase licitatória e/ou de execução do contrato estão sujeitas às seguintes sanções:



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

- a) advertência;
- b) multa;
- c) suspensão temporária, não superior a 5 (cinco) anos, na modalidade de pregão, e não superior a 2 (dois) anos para as demais modalidades, aplicada segundo a natureza e a gravidade da falta cometida; e
- d) declaração de inidoneidade para licitar com a Administração Pública;
- 10.2 - A advertência será emitida pela Administração, quando o contratado descumprir qualquer obrigação;
- 10.3 - A multa será imposta à contratada pelo atraso injustificado na entrega ou execução do contrato, de acordo com as alíquotas a seguir:
- a) 0,33 % (zero, trinta e três por cento) por dia de atraso, na entrega do objeto ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9% (nove, nove por cento);
- b) 10 % (dez por cento) em caso de não entrega do objeto ou não conclusão do serviço ou rescisão do contrato por culpa da contratada, calculado sobre a parte inadimplente;
- c) até 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega;
- 10.3.1 - O valor da multa e/ou custas de depósito será deduzido dos créditos ou garantias da empresa, ou cobrado administrativa ou judicialmente;
- 10.3.2 - Sempre que a multa ultrapassar os créditos da contratada e/ou garantias, o valor excedente será encaminhado à cobrança extrajudicial ou judicial;
- 10.3.3 - O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do serviço;
- 10.3.4 - A multa será aplicada quando o atraso for superior a cinco dias;
- 10.3.5 - A aplicação da multa não impede que sejam aplicadas outras penalidades;
- 10.4 - A suspensão impossibilitará a participação da empresa em licitações e/ou contratos, ficando suspenso o seu registro cadastral no Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina/SEA, de acordo com os prazos a seguir:
- a) por até 30 (trinta) dias, quando aplicada a pena de advertência emitida pela Administração e a empresa permanecer inadimplente;
- b) por até 90 (noventa) dias, quando a empresa interessada solicitar cancelamento da proposta após a abertura e antes do resultado do julgamento;
- c) por até 12 (doze) meses, quando a empresa adjudicada se recusar a retirar a autorização de fornecimento ou assinar o contrato;
- d) por até 12 (doze) meses, quando a empresa adjudicada motivar a rescisão total ou parcial da autorização de fornecimento e/ou do contrato;
- e) por até 12 (doze) meses, quando a empresa praticar atos que claramente visem à frustração dos objetivos da licitação;
- f) por até 24 (vinte e quatro) meses, quando a empresa apresentar documentos fraudulentos nas licitações;
- g) por até 5 (cinco) anos quando, na modalidade de pregão, a fornecedora convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, que não celebrar o contrato, que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, que ensejar o retardamento da execução de seu objeto, que não mantiver a proposta, que falhar ou fraudar na execução do contrato, que se comportar de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios; e
- h) até a realização do pagamento, quando a empresa receber qualquer das multas previstas no item anterior.
- 10.4.1 - A penalidade de suspensão aplicada pela Administração, publicada no Diário Oficial do Estado, implicará na suspensão da fornecedora junto ao Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina/SEA;
- 10.4.2 - A suspensão do direito de licitar poderá ser ampliada até o dobro, em caso de reincidência;
- 10.5 - A declaração de inidoneidade será aplicada pelo Secretário de Estado da Administração – SEA;
- 10.5.1 - A declaração de inidoneidade permanecerá em vigor enquanto perdurarem os motivos que determinaram a punibilidade ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que a aplicou;
- 10.5.2 - A declaração de inidoneidade terá seus efeitos extensivos a toda Administração Pública;
- 10.6 - As empresas que apresentarem documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados, ou que por quaisquer outros meios praticarem atos irregulares ou ilegalidades para obtenção do registro no Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina/SEA, estarão sujeitas às seguintes penalidades:



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

a) suspensão temporária do Certificado de Cadastro de Fornecedores - CCF ou da obtenção do registro, por até 5 (cinco) anos na modalidade de pregão e até 2 (dois) anos para as demais modalidades, dependendo da natureza e gravidade dos fatos; e

b) declaração de inidoneidade, nos termos do artigo anterior.

10.7 - As sanções previstas neste edital poderão também ser aplicadas às empresas ou profissionais que:

a) tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos; e

b) tenham praticado atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;

10.8 - Compete à Consultoria Jurídica da SES/COJUR, após análise a indicação das penalidades previstas neste edital e legislação vigente, cuja aplicação dependerá da homologação da autoridade competente do órgão ou entidade;

10.9 - É facultado à interessada interpor recurso contra a aplicação das penalidades previstas neste edital, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, que será dirigido à autoridade competente do órgão ou entidade;

10.10 - As penalidades aplicadas serão registradas na Secretaria de Estado da Administração/ Diretoria de Gestão de Materiais e Serviços – DGMS, no Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina/SEA;

10.10.1 - Homologadas e publicadas as penalidades, a Administração as encaminhará ao Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina/ SEA, para registro.

PARÁGRAFO ÚNICO - As multas pecuniárias aqui estabelecidas serão recolhidas na Tesouraria da Secretaria de Estado da Saúde, situada no 9º (nono) andar, na Rua Esteves Júnior, 160, Centro, Florianópolis, SC.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PRÁTICAS FRAUDULENTAS E DE CORRUPÇÃO

11 - As partes, por seus agentes públicos ou por seus sócios, acionistas, administradores e colaboradores: I – declaram que têm conhecimento das normas previstas na legislação, entre as quais nas Leis nºs 8.429/1992 e 12.846/2013, seus regulamentos e eventuais outras aplicáveis;

II – comprometem-se em não adotar práticas ou procedimentos que se enquadrem nas hipóteses previstas nas leis e regulamentos mencionados no inciso anterior e se comprometem em exigir o mesmo pelos terceiros por elas contratados;

III – comprometem-se em notificar à Controladoria-Geral do Estado qualquer irregularidade que tiverem conhecimento acerca da execução do contrato;

IV – declaram que têm ciência que a violação de qualquer das obrigações previstas na Instrução Normativa conjunta CGE/SEA nº 01/2020, além de outras, é causa para a rescisão unilateral do contrato, sem prejuízo da cobrança das perdas e danos, inclusive danos potenciais, causados à parte inocente e das multas pactuadas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

12.1 - A Contratada não poderá subcontratar, ceder ou transferir total ou parcialmente o objeto do contrato a terceiros ou a eles associar-se sem prévia autorização da Contratante sob pena da imediata rescisão do contrato e demais sanções aplicáveis Lei Federal nº 8666/93.

12.2 - Farão parte integrante deste contrato todos os elementos apresentados pela licitante vencedora que tenham servido de base à presente licitação, bem como, as condições estabelecidas neste Edital e Anexos.

12.3 - No caso de recusa ou demora no atendimento a qualquer reclamação independente das sanções cabíveis, a CONTRATANTE poderá confiar a outrem a execução do contrato, descontando o seu custo de uma só vez, no primeiro pagamento a ser feito, sem que a em presa vencedora possa impugnar o seu valor.

12.4 - A tolerância de qualquer das partes, relativa às infrações cometidas contra disposições deste Contrato, não exime o infrator de ver exigido, a qualquer tempo, seu cumprimento integral.

12.5 - A Contratada se obriga a manter as condições de habilitação e qualificação durante a vigência deste contrato, sob pena da aplicação do disposto na Cláusula Décima;

12.6 - O presente contrato é regido pela pelo Decreto Estadual nº 2.617, de 16 de setembro de 2009, pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações e pela Lei Federal nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020;

12.7 - Fica eleito o Foro da Comarca de Florianópolis, Capital do Estado de Santa Catarina, para dirimir



**ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

eventuais litígios oriundos do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento.

Florianópolis, 30 de abril de 2021.

[Assinado digitalmente]
Luciano Jorge Konescki
Superintendente de Gestão Administrativa
CONTRATANTE

[Assinado digitalmente]
Paulo Carlos Brentano Junior
Gerência de Bens Regulares (GEBER)
GESTOR

Assinado de forma digital por
CESAR AUGUSTO GOMES
NEUMANN:03123780090
Dados: 2021.04.30 16:35:37
-03'00'

Cesar Neumann
Medilar Importação e Distribuição de Produtos
Médico Hospitalares S/A
CONTRATADA



Código para verificação: **QV3O906Z**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ **CESAR AUGUSTO GOMES NEUMANN** (CPF: 031.XXX.800-XX) em 30/04/2021 às 16:35:37
Emitido por: "AC SAFEWEB RFB v5", emitido em 13/11/2020 - 09:23:12 e válido até 13/11/2021 - 09:23:12.
(Assinatura ICP-Brasil)

✓ **PAULO CARLOS BRENTANO JUNIOR** em 03/05/2021 às 14:26:38
Emitido por: "SGP-e", emitido em 13/07/2018 - 14:56:49 e válido até 13/07/2118 - 14:56:49.
(Assinatura do sistema)

✓ **LUCIANO JORGE KONESCKI** em 03/05/2021 às 18:06:24
Emitido por: "SGP-e", emitido em 30/03/2018 - 12:32:40 e válido até 30/03/2118 - 12:32:40.
(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U0VTXzcwNTIfMDAwMTc4ODBfMTgxNzdfMjAyMV9RVjNPOTA2Wg==> ou o site <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SES 00017880/2021** e o código **QV3O906Z** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**EXTRATO DE CONTRATO**

Contrato: 122/2021 REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÃO ELETRÔNICO 102/2020/SIE – SIE 17841/2020 SIGEF 2021AS003576
Contratada: ANDRIOLI ARQUITETURA E PROJETOS LTDA.
OBJETO: Contratação de empresas para elaboração dos projetos executivos de arquitetura e engenharia para reforma ou reforma e ampliação de 21 unidades escolares vinculados à Secretaria de Estado da Educação/SED - SC – LOTE 05 – EEB. RUTH LEBARBECHON. Valor do Contrato: R\$ 84.491,11. Dotação Orçamentária: Fonte:320 Subfunção – 11490. Elem. Despesa: 33.90.39. Vigência: da data de sua assinatura até 30 dias após o prazo previsto para execução dos serviços. Assinado em 26/04/2021 por Vitor Fungaro Balthazar pela SED e Marlon Andrioli pela Empresa.
Cod. Mat.: 736719

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**EXTRATO DE CONTRATO**

Contrato: 123/2021 REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÃO ELETRÔNICO 102/2020/SIE – SIE 17841/2020 SIGEF 2021AS003577
Contratada: ANDRIOLI ARQUITETURA E PROJETOS LTDA.
OBJETO: Contratação de empresas para elaboração dos projetos executivos de arquitetura e engenharia para reforma ou reforma e ampliação de 21 unidades escolares vinculados à Secretaria de Estado da Educação/SED - SC – LOTE 07 – EEB JUREMA SAVI MILANES. Valor do Contrato: R\$ 56.899,59. Dotação Orçamentária: Fonte:320 Subfunção – 11490. Elem. Despesa: 33.90.39. Vigência: da data de sua assinatura até 30 dias após o prazo previsto para execução dos serviços. Assinado em 26/04/2021 por Vitor Fungaro Balthazar pela SED e Marlon Andrioli pela Empresa.
Cod. Mat.: 736721

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**EXTRATO DE CONTRATO**

Contrato: 132/2021 DISPENSA DE LICITAÇÃO n.º 15/2021 – SED 37070/2021 SIGEF 2021AS004029
Contratada: ORSEGUPS SEGURANÇA E VIGILANCIA LTDA. OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de VIGILÂNCIA ELETRÔNICA e HUMANA para atender as Escolas da Rede Pública Estadual da Educação Básica, Educação de Jovens e Adultos, Educação Profissionalizante, Educação Indígena, Unidades Administrativas, Secretaria de Estado da Educação (SED) e Coordenadorias Regionais de Educação. Valor do Contrato: R\$ 24.861.263,70. Dotação Orçamentária: Fonte: 100. Ação: 11562. Elem. Despesa: 33.90.39. e 33.90.37. Vigência: tem início na sua assinatura até o dia 16/10/2021. Assinado em 30/04/2021 por Vitor Fungaro Balthazar pela SED e Cristiane Longhi Tortelli Vaz pela Empresa.
Cod. Mat.: 736792

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 6232-4 (Processo SEF Nº 727/2021 e 2021SO003309). Sétimo Termo Aditivo ao Contrato de Locação de Imóvel nº 6232-4. **LOCATÁRIO:** Secretaria de Estado da Fazenda. **LOCADOR:** TAB Trevisan Administradora de Bens Ltda. **OBJETO:** O presente ADITIVO prorrogará, conforme a Cláusula Quarta do Contrato acima especificado, o prazo contratual por um período de 18 (dezoito) meses a contar de 01 de maio de 2021, encerrando em 31 de outubro de 2022 e estabelece entre as partes que não haverá o reajuste anual relativo ao período 01/11/2019 a 31/10/2020. **ASSINATURA:** 22/04/2021. **PELO LOCATÁRIO:** Rogério Macanhão, **PELO LOCADOR:** Franco Trevizan e Charles Thaler Trevisan.
Cod. Mat.: 736479

SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE**EXTRATO DE CONTRATO DA LICITAÇÃO RDCi 070/2020**

CT.049/2021. Objeto: Contratação integrada de empresa para prestação de serviços especializados de engenharia para elaboração de projeto executivo e execução de obras na Rodovia Estadual SC – 442 – trecho compreendido entre Morro da Fumaça/SC e Cocal do Sul/SC. **Vencedora:** Consórcio Setep - Iguatemi constituído pelas empresas Setep Construções S.A. (empresa líder com 97% de participação) e a empresa Iguatemi - Consultoria e Serviços de Engenharia LTDA. (com 3% de participação). **Valor:** R\$ 8.400.000,00 (oito milhões e quatrocentos mil reais). **Prazo:** 360 (trezentos e sessenta) dias. **Fundamentação Legal:** Art. 8, inc. V da Lei nº 12.642/11, Lei nº 8.666/93 e Decreto Estadual nº 2.617/09. **Local e Data:** Florianópolis, 04/05/2021. **Signatários:** Secretário Leodegar da Cunha Tiscoski, pela SIE e o Sr. Ademir Locks, pela Contratada. **GGG: 2021AS004113.**
Cod. Mat.: 736583

SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE**EXTRATO DE CONTRATO DA LICITAÇÃO SDP 001/2014.**

SEGUNDO Termo Aditivo ao Contrato P.I. 192/2014. **Contratante:**

dias e Novo Cronograma Físico-financeiro. **Fundamentação Legal:** Parte "III – Condições Especiais do Contrato" – item 2.4, do Contrato PJ-192/2014, oriundo da SDP nº 001/2014, c/c art. 42, caput e §5º da Lei Federal nº 8.666/93. **Local e data:** Florianópolis, 04/05/2021. **Signatários:** Secretário Leodegar da Cunha Tiscoski, pela SIE e o Sr. Wilfredo Brillinger, pela Contratada. **GGG: 2021AS003729.**
Cod. Mat.: 736585

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**EXTRATO DO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO SUS 022/2020 – SES 129663/2019 – EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA 2376/2019**

Entidade: Hospital São Luiz – Instituto Santé
Município: Campo Alegre
CNPJ: 08.776.971/0002-10
Objeto: Acréscimo de recursos financeiros devido a inclusão de cirurgias eletivas com financiamento FAEC, em atendimento parcial à solicitação do prestador em função do limite legal, mediante parecer favorável da GECON e da Central de Regulação de Internação Hospitalar Macro Norte Nordeste, resultando em um acréscimo de 17,78% do valor inicial atualizado do contrato.
Vigência: O presente termo aditivo entra em vigor a partir da data da assinatura.
Resumo da Programação Orçamentária Mensal - R\$ 81.000,00
Florianópolis, 04 de maio de 2021
Carmen Emília Bonfá Zanotto
Secretária de Estado da Saúde
Cod. Mat.: 736582

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES: ATA 780/2021

PSES 22892/2021 – PE 487/2021. Empresa: **Medpoa Comércio de Material Hospitalar Ltda.** Objeto: Medicamentos - GEBER. Valor total R\$ 16.137,00. Inteiro teor: www.sgpe.sea.sc.gov.br.
Cod. Mat.: 736716

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES: 1º Termo Aditivo – PSES 60582/2021 - Acréscimo de 25% no quantitativo do item 8 - **ATA nº 521/2021** – PE 403/2021 – PSES 9585/2021. Empresa: **Bristol-Meyers Squibb Farmacêutica Ltda.** Valor Aditado: R\$ 42.635,10. Inteiro teor: www.sgpe.sea.sc.gov.br
Cod. Mat.: 736724

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES: 1º Termo Aditivo – PSES 60575/2021 - Acréscimo de 25% no quantitativo do item 7 - **ATA nº 940/2020** – PE 826/2020 – PSES 38519/2020. Empresa: **Cremer SA.** Valor Aditado: R\$ 4.442,70. Inteiro teor: www.sgpe.sea.sc.gov.br
Cod. Mat.: 736727

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES: 2º Termo Aditivo – PSES 60600/2021 – Acréscimo de 25% no quantitativo do item 12 – **ATA 1212/2020** – PE 606/20 – PSES 28978/20 Empresa: **Soma/SC Produtos Hospitalares Ltda.** Valor Aditado: R\$ 294,42. Inteiro teor: www.sgpe.sea.sc.gov.br.
Cod. Mat.: 736733

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES: 1º Termo Aditivo – PSES 60594/2021 – Acréscimo de 25% no quantitativo dos itens 13 e 14 – **ATA 1210/2020** – PE 606/20 – PSES 28978/20 Empresa: **C.B.S Médico Científica S/A.** Valor Aditado: R\$ 1.314,60. Inteiro teor: www.sgpe.sea.sc.gov.br.
Cod. Mat.: 736735

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES: 1º Termo Aditivo – PSES 60593/2021 – Acréscimo de 25% no quantitativo do item 4 – **ATA 1160/2020** – PE 658/20 – PSES 31610/20 Empresa: **Bace Comércio Internacional Ltda.** Valor Aditado: R\$ 21.160,92. Inteiro teor: www.sgpe.sea.sc.gov.br.
Cod. Mat.: 736739

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES: 1º Termo Aditivo – PSES 60590/2021 – Acréscimo de 25% no quantitativo do item 5 – **ATA 1151/2020** – PE 763/20 – PSES 33544/20 Empresa: **Cremer S.A.** Valor Aditado: R\$ 248,94. Inteiro teor: www.sgpe.sea.sc.gov.br.
Cod. Mat.: 736743

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES: ATA 678/2021

PSES 163624/20 – PE 80/21. Empresa: **Licimed Distribuidora de Medicamentos, Correlatos e Produtos Médicos e Hospitalares Ltda.** Objeto: Medicamentos – DIAF. Valor total R\$ 24.429,60.

SECRETARIA DE ESTADO
PSES 10801/21 – PE 233/21.

Medicamentos, Correlatos
Ltda. Objeto: Medicamentos
15.120,00. Inteiro teor: www.

A SECRETARIA DE ESTADO
Contrato de Fornecimento
cesso SES 17880/2021 – C
Vigência: 03/05/2021 a 29/10/2021
e Distribuição de Produtos
07.752.236/0001-23. Objeto
mento – enfrentamento do Co

EXTRATO DE CONTRATO
Origem: **Edital de chamame**
Contratante: SEA/Fundo do
blicos Estaduais de SC
Vigência: 31/12/2021.
Signatário da Contratante:
Objeto: Prestação de serviço
serviços hospitalares, serviços
médicas, serviços de radioter
de terapia renal substitutiva
previstos e atualizados pelo
Saúde do Plano SC Saúde. D
e 339039 – Ação: 3626-Font

Contrato nº	Contratado
095/2021	Laboratório Dala Rosa Analise Humana e Veterinária Ltda.
096/2021	Eveline Luciane Poletto
097/2021	Amor e Vida Médica na com Qualidade Ltda.
098/2021	Clinica Sara Ribes SS
099/2021	Saúde Plena Clínica Integrada SS
100/2021	Instituto Catarinense de Medicina Ltda.
101/2021	Laboratório Aimi Ltda.

SECRETARIA DE ESTADO
PSES 1777/21 – PE 285/21
Produtos Hospitalares Ltda
e cirurgia – GEBER. Valor t
sgpe.sea.sc.gov.br.

SECRETARIA DE ESTADO
– PSES 33861/2021 – Redu
JUD – **ATA 1446/2020** – PE
Cirúrgica Jaw Comércio de
Valor Unitário Após o Aditiv
sea.sc.gov.br.

SECRETARIA DE ESTADO
PSES 5780/21 – PE 270/21.
Laboratório Ltda. Objeto: Ins
total R\$ 16.130,00 Inteiro teo

SECRETARIA DE ESTADO
Edital PE 2740/2020. **Contrato**
ocupacional domiciliar para
5.760,00. Contratada: JC Ass
em Saúde Ltda. Vig. 26/04/2

SECRETARIA DE ESTADO
PSES 5780/21 – PE 270/21
Diagnósticos e Hospitalar
ratório - LACEN. Valor tota



TERMO DE REFERÊNCIA (TR)
Pses 36264/2021

1. OBJETO:

1.1. Aquisição Emergencial de Materiais de Enfermaria e Cirurgia - EPI S relacionados ao enfrentamento da pandemia de COVID-19 – Avental descartável de 50g para abastecimento das unidades da SES/SC, através do almoxarifado central, GEBER.

1.2. Especificação do objeto consta no quadro a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO ITEM	REQUISIÇÃO	ESTIMATIVA DE CONSUMO (MESES)
009610175	Avental para procedimentos, descartável, confeccionado de não tecido para artigos de uso odonto-médico-hospitalar, impermeável. Com largura mínima de 160 cm e altura mínima de 120cm , medindo-se na parte posterior da peça do decote até a barra inferior. Gramatura no mínima 50g/m2. Manga longa com punho em malha canelada ou elástico. Sistema de ajuste com transpasse nas costas e fixação através de amarrilhos costurados nas costas (altura do pescoço) e na cintura. Apresentar laudo de Eficiência de Filtração Bacteriana (BFE) conforme ABNT 14873 /2002 e Eficiência de Filtração Viral (VFE), do Produto ACABADO. Estar embalado individualmente. Atender as Normas Técnica ABNT NBR 14873:2002 - ABNT NBR 10993:2013 E ABNT NBR 16693:2018. Apresentar Registro ANVISA.	1327/2021	Entrega em 3 parcelas mensais com consumo estimado para 90 dias.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA AQUISIÇÃO:

Trata-se da aquisição emergencial de aventais destinados exclusivamente ao enfrentamento a pandemia de COVID-19, sendo que este material não possui ata ou contrato vigente, onde não se obteve sucesso em sua aquisição por meio do edital SEA 066/2020 com relicitação em andamento por meio do PSES 165287/2020 aguardando abertura do edital de licitação.

Atualmente não dispomos mais de estoques deste item, sendo de extrema urgência a aquisição tendo em vista a necessidade de fornecimento de EPIS adequados aos profissionais de saúde que atuam na assistência direta a pacientes contaminados por COVID-19.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 3.1 O compromisso será firmado por meio de contrato de fornecimento com entrega parcelada;
- 3.2 O prazo de entrega será de 10 dias após a emissão e empenho da autorização de fornecimento.
- 3.3 O recebimento do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

4 CRITERIOS DE ACEITABILIDADE DA PROPOSTA:

4.1. A licitante vencedora deverá enviar por meio eletrônico, nos prazos e condições indicados pelo edital, proposta atualizada contendo o valor final, e o descritivo completo do item cotado, apresentando para este:

- a) marca/fabricante;
- b) nome comercial;
- c) apresentação;
- d) país de origem do produto;
- e) Certificado de Registro do Produto junto ao Ministério da Saúde (MS) ou sua publicação no Diário Oficial da União referência do produto;
- f) Caso o item cotado seja isento do Certificado de Registro do Produto junto ao MS/ANVISA, a licitante deverá apresentar Certificado de Isenção junto ao MS ou sua publicação no Diário Oficial da União;
- g) Caso o Certificado de Registro do Produto junto ao MS/ANVISA esteja vencido, a licitante deverá apresentar, juntamente com este, o último pedido de revalidação (formulário de petição nº 2) do MS;
- h) Apresentar declaração, caso o item cotado não seja classificado pelo MS/ANVISA, ficando sujeita as sanções cabíveis, no caso de falsidade de sua declaração;
- i) se aplicável, a referência do produto.

4.2. O licitante deverá apresentar Alvará sanitário e Autorização de funcionamento da ANVISA vigente de acordo com o produto ofertado.

5 CRITERIOS DE ACEITABILIDADE DO OBJETO:

- 5.1 O objeto deverá estar de acordo com as especificações do edital.
- 5.2 O objeto deverá estar com no mínimo 75% do prazo de validade.
- 5.3 A embalagem deverá estar integra, livre de impurezas e em perfeitas condições de utilização.
- 5.4 O objeto não será aceito caso não seja transportado e entregue de maneira correta, respeitando as recomendações do fabricante e autoridades sanitárias.

6. DA ESTIMATIVA

6.1 Orçamentos:

Os orçamentos foram estimados conforme planilha de precificação anexa.

7. DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:

Conforme deliberação da GPLAN.

8. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO:

2/5

8.1 PAGAMENTO:

1. A Secretaria de Estado da Saúde efetuará o pagamento em 30 (trinta) dias após o recebimento e aceite do material com a respectiva Nota Fiscal/Fatura ou documento legalmente equivalente, observado o cumprimento integral das disposições contidas neste edital;
2. Caso o vencimento do prazo de pagamento da Nota Fiscal/Fatura ocorra fora do calendário semanal ou de expediente bancário, o pagamento será efetuado na próxima data do calendário, imediatamente posterior ao vencimento, não incidindo qualquer compensação financeira neste período;
3. A empresa deverá mencionar na respectiva Nota Fiscal/Fatura informações sobre o produto, tais como: a MARCA sob o qual o mesmo é comercializado, Fabricante, Apresentação, País de Origem, o número Certificado de Registro do Produto junto ao Ministério da Saúde, o número do lote e o prazo de validade do produto. Além de mencionar o número do Contrato, o número da Licitação, do Processo PSES e da Autorização de Fornecimento;
4. Também será obrigatório que a empresa mencione na Nota Fiscal/Fatura os seguintes dados bancários para pagamento: número do banco, número da agência com dígito, número da conta corrente com dígito.

8.2 SANÇÕES CONTRATUAIS:

1. As empresas que não cumprirem as obrigações assumidas na fase licitatória e/ou de execução do contrato estão sujeitas às seguintes sanções:
 - a) advertência;
 - b) multa;
 - c) suspensão temporária, não superior a 5 (cinco) anos, na modalidade de pregão, e não superior a 2 (dois) anos para as demais modalidades, aplicada segundo a natureza e a gravidade da falta cometida; e
 - d) declaração de inidoneidade para licitar com a Administração Pública;
2. A advertência será emitida pela Administração, quando o contratado descumprir qualquer obrigação;
3. A multa será imposta à contratada pelo atraso injustificado na entrega ou execução do contrato, de acordo com as alíquotas a seguir:
 - a) 0,33 % (zero, trinta e três por cento) por dia de atraso, na entrega do objeto ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9% (nove, nove por cento);
 - b) 10 % (dez por cento) em caso de não entrega do objeto ou não conclusão do serviço ou rescisão do contrato por culpa da contratada, calculado sobre a parte inadimplente;
 - c) até 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega;
4. O valor da multa e/ou custas de depósito será deduzido dos créditos ou garantias da empresa, ou cobrado administrativa ou judicialmente;
5. Sempre que a multa ultrapassar os créditos da contratada e/ou garantias, o valor excedente será encaminhado à cobrança extrajudicial ou judicial;
6. O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do serviço;
7. A multa será aplicada quando o atraso for superior a cinco dias;
8. A aplicação da multa não impede que sejam aplicadas outras penalidades;
9. A suspensão impossibilitará a participação da empresa em licitações e/ou contratos, ficando suspenso o seu registro cadastral no Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina/SEA, de acordo com os prazos a

3/5

seguir:

- a) por até 30 (trinta) dias, quando aplicada a pena de advertência emitida pela Administração e a empresa permanecer inadimplente;
- b) por até 90 (noventa) dias, quando a empresa interessada solicitar cancelamento da proposta após a abertura e antes do resultado do julgamento;
- c) por até 12 (doze) meses, quando a empresa adjudicada se recusar a retirar a autorização de fornecimento ou assinar o contrato;
- d) por até 12 (doze) meses, quando a empresa adjudicada motivar a rescisão total ou parcial da autorização de fornecimento e/ou do contrato;
- e) por até 12 (doze) meses, quando a empresa praticar atos que claramente visem à frustração dos objetivos da licitação;
- f) por até 24 (vinte e quatro) meses, quando a empresa apresentar documentos fraudulentos nas licitações;
- g) por até 5 (cinco) anos quando, na modalidade de pregão, a fornecedora convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, que não celebrar o contrato, que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, que ensejar o retardamento da execução de seu objeto, que não mantiver a proposta, que falhar ou fraudar na execução do contrato, que se comportar de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios; e
- h) até a realização do pagamento, quando a empresa receber qualquer das multas previstas no item anterior;

10. A penalidade de suspensão aplicada pela Administração, publicada no Diário Oficial do Estado, implicará na suspensão da fornecedora junto ao Cadastro Geral de

11. A suspensão do direito de licitar poderá ser ampliada até o dobro, em caso de reincidência;

12. A declaração de inidoneidade será aplicada pelo Secretário de Estado da Administração – SEA;

13. A declaração de inidoneidade permanecerá em vigor enquanto perdurarem os motivos que determinaram a punibilidade ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que a aplicou;

14. A declaração de inidoneidade terá seus efeitos extensivos a toda Administração Pública;

15. As empresas que apresentarem documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados, ou que por quaisquer outros meios praticarem atos irregulares ou ilegalidades para obtenção do registro no Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina/SEA, estarão sujeitas às seguintes penalidades:

- a) suspensão temporária do Certificado de Cadastro de Fornecedores - CCF ou da obtenção do registro, por até 5 (cinco) anos na modalidade de pregão e até 2 (dois) anos para as demais modalidades, dependendo da natureza e gravidade dos fatos; e

- b) declaração de inidoneidade, nos termos do artigo anterior.

16. As sanções previstas neste edital poderão também ser aplicadas às empresas ou profissionais que:

- a) tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos; e
- b) tenham praticado atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;

17. Compete à Assessoria Jurídica da SES/SGA, após análise a indicação das penalidades previstas neste edital e legislação vigente, cuja aplicação dependerá da homologação da autoridade competente do órgão ou entidade;

18. É facultado à interessada interpor recurso contra a aplicação das penalidades previstas neste edital, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do

recebimento da notificação, que será dirigido à autoridade competente do órgão ou entidade;

19. As penalidades aplicadas serão registradas na Secretaria de Estado da Administração/ Diretoria de Gestão de Licitações e Contratos – DGLC, no Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina/SEA;

20. Homologadas e publicadas as penalidades, a Administração as encaminhará ao Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina/ SEA, para registro.

9. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

9.1 Nome e matrícula do fiscal do contrato

Alexandre de Souza

9.2 GESTOR DO CONTRATO

GEBER

DATA: 11/03/2021

Red.DPGC/Edi



Código para verificação: **OZT86700**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



RAFAEL ALFLEN (CPF: 026.XXX.999-XX) em 11/03/2021 às 14:35:46

Emitido por: "SGP-e", emitido em 13/07/2018 - 14:58:20 e válido até 13/07/2118 - 14:58:20.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U0VTXzcwNTIfMDAwMzYyNjRfMzY4NTdfMjAyMV9PWlQ4NjcwTw==> ou o site

<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SES 00036264/2021** e o código **OZT86700** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÕES E CONTRATAÇÕES DESTINADAS AO
ENFRENTAMENTO DA COVID19**

Portaria n. 163/2020

Site: www.portaldecompras.sc.gov.br

E-mail: cotacoescovid19@sea.sc.gov.br

**EDITAL DE COTAÇÃO DE PREÇOS Nº 0081/2021
PROCESSO SES 36264/2021**

A SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO (SEA) solicita, por meio do presente, que as pessoas físicas ou jurídicas interessadas encaminhem propostas de preços, conforme as condições estabelecidas neste edital de compra direta para aquisição na modalidade dispensa de licitação pelo critério de **MENOR PREÇO** por **ITEM**.

OBJETO: Aquisição de aventais destinados ao enfrentamento da COVID-19 para a Secretaria de Estado da Saúde, conforme especificações constantes do Anexo I.

ENTREGA DAS PROPOSTAS: até 18h do dia 26/03/2021.

1 – PROPOSTA

1.1 – A PROPOSTA deverá ser encaminhada até o prazo acima estipulado por correio eletrônico para cotacoescovid19@sea.sc.gov.br.

1.1.1 – A PROPOSTA não poderá ter emendas, rasuras ou entrelinhas; deve estar datada, conter nome ou razão social, CNPJ ou CPF, endereço completo, telefone e e-mail e deve estar assinada pelo representante legal da empresa;

1.2 – A PROPOSTA deverá conter a marca do produto ofertado, apresentação, preço unitário e total por item. Estes deverão ser em moeda nacional, computados os tributos de qualquer natureza incidentes sobre o material/serviço e a venda a ser realizada, bem como, o custo de transporte, inclusive carga e descarga, na modalidade CIF, correndo tal operação, única e exclusivamente por conta, risco e responsabilidade das empresas vencedoras. No preço cotado por item, já estarão incluídos todos os descontos oferecidos;

1.2 - A proposta, para cada item, deverá ser preenchida, conforme as especificações abaixo:

a) O preço unitário do item deverá ser expresso em reais, com no máximo 4 (quatro) casas decimais, no campo “VALOR UNITÁRIO DO ITEM”;

b) Deverá constar no campo “marca”:

I- Marca;

II – Procedência;

III – apresentação com detalhamento de cada item, necessariamente a forma de apresentação e quantidade;

IV – Nome comercial do produto cotado, laudos comprobatórios de eficiência (quando solicitados) e registro na ANVISA ou declaração de produto isento.

1.3 – A PROPOSTA deverá ter validade não inferior a 60 (sessenta) dias;

1.4 – O autor da OFERTA VENCEDORA deverá apresentar os documentos elencados abaixo:

1.4.1 – Prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

1.4.2 – Prova de regularidade fiscal para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal da sede ou domicílio da licitante, expedidas pelos órgãos abaixo relacionados:

1.4.2.1 – Da Secretaria da Receita Federal, com relação à regularidade fiscal Federal;

- 1.4.2.2** – Da Procuradoria da Fazenda Nacional, referente à Dívida Ativa da União;
- 1.4.2.3** – Da Secretaria da Fazenda Estadual, ou outro órgão competente, com relação à regularidade fiscal Estadual;
- 1.4.2.4** – Da Secretaria de Finanças Municipal, ou outro órgão competente, com relação à regularidade fiscal Municipal. No caso de municípios que mantêm Cadastro Mobiliário e Imobiliário separados, deverão ser apresentados os comprovantes referentes a cada um dos cadastros;
- 1.4.3** – Prova de regularidade relativa à Seguridade Social, fornecida pelo Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) - CND;
- 1.4.4** – Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) – CRS;
- 1.4.5** – Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).
- 1.5** – A documentação acima elencada no item 1.4 poderá ser substituída pelo Certificado de Cadastro de Fornecedor emitido pela Diretoria de Gestão de Materiais e Serviços da Secretaria de Estado da Administração;
- 1.6** – Caso haja a necessidade expressa em edital de apresentação de laudos, certificados de qualidade técnica, ensaios laboratoriais e correlatos, estes devem ser apresentados em língua portuguesa ou traduzidos, acompanhados da original fonte;
- 1.8** – A proposta deverá cumprir os requisitos listados no Anexo I (detalhamento do objeto).

2 – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 2.1** – O CONTRATANTE efetuará o pagamento em 30 (trinta) dias após o recebimento e aceite dos bens ou serviços com a respectiva Nota Fiscal/Fatura ou documento legalmente equivalente, observado o cumprimento integral das disposições contidas neste edital;
- 2.2** – O fornecedor ou prestador de serviços ao Estado que optar por receber seu pagamento em outras instituições que não o Banco do Brasil, ficará responsável pelo custo da tarifa bancária referente à respectiva transferência de valores entre Bancos, uma vez que os pagamentos efetuados pelo Estado são efetuados prioritariamente pelo Banco do Brasil;
- 2.3** – A empresa deverá mencionar na respectiva Nota Fiscal/Fatura informações sobre o produto, tais como: a marca sob o qual o mesmo é comercializado, fabricante, além de mencionar o número da Autorização de Fornecimento, Ordem Fornecimento, Nota de empenho, Contrato ou instrumentos equivalentes;
- 2.4** – Também será obrigatório que a empresa mencione na Nota Fiscal/Fatura os seguintes dados bancários para pagamento: número do banco, número da agência com dígito e número da conta corrente com dígito.

3 – DISPOSIÇÕES GERAIS

- 3.1** – A participação na presente cotação de preços implica na aceitação integral e irretratável de todas as condições exigidas neste edital e dos documentos que dele fazem parte, bem como na observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor;
- 3.2** – A presente aquisição baliza-se pelos preceitos da Lei 8.666/93 e suas alterações;
- 3.3** – As empresas que não cumprirem as obrigações assumidas na Cotação de Preços e/ou na execução do objeto estão sujeitas às seguintes sanções:
- I - advertência;
- II - multa;
- III - suspensão temporária, não superior a 2 (dois) anos, aplicada segundo a natureza e a gravidade da falta cometida;
- 3.3.1** – A advertência é a sanção por escrito, emitida pela Administração, quando o contratado descumprir qualquer obrigação, ressalvado o disposto no § 3º do art. 11 do Decreto Estadual nº 2617/2009;
- 3.3.2** – A multa é a sanção pecuniária que será imposta à contratada pelo atraso injustificado na entrega ou execução do Contrato, de acordo com as alíquotas a seguir:
- I - 0,33 % (zero, trinta e três por cento) por dia de atraso, na entrega do objeto ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9% (nove vírgula nove por cento);
- II - 10 % (dez por cento) em caso de não entrega do objeto ou não conclusão do serviço ou rescisão do Contrato ou cancelamento da Ordem de Fornecimento/Autorização de Fornecimento por culpa da contratada, calculado sobre a parte inadimplente;

III - até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato/Ordem de Fornecimento/Autorização de Fornecimento, pelo descumprimento de qualquer cláusula, exceto prazo de entrega.

3.3.2.1 – O valor da multa e/ou custas de depósito será deduzido dos créditos ou garantias da empresa, ou cobrado administrativa ou judicialmente.

3.3.2.2 – Sempre que a multa ultrapassar os créditos da contratada e/ou garantias, o valor excedente será encaminhado à cobrança extrajudicial ou judicial.

3.3.2.3 – O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do serviço.

3.3.2.4 – A multa será aplicada quando o atraso for superior a cinco dias.

3.3.2.5 – A aplicação da multa não impede que sejam aplicadas outras sanções previstas neste Edital;

3.3.3 – A suspensão é a sanção que impossibilita a participação da empresa em licitações e/ou Contratos, ficando suspenso o seu registro cadastral no Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina, de acordo com os prazos a seguir:

I - por até 30 (trinta) dias, quando aplicada a pena de advertência emitida pela Administração e a empresa permanecer inadimplente;

II - por até 90 (noventa) dias, quando a empresa interessada solicitar cancelamento da proposta após a abertura e antes do resultado do julgamento;

III - por até 12 (doze) meses, quando a empresa adjudicada se recusar a retirar a Autorização de Fornecimento, Ordem de Fornecimento ou assinar o Contrato;

IV - por até 12 (doze) meses, quando a empresa adjudicada motivar a rescisão total ou parcial da Autorização de Fornecimento, Ordem de Fornecimento ou do Contrato;

V - por até 12 (doze) meses, quando a empresa praticar atos que claramente visem à frustração dos objetivos da Cotação de Preços;

VI - por até 24 (vinte e quatro) meses, quando a empresa apresentar documentos fraudulentos;

VII - por até 2 (dois) anos quando a fornecedora convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, que não celebrar o Contrato, que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida no edital, que ensejar o retardamento da execução de seu objeto, que não mantiver a proposta, que falhar ou fraudar na execução do Contrato, que se comportar de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios; e

VIII - até a realização do pagamento, quando a empresa receber qualquer das multas previstas no artigo anterior.

3.4 – Na apreciação das propostas poderão ser solicitadas informações complementares, amostras e/ou prospectos, a fim de obter maiores informações sobre o produto e/ou serviço ofertado, o que deverá ser providenciado no prazo estabelecido pela Gerência solicitante, sob pena de desclassificação;

3.5 – A cotadora vencedora não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto do Contrato, Ordem de Fornecimento e/ou Autorização de Fornecimento a terceiros ou a eles associar-se sem prévia autorização da contratante, sob pena de imediata rescisão do contrato e demais sanções aplicáveis, conforme Lei 8.666/93.

3.6 – Os orçamentos que compõem este processo poderão ser utilizados para aquisição dos itens caso haja vantagem para os órgãos participantes, interesse da empresa cotadora e atendimento aos requisitos solicitados neste Edital.

3.7 – Não poderá participar, direta ou indiretamente, desta cotação de preços servidor ou dirigente dos órgãos participantes, em conformidade com o disposto no inciso III do art. 9º da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993.

3.8 – O resultado deste edital de compra direta será disponibilizado para acompanhamento no site www.portaldecompras.sc.gov.br/ / <https://sgpe.sea.sc.gov.br/atendimento>

3.9 – Nos casos omissos deste edital serão adotados os prazos para a modalidade convite.

JORGE EDUARDO TASCA
Secretário de Estado da Administração

ANEXO I

DETALHAMENTO DO OBJETO

1 – PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

Item	Código	Descrição	Quantidade solicitada	Entrega
1	009610175	Avental para procedimentos, descartável, confeccionado de não tecido para artigos de uso odonto-médico-hospitalar, impermeável. Com largura mínima de 160 cm e altura mínima de 120cm ,medindo-se na parte posterior da peça do decote até a barra inferior. Gramatura no mínima 50g/m2. Manga longa com punho em malha canelada ou elástico. Sistema de ajuste com transpassenas costas e fixação através de amarrilhos costurados nas costas (altura do pescoço) e na cintura. Apresentar laudo de Eficiência de Filtração Bacteriana (BFE) conforme ABNT 14873 /2002 e Eficiência de Filtração Viral (VFE), do Produto ACABADO. Estar embalado individualmente. Atender as Normas Técnica ABNT NBR 14873:2002 – ABNT NBR 10993:2013 E ABNT NBR16693:2018. Apresentar Registro ANVISA.	90.000	Entrega em 3 parcelas mensais com consumo estimado para 90 dias

1.1 – A contratação se dará por meio da emissão de contrato de fornecimento, consoante modelo do Anexo II deste edital;

1.2 - Para autorizar a entrega dos materiais a SES emitirá uma Autorização de Fornecimento (AF);

1.3 – O prazo de entrega do objeto será de até 10 (dez) dias após o recebimento da Ordem de Fornecimento;

1.4 – A entrega será efetuada conforme condições do instrumento de contratação para:

SIGLA	UNIDADE	ENDEREÇO
SES	Secretaria de Estado da Saúde	Rua Judite Melo dos Santos, 258, galpão 06, bairro Nova São José -Área Industrial, São José/SC

2 – REQUISITOS DA PROPOSTA

2.1 – Quando se tratar de material com prazo de validade, estes não poderão estar com a validade inferior a 75% do seu prazo total de validade.

2.2 – A embalagem deverá estar integra, livre de impurezas e em perfeitas condições de utilização.

2.3 - O objeto não será aceito caso não seja transportado e entregue de maneira correta, respeitando as recomendações do fabricante e autoridades sanitárias.

ANEXO II

MINUTA DE CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº: ____/____

Termo de Contrato de Fornecimento celebrado entre o ESTADO DE SANTA CATARINA, através da Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde e a empresa, autorizado através do Processo SES nº 36264/2021, Cotação de Preços SEA n.º 0081/2021 e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e demais legislações aplicáveis.

CONTRATANTE:	Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde
C.N.P.J. N.º:	80.673.411/0001-87c
Endereço: (sede)	Rua Esteves Júnior, 160 - Ed. Halley - Centro – Florianópolis – SC
Representada por:	

Contratada:	
C.N.P.J. N.º:	
Endereço:	
Representada por:	

GESTOR:	
Função:	
Unidade:	

FISCAL:	
Função:	
Unidade:	

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO, ESPECIFICAÇÃO E QUANTIDADE

1.1 - O Presente Contrato tem por objetivo a aquisição pela CONTRATANTE e o fornecimento pela CONTRATADA, **de aventais destinados ao enfrentamento da COVID-19**, para a Secretaria de Estado da Saúde.

1.2 – Este Termo de Contrato vincula-se à proposta vencedora, independentemente de sua transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1 - A CONTRATADA obriga-se a fornecer o objeto deste instrumento, especificado(s) e quantificado(s) na cláusula primeira, ao preço líquido, CIF aproximado de R\$..... (.....) considerando sua proposta de preços;

2.2 - As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta da dotação orçamentária:

2.2.1 - Projeto/Atividade:

2.2.2 - Elemento Despesa:

2.2.3 - Unidade Orçamentária:

2.3 - A CONTRATADA deverá mencionar na respectiva Nota Fiscal/Fatura informações sobre o produto, tais como: a MARCA sob o qual o mesmo é comercializado, Fabricante, Apresentação, País de Origem, o número Certificado de Registro do Produto junto ao Ministério da Saúde, o número do lote e o prazo de validade do produto. Além de mencionar o número do Contrato, do Processo e da Autorização de Fornecimento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PAGAMENTO

3.1 - A SES efetuará o pagamento em 30 (trinta) dias após o recebimento e aceite do material com a respectiva Nota Fiscal/Fatura ou documento legalmente equivalente, observado o cumprimento integral das disposições contidas neste edital;

3.1.1 - Caso o vencimento do prazo de pagamento da Nota Fiscal/Fatura ocorra fora do calendário semanal ou de expediente bancário, o pagamento será efetuado na próxima data do calendário, imediatamente posterior ao vencimento, não incidindo qualquer compensação financeira neste período;

3.1.2 - O fornecedor ou prestador de serviços ao Estado que optar por receber seu pagamento em outras instituições que não o Banco do Brasil, ficará responsável pelo custo da tarifa bancária referente à respectiva

transferência de valores entre Bancos, uma vez que os pagamentos efetuados pelo Estado são efetuados prioritariamente pelo Banco do Brasil.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO E DO LOCAL DE ENTREGA

4.1 - O prazo de entrega será de até 10 (dez) dias após o recebimento da Autorização de Fornecimento ou documento equivalente;

4.2 - A entrega será efetuada diretamente na Secretaria de Estado da Saúde, Rua Judite Melo dos Santos, 258, galpão 06, bairro Nova São José - Área Industrial, São José/SC, nas quantidades constantes na Autorização de Fornecimento;

4.3 - A Contratada somente irá fornecer os materiais constantes nos Anexos do presente instrumento e nas quantidades estipuladas;

4.4 - A Contratada deverá manter um controle rigoroso das quantidades fornecidas para que as mesmas não ultrapassem o estipulado no Anexo.

CLÁUSULA QUINTA - DO RECEBIMENTO DO OBJETO

5.1 - A entrega do objeto desta licitação deverá ser efetuada na Secretaria de Estado da Saúde, Rua Judite Melo dos Santos, 258, galpão 06, bairro Nova São José - Área Industrial, São José/SC, nas quantidades constantes na Autorização de Fornecimento, correndo por conta da Contratada as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento;

5.1.1 – O material deverá indicar na embalagem a razão social da Contratada, o número deste Contrato, o número da nota fiscal e o número da Autorização de Fornecimento.

5.1.2 – Quando da entrega, o produto deverá estar em perfeitas condições para ser consumido, e as embalagens intactas (não danificadas).

5.1.3 – O produto entregue deverá ser novo, entendido como tal, de primeira utilização.

5.2 – Para os produtos em que é exigido pela legislação vigente prazo de validade, o mesmo deverá constar na embalagem.

5.3 – A Contratante reserva-se o direito de a qualquer tempo, previamente ao aceite, ou durante o prazo de garantia do objeto ofertado e entregue, proceder a análise técnica e de qualidade do objeto, diretamente ou por intermédio de terceiros por ele escolhido. Se rejeitados, deverão ser substituídos imediatamente pela Contratada, sem quaisquer ônus para a Contratante.

5.4 – Os produtos a serem fornecidos devem ser livres de impurezas, estando sujeitos ao controle de qualidade do Contratante diretamente ou por intermédio de terceiros, durante toda a execução do Contrato, sendo rejeitados os produtos não aprovados ou que se apresentarem impróprios para o consumo, os quais deverão ser imediatamente substituídos pelo fornecedor, sem qualquer custo adicional.

5.5 – A Contratada, mesmo não sendo a fabricante da matéria-prima empregada na fabricação de seu produto, responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade deste, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta.

5.6 – O aceite do(s) produto(s) pela Contratante, não exclui a responsabilidade civil da Contratada por vícios de quantidade ou qualidade do produto ou disparidade com as especificações técnicas exigidas no edital ou atribuídas pela Contratada, verificados posteriormente, garantindo-se à Contratante as faculdades previstas no artigo 18, da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

5.7 – O(s) objeto(s) cotado(s) deverá(ão) atender a legislação a ele(s) pertinente(s).

5.8 – As quantidades licitadas são estimativas, podendo a contratante requisitar quantidades maiores ou menores conforme a efetiva necessidade, respeitando-se os limites da Lei.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO/ALTERAÇÃO

6.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de 6 (seis) meses, com início na data de sua assinatura;

6.2. O contrato poderá ser acrescido ou suprimido em até 25% (cinquenta por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA ALTERAÇÃO DOS PREÇOS

7.1 - Os preços contratados não serão alterados.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

8.1 - A rescisão do Contrato poderá ser efetuada conforme determina o artigo 79 e acarretar as consequências previstas no artigo 80, pelos motivos previstos nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8666/93 e alterações posteriores.

8.2 - O Presente Contrato poderá ser rescindido a critério da CONTRATANTE, sem que à Contratada caiba qualquer indenização, ou, reclamação, nos seguintes casos:

8.2.2 - Inobservância das especificações acordadas e/ou rejeição dos serviços prestados;

8.2.3 - Inadimplência de qualquer cláusula contratual e/ou da proposta ofertada;

8.2.4 - Falência, liquidação judicial ou extrajudicial, concordata preventiva da fornecedora, requeridas, homologadas ou decretadas;

8.2.5 - A Contratada, reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa, prevista no art. 77, da Lei 8.666/93, bem como Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, no Decreto Estadual nº 2.617, de 16 de setembro de 2009.

CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO

9.1 - A fiscalização do contrato será exercida por um representante da CONTRATANTE, indicado pela unidade e identificado no contrato/ata, a quem competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato;

9.2 - A CONTRATANTE se reserva o direito de rejeitar no todo ou em parte os produtos entregues, se em desacordo com o contrato;

9.3 - A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui, nem reduz, a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, resultante de imperfeições técnicas ou utilização de material de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implicará a responsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos. (Art. 70 da lei 8.666/93).

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES E SANÇÕES

10.1 - As empresas que não cumprirem as obrigações assumidas na fase licitatória e/ou de execução do contrato estão sujeitas às seguintes sanções:

a) advertência;

b) multa;

c) suspensão temporária, não superior a 5 (cinco) anos, na modalidade de pregão, e não superior a 2 (dois) anos para as demais modalidades, aplicada segundo a natureza e a gravidade da falta cometida; e

d) declaração de inidoneidade para licitar com a Administração Pública;

10.2 - A advertência será emitida pela Administração, quando o contratado descumprir qualquer obrigação;

10.3 - A multa será imposta à contratada pelo atraso injustificado na entrega ou execução do contrato, de acordo com as alíquotas a seguir:

a) 0,33 % (zero, trinta e três por cento) por dia de atraso, na entrega do objeto ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9% (nove, nove por cento);

b) 10 % (dez por cento) em caso de não entrega do objeto ou não conclusão do serviço ou rescisão do contrato por culpa da contratada, calculado sobre a parte inadimplente;

c) até 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega;

10.3.1 - O valor da multa e/ou custas de depósito será deduzido dos créditos ou garantias da empresa, ou cobrado administrativa ou judicialmente;

10.3.2 - Sempre que a multa ultrapassar os créditos da contratada e/ou garantias, o valor excedente será encaminhado à cobrança extrajudicial ou judicial;

10.3.3 - O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do serviço;

10.3.4 - A multa será aplicada quando o atraso for superior a cinco dias;

10.3.5 - A aplicação da multa não impede que sejam aplicadas outras penalidades;

10.4 - A suspensão impossibilitará a participação da empresa em licitações e/ou contratos, ficando suspenso o seu registro cadastral no Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina/SEA, de acordo com os prazos a seguir:

a) por até 30 (trinta) dias, quando aplicada a pena de advertência emitida pela Administração e a empresa permanecer inadimplente;

- b) por até 90 (noventa) dias, quando a empresa interessada solicitar cancelamento da proposta após a abertura e antes do resultado do julgamento;
- c) por até 12 (doze) meses, quando a empresa adjudicada se recusar a retirar a autorização de fornecimento ou assinar o contrato;
- d) por até 12 (doze) meses, quando a empresa adjudicada motivar a rescisão total ou parcial da autorização de fornecimento e/ou do contrato;
- e) por até 12 (doze) meses, quando a empresa praticar atos que claramente visem à frustração dos objetivos da licitação;
- f) por até 24 (vinte e quatro) meses, quando a empresa apresentar documentos fraudulentos nas licitações;
- g) por até 5 (cinco) anos quando, na modalidade de pregão, a fornecedora convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, que não celebrar o contrato, que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, que ensejar o retardamento da execução de seu objeto, que não mantiver a proposta, que falhar ou fraudar na execução do contrato, que se comportar de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios; e
- h) até a realização do pagamento, quando a empresa receber qualquer das multas previstas no item anterior.

10.4.1 - A penalidade de suspensão aplicada pela Administração, publicada no Diário Oficial do Estado, implicará na suspensão da fornecedora junto ao Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina/SEA;

10.4.2 - A suspensão do direito de licitar poderá ser ampliada até o dobro, em caso de reincidência;

10.5 - A declaração de inidoneidade será aplicada pelo Secretário de Estado da Administração – SEA;

10.5.1 - A declaração de inidoneidade permanecerá em vigor enquanto perdurarem os motivos que determinaram a punibilidade ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que a aplicou;

10.5.2 - A declaração de inidoneidade terá seus efeitos extensivos a toda Administração Pública;

10.6 - As empresas que apresentarem documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados, ou que por quaisquer outros meios praticarem atos irregulares ou ilegalidades para obtenção do registro no Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina/SEA, estarão sujeitas às seguintes penalidades:

a) suspensão temporária do Certificado de Cadastro de Fornecedores - CCF ou da obtenção do registro, por até 5 (cinco) anos na modalidade de pregão e até 2 (dois) anos para as demais modalidades, dependendo da natureza e gravidade dos fatos; e

b) declaração de inidoneidade, nos termos do artigo anterior.

10.7 - As sanções previstas neste edital poderão também ser aplicadas às empresas ou profissionais que:

a) tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos; e

b) tenham praticado atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;

10.8 - Compete à Assessoria Jurídica da SES/SUC, após análise a indicação das penalidades previstas neste edital e legislação vigente, cuja aplicação dependerá da homologação da autoridade competente do órgão ou entidade;

10.9 - É facultado à interessada interpor recurso contra a aplicação das penalidades previstas neste edital, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, que será dirigido à autoridade competente do órgão ou entidade;

10.10 - As penalidades aplicadas serão registradas na Secretaria de Estado da Administração/ Diretoria de Gestão de Materiais e Serviços – DGMS, no Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina/SEA;

10.10.1 - Homologadas e publicadas as penalidades, a Administração as encaminhará ao Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina/ SEA, para registro.

PARÁGRAFO ÚNICO - As multas pecuniárias aqui estabelecidas serão recolhidas na Tesouraria da Secretaria de Estado da Saúde, situada no 9º (nono) andar do Edifício Halley, na Rua Esteves Júnior, 160, Centro, Florianópolis, SC.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PRÁTICAS FRAUDULENTAS E DE CORRUPÇÃO

11 - As partes, por seus agentes públicos ou por seus sócios, acionistas, administradores e colaboradores:

I – declaram que têm conhecimento das normas previstas na legislação, entre as quais nas Leis nºs 8.429/1992 e 12.846/2013, seus regulamentos e eventuais outras aplicáveis;

II – comprometem-se em não adotar práticas ou procedimentos que se enquadrem nas hipóteses previstas nas leis e regulamentos mencionados no inciso anterior e se comprometem em exigir o mesmo pelos terceiros por elas contratados;

III – comprometem-se em notificar à Controladoria-Geral do Estado qualquer irregularidade que tiverem conhecimento acerca da execução do contrato;

IV – declaram que têm ciência que a violação de qualquer das obrigações previstas na Instrução Normativa conjunta CGE/SEA nº 01/2020, além de outras, é causa para a rescisão unilateral do contrato, sem prejuízo da cobrança das perdas e danos, inclusive danos potenciais, causados à parte inocente e das multas pactuadas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

12.1 - A Contratada não poderá subcontratar, ceder ou transferir total ou parcialmente o objeto do contrato a terceiros ou a eles associar-se sem prévia autorização da Contratante sob pena da imediata rescisão do contrato e demais sanções aplicáveis Lei Federal nº 8666/93.

12.2 - Farão parte integrante deste contrato todos os elementos apresentados pela licitante vencedora que tenham servido de base à presente licitação, bem como, as condições estabelecidas neste Edital e Anexos.

12.3 - No caso de recusa ou demora no atendimento a qualquer reclamação independente das sanções cabíveis, a CONTRATANTE poderá confiar a outrem a execução do contrato, descontando o seu custo de uma só vez, no primeiro pagamento a ser feito, sem que a em presa vencedora possa impugnar o seu valor.

12.4 - A tolerância de qualquer das partes, relativa às infrações cometidas contra disposições deste Contrato, não exime o infrator de ver exigido, a qualquer tempo, seu cumprimento integral.

12.5 - A Contratada se obriga a manter as condições de habilitação e qualificação durante a vigência deste contrato, sob pena da aplicação do disposto na Cláusula Décima;

12.6 - O presente contrato é regido pela pelo Decreto Estadual nº 2.617, de 16 de setembro de 2009, pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações;

12.7 - Fica eleito o Foro da Comarca de Florianópolis, Capital do Estado de Santa Catarina, para dirimir eventuais litígios oriundos do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento perante duas testemunhas abaixo assinadas.

CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. _____

2. _____



Código para verificação: **4W5TO64O**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



JORGE EDUARDO TASCA em 24/03/2021 às 12:15:51

Emitido por: "SGP-e", emitido em 01/10/2019 - 11:38:00 e válido até 01/10/2119 - 11:38:00.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U0VTXzcwNTIfMDAwMzYyNjRfMzY4NTdfMjAyMV80VzVUTzY0Tw==> ou o site

<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SES 00036264/2021** e o código **4W5TO64O** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÕES E CONTRATAÇÕES DESTINADAS
ENFRENTAMENTO DA COVID19 - PORTARIA N.º163, de 06/05/2020

MINUTA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0081/2021
PROCESSO SES 36264/2021

1 - OBJETO: Aquisição de aventais destinados ao enfrentamento da COVID-19 para a Secretaria de Estado da Saúde.

2 – UNIDADE INTERESSADA: Secretaria de Estado da Saúde/Gerência de Bens Regulares.

3 – FORMA DE CONTRATAÇÃO: A presente Dispensa de Licitação será efetivada por meio da emissão de Contrato de Fornecimento:

ITEM	QTDADE	EMPRESA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
Avental para procedimentos, descartável, confeccionado de não tecido para artigos de uso odonto-médico-hospitalar, impermeável. Com largura mínima de 160 cm e altura mínima de 120cm ,medindo-se na parte posterior da peça do decote até a barra inferior. Gramatura no mínima50g/m2. Manga longa com punho em malha canelada ou elástico. Sistema de ajuste com transpassenas costas e fixação através de amarrilhos costurados nas costas (altura do pescoço) e na cintura. Apresentar laudo de Eficiência de Filtração Bacteriana (BFE) conforme ABNT 14873 /2002 e Eficiência de Filtração Viral (VFE), do Produto ACABADO. Estar embalado individualmente. Atender as Normas Técnica ABNT NBR 14873:2002 – ABNT NBR 10993:2013 E ABNT NBR16693:2018. Apresentar Registro ANVISA.	90.000	Medclean Comercial Ltda.	R\$ 17,28	R\$ 1.555.200,00

4 - DESPESAS: A presente Dispensa de Licitação implicará em uma despesa total de **R\$ 1.555.200,00** (Um milhão, quinhentos e cinquenta e cinco mil e duzentos reais).

5 - FUNDAMENTO DA DISPENSA:

Lei n.º 8.666/93

Art. 24 - É Dispensável de Licitação:

IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública quando caracterizada a urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos.

6 – JUSTIFICATIVA:

O Plano Nacional de Contingência para Infecção Humana pelo Coronavírus 2019, emitido pelo Ministério da Saúde, o qual norteia as ações a serem implementadas pelas Secretarias de Saúde, inclui ações que visam a reorganização e ampliação da rede hospitalar. Nesse sentido, as ampliações dos leitos da rede hospitalar estadual seguem o alerta para as classificações de risco - Alerta, Perigo Iminente e Emergência em Saúde Pública. O estado de Santa Catarina encontra-se no nível de Emergência em Saúde Pública, indicado em duas situações, conforme estabelecido pelo Ministério da Saúde: a) quando há confirmação de transmissão local do primeiro caso de Coronavírus amplamente divulgado no território nacional; e b) reconhecimento de declaração de Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

Segundo o Plano de Contingência do Ministério da Saúde, o nível de Emergência está organizado em duas fases, fase de contenção e de mitigação.

O estado de Santa Catarina encontra-se na fase da mitigação, que tem início a partir do registro de 100 casos confirmados. Nesta fase, segundo o Ministério da Saúde, é preciso estar atento à possibilidade de superação da capacidade de resposta hospitalar para atendimento dos casos graves.

Especialistas do mundo todo têm destacado a necessidade de equipamentos de proteção individual e coletivos para profissionais da saúde, que, por estarem em contato direto com o vírus, estão expostos ao risco. A Anvisa atualizou as orientações destinadas aos serviços de saúde sobre as medidas de prevenção e controle que devem ser adotadas na assistência aos casos suspeitos ou confirmados de infecção pelo novo coronavírus (Covid-19). Ainda, de acordo com o estabelecido na Norma Regulamentadora Nº 6 (NR-6) da Portaria 3.214/78 MTB, considera-se equipamento de proteção individual (EPI), todo dispositivo ou produto de uso individual utilizado pelo trabalhador, destinado à proteção aos riscos suscetíveis de ameaçar a segurança e a saúde no trabalho.

O Conselho Federal de Enfermagem (Cofen) publicou uma série de diretrizes, entre elas a importância da utilização dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs). As condutas informadas têm como base o que preconizam as orientações da Organização Mundial de Saúde (OMS) e do Ministério da Saúde, bem como as secretarias municipais e Estadual de Saúde. Entre os equipamentos apontados como indispensáveis estão as luvas de procedimento. Salienta-se que conforme informação da Secretaria de Estado da Saúde, o estoque encontra-se comprometido.

Trata-se da aquisição emergencial de aventais destinados exclusivamente ao enfrentamento a pandemia de COVID-19, sendo que este material não possui ata ou contrato vigente, onde não se obteve sucesso em sua aquisição por meio do edital SEA 066/2020 com relicitação em andamento por meio do PSES 165287/2020 aguardando abertura do edital de licitação. Atualmente não dispomos mais de estoques deste item, sendo de extrema urgência a aquisição tendo em vista a necessidade de fornecimento de EPIS adequados aos profissionais de saúde que atuam na assistência direta a pacientes contaminados por COVID-19..

Dessa forma, diante de todo o exposto, ante a imprescindibilidade dos itens e de acordo com a Requisição 492/2021, justifica-se a aquisição de luvas de procedimento. No âmbito legal, verifica-se a hipótese de realização da contratação direta, através de Dispensa de Licitação.

Por fim, após apreciação jurídica, restou emitido o Parecer Jurídico nº 461/2021/COJUR/SEA/SC, de 28 de abril de 2021, opinando pela admissibilidade de dispensa de licitação no presente caso.

7 – RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR E JUSTIFICATIVA DO PREÇO:

Foi publicado edital de cotação de preços n. 0081/21 no Portal de Compras do Estado de Santa Catarina, tendo sido apresentadas 03 propostas. As propostas foram encaminhadas à equipe técnica da Secretaria de Estado da Saúde que se manifestou consoante parecer instruído à fl. 138 dos autos. Neste, a equipe consigna que a proposta de menor valor, qual seja, a da empresa M. Dias resta desclassificada em virtude de não ter apresentado laudo de filtração viral, não atendendo ao disposto no edital de cotação e, ainda, que o produto ofertado encontra-se negativado no Banco de Marcas da secretaria de Estado da Saúde devido a queixas técnicas. A proposta de segundo menor valor foi considerada apta, atendendo às especificações do edital. No que tange ao valor ofertado, depreende-se da análise dos autos, que o valor ofertado encontra-se abaixo do valor constante na requisição e da média de preços coletados no mercado, banco de preços e painéis oficiais, consoante planilha de precificação constante à fl. 57 dos autos.

SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO:

1 – Ciente

2 - Em vista da necessidade da aquisição do objeto supracitado, e com os poderes a mim conferidos resolvo HOMOLOGAR a Dispensa de Licitação nº 0081/2021 aprovada pela Assessoria Jurídica por meio do Parecer nos autos do processo SES 36264/2021 e autorizar a despesa supracitada.

3 - Para prosseguimento.

Luiz Antônio Dacol
Secretário de Estado da Administração
(assinado digitalmente)

ANEXO

MINUTA DE CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº: ____/____

Termo de Contrato de Fornecimento celebrado entre o ESTADO DE SANTA CATARINA, através da Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde e a empresa, autorizado através do Processo SES nº 36264/2021, Cotação de Preços SEA n.º 0081/2021 e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e demais legislações aplicáveis.

CONTRATANTE:	Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde
C.N.P.J. N.º:	80.673.411/0001-87
Endereço: (sede)	Rua Esteves Júnior, 160 - Ed. Halley - Centro – Florianópolis – SC
Representada por:	
Contratada:	
C.N.P.J. N.º:	
Endereço:	
Representada por:	
GESTOR:	
Função:	
Unidade:	
FISCAL:	
Função:	
Unidade:	

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO, ESPECIFICAÇÃO E QUANTIDADE

1.1 - O Presente Contrato tem por objetivo a aquisição pela CONTRATANTE e o fornecimento pela CONTRATADA, **de aventais de procedimento – enfrentamento do Covid19.**

1.2 – Este Termo de Contrato vincula-se à proposta vencedora, independentemente de sua transcrição.

ITEM	QTDDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
Avental para procedimentos, descartável, confeccionado de não tecido para artigos de uso odonto-médico-hospitalar, impermeável. Com largura mínima de 160 cm e altura mínima de 120cm, medindo-se na parte posterior da peça do decote até a barra inferior. Gramatura no mínima 50g/m2. Manga longa com punho em malha canelada ou elástico. Sistema de ajuste com transpassenas costas e fixação através de amarrilhos costurados nas costas (altura do pescoço) e na cintura. Apresentar laudo de Eficiência de Filtração Bacteriana (BFE) conforme ABNT 14873 /2002 e Eficiência de Filtração Viral (VFE), do Produto ACABADO. Estar embalado individualmente. Atender as Normas Técnica ABNT NBR 14873:2002 – ABNT NBR 10993:2013 E ABNT NBR16693:2018. Apresentar Registro ANVISA.	90.000	R\$ 17,28	R\$ 1.555.200,00

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1 - A CONTRATADA obriga-se a fornecer o objeto deste instrumento, especificado(s) e quantificado(s) na cláusula primeira, ao preço líquido, CIF aproximado de R\$..... (.....) considerando sua proposta de preços;

2.2 - As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta da dotação orçamentária:

2.2.1 - Projeto/Atividade:

2.2.2 - Elemento Despesa:

2.2.3 - Unidade Orçamentária:

2.3 - A CONTRATADA deverá mencionar na respectiva Nota Fiscal/Fatura informações sobre o produto, tais como: a MARCA sob o qual o mesmo é comercializado, Fabricante, Apresentação, País de Origem, o número Certificado de Registro do Produto junto ao Ministério da Saúde, o número do lote e o prazo de validade do produto. Além de mencionar o número do Contrato, do Processo e da Autorização de Fornecimento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PAGAMENTO

3.1 - A SES efetuará o pagamento em 30 (vinte) dias após o recebimento e aceite do material com a respectiva Nota Fiscal/Fatura ou documento legalmente equivalente, observado o cumprimento integral das disposições contidas neste edital;

3.1.1 - Caso o vencimento do prazo de pagamento da Nota Fiscal/Fatura ocorra fora do calendário semanal ou de expediente bancário, o pagamento será efetuado na próxima data do calendário, imediatamente posterior ao vencimento, não incidindo qualquer compensação financeira neste período;

3.1.2 - O fornecedor ou prestador de serviços ao Estado que optar por receber seu pagamento em outras instituições que não o Banco do Brasil, ficará responsável pelo custo da tarifa bancária referente à respectiva transferência de valores entre Bancos, uma vez que os pagamentos efetuados pelo Estado são efetuados prioritariamente pelo Banco do Brasil.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO E DO LOCAL DE ENTREGA

4.1 - O prazo de entrega será de até 10 (dez) dias após o recebimento da Autorização de Fornecimento ou documento equivalente;

4.2 - A entrega será efetuada diretamente na Secretaria de Estado da Saúde, Rua Judite Melo dos Santos, 258, galpão 06, Bairro Nova São José -Área Industrial, São José/SC, nas quantidades constantes na Autorização de Fornecimento;

4.3 - A Contratada somente irá fornecer os materiais constantes nos Anexos do presente instrumento e nas quantidades estipuladas;

4.4 - A Contratada deverá manter um controle rigoroso das quantidades fornecidas para que as mesmas não ultrapassem o estipulado nos Anexos.

CLÁUSULA QUINTA - DO RECEBIMENTO DO OBJETO

5.1 - A entrega do objeto desta licitação deverá ser efetuada na Secretaria de Estado da Saúde, Rua Judite Melo dos Santos, 258, galpão 06, bairro Nova São José -Área Industrial, São José/SC, nas quantidades constantes na Autorização de Fornecimento, correndo por conta da Contratada as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento;

5.1.1 – O material deverá indicar na embalagem a razão social da Contratada, o número deste Contrato, o número da nota fiscal e o número da Autorização de Fornecimento.

5.1.2 – Quando da entrega, o produto deverá estar em perfeitas condições para ser consumido, e as embalagens intactas (não danificadas).

5.1.3 – O produto entregue deverá ser novo, entendido como tal, de primeira utilização.

5.2 – Para os produtos em que é exigido pela legislação vigente prazo de validade, o mesmo deverá constar na embalagem.

5.3 – A Contratante reserva-se o direito de a qualquer tempo, previamente ao aceite, ou durante o prazo de garantia do objeto ofertado e entregue, proceder a análise técnica e de qualidade do objeto, diretamente ou por intermédio de terceiros por ele escolhido. Se rejeitados, deverão ser substituídos imediatamente pela Contratada, sem quaisquer ônus para a Contratante.

5.4 – Os produtos a serem fornecidos devem ser livres de impurezas, estando sujeitos ao controle de qualidade do Contratante diretamente ou por intermédio de terceiros, durante toda a execução do Contrato, sendo rejeitados os produtos não aprovados ou que se apresentarem impróprios para o consumo, os quais deverão ser imediatamente substituídos pelo fornecedor, sem qualquer custo adicional.

5.5 – A Contratada, mesmo não sendo a fabricante da matéria-prima empregada na fabricação de seu produto, responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade deste, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta.

5.6 – O aceite do(s) produto(s) pela Contratante, não exclui a responsabilidade civil da Contratada por vícios de quantidade ou qualidade do produto ou disparidade com as especificações técnicas exigidas no edital ou

atribuídas pela Contratada, verificados posteriormente, garantindo-se à Contratante as faculdades previstas no artigo 18, da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

5.7 – O(s) objeto(s) cotado(s) deverá(ão) atender a legislação a ele(s) pertinente(s).

5.8 – As quantidades licitadas são estimativas, podendo a contratante requisitar quantidades maiores ou menores conforme a efetiva necessidade, respeitando-se os limites da Lei.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO/ALTERAÇÃO

6.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de 6 (seis) meses, com início na data de sua assinatura;

6.2. O contrato poderá ser acrescido ou suprimido em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA ALTERAÇÃO DOS PREÇOS

7.1 - Os preços contratados não serão alterados.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

8.1 - A rescisão do Contrato poderá ser efetuada conforme determina o artigo 79 e acarretar as consequências previstas no artigo 80, pelos motivos previstos nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8666/93 e alterações posteriores.

8.2 - O Presente Contrato poderá ser rescindido a critério da CONTRATANTE, sem que à Contratada caiba qualquer indenização, ou, reclamação, nos seguintes casos:

8.2.2 - Inobservância das especificações acordadas e/ou rejeição dos serviços prestados;

8.2.3 - Inadimplência de qualquer cláusula contratual e/ou da proposta ofertada;

8.2.4 - Falência, liquidação judicial ou extrajudicial, concordata preventiva da fornecedora, requeridas, homologadas ou decretadas;

8.2.5 - A Contratada, reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa, prevista no art 77, da Lei 8.666/93, bem como Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, no Decreto Estadual nº 2.617, de 16 de setembro de 2009.

CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO

9.1 - A fiscalização do contrato será exercida por um representante da CONTRATANTE, indicado pela unidade e identificado no contrato/ata, a quem competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato;

9.2 - A CONTRATANTE se reserva o direito de rejeitar no todo ou em parte os produtos entregues, se em desacordo com o contrato;

9.3 - A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui, nem reduz, a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, resultante de imperfeições técnicas ou utilização de material de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implicará a responsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos. (Art. 70 da lei 8.666/93).

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES E SANÇÕES

10.1 - As empresas que não cumprirem as obrigações assumidas na fase licitatória e/ou de execução do contrato estão sujeitas às seguintes sanções:

a) advertência;

b) multa;

c) suspensão temporária, não superior a 5 (cinco) anos, na modalidade de pregão, e não superior a 2 (dois) anos para as demais modalidades, aplicada segundo a natureza e a gravidade da falta cometida; e

d) declaração de inidoneidade para licitar com a Administração Pública;

10.2 - A advertência será emitida pela Administração, quando o contratado descumprir qualquer obrigação;

10.3 - A multa será imposta à contratada pelo atraso injustificado na entrega ou execução do contrato, de acordo com as alíquotas a seguir:

a) 0,33 % (zero, trinta e três por cento) por dia de atraso, na entrega do objeto ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9% (nove, nove por cento);

b) 10 % (dez por cento) em caso de não entrega do objeto ou não conclusão do serviço ou rescisão do contrato por culpa da contratada, calculado sobre a parte inadimplente;

c) até 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega;

10.3.1 - O valor da multa e/ou custas de depósito será deduzido dos créditos ou garantias da empresa, ou cobrado administrativa ou judicialmente;

10.3.2 - Sempre que a multa ultrapassar os créditos da contratada e/ou garantias, o valor excedente será encaminhado à cobrança extrajudicial ou judicial;

10.3.3 - O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do serviço;

10.3.4 - A multa será aplicada quando o atraso for superior a cinco dias;

10.3.5 - A aplicação da multa não impede que sejam aplicadas outras penalidades;

10.4 - A suspensão impossibilitará a participação da empresa em licitações e/ou contratos, ficando suspenso o seu registro cadastral no Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina/SEA, de acordo com os prazos a seguir:

a) por até 30 (trinta) dias, quando aplicada a pena de advertência emitida pela Administração e a empresa permanecer inadimplente;

b) por até 90 (noventa) dias, quando a empresa interessada solicitar cancelamento da proposta após a abertura e antes do resultado do julgamento;

c) por até 12 (doze) meses, quando a empresa adjudicada se recusar a retirar a autorização de fornecimento ou assinar o contrato;

d) por até 12 (doze) meses, quando a empresa adjudicada motivar a rescisão total ou parcial da autorização de fornecimento e/ou do contrato;

e) por até 12 (doze) meses, quando a empresa praticar atos que claramente visem à frustração dos objetivos da licitação;

f) por até 24 (vinte e quatro) meses, quando a empresa apresentar documentos fraudulentos nas licitações;

g) por até 5 (cinco) anos quando, na modalidade de pregão, a fornecedora convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, que não celebrar o contrato, que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, que ensejar o retardamento da execução de seu objeto, que não mantiver a proposta, que falhar ou fraudar na execução do contrato, que se comportar de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios; e

h) até a realização do pagamento, quando a empresa receber qualquer das multas previstas no item anterior.

10.4.1 - A penalidade de suspensão aplicada pela Administração, publicada no Diário Oficial do Estado, implicará na suspensão da fornecedora junto ao Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina/SEA;

10.4.2 - A suspensão do direito de licitar poderá ser ampliada até o dobro, em caso de reincidência;

10.5 - A declaração de inidoneidade será aplicada pelo Secretário de Estado da Administração – SEA;

10.5.1 - A declaração de inidoneidade permanecerá em vigor enquanto perdurarem os motivos que determinaram a punibilidade ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que a aplicou;

10.5.2 - A declaração de inidoneidade terá seus efeitos extensivos a toda Administração Pública;

10.6 - As empresas que apresentarem documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados, ou que por quaisquer outros meios praticarem atos irregulares ou ilegalidades para obtenção do registro no Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina/SEA, estarão sujeitas às seguintes penalidades:

a) suspensão temporária do Certificado de Cadastro de Fornecedores - CCF ou da obtenção do registro, por até 5 (cinco) anos na modalidade de pregão e até 2 (dois) anos para as demais modalidades, dependendo da natureza e gravidade dos fatos; e

b) declaração de inidoneidade, nos termos do artigo anterior.

10.7 - As sanções previstas neste edital poderão também ser aplicadas às empresas ou profissionais que:

a) tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos; e

b) tenham praticado atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;

10.8 - Compete à Assessoria Jurídica da SES/SUC, após análise a indicação das penalidades previstas neste edital e legislação vigente, cuja aplicação dependerá da homologação da autoridade competente do órgão ou entidade;

10.9 - É facultado à interessada interpor recurso contra a aplicação das penalidades previstas neste edital, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, que será dirigido à autoridade competente do órgão ou entidade;

10.10 - As penalidades aplicadas serão registradas na Secretaria de Estado da Administração/ Diretoria de Gestão de Materiais e Serviços – DGMS, no Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina/SEA;

10.10.1 - Homologadas e publicadas as penalidades, a Administração as encaminhará ao Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina/ SEA, para registro.

PARÁGRAFO ÚNICO - As multas pecuniárias aqui estabelecidas serão recolhidas na Tesouraria da Secretaria de Estado da Saúde, situada no 9º (nono) andar, na Rua Esteves Júnior, 160, Centro, Florianópolis, SC.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PRÁTICAS FRAUDULENTAS E DE CORRUPÇÃO

11 - As partes, por seus agentes públicos ou por seus sócios, acionistas, administradores e colaboradores: I – declaram que têm conhecimento das normas previstas na legislação, entre as quais nas Leis nºs 8.429/1992 e 12.846/2013, seus regulamentos e eventuais outras aplicáveis;

II – comprometem-se em não adotar práticas ou procedimentos que se enquadrem nas hipóteses previstas nas leis e regulamentos mencionados no inciso anterior e se comprometem em exigir o mesmo pelos terceiros por elas contratados;

III – comprometem-se em notificar à Controladoria-Geral do Estado qualquer irregularidade que tiverem conhecimento acerca da execução do contrato;

IV – declaram que têm ciência que a violação de qualquer das obrigações previstas na Instrução Normativa conjunta CGE/SEA nº 01/2020, além de outras, é causa para a rescisão unilateral do contrato, sem prejuízo da cobrança das perdas e danos, inclusive danos potenciais, causados à parte inocente e das multas pactuadas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

12.1 - A Contratada não poderá subcontratar, ceder ou transferir total ou parcialmente o objeto do contrato a terceiros ou a eles associar-se sem prévia autorização da Contratante sob pena da imediata rescisão do contrato e demais sanções aplicáveis Lei Federal nº 8666/93.

12.2 - Farão parte integrante deste contrato todos os elementos apresentados pela licitante vencedora que tenham servido de base à presente licitação, bem como, as condições estabelecidas neste Edital e Anexos.

12.3 - No caso de recusa ou demora no atendimento a qualquer reclamação independente das sanções cabíveis, a CONTRATANTE poderá confiar a outrem a execução do contrato, descontando o seu custo de uma só vez, no primeiro pagamento a ser feito, sem que a em presa vencedora possa impugnar o seu valor.

12.4 - A tolerância de qualquer das partes, relativa às infrações cometidas contra disposições deste Contrato, não exime o infrator de ver exigido, a qualquer tempo, seu cumprimento integral.

12.5 - A Contratada se obriga a manter as condições de habilitação e qualificação durante a vigência deste contrato, sob pena da aplicação do disposto na Cláusula Décima;

12.6 - O presente contrato é regido pela pelo Decreto Estadual nº 2.617, de 16 de setembro de 2009, pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações e pela Lei Federal nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020;

12.7 - Fica eleito o Foro da Comarca de Florianópolis, Capital do Estado de Santa Catarina, para dirimir eventuais litígios oriundos do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento perante duas testemunhas abaixo assinadas.

CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. _____

2. _____



Código para verificação: **9X2A22BA**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



LUIZ ANTONIO DACOL em 29/04/2021 às 19:49:44

Emitido por: "SGP-e", emitido em 30/03/2018 - 12:48:04 e válido até 30/03/2118 - 12:48:04.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U0VTXzcwNTIfMDAwMzYyNjRfMzY4NTdfMjAyMV85WDJBMjJCQQ==> ou o site <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SES 00036264/2021** e o código **9X2A22BA** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.

Licitações

Secretarias de Estado

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

DL n.º 0080/21 - Processo SES 38351/2021.

Objeto: Aquisição de luvas de procedimento – enfrentamento do Covid19. Fundamento: art. 24, inciso IV, da Lei nº 8.666/93. Empresa: Cremer S/A. CNPJ 82.641.325/0043-77, valor total de R\$ 2.913.361,50 (Dois milhões, novecentos e treze mil, trezentos e sessenta e um reais e cinquenta centavos).

Cod. Mat.: 735890

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

DL n.º 0081/21 - Processo SES 36264/2021.

Objeto: Aquisição emergencial de avental de 50g – enfrentamento do Covid19. Fundamento: art. 24, inciso IV, da Lei nº 8.666/93. Empresa: Medclean Comercial Ltda. CNPJ 03.921.280/0001-69, valor total de R\$ 1.555.200,00 (Um milhão, quinhentos e cinquenta e cinco mil e duzentos reais).

Cod. Mat.: 735893

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES. DL 2718/2020.

PSES 2712/2020. CIG 3906/2021. Justificativa: Ordem Judicial.

Fundamento da DL: artigo 24, inciso V, Lei 8666/93. CT 085/2021.

Objeto: Fornecimento de fisioterapia ano-genitais (Pélvica com Biofeedback). Contratada: NOVA FISIO LTDA. Total DL: R\$ 2.500,00.

Cod. Mat.: 735770

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES. DL 2646/2020.

PSES 137157/2020. CIG 3900/2021. Justificativa: Ordem Judicial.

Fundamento da DL: artigo 24, inciso IV, Lei 8666/93. CT 122/2021.

Objeto: Fornecimento de terapia ocupacional. Contratada: LUCIENE DE BRITO V. DE SOUSA JOKOSKI ME. Total DL: R\$ 6.240,00.

Cod. Mat.: 735776

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES.

Inexigibilidade de Licitação 1028/2021. PSES 55024/2021 - CIG/SES 2021AS003931. Objeto: Aquisição de peças para manutenção

corretiva em tomógrafo para HIJG. Justificativa e fundamento: art. 25, I, Lei 8.666/93. OF nº 467/2021; Contratada: Philips Medical Systems Ltda. CNPJ: 58.295.213/0001-78 - Valor R\$ 55.048,46.

Cod. Mat.: 735838

A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES. Dispensa de Licitação

3176/2020 – SES 112043/2020 – CIG/SES 2021AS003925. Objeto:

Aquisição de peça para a manutenção corretiva de gerador para DIVE. Justificativa e Fundamento: artigo 24, V da Lei nº 8.666/93.

Gruger Grupos Geradores Ltda – CNPJ 02.631.287/0001-83. Valor total da DL R\$ 23.591,00.

Cod. Mat.: 735840

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 1034/2021. Objeto: Aquisição de medicamentos para atendimento de ordens judiciais para a Gerência de Bens Judiciais (GEJUD). Abertura da sessão: 26/05/2021 às 13h15min. No site www.e-lic.sc.gov.br encontram-se o Edital e canais para todas as comunicações (CIG) SES 2021AS003711.

Cod. Mat.: 735850

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 1061/2021. Objeto: Aquisição de preservativo masculino e gel lubrificante para a Diretoria de Vigilância Epidemiológica (DIVE). Abertura da sessão: 01/06/2021 às 8h15min. No site www.e-lic.sc.gov.br encontram-se o Edital e canais para todas as comunicações (CIG) SES 2021AS003826.

Cod. Mat.: 735851

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES. DL 469/2021. PSES

21764/2021. CIG 3313/2021. Justificativa: Ordem Judicial. Fundamento da DL: Artigo 24, inciso IV, Lei 8666/93 OF 326/2021.

Objeto: Aquisição de aplicação do medicamento Avastin - Ordem Judicial. Contratada: VISUM RETINA CLÍNICA DE OLOS LTDA.

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 0793/2021. Objeto: Aquisição de medicamentos para atendimento de ordens judiciais para a Gerência de Bens Judiciais (GEJUD). Abertura da sessão: 27/05/2021 às 8h15min. No site www.e-lic.sc.gov.br encontram-se o Edital e canais para todas as comunicações (CIG) SES 2021AS002883.

Cod. Mat.: 735854

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 1004/2021. Objeto: Aquisição de medicamentos para atendimento de ordens judiciais para a Gerência de Bens Judiciais (GEJUD). Abertura da sessão: 26/05/2021 às 13h15min. No site www.e-lic.sc.gov.br encontram-se o Edital e canais para todas as comunicações (CIG) SES 2021AS003568.

Cod. Mat.: 735855

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 1073/2021. Objeto: Aquisição de equipamentos de informática para o Hospital Infantil Joana do Gusmão (HIJG). Abertura da sessão: 01/06/2021 às 8h15min. No site www.e-lic.sc.gov.br encontram-se o Edital e canais para todas as comunicações (CIG) SES 2021AS003864.

Cod. Mat.: 735860

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 1063/2021. Objeto: Aquisição de materiais de laboratório para o Laboratório Central de Saúde Pública (LACEN). Abertura da sessão: 31/05/2021 às 13h15min. No site www.e-lic.sc.gov.br encontram-se o Edital e canais para todas as comunicações (CIG) SES 2021AS003825.

Cod. Mat.: 735862

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 1084/2021. Objeto: Aquisição de materiais de laboratório para o Laboratório Central de Saúde Pública (LACEN). Abertura da sessão: 31/05/2021 às 13h15min. No site www.e-lic.sc.gov.br encontram-se o Edital e canais para todas as comunicações (CIG) SES 2021AS003861.

Cod. Mat.: 735863

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES

RESULTADO DE LICITAÇÃO

O Secretário de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde torna público o Resultado da Licitação nº 0576/2021 na modalidade: Pregão “Eletrônico”, cujo objeto é: Contratação de serviços de Fisioterapia pelo método pediasuit (Intensivo e Manutenção), Fonoterapia, Terapia Ocupacional, Fisioterapia pelo método bobath, Integração sensorial, Bandagem elástica neuromuscular e Kinesiotaping para o Centro Catarinense de Reabilitação (CCR). MENOR PREÇO: Lotes: I, II, III, IV, VI e VII. DESCLASSIFICAR O LOTE DA EMPRESA, CONFORME DISCRIMINADO: Por apresentar preço excessivo (Art. 48, Inciso II, da Lei 8.666/93 e Alterações): THERALAB FISIOTERAPIA EIRELI – Lote: V. EMPRESAS VENCEDORAS: BEM VIVER DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOLUÇÕES EM SAÚDE LTDA – Lotes: I, IV, VI e VII. VITAL SAÚDE INTEGRADA LTDA – Lotes: II e III. CIG: 2021AS002363.

Cod. Mat.: 735614

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES. DL 683/2021. PSES

20260/2021. CIG 3879/2021. Justificativa: Ordem Judicial. Fundamento da DL: artigo 24, inciso IV, Lei 8666/93. OF 378/2021.

Objeto: Exame Tomografia por Emissão de Pósitrons com PSMA (Antígeno de Membrana Específico para Próstata). Contratada: BIONUCLEAR SERVIÇOS DE MEDICINA NUCLEAR S/S LTDA.

Total DL: R\$ 4.050,00

Cod. Mat.: 735686

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA - PM/SC
DIRETORIA DE APOIO LOGÍSTICO E FINANÇAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 0085/2021 - menor preço por Lote Objeto: Aquisição de cones de sinalização para PMSC - Convênio Federal nº 898828/2020 entre INEP/PMSC. Início da entrega de propostas: às 08:00 horas do dia 01/05/2021. Fim da entrega de propostas: às 13:30 horas do dia 18/05/2021. Abertura da sessão: a partir das 13:30 horas do dia 18/05/2021. O Edital e seus anexos estão disponíveis no site <http://www.portaldecompras.sc.gov.br>. Informações sobre o edital serão prestadas através do e-mail licita@pm.sc.gov.br, ou no seguinte endereço: Avenida Rio Branco, nº 1064, CEP 88015-204, Bairro Centro, Florianópolis/SC, no horário das 00:00 às 00:00, em dias úteis. Processo SGP-e: PMSC 00066952/2020

Autarquias

AGÊNCIA DE REGULAÇÃO DE
SANTA CATARINA – ARESCEXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE
Processo: ARESC 367/2021. A

Objeto: inscrição de seis servid

gulatório (Regulatory Delivery),

de 12 de abril a 24 de maio de 2

Fornecedor: Associação Brasile

ABAR. CNPJ: 03.657.354/0001-

Valor Global do Contrato: R\$ 26.

Dotação Orçamentária: Unidade

de Despesa 33.90.39.01; Fonte

Fundamentação Legal: Inciso

Içuriti Pereira da Silva - Preside

Defensor

DEFENSORIA PÚBLICA DO ES
DPE – AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 0006/2021

Objeto: Registro de preços com

(doze) meses, para futura e ev

especializada na prestação de s

em geral (mesas, armários, esta

arquivos, etc.), equipamentos (me

ticos, informática, etc.), máquinas

materiais de escritório, de copa

mentos, além do arquivo, bibliot

com caminhão, a fim de atender

Pública do Estado de Santa Ca

quantitativo e condições estabe

condições previstas neste edital

às 09:00 horas do dia 04/05/202

às 09:00 horas do dia 14/05/202

09:20 horas do dia 14/05/2021.

poníveis no site <http://www.defens>

o edital serão prestadas por me

sc.gov.br, ou no seguinte endere

nº 622, Ed. Luiz Carlos Brunet,

Florianópolis/SC, no horário da

Processo SGP-e: DPE 284/2021

Fundações

FUNDAÇÃO CATARINENSE DE
DIRETORIA ADMINISTRATIVA

Pregão Eletrônico nº 0016/2021

Objeto: AQUISIÇÃO DE 1 VEÍC

FROTA DA FCEE. Início da entre

do dia 03/05/2021. Fim da entre

do dia 18/05/2021. Abertura da

do dia 18/05/2021. O Edital e se

site www.portaldecompras.sc.gov.br

serão prestadas através do e-n

no horário das 13:00 às 19:00,

FCEE 00004318/2020, GGG: 20

AVISO DE INEXIGIBILIDADE D

Objeto: Aquisição de Analisador Ter

fabricado pela TA Instruments, d

Manutenção de Infraestrutura do

Materiais do CCT/UDESC. Conv

170.000,00. Fornecedor: WATE

LTDA. Fundamentação: Art. 25,

abril de 2021. Marcos Fergutz – I

256



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº: 260/2021

Termo de Contrato de Fornecimento celebrado entre o ESTADO DE SANTA CATARINA, através da **Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde** e a empresa **Medclean Comercial Ltda**, autorizado através do Processo SES nº 36264/2021, Licitação nº 1235/2021 na modalidade Dispensa de Licitação .

CONTRATANTE: Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde
C.N.P.J. N.º: 80.673.411/0001-87
Endereço: Rua Esteves Júnior, 160 - Ed. Halley - Centro – Florianópolis – SC CEP 88015-130
Representada por: Superintendente de Gestão Administrativa

Contratada: Medclean Comercial Ltda
C.N.P.J. N.º: 03.921.280/0001-69
Endereço: Rua Júlio Kowalski, 185 – Anexos 155, 175 e 195 — Porto Alegre / RS CEP. 91040-380
Representada por: Luiz Marcelo Albernaz Cordeiro

GESTOR: Gerência de Bens Regulares -GEBER

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO, ESPECIFICAÇÃO E QUANTIDADE

1.1 O Presente Contrato tem por objetivo a aquisição pela CONTRATANTE e o fornecimento pela CONTRATADA, **de aventais de procedimento – enfrentamento do Covid 19**.

1.2– Este Termo de Contrato vincula-se à proposta vencedora, independentemente de sua transcrição.

ITEM	QTDA DE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
Avental para procedimentos, descartável, confeccionado de não tecido para artigos de uso odonto-médico-hospitalar, impermeável. Com largura mínima de 160 cm e altura mínima de 120cm ,medindo-se na parte posterior da peça do decote até a barra inferior. Gramatura no mínima 50g/m2. Manga longa com punho em malha canelada ou elástico. Sistema de ajuste com transpassenas costas e fixação através de amarrilhos costurados nas costas (altura do pescoço) e na cintura. Apresentar laudo de Eficiência de Filtração Bacteriana (BFE) conforme ABNT 14873 /2002 e Eficiência de Filtração Viral (VFE), do Produto ACABADO. Estar embalado individualmente. Atender as Normas Técnica ABNT NBR 14873:2002 – ABNT NBR 10993:2013 E ABNT NBR16693:2018. Apresentar Registro ANVISA. Registro MS: 80053550011 – Validade do Produto: 03 (Três) anos Marca: Cleantech; Fabricante: Medclean; Procedência: Nacional.	90.000	R\$ 17,28	R\$ 1.555.200,00

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1- A CONTRATADA obriga-se a fornecer o objeto deste instrumento, especificado(s) e quantificado(s) na cláusula primeira, ao preço líquido, CIF aproximado **R\$ 1.555.200,00** (um milhão, quinhentos e cinquenta e cinco mil e duzentos reais). considerando sua proposta de preços;

2.2- As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta da dotação orçamentária:

2.2.1- Projeto/Atividade:

2.2.2- Elemento Despesa:

2.2.3- Unidade Orçamentária:



2.3- A CONTRATADA deverá mencionar na respectiva Nota Fiscal/Fatura informações sobre o produto, tais como: a MARCA sob o qual o mesmo é comercializado, Fabricante, Apresentação, País de Origem, o número Certificado de Registro do Produto junto ao Ministério da Saúde, o número do lote e o prazo de validade do produto. Além de mencionar o número do Contrato, do Processo e da Autorização de Fornecimento

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PAGAMENTO

3.1- A SES efetuará o pagamento em 30 (vinte) dias após o recebimento e aceite do material com a respectiva Nota Fiscal/Fatura ou documento legalmente equivalente, observado o cumprimento integral das disposições contidas neste edital;

3.1.1- Caso o vencimento do prazo de pagamento da Nota Fiscal/Fatura ocorra fora do calendário semanal ou de expediente bancário, o pagamento será efetuado na próxima data do calendário, imediatamente posterior ao vencimento, não incidindo qualquer compensação financeira neste período;

3.1.2- O fornecedor ou prestador de serviços ao Estado que optar por receber seu pagamento em outras instituições que não o Banco do Brasil, ficará responsável pelo custo da tarifa bancária referente à respectiva transferência de valores entre Bancos, uma vez que os pagamentos efetuados pelo Estado são efetuados prioritariamente pelo Banco do Brasil.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO E DO LOCAL DE ENTREGA

4.1- O prazo de entrega será de até 10 (dez) dias após o recebimento da Autorização de Fornecimento ou documento equivalente;

4.2- A entrega será efetuada diretamente na Secretaria de Estado da Saúde, Rua Judite Melo dos Santos, 258, galpão 06, Bairro Nova São José -Área Industrial, São José/SC, nas quantidades constantes na Autorização de Fornecimento;

4.3- A Contratada somente irá fornecer os materiais constantes nos Anexos do presente instrumento e nas quantidades estipuladas;

4.4- A Contratada deverá manter um controle rigoroso das quantidades fornecidas para que as mesmas não ultrapassem o estipulado nos Anexos.

CLÁUSULA QUINTA - DO RECEBIMENTO DO OBJETO

5.1- A entrega do objeto desta licitação deverá ser efetuada na Secretaria de Estado da Saúde, Rua Judite Melo dos Santos, 258, galpão 06, bairro Nova São José -Área Industrial, São José/SC, nas quantidades constantes na Autorização de Fornecimento, correndo por conta da Contratada as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento;

5.1.1- O material deverá indicar na embalagem a razão social da Contratada, o número deste Contrato, o número da nota fiscal e o número da Autorização de Fornecimento.

5.1.2- Quando da entrega, o produto deverá estar em perfeitas condições para ser consumido, e as embalagens intactas (não danificadas).

5.1.3- O produto entregue deverá ser novo, entendido como tal, de primeira utilização.

5.2- Para os produtos em que é exigido pela legislação vigente prazo de validade, o mesmo deverá constar na embalagem.

5.3- A Contratante reserva-se o direito de a qualquer tempo, previamente ao aceite, ou durante o prazo de garantia do objeto ofertado e entregue, proceder a análise técnica e de qualidade do objeto, diretamente ou por intermédio de terceiros por ele escolhido. Se rejeitados, deverão ser substituídos imediatamente pela Contratada, sem quaisquer ônus para a Contratante.

5.4- Os produtos a serem fornecidos devem ser livres de impurezas, estando sujeitos ao controle de qualidade do Contratante diretamente ou por intermédio de terceiros, durante toda a execução do Contrato, sendo rejeitados os produtos não aprovados ou que se apresentarem impróprios para o consumo, os quais deverão ser imediatamente substituídos pelo fornecedor, sem qualquer custo adicional.

5.5- A Contratada, mesmo não sendo a fabricante da matéria-prima empregada na fabricação de seu produto, responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade deste, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta.

5.6- O aceite do(s) produto(s) pela Contratante, não exclui a responsabilidade civil da Contratada por vícios de quantidade ou qualidade do produto ou disparidade com as especificações técnicas exigidas no edital ou atribuídas pela Contratada, verificados posteriormente, garantindo-se à Contratante as faculdades previstas no artigo



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

18, da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

5.7– O(s) objeto(s) cotado(s) deverá(ão) atender a legislação a ele(s) pertinente(s).

5.8– As quantidades licitadas são estimativas, podendo a contratante requisitar quantidades maiores ou menores conforme a efetiva necessidade, respeitando-se os limites da Lei.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO/ALTERAÇÃO

6.1-O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de 6 (seis) meses, com início na data de sua assinatura;

6.2-O contrato poderá ser acrescido ou suprimido em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA ALTERAÇÃO DOS PREÇOS

7.1 - Os preços contratados não serão alterados.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

8.1- A rescisão do Contrato poderá ser efetuada conforme determina o artigo 79 e acarretar as consequências previstas no artigo 80, pelos motivos previstos nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8666/93 e alterações posteriores.

8.2- O Presente Contrato poderá ser rescindido a critério da CONTRATANTE, sem que à Contratada caiba qualquer indenização, ou, reclamação, nos seguintes casos:

8.2.1- Inobservância das especificações acordadas e/ou rejeição dos serviços prestados;

8.2.2- Inadimplência de qualquer cláusula contratual e/ou da proposta ofertada;

8.2.3- Falência, liquidação judicial ou extrajudicial, concordata preventiva da fornecedora, requeridas, homologadas ou decretadas;

8.2.4- A Contratada, reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa, prevista no art 77, da Lei 8.666/93, bem como Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, no Decreto Estadual nº 2.617, de 16 de setembro de 2009.

CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO

9.1- A fiscalização do contrato será exercida por um representante da CONTRATANTE, indicado pela unidade e identificado no contrato/ata, a quem competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato;

UNIDADE	FUNÇÃO	NOME	MATRÍCULA
GEREB	GESTOR	Paulo C Brentano Jr	671.389.0.2
GEREB	FISCAL	Alexandre de Souza	360382 -2 -01

9.2- A CONTRATANTE se reserva o direito de rejeitar no todo ou em parte os produtos entregues, se em desacordo com o contrato;

9.3- A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui, nem reduz, a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, resultante de imperfeições técnicas ou utilização de material de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implicará a responsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos. (Art. 70 da lei 8.666/93).

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES E SANÇÕES

10.1- As empresas que não cumprirem as obrigações assumidas na fase licitatória e/ou de execução do contrato estão sujeitas às seguintes sanções:

a) advertência;

b) multa;

c) suspensão temporária, não superior a 5 (cinco) anos, na modalidade de pregão, e não superior a 2 (dois) anos para as demais modalidades, aplicada segundo a natureza e a gravidade da falta cometida; e

d) declaração de inidoneidade para licitar com a Administração Pública;

10.2- A advertência será emitida pela Administração, quando o contratado descumprir qualquer obrigação;



**ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

10.3- A multa será imposta à contratada pelo atraso injustificado na entrega ou execução do contrato, de acordo com as alíquotas a seguir:

a) 0,33 % (zero, trinta e três por cento) por dia de atraso, na entrega do objeto ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9% (nove, nove por cento); 10 % (dez por cento) em caso de não entrega do objeto ou não conclusão do serviço ou rescisão do contrato por culpa da contratada, calculado sobre a parte inadimplente;

b) até 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega;

10.3.1- O valor da multa e/ou custas de depósito será deduzido dos créditos ou garantias da empresa, ou cobrado administrativamente ou judicialmente;

10.3.2- Sempre que a multa ultrapassar os créditos da contratada e/ou garantias, o valor excedente será encaminhado à cobrança extrajudicial ou judicial;

10.3.3- O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do serviço;

10.3.4- A multa será aplicada quando o atraso for superior a cinco dias;

10.3.5- A aplicação da multa não impede que sejam aplicadas outras penalidades;

10.4- A suspensão impossibilitará a participação da empresa em licitações e/ou contratos, ficando suspenso o seu registro cadastral no Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina/SEA, de acordo com os prazos a seguir:

a) por até 30 (trinta) dias, quando aplicada a pena de advertência emitida pela Administração e a empresa permanecer inadimplente;

b) por até 90 (noventa) dias, quando a empresa interessada solicitar cancelamento da proposta após a abertura e antes do resultado do julgamento;

c) por até 12 (doze) meses, quando a empresa adjudicada se recusar a retirar a autorização de fornecimento ou assinar o contrato;

d) por até 12 (doze) meses, quando a empresa adjudicada motivar a rescisão total ou parcial da autorização de fornecimento e/ou do contrato;

e) por até 12 (doze) meses, quando a empresa praticar atos que claramente visem à frustração dos objetivos da licitação;

f) por até 24 (vinte e quatro) meses, quando a empresa apresentar documentos fraudulentos nas licitações;

g) por até 5 (cinco) anos quando, na modalidade de pregão, a fornecedora convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, que não celebrar o contrato, que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, que ensejar o retardamento da execução de seu objeto, que não mantiver a proposta, que falhar ou fraudar na execução do contrato, que se comportar de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios; e

h) até a realização do pagamento, quando a empresa receber qualquer das multas previstas no item anterior.

10.4.1- A penalidade de suspensão aplicada pela Administração, publicada no Diário Oficial do Estado, implicará na suspensão da fornecedora junto ao Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina/SEA;

10.4.2- A suspensão do direito de licitar poderá ser ampliada até o dobro, em caso de reincidência;

10.5- A declaração de inidoneidade será aplicada pelo Secretário de Estado da Administração – SEA;

10.5.1- A declaração de inidoneidade permanecerá em vigor enquanto perdurarem os motivos que determinaram a punibilidade ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que a aplicou;

10.5.2- A declaração de inidoneidade terá seus efeitos extensivos a toda Administração Pública;

10.6- As empresas que apresentarem documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados, ou que por quaisquer outros meios praticarem atos irregulares ou ilegalidades para obtenção do registro no Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina/SEA, estarão sujeitas às seguintes penalidades:

a) suspensão temporária do Certificado de Cadastro de Fornecedores - CCF ou da obtenção do registro, por até 5 (cinco) anos na modalidade de pregão e até 2 (dois) anos para as demais modalidades, dependendo da natureza e gravidade dos fatos; e

b) declaração de inidoneidade, nos termos do artigo anterior.

10.7- As sanções previstas neste edital poderão também ser aplicadas às empresas ou profissionais que:

a) tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;



**ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

b) e tenham praticado atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;

10.8- Compete à Assessoria Jurídica da SES/SUC, após análise a indicação das penalidades previstas neste edital e legislação vigente, cuja aplicação dependerá da homologação da autoridade competente do órgão ou entidade;

10.9- É facultado à interessada interpor recurso contra a aplicação das penalidades previstas neste edital, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, que será dirigido à autoridade competente do órgão ou entidade;

10.10- As penalidades aplicadas serão registradas na Secretaria de Estado da Administração/ Diretoria de Gestão de Materiais e Serviços – DGMS, no Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina/SEA;

10.10.1- Homologadas e publicadas as penalidades, a Administração as encaminhará ao Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina/ SEA, para registro.

PARÁGRAFO ÚNICO - As multas pecuniárias aqui estabelecidas serão recolhidas na Tesouraria da Secretaria de Estado da Saúde, situada no 9º (nono) andar, na Rua Esteves Júnior, 160, Centro, Florianópolis, SC.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PRÁTICAS FRAUDULENTAS E DE CORRUPÇÃO

11.1 - As partes, por seus agentes públicos ou por seus sócios, acionistas, administradores e colaboradores:

I – declaram que têm conhecimento das normas previstas na legislação, entre as quais nas Leis nºs 8.429/1992 e 12.846/2013, seus regulamentos e eventuais outras aplicáveis;

II – comprometem-se em não adotar práticas ou procedimentos que se enquadrem nas hipóteses previstas nas leis e regulamentos mencionados no inciso anterior e se comprometem em exigir o mesmo pelos terceiros por elas contratados;

III – comprometem-se em notificar à Controladoria-Geral do Estado qualquer irregularidade que tiverem conhecimento acerca da execução do contrato;

IV – declaram que têm ciência que a violação de qualquer das obrigações previstas na Instrução Normativa conjunta CGE/SEA nº 01/2020, além de outras, é causa para a rescisão unilateral do contrato, sem prejuízo da cobrança das perdas e danos, inclusive danos potenciais, causados à parte inocente e das multas pactuadas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

12.1- A Contratada não poderá subcontratar, ceder ou transferir total ou parcialmente o objeto do contrato a terceiros ou a eles associar-se sem prévia autorização da Contratante sob pena da imediata rescisão do contrato e demais sanções aplicáveis Lei Federal nº 8666/93.

12.2- Farão parte integrante deste contrato todos os elementos apresentados pela licitante vencedora que tenham servido de base à presente licitação, bem como, as condições estabelecidas neste Edital e Anexos.

12.3- No caso de recusa ou demora no atendimento a qualquer reclamação independente das sanções cabíveis, a CONTRATANTE poderá confiar a outrem a execução do contrato, descontando o seu custo de uma só vez, no primeiro pagamento a ser feito, sem que a em presa vencedora possa impugnar o seu valor.

12.4- A tolerância de qualquer das partes, relativa às infrações cometidas contra disposições deste Contrato, não exime o infrator de ver exigido, a qualquer tempo, seu cumprimento integral.

12.5- A Contratada se obriga a manter as condições de habilitação e qualificação durante a vigência deste contrato, sob pena da aplicação do disposto na Cláusula Décima;

12.6- O presente contrato é regido pela pelo Decreto Estadual nº 2.617, de 16 de setembro de 2009, pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações e pela Lei Federal nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020;

12.7- Fica eleito o Foro da Comarca de Florianópolis, Capital do Estado de Santa Catarina, para dirimir eventuais litígios oriundos do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento .

Florianópolis (SC), 11 de maio de 2021.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

[Assinado digitalmente]

Edinei Carlos da Silva
Superintendente de Gestão Administrativa E.E.
CONTRATANTE

Luiz Marcelo Albernaz Cordeiro
Medclean Comercial Ltda
CONTRATADA

[Assinado digitalmente]

Gerência de Bens Regulares -GEBER
GESTOR



ANEXO I

DETALHAMENTO DO OBJETO

1 – PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

Item	Código	Descrição	Quantidade solicitada	Entrega
1	009610175	Avental para procedimentos, descartável, confeccionado de não tecido para artigos de uso odonto-médico-hospitalar, impermeável. Com largura mínima de 160 cm e altura mínima de 120cm ,medindo-se na parte posterior da peça do decote até a barra inferior. Gramatura no mínima 50g/m2. Manga longa com punho em malha canelada ou elástico. Sistema de ajuste com transpassenas costas e fixação através de amarrilhos costurados nas costas (altura do pescoço) e na cintura. Apresentar laudo de Eficiência de Filtração Bacteriana (BFE) conforme ABNT 14873 /2002 e Eficiência de Filtração Viral (VFE), do Produto ACABADO. Estar embalado individualmente. Atender as Normas Técnica ABNT NBR 14873:2002 – ABNT NBR 10993:2013 E ABNT NBR 16693:2018. Apresentar Registro ANVISA.	90.000	Entrega em 3 parcelas mensais com consumo estimado para 90 dias

1.1 – A contratação se dará por meio da emissão de contrato de fornecimento, consoante modelo do Anexo II deste edital;

1.2 - Para autorizar a entrega dos materiais a SES emitirá uma Autorização de Fornecimento (AF);

1.3 – O prazo de entrega do objeto será de até 10 (dez) dias após o recebimento da Ordem de Fornecimento;

1.4 – A entrega será efetuada conforme condições do instrumento de contratação para:

SIGLA UNIDADE ENDEREÇO

SIGLA	UNIDADE	ENDEREÇO
SES	SES/GEBER	Rua Judite Melo dos Santos, 258, galpão 06, bairro Nova São José -Área Industrial, São José/SC

2 – REQUISITOS DA PROPOSTA

2.1 – Quando se tratar de material com prazo de validade, estes não poderão estar com a validade inferior a 75% do seu prazo total de validade.

2.2 – A embalagem deverá estar integra, livre de impurezas e em perfeitas condições de utilização.

2.3 - O objeto não será aceito caso não seja transportado e entregue de maneira correta, respeitando as recomendações do fabricante e autoridades sanitárias.



Código para verificação: **Y5Q4X73J**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ **LUIZ MARCELO ALBERNAZ CORDEIRO** (CPF: 001.XXX.970-XX) em 20/05/2021 às 11:38:57
Emitido por: "AC SAFEWEB RFB v5", emitido em 06/12/2019 - 11:00:05 e válido até 06/12/2022 - 11:00:05.
(Assinatura ICP-Brasil)

✓ **PAULO CARLOS BRENTANO JUNIOR** em 20/05/2021 às 14:38:37
Emitido por: "SGP-e", emitido em 13/07/2018 - 14:56:49 e válido até 13/07/2118 - 14:56:49.
(Assinatura do sistema)

✓ **ANDRÉ MOTTA RIBEIRO** em 26/05/2021 às 05:16:26
Emitido por: "SGP-e", emitido em 13/05/2021 - 18:41:36 e válido até 13/05/2121 - 18:41:36.
(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U0VTXzcwNTIfMDAwMzYyNjRfMzY4NTdfMjAyMV9ZNVE0WDczSg==> ou o site <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SES 00036264/2021** e o código **Y5Q4X73J** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

ERRATA

Contrato nº: 260/2021.

Assunto: Campo assinatura da contratante

Processo SES 36264/2021

Edital: 1235/2021

Empresa: Medclean Comercial Ltda

ONDE SE LÊ:

Representada por: Superintendente de Gestão Administrativa

[Assinado digitalmente]

Edinei Carlos da Silva

Superintendente de Gestão Administrativa E.E.

CONTRATANTE

LEIA-SE:

Representada por: Secretário de Estado da Saúde

[Assinado digitalmente]

André Motta Ribeiro

Secretário de Estado da Saúde

CONTRATANTE

Florianópolis, 24 de maio de 2021.

[Assinado digitalmente]

Cláudia de Lucca Matheus Rocha

Diretora de Licitações e Contratos



Código para verificação: **6WH8P7E0**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



CLÁUDIA DE LUCCA MATHEUS ROCHA em 24/05/2021 às 15:34:52

Emitido por: "SGP-e", emitido em 13/07/2018 - 13:32:25 e válido até 13/07/2118 - 13:32:25.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U0VTXzcwNTIfMDAwMzYyNjRfMzY4NTdfMjAyMV82V0g4UDdFMA==> ou o site <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SES 00036264/2021** e o código **6WH8P7E0** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.

SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE
EXTRATO DE CONTRATO DA LICITAÇÃO **CC 008/2015/SEA**.
DÉCIMO SEXTO Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços
PJ. 072/2015. Contratante: SIE. **Contratada:** ONSEG – Serviços de
Vigilância e Segurança LTDA. **Objeto:** Acréscimo de valor em razão
do reajuste dos preços, referentes ao Montante “A” com acréscimo
mensal de R\$ 13.605,68 (treze mil, seiscentos e cinco reais e sessenta
e oito centavos), a ser concedido a partir de 01/02/2021. **Funda-**
mentação Legal: §8º do art. 65, da Lei nº 8.666/93, c/c Parágrafo
Sexto, da Cláusula Segunda do Contrato em questão. **Local e data:**
Florianópolis, 09/06/2021. **Signatários:** Secretário Thiago Augusto
Vieira, pela SIE e os Srs. Adriano Alves Klein e Juliano Costa da
Silva, pela Contratada. **GGG: 2021AS004529**.
Cod. Mat.: 744350

SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE
EXTRATO DE CONTRATO DA LICITAÇÃO **INEXIGIBILIDADE**
072/2021
CT.079/2021. Objeto: Subvenção dos serviços de navegação interior
de travessia operados no Rio Itajaí – Açu, para assegurar gratuidade
aos pedestres e ciclistas que trabalham e/ou estudem no município
de Itajaí e residam no município de Navegantes, e vice-versa, me-
diante a concessão de “Passe Livre”. **Vencedora:** Navegação Santa
Catarina LTDA. **Valor:** R\$ 2.650.000,00 (dois milhões e seiscentos e
cinquenta mil reais). **Prazo:** 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias.
Local e Data: Florianópolis, 10/06/2021. **Signatários:** Secretário
Thiago Augusto Vieira, pela SIE e o Sr. José Manoel Reiser, pela
Contratada. **GGG: 2021AS005731**.
Cod. Mat.: 744484

SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE
EXTRATO DE CONTRATO DA LICITAÇÃO **CC 024/2018**
RESCISÃO AMIGÁVEL do Contrato **PJ.001/2019. Objeto do**
Contrato: Execução de passarela para pedestres localizada no Km
5+270 da SCT-486, trecho: BR-101 – BRUSQUE, com 213 metros
de extensão. **Contratante:** SIE. **Contratada:** DECC Construções
LTDA. **Fundamentação Legal:** Art. 79, inciso II, §2º da Lei Federal
nº 8.666/93. **Local e Data da Rescisão:** Florianópolis, 09/06/2021.
Signatários: Secretário Thiago Augusto Vieira, pela SIE e o Sr. Tirlei
Lermen, pela Contratada. **GGG: 2021AS005717**.
Cod. Mat.: 744428

A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES, torna Público: Pro-
cesso SES 98293/2020 - **CONTRATO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA**
E GARANTIA Nº 283/2021 - OF 586/2021 - Edital PE 0698/2021.
Vigência: Este contrato estará em vigor pelo período de dura-
ção da garantia dos bens e suas eventuais restituições. Objeto:
A aquisição de equipamentos hospitalares para a Maternidade
Carmela Dutra (MCD). Valor R\$ 72.600,00. Contratada: CIRÚRGICA
FLORIANÓPOLIS COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES
LTDA. CNPJ: 11.754.622/0001-21. CIG 2021SO004505.
Cod. Mat.: 744455

ERRATA

Contrato nº 283/2021 - Contrato de Assistência Técnica e Garantia
Assunto: Correção do endereço no campo local de instalação no
Anexo I-A e do nome do representante legal da Contratada.
Processo SES 98293/2020
Contratada: Cirúrgica Florianópolis Comércio de Materiais Hos-
pitalares Ltda.

ONDE SE LÊ:

LOCAL DE INSTALAÇÃO
Maternidade Carmela Dutra (MCD)
Rua Xavier Arp, s/nº
Boa Vista – Joinville – SC
Telefone: (47) 3461 5500

Representada por: Luiz Bicudo

Luiz Bicudo
Cirúrgica Florianópolis Comércio
de Materiais Hospitalares Ltda.
CONTRATADA

LEIA-SE:

LOCAL DE INSTALAÇÃO
Maternidade Carmela Dutra (MCD)
Rua Irmã Benwarda, 208
Centro – Florianópolis – SC
Telefone: (48) 3251-7500

Representada por: Eduardo Baratieri Losso

Eduardo Baratieri Losso
Cirúrgica Florianópolis Comércio
de Materiais Hospitalares Ltda.
CONTRATADA

Florianópolis, 08 de junho de 2021.

[Assinado digitalmente]

Cláudia de Lucca Matheus Rocha

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES: **ATA 1039/2021**
PSES 49520/2021 – PE 1004/2021. Empresa: **Cristália Produtos**
Químicos e Farmacêuticos Ltda. Objeto: Medicamentos – GEJUD.
Valor total R\$ 952,08. Inteiro teor: www.sgpe.sea.sc.gov.br.
Cod. Mat.: 744541

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES: **ATA 1041/2021**
PSES 49520/2021 – PE 1004/2021. Empresa: **Promefarma**
Medicamentos e Produtos Hospitalares Ltda. Objeto: Medi-
camentos – GEJUD. Valor total R\$ 115.757,76. Inteiro teor: www.
sgpe.sea.sc.gov.br.
Cod. Mat.: 744542

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES: **ATA 1046/2021**
PSES 171932/2020 – PE 280/2021. Empresa: **Viva Care Material**
Médico Hospitalar Ltda ME. Objeto: Materiais de enfermagem e
cirurgia – GEBER. Valor total R\$ 24.623,76. Inteiro teor: www.
sgpe.sea.sc.gov.br.
Cod. Mat.: 744543

A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES torna público: Errata
Contrato 078/2021. Processo SES139698/2019. Empresa: Sepat
Multi Service Ltda CNPJ: 03.750.757/0001-90. Assunto: Correção
do número do Processo SES – Preâmbulo ONDE SE LÊ: Processo
SES 139896/2019. LEIA-SE: Processo SES 139698/2019.
Cod. Mat.: 744624

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES: **ATA 1048/2021**
PSES 154806/2020 – PE 3121/2020. Empresa: **Zityz do Brasil**
Comércio e Serviços Ltda ME. Objeto: Materiais de higiene e
limpeza – GEBER. Valor total R\$ 6.549,12. Inteiro teor: www.sgpe.
sea.sc.gov.br.
Cod. Mat.: 744557

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES: **1º Termo Aditivo** –
PSES 81002/2021 - Acréscimo de 25% no quantitativo do item 12
- **ATA nº 1620/2020** – PE 1356/2020 – PSES 66201/2020. Empresa:
Licimed Distribuidora de Medicamentos, Correlatos e Produtos
Médicos e Hospitalares Ltda. Valor Aditado: R\$ 4.608,00. Inteiro
teor: www.sgpe.sea.sc.gov.br
Cod. Mat.: 744559

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES: **ATA 1036/2021**
PSES 52500/21 – PE 953/21. Empresa: **Citopharma Manipula-**
ção de Medicamentos Especiais Ltda. Objeto: Medicamentos
Manipulados – GEJUD. Valor total R\$ 7.980,00. Inteiro teor: www.
sgpe.sea.sc.gov.br.
Cod. Mat.: 744561

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES: **1º Termo Aditivo**
– PSES 81007/2021 – Acréscimo de 25% no quantitativo do item
19 – **ATA 1289/2020** – PE 1271/2020 – PSES 62724/20 Empresa:
Soma/SC Produtos Hospitalares Ltda. Valor Aditado: R\$ 256,20.
Inteiro teor: www.sgpe.sea.sc.gov.br.
Cod. Mat.: 744568

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FUNDO ESTADUAL DA
SAÚDE torna público o seguinte Contrato: CONTRATANTE: Secre-
taria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde, representado
pela Secretária de Estado da Saúde Carmen Emilia Bonfá Zanotto.
Contrato 142/2019. Contratada: F Sigma Construtora Eireli - Ob-
jeto: 5º Termo Aditivo de prazo de 60(sessenta) dias. ref. Obra
e Manutenção Predial – Reforma da Unidade de Nutrição e
Dietética do HGCR - nova data 15/08/2021.
Cod. Mat.: 744303

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FUNDO ESTADUAL DA
SAÚDE torna público o seguinte Contrato: CONTRATANTE: Secre-
taria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde, representado
pelo Secretário de Estado da Saúde Andre Motta Ribeiro. Contrato
182/2020. Contratada: Stop Fire Soluções Contra Incêndio e
Equipamento de Segurança Eireli - EPP- Objeto: 3º Termo Aditivo
de Valor. ref. Contratação de obra de instalação de sistemas
vitais (preventivo contra incêndio) para MCD - valor R\$ 57.410,64
Cod. Mat.: 744304

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FUNDO ESTADUAL DA
SAÚDE torna público o Seguinte Termo Aditivo: CONTRATAN-
TE: Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde,
representada pelo Secretário de Estado da Saúde Andre Motta
Ribeiro. Objeto: 5º termo aditivo de valor ao contrato 650/2019,
celebrado entre a empresa Requered Construções Ltda. - ME. Ref.:
Contratação de obra e manutenção predial - reforma da sala do
tratado: Centro de Informática

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE torna público o seguinte
Contrato: CONTRATANTE: Secretaria de Estado da Saúde/Florianópolis
Contrato 243/2019. Contratada: [Redigido] Ltda Objeto: 4º Termo Aditivo de
de Projetos de Prevenção de Contr o IPQ. Nova Data: 30.07..2021.

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE torna público o seguinte
Contrato: CONTRATANTE: SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FLORIANÓPOLIS
CONVÊNIOS LTDA ME. Objeto: fonoaudiologia. PSES 139799/2019
cial. Rescisão a partir de 19/06/2021 de processo licitatório.

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE torna público o seguinte
Contrato: PSES 166707/20 – PE 256/21. Empresa: [Redigido]
Hospitalar Ltda. Objeto: Material BER. Valor total R\$ 3.360,00. Inteiro

A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES torna público: Errata
Contrato 260/2021. Processo SES139698/2019. Empresa: Sepat
Multi Service Ltda CNPJ: 03.750.757/0001-90. Assunto: Correção
do número do Processo SES – Preâmbulo ONDE SE LÊ: Processo
SES 139896/2019. LEIA-SE: Processo SES 139698/2019.
Cod. Mat.: 744624

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES torna público: Errata
Contrato 260/2021. Processo SES139698/2019. Empresa: Sepat
Multi Service Ltda CNPJ: 03.750.757/0001-90. Assunto: Correção
do número do Processo SES – Preâmbulo ONDE SE LÊ: Processo
SES 139896/2019. LEIA-SE: Processo SES 139698/2019.
Cod. Mat.: 744624

POLÍCIA CIVIL

EXTRATO DE CONTRATO

Contratante: Fundo de Melhorias Orçamentário: 33.90.30.16 Suba-
AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Origem: Pregão Eletrônico nº 0921640-5-01, conforme Port
de 07.06.2021. Processo SGP-e
GGG 2021AS005025.

POLÍCIA CIVIL

EXTRATO DE CONTRATO

Contratante: Fundo de Melhorias Orçamentário: 33.90.30.39 Suba-
AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO
Origem: Pregão Eletrônico nº 0921640-5-01, conforme Port
de 07.06.2021. Processo SGP-e
GGG 2021AS005492.

INSTITUTO GERAL DE PERÍCIAS

ADITIVO
1º Termo Aditivo ao Contrato nº IGP/2021. Objeto do contrato: p
Integrada de Conectividade (GC
do Instituto Geral de Perícias de s
inclusão de um perfil nível N4 (10
qual será instalado no data cente
Andriani, nº 327, Itacorubi – Flori
demais cláusulas em vigor. Nov
55.410,32 (cinquenta e cinco m
trinta e dois centavos). Unidade
da despesa: 33.90.40.32. Suba-
Contratante: Fundo de Melhorias
tratado: Centro de Informática



TERMO DE REFERÊNCIA (TR)
Pses 38351/2021

1. OBJETO:

1.1. Aquisição Emergencial de Materiais de Enfermaria e Cirurgia - EPI S relacionados ao enfrentamento da pandemia de COVID-19 - Luvas de Procedimentos para abastecimento das unidades da SES/SC, através do almoxarifado central, GEBER.

1.2. Especificação do objeto consta no quadro a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO ITEM	REQUISIÇÃO	ESTIMATIVA DE CONSUMO (MESES)
009598003	Luva de procedimento descartável, tamanho grande (G) confeccionada em látex natural, íntegro e uniforme, formato anatômico, ambidestra, lubrificada com material bioabsorvível, atóxico, não estéril, resistente a tração, descartável, uso único, levemente entalcada, selo de conformidade, embalada em caixas, contendo dados de identificação, procedência validade, número do lote, as luvas devem ser armazenadas e transportadas em condições que evitem a possibilidade de afetar a integridade, em especial: calor, umidade, luz. Em conformidade a RDC nº 55 de 04 de novembro de 2011, portaria nº 332, de 26 de julho de 2012 e portaria nº 451, de 31 de agosto de 2012. Apresentar certificado de aprovação MTE.	1606/2021	Entrega em 3 parcelas mensais com consumo estimado para 90 dias.
009598002	Luva de procedimento descartável, tamanho médio (M) confeccionada em látex natural, íntegro e uniforme, formato anatômico, ambidestra, lubrificada com material bioabsorvível, atóxico, não estéril, resistente a tração, descartável, uso único, levemente entalcada, selo de conformidade, embalada em caixas, contendo dados de identificação, procedência validade, número do lote, as luvas devem ser armazenadas e transportadas em condições que evitem a possibilidade de afetar a integridade, em especial: calor, umidade, luz. Em conformidade a RDC nº 55 de 04 de novembro de 2011, portaria nº 332, de 26 de julho de 2012 e portaria nº 451, de 31 de agosto de 2012. Apresentar certificado de aprovação MTE..	1606/2021	Entrega em 3 parcelas mensais com consumo estimado para 90 dias.
009598001	Luva de procedimento descartável, tamanho pequeno (P) confeccionada em látex natural, íntegro e uniforme, formato anatômico, ambidestra, lubrificada com material bioabsorvível, atóxico, não estéril, resistente a tração, descartável, uso único, levemente entalcada, selo de conformidade, embalada em caixas contendo dados de identificação, validade, número do lote. As luvas devem ser	1606/2021	Entrega em 3 parcelas mensais com

1/5

	armazenadas e transportadas em condições que evitem a possibilidade de afetar a integridade, em especial: calor, umidade, luz. Em conformidade a RDC nº 55 de 04 de novembro de 2011, portaria nº 332, de 26 de julho de 2012 e portaria nº 451, de 31 de agosto de 2012. Apresentar certificado de aprovação no MTE.		consumo estimado para 90 dias.
--	---	--	--------------------------------

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA AQUISIÇÃO:

Trata-se de compra emergencial de luvas de látex com talco, para o abastecimento das unidades da SES para o enfrentamento da pandemia de COVID-19. Salienta-se que se encontra em processo de compras itens semelhantes sem talco, onde, optou-se pela compra destes itens talcados devido a escassez de produtos no mercado. Os estoques atuais das unidades próprias da SES/SC é crítico, sendo que atualmente não há disponível contrato ou ata de registro de preços vigente para o abastecimento.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 3.1 O compromisso será firmado por meio de contrato de fornecimento com entrega parcelada;
- 3.2 O prazo de entrega será de 10 dias após a emissão e empenho da autorização de fornecimento.
- 3.3 O recebimento do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

4 CRITERIOS DE ACEITABILIDADE DA PROPOSTA:

- 4.1. A licitante vencedora deverá enviar por meio eletrônico, nos prazos e condições indicados pelo edital, proposta atualizada contendo o valor final, e o descritivo completo do item cotado, apresentando para este:
 - a) marca/fabricante;
 - b) nome comercial;
 - c) apresentação;
 - d) país de origem do produto;
 - e) Certificado de Registro do Produto junto ao Ministério da Saúde (MS) ou sua publicação no Diário Oficial da União referência do produto;
 - f) Caso o item cotado seja isento do Certificado de Registro do Produto junto ao MS/ANVISA, a licitante deverá apresentar Certificado de Isenção junto ao MS ou sua publicação no Diário Oficial da União;
 - g) Caso o Certificado de Registro do Produto junto ao MS/ANVISA esteja vencido, a licitante deverá apresentar, juntamente com este, o último pedido de revalidação (formulário de petição nº 2) do MS;
 - h) Apresentar declaração, caso o item cotado não seja classificado pelo MS/ANVISA, ficando sujeita as sanções cabíveis, no caso de falsidade de sua declaração;
 - i) se aplicável, a referência do produto.
- 4.2. O licitante deverá apresentar Alvará sanitário e Autorização de funcionamento da

2/5

ANVISA vigente de acordo com o produto ofertado.

5 CRITERIOS DE ACEITABILIDADE DO OBJETO:

- 5.1 O objeto deverá estar de acordo com as especificações do edital.
- 5.2 O objeto deverá estar com no mínimo 75% do prazo de validade.
- 5.3 A embalagem deverá estar íntegra, livre de impurezas e em perfeitas condições de utilização.
- 5.4 O objeto não será aceito caso não seja transportado e entregue de maneira correta, respeitando as recomendações do fabricante e autoridades sanitárias.

6. DA ESTIMATIVA

6.1 Orçamentos:

Os orçamentos foram estimados conforme planilha de precificação anexa.

7. DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:

Conforme deliberação da GPLAN.

8. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO:

8.1 PAGAMENTO:

1. A Secretaria de Estado da Saúde efetuará o pagamento em 30 (trinta) dias após o recebimento e aceite do material com a respectiva Nota Fiscal/Fatura ou documento legalmente equivalente, observado o cumprimento integral das disposições contidas neste edital;
2. Caso o vencimento do prazo de pagamento da Nota Fiscal/Fatura ocorra fora do calendário semanal ou de expediente bancário, o pagamento será efetuado na próxima data do calendário, imediatamente posterior ao vencimento, não incidindo qualquer compensação financeira neste período;
3. A empresa deverá mencionar na respectiva Nota Fiscal/Fatura informações sobre o produto, tais como: a MARCA sob o qual o mesmo é comercializado, Fabricante, Apresentação, País de Origem, o número Certificado de Registro do Produto junto ao Ministério da Saúde, o número do lote e o prazo de validade do produto. Além de mencionar o número do Contrato, o número da Licitação, do Processo PSES e da Autorização de Fornecimento;
4. Também será obrigatório que a empresa mencione na Nota Fiscal/Fatura os seguintes dados bancários para pagamento: número do banco, número da agência com dígito, número da conta corrente com dígito.

8.2 SANÇÕES CONTRATUAIS:

1. As empresas que não cumprirem as obrigações assumidas na fase licitatória e/ou de execução do contrato estão sujeitas às seguintes sanções:
 - a) advertência;
 - b) multa;
 - c) suspensão temporária, não superior a 5 (cinco) anos, na modalidade de pregão, e não superior a 2 (dois) anos para as demais modalidades, aplicada segundo a natureza e a gravidade da falta cometida; e
 - d) declaração de inidoneidade para licitar com a Administração Pública;
2. A advertência será emitida pela Administração, quando o contratado descumprir qualquer obrigação;
3. A multa será imposta à contratada pelo atraso injustificado na entrega ou execução do contrato, de acordo com as alíquotas a seguir:

3/5

- a) 0,33 % (zero, trinta e três por cento) por dia de atraso, na entrega do objeto ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9% (nove, nove por cento);
- b) 10 % (dez por cento) em caso de não entrega do objeto ou não conclusão do serviço ou rescisão do contrato por culpa da contratada, calculado sobre a parte inadimplente;
- c) até 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega;
4. O valor da multa e/ou custas de depósito será deduzido dos créditos ou garantias da empresa, ou cobrado administrativa ou judicialmente;
 5. Sempre que a multa ultrapassar os créditos da contratada e/ou garantias, o valor excedente será encaminhado à cobrança extrajudicial ou judicial;
 6. O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do serviço;
 7. A multa será aplicada quando o atraso for superior a cinco dias;
 8. A aplicação da multa não impede que sejam aplicadas outras penalidades;
 9. A suspensão impossibilitará a participação da empresa em licitações e/ou contratos, ficando suspenso o seu registro cadastral no Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina/SEA, de acordo com os prazos a seguir:
- a) por até 30 (trinta) dias, quando aplicada a pena de advertência emitida pela Administração e a empresa permanecer inadimplente;
- b) por até 90 (noventa) dias, quando a empresa interessada solicitar cancelamento da proposta após a abertura e antes do resultado do julgamento;
- c) por até 12 (doze) meses, quando a empresa adjudicada se recusar a retirar a autorização de fornecimento ou assinar o contrato;
- d) por até 12 (doze) meses, quando a empresa adjudicada motivar a rescisão total ou parcial da autorização de fornecimento e/ou do contrato;
- e) por até 12 (doze) meses, quando a empresa praticar atos que claramente visem à frustração dos objetivos da licitação;
- f) por até 24 (vinte e quatro) meses, quando a empresa apresentar documentos fraudulentos nas licitações;
- g) por até 5 (cinco) anos quando, na modalidade de pregão, a fornecedora convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, que não celebrar o contrato, que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, que ensejar o retardamento da execução de seu objeto, que não mantiver a proposta, que falhar ou fraudar na execução do contrato, que se comportar de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios; e
- h) até a realização do pagamento, quando a empresa receber qualquer das multas previstas no item anterior;
10. A penalidade de suspensão aplicada pela Administração, publicada no Diário Oficial do Estado, implicará na suspensão da fornecedora junto ao Cadastro Geral de
 11. A suspensão do direito de licitar poderá ser ampliada até o dobro, em caso de reincidência;
 12. A declaração de inidoneidade será aplicada pelo Secretário de Estado da Administração – SEA;
 13. A declaração de inidoneidade permanecerá em vigor enquanto perdurarem os motivos que determinaram a punibilidade ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que a aplicou;
 14. A declaração de inidoneidade terá seus efeitos extensivos a toda

Administração Pública;

15. As empresas que apresentarem documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados, ou que por quaisquer outros meios praticarem atos irregulares ou ilegalidades para obtenção do registro no Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina/SEA, estarão sujeitas às seguintes penalidades:

- a) suspensão temporária do Certificado de Cadastro de Fornecedores - CCF ou da obtenção do registro, por até 5 (cinco) anos na modalidade de pregão e até 2 (dois) anos para as demais modalidades, dependendo da natureza e gravidade dos fatos; e
- b) declaração de inidoneidade, nos termos do artigo anterior.

16. As sanções previstas neste edital poderão também ser aplicadas às empresas ou profissionais que:

- a) tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos; e
- b) tenham praticado atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;

17. Compete à Assessoria Jurídica da SES/SGA, após análise a indicação das penalidades previstas neste edital e legislação vigente, cuja aplicação dependerá da homologação da autoridade competente do órgão ou entidade;

18. É facultado à interessada interpor recurso contra a aplicação das penalidades previstas neste edital, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, que será dirigido à autoridade competente do órgão ou entidade;

19. As penalidades aplicadas serão registradas na Secretaria de Estado da Administração/ Diretoria de Gestão de Licitações e Contratos – DGLC, no Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina/SEA;

20. Homologadas e publicadas as penalidades, a Administração as encaminhará ao Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina/ SEA, para registro.

9. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

9.1 Nome e matrícula do fiscal do contrato

Alexandre de Souza

9.2 GESTOR DO CONTRATO

GEBER

DATA: 10/03/2021

Red.DPGC/Edi



Código para verificação: **I2A1A4C8**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



RAFAEL ALFLEN (CPF: 026.XXX.999-XX) em 15/03/2021 às 17:58:50

Emitido por: "SGP-e", emitido em 13/07/2018 - 14:58:20 e válido até 13/07/2118 - 14:58:20.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U0VTXzcwNTIfMDAwMzgZNTFfMzg5NzZfMjAyMV9JMkExQTRDOA==> ou o site <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SES 00038351/2021** e o código **I2A1A4C8** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÕES E CONTRATAÇÕES DESTINADAS AO
ENFRENTAMENTO DA COVID19**

Portaria n. 163/2020
Site: www.portaldecompras.sc.gov.br
E-mail: cotacoescovid19@sea.sc.gov.br

**EDITAL DE COTAÇÃO DE PREÇOS Nº 0080/2021
PROCESSO SES 38351/2021**

A SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO (SEA) solicita, por meio do presente, que as pessoas físicas ou jurídicas interessadas encaminhem propostas de preços, conforme as condições estabelecidas neste edital de compra direta para aquisição na modalidade dispensa de licitação pelo critério de **MENOR PREÇO** por **ITEM**.

OBJETO: Aquisição de luvas de procedimento descartáveis, destinadas ao enfrentamento da COVID-19 para a Secretaria de Estado da Saúde, conforme especificações constantes do Anexo I.

ENTREGA DAS PROPOSTAS: até 18h do dia 22/03/2021.

1 – PROPOSTA

1.1 – A PROPOSTA deverá ser encaminhada até o prazo acima estipulado por correio eletrônico para cotacoescovid19@sea.sc.gov.br.

1.1.1 – A PROPOSTA não poderá ter emendas, rasuras ou entrelinhas; deve estar datada, conter nome ou razão social, CNPJ ou CPF, endereço completo, telefone e e-mail e deve estar assinada pelo representante legal da empresa;

1.2 – A PROPOSTA deverá conter a marca do produto ofertado, apresentação, preço unitário e total por item. Estes deverão ser em moeda nacional, computados os tributos de qualquer natureza incidentes sobre o material/serviço e a venda a ser realizada, bem como, o custo de transporte, inclusive carga e descarga, na modalidade CIF, correndo tal operação, única e exclusivamente por conta, risco e responsabilidade das empresas vencedoras. No preço cotado por item, já estarão incluídos todos os descontos oferecidos;

1.2 - A proposta, para cada item, deverá ser preenchida, conforme as especificações abaixo:

a) O preço unitário do item deverá ser expresso em reais, com no máximo 4 (quatro) casas decimais, no campo “VALOR UNITÁRIO DO ITEM”;

b) Deverá constar no campo “marca”:

I- Marca;

II – Procedência;

III – apresentação com detalhamento de cada item, necessariamente a forma de apresentação e quantidade;

IV – Nome comercial do produto cotado, laudos comprobatórios de eficiência (quando solicitados) e registro na ANVISA ou declaração de produto isento.

1.3 – A PROPOSTA deverá ter validade não inferior a 60 (sessenta) dias;

1.4 – O autor da OFERTA VENCEDORA deverá apresentar os documentos elencados abaixo:

1.4.1 – Prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

1.4.2 – Prova de regularidade fiscal para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal da sede ou domicílio da licitante, expedidas pelos órgãos abaixo relacionados:

1.4.2.1 – Da Secretaria da Receita Federal, com relação à regularidade fiscal Federal;

1.4.2.2 – Da Procuradoria da Fazenda Nacional, referente à Dívida Ativa da União;

1.4.2.3 – Da Secretaria da Fazenda Estadual, ou outro órgão competente, com relação à regularidade fiscal Estadual;

1.4.2.4 – Da Secretaria de Finanças Municipal, ou outro órgão competente, com relação à regularidade fiscal Municipal. No caso de municípios que mantêm Cadastro Mobiliário e Imobiliário separados, deverão ser apresentados os comprovantes referentes a cada um dos cadastros;

1.4.3 – Prova de regularidade relativa à Seguridade Social, fornecida pelo Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) - CND;

1.4.4 – Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) – CRS;

1.4.5 – Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

1.5 – A documentação acima elencada no item 1.4 poderá ser substituída pelo Certificado de Cadastro de Fornecedor emitido pela Diretoria de Gestão de Materiais e Serviços da Secretaria de Estado da Administração;

1.6 – Caso haja a necessidade expressa em edital de apresentação de laudos, certificados de qualidade técnica, ensaios laboratoriais e correlatos, estes devem ser apresentados em língua portuguesa ou traduzidos, acompanhados da original fonte;

1.8 – A proposta deverá cumprir os requisitos listados no Anexo I (detalhamento do objeto).

2 – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

2.1 – O CONTRATANTE efetuará o pagamento em 30 (trinta) dias após o recebimento e aceite dos bens ou serviços com a respectiva Nota Fiscal/Fatura ou documento legalmente equivalente, observado o cumprimento integral das disposições contidas neste edital;

2.2 – O fornecedor ou prestador de serviços ao Estado que optar por receber seu pagamento em outras instituições que não o Banco do Brasil, ficará responsável pelo custo da tarifa bancária referente à respectiva transferência de valores entre Bancos, uma vez que os pagamentos efetuados pelo Estado são efetuados prioritariamente pelo Banco do Brasil;

2.3 – A empresa deverá mencionar na respectiva Nota Fiscal/Fatura informações sobre o produto, tais como: a marca sob o qual o mesmo é comercializado, fabricante, além de mencionar o número da Autorização de Fornecimento, Ordem Fornecimento, Nota de empenho, Contrato ou instrumentos equivalentes;

2.4 – Também será obrigatório que a empresa mencione na Nota Fiscal/Fatura os seguintes dados bancários para pagamento: número do banco, número da agência com dígito e número da conta corrente com dígito.

3 – DISPOSIÇÕES GERAIS

3.1 – A participação na presente cotação de preços implica na aceitação integral e irrevogável de todas as condições exigidas neste edital e dos documentos que dele fazem parte, bem como na observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor;

3.2 – A presente aquisição baliza-se pelos preceitos da Lei 8.666/93 e suas alterações e Lei 13.979/20 e suas alterações;

3.3 – As empresas que não cumprirem as obrigações assumidas na Cotação de Preços e/ou na execução do objeto estão sujeitas às seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa;

III - suspensão temporária, não superior a 2 (dois) anos, aplicada segundo a natureza e a gravidade da falta cometida;

3.3.1 – A advertência é a sanção por escrito, emitida pela Administração, quando o contratado descumprir qualquer obrigação, ressalvado o disposto no § 3º do art. 11 do Decreto Estadual nº 2617/2009;

3.3.2 – A multa é a sanção pecuniária que será imposta à contratada pelo atraso injustificado na entrega ou execução do Contrato, de acordo com as alíquotas a seguir:

I - 0,33 % (zero, trinta e três por cento) por dia de atraso, na entrega do objeto ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9% (nove vírgula nove por cento);

II - 10 % (dez por cento) em caso de não entrega do objeto ou não conclusão do serviço ou rescisão do Contrato ou cancelamento da Ordem de Fornecimento/Autorização de Fornecimento por culpa da contratada, calculado sobre a parte inadimplente;

III - até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato/Ordem de Fornecimento/Autorização de Fornecimento, pelo descumprimento de qualquer cláusula, exceto prazo de entrega.

3.3.2.1 – O valor da multa e/ou custas de depósito será deduzido dos créditos ou garantias da empresa, ou cobrado administrativa ou judicialmente.

3.3.2.2 – Sempre que a multa ultrapassar os créditos da contratada e/ou garantias, o valor excedente será encaminhado à cobrança extrajudicial ou judicial.

3.3.2.3 – O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do serviço.

3.3.2.4 – A multa será aplicada quando o atraso for superior a cinco dias.

3.3.2.5 – A aplicação da multa não impede que sejam aplicadas outras sanções previstas neste Edital;

3.3.3 – A suspensão é a sanção que impossibilita a participação da empresa em licitações e/ou Contratos, ficando suspenso o seu registro cadastral no Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina, de acordo com os prazos a seguir:

I - por até 30 (trinta) dias, quando aplicada a pena de advertência emitida pela Administração e a empresa permanecer inadimplente;

II - por até 90 (noventa) dias, quando a empresa interessada solicitar cancelamento da proposta após a abertura e antes do resultado do julgamento;

III - por até 12 (doze) meses, quando a empresa adjudicada se recusar a retirar a Autorização de Fornecimento, Ordem de Fornecimento ou assinar o Contrato;

IV - por até 12 (doze) meses, quando a empresa adjudicada motivar a rescisão total ou parcial da Autorização de Fornecimento, Ordem de Fornecimento ou do Contrato;

V - por até 12 (doze) meses, quando a empresa praticar atos que claramente visem à frustração dos objetivos da Cotação de Preços;

VI - por até 24 (vinte e quatro) meses, quando a empresa apresentar documentos fraudulentos;

VII - por até 2 (dois) anos quando a fornecedora convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, que não celebrar o Contrato, que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida no edital, que ensejar o retardamento da execução de seu objeto, que não mantiver a proposta, que falhar ou fraudar na execução do Contrato, que se comportar de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios; e

VIII - até a realização do pagamento, quando a empresa receber qualquer das multas previstas no artigo anterior.

3.4 – Na apreciação das propostas poderão ser solicitadas informações complementares, amostras e/ou prospectos, a fim de obter maiores informações sobre o produto e/ou serviço ofertado, o que deverá ser providenciado no prazo estabelecido pela Gerência solicitante, sob pena de desclassificação;

3.5 – A cotadora vencedora não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto do Contrato, Ordem de Fornecimento e/ou Autorização de Fornecimento a terceiros ou a eles associar-se sem prévia autorização da contratante, sob pena de imediata rescisão do contrato e demais sanções aplicáveis, conforme Lei 8.666/93.

3.6 – Os orçamentos que compõem este processo poderão ser utilizados para aquisição dos itens caso haja vantajosidade para os órgãos participantes, interesse da empresa cotadora e atendimento aos requisitos solicitados neste Edital.

3.7 – Não poderá participar, direta ou indiretamente, desta cotação de preços servidor ou dirigente dos órgãos participantes, em conformidade com o disposto no inciso III do art. 9º da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993.

3.8 – O resultado deste edital de compra direta será disponibilizado para acompanhamento no site www.portaldecompras.sc.gov.br / <https://sgpe.sea.sc.gov.br/atendimento>

3.9 – Nos casos omissos deste edital serão adotados os prazos para a modalidade convite.

JORGE EDUARDO TASCA
Secretário de Estado da Administração

ANEXO I

DETALHAMENTO DO OBJETO

1 – PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

Item	Código	Descrição	Quantidade solicitada	Entrega
1	009598003	Luva de procedimento descartável, tamanho grande (G) confeccionada em látex natural, íntegro e uniforme, formato anatômico, ambidestra, lubrificada com material bioabsorvível, atóxico, não estéril, resistente a tração, descartável, uso único, levemente entalcada, selo de conformidade, embalada em caixas, contendo dados de identificação, procedência validade, número do lote, as luvas devem ser armazenadas e transportadas em condições que evitem a possibilidade de afetar a integridade, em especial: calor, umidade, luz. Em conformidade a RDC nº 55 de 04 de novembro de 2011, portaria nº 332, de 26 de julho de 2012 e portaria nº 451, de 31 de agosto de 2012. Apresentar certificado de aprovação MTE	420.000	Entrega em 3 parcelas mensais com consumo estimado para 90 dias
2	009598002	Luva de procedimento descartável, tamanho médio (M) confeccionada em látex natural, íntegro e uniforme, formato anatômico, ambidestra, lubrificada com material bioabsorvível, atóxico, não estéril, resistente a tração, descartável, uso único, levemente entalcada, selo de conformidade, embalada em caixas, contendo dados de identificação, procedência validade, número do lote, as luvas devem ser armazenadas e transportadas em condições que evitem a possibilidade de afetar a integridade, em especial: calor, umidade, luz. Em conformidade a RDC nº 55 de 04 de novembro de 2011, portaria nº 332, de 26 de julho de 2012 e portaria nº 451, de 31 de agosto de 2012. Apresentar certificado de aprovação MTE	1.215.000	Entrega em 3 parcelas mensais com consumo estimado para 90 dias
3	009598001	Luva de procedimento descartável, tamanho pequeno (P) confeccionada em látex natural, íntegro e uniforme, formato anatômico, ambidestra, lubrificada com material bioabsorvível, atóxico, não estéril, resistente a tração, descartável, uso único, levemente entalcada, selo de conformidade, embalada em caixas contendo dados de identificação, validade, número do lote. As luvas devem ser armazenadas e transportadas em condições que evitem a possibilidade de afetar a integridade, em especial: calor, umidade, luz. Em conformidade a RDC nº 55 de 04 de novembro de 2011, portaria nº 332, de 26 de julho de 2012 e portaria nº 451, de 31 de agosto de 2012. Apresentar certificado de aprovação no MTE	2.250.000	Entrega em 3 parcelas mensais com consumo estimado para 90 dias

1.1 – A contratação se dará por meio da emissão de contrato de fornecimento, consoante modelo do Anexo II deste edital;

1.2 - Para autorizar a entrega dos materiais a SES emitirá uma Autorização de Fornecimento (AF);

1.3 – O prazo de entrega do objeto será de até 10 (dez) dias após o recebimento da Ordem de Fornecimento;

1.4 – A entrega será efetuada conforme condições do instrumento de contratação para:

SIGLA	UNIDADE	ENDEREÇO
SES	Secretaria de Estado da Saúde	Rua Judite Melo dos Santos, 258, galpão 06, bairro Nova São José -Área Industrial, São José/SC

2 – REQUISITOS DA PROPOSTA

2.1 – Quando se tratar de material com prazo de validade, estes não poderão estar com a validade inferior a 75% do seu prazo total de validade.

2.2 – A embalagem deverá estar íntegra, livre de impurezas e em perfeitas condições de utilização.

2.3 - O objeto não será aceito caso não seja transportado e entregue de maneira correta, respeitando as recomendações do fabricante e autoridades sanitárias.

ANEXO II

MINUTA DE CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº: ____/____

Termo de Contrato de Fornecimento celebrado entre o ESTADO DE SANTA CATARINA, através da Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde e a empresa, autorizado através do Processo SES nº 38531/2021, Cotação de Preços SEA n.º 0080/2021 e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e demais legislações aplicáveis.

CONTRATANTE:	Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde
C.N.P.J. N.º:	80.673.411/0001-87c
Endereço: (sede)	Rua Esteves Júnior, 160 - Ed. Halley - Centro – Florianópolis – SC
Representada por:	

Contratada:	
C.N.P.J. N.º:	
Endereço:	
Representada por:	

GESTOR:	
Função:	
Unidade:	

FISCAL:	
Função:	
Unidade:	

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO, ESPECIFICAÇÃO E QUANTIDADE

1.1 - O Presente Contrato tem por objetivo a aquisição pela CONTRATANTE e o fornecimento pela CONTRATADA, **de luvas de procedimento descartáveis destinadas ao enfrentamento da COVID-19**, para a Secretaria de Estado da Saúde.

1.2 – Este Termo de Contrato vincula-se à proposta vencedora, independentemente de sua transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1 - A CONTRATADA obriga-se a fornecer o objeto deste instrumento, especificado(s) e quantificado(s) na cláusula primeira, ao preço líquido, CIF aproximado de R\$..... (.....) considerando sua proposta de preços;

2.2 - As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta da dotação orçamentária:

2.2.1 - Projeto/Atividade:

2.2.2 - Elemento Despesa:

2.2.3 - Unidade Orçamentária:

2.3 - A CONTRATADA deverá mencionar na respectiva Nota Fiscal/Fatura informações sobre o produto, tais como: a MARCA sob o qual o mesmo é comercializado, Fabricante, Apresentação, País de Origem, o número Certificado de Registro do Produto junto ao Ministério da Saúde, o número do lote e o prazo de validade do produto. Além de mencionar o número do Contrato, do Processo e da Autorização de Fornecimento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PAGAMENTO

3.1 - A SES efetuará o pagamento em 30 (trinta) dias após o recebimento e aceite do material com a respectiva Nota Fiscal/Fatura ou documento legalmente equivalente, observado o cumprimento integral das disposições contidas neste edital;

3.1.1 - Caso o vencimento do prazo de pagamento da Nota Fiscal/Fatura ocorra fora do calendário semanal ou de expediente bancário, o pagamento será efetuado na próxima data do calendário, imediatamente posterior ao vencimento, não incidindo qualquer compensação financeira neste período;

3.1.2 - O fornecedor ou prestador de serviços ao Estado que optar por receber seu pagamento em outras instituições que não o Banco do Brasil, ficará responsável pelo custo da tarifa bancária referente à respectiva

transferência de valores entre Bancos, uma vez que os pagamentos efetuados pelo Estado são efetuados prioritariamente pelo Banco do Brasil.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO E DO LOCAL DE ENTREGA

4.1 - O prazo de entrega será de até 10 (dez) dias após o recebimento da Autorização de Fornecimento ou documento equivalente;

4.2 - A entrega será efetuada diretamente na Secretaria de Estado da Saúde, Rua Judite Melo dos Santos, 258, galpão 06, bairro Nova São José - Área Industrial, São José/SC, nas quantidades constantes na Autorização de Fornecimento;

4.3 - A Contratada somente irá fornecer os materiais constantes nos Anexos do presente instrumento e nas quantidades estipuladas;

4.4 - A Contratada deverá manter um controle rigoroso das quantidades fornecidas para que as mesmas não ultrapassem o estipulado no Anexo.

CLÁUSULA QUINTA - DO RECEBIMENTO DO OBJETO

5.1 - A entrega do objeto desta licitação deverá ser efetuada na Secretaria de Estado da Saúde, Rua Judite Melo dos Santos, 258, galpão 06, bairro Nova São José - Área Industrial, São José/SC, nas quantidades constantes na Autorização de Fornecimento, correndo por conta da Contratada as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento;

5.1.1 – O material deverá indicar na embalagem a razão social da Contratada, o número deste Contrato, o número da nota fiscal e o número da Autorização de Fornecimento.

5.1.2 – Quando da entrega, o produto deverá estar em perfeitas condições para ser consumido, e as embalagens intactas (não danificadas).

5.1.3 – O produto entregue deverá ser novo, entendido como tal, de primeira utilização.

5.2 – Para os produtos em que é exigido pela legislação vigente prazo de validade, o mesmo deverá constar na embalagem.

5.3 – A Contratante reserva-se o direito de a qualquer tempo, previamente ao aceite, ou durante o prazo de garantia do objeto ofertado e entregue, proceder a análise técnica e de qualidade do objeto, diretamente ou por intermédio de terceiros por ele escolhido. Se rejeitados, deverão ser substituídos imediatamente pela Contratada, sem quaisquer ônus para a Contratante.

5.4 – Os produtos a serem fornecidos devem ser livres de impurezas, estando sujeitos ao controle de qualidade do Contratante diretamente ou por intermédio de terceiros, durante toda a execução do Contrato, sendo rejeitados os produtos não aprovados ou que se apresentarem impróprios para o consumo, os quais deverão ser imediatamente substituídos pelo fornecedor, sem qualquer custo adicional.

5.5 – A Contratada, mesmo não sendo a fabricante da matéria-prima empregada na fabricação de seu produto, responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade deste, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta.

5.6 – O aceite do(s) produto(s) pela Contratante, não exclui a responsabilidade civil da Contratada por vícios de quantidade ou qualidade do produto ou disparidade com as especificações técnicas exigidas no edital ou atribuídas pela Contratada, verificados posteriormente, garantindo-se à Contratante as faculdades previstas no artigo 18, da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

5.7 – O(s) objeto(s) cotado(s) deverá(ão) atender a legislação a ele(s) pertinente(s).

5.8 – As quantidades licitadas são estimativas, podendo a contratante requisitar quantidades maiores ou menores conforme a efetiva necessidade, respeitando-se os limites da Lei.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO/ALTERAÇÃO

6.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de 6 (seis) meses, com início na data de sua assinatura, prorrogável por períodos sucessivos, enquanto perdurar a necessidade de enfrentamento dos efeitos da situação de emergência de saúde pública de importância internacional;

6.2. O contrato poderá ser acrescido ou suprimido em até 50% (cinquenta por cento) do valor inicial atualizado do contrato (art. 4º-I, da Lei n.º 13.979).

CLÁUSULA SÉTIMA - DA ALTERAÇÃO DOS PREÇOS

7.1 - Os preços contratados não serão alterados.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

8.1 - A rescisão do Contrato poderá ser efetuada conforme determina o artigo 79 e acarretar as consequências previstas no artigo 80, pelos motivos previstos nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8666/93 e alterações posteriores.

8.2 - O Presente Contrato poderá ser rescindido a critério da CONTRATANTE, sem que à Contratada caiba qualquer indenização, ou, reclamação, nos seguintes casos:

8.2.2 - Inobservância das especificações acordadas e/ou rejeição dos serviços prestados;

8.2.3 - Inadimplência de qualquer cláusula contratual e/ou da proposta ofertada;

8.2.4 - Falência, liquidação judicial ou extrajudicial, concordata preventiva da fornecedora, requeridas, homologadas ou decretadas;

8.2.5 - A Contratada, reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa, prevista no art. 77, da Lei 8.666/93, bem como Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, no Decreto Estadual nº 2.617, de 16 de setembro de 2009.

CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO

9.1 - A fiscalização do contrato será exercida por um representante da CONTRATANTE, indicado pela unidade e identificado no contrato/ata, a quem competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato;

9.2 - A CONTRATANTE se reserva o direito de rejeitar no todo ou em parte os produtos entregues, se em desacordo com o contrato;

9.3 - A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui, nem reduz, a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, resultante de imperfeições técnicas ou utilização de material de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implicará a responsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos. (Art. 70 da lei 8.666/93).

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES E SANÇÕES

10.1 - As empresas que não cumprirem as obrigações assumidas na fase licitatória e/ou de execução do contrato estão sujeitas às seguintes sanções:

a) advertência;

b) multa;

c) suspensão temporária, não superior a 5 (cinco) anos, na modalidade de pregão, e não superior a 2 (dois) anos para as demais modalidades, aplicada segundo a natureza e a gravidade da falta cometida; e

d) declaração de inidoneidade para licitar com a Administração Pública;

10.2 - A advertência será emitida pela Administração, quando o contratado descumprir qualquer obrigação;

10.3 - A multa será imposta à contratada pelo atraso injustificado na entrega ou execução do contrato, de acordo com as alíquotas a seguir:

a) 0,33 % (zero, trinta e três por cento) por dia de atraso, na entrega do objeto ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9% (nove, nove por cento);

b) 10 % (dez por cento) em caso de não entrega do objeto ou não conclusão do serviço ou rescisão do contrato por culpa da contratada, calculado sobre a parte inadimplente;

c) até 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega;

10.3.1 - O valor da multa e/ou custas de depósito será deduzido dos créditos ou garantias da empresa, ou cobrado administrativa ou judicialmente;

10.3.2 - Sempre que a multa ultrapassar os créditos da contratada e/ou garantias, o valor excedente será encaminhado à cobrança extrajudicial ou judicial;

10.3.3 - O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do serviço;

10.3.4 - A multa será aplicada quando o atraso for superior a cinco dias;

10.3.5 - A aplicação da multa não impede que sejam aplicadas outras penalidades;

10.4 - A suspensão impossibilitará a participação da empresa em licitações e/ou contratos, ficando suspenso o seu registro cadastral no Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina/SEA, de acordo com os prazos a seguir:

- a) por até 30 (trinta) dias, quando aplicada a pena de advertência emitida pela Administração e a empresa permanecer inadimplente;
- b) por até 90 (noventa) dias, quando a empresa interessada solicitar cancelamento da proposta após a abertura e antes do resultado do julgamento;
- c) por até 12 (doze) meses, quando a empresa adjudicada se recusar a retirar a autorização de fornecimento ou assinar o contrato;
- d) por até 12 (doze) meses, quando a empresa adjudicada motivar a rescisão total ou parcial da autorização de fornecimento e/ou do contrato;
- e) por até 12 (doze) meses, quando a empresa praticar atos que claramente visem à frustração dos objetivos da licitação;
- f) por até 24 (vinte e quatro) meses, quando a empresa apresentar documentos fraudulentos nas licitações;
- g) por até 5 (cinco) anos quando, na modalidade de pregão, a fornecedora convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, que não celebrar o contrato, que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, que ensejar o retardamento da execução de seu objeto, que não mantiver a proposta, que falhar ou fraudar na execução do contrato, que se comportar de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios; e
- h) até a realização do pagamento, quando a empresa receber qualquer das multas previstas no item anterior.

10.4.1 - A penalidade de suspensão aplicada pela Administração, publicada no Diário Oficial do Estado, implicará na suspensão da fornecedora junto ao Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina/SEA;

10.4.2 - A suspensão do direito de licitar poderá ser ampliada até o dobro, em caso de reincidência;

10.5 - A declaração de inidoneidade será aplicada pelo Secretário de Estado da Administração – SEA;

10.5.1 - A declaração de inidoneidade permanecerá em vigor enquanto perdurarem os motivos que determinaram a punibilidade ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que a aplicou;

10.5.2 - A declaração de inidoneidade terá seus efeitos extensivos a toda Administração Pública;

10.6 - As empresas que apresentarem documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados, ou que por quaisquer outros meios praticarem atos irregulares ou ilegalidades para obtenção do registro no Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina/SEA, estarão sujeitas às seguintes penalidades:

- a) suspensão temporária do Certificado de Cadastro de Fornecedores - CCF ou da obtenção do registro, por até 5 (cinco) anos na modalidade de pregão e até 2 (dois) anos para as demais modalidades, dependendo da natureza e gravidade dos fatos; e
- b) declaração de inidoneidade, nos termos do artigo anterior.

10.7 - As sanções previstas neste edital poderão também ser aplicadas às empresas ou profissionais que:

- a) tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos; e
- b) tenham praticado atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;

10.8 - Compete à Assessoria Jurídica da SES/SUC, após análise a indicação das penalidades previstas neste edital e legislação vigente, cuja aplicação dependerá da homologação da autoridade competente do órgão ou entidade;

10.9 - É facultado à interessada interpor recurso contra a aplicação das penalidades previstas neste edital, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, que será dirigido à autoridade competente do órgão ou entidade;

10.10 - As penalidades aplicadas serão registradas na Secretaria de Estado da Administração/ Diretoria de Gestão de Materiais e Serviços – DGMS, no Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina/SEA;

10.10.1 - Homologadas e publicadas as penalidades, a Administração as encaminhará ao Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina/ SEA, para registro.

PARÁGRAFO ÚNICO - As multas pecuniárias aqui estabelecidas serão recolhidas na Tesouraria da Secretaria de Estado da Saúde, situada no 9º (nono) andar do Edifício Halley, na Rua Esteves Júnior, 160, Centro, Florianópolis, SC.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PRÁTICAS FRAUDULENTAS E DE CORRUPÇÃO

11 - As partes, por seus agentes públicos ou por seus sócios, acionistas, administradores e colaboradores: I – declaram que têm conhecimento das normas previstas na legislação, entre as quais nas Leis nºs 8.429/1992 e 12.846/2013, seus regulamentos e eventuais outras aplicáveis;

II – comprometem-se em não adotar práticas ou procedimentos que se enquadrem nas hipóteses previstas nas leis e regulamentos mencionados no inciso anterior e se comprometem em exigir o mesmo pelos terceiros por elas contratados;

III – comprometem-se em notificar à Controladoria-Geral do Estado qualquer irregularidade que tiverem conhecimento acerca da execução do contrato;

IV – declaram que têm ciência que a violação de qualquer das obrigações previstas na Instrução Normativa conjunta CGE/SEA nº 01/2020, além de outras, é causa para a rescisão unilateral do contrato, sem prejuízo da cobrança das perdas e danos, inclusive danos potenciais, causados à parte inocente e das multas pactuadas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

12.1 - A Contratada não poderá subcontratar, ceder ou transferir total ou parcialmente o objeto do contrato a terceiros ou a eles associar-se sem prévia autorização da Contratante sob pena da imediata rescisão do contrato e demais sanções aplicáveis Lei Federal nº 8666/93.

12.2 - Farão parte integrante deste contrato todos os elementos apresentados pela licitante vencedora que tenham servido de base à presente licitação, bem como, as condições estabelecidas neste Edital e Anexos.

12.3 - No caso de recusa ou demora no atendimento a qualquer reclamação independente das sanções cabíveis, a CONTRATANTE poderá confiar a outrem a execução do contrato, descontando o seu custo de uma só vez, no primeiro pagamento a ser feito, sem que a em presa vencedora possa impugnar o seu valor.

12.4 - A tolerância de qualquer das partes, relativa às infrações cometidas contra disposições deste Contrato, não exime o infrator de ver exigido, a qualquer tempo, seu cumprimento integral.

12.5 - A Contratada se obriga a manter as condições de habilitação e qualificação durante a vigência deste contrato, sob pena da aplicação do disposto na Cláusula Décima;

12.6 - O presente contrato é regido pela pelo Decreto Estadual nº 2.617, de 16 de setembro de 2009, pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações e pela Lei Federal nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020;

12.7 - Fica eleito o Foro da Comarca de Florianópolis, Capital do Estado de Santa Catarina, para dirimir eventuais litígios oriundos do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento perante duas testemunhas abaixo assinadas.

CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. _____

2. _____



Código para verificação: **U553C4DJ**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



JORGE EDUARDO TASCA em 19/03/2021 às 15:30:42

Emitido por: "SGP-e", emitido em 01/10/2019 - 11:38:00 e válido até 01/10/2119 - 11:38:00.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U0VTXzcwNTIfMDAwMzgZNTFfMzg5NzZfMjAyMV9VNTUzQzRESg==> ou o site <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SES 00038351/2021** e o código **U553C4DJ** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÕES E CONTRATAÇÕES DESTINADAS
ENFRENTAMENTO DA COVID19 - PORTARIA N.º 163, de 06/05/2020

MINUTA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0080/2021
PROCESSO SES 38351/2021

1 - OBJETO: Aquisição de luvas de procedimento – enfrentamento do Covid19.

2 – UNIDADE INTERESSADA: Secretaria de Estado da Saúde/Gerência de Bens Regulares.

3 – FORMA DE CONTRATAÇÃO: A presente Dispensa de Licitação será efetivada por meio da emissão de Contrato de Fornecimento:

ITEM	QTDDE	EMPRESA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
Luva de procedimento descartável, tamanho grande (G) confeccionada em látex natural, íntegro e uniforme, formato anatômico, ambidestra, lubrificada com material bioabsorvível, atóxico, não estéril, resistente a tração, descartável, uso único, levemente entalcada, selo de conformidade, embalada em caixas, contendo dados de identificação, procedência validade, número do lote, as luvas devem ser armazenadas e transportadas em condições que evitem a possibilidade de afetar a integridade, em especial: calor, umidade, luz. Em conformidade a RDC nº 55 de 04 de novembro de 2011, portaria nº 332, de 26 de julho de 2012 e portaria nº 451, de 31 de agosto de 2012. Apresentar certificado de aprovação MTE.	420.000	Cremer S.A.	R\$ 0,7499	R\$ 1.687.275,00
Luva de procedimento descartável, tamanho médio (M) confeccionada em látex natural, íntegro e uniforme, formato anatômico, ambidestra, lubrificada com material bioabsorvível, atóxico, não estéril, resistente a tração, descartável, uso único, levemente entalcada, selo de conformidade, embalada em caixas, contendo dados de identificação, procedência validade, número do lote, as luvas devem ser armazenadas e transportadas em condições que evitem a possibilidade de afetar a integridade, em especial: calor, umidade, luz. Em conformidade a RDC nº 55 de 04 de novembro de 2011, portaria nº 332, de 26 de julho de 2012 e portaria nº 451, de 31 de agosto de 2012. Apresentar certificado de aprovação TEM.	1.215.000		R\$ 0,7499	R\$ 911.128,50
Luva de procedimento descartável, tamanho pequeno (P) confeccionada em látex natural, íntegro e uniforme, formato anatômico, ambidestra, lubrificada com material bioabsorvível, atóxico, não estéril, resistente a tração, descartável, uso único, levemente entalcada, selo de conformidade, embalada em caixas contendo dados de identificação, validade, número do lote. As luvas devem ser armazenadas e transportadas em condições que evitem a possibilidade de afetar a integridade, em especial: calor, umidade, luz. Em conformidade a RDC nº 55 de 04 de novembro de 2011, portaria nº 332, de 26 de julho de 2012 e portaria nº 451, de 31 de agosto de 2012. Apresentar certificado de aprovação no TEM.	2.250.000		R\$ 0,7499	R\$ 314.958,00

4 - DESPESAS: A presente Dispensa de Licitação implicará em uma despesa total de **R\$ 2.913.361,50** (Dois milhões, novecentos e treze mil, trezentos e sessenta e um reais e cinquenta centavos).

5 - FUNDAMENTO DA DISPENSA:
Lei n.º 8.666/93

Art. 24 - É Dispensável de Licitação:

IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública quando caracterizada a urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos.

6 – JUSTIFICATIVA:

O Plano Nacional de Contingência para Infecção Humana pelo Coronavírus 2019, emitido pelo Ministério da Saúde, o qual norteia as ações a serem implementadas pelas Secretarias de Saúde, inclui ações que visam a reorganização e ampliação da rede hospitalar. Nesse sentido, as ampliações dos leitos da rede hospitalar estadual seguem o alerta para as classificações de risco - Alerta, Perigo Iminente e Emergência em Saúde Pública. O estado de Santa Catarina encontra-se no nível de Emergência em Saúde Pública, indicado em duas situações, conforme estabelecido pelo Ministério da Saúde: a) quando há confirmação de transmissão local do primeiro caso de Coronavírus amplamente divulgado no território nacional; e b) reconhecimento de declaração de Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

Segundo o Plano de Contingência do Ministério da Saúde, o nível de Emergência está organizado em duas fases, fase de contenção e de mitigação.

O estado de Santa Catarina encontra-se na fase da mitigação, que tem início a partir do registro de 100 casos confirmados. Nesta fase, segundo o Ministério da Saúde, é preciso estar atento à possibilidade de superação da capacidade de resposta hospitalar para atendimento dos casos graves.

Especialistas do mundo todo têm destacado a necessidade de equipamentos de proteção individual e coletivos para profissionais da saúde, que, por estarem em contato direto com o vírus, estão expostos ao risco. A Anvisa atualizou as orientações destinadas aos serviços de saúde sobre as medidas de prevenção e controle que devem ser adotadas na assistência aos casos suspeitos ou confirmados de infecção pelo novo coronavírus (Covid-19). Ainda, de acordo com o estabelecido na Norma Regulamentadora Nº 6 (NR-6) da Portaria 3.214/78 MTB, considera-se equipamento de proteção individual (EPI), todo dispositivo ou produto de uso individual utilizado pelo trabalhador, destinado à proteção aos riscos suscetíveis de ameaçar a segurança e a saúde no trabalho.

O Conselho Federal de Enfermagem (Cofen) publicou uma série de diretrizes, entre elas a importância da utilização dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs). As condutas informadas têm como base o que preconizam as orientações da Organização Mundial de Saúde (OMS) e do Ministério da Saúde, bem como as secretarias municipais e Estadual de Saúde. Entre os equipamentos apontados como indispensáveis estão as luvas de procedimento. Salienta-se que conforme informação da Secretaria de Estado da Saúde, o estoque encontra-se comprometido.

Trata-se de compra emergencial de luvas de látex com talco, para o abastecimento das unidades da SES para o enfrentamento da pandemia de COVID-19. Salienta-se que se encontra em processo de compras itens semelhantes sem talco, onde, optou-se pela compra destes itens talcados devido a escassez de produtos no mercado. Os estoques atuais das unidades próprias da SES/SC é crítico, sendo que atualmente não há disponível contrato ou ata de registro de preços vigente para o abastecimento.

Dessa forma, diante de todo o exposto, ante a imprescindibilidade dos itens e de acordo com a Requisição 505/2021, justifica-se a aquisição de luvas de procedimento. No âmbito legal, verifica-se a hipótese de realização da contratação direta, através de Dispensa de Licitação.

Por fim, após apreciação jurídica, restou emitido o Parecer Jurídico nº 464/2021/COJUR/SEA/SC, de 28 de abril de 2021, opinando pela admissibilidade de dispensa de licitação no presente caso.

7 – RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR E JUSTIFICATIVA DO PREÇO:

Foi publicado edital de cotação de preços n. 0080/21 no Portal de Compras do Estado de Santa Catarina, tendo sido a única proposta apresentada. A proposta foi encaminhada à equipe técnica da Secretaria de Estado da Saúde que se manifestou consoante parecer instruído nos autos, aprovando a proposta tendo considerado o valor abaixo do estimado na pesquisa de preços.

SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO:

1 – Ciente

2 - Em vista da necessidade da aquisição do objeto supracitado, e com os poderes a mim conferidos resolvo HOMOLOGAR a Dispensa de Licitação nº 0080/2021 aprovada pela Assessoria Jurídica por meio do Parecer nos autos do processo SES 38352/2021 e autorizar a despesa supracitada.

3 - Para prosseguimento.

Luiz Antônio Dacol
Secretário de Estado da Administração
(assinado digitalmente)

ANEXO

MINUTA DE CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº: ____/____

Termo de Contrato de Fornecimento celebrado entre o ESTADO DE SANTA CATARINA, através da Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde e a empresa, autorizado através do Processo SES nº 38352/2021, Cotação de Preços SEA n.º 0080/2021 e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e demais legislações aplicáveis.

CONTRATANTE:	Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde
C.N.P.J. N.º:	80.673.411/0001-87
Endereço: (sede)	Rua Esteves Júnior, 160 - Ed. Halley - Centro – Florianópolis – SC
Representada por:	

Contratada:	
C.N.P.J. N.º:	
Endereço:	
Representada por:	

GESTOR:	
Função:	
Unidade:	

FISCAL:	
Função:	
Unidade:	

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO, ESPECIFICAÇÃO E QUANTIDADE

1.1 - O Presente Contrato tem por objetivo a aquisição pela CONTRATANTE e o fornecimento pela CONTRATADA, de luvas de procedimento – enfrentamento do Covid19, para a Secretaria de Estado da Saúde.

1.2 – Este Termo de Contrato vincula-se à proposta vencedora, independentemente de sua transcrição.

ITEM	QTDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01 - Luva de procedimento descartável, tamanho grande (G) confeccionada em látex natural, íntegro e uniforme, formato anatômico, ambidestra, lubrificada com material bioabsorvível, atóxico, não estéril, resistente a tração, descartável, uso único, levemente entalcada, selo de conformidade, embalada em caixas, contendo dados de identificação, procedência validade, número do lote, as luvas devem ser armazenadas e transportadas em condições que evitem a possibilidade de afetar a integridade, em especial: calor, umidade, luz. Em conformidade a RDC nº 55 de 04 de novembro de 2011, portaria nº 332, de 26 de julho de 2012 e portaria nº 451, de 31 de agosto de 2012. Apresentar certificado de aprovação MTE.	420.000	R\$ 0,7499	R\$ 1.687.275,00
02 - Luva de procedimento descartável, tamanho médio (M) confeccionada em látex natural, íntegro e uniforme, formato anatômico, ambidestra, lubrificada com material bioabsorvível, atóxico, não estéril, resistente a tração, descartável, uso único, levemente entalcada, selo de conformidade, embalada em caixas, contendo dados de identificação, procedência validade, número do lote, as luvas devem ser armazenadas e transportadas em condições que evitem a possibilidade de afetar a integridade, em especial: calor, umidade, luz. Em conformidade a RDC nº 55 de 04 de novembro de 2011, portaria nº 332, de 26 de julho de 2012 e portaria nº 451, de 31 de agosto de 2012. Apresentar certificado de aprovação TEM.	1.215.000	R\$ 0,7499	R\$ 911.128,50
03 - Luva de procedimento descartável, tamanho pequeno (P) confeccionada em látex natural, íntegro e uniforme, formato anatômico, ambidestra, lubrificada com material bioabsorvível, atóxico, não estéril, resistente a tração, descartável, uso único, levemente entalcada, selo de conformidade, embalada em caixas contendo dados de identificação, validade, número do lote. As luvas devem ser armazenadas e transportadas em condições que evitem a possibilidade de afetar a integridade, em	2.250.000	R\$ 0,7499	R\$ 314.958,00

especial: calor, umidade, luz. Em conformidade a RDC nº 55 de 04 de novembro de 2011, portaria nº 332, de 26 de julho de 2012 e portaria nº 451, de 31 de agosto de 2012. Apresentar certificado de aprovação no TEM.			
---	--	--	--

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1 - A CONTRATADA obriga-se a fornecer o objeto deste instrumento, especificado(s) e quantificado(s) na cláusula primeira, ao preço líquido, CIF aproximado de R\$..... (.....) considerando sua proposta de preços;

2.2 - As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta da dotação orçamentária:

2.2.1 - Projeto/Atividade:

2.2.2 - Elemento Despesa:

2.2.3 - Unidade Orçamentária:

2.3 - A CONTRATADA deverá mencionar na respectiva Nota Fiscal/Fatura informações sobre o produto, tais como: a MARCA sob o qual o mesmo é comercializado, Fabricante, Apresentação, País de Origem, o número Certificado de Registro do Produto junto ao Ministério da Saúde, o número do lote e o prazo de validade do produto. Além de mencionar o número do Contrato, do Processo e da Autorização de Fornecimento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PAGAMENTO

3.1 - A SES efetuará o pagamento em 20 (vinte) dias após o recebimento e aceite do material com a respectiva Nota Fiscal/Fatura ou documento legalmente equivalente, observado o cumprimento integral das disposições contidas neste edital;

3.1.1 - Caso o vencimento do prazo de pagamento da Nota Fiscal/Fatura ocorra fora do calendário semanal ou de expediente bancário, o pagamento será efetuado na próxima data do calendário, imediatamente posterior ao vencimento, não incidindo qualquer compensação financeira neste período;

3.1.2 - O fornecedor ou prestador de serviços ao Estado que optar por receber seu pagamento em outras instituições que não o Banco do Brasil, ficará responsável pelo custo da tarifa bancária referente à respectiva transferência de valores entre Bancos, uma vez que os pagamentos efetuados pelo Estado são efetuados prioritariamente pelo Banco do Brasil.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO E DO LOCAL DE ENTREGA

4.1 - O prazo de entrega será de até 10 (dez) dias após o recebimento da Autorização de Fornecimento ou documento equivalente;

4.2 - A entrega será efetuada diretamente na Secretaria de Estado da Saúde, Rua Judite Melo dos Santos, 258, galpão 06, Bairro Nova São José -Área Industrial, São José/SC, nas quantidades constantes na Autorização de Fornecimento;

4.3 - A Contratada somente irá fornecer os materiais constantes nos Anexos do presente instrumento e nas quantidades estipuladas;

4.4 - A Contratada deverá manter um controle rigoroso das quantidades fornecidas para que as mesmas não ultrapassem o estipulado nos Anexos.

CLÁUSULA QUINTA - DO RECEBIMENTO DO OBJETO

5.1 - A entrega do objeto desta licitação deverá ser efetuada na Secretaria de Estado da Saúde, Rua Judite Melo dos Santos, 258, galpão 06, bairro Nova São José -Área Industrial, São José/SC, nas quantidades constantes na Autorização de Fornecimento, correndo por conta da Contratada as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento;

5.1.1 – O material deverá indicar na embalagem a razão social da Contratada, o número deste Contrato, o número da nota fiscal e o número da Autorização de Fornecimento.

5.1.2 – Quando da entrega, o produto deverá estar em perfeitas condições para ser consumido, e as embalagens intactas (não danificadas).

5.1.3 – O produto entregue deverá ser novo, entendido como tal, de primeira utilização.

5.2 – Para os produtos em que é exigido pela legislação vigente prazo de validade, o mesmo deverá constar na embalagem.

5.3 – A Contratante reserva-se o direito de a qualquer tempo, previamente ao aceite, ou durante o prazo de garantia do objeto ofertado e entregue, proceder a análise técnica e de qualidade do objeto, diretamente ou por intermédio de terceiros por ele escolhido. Se rejeitados, deverão ser substituídos imediatamente pela Contratada, sem quaisquer ônus para a Contratante.

5.4 – Os produtos a serem fornecidos devem ser livres de impurezas, estando sujeitos ao controle de qualidade do Contratante diretamente ou por intermédio de terceiros, durante toda a execução do Contrato, sendo rejeitados os produtos não aprovados ou que se apresentarem impróprios para o consumo, os quais deverão ser imediatamente substituídos pelo fornecedor, sem qualquer custo adicional.

5.5 – A Contratada, mesmo não sendo a fabricante da matéria-prima empregada na fabricação de seu produto, responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade deste, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta.

5.6 – O aceite do(s) produto(s) pela Contratante, não exclui a responsabilidade civil da Contratada por vícios de quantidade ou qualidade do produto ou disparidade com as especificações técnicas exigidas no edital ou atribuídas pela Contratada, verificados posteriormente, garantindo-se à Contratante as faculdades previstas no artigo 18, da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

5.7 – O(s) objeto(s) cotado(s) deverá(ão) atender a legislação a ele(s) pertinente(s).

5.8 – As quantidades licitadas são estimativas, podendo a contratante requisitar quantidades maiores ou menores conforme a efetiva necessidade, respeitando-se os limites da Lei.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO/ALTERAÇÃO

6.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de 6 (seis) meses, com início na data de sua assinatura;

6.2. O contrato poderá ser acrescido ou suprimido em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA ALTERAÇÃO DOS PREÇOS

7.1 - Os preços contratados não serão alterados.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

8.1 - A rescisão do Contrato poderá ser efetuada conforme determina o artigo 79 e acarretar as consequências previstas no artigo 80, pelos motivos previstos nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8666/93 e alterações posteriores.

8.2 - O Presente Contrato poderá ser rescindido a critério da CONTRATANTE, sem que à Contratada caiba qualquer indenização, ou, reclamação, nos seguintes casos:

8.2.2 - Inobservância das especificações acordadas e/ou rejeição dos serviços prestados;

8.2.3 - Inadimplência de qualquer cláusula contratual e/ou da proposta ofertada;

8.2.4 - Falência, liquidação judicial ou extrajudicial, concordata preventiva da fornecedora, requeridas, homologadas ou decretadas;

8.2.5 - A Contratada, reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa, prevista no art 77, da Lei 8.666/93, bem como Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, no Decreto Estadual nº 2.617, de 16 de setembro de 2009.

CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO

9.1 - A fiscalização do contrato será exercida por um representante da CONTRATANTE, indicado pela unidade e identificado no contrato/ata, a quem competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato;

9.2 - A CONTRATANTE se reserva o direito de rejeitar no todo ou em parte os produtos entregues, se em desacordo com o contrato;

9.3 - A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui, nem reduz, a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, resultante de imperfeições técnicas ou utilização de material de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implicará a responsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos. (Art. 70 da lei 8.666/93).

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES E SANÇÕES

10.1 - As empresas que não cumprirem as obrigações assumidas na fase licitatória e/ou de execução do contrato estão sujeitas às seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) suspensão temporária, não superior a 5 (cinco) anos, na modalidade de pregão, e não superior a 2 (dois) anos para as demais modalidades, aplicada segundo a natureza e a gravidade da falta cometida; e
- d) declaração de inidoneidade para licitar com a Administração Pública;

10.2 - A advertência será emitida pela Administração, quando o contratado descumprir qualquer obrigação;

10.3 - A multa será imposta à contratada pelo atraso injustificado na entrega ou execução do contrato, de acordo com as alíquotas a seguir:

- a) 0,33 % (zero, trinta e três por cento) por dia de atraso, na entrega do objeto ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9% (nove, nove por cento);
- b) 10 % (dez por cento) em caso de não entrega do objeto ou não conclusão do serviço ou rescisão do contrato por culpa da contratada, calculado sobre a parte inadimplente;
- c) até 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega;

10.3.1 - O valor da multa e/ou custas de depósito será deduzido dos créditos ou garantias da empresa, ou cobrado administrativa ou judicialmente;

10.3.2 - Sempre que a multa ultrapassar os créditos da contratada e/ou garantias, o valor excedente será encaminhado à cobrança extrajudicial ou judicial;

10.3.3 - O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do serviço;

10.3.4 - A multa será aplicada quando o atraso for superior a cinco dias;

10.3.5 - A aplicação da multa não impede que sejam aplicadas outras penalidades;

10.4 - A suspensão impossibilitará a participação da empresa em licitações e/ou contratos, ficando suspenso o seu registro cadastral no Cadastro Geral de Fornecedoros do Estado de Santa Catarina/SEA, de acordo com os prazos a seguir:

- a) por até 30 (trinta) dias, quando aplicada a pena de advertência emitida pela Administração e a empresa permanecer inadimplente;
- b) por até 90 (noventa) dias, quando a empresa interessada solicitar cancelamento da proposta após a abertura e antes do resultado do julgamento;
- c) por até 12 (doze) meses, quando a empresa adjudicada se recusar a retirar a autorização de fornecimento ou assinar o contrato;
- d) por até 12 (doze) meses, quando a empresa adjudicada motivar a rescisão total ou parcial da autorização de fornecimento e/ou do contrato;
- e) por até 12 (doze) meses, quando a empresa praticar atos que claramente visem à frustração dos objetivos da licitação;
- f) por até 24 (vinte e quatro) meses, quando a empresa apresentar documentos fraudulentos nas licitações;
- g) por até 5 (cinco) anos quando, na modalidade de pregão, a fornecedora convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, que não celebrar o contrato, que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, que ensejar o retardamento da execução de seu objeto, que não mantiver a proposta, que falhar ou fraudar na execução do contrato, que se comportar de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios; e

h) até a realização do pagamento, quando a empresa receber qualquer das multas previstas no item anterior.

10.4.1 - A penalidade de suspensão aplicada pela Administração, publicada no Diário Oficial do Estado, implicará na suspensão da fornecedora junto ao Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina/SEA;

10.4.2 - A suspensão do direito de licitar poderá ser ampliada até o dobro, em caso de reincidência;

10.5 - A declaração de inidoneidade será aplicada pelo Secretário de Estado da Administração – SEA;

10.5.1 - A declaração de inidoneidade permanecerá em vigor enquanto perdurarem os motivos que determinaram a punibilidade ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que a aplicou;

10.5.2 - A declaração de inidoneidade terá seus efeitos extensivos a toda Administração Pública;

10.6 - As empresas que apresentarem documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados, ou que por quaisquer outros meios praticarem atos irregulares ou ilegalidades para obtenção do registro no Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina/SEA, estarão sujeitas às seguintes penalidades:

a) suspensão temporária do Certificado de Cadastro de Fornecedores - CCF ou da obtenção do registro, por até 5 (cinco) anos na modalidade de pregão e até 2 (dois) anos para as demais modalidades, dependendo da natureza e gravidade dos fatos; e

b) declaração de inidoneidade, nos termos do artigo anterior.

10.7 - As sanções previstas neste edital poderão também ser aplicadas às empresas ou profissionais que:

a) tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos; e

b) tenham praticado atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;

10.8 - Compete à Assessoria Jurídica da SES/SUC, após análise a indicação das penalidades previstas neste edital e legislação vigente, cuja aplicação dependerá da homologação da autoridade competente do órgão ou entidade;

10.9 - É facultado à interessada interpor recurso contra a aplicação das penalidades previstas neste edital, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, que será dirigido à autoridade competente do órgão ou entidade;

10.10 - As penalidades aplicadas serão registradas na Secretaria de Estado da Administração/ Diretoria de Gestão de Materiais e Serviços – DGMS, no Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina/SEA;

10.10.1 - Homologadas e publicadas as penalidades, a Administração as encaminhará ao Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina/ SEA, para registro.

PARÁGRAFO ÚNICO - As multas pecuniárias aqui estabelecidas serão recolhidas na Tesouraria da Secretaria de Estado da Saúde, situada no 9º (nono) andar, na Rua Esteves Júnior, 160, Centro, Florianópolis, SC.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PRÁTICAS FRAUDULENTAS E DE CORRUPÇÃO

11 - As partes, por seus agentes públicos ou por seus sócios, acionistas, administradores e colaboradores: I – declaram que têm conhecimento das normas previstas na legislação, entre as quais nas Leis nºs 8.429/1992 e 12.846/2013, seus regulamentos e eventuais outras aplicáveis;

II – comprometem-se em não adotar práticas ou procedimentos que se enquadrem nas hipóteses previstas nas leis e regulamentos mencionados no inciso anterior e se comprometem em exigir o mesmo pelos terceiros por elas contratados;

III – comprometem-se em notificar à Controladoria-Geral do Estado qualquer irregularidade que tiverem conhecimento acerca da execução do contrato;

IV – declaram que têm ciência que a violação de qualquer das obrigações previstas na Instrução Normativa conjunta CGE/SEA nº 01/2020, além de outras, é causa para a rescisão unilateral do contrato, sem prejuízo da cobrança das perdas e danos, inclusive danos potenciais, causados à parte inocente e das multas pactuadas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

12.1 - A Contratada não poderá subcontratar, ceder ou transferir total ou parcialmente o objeto do contrato a terceiros ou a eles associar-se sem prévia autorização da Contratante sob pena da imediata rescisão do contrato e demais sanções aplicáveis Lei Federal nº 8666/93.

12.2 - Farão parte integrante deste contrato todos os elementos apresentados pela licitante vencedora que tenham servido de base à presente licitação, bem como, as condições estabelecidas neste Edital e Anexos.

12.3 - No caso de recusa ou demora no atendimento a qualquer reclamação independente das sanções cabíveis, a CONTRATANTE poderá confiar a outrem a execução do contrato, descontando o seu custo de uma só vez, no primeiro pagamento a ser feito, sem que a em presa vencedora possa impugnar o seu valor.

12.4 - A tolerância de qualquer das partes, relativa às infrações cometidas contra disposições deste Contrato, não exime o infrator de ver exigido, a qualquer tempo, seu cumprimento integral.

12.5 - A Contratada se obriga a manter as condições de habilitação e qualificação durante a vigência deste contrato, sob pena da aplicação do disposto na Cláusula Décima;

12.6 - O presente contrato é regido pela pelo Decreto Estadual nº 2.617, de 16 de setembro de 2009, pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações e pela Lei Federal nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020;

12.7 - Fica eleito o Foro da Comarca de Florianópolis, Capital do Estado de Santa Catarina, para dirimir eventuais litígios oriundos do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento perante duas testemunhas abaixo assinadas.

CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. _____

2. _____



Código para verificação: **FXJ857P6**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



LUIZ ANTONIO DACOL em 29/04/2021 às 19:49:44

Emitido por: "SGP-e", emitido em 30/03/2018 - 12:48:04 e válido até 30/03/2118 - 12:48:04.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U0VTXzcwNTIfMDAwMzg5NTFfMzg5NzZfMjAyMV9GWEO4NTdQNg==> ou o site <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SES 00038351/2021** e o código **FXJ857P6** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.

Licitações

Secretarias de Estado

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

DL n.º 0080/21 - Processo SES 38351/2021.

Objeto: Aquisição de luvas de procedimento – enfrentamento do Covid19. Fundamento: art. 24, inciso IV, da Lei nº 8.666/93. Empresa: Cremer S/A. CNPJ 82.641.325/0043-77, valor total de R\$ 2.913.361,50 (Dois milhões, novecentos e treze mil, trezentos e sessenta e um reais e cinquenta centavos).

Cod. Mat.: 735890

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

DL n.º 0081/21 - Processo SES 36264/2021.

Objeto: Aquisição emergencial de avental de 50g – enfrentamento do Covid19. Fundamento: art. 24, inciso IV, da Lei nº 8.666/93. Empresa: Medclean Comercial Ltda. CNPJ 03.921.280/0001-69, valor total de R\$ 1.555.200,00 (Um milhão, quinhentos e cinquenta e cinco mil e duzentos reais).

Cod. Mat.: 735893

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES. DL 2718/2020.

PSES 2712/2020. CIG 3906/2021. Justificativa: Ordem Judicial.

Fundamento da DL: artigo 24, inciso V, Lei 8666/93. CT 085/2021.

Objeto: Fornecimento de fisioterapia ano-genitais (Pélvica com Biofeedback). Contratada: NOVA FISIO LTDA. Total DL: R\$ 2.500,00.

Cod. Mat.: 735770

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES. DL 2646/2020.

PSES 137157/2020. CIG 3900/2021. Justificativa: Ordem Judicial.

Fundamento da DL: artigo 24, inciso IV, Lei 8666/93. CT 122/2021.

Objeto: Fornecimento de terapia ocupacional. Contratada: LUCIENE DE BRITO V. DE SOUSA JOKOSKI ME. Total DL: R\$ 6.240,00.

Cod. Mat.: 735776

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES.

Inexigibilidade de Licitação 1028/2021. PSES 55024/2021 - CIG/

SES 2021AS003931. Objeto: Aquisição de peças para manutenção

corretiva em tomógrafo para HIJG. Justificativa e fundamento: art. 25, I, Lei 8.666/93. OF nº 467/2021; Contratada: Philips Medical

Systems Ltda. CNPJ: 58.295.213/0001-78 - Valor R\$ 55.048,46.

Cod. Mat.: 735838

A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES. Dispensa de Licitação

3176/2020 – SES 112043/2020 – CIG/SES 2021AS003925. Objeto:

Aquisição de peça para a manutenção corretiva de gerador para DIVE. Justificativa e Fundamento: artigo 24, V da Lei nº 8.666/93.

Gruger Grupos Geradores Ltda – CNPJ 02.631.287/0001-83. Valor total da DL R\$ 23.591,00.

Cod. Mat.: 735840

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 1034/2021. Objeto: Aquisição de medica-

mentos para atendimento de ordens judiciais para a Gerência de Bens Judiciais (GEJUD). Abertura da sessão: 26/05/2021 às 13h15min.

No site www.e-lic.sc.gov.br encontram-se o Edital e canais para todas as comunicações (CIG) SES 2021AS003711.

Cod. Mat.: 735850

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 1061/2021. Objeto: Aquisição de preservativo

masculino e gel lubrificante para a Diretoria de Vigilância Epidemiológica (DIVE). Abertura da sessão: 01/06/2021 às 8h15min.

No site www.e-lic.sc.gov.br encontram-se o Edital e canais para todas as comunicações (CIG) SES 2021AS003826.

Cod. Mat.: 735851

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES. DL 469/2021. PSES

21764/2021. CIG 3313/2021. Justificativa: Ordem Judicial. Fun-

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 0793/2021. Objeto: Aquisição de medicamentos

para atendimento de ordens judiciais para a Gerência de Bens Judiciais (GEJUD). Abertura da sessão: 27/05/2021 às 8h15min.

No site www.e-lic.sc.gov.br encontram-se o Edital e canais para todas as comunicações (CIG) SES 2021AS002883.

Cod. Mat.: 735854

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 1004/2021. Objeto: Aquisição de medica-

mentos para atendimento de ordens judiciais para a Gerência de Bens Judiciais (GEJUD). Abertura da sessão: 26/05/2021 às 13h15min.

No site www.e-lic.sc.gov.br encontram-se o Edital e canais para todas as comunicações (CIG) SES 2021AS003568.

Cod. Mat.: 735855

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 1073/2021. Objeto: Aquisição de equi-

pamentos de informática para o Hospital Infantil Joana do Gusmão (HIJG). Abertura da sessão: 01/06/2021 às 8h15min.

No site www.e-lic.sc.gov.br encontram-se o Edital e canais para todas as comunicações (CIG) SES 2021AS003864.

Cod. Mat.: 735860

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 1063/2021. Objeto: Aquisição de materiais

de laboratório para o Laboratório Central de Saúde Pública (LACEN). Abertura da sessão: 31/05/2021 às 13h15min.

No site www.e-lic.sc.gov.br encontram-se o Edital e canais para todas as comunicações (CIG) SES 2021AS003825.

Cod. Mat.: 735862

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 1084/2021. Objeto: Aquisição de materiais

de laboratório para o Laboratório Central de Saúde Pública (LACEN). Abertura da sessão: 31/05/2021 às 13h15min.

No site www.e-lic.sc.gov.br encontram-se o Edital e canais para todas as comunicações (CIG) SES 2021AS003861.

Cod. Mat.: 735863

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES

RESULTADO DE LICITAÇÃO

O Secretário de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde torna

público o Resultado da Licitação nº 0576/2021 na modalidade: Pregão

“Eletrônico”, cujo objeto é: Contratação de serviços de Fisioterapia

pelo método pediasuit (Intensivo e Manutenção), Fonoterapia,

Terapia Ocupacional, Fisioterapia pelo método bobath, Integração

sensorial, Bandagem elástica neuromuscular e Kinesiotaping para o

Centro Catarinense de Reabilitação (CCR). MENOR PREÇO: Lotes:

I, II, III, IV, VI e VII. DESCLASSIFICAR O LOTE DA EMPRESA,

CONFORME DISCRIMINADO: Por apresentar preço excessivo

(Art. 48, Inciso II, da Lei 8.666/93 e Alterações): THERALAB

FISIOTERAPIA EIRELI – Lote: V. EMPRESAS VENCEDORAS:

BEM VIVER DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOLUÇÕES EM

SAÚDE LTDA – Lotes: I, IV, VI e VII. VITAL SAÚDE INTEGRADA

LTDA – Lotes: II e III. CIG: 2021AS002363.

Cod. Mat.: 735614

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES. DL 683/2021. PSES

20260/2021. CIG 3879/2021. Justificativa: Ordem Judicial. Fun-

damento da DL: artigo 24, inciso IV, Lei 8666/93. OF 378/2021.

Objeto: Exame Tomografia por Emissão de Pósitrons com PSMA

(Antígeno de Membrana Específico para Próstata). Contratada:

BIONUCLEAR SERVIÇOS DE MEDICINA NUCLEAR S/S LTDA.

Total DL: R\$ 4.050,00

Cod. Mat.: 735686

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA - PM/SC

DIRETORIA DE APOIO LOGÍSTICO E FINANÇAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 0085/2021 - menor preço por Lote Objeto:

Aquisição de cones de sinalização para PMSC - Convênio Federal

nº 898828/2020 entre INEP/PMSC. Início da entrega de propostas:

às 08:00 horas do dia 01/05/2021. Fim da entrega de propostas:

às 13:30 horas do dia 18/05/2021. Abertura da sessão: a partir das

13:30 horas do dia 18/05/2021. O Edital e seus anexos estão dis-

poníveis no site <http://www.portaldecompras.sc.gov.br>. Informaçõessobre o edital serão prestadas através do e-mail licita@pm.sc.gov.br, ou no seguinte endereço: Avenida Rio Branco, nº 1064, CEP

88015-204, Bairro Centro, Florianópolis/SC, no horário das 00:00

às 00:00, em dias úteis. Processo SGB-e: PMSC 00066952/2020

Autarquias

AGÊNCIA DE REGULAÇÃO DE

SANTA CATARINA – ARESC

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE

Processo: ARESC 367/2021. A

Objeto: inscrição de seis servid

gulatório (Regulatory Delivery),

de 12 de abril a 24 de maio de 2

Fornecedor: Associação Brasil

ABAR. CNPJ: 03.657.354/0001-

Valor Global do Contrato: R\$ 26.

Dotação Orçamentária: Unidade

de Despesa 33.90.39.01; Fonte

Fundamentação Legal: Inciso I

Içuriti Pereira da Silva - Preside

Defensor

DEFENSORIA PÚBLICA DO ES

DPE – AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 0006/2021

Objeto: Registro de preços com

(doze) meses, para futura e ev

especializada na prestação de s

em geral (mesas, armários, esta

arquivos, etc.), equipamentos (me

ticos, informática, etc.), máquinas

materiais de escritório, de copa

mentos, além do arquivo, bibliot

com caminhão, a fim de atender

Pública do Estado de Santa Ca

quantitativo e condições estabe

condições previstas neste edital

às 09:00 horas do dia 04/05/202

às 09:00 horas do dia 14/05/202

09:20 horas do dia 14/05/2021.

poníveis no site <http://www.defens>

o edital serão prestadas por me

sc.gov.br, ou no seguinte endere

nº 622, Ed. Luiz Carlos Brunet,

Florianópolis/SC, no horário da

Processo SGP-e: DPE 284/2021

Fundações

FUNDAÇÃO CATARINENSE DE

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

Pregão Eletrônico nº 0016/2021

Objeto: AQUISIÇÃO DE 1 VEÍC

FROTA DA FCEE. Início da entre

do dia 03/05/2021. Fim da entre

do dia 18/05/2021. Abertura da

do dia 18/05/2021. O Edital e se

site www.portaldecompras.sc.gov.br

serão prestadas através do e-n

no horário das 13:00 às 19:00,

FCEE 00004318/2020, GGG: 20

AVISO DE INEXIGIBILIDADE D

Objeto: Contratação da prof

para ministrar a palestra: "Des



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 268/2021

Termo de Contrato de Fornecimento celebrado entre o ESTADO DE SANTA CATARINA, através da Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde e a empresa **Cremer S.A.**, autorizado através do Processo SES nº 38351/2021, Cotação de Preços SEA nº 0080/2021 e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e demais legislações aplicáveis.

CONTRATANTE: Secretaria de Estado da Saúde /Fundo Estadual de Saúde
CNPJ: 80.673.411/0001-87
Endereço: Rua Esteves Júnior, 160 - Ed. Halley – Centro – Florianópolis – SC – CEP 88.015-130
Representada por: Secretário de Estado da Saúde

CONTRATADA: Cremer S.A
CNPJ: 82.641.325/0043-77
Endereço: Rua Bertolina May Kechele, nº 125, bairro Mulde – Indaial / SC – CEP 89.130-000
Representada por: Adriane Patricia Felipe de Mattos

GESTOR: Gerência de Bens Regulares (GEBER)

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO, ESPECIFICAÇÃO E QUANTIDADE

1.1 - O Presente Contrato tem por objetivo a **aquisição pela CONTRATANTE e o fornecimento pela CONTRATADA, de luvas de procedimento – enfrentamento do Covid19**, para a Secretaria de Estado da Saúde.

1.2 - Este Termo de Contrato vincula-se à proposta vencedora, independentemente de sua transcrição.

Item	Descrição do Material	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
01	Luva de procedimento descartável, tamanho grande (G) confeccionada em látex natural, íntegro e uniforme, formato anatômico, ambidestra, lubrificada com material bioabsorvível, atóxico, não estéril, resistente a tração, descartável, uso único, levemente entalcada, selo de conformidade, embalada em caixas, contendo dados de identificação, procedência validade, número do lote, as luvas devem ser armazenadas e transportadas em condições que evitem a possibilidade de afetar a integridade, em especial: calor, umidade, luz. Em conformidade a RDC nº 55 de 04 de novembro de 2011, portaria nº 332, de 26 de julho de 2012 e portaria nº 451, de 31 de agosto de 2012. Apresentar certificado de aprovação MTE Marca: DESCARPACK Fabricante: CAREGLOVE GLOBAL SDN. BHD. – MALÁSIA Procedência: Importada RMS: 10330669104 - C.A 29.966	420.000	R\$ 0,7499	R\$ 314.958,00
02	Luva de procedimento descartável, tamanho	1.215.000	R\$ 0,7499	R\$ 911.128,50

Página 1 de 7

ADRIANE PATRICIA
FELIPPE DE
MATTOS:00960366997

Assinado de forma digital por
ADRIANE PATRICIA FELIPPE DE
MATTOS:00960366997
Dados: 2021.05.21 10:11:19
-03'00'

CONTRATO 268/2021 (VM)

Pág. 01 de 07 - Documento assinado digitalmente. Para conferência, acesse o site <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo SES 00038351/2021 e o código 9AA11S9X.



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

	médio (M) confeccionada em látex natural, íntegro e uniforme, formato anatômico, ambidestra, atóxico, não estéril, resistente a tração, descartável, uso único, sem talco, selo de conformidade, embalada em caixas, contendo dados de identificação, procedência, validade 2250000*0,7499 e, número do lote. As luvas devem ser armazenadas e transportadas em condições que evitem a possibilidade de afetar a integridade, em especial: calor, umidade, luz. Em conformidade a RDC nº 55 de 04 de novembro de 2011, portaria nº 332, de 26 de julho de 2012 e portaria nº 451, de 31 de agosto de 2012. Apresentar certificado de aprovação MTE. Marca: DESCARPACK Fabricante: CAREGLOVE GLOBAL SDN. BHD. – MALÁSIA Procedência: Importada RMS: 10330669104			
03	Luva de procedimento descartável, tamanho grande (P) confeccionada em látex natural, íntegro e uniforme, formato anatômico, ambidestra, atóxico, não estéril, resistente a tração, descartável, uso único, sem talco, selo de conformidade, embalada em caixas, contendo dados de identificação, procedência, validade, número do lote. As luvas devem ser armazenadas e transportadas em condições que evitem a possibilidade de afetar a integridade, em especial: calor, umidade, luz. Em conformidade a RDC nº 55 de 04 de novembro de 2011, portaria nº 332, de 26 de julho de 2012 e portaria nº 451, de 31 de agosto. Marca: UNIGLOVES Fabricante: UG GLOBAL RESOURCES SDN. BHD. – MALÁSIA Procedência: Importada RMS: 8147956003 - C.A 41.019	2.250.000	R\$ 0,7499	R\$ 1.687.275,00

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1 - A CONTRATADA obriga-se a fornecer o objeto deste instrumento, especificado(s) e quantificado(s) na cláusula primeira, ao preço líquido, CIF aproximado de **R\$ 2.913.361,50** (dois milhões, novecentos e treze mil, trezentos e sessenta e um reais e cinquenta centavos), considerando sua proposta de preços.

2.2. As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta da dotação orçamentária:

2.2.1. Projeto/Atividade:

2.2.2. Elemento Despesa:

2.2.3. Unidade Orçamentária:

2.3. A CONTRATADA deverá mencionar na respectiva Nota Fiscal/Fatura informações sobre o produto, tais como: a Denominação Comum Brasileira (DCB) do(s) princípio(s) ativo(s) e, quando houver, a MARCA sob o qual o mesmo é comercializado, Fabricante, Apresentação, País de Origem, o número Certificado de Registro do Produto junto ao Ministério da Saúde, o número do lote e o prazo de validade do produto. Além de mencionar o número do Contrato, do Edital, do Processo SES e da Autorização de Fornecimento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PAGAMENTO

Página 2 de 7

ADRIANE PATRICIA
FELIPPE DE
MATTOS:00960366
997

Assinado de forma digital
por ADRIANE PATRICIA
FELIPPE DE
MATTOS:00960366997
Dados: 2021.05.21
10:11:31 -03'00'

CONTRATO 268/2021 (VM)

Pág. 02 de 07 - Documento assinado digitalmente. Para conferência, acesse o site <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo SES 00038351/2021 e o código 9AA11S9X.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

3.1 - A SES efetuará o pagamento em 20 (vinte) dias após o recebimento e aceite do material com a respectiva Nota Fiscal/Fatura ou documento legalmente equivalente, observado o cumprimento integral das disposições contidas neste edital;

3.1.1 - Caso o vencimento do prazo de pagamento da Nota Fiscal/Fatura ocorra fora do calendário semanal ou de expediente bancário, o pagamento será efetuado na próxima data do calendário, imediatamente posterior ao vencimento, não incidindo qualquer compensação financeira neste período;

3.1.2 - O fornecedor ou prestador de serviços ao Estado que optar por receber seu pagamento em outras instituições que não o Banco do Brasil, ficará responsável pelo custo da tarifa bancária referente à respectiva transferência de valores entre Bancos, uma vez que os pagamentos efetuados pelo Estado são efetuados prioritariamente pelo Banco do Brasil.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO E DO LOCAL DE ENTREGA

4.1 - O prazo de entrega será de até 10 (dez) dias após o recebimento da Autorização de Fornecimento ou documento equivalente;

4.2 - A entrega será efetuada diretamente na Secretaria de Estado da Saúde, Rua Judite Melo dos Santos, 258, galpão 06, bairro Nova São José -Área Industrial, São José/SC, nas quantidades constantes na Autorização de Fornecimento;

4.3 - A Contratada somente irá fornecer os materiais constantes nos Anexos do presente instrumento e nas quantidades estipuladas;

4.4 - A Contratada deverá manter um controle rigoroso das quantidades fornecidas para que as mesmas não ultrapassem o estipulado nos Anexos.

CLÁUSULA QUINTA - DO RECEBIMENTO DO OBJETO

5.1 - A entrega do objeto desta licitação deverá ser efetuada na Secretaria de Estado da Saúde, Rua Judite Melo dos Santos, 258, galpão 06, bairro Nova São José -Área Industrial, São José/SC, nas quantidades constantes na Autorização de Fornecimento, correndo por conta da Contratada as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento;

5.1.1 - O material deverá indicar na embalagem a razão social da Contratada, o número deste Contrato, o número da nota fiscal e o número da Autorização de Fornecimento.

5.1.2 - Quando da entrega, o produto deverá estar em perfeitas condições para ser consumido, e as embalagens intactas (não danificadas).

5.1.3 - O produto entregue deverá ser novo, entendido como tal, de primeira utilização.

5.2 - Para os produtos em que é exigido pela legislação vigente prazo de validade, o mesmo deverá constar na embalagem.

5.3 - A Contratante reserva-se o direito de a qualquer tempo, previamente ao aceite, ou durante o prazo de garantia do objeto ofertado e entregue, proceder a análise técnica e de qualidade do objeto, diretamente ou por intermédio de terceiros por ele escolhido. Se rejeitados, deverão ser substituídos imediatamente pela Contratada, sem quaisquer ônus para a Contratante.

5.4 - Os produtos a serem fornecidos devem ser livres de impurezas, estando sujeitos ao controle de qualidade do Contratante diretamente ou por intermédio de terceiros, durante toda a execução do Contrato, sendo rejeitados os produtos não aprovados ou que se apresentarem impróprios para o consumo, os quais deverão ser imediatamente substituídos pelo fornecedor, sem qualquer custo adicional.

5.5 - A Contratada, mesmo não sendo a fabricante da matéria-prima empregada na fabricação de seu produto, responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade deste, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta.

5.6 - O aceite do(s) produto(s) pela Contratante, não exclui a responsabilidade civil da Contratada por vícios de quantidade ou qualidade do produto ou disparidade com as especificações técnicas exigidas no edital ou atribuídas pela Contratada, verificados posteriormente, garantindo-se à Contratante as faculdades previstas no artigo 18, da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

5.7 - O(s) objeto(s) cotado(s) deverá(ão) atender a legislação a ele(s) pertinente(s).

5.8 - As quantidades licitadas são estimativas, podendo a contratante requisitar quantidades maiores ou menores conforme a efetiva necessidade, respeitando-se os limites da Lei.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO/ALTERAÇÃO

- 6.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de 6 (seis) meses, com início na data de sua assinatura;
- 6.2. O contrato poderá ser acrescido ou suprimido em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato (art. 4º-I, da Lei n.º 13.979).

CLÁUSULA SÉTIMA - DA ALTERAÇÃO DOS PREÇOS

- 7.1 - Os preços contratados não serão alterados.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

- 8.1 - A rescisão do Contrato poderá ser efetuada conforme determina o artigo 79 e acarretar as consequências previstas no artigo 80, pelos motivos previstos nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8666/93 e alterações posteriores.
- 8.2 - O Presente Contrato poderá ser rescindido a critério da CONTRATANTE, sem que à Contratada caiba qualquer indenização, ou, reclamação, nos seguintes casos:
- 8.2.2 - Inobservância das especificações acordadas e/ou rejeição dos serviços prestados;
- 8.2.3- Inadimplência de qualquer cláusula contratual e/ou da proposta ofertada;
- 8.2.4 - Falência, liquidação judicial ou extrajudicial, concordata preventiva da fornecedora, requeridas, homologadas ou decretadas;
- 8.2.5 - A Contratada, reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa, prevista no art 77, da Lei 8.666/93, bem como Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, no Decreto Estadual nº 2.617, de 16 de setembro de 2009.

CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO

- 9.1 - A fiscalização do contrato será exercida por um representante da CONTRATANTE, indicado pela unidade e identificado no contrato/ata, a quem competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato;

UNIDADE	FUNÇÃO	NOME	MATRÍCULA
GEBER	FISCAL	Alexandre de Souza	360382-01-2
GEBER	GESTOR	Paulo Carlos Brentano Junior	671389-0-2

- 9.2 - A CONTRATANTE se reserva o direito de rejeitar no todo ou em parte os produtos entregues, se em desacordo com o contrato;
- 9.3 - A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui, nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, resultante de imperfeições técnicas ou utilização de material de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implicará a responsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos. (Art. 70 da lei 8.666/93).

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES E SANÇÕES

- 10.1 - As empresas que não cumprirem as obrigações assumidas na fase licitatória e/ou de execução do contrato estão sujeitas às seguintes sanções:
- a) advertência;
- b) multa;
- c) suspensão temporária, não superior a 5 (cinco) anos, na modalidade de pregão, e não superior a 2 (dois) anos para as demais modalidades, aplicada segundo a natureza e a gravidade da falta cometida; e
- d) declaração de inidoneidade para licitar com a Administração Pública;
- 10.2 - A advertência será emitida pela Administração, quando o contratado descumprir qualquer obrigação;
- 10.3 - A multa será imposta à contratada pelo atraso injustificado na entrega ou execução do contrato, de acordo com as alíquotas a seguir:
- a) 0,33 % (zero, trinta e três por cento) por dia de atraso, na entrega do objeto ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9% (nove, nove por cento);



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

b) 10 % (dez por cento) em caso de não entrega do objeto ou não conclusão do serviço ou rescisão do contrato por culpa da contratada, calculado sobre a parte inadimplente;

c) até 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega;

10.3.1 - O valor da multa e/ou custas de depósito será deduzido dos créditos ou garantias da empresa, ou cobrado administrativa ou judicialmente;

10.3.2 - Sempre que a multa ultrapassar os créditos da contratada e/ou garantias, o valor excedente será encaminhado à cobrança extrajudicial ou judicial;

10.3.3 - O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do serviço;

10.3.4 - A multa será aplicada quando o atraso for superior a cinco dias;

10.3.5 - A aplicação da multa não impede que sejam aplicadas outras penalidades;

10.4 - A suspensão impossibilitará a participação da empresa em licitações e/ou contratos, ficando suspenso o seu registro cadastral no Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina/SEA, de acordo com os prazos a seguir:

a) por até 30 (trinta) dias, quando aplicada a pena de advertência emitida pela Administração e a empresa permanecer inadimplente;

b) por até 90 (noventa) dias, quando a empresa interessada solicitar cancelamento da proposta após a abertura e antes do resultado do julgamento;

c) por até 12 (doze) meses, quando a empresa adjudicada se recusar a retirar a autorização de fornecimento ou assinar o contrato;

d) por até 12 (doze) meses, quando a empresa adjudicada motivar a rescisão total ou parcial da autorização de fornecimento e/ou do contrato;

e) por até 12 (doze) meses, quando a empresa praticar atos que claramente visem à frustração dos objetivos da licitação;

f) por até 24 (vinte e quatro) meses, quando a empresa apresentar documentos fraudulentos nas licitações;

g) por até 5 (cinco) anos quando, na modalidade de pregão, a fornecedora convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, que não celebrar o contrato, que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, que ensejar o retardamento da execução de seu objeto, que não mantiver a proposta, que falhar ou fraudar na execução do contrato, que se comportar de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios; e
h) até a realização do pagamento, quando a empresa receber qualquer das multas previstas no item anterior.

10.4.1 - A penalidade de suspensão aplicada pela Administração, publicada no Diário Oficial do Estado, implicará na suspensão da fornecedora junto ao Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina/SEA;

10.4.2 - A suspensão do direito de licitar poderá ser ampliada até o dobro, em caso de reincidência;

10.5 - A declaração de inidoneidade será aplicada pelo Secretário de Estado da Administração – SEA;

10.5.1 - A declaração de inidoneidade permanecerá em vigor enquanto perdurarem os motivos que determinaram a punibilidade ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que a aplicou;

10.5.2 - A declaração de inidoneidade terá seus efeitos extensivos a toda Administração Pública;

10.6 - As empresas que apresentarem documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados, ou que por quaisquer outros meios praticarem atos irregulares ou ilegalidades para obtenção do registro no Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina/SEA, estarão sujeitas às seguintes penalidades:

a) suspensão temporária do Certificado de Cadastro de Fornecedores - CCF ou da obtenção do registro, por até 5 (cinco) anos na modalidade de pregão e até 2 (dois) anos para as demais modalidades, dependendo da natureza e gravidade dos fatos; e

b) declaração de inidoneidade, nos termos do artigo anterior.

10.7 - As sanções previstas neste edital poderão também ser aplicadas às empresas ou profissionais que:

a) tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos; e

b) tenham praticado atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;

10.8 - Compete à Assessoria Jurídica da SES/SUC, após análise a indicação das penalidades previstas neste edital e legislação vigente, cuja aplicação dependerá da homologação da autoridade competente do órgão ou entidade;



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

10.9 - É facultado à interessada interpor recurso contra a aplicação das penalidades previstas neste edital, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, que será dirigido à autoridade competente do órgão ou entidade;

10.10 - As penalidades aplicadas serão registradas na Secretaria de Estado da Administração/ Diretoria de Gestão de Materiais e Serviços – DGMS, no Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina/SEA;

10.10.1 - Homologadas e publicadas as penalidades, a Administração as encaminhará ao Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina/ SEA, para registro.

PARÁGRAFO ÚNICO - As multas pecuniárias aqui estabelecidas serão recolhidas na Tesouraria da Secretaria de Estado da Saúde, situada no 9º (nono) andar, na Rua Esteves Júnior, 160, Centro, Florianópolis, SC.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PRÁTICAS FRAUDULENTAS E DE CORRUPÇÃO

11 - As partes, por seus agentes públicos ou por seus sócios, acionistas, administradores e colaboradores: I – declaram que têm conhecimento das normas previstas na legislação, entre as quais nas Leis nºs 8.429/1992 e 12.846/2013, seus regulamentos e eventuais outras aplicáveis;

II – comprometem-se em não adotar práticas ou procedimentos que se enquadrem nas hipóteses previstas nas leis e regulamentos mencionados no inciso anterior e se comprometem em exigir o mesmo pelos terceiros por elas contratados;

III – comprometem-se em notificar à Controladoria-Geral do Estado qualquer irregularidade que tiverem conhecimento acerca da execução do contrato;

IV – declaram que têm ciência que a violação de qualquer das obrigações previstas na Instrução Normativa conjunta CGE/SEA nº 01/2020, além de outras, é causa para a rescisão unilateral do contrato, sem prejuízo da cobrança das perdas e danos, inclusive danos potenciais, causados à parte inocente e das multas pactuadas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

12.1 - A Contratada não poderá subcontratar, ceder ou transferir total ou parcialmente o objeto do contrato a terceiros ou a eles associar-se sem prévia autorização da Contratante sob pena da imediata rescisão do contrato e demais sanções aplicáveis Lei Federal nº 8666/93.

12.2 - Farão parte integrante deste contrato todos os elementos apresentados pela licitante vencedora que tenham servido de base à presente licitação, bem como, as condições estabelecidas neste Edital e Anexos.

12.3 - No caso de recusa ou demora no atendimento a qualquer reclamação independente das sanções cabíveis, a CONTRATANTE poderá confiar a outrem a execução do contrato, descontando o seu custo de uma só vez, no primeiro pagamento a ser feito, sem que a em presa vencedora possa impugnar o seu valor.

12.4 - A tolerância de qualquer das partes, relativa às infrações cometidas contra disposições deste Contrato, não exime o infrator de ver exigido, a qualquer tempo, seu cumprimento integral.

12.5 - A Contratada se obriga a manter as condições de habilitação e qualificação durante a vigência deste contrato, sob pena da aplicação do disposto na Cláusula Décima;

12.6 - O presente contrato é regido pela pelo Decreto Estadual nº 2.617, de 16 de setembro de 2009, pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações e pela Lei Federal nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020;

12.7 - Fica eleito o Foro da Comarca de Florianópolis, Capital do Estado de Santa Catarina, para dirimir eventuais litígios oriundos do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento.

Florianópolis, 20 de maio de 2021.

[Assinado digitalmente]
André Motta Ribeiro
Secretário de Estado da Saúde
CONTRATANTE

Página 6 de 7

ADRIANE PATRICIA
FELIPPE DE
MATTOS:00960366997

Adriane Patricia Felipe de Mattos
CREMER S.A
CONTRATADA

Assinado de forma digital por
ADRIANE PATRICIA FELIPPE DE
MATTOS:00960366997
Dados: 2021.05.21 10:12:17 -03'00'

CONTRATO 268/2021 (VM)



**ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

[Assinado digitalmente]
Paulo Carlos Brentano Junior
Gerência de Bens Regulares (GEBER)
GESTOR

ADRIANE PATRICIA
FELIPPE DE
MATTOS:00960366997

Assinado de forma digital por
ADRIANE PATRICIA FELIPPE DE
MATTOS:00960366997
Dados: 2021.05.21 10:12:28
-03'00'

CONTRATO 268/2021 (VM)



Código para verificação: **9AA11S9X**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ **ADRIANE PATRICIA FELIPPE DE MATTOS** (CPF: 009.XXX.669-XX) em 21/05/2021 às 10:12:28
Emitido por: "AC CNDL RFB", emitido em 10/07/2018 - 15:18:49 e válido até 10/07/2021 - 15:18:49.
(Assinatura ICP-Brasil)

✓ **ANDRÉ MOTTA RIBEIRO** em 22/05/2021 às 07:22:05
Emitido por: "SGP-e", emitido em 13/05/2021 - 18:41:36 e válido até 13/05/2121 - 18:41:36.
(Assinatura do sistema)

✓ **PAULO CARLOS BRENTANO JUNIOR** em 24/05/2021 às 13:05:04
Emitido por: "SGP-e", emitido em 13/07/2018 - 14:56:49 e válido até 13/07/2118 - 14:56:49.
(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U0VTXzcwNTIfMDAwMzgZNTFfMzg5NzZfMjAyMV85QUExMVM5WA==> ou o site <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SES 00038351/2021** e o código **9AA11S9X** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.

SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE
EXTRATO DE CONTRATO DA LICITAÇÃO CC 004/2018
CT.062/2021. Objeto: Execução dos serviços de reabilitação (de pavimento, drenagem, obras de arte corrente, sinalização, obras complementares e serviços diversos) na SC-114, trecho: BR-116 – Itaiópolis, numa extensão de 12,10 km. **Vencedora:** Construtora Fortunato LTDA. **Valor:** R\$ 11.862.683,75 (onze milhões, oitocentos e sessenta e dois mil, seiscentos e oitenta e três reais e setenta e cinco centavos). **Prazo:** 360 (trezentos e sessenta) dias. **Fundamentação Legal:** Art. 23, I, "c" da Lei Federal nº 8666/93 c/c Decreto Estadual nº 2.617/09. **Local e Data:** Florianópolis, 10/05/2021. **Signatários:** Secretário Thiago Augusto Vieira, pela SIE e os Srs. Odorico Fortunato e Leonardo Seiffert Fortunato, pela Contratada. **GGG: 2021AS005233.**

Cod. Mat.: 741626

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES. SES 157345/2020. Edital PE 0045/2021. OF 499/2021 E CONTRATO ASSISTÊNCIA TÉCNICA E GARANTIA Nº 257/2021. Objeto: Aquisição de Equipamentos médico-hospitalar para enfrentamento do CORONAVÍRUS destinados a Gerência de Anatomia Patológica- GERAP/SVO Valor R\$299.959,95 Contratada: Lupe Indústria Tecnológica de Equipamentos para Laboratórios Ltda - ME CNPJ: 08.614.304/0001-50 Vig. Estará em vigor pelo período de duração da garantia dos bens e suas eventuais restituições. CIG: 2021AS005224 .

Cod. Mat.: 741505

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES. SES 51879/2017. Edital PE 2868/2021. Contrato de Prestação de Serviços Nº 262/2021. Objeto: Serviços de manutenção técnica preventiva e corretiva com substituição de peças em centrais telefônicas para as Unidades da SES. Valor R\$ 199.500,00 Contratada: VOX10 Sistemas Computacionais EIRELI CNPJ: 34.036.386/0001-03 Vig. Doze meses a partir de 25/05/2021. Aprovação GGG2021AS005172.

Cod. Mat.: 741506

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES: 1º Termo Aditivo – PSES 71243/2021 - Acréscimo de 25% no quantitativo do item 2 - **ATA nº 1623/2021** – PE 639/2020 – PSES 27868/2020. Empresa: **LPK Ltda Epp.** Valor Aditado: R\$ 410,94. Inteiro teor: www.sgpe.sea.sc.gov.br

Cod. Mat.: 741463

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES: 1º Termo Aditivo – PSES 71246/2021 - Acréscimo de 25% no quantitativo do item 7 - **ATA nº 231/2021** – PE 2477/2020 – PSES 96122/2020. Empresa: **Cointer Material Médico Hospitalar Ltda.** Valor Aditado: R\$ 4.293,00. Inteiro teor: www.sgpe.sea.sc.gov.br

Cod. Mat.: 741466

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES. SES 49316/2021. Edital PE 0993/2021. CONTRATO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E GARANTIA Nº 278/2021. Objeto: Aquisição de equipamentos hospitalares para enfrentamento do CORONAVÍRUS destinados à Gerência de Anatomia Patológica (GERAP). Valor R\$ 11.495,00. Contratada: Comércio Atacadista Ilha Bela Distribuidora Ltda. CNPJ: 29.322.621/0001-73. Vig. Este contrato estará em vigor pelo período de duração da garantia dos bens e suas eventuais restituições. CIG: 2021AS005198.

Cod. Mat.: 741364

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES: 2º Termo Aditivo – PSES 71238/2021 - Acréscimo de 25% no quantitativo do item 15 - **ATA nº 1210/2020** – PE 606/2020 – PSES 28978/2020. Empresa: **CBS Médico Científica SA.** Valor Aditado: R\$ 1.060,80. Inteiro teor: www.sgpe.sea.sc.gov.br

Cod. Mat.: 741458

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES: 1º Termo Aditivo – PSES 71242/2021 - Acréscimo de 25% no quantitativo do item 6 - **ATA nº 1395/2020** – PE 1184/2020 – PSES 48231/2020. Empresa: **Verdesan Comércio Atacadista de Produtos de Higiene Ltda ME.** Valor Aditado: R\$ 18.277,44. Inteiro teor: www.sgpe.sea.sc.gov.br

Cod. Mat.: 741460

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES: **ATA 924/2021** PSES 47234/2021 – PE 959/2021. Empresa: **Life Technologies Brasil Comércio e Indústria de Produtos para Biotecnologia Ltda.** Objeto: Materiais de laboratório - LACEN. Valor total R\$ 73.000,00. Inteiro teor: www.sgpe.sea.sc.gov.br.

Cod. Mat.: 741451

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES: **ATA 925/2021** PSES 44485/2021 – PE 829/2021. Empresa: **Altermed Material Médico Hospitalar Ltda.** Objeto: Medicamentos - GEIJD. Valor

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES: **ATA 938/2021** PSES 129141/2020 – PE 2762/2020. Empresa: **GF Medika Importação e Exportação Ltda.** Objeto: OPME - HGMTR/ICSC. Valor total R\$ 93.080,00. Inteiro teor: www.sgpe.sea.sc.gov.br.

Cod. Mat.: 741453

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES: **ATA 941/2021** PSES 129141/2020 – PE 2762/2020. Empresa: **RBG Produtos Terapêuticos SA.** Objeto: OPME - ICSC. Valor total R\$ 124.757,00. Inteiro teor: www.sgpe.sea.sc.gov.br.

Cod. Mat.: 741455

A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES torna público: Contrato de Fornecimento nº 268/2021. R\$ 2.913.361,50. Processo SES 38351/2021 - DL SEA 0080/2021. Vigência: O prazo de vigência deste Contrato é de 6 (seis) meses, com início na data de sua assinatura. Empresa: Cremer S.A. CNPJ: 82.641.325/0043-77. Objeto: A aquisição pela CONTRATANTE e o fornecimento pela CONTRATADA, de luvas de procedimento – enfrentamento do Covid19, para a Secretaria de Estado da Saúde. CIG 2021SO004074 .

Cod. Mat.: 741313

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
EXTRATO Do 11º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO Sus 034/2020 - SES 129646/2019 - EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA 2376/2019

Entidade: Associação Franco Brasileira - Hospital Maicé

Município: Caçador

CNPJ: 33.543.356/0020-93

Objeto: Repasse conforme Portaria MS 1.059 de 24 de maio de 2021, referente a autorização de 12 (doze) leitos de Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto COVID-19.

Vigência: Correspondente ao mês de maio de 2021.

Resumo da Programação Orçamentária

R\$ 480.000,00 (mensal) 10 leitos

R\$ 96.000,00 (mensal) 02 leitos

Florianópolis, 26 de maio de 2021.

André Motta Ribeiro

Secretário de Estado da Saúde

Cod. Mat.: 741315

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
EXTRATO Do 8º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO Sus 009/2020 - SES 131645/2019 - EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA 2376/2019

Entidade: Instituto de Ensino e Assistência Social – Hospital Salvadoriano Divino Salvador

Município: Videira

CNPJ: 86.552.809/0003-03

Objeto: Repasse do recurso oriundo da Portaria MS 990 de 17 de maio de 2021, referente a autorização de 9 leitos de suporte ventilatório pulmonar para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19.

Vigência: Autorização com efeitos financeiros para maio de 2021.

Resumo da Programação Orçamentária

R\$ 129.254,40 (30 dias)

Florianópolis, 26 de maio de 2021

André Motta Ribeiro

Secretária de Estado da Saúde

Cod. Mat.: 741316

ERRATA

Contrato nº 267/2021 - Contrato de Fornecimento
Assunto: Correção do nome do representante legal da Contratada
Processo SES 18478/2021
Contratada: Boston Scientific do Brasil Ltda

ONDE SE LÊ:

Representada por: Eloá Silva Santos Gargi

Eloá Silva Santos Gargi
 Boston Scientific do Brasil Ltda.
 CONTRATADA

LEIA-SE:

Representada por: Andre Andrade Santos

Andre Andrade Santos
 Boston Scientific do Brasil Ltda.
 CONTRATADA

Florianópolis, 24 de maio de 2021.

[Assinado digitalmente]

Cláudia de Lucca Matheus Rocha

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES: **ATA 938/2021** PSES 129141/2020 – PE 2762/2020. Empresa: **GF Medika Importação e Exportação Ltda.** Objeto: OPME - HGMTR/ICSC. Valor total R\$ 93.080,00. Inteiro teor: www.sgpe.sea.sc.gov.br.

Cod. Mat.: 741453

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES: **ATA 941/2021** PSES 129141/2020 – PE 2762/2020. Empresa: **RBG Produtos Terapêuticos SA.** Objeto: OPME - ICSC. Valor total R\$ 124.757,00. Inteiro teor: www.sgpe.sea.sc.gov.br.

Cod. Mat.: 741455

A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES torna público: Contrato de Fornecimento nº 268/2021. R\$ 2.913.361,50. Processo SES 38351/2021 - DL SEA 0080/2021. Vigência: O prazo de vigência deste Contrato é de 6 (seis) meses, com início na data de sua assinatura. Empresa: Cremer S.A. CNPJ: 82.641.325/0043-77. Objeto: A aquisição pela CONTRATANTE e o fornecimento pela CONTRATADA, de luvas de procedimento – enfrentamento do Covid19, para a Secretaria de Estado da Saúde. CIG 2021SO004074 .

Cod. Mat.: 741313

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
EXTRATO Do 11º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO Sus 034/2020 - SES 129646/2019 - EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA 2376/2019

Entidade: Associação Franco Brasileira - Hospital Maicé

Município: Caçador

CNPJ: 33.543.356/0020-93

Objeto: Repasse conforme Portaria MS 1.059 de 24 de maio de 2021, referente a autorização de 12 (doze) leitos de Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto COVID-19.

Vigência: Correspondente ao mês de maio de 2021.

Resumo da Programação Orçamentária

R\$ 480.000,00 (mensal) 10 leitos

R\$ 96.000,00 (mensal) 02 leitos

Florianópolis, 26 de maio de 2021.

André Motta Ribeiro

Secretário de Estado da Saúde

Cod. Mat.: 741315

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
EXTRATO Do 8º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO Sus 009/2020 - SES 131645/2019 - EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA 2376/2019

Entidade: Instituto de Ensino e Assistência Social – Hospital Salvadoriano Divino Salvador

Município: Videira

CNPJ: 86.552.809/0003-03

Objeto: Repasse do recurso oriundo da Portaria MS 990 de 17 de maio de 2021, referente a autorização de 9 leitos de suporte ventilatório pulmonar para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19.

Vigência: Autorização com efeitos financeiros para maio de 2021.

Resumo da Programação Orçamentária

R\$ 129.254,40 (30 dias)

Florianópolis, 26 de maio de 2021

André Motta Ribeiro

Secretária de Estado da Saúde

Cod. Mat.: 741316

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
EXTRATO Do 11º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO Sus 034/2020 - SES 129646/2019 - EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA 2376/2019

Entidade: Associação Franco Brasileira - Hospital Maicé

Município: Caçador

CNPJ: 33.543.356/0020-93

Objeto: Repasse conforme Portaria MS 1.059 de 24 de maio de 2021, referente a autorização de 12 (doze) leitos de Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto COVID-19.

Vigência: Correspondente ao mês de maio de 2021.

Resumo da Programação Orçamentária

R\$ 480.000,00 (mensal) 10 leitos

R\$ 96.000,00 (mensal) 02 leitos

Florianópolis, 26 de maio de 2021.

André Motta Ribeiro

Secretário de Estado da Saúde

Cod. Mat.: 741315

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
EXTRATO Do 8º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO Sus 009/2020 - SES 131645/2019 - EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA 2376/2019

Entidade: Instituto de Ensino e Assistência Social – Hospital Salvadoriano Divino Salvador

Município: Videira

CNPJ: 86.552.809/0003-03

Objeto: Repasse do recurso oriundo da Portaria MS 990 de 17 de maio de 2021, referente a autorização de 9 leitos de suporte ventilatório pulmonar para atendimento exclusivo dos pacientes da COVID-19.

Vigência: Autorização com efeitos financeiros para maio de 2021.

Resumo da Programação Orçamentária

R\$ 129.254,40 (30 dias)

Florianópolis, 26 de maio de 2021

André Motta Ribeiro

Secretária de Estado da Saúde

Cod. Mat.: 741316



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
Rua Esteves Júnior, nº 160 - Centro.
Florianópolis/SC - CEP: 88015-130
Telefone: (48) 3664-8739 / 3664-8740
Site: www.compraslicitacoes.saude.sc.gov.br
Email: compradireta@saude.sc.gov.br

EDITAL DE COMPRA DIRETA Nº 727/2020

PROCESSO SES 33519/2020

A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE (SES) solicita, por meio do presente, que as pessoas físicas ou jurídicas interessadas encaminhem propostas de preços, conforme as condições estabelecidas neste edital de compra direta para aquisição na modalidade dispensa de licitação pelo critério de **MENOR PREÇO** por **ITEM**.

OBJETO: Aquisição de máscara facial, conforme especificações constantes do Anexo I.

ENTREGA DAS PROPOSTAS: até 18h00min. do dia 25/03/2020.

1 - PROPOSTA

1.1 - A PROPOSTA deverá ser encaminhada até o prazo acima estipulado por correio eletrônico para compradireta@saude.sc.gov.br ou entregue na Diretoria de Licitações e Contratos, situada à Rua Esteves Júnior nº 160 - Centro - Florianópolis - SC.

1.1.1 - A PROPOSTA não poderá ter emendas, rasuras ou entrelinhas; deve estar datada, conter nome ou razão social, CNPJ ou CPF, endereço completo, telefone e e-mail e deve estar assinada pelo representante legal da empresa;

1.2 - A PROPOSTA deverá conter a marca do produto ofertado, apresentação, preço unitário e total por item. Estes deverão ser em moeda nacional, computados os tributos de qualquer natureza incidentes sobre o material/serviço e a venda a ser realizada, bem como, o custo de transporte, inclusive carga e descarga, na modalidade CIF, correndo tal operação, única e exclusivamente por conta, risco e responsabilidade das empresas vencedoras. No preço cotado por item, já estarão incluídos todos os descontos oferecidos;

1.3 - A PROPOSTA deverá ter validade não inferior a 60 (sessenta) dias;

1.4 - O autor da OFERTA VENCEDORA deverá apresentar os documentos elencados abaixo:

1.4.1 - Prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

1.4.2 - Prova de regularidade fiscal para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal da sede ou domicílio da licitante, expedidas pelos órgãos abaixo relacionados:

1.4.2.1 - Da Secretaria da Receita Federal, com relação à regularidade fiscal Federal;

1.4.2.2 - Da Procuradoria da Fazenda Nacional, referente à Dívida Ativa da União;

1.4.2.3 - Da Secretaria da Fazenda Estadual, ou outro órgão competente, com relação à regularidade fiscal Estadual;

1.4.2.4 - Da Secretaria de Finanças Municipal, ou outro órgão competente, com relação à regularidade fiscal Municipal. No caso de municípios que mantêm Cadastro Mobiliário e Imobiliário separados, deverão ser apresentados os comprovantes referentes a cada um dos cadastros;

1.4.3 - Prova de regularidade relativa à Seguridade Social, fornecida pelo Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) - CND;

1.4.4 - Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) - CRS;

1.4.5 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

1.5 - A documentação acima elencada no item 1.4 poderá ser substituída pelo Certificado de Cadastro de Fornecedor emitido pela Diretoria de Gestão de Materiais e Serviços da Secretaria de Estado da Administração;

1.6 - Caso haja a necessidade expressa em edital de apresentação de laudos, certificados de qualidade técnica, ensaios laboratoriais e correlatos, estes devem ser apresentados em língua portuguesa ou traduzidos, acompanhados do original fonte;

1.7 - A proposta deverá cumprir os requisitos listados no Anexo I (detalhamento do objeto).

2 - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

2.1 - A SES efetuará o pagamento em 30 (trinta) dias após o recebimento e aceite dos bens ou serviços com a respectiva Nota Fiscal/Fatura ou documento legalmente equivalente, observado o cumprimento integral das disposições contidas neste edital;

2.2 - O fornecedor ou prestador de serviços ao Estado que optar por receber seu pagamento em outras instituições que o Banco do Brasil, ficará responsável pelo custo da tarifa bancária referente à respectiva transferência de valores entre Bancos, uma vez que os pagamentos efetuados pelo Estado são efetuados prioritariamente pelo Banco do Brasil;

2.3 - A empresa deverá mencionar na respectiva Nota Fiscal/Fatura informações sobre o produto, tais como: a marca sob o qual o mesmo é comercializado, fabricante, além de mencionar o número da Ordem Fornecimento ou Contrato de Prestação de Serviços;

2.4 - Também será obrigatório que a empresa mencione na Nota Fiscal/Fatura os seguintes dados bancários para pagamento: número do banco, número da agência com dígito e número da conta corrente com dígito.

3 - DISPOSIÇÕES GERAIS

3.1 - A participação na presente cotação de preços implica na aceitação integral e irretratável de todas as condições exigidas neste edital e dos documentos que dele fazem parte, bem como na observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor;

3.2 - A empresa ganhadora fica obrigada a aceitar os acréscimos ou supressões em até 25% (vinte e cinco por cento) no quantitativo estimado (artigo 65, § 1º da Lei de Licitações);

3.3 - A presente aquisição baliza-se pelos preceitos da Lei 8.666/93 e suas alterações, estando sujeitas as empresas participantes as sanções previstas no Decreto Estadual nº 2617/2009;

3.4 - As empresas que não cumprirem as obrigações assumidas na Cotação de Preços e/ou na execução do objeto estão sujeitas às seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa;

III - suspensão temporária, não superior a 2 (dois) anos, aplicada segundo a natureza e a gravidade da falta cometida;

3.5.1 - A advertência é a sanção por escrito, emitida pela Administração, quando o contratado descumprir qualquer obrigação, ressalvado o disposto no § 3º do art. 11 do Decreto Estadual nº 2617/2009;

3.5.2 - A multa é a sanção pecuniária que será imposta à contratada pelo atraso injustificado na entrega ou execução do Contrato, de acordo com as alíquotas a seguir:

I - 0,33 % (zero, trinta e três por cento) por dia de atraso, na entrega do objeto ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9% (nove vírgula nove por cento);

II - 10 % (dez por cento) em caso de não entrega do objeto ou não conclusão do serviço ou rescisão do Contrato ou cancelamento da Ordem de Fornecimento/Autorização de Fornecimento por culpa da contratada, calculado sobre a parte inadimplente;

III - até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato/Ordem de Fornecimento/Autorização de Fornecimento, pelo descumprimento de qualquer cláusula, exceto prazo de entrega.

3.5.2.1 - O valor da multa e/ou custas de depósito será deduzido dos créditos ou garantias da empresa, ou cobrado administrativa ou judicialmente.

3.5.2.2 - Sempre que a multa ultrapassar os créditos da contratada e/ou garantias, o valor excedente será encaminhado à cobrança extrajudicial ou judicial.

3.5.2.3 - O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do serviço.

3.5.2.4 - A multa será aplicada quando o atraso for superior a cinco dias.

3.5.2.5 - A aplicação da multa não impede que sejam aplicadas outras sanções previstas neste Edital;

3.5.3 - A suspensão é a sanção que impossibilita a participação da empresa em licitações e/ou Contratos, ficando suspenso o seu registro cadastral no Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina, de acordo com os prazos a seguir:

I - por até 30 (trinta) dias, quando aplicada a pena de advertência emitida pela Administração e a empresa permanecer inadimplente;

II - por até 90 (noventa) dias, quando a empresa interessada solicitar cancelamento da proposta após a abertura e antes do resultado do julgamento;

III - por até 12 (doze) meses, quando a empresa adjudicada se recusar a retirar a Autorização de Fornecimento, Ordem de Fornecimento ou assinar o Contrato;

IV - por até 12 (doze) meses, quando a empresa adjudicada motivar a rescisão total ou parcial da Autorização de Fornecimento, Ordem de Fornecimento ou do Contrato;

V - por até 12 (doze) meses, quando a empresa praticar atos que claramente visem à frustração dos objetivos da Cotação de Preços;

VI - por até 24 (vinte e quatro) meses, quando a empresa apresentar documentos fraudulentos;

VII - por até 2 (dois) anos quando a fornecedora convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, que não celebrar o Contrato, que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida no edital, que ensejar o retardamento da execução de seu objeto, que não mantiver a proposta, que falhar ou fraudar na execução do Contrato, que se comportar de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios; e

VIII - até a realização do pagamento, quando a empresa receber qualquer das multas previstas no artigo anterior.

3.6 - Na apreciação das propostas poderão ser solicitadas informações complementares, amostras e/ou prospectos, a fim de obter maiores informações sobre o produto e/ou serviço ofertado, o que deverá ser providenciado no prazo estabelecido pela Gerência solicitante, sob pena de desclassificação;

3.7 - A cotadora vencedora não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto do Contrato, Ordem de Fornecimento e/ou Autorização de Fornecimento a terceiros ou a eles associar-se sem prévia autorização da contratante, sob pena de imediata rescisão do contrato e demais sanções aplicáveis, conforme Lei 8.666/93.

3.8 - Os orçamentos que compõem este processo poderão ser utilizados para aquisição dos itens caso haja vantagem para a SES, interesse da empresa cotadora e atendimento aos requisitos solicitados neste Edital.

3.9 - Não poderá participar, direta ou indiretamente, desta cotação de preços servidor ou dirigente da Secretaria de Estado da Saúde, em conformidade com o disposto no inciso III do art. 9º da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993.

3.10 - O resultado deste edital de compra direta será disponibilizado para acompanhamento no site www.compraslicitacoes.saude.sc.gov.br / <https://sgpe.sea.sc.gov.br/atendimento>

3.11 - Nos casos omissos deste edital serão adotados os prazos para a modalidade convite.

Florianópolis, 24 de Março de 2020.

Núcleo de Compra Direta

DLIC - Diretoria de Licitações e Contratos

ANEXO I
MATERIAIS GERAIS - ORDEM DE FORNECIMENTO
DETALHAMENTO DO OBJETO

Item	Código	Descrição	Unidade	Total
1	009660138	Máscara facial sem viseira com no mínimo três camadas, camada externa 100% em polipropileno, e camada interna de celulose e poliéster, para procedimentos cirúrgicos, com clips nasal, eficiência de filtração bacteriana acima (BFE) de 95%, formato antômico, hipoalergêncio, inodora, sem prejuízo da respiração natural, presilhas reforçadas, com ajuste de tiras, sem desprender partículas do material (fiapos), acondicionados em recipiente que garanta a integridade do produto, apresentando na embalagem dados de identificação, lote, data de validade, procedência, apresentar laudo de eficiência de filtração bacteriana (EBF), apresentar certificado de aprovação MT.	PECA	17.640

1 - PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

1.1 - Como o objeto do presente edital é de entrega imediata e integral, para autorizar a entrega dos materiais a SES emitirá uma Ordem de Fornecimento (OF);

1.2 - O prazo de entrega do objeto será de até 10 (dez) dias após o recebimento da Ordem de Fornecimento;

1.3 - A entrega será efetuada conforme condições da Ordem de Fornecimento para:

SIGLA	UNIDADE	ENDEREÇO	TELEFONE
GEBER	Gerência de Bens Regulares	Rua Judite Melo dos Santos, 251 – Galpão 06 a 09 Distrito Industrial – São José – SC Cep. 88.104-765	(48) 3665-5510

2 - REQUISITOS DA PROPOSTA

2.1 - Quando se tratar de material com prazo de validade, estes não poderão estar com a validade inferior a 75% do seu prazo total de validade.

2.2 - Deverá constar marca e/ou procedência, modelo, nº registro ANVISA (quando aplicável), apresentação e nome comercial do produto cotado no campo “observações adicionais” de cada item.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 727/2020

PROCESSO SES 33519/2020

1 - OBJETO: Aquisição emergencial de máscara facial sem viseira com no mínimo três camadas.

2 – UNIDADE INTERESSADA: Gerência de Bens Regulares (GEBER).

3 – FORMA DE CONTRATAÇÃO: A presente Dispensa de Licitação será efetivada por meio da emissão de Ordem de Fornecimento, conforme abaixo:

EMPRESA	OF nº	VALOR
BIOGEOENERGY FABRICAÇÃO E LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS LTDA	355/2020	R\$ 65.268,00

4 - DESPESAS: A Dispensa de Licitação resultará em uma despesa total de **R\$ 65.268,00** (sessenta e cinco mil e duzentos e sessenta e oito reais).

5 - FUNDAMENTO DA DISPENSA:

Versa o artigo 24, IV, da Lei nº 8.666/93:

Art. 24 - É dispensável a licitação:

IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos.

6 - PARECER JURÍDICO: Aprovado conforme parecer jurídico nº 526/2020, acostado aos autos.

7 – JUSTIFICATIVA:

Os motivos para a aquisição emergencial estão expostos na Comunicação Interna (CI) nº 0798/2020, emitida pela Diretoria de Planejamentos e Gestão de Compras (DPGC) acostada à fl. 02 dos autos.

Por meio de referida CI informou-se haver urgência na aquisição do item de código CIASC 009660138 (máscara facial sem viseira com no mínimo três camadas), em razão de se tratar de item essencial para a prevenção da disseminação da doença COVID-19.

O item consta na Ata de Registro de Preços (ARP) nº 1494/2019 (PSES 34237/2019), vigente até 13/10/2020 e, apesar de termo aditivo de acréscimo de 25% no quantitativo do item, o saldo total não será capaz de suprir a demanda desta SES para o enfrentamento da pandemia. Tramita novo processo para aquisição do material por meio de licitação, contudo, o Pregão Eletrônico nº 763/2020 (PSES 33544/2020) está em fase de recebimento de propostas, com término previsto para o dia 24/04/2020.

Sendo assim, considerando Decreto Estadual nº 515, de 17 de março de 2020, que declarou estado de emergência em todo território estadual para fins de prevenção e combate à epidemia do COVID-19, bem como ditames contidos no art. 4º da Lei Federal nº 13.979/2020, de 06 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, com a finalidade precípua de evitar prejuízos no pronto atendimento aos pacientes usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), torna-se justificável e necessária a dispensa do processo licitatório.

8 - RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:



**ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

O fornecedor foi escolhido mediante consulta de preços ao mercado através de edital de cotação de preços, adjudicando-se a empresa que apresentou o menor preço, conforme parecer técnico acostado às fl. 530e resultado da cotação acostado à fl. 44 dos autos.

9 – JUSTIFICATIVA DO PREÇO:

O preço de aquisição foi obtido mediante cotação de preços e o motivo para a escolha foi a necessidade e a urgência do caso.

Diante do exposto, propomos seja autorizada a Dispensa de Licitação na forma do disposto no artigo *a priori* mencionado e conforme condições anteriormente estabelecidas.

Florianópolis, 31 de março de 2020.

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA:

1 – Ciente.

2 - Em vista da necessidade da aquisição do objeto supracitado, com os poderes conferidos pelo Ato nº 376, de 14 de fevereiro de 2020, e pela Portaria nº 813, de 30 de setembro de 2019, resolvo HOMOLOGAR a Dispensa de Licitação nº 727/2020 e autorizar a despesa supracitada.

3 - Para prosseguimento.

[Assinado digitalmente]

Márcia Regina Geremias Pauli
Superintendente de Gestão Administrativa



Código para verificação: **F2R30J3Y**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI em 31/03/2020 às 18:02:37

Emitido por: "SGP-e", emitido em 20/02/2020 - 16:27:03 e válido até 20/02/2120 - 16:27:03.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U0VTXzcwNTIfMDAwMzM1MTIfMzQzMDhfmjAyMF9GMllzMEozWQ==> ou o site

<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SES 00033519/2020** e o código **F2R30J3Y** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.



FATURAMENTO: FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE(FES)

CNPJ: 80.673.411/0001-87

OF Nº: 355/2020

Data da OF: 31/03/2020 (cadastrada em: 31/03/2020 14:58)

FORNECEDOR:

BIOGEOENERGY FABRICAÇÃO E LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS LTDA CÓDIGO: 11715

CNPJ: 33578004000100

Fone: (16) 3303-1103

Email: contato@biogeoenergy.com.br

Endereço: AV. MANUEL DE ABREU, Nº 2445

UNIDADE 19 VILA SEDENHO Araraquara/SP CEP: 14.806-500

Relação de Compra nº: 692/2020 Edital nº: 727/2020(DL)

Protocolo: SES 33519/2020

PRAZO DE ENTREGA: 10 dias CONDIÇÕES PAG: 30 dias

UNIDADE(S) SOLICITANTE(S): GERÊNCIA DE BENS REGULARES

Doc. solicitante: CI

LOCAL DE ENTREGA: DAMAD - ALMOX. CENTRAL MATERIAIS

Endereço: R:JUDITE MELO DOS SANTOS, N 251 GALP 6a9 - DISTRITO INDUSTRIAL - São José/SC

CEP: 88.104-765 Fone: (48) 3665-5510 Fax (48) 3665-5515 Email: gerabagesad@saude.sc.gov.br

Importante: SOB PENA DE DEVOLUÇÃO DA NOTA FISCAL, ESTA DEVERÁ VIR COM OS DADOS BANCÁRIOS PARA PAGAMENTO NO CORPO DA NOTA.

- Em se tratando de PESSOA JURÍDICA: a conta corrente deverá pertencer ao mesmo CNPJ da empresa;

- Em se tratando de PESSOA FÍSICA: a conta corrente deverá pertencer ao CPF do favorecido;

- Os pagamentos não serão efetuados, em hipótese alguma, em conta poupança;

Este documento só terá validade quando apresentado com o respectivo Número do Empenho.

Item	Cd Material	Descrição do Material	Quant.	UN	Unitário	Sub Total	Tipo
1	009660138	Máscara facial sem viseira com no mínimo três camadas, camada externa 100% em polipropileno, e camada interna de celulose e poliéster, para procedimentos cirúrgicos, com clips nasal, eficiência de filtragem bacteriana acima (BFE) de 95%, formato antômico, hipoalergêncio, inodora, sem prejuízo da respiração natural, presilhas reforçadas, com ajuste de tiras, sem desprender partículas do material (fiapos), acondicionados em recipiente que garanta a integridade do produto, apresentando na embalagem dados de identificação, lote, data de validade, procedência, apresentar laudo de eficiência de filtragem bacteriana (EBF), apresentar certificado de aprovação MT. Máscara facial sem viseira com no mínimo três camadas, tiras Marca: R2 / Modelo: MA20 Apresentação: Caixa com 50 unidades, embalagem com 40caixas / Fracionam caixa para fechar quantitativo CERTIFICADO EN 14683-2019CTB200305029WX	17.640	PECA	3,70	65.268,00	MC
Itens	1				Total	65.268,00	



Assinatura e carimbo

**Documentos obrigatórios a serem
apresentados juntamente com as
notas fiscais:**

- Certidão Municipal
- Certidão Estadual
- Certidão Federal
- Certidão do FGTS
- Certidão Trabalhista



Assinaturas do documento



Código para verificação: **LA8E458W**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA em 31/03/2020 às 17:43:19

Emitido por: "SGP-e", emitido em 12/06/2019 - 16:51:44 e válido até 12/06/2119 - 16:51:44.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U0VTXzcwNTIfMDAwMzM1MTIfMzQzMDhfmjAyMF9MQThFNDU4Vw==> ou o site

<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SES 00033519/2020** e o código **LA8E458W** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.

Licitações

Secretarias de Estado

Secretaria de Estado da Educação
AVISO DE SUSPENSÃO SINE DIE ADR07 2478/2018.
A Secretaria de Estado da Educação - SED comunica que, em razão de problemas no trâmite do processo licitatório na modalidade **Pregão Eletrônico nº 20/2020**, que tem por objeto Plataforma elevatória para Portadores de Necessidades Especiais. para a Secretaria de Estado da Educação - SED e, em função do que determina a legislação em vigor, **DETERMINA A SUSPENSÃO SINE DIE** do envio das propostas e abertura da referida licitação. Processo SGP-e: **SED 2551/2020**. CIG: **SED 7119/2020**. Florianópolis, 17 de abril de 2020.
Natalino Uggioni
Secretário de Estado da Educação

Cod. Mat.: 665143

A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES. Dispensa de Licitação (DL) 664/2020. PSES 15835/2020, CIG/SES 39180/2020. Objeto: Aquisição de medicamento para DIAF. Justificativa e Fundamento: art. 24, IV, Lei nº 8.666/93. OF 301/2020. Fornecedor: FURP-FUNDAÇÃO PARA O REMÉDIO POPULAR. Valor total da R\$ 121.698,50.

Cod. Mat.: 664951

A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES. Dispensa de Licitação (DL) 448/2020. PSES 21478/2020, CIG/SES 41468/2020. Objeto: Aquisição de medicamento para DIAF. Justificativa e Fundamento: art. 24, IV, Lei nº 8.666/93. OF 299/2020. Fornecedor: CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS E FARMACÊUTICOS LTDA. Valor total da R\$ 2.336.700,00.

Cod. Mat.: 664952

A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES. Dispensa de Licitação (DL) 619/2020. PSES 31403/2020, CIG/SES 40164/2020. Objeto: Aquisição de material de enfermagem e cirurgia para GEBER. Justificativa e Fundamento: art. 24, IV, Lei nº 8.666/93. OF 306/2020. Fornecedor: LIVE COMÉRCIO DE MATERIAL HOSPITALAR EIRELI. Valor total da R\$ 2.474.640,00.

Cod. Mat.: 664954

A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES. Dispensa de Licitação (DL) 727/2020. PSES 33519/2020, CIG/SES 41016/2020. Objeto: Aquisição emergencial de material de enfermagem e cirurgia para GEBER. Justificativa e Fundamento: art. 24, IV, Lei nº 8.666/93. OF 355/2020. Fornecedor: BIOGEOENERGY FABRICAÇÃO E LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS LTDA. Valor total da R\$ 65.268,00.

Cod. Mat.: 664960

A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES. Dispensa de Licitação (DL) 800/2020. PSES 35392/2020, CIG/SES 44188/2020. Objeto: Aquisição emergencial de micropipetas para o LACEN. Justificativa e Fundamento: art. 24, IV, Lei nº 8.666/93. OF 398/2020. Fornecedor: EPPENDORF DO BRASIL LTDA. Valor total da R\$ 28.105,84.

Cod. Mat.: 664964

A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES. Dispensa de Licitação (DL) 815/2020. PSES 35494/2020, CIG/SES 47000/2020. Objeto: Aquisição de tubos de falcão para o LACEN. Justificativa e Fundamento: art. 24, IV, Lei nº 8.666/93. OF 456/2020. Fornecedor: BRAZDI IMP. EXPORT. COM. SERV. DE PRODUTOS LABORATORIAIS EIRELI. Valor total da R\$ 59.100,00.

Cod. Mat.: 664965

A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES. Dispensa de Licitação (DL) 780/2020. PSES 35503/2020, CIG/SES 43988/2020. Objeto: Aquisição emergencial de albumina bovina para o LACEN. Justificativa e Fundamento: art. 24, IV, Lei nº 8.666/93. OF 378/2020. Fornecedor: SIGMA-ALDRICH BRASIL LTDA. Valor total da R\$ 47.838,00.

Cod. Mat.: 664966

A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES. Dispensa de Licitação (DL) 734/2020. PSES 35904/2020, CIG/SES 40007/2020. Objeto: Aquisição emergencial de óleo diesel para HGMTR. Justificativa e Fundamento: art. 24, V, Lei nº 8.666/93. OF 351/2020. Fornecedor: AGRICOPEL COMÉRCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA. Valor total da R\$ 57.000,00.

Cod. Mat.: 664967

A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES. Dispensa de Licitação (DL) 750/2020. PSES 36808/2020, CIG/SES 40231/2020. Objeto: Aquisição emergencial de óculos de proteção para SUH. Justificativa e Fundamento: art. 24, IV, Lei nº 8.666/93. OF 339/2020. Fornecedor: BMI PROSPER EIRELI EPP. Valor total da R\$ 24.345,00.

Cod. Mat.: 664968

A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES. Dispensa de Licitação (DL) 756/2020. PSES 37434/2020, CIG/SES 39995/2020. Objeto: Aquisição emergencial de álcool gel para GEBER. Justificativa e Fundamento: art. 24, IV, Lei nº 8.666/93. OF 344/2020. Fornecedor: PKB PRODUTOS QUÍMICOS LTDA. Valor total da R\$ 120.000,00.

Cod. Mat.: 664969

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES
RESULTADO DE LICITAÇÃO
O Secretário de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde torna público o Resultado da Licitação nº 0369/2020 na modalidade: Pregão “Eletrônico”, cujo objeto: Registro de Preços para aquisição de materiais de laboratório para o Laboratório Central de Saúde Pública (LACEN). MENOR PREÇO:
Itens: 18, 19, 21, 22, 27, 32 e 36. NÃO COTADOS: Itens: 05, 07, 09, 10, 15, 23, 33 e 35. DESCLASSIFICAR OS ITENS DAS EMPRESAS, CONFORME DISCRIMINADO: Por apresentar preço excessivo (Art. 48, Inciso II, da Lei 8.666/93 e Alterações): LUDWIG BIOTECNOLOGIA LTDA – ME – Itens: 01, 03, 04, 06, 08, 11, 12, 13, 14, 16, 25 e 30. ACLASSISTÊNCIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA LABORATÓRIOS LTDA – EPP – Itens: 02, 20, 24, 26, 28, 29, 31 e 34. METROLOGICA EQUIPAMENTOS E PRODUTOS PARA LABORATÓRIOS LTDA – Item: 17. EMPRESAS VENCEDORAS: ACL ASSISTÊNCIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA LABORATÓRIOS LTDA – EPP – Itens: 21, 22, 27 e 32. LABORCLIN PRODUTOS PARA LABORATÓRIOS LTDA – Itens: 18, 19 e 36. CIG: 20073/2020.

Cod. Mat.: 664975

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES
RESULTADO DE LICITAÇÃO
O Secretário de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde torna público o Resultado da Licitação nº 0401/2020 na modalidade: Pregão “Eletrônico”, cujo objeto: Registro de Preços para aquisição de medicamentos para atendimento de ordens judiciais para a Gerência de Bens Judiciais (GEJUD). MENOR PREÇO: Item: 01. COTAÇÃO ÚNICA: Itens: 02, 11, 14, 18 e 19. NÃO COTADOS: Itens: 03, 04, 06, 08, 09, 10, 12, 13, 15 e 16. DESCLASSIFICAR OS ITENS DAS EMPRESAS, CONFORME DISCRIMINADO: Por apresentar preço excessivo (Art. 48, Inciso II, da Lei 8.666/93 e Alterações): MEDICINALI PRODUTOS PARA SAÚDE EIRELI – ME – Item: 05. ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA – Item: 07. UNIQUE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI – Item: 17. EMPRESAS VENCEDORAS: CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA – FILIAL – Item: 01. MEDCOM COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS HOSPITALARES LTDA – Itens: 11 e 14. ONCOVIT DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA – Itens: 02, 18 e 19. CIG: 21699/2020.

Cod. Mat.: 664978

A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES. Dispensa de Licitação (DL) 794/2020. PSES 38774/2020, CIG/SES 46992/2020. Objeto: Aquisição de swab descartável com haste flexível para o LACEN. Justificativa e Fundamento: art. 24, IV, Lei nº 8.666/93. OF 478/2020. Fornecedor: LABORCLIN PRODUTOS PARA LABORATÓRIO LTDA. Valor total da R\$ 68.000,00.

Cod. Mat.: 664984

A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES. Dispensa de Licitação (DL) 797/2020. PSES 37944/2020, CIG/SES 43971/2020. Objeto: Aquisição de equipamento PCR para o LACEN. Justificativa e Fundamento: art. 24, IV, Lei nº 8.666/93. OF 399/2020. Fornecedor: LIFETECHNOLOGIES BRASIL COM. E IND. DE PROD. P/ BIOTEC LTDA. Valor total da R\$ 300.000,00.

Cod. Mat.: 664985

A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES. Dispensa de Licitação (DL) 793/2020. PSES 37965/2020, CIG/SES 43554/2020. Objeto: Aquisição de kits para análise do COVID-19 para o LACEN. Justificativa e Fundamento: art. 24, IV, Lei nº 8.666/93. OF 389/2020. Fornecedor: ALTONA DIAGNOSTICS BRASIL LTDA. Valor total da R\$ 525.000,00.

Cod. Mat.: 664986

A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES. Dispensa de Licitação (DL) 795/2020. PSES 37161/2020, CIG/SES 45173/2020. Objeto: Aquisição de tubo cirúrgico para GEBER. Justificativa e Fundamento: art. 24, IV, Lei nº 8.666/93. OF 380/2020. Fornecedor: MEDICONE PROJETOS E SOLUÇÕES PARA A INDÚSTRIA E SAÚDE. Valor total da R\$ 686.400,00.

Cod. Mat.: 664990

A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES. Dispensa de Licitação (DL) 771/2020. PSES 34903/2020, CIG/SES 45154/2020. Objeto: Aquisição de medicamentos para GEBER. Justificativa e Fundamento: art. 24, IV, Lei nº 8.666/93. OF 397/2020. Fornecedor: HALEXISTAR INDÚSTRIA FARMACÊUTICA S.A. Valor total da R\$ 34.020,00.

Cod. Mat.: 664991

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES
AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico nº 0895/2020. Objeto: Aquisição de órteses, próteses e materiais especiais para as Unidades da SES. Abertura da sessão: 18/05/2020 às 13h15min. No site www.e-lic.sc.gov.br encontram-se o Edital e canais para todas as comunicações. (CIG) SES 44842/2020.

Cod. Mat.: 665093

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES
AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico nº 0912/2020. Objeto: Contratação de serviços de terapia ocupacional pelo conceito Bobath e método ABA para o Centro Catarinense de Reabilitação (CCR). Abertura da sessão: 06/05/2020 às 8h15min. No site www.e-lic.sc.gov.br encontram-se o Edital e canais para todas as comunicações. (CIG) SES 47070/2020.

Cod. Mat.: 665097

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES
AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico nº 0949/2020. Objeto: Aquisição de lancetas para triagem neonatal (teste do pezinho) para a Diretoria de Atenção Primária a Saúde (DAPS). Abertura da sessão: 06/05/2020 às 8h15min. No site www.e-lic.sc.gov.br encontram-se o Edital e canais para todas as comunicações. (CIG) SES 46655/2020.

Cod. Mat.: 665100

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES
AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico nº 0923/2020. Objeto: Contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva com substituição de peças (inclusive as com desgaste temporal) em instrumentais cirúrgicos para as Unidades da SES. Abertura da sessão: 19/05/2020 às 8h15min. No site www.e-lic.sc.gov.br encontram-se o Edital e canais para todas as comunicações. (CIG) SES 46305/2020.

Cod. Mat.: 665102

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES
RESULTADO DE LICITAÇÃO
O Secretário de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde torna público o Resultado da Licitação nº 0384/2020 na modalidade: Pregão “Eletrônico”, cujo objeto é: Registro de Preços para Aquisição de medicamentos para a Gerência de Bens Judiciais (GEJUD) e Diretoria de Assistência Farmacêutica (DIAF). MENOR PREÇO: Itens: 01, 02, 03 e 04. COTAÇÃO ÚNICA: Itens: 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11 e 13. CONSIDERAR NÃO COTADO: Item: 14. DESCLASSIFICAR OS ITENS DAS EMPRESAS, CONFORME DISCRIMINADO ABAIXO: Por não atender as especificações técnicas do edital, conforme Parecer Técnico (Art. 48, Inciso I, da Lei 8.666/93 e Alterações): Especificar Comércio de Medicamentos e Produtos Hospitalares Ltda. – Item: 12. Por apresentar preço excessivo (Art. 48, Inciso II, da Lei 8.666/93 e Alterações): Novartis Biociências S.A. – Item: 15. EMPRESAS VENCEDORAS: Bayer S.A. – Item: 13. Cristália Produtos Químicos e Farmacêuticos Ltda. – Itens: 05, 06, 08, 09, 10 e 11. Novartis Biociências S.A. – Itens: 03 e 04. Oncovit Distribuidora de Medicamentos Ltda. – Item: 07. Sulmedic Comércio de Medicamentos Eireli. – Itens: 01 e 02. CIG: SES 23261/2020.

Cod. Mat.: 665104

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES
RESULTADO DE LICITAÇÃO
O Secretário de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde torna público o Resultado da Licitação nº 0388/2020 na modalidade: Pregão “Eletrônico”, cujo objeto é: Registro de Preços para Aquisição de medicamentos para a Gerência de Bens Judiciais (GEJUD) e Diretoria de Assistência Farmacêutica (DIAF). MENOR PREÇO: Itens: 04, 05, 11, 12, 13 e 14. COTAÇÃO ÚNICA: Itens: 01, 02, 07, 08, 09, 10 e 15. CONSIDERAR NÃO COTADO: Item: 06. DESCLASSIFICAR OS ITENS DAS EMPRESAS, CONFORME DISCRIMINADO ABAIXO: Por apresentar preço excessivo (Art. 48, Inciso II, da Lei 8.666/93 e Alterações): Medcom Comércio de Medicamentos Hospitalares Ltda. – Item: 03. EMPRESAS VENCEDORAS: Asli Comercial Eireli. – Itens: 13 e 15. Dimaster Comércio Produtos Hospitalares Ltda. – Itens: 11 e 12. Laboratório Químico Farmacêutico Bérnago Ltda. – Item: 04. Promefarma Representações Comerciais Ltda. – Item: 05. Sulmedic Comércio de Medicamentos Eireli. – Itens: 01, 02, 08, 09 e 10. Unique Distribuidora de Medicamentos Eireli. – Item: 14. Victória Comércio Produtos Hospitalares Ltda. – Item: 07. CIG: SES 20826/2020.

Cod. Mat.: 665112



**ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 748/2020

PROCESSO SES 36827/2020

1 - OBJETO: Aquisição emergencial de máscara/protetor facial de proteção.

2 – UNIDADE INTERESSADA: Gerência de Bens Regulares (GEBER).

3 – FORMA DE CONTRATAÇÃO: A presente Dispensa de Licitação será efetivada por meio da emissão de Ordem de Fornecimento, conforme abaixo:

EMPRESA	OF nº	VALOR
HANNOVER PLÁSTICOS SA	338/2020	R\$ 90.000,00

4 - DESPESAS: A Dispensa de Licitação resultará em uma despesa total de **R\$ 90.000,00** (noventa mil reais).

5 - FUNDAMENTO DA DISPENSA:

Versa o artigo 24, IV, da Lei nº 8.666/93:

Art. 24 - É dispensável a licitação:

IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos.

6 - PARECER JURÍDICO: Aprovado conforme parecer jurídico nº 0486/2020, acostado aos autos.

7 – JUSTIFICATIVA:

Os motivos para a aquisição emergencial estão expostos na Comunicação Interna (CI) nº 943/2020, emitida pelas Superintendências de Gestão Administrativa (SGA) e dos Hospitais Públicos Estaduais (SUH), acostada à fl. 07 dos autos.

Por meio de referida CI informou-se haver urgência na aquisição do item de código CIASC 099872002 (máscara/protetor facial de proteção), em razão de se tratar de item essencial para a prevenção da disseminação da doença COVID-19.

Sendo assim, considerando Decreto Estadual nº 515, de 17 de março de 2020, que declarou estado de emergência em todo território estadual para fins de prevenção e combate à epidemia do COVID-19, bem como ditames contidos no art. 4º da Lei Federal nº 13.979/2020, de 06 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, com a finalidade precípua de evitar prejuízos no pronto atendimento aos pacientes usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), torna-se justificável e necessária a dispensa do processo licitatório.

8 - RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:

O fornecedor foi escolhido em razão da urgência e do prazo imediato de entrega, conforme se vislumbra na CI nº 943/2020, acostada à fl. 07 dos autos, bem como no orçamento emitido pela empresa, acostado à fl. 06 dos autos.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

9 – JUSTIFICATIVA DO PREÇO:

O preço de aquisição foi obtido mediante cotação de preços e o motivo para a escolha foi a necessidade e a urgência do caso.

Diante do exposto, propomos seja autorizada a Dispensa de Licitação na forma do disposto no artigo *a priori* mencionado e conforme condições anteriormente estabelecidas.

Florianópolis, 26 de março de 2020.

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA:

1 – Ciente.

2 - Em vista da necessidade da aquisição do objeto supracitado, com os poderes conferidos pelo Ato nº 376, de 14 de fevereiro de 2020, e pela Portaria nº 813, de 30 de setembro de 2019, resolvo HOMOLOGAR a Dispensa de Licitação nº 748/2020 e autorizar a despesa supracitada.

3 - Para prosseguimento.

[Assinado digitalmente]

Márcia Regina Geremias Pauli
Superintendente de Gestão Administrativa



Código para verificação: **N650QE1R**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI em 26/03/2020 às 13:50:34

Emitido por: "SGP-e", emitido em 20/02/2020 - 16:27:03 e válido até 20/02/2120 - 16:27:03.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U0VTXzcwNTIfMDAwMzY4MjdfMzc3MDRfMjAyMF9ONjUwUUUxUg==> ou o site

<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SES 00036827/2020** e o código **N650QE1R** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.



FATURAMENTO: FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE(FES)

CNPJ: 80.673.411/0001-87

OF Nº: 338/2020

Data da OF: 26/03/2020 (cadastrada em: 26/03/2020 11:34)

FORNECEDOR:

HANNOVER PLÁSTICOS SA CÓDIGO: 11711

CNPJ: 04626152000155

Fone: (47) 32746565

Email: bruno@bold.net

Endereço: Rua Manoel Francisca da Costa 4500 João Pessoa Jaraguá do Sul/SC CEP: 89257407

Relação de Compra nº: 810/2020 Edital nº: 748/2020(DL)

Protocolo: SES 1702/2020

PRAZO DE ENTREGA: 1 dia CONDIÇÕES PAG: 30 dias

UNIDADE(S) SOLICITANTE(S): GERÊNCIA DE BENS REGULARES

Doc. solicitante: SN

LOCAL DE ENTREGA: DAMAD - ALMOX. CENTRAL MATERIAIS

Endereço: R:JUDITE MELO DOS SANTOS, N 251 GALP 6a9 - DISTRITO INDUSTRIAL - São José/SC

CEP: 88.104-765 Fone: (48) 3665-5510 Fax (48) 3665-5515 Email: gerabagesad@saude.sc.gov.br

Importante: EMPRESA SOLICITA PAGAMENTO À VISTA

SOB PENA DE DEVOLUÇÃO DA NOTA FISCAL, ESTA DEVERÁ VIR COM OS DADOS BANCÁRIOS PARA PAGAMENTO NO CORPO DA NOTA.

- Em se tratando de **PESSOA JURÍDICA**: a conta corrente deverá pertencer ao mesmo CNPJ da empresa;

- Em se tratando de **PESSOA FÍSICA**: a conta corrente deverá pertencer ao CPF do favorecido;

- Os pagamentos não serão efetuados, em hipótese alguma, em conta poupança;

Este documento só terá validade quando apresentado com o respectivo Número do Empenho.

Item	Cd Material	Descrição do Material	Quant.	UN	Unitário	Sub Total	Tipo
1	099872002	Protetor facial de segurança. Constituido de armação curva, de plastico rigido, na qual se encaixa o visor de plastico incolor,carneira de material plástico com regulagem de tamanho atraves de catraca acoplada ao protetor, com absorvedor de suor em espuma. Marca: BOLD	2.000	PECA	45,00	90.000,00	MC
Itens	1				Total	90.000,00	

Assinatura e carimbo

Documentos obrigatórios a serem apresentados juntamente com as notas fiscais:

- Certidão Municipal
- Certidão Estadual
- Certidão Federal
- Certidão do FGTS
- Certidão Trabalhista



Código para verificação: **8Y36O6AS**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI em 26/03/2020 às 13:50:34

Emitido por: "SGP-e", emitido em 20/02/2020 - 16:27:03 e válido até 20/02/2120 - 16:27:03.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U0VTXzcwNTIfMDAwMzY4MjdfMzc3MDRfMjAyMF84WTM2TzZBUw==> ou o site

<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SES 00036827/2020** e o código **8Y36O6AS** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.

a partir das 13:30 horas do dia 15/04/2020. O Edital e seus anexos estão disponíveis no site www.sap.sc.gov.br. Informações sobre o edital serão prestadas através do e-mail geliclicitacao@sap.sc.gov.br, no horário das 12:30 às 19:00, em dias úteis. Processo: **SJC 70253/2019**. CIG: **SJC 21149/2020**.

Cod. Mat.: 662604

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL E SOCIOED/FUNDO PENT DE SC
AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 0006/2020 - menor preço por lote. Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de monitoração e rastreamento eletrônico de pessoas, com locação de solução composta por execução de serviço especializado, equipamentos (hardware/firmware), software de gerenciamento, controle e monitoração de pessoas e fornecimento de dispositivos de rastreamento, comunicação de dados, bem como licenças, garantia, assistência, treinamento e suporte técnico, respeitadas as especificações técnicas, quantidades e condições de fornecimento. Início da entrega de propostas: às 16:00 horas do dia 02/04/2020. Fim da entrega de propostas: às 13:30 horas do dia 15/04/2020. Abertura da sessão: a partir das 13:30 horas do dia 15/04/2020. O Edital e seus anexos estão disponíveis no site www.sap.sc.gov.br. Informações sobre o edital serão prestadas através do e-mail geliclicitacao@sap.sc.gov.br, no horário das 12:30 às 19:00, em dias úteis. Processo: **SJC 7754/2020**. CIG: **SJC 19344/2020**.

Cod. Mat.: 662724

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL E SOCIOEDUCATIVA – SAP- PENITENCIÁRIA DE FLORIANÓPOLIS -**AVISO DE LICITAÇÃO** - Pregão Eletrônico nº 0009/2020 - menor preço por item. -Objeto: AQUISIÇÃO DE TECIDOS E AVIAMENTOS PARA CONFECÇÃO DE UNIFORMES DE INVERNO PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL E SOCIO EDUCATIVA.. Início da entrega de propostas: às 12:00 horas do dia 02/04/2020. Fim da entrega de propostas: às 12:00 horas do dia 15/04/2020. Abertura da sessão: a partir das 12:00 horas do dia 15/04/2020. O Edital e seus anexos estão disponíveis no site www.portaldecompras.sc.gov.br. Informações sobre o edital serão prestadas através do e-mail licitacaodipf@deap.sc.gov.br, ou no seguinte endereço: Rua Delminda Silveira, nº 960, CEP 88025-500, Bairro Agronômica, Florianópolis/SC, no horário das 13:00 às 19:00, em dias úteis. Processo: **SJC 12501/2020**. CIG: **SJC 17444/2020**.

Cod. Mat.: 662651

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO – TOMADA DE PREÇOS Nº 292/2019. DEINFRA 13001/2019. CIG: 8453/2020.

Objeto: Contratação de Empresa Especializada em Serviços de Engenharia para da EEB Dom Daniel Hostin, localizada em Matos Costa – SC. Entrega dos envelopes: até as 13h30min do dia 22/04/2020. Abertura dos envelopes: 14h do dia 22/04/2020. O local para a entrega dos envelopes será no Protocolo da Secretaria de Estado da Educação, sito a Rua Antônio Luz, 111 - Térreo - Centro - Florianópolis. O Edital encontra-se disponível no site www.portaldecompras.sc.gov.br. Maiores informações poderão ser obtidas por meio do e-mail: cplsed@sed.sc.gov.br. Florianópolis, 31 de março de 2020.

Natalino Uggioni
Secretário de Estado da Educação

Cod. Mat.: 662708

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES
AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 0777/2020. Objeto: Aquisição de equipamentos hospitalares para o Centro de Pesquisas Oncológicas (CEPON). Abertura da sessão: 07/05/2020 às 08h15min.No site www.e-lic.sc.gov.br encontram-se o Edital e canais para todas as comunicações. (CIG) SES 39013/2020.

Cod. Mat.: 662587

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES
AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 0718/2020. Objeto: Aquisição de mobiliário hospitalar para o Instituto de Cardiologia de Santa Catarina (ICSC). Abertura da sessão: 07/05/2020 às 08h15min.No site www.e-lic.sc.gov.br encontram-se o Edital e canais para todas as comunicações. (CIG) SES 38249/2020.

Cod. Mat.: 662589

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES
AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 0765/2020. Objeto: **Aquisição de materiais de laboratório para o Laboratório Central de Saúde Pública**

(LACEN). Abertura da sessão: 30/04/2020 às 13h15min.No site www.e-lic.sc.gov.br encontram-se o Edital e canais para todas as comunicações. (CIG) SES 38170/2020.

Cod. Mat.: 662590

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES
AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 0757/2020. Objeto: Aquisição **de medicamentos para a Gerência de Bens Regulares (GEBER) e Diretoria de Assistência Farmacêutica (DIAF)**. Abertura da sessão: 22/04/2020 às 08h15min.No site www.e-lic.sc.gov.br encontram-se o Edital e canais para todas as comunicações. (CIG) SES 38183/2020.

Cod. Mat.: 662591

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES
AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 0763/2020. Objeto: **Aquisição de materiais de enfermaria e cirurgia para a Gerência de Bens Regulares (GEBER)**. Abertura da sessão: 24/04/2020 às 13h15min.No site www.e-lic.sc.gov.br encontram-se o Edital e canais para todas as comunicações. (CIG) SES 38189/2020.

Cod. Mat.: 662592

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES
AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 0766/2020. Objeto: **Aquisição de materiais de enfermaria e cirurgia para a Gerência de Bens Regulares (GEBER)**. Abertura da sessão: 06/05/2020 às 13h15min.No site www.e-lic.sc.gov.br encontram-se o Edital e canais para todas as comunicações. (CIG) SES 37906/2020.

Cod. Mat.: 662593

A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES. **Dispensa de Licitação (DL) 747/2020**. PSES 36849/2020, CIG/SES 38911/2020. Objeto: Aquisição emergencial de traqueias para ventiladores pulmonares. Fundamento: art. 24, IV, Lei nº 8.666/93. OF 336/2020. Fornecedor: Medic-Help Comércio Atacadista e Assistência Técnica Ltda. Valor total da DL R\$ 85.050,00. Justificativa: Em razão da dificuldade e do tempo para obter orçamento, bem como a necessidade de garantir o abastecimento ante a procura crescente e urgente do mercado nacional, fizeram com que a contratação decorresse do único orçamento obtido.

Cod. Mat.: 662601

A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES. **Dispensa de Licitação (DL) 752/2020**. PSES 36934/2020, CIG/SES 38070/2020. Objeto: Aquisição emergencial de máscaras N95. Fundamento: art. 24, IV, Lei nº 8.666/93. OF 342/2020. Fornecedor: Medic-Help Comércio Atacadista e Assistência Técnica Ltda. Valor total da DL R\$ 2.490.000,00. Justificativa: Em razão da dificuldade e do tempo para obter orçamento, bem como a necessidade de garantir o abastecimento ante a procura crescente e urgente do mercado nacional, fizeram com que a contratação decorresse do único orçamento obtido.

Cod. Mat.: 662603

A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES. **Dispensa de Licitação (DL) 748/2020**. PSES 36827/2020, CIG/SES 38936/2020. Objeto: Aquisição emergencial de máscara/protetor facial de proteção. Fundamento: art. 24, IV, Lei nº 8.666/93. OF 338/2020. Fornecedor: Hannover Plásticos SA. Valor total da DL R\$ 90.000,00. Justificativa: Em razão da dificuldade e do tempo para obter orçamento, bem como a necessidade de garantir o abastecimento ante a procura crescente e urgente do mercado nacional, fizeram com que a contratação decorresse do único orçamento obtido.

Cod. Mat.: 662605

A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES. **Dispensa de Licitação (DL) 746/2020**. PSES 36693/2020, CIG/SES 38964/2020. Objeto: Aquisição emergencial de carrinhos para transporte de medicamentos e equipamentos de emergência. Fundamento: art. 24, IV, Lei nº 8.666/93. OF 335/2020. Fornecedor: Medic-Help Comércio Atacadista e Assistência Técnica Ltda. Valor total da DL R\$ 144.690,00. Justificativa: Em razão da dificuldade e do tempo para obter orçamento, bem como a necessidade de garantir o abastecimento ante a procura crescente e urgente do mercado nacional, fizeram com que a contratação decorresse do único orçamento obtido.

Cod. Mat.: 662607

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES
RESULTADO DE LICITAÇÃO

O Secretário de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde torna público o Resultado da Licitação nº 2350/2019 na modalidade: Pregão “Eletrônico”, cujo objeto: Aquisição de equipamentos hospitalares

para o Hospital Governador Celso Ramos (HGCR). MENOR PREÇO: Item: 01. ADJUDICAR: META MÓVEIS DE METAIS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. – Item: 01. CIG: SES137234/2019.

Cod. Mat.: 662619

A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES: Dispensa de Licitação 343/2020, SES 145858/2019 Fundamento art. 24, IV, Lei 8666/93. Empresa: BR Medical Ltda. Objeto: Fornecimento em consignação de órteses e próteses (Cjto p/ hidrocefalia de baixo perfil média e baixa com pressão) para HRSJ. Contrato de Fornecimento nº 206/2020. Valor Total R\$ 6.720,00 Vigência: 01/04/2020 a 27/09/2020. CIG 39135/2020.

Cod. Mat.: 662622

Secretaria de Estado da Educação - SED
AVISO DE RETOMADA DAS OBRAS

O Secretario de Estado da Educação com base na Portaria GAB/SES nº 191/2020, que considera como essenciais as atividades relacionadas à conservação rodoviária e à execução de obras públicas em todo território catarinense, conforme publicado em Diário Oficial do Estado em 25 de março de 2020, **DETERMINA** a retomada das obras, reformas, manutenções e afins, nas escolas estaduais, a contar de 1º de abril de 2020, seguindo as normativas reguladoras do Decreto nº 525, de 23 de março de 2020. Florianópolis, 31 de março de 2020.

Natalino Uggioni
Secretário de Estado da Educação

Cod. Mat.: 662699

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

RESULTADO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS CONCORRÊNCIA 208/2019 SED 14310/2019
A Comissão Permanente de Licitação da Secretaria de Estado da Educação comunica o Resultado do Julgamento das Propostas de Preços da **CONCORRÊNCIA 208/2019**, o Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa de engenharia para elaboração e execução de levantamento e serviços topográficos nas unidades escolares Região 21, compreendendo Lote 1 – municípios: Águas Palhoça e região, Lote 2- São José e região e Lote 3 - Florianópolis, pertencentes à Secretaria de Estado da Educação. **Classificada a Empresa:** LOTES 01, 02 e 03 - Empresa GETELL ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES EIRELI. consubstanciada a demonstração da viabilidade de suas ofertas no prazo de 05 (cinco) dias úteis a partir desta notificação. CIG: 27746/2019.

Florianópolis, 31 de março de 2020.
Comissão Permanente de Licitação.

Cod. Mat.: 662704

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES. **DL 366/2020**. PSES 143755/2019. CIG 36539/2020. Justificativa: Ordem Judicial. Fundamento da DL: artigo 24, inciso IV, Lei 8666/93. **CT 209/2020**. Objeto: Serviço de psicologia pelo método ABA. Contratada: JULIANA CARVALHO BARBATO CALCKMANN PSICOLOGIA ME. Total DL: R\$ 58.500,00.

Cod. Mat.: 662707

POLICIA CIVIL

AVISO TORNA SEM EFEITO A REVOGAÇÃO E MARCA DATA DE ABERTURA DA PROPOSTA DE PREÇOS

A Diretoria de Administração e Finanças comunica que **TORNA SEM EFEITO A REVOGAÇÃO DA CONCORRÊNCIA nº 097/ CPL/DGPC/2019**, publicada no DOE nº 21.209, de 26/02/2020, a qual tem por objeto o serviço de locação de imóvel para abrigar a 1ª Delegacia de Polícia da Capital, Delegacia de Homicídios da Capital, Delegacia de Repressão a Roubos, bem como Delegacia de Combate às Drogas.

Tendo em vista a Desconsideração da Revogação, fica marcada nova data para abertura da proposta de preços do licitante habilitado – conforme resultado de licitação, publicado no DOE nº 21.202, de 13/02/2020 - **para o dia 14/04/2020, às 14 horas**. O envelope contendo a proposta de preços desta Concorrência será aberto na Gerência de Licitações e Contratos da Polícia Civil, localizada na Avenida Governador Ivo Silveira, nº 1521, 5º andar, Torre B, CEP 88085-000, Bairro Capoeiras, Florianópolis/SC. Processo SGP-e: **PCSC 124837/2019**. Protocolo CIG SGP-e: **PCSC 150104/2019**.

Cod. Mat.: 662660

Autarquias Estaduais

AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO DE SANTA CATARINA – SANTUR
RESULTADO E EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO.
PREGÃO ELETRÔNICO 0025/2020



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
Rua Esteves Júnior, nº 160 - Centro.
Florianópolis/SC - CEP: 88015-130
Telefone: (48) 3664-8739 / 3664-8740
Site: www.compraslicitacoes.saude.sc.gov.br
Email: compradireta@saude.sc.gov.br

EDITAL DE COMPRA DIRETA Nº 1068/2020

PROCESSO SES 44251/2020

A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE (SES) solicita, por meio do presente, que as pessoas físicas ou jurídicas interessadas encaminhem propostas de preços, conforme as condições estabelecidas neste edital de compra direta para aquisição na modalidade dispensa de licitação pelo critério de **MENOR PREÇO** por **ITEM**.

OBJETO: Aquisição Emergencial de Máscaras de Alta Concentração de O² – GEBER, conforme especificações constantes do Anexo I.

ENTREGA DAS PROPOSTAS: até 18h00min. do dia 30/04/2020.

1 - PROPOSTA

1.1 - A PROPOSTA deverá ser encaminhada até o prazo acima estipulado por correio eletrônico para compradireta@saude.sc.gov.br ou entregue na Diretoria de Licitações e Contratos, situada à Rua Esteves Júnior nº 160 - Centro - Florianópolis - SC.

1.1.1 - A PROPOSTA não poderá ter emendas, rasuras ou entrelinhas; deve estar datada, conter nome ou razão social, CNPJ ou CPF, endereço completo, telefone e e-mail e deve estar assinada pelo representante legal da empresa;

1.2 - A PROPOSTA deverá conter a marca do produto ofertado, apresentação, preço unitário e total por item. Estes deverão ser em moeda nacional, computados os tributos de qualquer natureza incidentes sobre o material/serviço e a venda a ser realizada, bem como, o custo de transporte, inclusive carga e descarga, na modalidade CIF, correndo tal operação, única e exclusivamente por conta, risco e responsabilidade das empresas vencedoras. No preço cotado por item, já estarão incluídos todos os descontos oferecidos;

1.3 - A PROPOSTA deverá ter validade não inferior a 60 (sessenta) dias;

1.4 - O autor da OFERTA VENCEDORA deverá apresentar os documentos elencados abaixo:

1.4.1 - Prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

1.4.2 - Prova de regularidade fiscal para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal da sede ou domicílio da licitante, expedidas pelos órgãos abaixo relacionados:

1.4.2.1 - Da Secretaria da Receita Federal, com relação à regularidade fiscal Federal;

1.4.2.2 - Da Procuradoria da Fazenda Nacional, referente à Dívida Ativa da União;

1.4.2.3 - Da Secretaria da Fazenda Estadual, ou outro órgão competente, com relação à regularidade fiscal Estadual;

1.4.2.4 - Da Secretaria de Finanças Municipal, ou outro órgão competente, com relação à regularidade fiscal Municipal. No caso de municípios que mantêm Cadastro Mobiliário e Imobiliário separados, deverão ser apresentados os comprovantes referentes a cada um dos cadastros;

1.4.3 - Prova de regularidade relativa à Seguridade Social, fornecida pelo Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) - CND;

1.4.4 - Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) - CRS;

1.4.5 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

1.5 - A documentação acima elencada no item 1.4 poderá ser substituída pelo Certificado de Cadastro de

Fornecedor emitido pela Diretoria de Gestão de Materiais e Serviços da Secretaria de Estado da Administração;

1.6 - Caso haja a necessidade expressa em edital de apresentação de laudos, certificados de qualidade técnica, ensaios laboratoriais e correlatos, estes devem ser apresentados em língua portuguesa ou traduzidos, acompanhados do original fonte;

1.7 - A proposta deverá cumprir os requisitos listados no Anexo I (detalhamento do objeto).

2 - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

2.1 - A SES efetuará o pagamento em 30 (trinta) dias após o recebimento e aceite dos bens ou serviços com a respectiva Nota Fiscal/Fatura ou documento legalmente equivalente, observado o cumprimento integral das disposições contidas neste edital;

2.2 - O fornecedor ou prestador de serviços ao Estado que optar por receber seu pagamento em outras instituições que o Banco do Brasil, ficará responsável pelo custo da tarifa bancária referente à respectiva transferência de valores entre Bancos, uma vez que os pagamentos efetuados pelo Estado são efetuados prioritariamente pelo Banco do Brasil;

2.3 - A empresa deverá mencionar na respectiva Nota Fiscal/Fatura informações sobre o produto, tais como: a marca sob o qual o mesmo é comercializado, fabricante, além de mencionar o número da Ordem Fornecimento ou Contrato de Prestação de Serviços;

2.4 - Também será obrigatório que a empresa mencione na Nota Fiscal/Fatura os seguintes dados bancários para pagamento: número do banco, número da agência com dígito e número da conta corrente com dígito.

3 - DISPOSIÇÕES GERAIS

3.1 - A participação na presente cotação de preços implica na aceitação integral e irretratável de todas as condições exigidas neste edital e dos documentos que dele fazem parte, bem como na observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor;

3.2 - A empresa ganhadora fica obrigada a aceitar os acréscimos ou supressões em até 25% (vinte e cinco por cento) no quantitativo estimado (artigo 65, § 1º da Lei de Licitações);

3.3 - A presente aquisição baliza-se pelos preceitos da Lei 8.666/93 e suas alterações, estando sujeitas as empresas participantes as sanções previstas no Decreto Estadual nº 2617/2009;

3.4 - As empresas que não cumprirem as obrigações assumidas na Cotação de Preços e/ou na execução do objeto estão sujeitas às seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa;

III - suspensão temporária, não superior a 2 (dois) anos, aplicada segundo a natureza e a gravidade da falta cometida;

3.5.1 - A advertência é a sanção por escrito, emitida pela Administração, quando o contratado descumprir qualquer obrigação, ressalvado o disposto no § 3º do art. 11 do Decreto Estadual nº 2617/2009;

3.5.2 - A multa é a sanção pecuniária que será imposta à contratada pelo atraso injustificado na entrega ou execução do Contrato, de acordo com as alíquotas a seguir:

I - 0,33 % (zero, trinta e três por cento) por dia de atraso, na entrega do objeto ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9% (nove vírgula nove por cento);

II - 10 % (dez por cento) em caso de não entrega do objeto ou não conclusão do serviço ou rescisão do Contrato ou cancelamento da Ordem de Fornecimento/Autorização de Fornecimento por culpa da contratada, calculado sobre a parte inadimplente;

III - até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato/Ordem de Fornecimento/Autorização de Fornecimento, pelo descumprimento de qualquer cláusula, exceto prazo de entrega.

3.5.2.1 - O valor da multa e/ou custas de depósito será deduzido dos créditos ou garantias da empresa, ou cobrado administrativa ou judicialmente.

3.5.2.2 - Sempre que a multa ultrapassar os créditos da contratada e/ou garantias, o valor excedente será encaminhado à cobrança extrajudicial ou judicial.

3.5.2.3 - O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do serviço.

3.5.2.4 - A multa será aplicada quando o atraso for superior a cinco dias.

3.5.2.5 - A aplicação da multa não impede que sejam aplicadas outras sanções previstas neste Edital;

3.5.3 - A suspensão é a sanção que impossibilita a participação da empresa em licitações e/ou Contratos, ficando suspenso o seu registro cadastral no Cadastro Geral de Fornecedoros do Estado de Santa Catarina, de acordo com os prazos a seguir:

I - por até 30 (trinta) dias, quando aplicada a pena de advertência emitida pela Administração e a empresa permanecer inadimplente;

- II - por até 90 (noventa) dias, quando a empresa interessada solicitar cancelamento da proposta após a abertura e antes do resultado do julgamento;
- III - por até 12 (doze) meses, quando a empresa adjudicada se recusar a retirar a Autorização de Fornecimento, Ordem de Fornecimento ou assinar o Contrato;
- IV - por até 12 (doze) meses, quando a empresa adjudicada motivar a rescisão total ou parcial da Autorização de Fornecimento, Ordem de Fornecimento ou do Contrato;
- V - por até 12 (doze) meses, quando a empresa praticar atos que claramente visem à frustração dos objetivos da Cotação de Preços;
- VI - por até 24 (vinte e quatro) meses, quando a empresa apresentar documentos fraudulentos;
- VII - por até 2 (dois) anos quando a fornecedora convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, que não celebrar o Contrato, que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida no edital, que ensejar o retardamento da execução de seu objeto, que não mantiver a proposta, que falhar ou fraudar na execução do Contrato, que se comportar de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios; e
- VIII - até a realização do pagamento, quando a empresa receber qualquer das multas previstas no artigo anterior.
- 3.6** - Na apreciação das propostas poderão ser solicitadas informações complementares, amostras e/ou prospectos, a fim de obter maiores informações sobre o produto e/ou serviço ofertado, o que deverá ser providenciado no prazo estabelecido pela Gerência solicitante, sob pena de desclassificação;
- 3.7** - A cotadora vencedora não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto do Contrato, Ordem de Fornecimento e/ou Autorização de Fornecimento a terceiros ou a eles associar-se sem prévia autorização da contratante, sob pena de imediata rescisão do contrato e demais sanções aplicáveis, conforme Lei 8.666/93.
- 3.8** - Os orçamentos que compõem este processo poderão ser utilizados para aquisição dos itens caso haja vantagem para a SES, interesse da empresa cotadora e atendimento aos requisitos solicitados neste Edital.
- 3.9** - Não poderá participar, direta ou indiretamente, desta cotação de preços servidor ou dirigente da Secretaria de Estado da Saúde, em conformidade com o disposto no inciso III do art. 9º da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993.
- 3.10** - O resultado deste edital de compra direta será disponibilizado para acompanhamento no site www.compraslicitacoes.saude.sc.gov.br / <https://sgpe.sea.sc.gov.br/atendimento>
- 3.11** - Nos casos omissos deste edital serão adotados os prazos para a modalidade convite.

Florianópolis, 29 de abril de 2020.

Núcleo de Compra Direta
DLIC - Diretoria de Licitações e Contratos

ANEXO I
MATERIAIS GERAIS - ORDEM DE FORNECIMENTO
DETALHAMENTO DO OBJETO

Solicitante: GEBER - GERÊNCIA DE BENS REGULARES
Edital nº: 1068/2020 Protocolo: SES 44251/2020

Item	Código	Descrição do Material	UN	Total
1	103454002	Máscara de oxigênio adulto para alta concentração , com reservatório tipo "bag" reutilizável, em silicone, elástico ajustável para fixação, válvula unidirecional com conexão perfeita com a máscara e o reservatório, de fácil manuseio e sem escape, leve e resistente. DISTRIBUIÇÃO: HDWC – 30; HGMTR – 150; HGCR – 400; HNR – 50; HRSJ -300; HRHDS – 100; ICSC – 50.	Peça	1.080
2	048640002	Máscara facial com bolsa reservatória para oxigênio , - tamanho infantil, máscara facial transparente de pvc macio com adaptação a boca e nariz simultaneamente, com orifício para expiração e válvula tipo one-way, composta de bolsa reservatória de oxigênio com adaptação ao ponto de oxigênio, e presilha ajustável para fixação ao paciente. Tamanho infantil. DISTRIBUIÇÃO: HIJG – 100.	Peça	100

1 - PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

- 1.1** - Como o objeto do presente edital é de entrega imediata e integral, para autorizar a entrega dos materiais a SES emitirá uma Ordem de Fornecimento (OF);
- 1.2** - O prazo de entrega do objeto será de até 10 (dez) dias após o recebimento da Ordem de Fornecimento;
- 1.3** - A entrega será efetuada conforme condições da Ordem de Fornecimento para:

SIGLA	UNIDADE	ENDEREÇO	TELEFONE
GEBER	Gerência de Bens Regulares	Rua Judite Melo dos Santos, nº 251 – Galpão 06 a 09 Distrito Industrial – São José /SC - Cep. 88.104-765	(48) 3665-5510

2 - REQUISITOS DA PROPOSTA

- 2.1** - Quando se tratar de material com prazo de validade, estes não poderão estar com a validade inferior a 75% do seu prazo total de validade.
- 2.2** - Deverá constar marca e/ou procedência, modelo, nº registro ANVISA (quando aplicável), apresentação e nome comercial do produto cotado no campo “observações adicionais” de cada item.



Código para verificação: **RKA3617V**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



VALÉRIA MATOS CHAVES MACHADO em 13/07/2020 às 15:03:30

Emitido por: "SGP-e", emitido em 13/07/2018 - 15:13:09 e válido até 13/07/2118 - 15:13:09.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U0VTXzcwNTIfMDAwNDQyNTFfNDUzMDIfMjAyMF9SS0EzNjE3Vg==> ou o site

<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SES 00044251/2020** e o código **RKA3617V** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 1068/2020

PROCESSO SES 44251/2020

1 - OBJETO: Aquisição de máscaras de alta concentração de oxigênio– COVID 19.

2 – UNIDADE INTERESSADA: Gerência de Bens Regulares (GEBER).

3 – FORMA DE CONTRATAÇÃO: A presente Dispensa de Licitação será efetivada por meio da emissão de Ordem de Fornecimento, conforme abaixo:

EMPRESA	OF nº	VALOR
Asclépio Equipamentos Hospitalares Eireli	884/2020	R\$ 19.202,40

4 - DESPESAS: A Dispensa de Licitação resultará em uma despesa total de **R\$ 19.202,40** (dezenove mil duzentos e dois reais quarenta centavos).

5 – FUNDAMENTO DA DISPENSA:

Versa o artigo 4ºB, da Lei Federal nº 13.979/2020:

Art. 4º-B Nas dispensas de licitação decorrentes do disposto nesta Lei, presumem-se atendidas as condições de:

I - ocorrência de situação de emergência;

II - necessidade de pronto atendimento da situação de emergência;

III - existência de risco a segurança de pessoas, obras, prestação de serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares; e

IV - limitação da contratação à parcela necessária ao atendimento da situação de emergência

6 - DAS PRÁTICA FRAUDULENTAS E DE CORRUPÇÃO:

As partes, por seus agentes públicos ou por seus sócios, acionistas, administradores e colaboradores:

I - declaram que têm conhecimento das normas previstas na legislação, entre as quais nas Leis nºs 8.429/1992 e 12.846/2013, seus regulamentos e eventuais outras aplicáveis;

II - comprometem-se em não adotar práticas ou procedimentos que se enquadrem nas hipóteses previstas nas leis e regulamentos mencionados no inciso anterior e se comprometem em exigir o mesmo pelos terceiros por elas contratados;

III - comprometem-se em notificar à Controladoria-Geral do Estado qualquer irregularidade que tiverem conhecimento acerca da execução do contrato;

IV - declaram que têm ciência que a violação de qualquer das obrigações previstas na Instrução Normativa conjunta CGE/SEA nº 01/2020, além de outras, é causa para a rescisão unilateral do contrato, sem prejuízo da cobrança das perdas e danos, inclusive danos potenciais, causados à parte inocente e das multas pactuadas;

7 - PARECER JURÍDICO: Aprovado conforme parecer jurídico nº 1.768/2020, acostado aos autos.

8 – JUSTIFICATIVA:

Os motivos para a aquisição emergencial estão expostos nas Comunicações Internas (CI) nº 496/2020, emitida pela Gerência de Desenvolvimento dos Hospitais Públicos (GEDHP) e (CI) nº 1319/2020, emitida pela Diretoria de Planejamento e Gestão de Compras – DPGC, acostadas as fls. 25 e 29 dos autos.

Por meio das comunicações internas informou-se haver urgência nesta aquisição, considerando o crescente número de internações hospitalares e considerando que consta no Protocolo de Manejo Clínico do COVID-19 na atenção especializada, 2020, o manejo clínico de síndromes respiratórias indica o uso de máscara facial com reservatório.



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Sendo assim, considerando Decreto Estadual nº 515, de 17 de março de 2020, que declarou estado de emergência em todo território estadual para fins de prevenção e combate à epidemia do COVID-19, bem como ditames contidos no art. 4º da Lei Federal nº 13.979/2020, de 06 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, com a finalidade precípua de evitar prejuízos no pronto atendimento aos pacientes usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), torna-se justificável e necessária a dispensa do processo licitatório.

9 - RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:

O fornecedor foi escolhido mediante consulta de preços ao mercado através de edital de cotação de preços, adjudicando-se a empresa através do critério de segundo menor preço global para o item, conforme parecer técnico acostado às fl. 78 e resultado da cotação acostado à fl. 110 dos autos.

10 – JUSTIFICATIVA DO PREÇO:

O preço de aquisição foi obtido mediante cotação de preços e o motivo para a escolha foi a necessidade e a urgência do caso.

11 – FISCAL:

Nome: Alexandre de Souza

Matrícula: 360382-01-2

Diante do exposto, propomos seja autorizada a Dispensa de Licitação na forma do disposto no artigo *a priori* mencionado e conforme condições anteriormente estabelecidas.

Florianópolis, 24 de agosto de 2020.

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA:

1 – Ciente

2 – Em vista da necessidade da aquisição do objeto supracitado, e com os poderes conferidos pelo Ato nº 754, de 07 de maio de 2020, e pela Portaria nº 813, de 30 de setembro de 2019, resolvo HOMOLOGAR a Dispensa de Licitação nº 1068/2020, e autorizar a despesa supracitada.

3 – Para prosseguimento.

(Assinado digitalmente)
Luciano Jorge Konescki
Superintendente de Gestão Administrativa



Código para verificação: **883NQ7JG**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



LUCIANO JORGE KONESCKI em 24/08/2020 às 17:02:00

Emitido por: "SGP-e", emitido em 30/03/2018 - 12:32:40 e válido até 30/03/2118 - 12:32:40.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U0VTXzcwNTIfMDAwNDQyNTFfNDUzMdIfMjAyMF84ODNOUTdKRw==> ou o site

<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SES 00044251/2020** e o código **883NQ7JG** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.



FATURAMENTO: FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE(FES)

CNPJ: 80.673.411/0001-87

OF Nº: 884/2020

Data da OF: 13/07/2020 (cadastrada em: 13/07/2020 14:50)

FORNECEDOR:

ASCLÉPIOS EQUIPAMENTOS HOSPITALARES EIRELI CÓDIGO: 11847

CNPJ: 33068320000132

Email: asclepioshospitalares@uol.com.br

Endereço: Rod. dos Minérios, nº 403

Brcao 06 Jardim Monterrey Almirante Tamandaré/PR CEP: 83.507-000

Relação de Compra nº: 1105/2020 Edital nº: 1068/2020(DL)

Protocolo: SES 44251/2020

PRAZO DE ENTREGA: 10 dias **CONDIÇÕES PAG:** 30 dias

UNIDADE(S) SOLICITANTE(S): GERÊNCIA DE BENS REGULARES

Doc. solicitante: CI

LOCAL DE ENTREGA: DAMAD - ALMOX. CENTRAL MATERIAIS

Endereço: R:JUDITE MELO DOS SANTOS, N 251 GALP 6a9 - DISTRITO INDUSTRIAL - São José/SC

CEP: 88.104-765 Fone: (48) 3665-5510 Fax (48) 3665-5515 Email: gerabagesad@saude.sc.gov.br

Importante: SOB PENA DE DEVOLUÇÃO DA NOTA FISCAL, ESTA DEVERÁ VIR COM OS DADOS BANCÁRIOS PARA PAGAMENTO NO CORPO DA NOTA.

- Em se tratando de PESSOA JURÍDICA: a conta corrente deverá pertencer ao mesmo CNPJ da empresa;

- Em se tratando de PESSOA FÍSICA: a conta corrente deverá pertencer ao CPF do favorecido;

- Os pagamentos não serão efetuados, em hipótese alguma, em conta poupança;

Este documento só terá validade quando apresentado com o respectivo Número do Empenho.

FISCAL: Alexandre de Souza - Matrícula: 360382-01-2

Item	Cd Material	Descrição do Material	Quant.	UN	Unitário	Sub Total	Tipo
1	103454002	Máscara de oxigênio adulto para alta concentração, com reservatório tipo "bag" reutilizável, em silicone, elástico ajustável para fixação, válvula unidirecional com conexão perfeita com a máscara e o reservatório, de fácil manuseio e sem escape, leve e resistente. DISTRIBUIÇÃO: HDWC - 30 HGMTR - 150 HGCR - 400 HNR - 50 HRSJ - 300 HRHDS - 100 ICSC - 50 - Marca: JG Moriya PN 1110; - Fabricante: Besmed Health Business Corp. - Taiwan; - RMS: 10349590057.	1.080	PECA	17,78	19.202,40	MC
Itens	1				Total	19.202,40	

Documentos obrigatórios a serem apresentados juntamente com as notas fiscais:

- Certidão Municipal
- Certidão Estadual
- Certidão Federal
- Certidão do FGTS
- Certidão Trabalhista

Assinatura e carimbo



Assinaturas do documento



Código para verificação: **60R7SEW7**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



CLÁUDIA DE LUCCA MATHEUS ROCHA em 24/08/2020 às 17:39:46

Emitido por: "SGP-e", emitido em 13/07/2018 - 13:32:25 e válido até 13/07/2118 - 13:32:25.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U0VTXzcwNTIfMDAwNDQyNTFfNDUzMDIfMjAyMF82MFI3U0VXNw==> ou o site

<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SES 00044251/2020** e o código **60R7SEW7** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Origem: PREGÃO ELETRÔNICO nº 089/2020.
Objeto: Contratação de empresa especializada em serviços de engenharia, para realização de Levantamento e Diagnóstico da Estrutura Física das unidades escolares da Regional 13 - Florianópolis Lote 01, 02 e 03 e Lote 02, compreendendo os municípios de Águas Mornas, Angelina, Anitápolis, Antônio Carlos, Biguaçu, Florianópolis Governador Celso Ramos, Palhoça, Rancho Queimado, Santo Amaro da Imperatriz, São Bonifácio, São José e São Pedro de Alcântara, sob responsabilidade da Secretaria de Estado da Educação, objetivando o Registro de Preços.
Vigência: 24/agosto/2020 a 24/agosto/2021.
Empresa: NOVA ENGEVIX ENGENHARIA E PROJETOS S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.103.582/0001-31.
LOTE I – 1. ITEM 1 - Projeto Arquitetônico - Layout existente c/ levantamento e desenho técnico. Quantidade: 80.000 / m². Valor Unit.R\$ 2,06.
LOTE II – 2. ITEM 2 - Projeto Arquitetônico - Layout existente c/ levantamento e desenho técnico. Quantidade: 100.000 /m². Valor Unit. R\$ 1,90 .
LOTE III – 3. ITEM 3 - Projeto Arquitetônico - Layout existente c/ levantamento e desenho técnico. Quantidade: 100.000 /m². Valor Unit. R\$ 1,90. Processo SGP-e: SED 720/2020. Protocolo CIG SGP-e: SED 13284/2020.
Florianópolis, 25 de agosto de 2020.
NATALINO UGGIONI
SECRETARIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO.
Cod. Mat.: 687468

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

RESULTADO DE LICITAÇÃO

A Secretaria de Estado da Fazenda comunica aos interessados o resultado da seguinte Licitação: Edital de Pregão Eletrônico nº 0014/2020. Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação dos serviços de manutenções preventiva e corretiva de um elevador, com reposição de peças sem ônus para a Secretaria de Estado da Fazenda, exceto peças estruturais ou de grande porte. Item 01: Empresa Vencedora – SMARTMAQ LTDA ME. Valor Mensal Adjudicado: R\$ 249,00 (duzentos e quarenta e nove reais). Protocolo do Sistema de CIG: SEF 7802/2020
Cod. Mat.: 687599

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE
AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS - EDITAL N.º 063/20. Objeto: Execução de serviços de manutenção na ponte sobre o Rio Ariranha, com 90 m de extensão, localizada no km 93+930 da rodovia SC-155, trecho, XANXERÊ - XAVANTINA - ENTRA. SC-283 (SEARA). Tipo: Menor Preço. Regime de execução: Empreitada por preço unitário. Data de entrega da documentação e propostas: até às 14:00 horas do dia 11/09/2020. Local: Protocolo Geral da SIE, andar térreo do Edifício das Diretorias, rua Tenente Silveira, 162, Centro, Florianópolis-SC. Abertura: 11/09/2020, às 14:30 horas, na Sala de Licitações da SIE, no 11º andar no endereço acima mencionado. Local para obtenção do Edital: www.portaldecompras.sc.gov.br, acesse “BUSCA DETALHADA EDITAIS” e cadastre seu e-mail, ou no “site” sgpe.sea.sc.gov.br, acesse “CONSULTA DE PROCESSOS” ou no site www.sie.sc.gov.br – “PORTAL DE LICITAÇÕES”. Florianópolis-SC, 25 de Agosto de 2020. Thiago Augusto Vieira - Secretário da SIE.
SIE 00010140/2020
Cod. Mat.: 687554

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE
AVISO DE LICITAÇÃO CONCURSO NACIONAL - EDITAL N.º 001/20. Objeto: Concurso Nacional de Arquitetura e Urbanismo do Estudo Preliminar da Revitalização da Área Externa do Edifício das Diretorias para seleção e premiação do Estudo Preliminar e posterior desenvolvimento e apresentação, pelo vencedor do concurso, mediante contratação, de Projeto Executivo de Arquitetura e de Engenharia da Revitalização da Área Externa do Edifício das Diretorias, localizado na Rua Tenente Silveira 162, na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina. Inscrições até o dia 14/10/2020. Local para obtenção do Edital: www.portaldecompras.sc.gov.br, acesse “BUSCA DETALHADA EDITAIS” e cadastre seu e-mail, ou no “site” sgpe.sea.sc.gov.br, acesse “CONSULTA DE PROCESSOS”. Florianópolis-SC, 25 de Agosto de 2020. Thiago Augusto Vieira - Secretário da SIE.
SIE 00015070/2020
Cod. Mat.: 687557

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES
RESULTADO DE LICITAÇÃO
O Secretário de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde torna público o Resultado da Licitação nº 1381/2020 na modalidade: Pregão “Eletrônico”, cujo objeto é: Aquisição de órteses, próteses e materiais especiais para as Unidades da SES. Resolve: ANULAR O PRESENTE CERTAME POR ILEGALIDADE DE OFÍCIO. CIG: SES 70371/2020.
Cod. Mat.: 687622

A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES. Dispensa de Licitação 1883/2020 – SES 80940/2020 – CIG/SES 110799/2020. Objeto: Aquisição de medicamentos - Noradrenalina para GEBER. Justificativa e Fundamento: artigo 24, IV, da Lei nº 8.666/93. OF 1017/2020. Fornecedor: Multifarma Comercial Ltda – CNPJ 21.681.325/0001-57. Valor total da DL R\$ 432.900,00.
Cod. Mat.: 687631

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES
RESULTADO DE LICITAÇÃO
O Secretário de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde torna público o Resultado da Licitação nº 1279/2020 na modalidade: Pregão “Eletrônico”, cujo objeto é: Aquisição de órteses, próteses e materiais especiais para as Unidades da SES. Resolve: ADQUIRIR: MENOR PREÇO: Itens: 01, 03, 04, 05, 06, 07, 10 e 20. COTAÇÃO ÚNICA: Itens: 02, 12, 13 e 14. NÃO COTADOS: Itens: 15, 16, 17 e 19. DESCLASSIFICAR: Por não atender as especificações técnicas do edital, conforme Parecer Técnico: Jotamed Comércio e Representação de Produtos Médico-Hospitalares Ltda. – EPP – Item: 08. Por apresentar preço excessivo: Fenenergy Comércio de Produtos Médico Hospitalares Ltda. – Item: 08. Biotronik Comercial Médica Ltda. – Item: 09. Jotamed Comércio e Representação de Produtos Médico-Hospitalares Ltda. – EPP – Item: 11. Medicalplus Comércio de Produtos Médicos e Hospitalares Ltda. – Item: 18. ADJUDICAR: Biotronik Comercial Médica Ltda. – Itens: 05 e 10. Boston Scientific do Brasil Ltda. – Itens: 07 e 20. Jotamed Comércio e Representação de Produtos Médico-Hospitalares Ltda. – EPP – Itens: 03, 04 e 06. Medicalplus Comércio de Produtos Médicos e Hospitalares Ltda. – Itens: 12, 13 e 14. Pró-Vascular Representações Comerciais Ltda. – Item: 01. RBG Produtos Therapeuticos S/A – Item: 02. CIG: SES 68984/2020.
Cod. Mat.: 687425

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES
RESULTADO DE LICITAÇÃO
O Secretário de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde torna público o Resultado da Licitação nº 1804/2020 na modalidade: Pregão “Eletrônico”, cujo objeto: Aquisição de medicamentos para a Gerência de Bens Regulares (GEBER). MENOR PREÇO: Itens: 07, 11 e 16. CONSIDERAR NÃO COTADOS: Itens: 02, 04, 05, 06, 09, 10, 15, 17 e 18. DESCLASSIFICAR OS ITENS DAS EMPRESAS: Por apresentar preço excessivo (Art. 48, Inciso II, da Lei 8.666/93 e Alterações): COSTA CAMARGO COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. – Item: 12. GRIFOLS BRASIL LTDA. – Item 03. LICIMED - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS, CORRELATOS E PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA. – Item: 13. SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. – Itens: 08 e 14. Por não atender ao item 2.2.2 do cap. 2 do edital (Art. 48, Inciso I, da Lei 8.666/93 e Alterações): ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA. – Item: 01. ADJUDICAR AS EMPRESAS: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA. – Item: 07. PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA. – Item: 16. SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. – Item: 11. CIG: SES 95398/2020.
Cod. Mat.: 687641

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES
AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico nº 1961/2020. Objeto: Contratação de serviços de Terapia Ocupacional pelo método Bobath para o Centro Catarinense de Reabilitação (CCR). Abertura da sessão: 25/09/2020 às 13h15min. No site www.e-lic.sc.gov.br encontram-se o Edital e canais para todas as comunicações (CIG) SES 109214/2020.
Cod. Mat.: 687376

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES
AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico nº 2090/2020. Objeto: Aquisição de medicamentos manipulados para atendimento de ordens judiciais para a Gerência de Bens Judiciais (GEJUD). Abertura da sessão: 28/09/2020 às 08h15min. No site www.e-lic.sc.gov.br encontram-se o Edital e canais para todas as comunicações (CIG) SES 109507/2020.
Cod. Mat.: 687377

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES
AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico nº 2070/2020. Objeto: Aquisição de materiais de enfermaria e cirurgia com cedência de equipamentos em regime de comodato para a Gerência de Bens Regulares (GEBER). Abertura da sessão: 28/09/2020 às 08h15min. No site www.e-lic.sc.gov.br encontram-se o Edital e canais para todas as comunicações (CIG) SES 109225/2020.
Cod. Mat.: 687378

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES
RESULTADO DE LICITAÇÃO
O Secretário de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde torna público o Resultado da Licitação nº 2974/2020 na modalidade: Pregão “Eletrônico”, cujo objeto é: Aquisição de equipamentos para o Hospital Governador Celso Ramos. Resolve: ADQUIRIR: MENOR PREÇO: Itens: 01, 02 e 03. ADJUDICAR: Baumer S/A. – Itens: 01 e 02. W & Z Comércio e Serviços Hospitalares Ltda. EPP – Item: 03. CIG: SES 144090/2019.
Cod. Mat.: 687617

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES. **DL 1068/2020. PSES 44251/2020.** CIG 00110449/2020. Justificativa: Fundamento da DL: artigo 24, inciso IV, Lei 8666/93. **OF 884/2020.** Objeto: Aquisição de máscaras de alta concentração de oxigênio– COVID 19. Contratada: Asclépio Equipamentos Hospitalares Eireli. Total DL: R\$ 19.202,40.
Cod. Mat.: 687503

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES: Inexigibilidade de Licitação 1745/2020. PSES 85925/2020. Manutenção corretiva em cardioversor Instramed com peça. Justificativa e fundamento: art. 25, I, Lei 8.666/93. OF 911/2020 e OF 912/2020. Valor R\$ 1.200,50. Contratada: CSE EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS EIRELI EPP. CIG SES 00110472/2020.
Cod. Mat.: 687525

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA - SSP
AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico nº 0022/2020 - menor preço por lote. Objeto: Contratação Serviço de Seguro de Automóvel, para duas viaturas descaracterizadas, sendo uma para o Gabinete da Direção Geral da SSP/SC e uma para o Gabinete da Direção Geral do IGP/SC.. Início da entrega de propostas: às 14:00 horas do dia 27/08/2020. Fim da entrega de propostas: às 13:00 horas do dia 10/09/2020. Abertura da sessão: a partir das 13:00 horas do dia 10/09/2020. O Edital e seus anexos estão disponíveis no site www.portaldecompras.sc.gov.br. Informações sobre o edital serão prestadas através do e-mail cpl@ssp.sc.gov.br, ou no seguinte endereço: Avenida Ivo Silveira, nº 1521, Bloco C, 3º andar, CEP 88085-000, Bairro Capoeiras, Florianópolis/SC, no horário das 13:00 às 19:00, em dias úteis. Processo: **SSP 2076/2020.** CIG: **SSP 3924/2020.**
Cod. Mat.: 687532

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA - SSP
AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico nº 0018/2020 - menor preço por item. Objeto: Veículo Operacional- Convênio SENASP 856237.2017. Início da entrega de propostas: às 14:00 horas do dia 27/08/2020. Fim da entrega de propostas: às 13:30 horas do dia 11/09/2020. Abertura da sessão: a partir das 13:30 horas do dia 11/09/2020. O Edital e seus anexos estão disponíveis no site www.portaldecompras.sc.gov.br. Informações sobre o edital serão prestadas através do e-mail cpl@ssp.sc.gov.br, ou no seguinte endereço: Avenida Ivo Silveira, nº 1521, Bloco C, 3º andar, CEP 88085-000, Bairro Capoeiras, Florianópolis/SC, no horário das 13:00 às 19:00, em dias úteis. Processo: **SSP 2136/2020.** CIG: **SSP 3833/2020.**
Cod. Mat.: 687535

POLÍCIA CIVIL
RESULTADO DE LICITAÇÃO
A Diretoria de Administração e Finanças comunica o resultado do **Pregão Eletrônico nº 0061/2020.** Objeto: Aquisição de webcams, microfones e mesas de som para integrar o sistema audiovisual da Polícia Civil de Santa Catarina. Item(ns) : 2 - Frustrado, Item(ns) : 1 - LF TECNOLOGIA LTDA (Razão social alterada: SCHINATA & SILVA TECNOLOGIA LTDA), **Valor Adjudicado : R\$ 22.250,00.** Item(ns) : 3 - CEK INFORMATICA EIRELI ME, **Valor Adjudicado : R\$ 25.975,00. Valor Total Adjudicado: R\$ 48.225,00.** Processo: PCSC 45875/2020. CIG: PCSC 76629/2020.
Cod. Mat.: 687594



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
Rua Esteves Júnior, nº 160 - Centro.
Florianópolis/SC - CEP: 88015-130
Telefone: (48) 3664-8739 / 3664-8740
Site: www.compraslicitacoes.saude.sc.gov.br
Email: compradireta@saude.sc.gov.br

EDITAL DE COMPRA DIRETA Nº 672/2020

PROCESSO SES 33337/2020

A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE (SES) solicita, por meio do presente, que as pessoas físicas ou jurídicas interessadas encaminhem propostas de preços, conforme as condições estabelecidas neste edital de compra direta para aquisição na modalidade dispensa de licitação pelo critério de **MENOR PREÇO** por **ITEM**.

OBJETO: Aquisição de Máscara respiradora semi-facial, conforme especificações constantes do Anexo I.

ENTREGA DAS PROPOSTAS: até 18h00min. do dia 24/03/2020.
--

1 - PROPOSTA

1.1 - A PROPOSTA deverá ser encaminhada até o prazo acima estipulado por correio eletrônico para compradireta@saude.sc.gov.br ou entregue na Diretoria de Licitações e Contratos, situada à Rua Esteves Júnior nº 160 - Centro - Florianópolis - SC.

1.1.1 - A PROPOSTA não poderá ter emendas, rasuras ou entrelinhas; deve estar datada, conter nome ou razão social, CNPJ ou CPF, endereço completo, telefone e e-mail e deve estar assinada pelo representante legal da empresa;

1.2 - A PROPOSTA deverá conter a marca do produto ofertado, apresentação, preço unitário e total por item. Estes deverão ser em moeda nacional, computados os tributos de qualquer natureza incidentes sobre o material/serviço e a venda a ser realizada, bem como, o custo de transporte, inclusive carga e descarga, na modalidade CIF, correndo tal operação, única e exclusivamente por conta, risco e responsabilidade das empresas vencedoras. No preço cotado por item, já estarão incluídos todos os descontos oferecidos;

1.3 - A PROPOSTA deverá ter validade não inferior a 60 (sessenta) dias;

1.4 - O autor da OFERTA VENCEDORA deverá apresentar os documentos elencados abaixo:

1.4.1 - Prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

1.4.2 - Prova de regularidade fiscal para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal da sede ou domicílio da licitante, expedidas pelos órgãos abaixo relacionados:

1.4.2.1 - Da Secretaria da Receita Federal, com relação à regularidade fiscal Federal;

1.4.2.2 - Da Procuradoria da Fazenda Nacional, referente à Dívida Ativa da União;

1.4.2.3 - Da Secretaria da Fazenda Estadual, ou outro órgão competente, com relação à regularidade fiscal Estadual;

1.4.2.4 - Da Secretaria de Finanças Municipal, ou outro órgão competente, com relação à regularidade fiscal Municipal. No caso de municípios que mantêm Cadastro Mobiliário e Imobiliário separados, deverão ser apresentados os comprovantes referentes a cada um dos cadastros;

1.4.3 - Prova de regularidade relativa à Seguridade Social, fornecida pelo Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) - CND;

1.4.4 - Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) - CRS;

1.4.5 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

1.5 - A documentação acima elencada no item 1.4 poderá ser substituída pelo Certificado de Cadastro de Fornecedor emitido pela Diretoria de Gestão de Materiais e Serviços da Secretaria de Estado da Administração;

1.6 - Caso haja a necessidade expressa em edital de apresentação de laudos, certificados de qualidade técnica, ensaios laboratoriais e correlatos, estes devem ser apresentados em língua portuguesa ou traduzidos, acompanhados do original fonte;

1.7 - A proposta deverá cumprir os requisitos listados no Anexo I (detalhamento do objeto).

2 - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

2.1 - A SES efetuará o pagamento em 30 (trinta) dias após o recebimento e aceite dos bens ou serviços com a respectiva Nota Fiscal/Fatura ou documento legalmente equivalente, observado o cumprimento integral das disposições contidas neste edital;

2.2 - O fornecedor ou prestador de serviços ao Estado que optar por receber seu pagamento em outras instituições que o Banco do Brasil, ficará responsável pelo custo da tarifa bancária referente à respectiva transferência de valores entre Bancos, uma vez que os pagamentos efetuados pelo Estado são efetuados prioritariamente pelo Banco do Brasil;

2.3 - A empresa deverá mencionar na respectiva Nota Fiscal/Fatura informações sobre o produto, tais como: a marca sob o qual o mesmo é comercializado, fabricante, além de mencionar o número da Ordem Fornecimento ou Contrato de Prestação de Serviços;

2.4 - Também será obrigatório que a empresa mencione na Nota Fiscal/Fatura os seguintes dados bancários para pagamento: número do banco, número da agência com dígito e número da conta corrente com dígito.

3 - DISPOSIÇÕES GERAIS

3.1 - A participação na presente cotação de preços implica na aceitação integral e irretratável de todas as condições exigidas neste edital e dos documentos que dele fazem parte, bem como na observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor;

3.2 - A empresa ganhadora fica obrigada a aceitar os acréscimos ou supressões em até 25% (vinte e cinco por cento) no quantitativo estimado (artigo 65, § 1º da Lei de Licitações);

3.3 - A presente aquisição baliza-se pelos preceitos da Lei 8.666/93 e suas alterações, estando sujeitas as empresas participantes as sanções previstas no Decreto Estadual nº 2617/2009;

3.4 - As empresas que não cumprirem as obrigações assumidas na Cotação de Preços e/ou na execução do objeto estão sujeitas às seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa;

III - suspensão temporária, não superior a 2 (dois) anos, aplicada segundo a natureza e a gravidade da falta cometida;

3.5.1 - A advertência é a sanção por escrito, emitida pela Administração, quando o contratado descumprir qualquer obrigação, ressalvado o disposto no § 3º do art. 11 do Decreto Estadual nº 2617/2009;

3.5.2 - A multa é a sanção pecuniária que será imposta à contratada pelo atraso injustificado na entrega ou execução do Contrato, de acordo com as alíquotas a seguir:

I - 0,33 % (zero, trinta e três por cento) por dia de atraso, na entrega do objeto ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9% (nove vírgula nove por cento);

II - 10 % (dez por cento) em caso de não entrega do objeto ou não conclusão do serviço ou rescisão do Contrato ou cancelamento da Ordem de Fornecimento/Autorização de Fornecimento por culpa da contratada, calculado sobre a parte inadimplente;

III - até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato/Ordem de Fornecimento/Autorização de Fornecimento, pelo descumprimento de qualquer cláusula, exceto prazo de entrega.

3.5.2.1 - O valor da multa e/ou custas de depósito será deduzido dos créditos ou garantias da empresa, ou cobrado administrativa ou judicialmente.

3.5.2.2 - Sempre que a multa ultrapassar os créditos da contratada e/ou garantias, o valor excedente será encaminhado à cobrança extrajudicial ou judicial.

3.5.2.3 - O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do serviço.

3.5.2.4 - A multa será aplicada quando o atraso for superior a cinco dias.

3.5.2.5 - A aplicação da multa não impede que sejam aplicadas outras sanções previstas neste Edital;

3.5.3 - A suspensão é a sanção que impossibilita a participação da empresa em licitações e/ou Contratos, ficando suspenso o seu registro cadastral no Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina, de acordo com os prazos a seguir:

I - por até 30 (trinta) dias, quando aplicada a pena de advertência emitida pela Administração e a empresa permanecer inadimplente;

II - por até 90 (noventa) dias, quando a empresa interessada solicitar cancelamento da proposta após a abertura e antes do resultado do julgamento;

III - por até 12 (doze) meses, quando a empresa adjudicada se recusar a retirar a Autorização de Fornecimento, Ordem de Fornecimento ou assinar o Contrato;

IV - por até 12 (doze) meses, quando a empresa adjudicada motivar a rescisão total ou parcial da Autorização de Fornecimento, Ordem de Fornecimento ou do Contrato;

V - por até 12 (doze) meses, quando a empresa praticar atos que claramente visem à frustração dos objetivos da Cotação de Preços;

VI - por até 24 (vinte e quatro) meses, quando a empresa apresentar documentos fraudulentos;

VII - por até 2 (dois) anos quando a fornecedora convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, que não celebrar o Contrato, que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida no edital, que ensejar o retardamento da execução de seu objeto, que não mantiver a proposta, que falhar ou fraudar na execução do Contrato, que se comportar de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios; e

VIII - até a realização do pagamento, quando a empresa receber qualquer das multas previstas no artigo anterior.

3.6 - Na apreciação das propostas poderão ser solicitadas informações complementares, amostras e/ou prospectos, a fim de obter maiores informações sobre o produto e/ou serviço ofertado, o que deverá ser providenciado no prazo estabelecido pela Gerência solicitante, sob pena de desclassificação;

3.7 - A cotadora vencedora não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto do Contrato, Ordem de Fornecimento e/ou Autorização de Fornecimento a terceiros ou a eles associar-se sem prévia autorização da contratante, sob pena de imediata rescisão do contrato e demais sanções aplicáveis, conforme Lei 8.666/93.

3.8 - Os orçamentos que compõem este processo poderão ser utilizados para aquisição dos itens caso haja vantagem para a SES, interesse da empresa cotadora e atendimento aos requisitos solicitados neste Edital.

3.9 - Não poderá participar, direta ou indiretamente, desta cotação de preços servidor ou dirigente da Secretaria de Estado da Saúde, em conformidade com o disposto no inciso III do art. 9º da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993.

3.10 - O resultado deste edital de compra direta será disponibilizado para acompanhamento no site www.compraslicitacoes.saude.sc.gov.br / <https://sgpe.sea.sc.gov.br/atendimento>

3.11 - Nos casos omissos deste edital serão adotados os prazos para a modalidade convite.

Florianópolis, 19 de Março de 2020.

Núcleo de Compra Direta

DLIC - Diretoria de Licitações e Contratos

ANEXO I
MATERIAIS GERAIS - ORDEM DE FORNECIMENTO
DETALHAMENTO DO OBJETO

Item	Código	Descrição	Unidade	Total
1	009660007	Máscara respiradora semi-facial, para proteção de agentes biológicos: Tuberculose, Gripe Aviária, Pneumonia Asiática, Herpes Zoster, Antaviose Rubéola, Sarampo, Varicela, parotidite infecciosa, monucleose infecciosa, candidíase e furunculose, sem viseira, com no mínimo três camadas, camada externa 100% em polipropileno e camada interna de celulose e poliéster, eficiência de filtração bacteriana (BFE) no mínimo de 99%, eficiência mínima de filtração de 95%, preferencialmente formato de trapézio, sendo possível na base menor do trapézio proceder dobradura para fechá-la pela extremidade (base maior do trapézio), anatômica, com clip nasal em alumínio dobrável, ajustável, com as pontas arredondadas e resistente, atraumática, hipoalergênica, inodora, sem prejuízo da respiração natural, duas tiras elásticas reforçadas, que proporcione boa vedação no rosto, sem desprender partículas do material (fiapos), acondicionados em recipiente que garanta a integridade do produto, apresentando na embalagem dados de identificação, lote, data de validade, procedência, apresentar registro no MS, apresentar laudo de eficiência de filtração bacteriana (EBF), apresentar certificado de aprovação M.T.	PECA	17.610

1 - PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

1.1 - Como o objeto do presente edital é de entrega imediata e integral, para autorizar a entrega dos materiais a SES emitirá uma Ordem de Fornecimento (OF);

1.2 - O prazo de entrega do objeto será de até 10 (dez) dias após o recebimento da Ordem de Fornecimento;

1.3 - A entrega será efetuada conforme condições da Ordem de Fornecimento para:

SIGLA	UNIDADE	ENDEREÇO	TELEFONE
GEBER	Gerência de Bens Regulares	Rua Judite Melo dos Santos, 251 – Galpão 06 a 09 Distrito Industrial – São José – SC Cep. 88.104-765	(48) 3665- 5510

2 - REQUISITOS DA PROPOSTA

2.1 - Quando se tratar de material com prazo de validade, estes não poderão estar com a validade inferior a 75% do seu prazo total de validade.

2.2 - Deverá constar marca e/ou procedência, modelo, nº registro ANVISA (quando aplicável), apresentação e nome comercial do produto cotado no campo “observações adicionais” de cada item.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 672/2020

PROCESSO SES 33337/2020

1 - OBJETO: Aquisição emergencial de máscaras respiradoras semi-facial.

2 – UNIDADE INTERESSADA: Gerência de Bens Regulares (GEBER).

3 – FORMA DE CONTRATAÇÃO: A presente Dispensa de Licitação será efetivada por meio da emissão de Ordem de Fornecimento, conforme abaixo:

EMPRESA	OF nº	VALOR
BIOGEOENERGY FABRICAÇÃO E LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS LTDA	358/2020	R\$ 140.800,00

4 - DESPESAS: A Dispensa de Licitação resultará em uma despesa total de **R\$ 140.800,00** (cento e quarenta mil e oitocentos reais).

5 - FUNDAMENTO DA DISPENSA:

Versa o artigo 24, IV, da Lei nº 8.666/93:

Art. 24 - É dispensável a licitação:

IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos.

6 - PARECER JURÍDICO: Aprovado conforme parecer jurídico nº 0529/2020, acostado aos autos.

7 – JUSTIFICATIVA:

Os motivos para a aquisição emergencial estão expostos na Comunicação Interna (CI) nº 0797/2020, emitida pela Diretoria de Planejamento e Gestão de Compras (DPGC), acostada à fl. 05 dos autos.

Por meio de referida CI informou-se haver urgência na aquisição do item de código CIASC 009660007 (máscara respiradora semi-facial), em razão de trata-se de item essencial para a prevenção da disseminação da doença COVID-19.

Tramita novo processo para aquisição do material por meio de licitação, contudo, o Pregão Eletrônico nº 2963/2019 (PSES 132575/2019) está em fase de recebimento de nova etapa.

Sendo assim, considerando Decreto Estadual nº 515, de 17 de março de 2020, que declarou estado de emergência em todo território estadual para fins de prevenção e combate à epidemia do COVID-19, bem como ditames contidos no art. 4º da Lei Federal nº 13.979/2020, de 06 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, com a finalidade precípua de evitar prejuízos no pronto atendimento aos pacientes usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), torna-se justificável e necessária a dispensa do processo licitatório.

8 - RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:

O fornecedor foi escolhido mediante consulta de preços ao mercado através de edital de cotação de preços, adjudicando-se a empresa de menor preço, conforme parecer técnico acostado à fl. 32 e resultado da cotação acostado à fl. 41 dos autos.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

9 – JUSTIFICATIVA DO PREÇO:

O preço de aquisição foi obtido mediante cotação de preços e o motivo para a escolha foi a necessidade e a urgência do caso.

Diante do exposto, propomos seja autorizada a Dispensa de Licitação na forma do disposto no artigo *a priori* mencionado e conforme condições anteriormente estabelecidas.

Florianópolis, 31 de março de 2020.

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA:

1 – Ciente.

2 - Em vista da necessidade da aquisição do objeto supracitado, com os poderes conferidos pelo Ato nº 376, de 14 de fevereiro de 2020, e pela Portaria nº 813, de 30 de setembro de 2019, resolvo HOMOLOGAR a Dispensa de Licitação nº 672/2020 e autorizar a despesa supracitada.

3 - Para prosseguimento.

[Assinado digitalmente]
Márcia Regina Geremias Pauli
Superintendente de Gestão Administrativa



Código para verificação: **6E35MK2E**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI em 31/03/2020 às 18:33:32

Emitido por: "SGP-e", emitido em 20/02/2020 - 16:27:03 e válido até 20/02/2120 - 16:27:03.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U0VTXzcwNTIfMDAwMzMzMzdfMzQxMjRfMjAyMF82RTM1TUyRQ==> ou o site

<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SES 00033337/2020** e o código **6E35MK2E** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.



FATURAMENTO: FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE(FES)

CNPJ: 80.673.411/0001-87

OF Nº: 358/2020

Data da OF: 31/03/2020 (cadastrada em: 31/03/2020 17:47)

FORNECEDOR:

BIOGEOENERGY FABRICAÇÃO E LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS LTDA CÓDIGO: 11715

CNPJ: 33578004000100

Fone: (16) 3303-1103

Email: contato@biogeoenergy.com.br

Endereço: AV. MANUEL DE ABREU, Nº 2445

UNIDADE 19 VILA SEDENHO Araraquara/SP CEP: 14.806-500

Relação de Compra nº: 734/2020 Edital nº: 672/2020(DL)

Protocolo: SES 33337/2020

PRAZO DE ENTREGA: 10 dias CONDIÇÕES PAG: 10 dias

UNIDADE(S) SOLICITANTE(S): GERÊNCIA DE BENS REGULARES

Doc. solicitante: CI

LOCAL DE ENTREGA: DAMAD - ALMOX. CENTRAL MATERIAIS

Endereço: R:JUDITE MELO DOS SANTOS, N 251 GALP 6a9 - DISTRITO INDUSTRIAL - São José/SC

CEP: 88.104-765 Fone: (48) 3665-5510 Fax (48) 3665-5515 Email: gerabagesad@saude.sc.gov.br

Importante: SOB PENA DE DEVOLUÇÃO DA NOTA FISCAL, ESTA DEVERÁ VIR COM OS DADOS BANCÁRIOS PARA PAGAMENTO NO CORPO DA NOTA.

- Em se tratando de PESSOA JURÍDICA: a conta corrente deverá pertencer ao mesmo CNPJ da empresa;

- Em se tratando de PESSOA FÍSICA: a conta corrente deverá pertencer ao CPF do favorecido;

- Os pagamentos não serão efetuados, em hipótese alguma, em conta poupança;

Este documento só terá validade quando apresentado com o respectivo Número do Empenho.

Item	Cd Material	Descrição do Material	Quant.	UN	Unitário	Sub Total	Tipo
1	009660007	Máscara respiradora semi-facial, para proteção de agentes biológicos:Tuberculose,Gripe Aviária, Pneumonia Asiática, Herpes Zoster, Antavirose Rubéola, Sarampo, Varicela, parotidite infecciosa, monucleose infecciosa, candidíase e furunculose, sem viseira, com no mínimo três camadas, camada externa 100% em polipropileno e camada interna de celulose e poliéster, eficiência de filtração bacteriana (BFE) no mínimo de 99%, eficiência mínima de filtragem de 95%, preferencialmente formato de trapézio, sendo possível na base menor do trapézio proceder dobradura para fechá-la pela extremidade (base maior do trapézio), anatômica, com clip nasal em alumínio dobrável, ajustável, com as pontas arredondadas e resistente, atraumática, hipoalergênica, inodora, sem prejuízo da respiração natural, duas tiras elásticas reforçadas, que proporcione boa vedação no rosto, sem desprender partículas do material (fiapos), acondicionados em recipiente que garanta a integridade do produto, apresentando na embalagem dados de identificação, lote, data de validade, procedência, apresentar registro no	17.600	PECA	8,00	140.800,00	MC



Item	Cd Material	Descrição do Material	Quant.	UN	Unitário	Sub Total	Tipo
		MS, apresentar laudo de eficiência de filtragem bacteriana (EBF), apresentar certificado de aprovação M.T. Máscara respiradora semi-facial, para proteção de agentes biológicos Marca: R2 - Modelo MA19 Fabricante: Guangdong Owgels Science & Technology Co. Apresentação: Caixa com 50 unidades - Embalagem com 40 caixas RMS: Certificado internacional EN14683, 1a, ISO 13485					
Itens	1					Total	140.800,00

Documentos obrigatórios a serem apresentados juntamente com as notas fiscais:

- Certidão Municipal
- Certidão Estadual
- Certidão Federal
- Certidão do FGTS
- Certidão Trabalhista

Assinatura e carimbo



Assinaturas do documento



Código para verificação: **74I8U8MP**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



CARLOS CHARLIE CAMPOS MAIA em 01/04/2020 às 17:01:47

Emitido por: "SGP-e", emitido em 12/06/2019 - 16:51:44 e válido até 12/06/2119 - 16:51:44.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U0VTXzcwNTIfMDAwMzMzMzdfMzQxMjRfMjAyMF83NEk4VThNUA==> ou o site

<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SES 00033337/2020** e o código **74I8U8MP** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.

7.4. O resultado preliminar será divulgado no site www.sap.sc.gov.br a partir do dia 13 de abril de 2020.

4. O item 8.6 passa a ter a seguinte redação:
8.6. O resultado final será publicado no Diário Oficial do Estado a partir do dia 15 de abril de 2020.

Florianópolis, 06 de abril de 2020.

LEANDRO ANTÔNIO SOARES LIMA

Secretário de Estado da Administração Prisional e Socioeducativa
Cod. Mat.: 663418

Licitações

Secretarias de Estado

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL E SOCIOEDUCATIVA

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 010/SAP/2020

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de Serviços de Alimentação e Nutrição (SAN) com manipulação e distribuição de alimentação, fornecimento de todos os gêneros alimentícios e demais insumos para o COMPLEXO PENITENCIÁRIO DE SÃO CRISTÓVÃO DO SUL. - **Dotação Orçamentária:** Unidade 54096; Subação 11043, Fonte 111 e Natureza de Despesa 33.90.39. **Fundamentação Legal:** Artigo 24, inciso XI, da Lei Federal nº 8.666/93. **Contratante:** Secretaria de Estado da Administração Prisional e Socioeducativa/Fundo Penitenciário do Estado de Santa Catarina; **Origem:** DL nº 010/SAP/2020; **Contratada:** RBX Alimentação e Serviços Eireli - CNPJ n.º 17.033.316/0001-82. **Valor total da Dispensa:** R\$ 6.676.514,30 (seis milhões seiscentos e setenta e seis mil quinhentos e quatorze reais e trinta centavos). Florianópolis/SC, 06 de abril de 2020. CIG SJC 26412/2020. **SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL E SOCIOEDUCATIVA.**
Cod. Mat.: 663347

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL E SOCIOED/FUNDO PENT DE SC AVISO DE RETIFICAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 0010/2020.
Torna-se pública a retificação nº 01, como segue: o edital e seus anexos foram alterados devido a incorreções. O novo edital e seus anexos estão disponíveis no site www.sap.sc.gov.br. Informações serão prestadas através do e-mail glicilicilicacao@sap.sc.gov.br, no horário das 12:30 às 19:00, em dias úteis. Processo SGP-e: **SJC 73146/2019**. Protocolo CIG SGP-e: **SJC 15952/2020**.
Cod. Mat.: 663312

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 09/2020 – ADR 15 4426/2020. CIG: 9074/2020.
O Secretário de Estado da Educação comunica a realização da INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 09/2020, que tem como objeto aquisição de passe escolar para atender os alunos do ensino fundamental e médio da rede estadual do município de Timbó, no ano letivo de 2020. EMPRESA CONTRATADA: EXPRESSO PRESIDENTE GETÚLIO EIRELI. VIGÊNCIA: da sua assinatura até o último dia do ano escolar, ou seja, dia 20 de dezembro de 2020. VALOR TOTAL: R\$ 135.200,00. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Fonte: 131 Subfunção/Ação: 11567. Elemento de Despesa: 33.90.39. DO FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 25, I, da Lei Federal n.º 8.666. DATA DE ASSINATURA: 27/03/2020.
Florianópolis, 03 de abril de 2020.
Natalino Ugolini
Secretário de Estado da Educação
Cod. Mat.: 663341

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES RESULTADO DE LICITAÇÃO

O Secretário de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde torna público o Resultado da Licitação nº 0301/2020 na modalidade: Pregão "Eletrônico", cujo objeto: Contratação de serviços de Fisioterapia domiciliar para atendimento de ordens judiciais para o Centro Catarinense de Reabilitação (CCR). MENOR PREÇO: Item: 01. EMPRESA VENCEDORA: GABIATTI CLÍNICA DE FISIOTERAPIA LTDA – Item: 01. CIG: 16841/2020.
Cod. Mat.: 663184

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES RESULTADO DE LICITAÇÃO

O Secretário de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde torna público o Resultado da Licitação nº 2916/2019 na modalidade: Pregão "Eletrônico", cujo objeto: Registro de Preços para Aquisição de materiais de enfermagem e cirurgia para a Gerência de Bens Regulares (GEBER). MENOR PREÇO: Itens: 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 16, 17 e 18. DESCLASSIFICAR OS ITENS DAS EMPRESAS, CONFORME DISCRIMINADO: Por apresentar preço excessivo (Art. 48, Inciso II, da Lei 8.666/93 e Alterações): VIVA CARE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA – ME – Itens: 01. OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA – Itens: 14 e 15. EMPRESAS VENCEDORAS: 1000MEDIC DISTRIBUIDORA IMPORTADORA EXPORTADORA DE MEDICAMENTOS LTDA – ITEM: 13. AABA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS EIRELI – ITEM: 18. ASLI COMERCIAL EIRELI – ITENS: 03, 05, 06, 07 e 12. CEI - COMÉRCIO EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO DE MATERIAIS MÉDICOS LTDA – ITEM: 08. CENTRAL COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA ME – ITEM: 04. IMPORT SERVICE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA – ITEM: 02. MAXVIDA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA – EPP – ITEM: 17. OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA – ITEM: 11. PROMEDON PORTO ALEGRE PRODUTOS MÉDICO - HOSPITALARES LTDA – ITEM: 09. SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA – ITENS: 10 e 16. CIG: 142305/2019.
Cod. Mat.: 663185

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 0814/2020. Objeto: Aquisição de materiais de higiene e limpeza para as Unidades da SES. Abertura da sessão: 23/04/2020 às 08h15min. No site www.e-lic.sc.gov.br encontram-se o Edital e canais para todas as comunicações. (CIG) SES 40944/2020.
Cod. Mat.: 663197

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 0826/2020. Objeto: Aquisição de materiais de enfermagem e cirurgia para a Gerência de Bens Regulares (GEBER). Abertura da sessão: 27/04/2020 às 08h15min. No site www.e-lic.sc.gov.br encontram-se o Edital e canais para todas as comunicações. (CIG) SES 41253/2020.
Cod. Mat.: 663199

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 0831/2020. Objeto: Contratação de serviços de Fisioterapia para o Centro Catarinense de Reabilitação (CCR). Abertura da sessão: 29/04/2020 às 08h15min. No site www.e-lic.sc.gov.br encontram-se o Edital e canais para todas as comunicações. (CIG) SES 41568/2020.
Cod. Mat.: 663200

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 0834/2020. Objeto: Aquisição de materiais de enfermagem e cirurgia para as Unidades da SES. Abertura da sessão: 24/04/2020 às 08h15min. No site www.e-lic.sc.gov.br encontram-se o Edital e canais para todas as comunicações. (CIG) SES 41566/2020.
Cod. Mat.: 663201

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES. DL 219/2020. PSES 143755/2019. CIG 41846/2020. Justificativa: Ordem Judicial. Fundamento da DL: artigo 24, inciso IV, Lei 8666/93. CT 202/2020. Objeto: Serviço de psicologia pelo método ABA. Contratada: Juliana Carvalho Barbatto Calckmann Psicologia Me. Total DL: R\$ 58.500,00.
Cod. Mat.: 663211

A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES. **Dispensa de Licitação (DL) 790/2020.** PSES 38655/2020. CIG/SES 41917/2020. Objeto: Aquisição emergencial de máscaras cirúrgicas. Fundamento: art. 24, IV, Lei nº 8.666/93. OF 372/2020. Fornecedor: Cremer SA. Valor total da DL R\$ 3.389.100,00.
Cod. Mat.: 663214

A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES. **Dispensa de Licitação (DL) 778/2020.** PSES 37643/2020. CIG/SES 41920/2020. Objeto: Aquisição emergencial de laringoscópios. Fundamento: art. 24, IV, Lei nº 8.666/93. OF 350/2020. Fornecedor: Medic-Help Comércio de Atacadista e Assistência Técnica Ltda. Valor total da DL R\$ 214.080,00.
Cod. Mat.: 663220

A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES. **Dispensa de Licitação (DL) 764/2020.** PSES 37443/2020. CIG/SES 41926/2020. Objeto: Aquisição emergencial de cardioversores. Fundamento: art. 24, IV, Lei nº 8.666/93. OF 346/2020. Fornecedor: W&Z Comércio e Serviços Hospitalares Ltda. Valor total da DL R\$ 984.800,00.
Cod. Mat.: 663225

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES RESULTADO DE LICITAÇÃO

O Secretário de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde torna público o Resultado da Licitação nº 3008/2019 na modalidade: Pregão "Eletrônico", cujo objeto é: Contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva com substituição de peças (inclusive as com desgaste temporal) em nobreaks para a Maternidade Darcy Vargas (MDV). Resolve: ADQUIRIR OS LOTES ABAIXO: MENOR PREÇO: Lotes: I e II. ADJUDICAR AS EMPRESAS ABAIXO: Powercom Brasil Geradores - Eireli – Lote: I. Virtual Infraestrutura e Energia Ltda. – Lote: II. CIG: SES 146163/2019.
Cod. Mat.: 663236

A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES: Dispensa de Licitação 545/2020. SES 27389/2020 Fundamento art. 24, IV, Lei 8666/93. Empresa: Mais Sabor Gestão em Alimentação Ltda. Objeto: Serviços de fornecimento contínuo de refeições p/ pacientes, acompanhantes, residentes, estagiários vinculados c/ a SES e p/ funcionários do HRSJ e ICSC. Contrato de Prestação de Serviços nº 219/2020. Valor Total R\$ 6.225.368,70 Vigência: 02/04/2020 a 28/09/2020. CIG 42006/2020.
Cod. Mat.: 663303

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES RESULTADO DE LICITAÇÃO

O Secretário de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde torna público o Resultado da Licitação nº 0323/2020 na modalidade: Pregão "Eletrônico", cujo objeto é: Registro de Preços para Aquisição de materiais de laboratório com cedência de equipamentos em regime de comodato para o Laboratório Central de Saúde Pública (LACEN). COTAÇÃO ÚNICA: Lote: I. EMPRESA VENCEDORA: Laborsys Produtos Diagnósticos Hospitalares Ltda. – Lote: I. CIG: SES 18953/2020.
Cod. Mat.: 663304

A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES. **Dispensa de Licitação (DL) 762/2020.** PSES 35018/2020. CIG/SES 41948/2020. Objeto: Aquisição de kit de testes rápido para análise de dengue, chikungunya e zika vírus (Covid-19). Fundamento: art. 24, IV, Lei nº 8.666/93. OF 359/2020. Fornecedor: Laborsys Produtos Diagnósticos e Hospitalares Ltda. Valor total da DL R\$ 159.938,00. Justificativa: Em razão da dificuldade e do tempo para obter orçamento, bem como a necessidade de garantir o abastecimento ante a procura crescente e urgente do mercado nacional, fizeram com que a contratação decorresse do único orçamento obtido.
Cod. Mat.: 663336

A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES. **Dispensa de Licitação (DL) 672/2020.** PSES 33337/2020. CIG/SES 42017/2020. Objeto: Aquisição emergencial de máscaras respiradoras semi-faciais. Fundamento: art. 24, IV, Lei nº 8.666/93. OF 358/2020. Fornecedor: Biogeenergy Fabricação e Locação de Equipamentos Ltda. Valor total da DL R\$ 140.800,00.
Cod. Mat.: 663339

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA POLÍCIA MILITAR DE SANTA CATARINA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 74/PMSC/2020.
OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de LUVAS E MÁSCARAS DESCARTÁVEIS para uso do efetivo da Polícia Militar.
CONTRATADO: MEDMED COMERCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES EIRELLI.
VALOR TOTAL: R\$ 137.000,00 (cento e trinta e sete mil reais).
FUNDAMENTAÇÃO: Inciso IV do art. 24, c/c incisos II e III do art. 26, todos do estatuto das licitações (Lei 8.666/93 e alterações posteriores).
Item Orçamentário: 33.90.30.28 – **Fonte de Recurso:** 111000036 – **Projeto Atividade:** 14157.
Newton Fernando Ayres dos Anjos – Ten Cel PM Dir Interino DALF/PMSC. Processo SGP-e PMSC 18705/2020 e Protocolo CIG SGP-e: PMSC 19075/2020.
Cod. Mat.: 663205

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA POLÍCIA MILITAR DE SANTA CATARINA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 72/PMSC/2020.
OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento parcelado de Refeição Pronta para os Policiais Militares no município de Imbituba. Para o período de 07 de abril de 2020 a 07 de outubro de 2020.



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 750/2020

PROCESSO SES 36808/2020

1 - OBJETO: Aquisição emergencial de óculos de proteção.

2 – UNIDADE INTERESSADA: Superintendência de Hospitais Públicos (SUH).

3 – FORMA DE CONTRATAÇÃO: A presente Dispensa de Licitação será efetivada por meio da emissão de Ordem de Fornecimento, conforme abaixo:

EMPRESA	OF nº	VALOR
BMI PROSPER EIRELI EPP	339/2020	R\$ 24.345,00

4 - DESPESAS: A Dispensa de Licitação resultará em uma despesa total de **R\$ 24.345,00** (vinte e quatro mil e trezentos e quarenta e cinco reais).

5 - FUNDAMENTO DA DISPENSA:

Versa o artigo 24, IV, da Lei nº 8.666/93:

Art. 24 - É dispensável a licitação:

IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos.

6 - PARECER JURÍDICO: Aprovado conforme parecer jurídico nº 0479/2020, acostado aos autos.

7 – JUSTIFICATIVA:

Os motivos para a aquisição emergencial estão expostos na Comunicação Interna (CI) nº 942/2020, emitida pelas Superintendências de Gestão Administrativa (SGA) e dos Hospitais Públicos Estaduais (SUH), acostada à fl. 03 dos autos.

Por meio de referida CI informou-se haver urgência na aquisição do item de código CIASC 009660012 (óculos de proteção) em razão de trata-se de item essencial para a prevenção da disseminação da doença COVID-19.

O item consta na Ata de Registro de Preços (ARP) nº 1491/2019, vigente até 17/10/2020, entretanto, com saldo zerado, conforme comprovado no documento acostado à fl. 15 dos autos.

Sendo assim, considerando Decreto Estadual nº 515, de 17 de março de 2020, que declarou estado de emergência em todo território estadual para fins de prevenção e combate à epidemia do COVID-19, bem como ditames contidos no art. 4º da Lei Federal nº 13.979/2020, de 06 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, com a finalidade precípua de evitar prejuízos no pronto atendimento aos pacientes usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), torna-se justificável e necessária a dispensa do processo licitatório.

8 - RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:

O fornecedor foi escolhido em razão da urgência e de menor prazo de entrega, conforme se vislumbra na CI nº 942/2020, acostada à fl. 03 dos autos, bem como no orçamento emitido pela empresa, acostado à fl. 04 dos autos.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

9 – JUSTIFICATIVA DO PREÇO:

O preço de aquisição foi obtido mediante cotação de preços e o motivo para a escolha foi a necessidade e a urgência do caso.

Diante do exposto, propomos seja autorizada a Dispensa de Licitação na forma do disposto no artigo *a priori* mencionado e conforme condições anteriormente estabelecidas.

Florianópolis, 27 de março de 2020.

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA:

1 – Ciente.

2 - Em vista da necessidade da aquisição do objeto supracitado, com os poderes conferidos pelo Ato nº 376, de 14 de fevereiro de 2020, e pela Portaria nº 813, de 30 de setembro de 2019, resolvo HOMOLOGAR a Dispensa de Licitação nº 750/2020 e autorizar a despesa supracitada.

3 - Para prosseguimento.

[Assinado digitalmente]
Márcia Regina Geremias Pauli
Superintendente de Gestão Administrativa



Assinaturas do documento



Código para verificação: **W52U0AO6**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI em 27/03/2020 às 13:31:52

Emitido por: "SGP-e", emitido em 20/02/2020 - 16:27:03 e válido até 20/02/2120 - 16:27:03.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U0VTXzcwNTIfMDAwMzY4MDhfMzc2ODVfMjAyMF9XNTJVMFEFPNg==> ou o site

<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SES 00036808/2020** e o código **W52U0AO6** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.



FATURAMENTO: FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE(FES)

CNPJ: 80.673.411/0001-87

OF Nº: 339/2020

Data da OF: 26/03/2020 (cadastrada em: 26/03/2020 13:34)

FORNECEDOR:

BMI PROSPER EIRELI EPP CÓDIGO: 6525

CNPJ: 14012375000186

Fone: (48) 3039-4345

Celular: (48) 9612-9875

Email: bmi@bmiprospers.com.br

Endereço: Rodovia José Carlos Daux SC 401, n. 8600, Sala 05, Bloco 01, Corporate Park Santo Antônio de Lisboa Florianópolis/SC

Relação de Compra nº: 813/2020 Edital nº: 750/2020(DL)

Protocolo: SES 36808/2020

PRAZO DE ENTREGA: 25 dias **CONDIÇÕES PAG:** 30 dias

UNIDADE(S) SOLICITANTE(S): GERÊNCIA DE BENS REGULARES

Doc. solicitante: SN

LOCAL DE ENTREGA: DAMAD - ALMOX. CENTRAL MATERIAIS

Endereço: R:JUDITE MELO DOS SANTOS, N 251 GALP 6a9 - DISTRITO INDUSTRIAL - São José/SC

CEP: 88.104-765 Fone: (48) 3665-5510 Fax (48) 3665-5515 Email: gerabagesad@saude.sc.gov.br

Importante: SOB PENA DE DEVOLUÇÃO DA NOTA FISCAL, ESTA DEVERÁ VIR COM OS DADOS BANCÁRIOS PARA PAGAMENTO NO CORPO DA NOTA.

- Em se tratando de PESSOA JURÍDICA: a conta corrente deverá pertencer ao mesmo CNPJ da empresa;

- Em se tratando de PESSOA FÍSICA: a conta corrente deverá pertencer ao CPF do favorecido;

- Os pagamentos não serão efetuados, em hipótese alguma, em conta poupança;

Este documento só terá validade quando apresentado com o respectivo Número do Empenho.

Item	Cd Material	Descrição do Material	Quant.	UN	Unitário	Sub Total	Tipo
1	009660012	Óculos protetor, em polietileno com lentes em policarbono, com hastes ajustáveis, leve, formato anatômico, transparente, descartável, lavável, anti embaçante, com proteção lateral e central, resistente a desinfecção química, acondicionados em recipiente que garanta a integridade do produto, apresentando na embalagem dados de identificação, lote, procedência, validade, apresentar isenção de registro no MS Fabricante: Volk Marca/Modelo: VVision 100 incolor Apresentação: peça	4.500	PECA	5,41	24.345,00	MC
Itens	1				Total	24.345,00	

Documentos obrigatórios a serem apresentados juntamente com as notas fiscais:

- Certidão Municipal
- Certidão Estadual
- Certidão Federal
- Certidão do FGTS
- Certidão Trabalhista

Assinatura e carimbo



Assinaturas do documento



Código para verificação: **F263FY4R**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI em 27/03/2020 às 11:28:29

Emitido por: "SGP-e", emitido em 20/02/2020 - 16:27:03 e válido até 20/02/2120 - 16:27:03.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U0VTXzcwNTIfMDAwMzY4MDhfMzc2ODVfMjAyMF9GMjYzRlk0Ug==> ou o site

<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SES 00036808/2020** e o código **F263FY4R** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.

Licitações

Secretarias de Estado

Secretaria de Estado da Educação
AVISO DE SUSPENSÃO SINE DIE ADR07 2478/2018.
A Secretaria de Estado da Educação - SED comunica que, em razão de problemas no trâmite do processo licitatório na modalidade **Pregão Eletrônico nº 20/2020**, que tem por objeto Plataforma elevatória para Portadores de Necessidades Especiais. para a Secretaria de Estado da Educação - SED e, em função do que determina a legislação em vigor, **DETERMINA A SUSPENSÃO SINE DIE** do envio das propostas e abertura da referida licitação. Processo SGP-e: **SED 2551/2020**. CIG: **SED 7119/2020**. Florianópolis, 17 de abril de 2020.
Natalino Uggioni
Secretário de Estado da Educação

Cod. Mat.: 665143

A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES. Dispensa de Licitação (DL) 664/2020. PSES 15835/2020, CIG/SES 39180/2020. Objeto: Aquisição de medicamento para DIAF. Justificativa e Fundamento: art. 24, IV, Lei nº 8.666/93. OF 301/2020. Fornecedor: FURP-FUNDAÇÃO PARA O REMÉDIO POPULAR. Valor total da R\$ 121.698,50.

Cod. Mat.: 664951

A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES. Dispensa de Licitação (DL) 448/2020. PSES 21478/2020, CIG/SES 41468/2020. Objeto: Aquisição de medicamento para DIAF. Justificativa e Fundamento: art. 24, IV, Lei nº 8.666/93. OF 299/2020. Fornecedor: CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS E FARMACÊUTICOS LTDA. Valor total da R\$ 2.336.700,00.

Cod. Mat.: 664952

A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES. Dispensa de Licitação (DL) 619/2020. PSES 31403/2020, CIG/SES 40164/2020. Objeto: Aquisição de material de enfermaria e cirurgia para GEBER. Justificativa e Fundamento: art. 24, IV, Lei nº 8.666/93. OF 306/2020. Fornecedor: LIVE COMÉRCIO DE MATERIAL HOSPITALAR EIRELI. Valor total da R\$ 2.474.640,00.

Cod. Mat.: 664954

A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES. Dispensa de Licitação (DL) 727/2020. PSES 33519/2020, CIG/SES 41016/2020. Objeto: Aquisição emergencial de material de enfermaria e cirurgia para GEBER. Justificativa e Fundamento: art. 24, IV, Lei nº 8.666/93. OF 355/2020. Fornecedor: BIOGEOENERGY FABRICAÇÃO E LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS LTDA. Valor total da R\$ 65.268,00.

Cod. Mat.: 664960

A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES. Dispensa de Licitação (DL) 800/2020. PSES 35392/2020, CIG/SES 44188/2020. Objeto: Aquisição emergencial de micropipetas para o LACEN. Justificativa e Fundamento: art. 24, IV, Lei nº 8.666/93. OF 398/2020. Fornecedor: EPPENDORF DO BRASIL LTDA. Valor total da R\$ 28.105,84.

Cod. Mat.: 664964

A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES. Dispensa de Licitação (DL) 815/2020. PSES 35494/2020, CIG/SES 47000/2020. Objeto: Aquisição de tubos de falcão para o LACEN. Justificativa e Fundamento: art. 24, IV, Lei nº 8.666/93. OF 456/2020. Fornecedor: BRAZDI IMP. EXPORT. COM. SERV. DE PRODUTOS LABORATORIAIS EIRELI. Valor total da R\$ 59.100,00.

Cod. Mat.: 664965

A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES. Dispensa de Licitação (DL) 780/2020. PSES 35503/2020, CIG/SES 43988/2020. Objeto: Aquisição emergencial de albumina bovina para o LACEN. Justificativa e Fundamento: art. 24, IV, Lei nº 8.666/93. OF 378/2020. Fornecedor: SIGMA-ALDRICH BRASIL LTDA. Valor total da R\$ 47.838,00.

Cod. Mat.: 664966

A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES. Dispensa de Licitação (DL) 734/2020. PSES 35904/2020, CIG/SES 40007/2020. Objeto: Aquisição emergencial de óleo diesel para HGMTR. Justificativa e Fundamento: art. 24, V, Lei nº 8.666/93. OF 351/2020. Fornecedor: AGRICOPEL COMÉRCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA. Valor total da R\$ 57.000,00.

Cod. Mat.: 664967

A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES. Dispensa de Licitação (DL) 750/2020. PSES 36808/2020, CIG/SES 40231/2020. Objeto: Aquisição emergencial de óculos de proteção para SUH. Justificativa e Fundamento: art. 24, IV, Lei nº 8.666/93. OF 339/2020. Fornecedor: BMI PROSPER EIRELI EPP. Valor total da R\$ 24.345,00.

Cod. Mat.: 664968

A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES. Dispensa de Licitação (DL) 756/2020. PSES 37434/2020, CIG/SES 39995/2020. Objeto: Aquisição emergencial de álcool gel para GEBER. Justificativa e Fundamento: art. 24, IV, Lei nº 8.666/93. OF 344/2020. Fornecedor: PKB PRODUTOS QUÍMICOS LTDA. Valor total da R\$ 120.000,00.

Cod. Mat.: 664969

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES
RESULTADO DE LICITAÇÃO
O Secretário de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde torna público o Resultado da Licitação nº 0369/2020 na modalidade: Pregão “Eletrônico”, cujo objeto: Registro de Preços para aquisição de materiais de laboratório para o Laboratório Central de Saúde Pública (LACEN). MENOR PREÇO:
Itens: 18, 19, 21, 22, 27, 32 e 36. NÃO COTADOS: Itens: 05, 07, 09, 10, 15, 23, 33 e 35. DESCLASSIFICAR OS ITENS DAS EMPRESAS, CONFORME DISCRIMINADO: Por apresentar preço excessivo (Art. 48, Inciso II, da Lei 8.666/93 e Alterações): LUDWIG BIOTECNOLOGIA LTDA – ME – Itens: 01, 03, 04, 06, 08, 11, 12, 13, 14, 16, 25 e 30. ACLASSISTÊNCIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA LABORATÓRIOS LTDA – EPP – Itens: 02, 20, 24, 26, 28, 29, 31 e 34. METROLOGICA EQUIPAMENTOS E PRODUTOS PARA LABORATÓRIOS LTDA – Item: 17. EMPRESAS VENCEDORAS: ACL ASSISTÊNCIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA LABORATÓRIOS LTDA – EPP – Itens: 21, 22, 27 e 32. LABORCLIN PRODUTOS PARA LABORATÓRIOS LTDA – Itens: 18, 19 e 36. CIG: 20073/2020.

Cod. Mat.: 664975

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES
RESULTADO DE LICITAÇÃO
O Secretário de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde torna público o Resultado da Licitação nº 0401/2020 na modalidade: Pregão “Eletrônico”, cujo objeto: Registro de Preços para aquisição de medicamentos para atendimento de ordens judiciais para a Gerência de Bens Judiciais (GEJUD). MENOR PREÇO: Item: 01. COTAÇÃO ÚNICA: Itens: 02, 11, 14, 18 e 19. NÃO COTADOS: Itens: 03, 04, 06, 08, 09, 10, 12, 13, 15 e 16. DESCLASSIFICAR OS ITENS DAS EMPRESAS, CONFORME DISCRIMINADO: Por apresentar preço excessivo (Art. 48, Inciso II, da Lei 8.666/93 e Alterações): MEDICINALI PRODUTOS PARA SAÚDE EIRELI – ME – Item: 05. ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA – Item: 07. UNIQUE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI – Item: 17. EMPRESAS VENCEDORAS: CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA – FILIAL – Item: 01. MEDCOM COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS HOSPITALARES LTDA – Itens: 11 e 14. ONCOVIT DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA – Itens: 02, 18 e 19. CIG: 21699/2020.

Cod. Mat.: 664978

A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES. Dispensa de Licitação (DL) 794/2020. PSES 38774/2020, CIG/SES 46992/2020. Objeto: Aquisição de swab descartável com haste flexível para o LACEN. Justificativa e Fundamento: art. 24, IV, Lei nº 8.666/93. OF 478/2020. Fornecedor: LABORCLIN PRODUTOS PARA LABORATÓRIO LTDA. Valor total da R\$ 68.000,00.

Cod. Mat.: 664984

A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES. Dispensa de Licitação (DL) 797/2020. PSES 37944/2020, CIG/SES 43971/2020. Objeto: Aquisição de equipamento PCR para o LACEN. Justificativa e Fundamento: art. 24, IV, Lei nº 8.666/93. OF 399/2020. Fornecedor: LIFETECHNOLOGIES BRASIL COM. E IND. DE PROD. P/ BIOTEC LTDA. Valor total da R\$ 300.000,00.

Cod. Mat.: 664985

A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES. Dispensa de Licitação (DL) 793/2020. PSES 37965/2020, CIG/SES 43554/2020. Objeto: Aquisição de kits para análise do COVID-19 para o LACEN. Justificativa e Fundamento: art. 24, IV, Lei nº 8.666/93. OF 389/2020. Fornecedor: ALTONA DIAGNOSTICS BRASIL LTDA. Valor total da R\$ 525.000,00.

Cod. Mat.: 664986

A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES. Dispensa de Licitação (DL) 795/2020. PSES 37161/2020, CIG/SES 45173/2020. Objeto: Aquisição de tubo cirúrgico para GEBER. Justificativa e Fundamento: art. 24, IV, Lei nº 8.666/93. OF 380/2020. Fornecedor: MEDICONE PROJETOS E SOLUÇÕES PARA A INDÚSTRIA E SAÚDE. Valor total da R\$ 686.400,00.

Cod. Mat.: 664990

A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES. Dispensa de Licitação (DL) 771/2020. PSES 34903/2020, CIG/SES 45154/2020. Objeto: Aquisição de medicamentos para GEBER. Justificativa e Fundamento: art. 24, IV, Lei nº 8.666/93. OF 397/2020. Fornecedor: HALEXISTAR INDÚSTRIA FARMACÊUTICA S.A. Valor total da R\$ 34.020,00.

Cod. Mat.: 664991

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES
AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico nº 0895/2020. Objeto: Aquisição de órteses, próteses e materiais especiais para as Unidades da SES. Abertura da sessão: 18/05/2020 às 13h15min. No site www.e-lic.sc.gov.br encontram-se o Edital e canais para todas as comunicações. (CIG) SES 44842/2020.

Cod. Mat.: 665093

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES
AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico nº 0912/2020. Objeto: Contratação de serviços de terapia ocupacional pelo conceito Bobath e método ABA para o Centro Catarinense de Reabilitação (CCR). Abertura da sessão: 06/05/2020 às 8h15min. No site www.e-lic.sc.gov.br encontram-se o Edital e canais para todas as comunicações. (CIG) SES 47070/2020.

Cod. Mat.: 665097

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES
AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico nº 0949/2020. Objeto: Aquisição de lancetas para triagem neonatal (teste do pezinho) para a Diretoria de Atenção Primária a Saúde (DAPS). Abertura da sessão: 06/05/2020 às 8h15min. No site www.e-lic.sc.gov.br encontram-se o Edital e canais para todas as comunicações. (CIG) SES 46655/2020.

Cod. Mat.: 665100

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES
AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico nº 0923/2020. Objeto: Contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva com substituição de peças (inclusive as com desgaste temporal) em instrumentais cirúrgicos para as Unidades da SES. Abertura da sessão: 19/05/2020 às 8h15min. No site www.e-lic.sc.gov.br encontram-se o Edital e canais para todas as comunicações. (CIG) SES 46305/2020.

Cod. Mat.: 665102

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES
RESULTADO DE LICITAÇÃO
O Secretário de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde torna público o Resultado da Licitação nº 0384/2020 na modalidade: Pregão “Eletrônico”, cujo objeto é: Registro de Preços para Aquisição de medicamentos para a Gerência de Bens Judiciais (GEJUD) e Diretoria de Assistência Farmacêutica (DIAF). MENOR PREÇO: Itens: 01, 02, 03 e 04. COTAÇÃO ÚNICA: Itens: 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11 e 13. CONSIDERAR NÃO COTADO: Item: 14. DESCLASSIFICAR OS ITENS DAS EMPRESAS, CONFORME DISCRIMINADO ABAIXO: Por não atender as especificações técnicas do edital, conforme Parecer Técnico (Art. 48, Inciso I, da Lei 8.666/93 e Alterações): Especificar Comércio de Medicamentos e Produtos Hospitalares Ltda. – Item: 12. Por apresentar preço excessivo (Art. 48, Inciso II, da Lei 8.666/93 e Alterações): Novartis Biociências S.A. – Item: 15. EMPRESAS VENCEDORAS: Bayer S.A. – Item: 13. Cristália Produtos Químicos e Farmacêuticos Ltda. – Itens: 05, 06, 08, 09, 10 e 11. Novartis Biociências S.A. – Itens: 03 e 04. Oncovit Distribuidora de Medicamentos Ltda. – Item: 07. Sulmedic Comércio de Medicamentos Eireli. – Itens: 01 e 02. CIG: SES 23261/2020.

Cod. Mat.: 665104

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES
RESULTADO DE LICITAÇÃO
O Secretário de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde torna público o Resultado da Licitação nº 0388/2020 na modalidade: Pregão “Eletrônico”, cujo objeto é: Registro de Preços para Aquisição de medicamentos para a Gerência de Bens Judiciais (GEJUD) e Diretoria de Assistência Farmacêutica (DIAF). MENOR PREÇO: Itens: 04, 05, 11, 12, 13 e 14. COTAÇÃO ÚNICA: Itens: 01, 02, 07, 08, 09, 10 e 15. CONSIDERAR NÃO COTADO: Item: 06. DESCLASSIFICAR OS ITENS DAS EMPRESAS, CONFORME DISCRIMINADO ABAIXO: Por apresentar preço excessivo (Art. 48, Inciso II, da Lei 8.666/93 e Alterações): Medcom Comércio de Medicamentos Hospitalares Ltda. – Item: 03. EMPRESAS VENCEDORAS: Asli Comercial Eireli. – Itens: 13 e 15. Dimaster Comércio Produtos Hospitalares Ltda. – Itens: 11 e 12. Laboratório Químico Farmacêutico Bérnago Ltda. – Item: 04. Promefarma Representações Comerciais Ltda. – Item: 05. Sulmedic Comércio de Medicamentos Eireli. – Itens: 01, 02, 08, 09 e 10. Unique Distribuidora de Medicamentos Eireli. – Item: 14. Victória Comércio Produtos Hospitalares Ltda. – Item: 07. CIG: SES 20826/2020.

Cod. Mat.: 665112



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
Rua Esteves Júnior, nº 160 – Centro.
Florianópolis/SC – CEP: 88015-130
Telefone: (48) 3664-8739 / 3664-8740
Site: www.compraslicitacoes.saude.sc.gov.br
Email: compradireta@saude.sc.gov.br

EDITAL DE COMPRA DIRETA Nº 790/2020

PROCESSO SES 38655/2020

A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE (SES) solicita, por meio do presente, que as pessoas físicas ou jurídicas interessadas encaminhem propostas de preços, conforme as condições estabelecidas neste edital de compra direta para aquisição na modalidade dispensa de licitação pelo critério de **MENOR PREÇO** por **ITEM**.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MÁSCARAS CIRÚRGICAS EMERGENCIAL, conforme especificações constantes do Anexo I.

ENTREGA DAS PROPOSTAS: até 14h00min. do dia 01/04/2020.

1 – PROPOSTA

1.1 – A PROPOSTA deverá ser encaminhada até o prazo acima estipulado por correio eletrônico para compradireta@saude.sc.gov.br ou entregue na Diretoria de Licitações e Contratos, situada à Rua Esteves Júnior nº 160 – Centro – Florianópolis – SC.

1.1.1 – A PROPOSTA não poderá ter emendas, rasuras ou entrelinhas; deve estar datada, conter nome ou razão social, CNPJ ou CPF, endereço completo, telefone e e-mail e deve estar assinada pelo representante legal da empresa;

1.2 – A PROPOSTA deverá conter a marca do produto ofertado, apresentação, preço unitário e total por item. Estes deverão ser em moeda nacional, computados os tributos de qualquer natureza incidentes sobre o material/serviço e a venda a ser realizada, bem como, o custo de transporte, inclusive carga e descarga, na modalidade CIF, correndo tal operação, única e exclusivamente por conta, risco e responsabilidade das empresas vencedoras. No preço cotado por item, já estarão incluídos todos os descontos oferecidos;

1.3 – A PROPOSTA deverá ter validade não inferior a 60 (sessenta) dias;

1.4 – O autor da OFERTA VENCEDORA deverá apresentar os documentos elencados abaixo:

1.4.1 – Prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

1.4.2 – Prova de regularidade fiscal para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal da sede ou domicílio da licitante, expedidas pelos órgãos abaixo relacionados:

1.4.2.1 – Da Secretaria da Receita Federal, com relação à regularidade fiscal Federal;

1.4.2.2 – Da Procuradoria da Fazenda Nacional, referente à Dívida Ativa da União;

1.4.2.3 – Da Secretaria da Fazenda Estadual, ou outro órgão competente, com relação à regularidade fiscal Estadual;

1.4.2.4 – Da Secretaria de Finanças Municipal, ou outro órgão competente, com relação à regularidade fiscal Municipal. No caso de municípios que mantêm Cadastro Mobiliário e Imobiliário separados, deverão ser apresentados os comprovantes referentes a cada um dos cadastros;

1.4.3 – Prova de regularidade relativa à Seguridade Social, fornecida pelo Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) - CND;

1.4.4 – Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) – CRS;

1.4.5 – Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

1.5 – A documentação acima elencada no item 1.4 poderá ser substituída pelo Certificado de Cadastro de Fornecedor emitido pela Diretoria de Gestão de Materiais e Serviços da Secretaria de Estado da Administração;

1.6 – Caso haja a necessidade expressa em edital de apresentação de laudos, certificados de qualidade técnica, ensaios laboratoriais e correlatos, estes devem ser apresentados em língua portuguesa ou traduzidos, acompanhados do original fonte;

1.7 – A proposta deverá cumprir os requisitos listados no Anexo I (detalhamento do objeto).

2 – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

2.1 – A SES efetuará o pagamento em 30 (trinta) dias após o recebimento e aceite dos bens ou serviços com a respectiva Nota Fiscal/Fatura ou documento legalmente equivalente, observado o cumprimento integral das disposições contidas neste edital;

2.2 – O fornecedor ou prestador de serviços ao Estado que optar por receber seu pagamento em outras instituições que o Banco do Brasil, ficará responsável pelo custo da tarifa bancária referente à respectiva transferência de valores entre Bancos, uma vez que os pagamentos efetuados pelo Estado são efetuados prioritariamente pelo Banco do Brasil;

2.3 – A empresa deverá mencionar na respectiva Nota Fiscal/Fatura informações sobre o produto, tais como: a marca sob o qual o mesmo é comercializado, fabricante, além de mencionar o número da Ordem Fornecimento ou Contrato de Prestação de Serviços;

2.4 – Também será obrigatório que a empresa mencione na Nota Fiscal/Fatura os seguintes dados bancários para pagamento: número do banco, número da agência com dígito e número da conta corrente com dígito.

3 – DISPOSIÇÕES GERAIS

3.1 – A participação na presente cotação de preços implica na aceitação integral e irretratável de todas as condições exigidas neste edital e dos documentos que dele fazem parte, bem como na observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor;

3.2 – A empresa ganhadora fica obrigada a aceitar os acréscimos ou supressões em até 25% (vinte e cinco por cento) no quantitativo estimado (artigo 65, § 1º da Lei de Licitações);

3.3 – A presente aquisição baliza-se pelos preceitos da Lei 8.666/93 e suas alterações, estando sujeitas as empresas participantes as sanções previstas no Decreto Estadual nº 2617/2009;

3.4 – As empresas que não cumprirem as obrigações assumidas na Cotação de Preços e/ou na execução do objeto estão sujeitas às seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa;

III - suspensão temporária, não superior a 2 (dois) anos, aplicada segundo a natureza e a gravidade da falta cometida;

3.5.1 – A advertência é a sanção por escrito, emitida pela Administração, quando o contratado descumprir qualquer obrigação, ressalvado o disposto no § 3º do art. 11 do Decreto Estadual nº 2617/2009;

3.5.2 – A multa é a sanção pecuniária que será imposta à contratada pelo atraso injustificado na entrega ou execução do Contrato, de acordo com as alíquotas a seguir:

I - 0,33 % (zero, trinta e três por cento) por dia de atraso, na entrega do objeto ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9% (nove vírgula nove por cento);

II - 10 % (dez por cento) em caso de não entrega do objeto ou não conclusão do serviço ou rescisão do Contrato ou cancelamento da Ordem de Fornecimento/Autorização de Fornecimento por culpa da contratada, calculado sobre a parte inadimplente;

III - até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato/Ordem de Fornecimento/Autorização de Fornecimento, pelo descumprimento de qualquer cláusula, exceto prazo de entrega.

3.5.2.1 – O valor da multa e/ou custas de depósito será deduzido dos créditos ou garantias da empresa, ou cobrado administrativa ou judicialmente.

3.5.2.2 – Sempre que a multa ultrapassar os créditos da contratada e/ou garantias, o valor excedente será encaminhado à cobrança extrajudicial ou judicial.

3.5.2.3 – O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do serviço.

3.5.2.4 – A multa será aplicada quando o atraso for superior a cinco dias.

3.5.2.5 – A aplicação da multa não impede que sejam aplicadas outras sanções previstas neste Edital;

3.5.3 – A suspensão é a sanção que impossibilita a participação da empresa em licitações e/ou Contratos, ficando suspenso o seu registro cadastral no Cadastro Geral de Fornecedoros do Estado de Santa Catarina, de acordo com os prazos a seguir:

I - por até 30 (trinta) dias, quando aplicada a pena de advertência emitida pela Administração e a empresa permanecer inadimplente;

II - por até 90 (noventa) dias, quando a empresa interessada solicitar cancelamento da proposta após a abertura e antes do resultado do julgamento;

III - por até 12 (doze) meses, quando a empresa adjudicada se recusar a retirar a Autorização de Fornecimento, Ordem de Fornecimento ou assinar o Contrato;

IV - por até 12 (doze) meses, quando a empresa adjudicada motivar a rescisão total ou parcial da Autorização de Fornecimento, Ordem de Fornecimento ou do Contrato;

V - por até 12 (doze) meses, quando a empresa praticar atos que claramente visem à frustração dos objetivos da Cotação de Preços;

VI - por até 24 (vinte e quatro) meses, quando a empresa apresentar documentos fraudulentos;

VII - por até 2 (dois) anos quando a fornecedora convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, que não celebrar o Contrato, que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida no edital, que ensejar o retardamento da execução de seu objeto, que não mantiver a proposta, que falhar ou fraudar na execução do Contrato, que se comportar de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios; e

VIII - até a realização do pagamento, quando a empresa receber qualquer das multas previstas no artigo anterior.

3.6 – Na apreciação das propostas poderão ser solicitadas informações complementares, amostras e/ou prospectos, a fim de obter maiores informações sobre o produto e/ou serviço ofertado, o que deverá ser providenciado no prazo estabelecido pela Gerência solicitante, sob pena de desclassificação;

3.7 – A cotadora vencedora não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto do Contrato, Ordem de Fornecimento e/ou Autorização de Fornecimento a terceiros ou a eles associar-se sem prévia autorização da contratante, sob pena de imediata rescisão do contrato e demais sanções aplicáveis, conforme Lei 8.666/93.

3.8 – Os orçamentos que compõem este processo poderão ser utilizados para aquisição dos itens caso haja vantagem para a SES, interesse da empresa cotadora e atendimento aos requisitos solicitados neste Edital.

3.9 – Não poderá participar, direta ou indiretamente, desta cotação de preços servidor ou dirigente da Secretaria de Estado da Saúde, em conformidade com o disposto no inciso III do art. 9º da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993.

3.10 – O resultado deste edital de compra direta será disponibilizado para acompanhamento no site www.compraslicitacoes.saude.sc.gov.br / <https://sgpe.sea.sc.gov.br/atendimento>

3.11 – Nos casos omissos deste edital serão adotados os prazos para a modalidade convite.

Florianópolis, 31 de Março de 2020.

Núcleo de Compra Direta
DLIC - Diretoria de Licitações e Contratos

ANEXO I
MATERIAIS GERAIS – ORDEM DE FORNECIMENTO
DETALHAMENTO DO OBJETO

Solicitante: GEBER - GERÊNCIA DE BENS REGULARES

Edital nº: 790/2020 Protocolo: SES 38655/2020

Item	Código	Descrição	Unidade	Total
1	009660008	Máscara facial sem viseira com no mínimo três camadas, camada externa 100% em polipropileno, e camada interna de celulose e poliéster, para procedimentos cirúrgicos, com clips nasal, eficiência de filtragem bacteriana acima (BFE) de 95%, formato antômico, hipoalergêncio, inodora, sem prejuízo da respiração natural, presilhas reforçadas, com ajuste em elástico, sem desprender partículas do material (fiapos), acondicionados em recipiente que garanta a integridade do produto, apresentando na embalagem dados de identificação, lote, data de validade, procedência, apresentar laudo de eficiência de filtragem bacteriana (EBF), apresentar certificado de aprovação MT.	Peça	1.300.000

1 – PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

1.1 – Como o objeto do presente edital é de entrega imediata e integral, para autorizar a entrega dos materiais a SES emitirá uma Ordem de Fornecimento (OF);

1.2 – O prazo de entrega do objeto será de até 10 (dez) dias após o recebimento da Ordem de Fornecimento;

1.3 – A entrega será efetuada conforme condições da Ordem de Fornecimento para:

SIGLA	UNIDADE	ENDEREÇO	TELEFONE
GEBER	Gerência de Bens Regulares	Rua Judite Melo dos Santos, 251 – Galpão 06 a 09 Distrito Industrial – São José – SC Cep. 88.104-765	(48) 3665-5510

2 – REQUISITOS DA PROPOSTA

2.1 – Quando se tratar de material com prazo de validade, estes não poderão estar com a validade inferior a 75% do seu prazo total de validade.

2.2 – Deverá constar marca e/ou procedência, modelo, nº registro ANVISA (quando aplicável), apresentação e nome comercial do produto cotado no campo “observações adicionais” de cada item.



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 790/2020

PROCESSO SES 38655/2020

1 - OBJETO: Aquisição emergencial de máscaras cirúrgicas.

2 – UNIDADE INTERESSADA: Gerência de Bens Regulares (GEBER).

3 – FORMA DE CONTRATAÇÃO: A presente Dispensa de Licitação será efetivada por meio da emissão de Ordem de Fornecimento, conforme abaixo:

EMPRESA	OF nº	VALOR
CREMER SA	372/2020	R\$ 3.389.100,00

4 - DESPESAS: A Dispensa de Licitação resultará em uma despesa total de **R\$ 3.389.100,00** (três milhões trezentos e oitenta e nove mil e cem reais).

5 - FUNDAMENTO DA DISPENSA:

Versa o artigo 24, IV, da Lei nº 8.666/93:

Art. 24 - É dispensável a licitação:

IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos.

6 - PARECER JURÍDICO: Aprovado conforme parecer jurídico nº 0536/2020, acostado aos autos.

7 – JUSTIFICATIVA:

Os motivos para a aquisição emergencial estão expostos na Comunicação Interna (CI) nº 1012/2020, emitida pela Diretoria de Planejamento e Gestão de Compras (DPGC), acostada à fl. 05 dos autos.

Por meio de referida CI informou-se haver urgência na aquisição do item de código CIASC 009660008 (máscara facial sem viseira com no mínimo três camadas), em razão de se tratar de item essencial para a prevenção da disseminação da doença COVID-19.

O item consta na Ata de Registro de Preços (ARP) nº 1743/2019 (PSES 66475/2019), vigente até 21/11/2020 e, apesar de termo aditivo de acréscimo de 25% no quantitativo do item, o saldo total da ARP é de 170.500 unidades, quantitativo que não será capaz de suprir a demanda desta SES para o enfrentamento da pandemia. Tramita também novo processo para aquisição do material por meio de licitação, contudo, o Pregão Eletrônico nº 637/2020 (PSES 30758/2020) está em fase de finalização e também não será capaz de suprir a demanda.

Sendo assim, considerando Decreto Estadual nº 515, de 17 de março de 2020, que declarou estado de emergência em todo território estadual para fins de prevenção e combate à epidemia do COVID-19, bem como ditames contidos no art. 4º da Lei Federal nº 13.979/2020, de 06 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, com a finalidade precípua de evitar prejuízos no pronto atendimento aos pacientes usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), torna-se justificável e necessária a dispensa do processo licitatório.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

8 - RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:

O fornecedor foi escolhido mediante consulta de preços ao mercado através de edital de cotação de preços, adjudicando-se a empresa de menor preço, conforme parecer técnico acostado à fl. 28 e resultado da cotação acostado à fl. 37 dos autos.

9 – JUSTIFICATIVA DO PREÇO:

O preço de aquisição foi obtido mediante cotação de preços e o motivo para a escolha foi a necessidade e a urgência do caso.

Diante do exposto, propomos seja autorizada a Dispensa de Licitação na forma do disposto no artigo *a priori* mencionado e conforme condições anteriormente estabelecidas.

Florianópolis, 02 de abril de 2020.

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA:

1 – Ciente.

2 - Em vista da necessidade da aquisição do objeto supracitado, com os poderes conferidos pelo Ato nº 376, de 14 de fevereiro de 2020, e pela Portaria nº 813, de 30 de setembro de 2019, resolvo HOMOLOGAR a Dispensa de Licitação nº 790/2020 e autorizar a despesa supracitada.

3 - Para prosseguimento.

[Assinado digitalmente]
Márcia Regina Geremias Pauli
Superintendente de Gestão Administrativa



Código para verificação: **P921IL0H**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI em 02/04/2020 às 14:46:09

Emitido por: "SGP-e", emitido em 20/02/2020 - 16:27:03 e válido até 20/02/2120 - 16:27:03.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U0VTXzcwNTIfMDAwMzg2NTVfMzk1NjJfMjAyMF9QOTIxSUwwSA==> ou o site

<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SES 00038655/2020** e o código **P921IL0H** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.



FATURAMENTO: FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE(FES)

CNPJ: 80.673.411/0001-87

OF Nº: 372/2020

Data da OF: 02/04/2020 (cadastrada em: 02/04/2020 11:58)

FORNECEDOR:

CREMER S.A. CÓDIGO: 6716

CNPJ: 82641325004377

Fone: (47) 2123-8550

Fax: (47) 2123-8510

Celular: () 0800727006

Email: licita@cremer.com.br

Endereço: Rua Bertolina May Kechele, nº 125 Mulde Indaial/SC CEP: 89.130-000

Relação de Compra nº: 840/2020 Edital nº: 790/2020(DL)

Protocolo: SES 38655/2020

PRAZO DE ENTREGA: 10 dias CONDIÇÕES PAG: 7 dias

UNIDADE(S) SOLICITANTE(S): GERÊNCIA DE BENS REGULARES

Doc. solicitante: SN

LOCAL DE ENTREGA: DAMAD - ALMOX. CENTRAL MATERIAIS

Endereço: R:JUDITE MELO DOS SANTOS, N 251 GALP 6a9 - DISTRITO INDUSTRIAL - São José/SC

CEP: 88.104-765 Fone: (48) 3665-5510 Fax (48) 3665-5515 Email: gerabagesad@saude.sc.gov.br

Importante: EMPRESA SOLICITA PAGAMENTO EM 07 DIAS.

SOB PENA DE DEVOLUÇÃO DA NOTA FISCAL, ESTA DEVERÁ VIR COM OS DADOS BANCÁRIOS PARA PAGAMENTO NO CORPO DA NOTA.

- Em se tratando de PESSOA JURÍDICA: a conta corrente deverá pertencer ao mesmo CNPJ da empresa;

- Em se tratando de PESSOA FÍSICA: a conta corrente deverá pertencer ao CPF do favorecido;

- Os pagamentos não serão efetuados, em hipótese alguma, em conta poupança;

Este documento só terá validade quando apresentado com o respectivo Número do Empenho.

Item	Cd Material	Descrição do Material	Quant.	UN	Unitário	Sub Total	Tipo
1	009660008	Máscara facial sem viseira com no mínimo três camadas, camada externa 100% em polipropileno, e camada interna de celulose e poliester, para procedimentos cirúrgicos, com clips nasal, eficiência de filtragem bacteriana acima (BFE) de 95%, formato antômico, hipoalergêncio, inodora, sem prejuízo da respiração natural, presilhas reforçadas, com ajuste em elástico, sem desprender partículas do material (fiapos), acondicionados em recipiente que garanta a integridade do produto, apresentando na embalagem dados de identificação, lote, data de validade, procedência, apresentar laudo de eficiência de filtragem bacteriana (EBF), apresentar certificado de aprovação MT. Caixa com 40 Cartuchos. Cartucho c/ 50 Un Marca: Medix RMS: 80495510006	1.300.000	PECA	2,607	3.389.100,00	MC
<div>Documentos obrigatórios a serem apresentados juntamente com as notas fiscais:<ul style="list-style-type: none">- Certidão Municipal- Certidão Estadual- Certidão Federal- Certidão do FGTS- Certidão Trabalhista</div>							
Itens	1				Total	3.389.100,00	



Assinatura e carimbo



Assinaturas do documento



Código para verificação: **AYDZ6320**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI em 02/04/2020 às 14:46:09

Emitido por: "SGP-e", emitido em 20/02/2020 - 16:27:03 e válido até 20/02/2120 - 16:27:03.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U0VTXzcwNTIfMDAwMzg2NTVfMzk1NjJfMjAyMF9BWURaNjMyMA==> ou o site <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SES 00038655/2020** e o código **AYDZ6320** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.

7.4. O resultado preliminar será divulgado no site www.sap.sc.gov.br a partir do dia 13 de abril de 2020.

4. O item 8.6 passa a ter a seguinte redação:
8.6. O resultado final será publicado no Diário Oficial do Estado a partir do dia 15 de abril de 2020.

Florianópolis, 06 de abril de 2020.

LEANDRO ANTÔNIO SOARES LIMA

Secretário de Estado da Administração Prisional e Socioeducativa
Cod. Mat.: 663418

Licitações

Secretarias de Estado

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL E SOCIOEDUCATIVA

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 010/SAP/2020

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de Serviços de Alimentação e Nutrição (SAN) com manipulação e distribuição de alimentação, fornecimento de todos os gêneros alimentícios e demais insumos para o COMPLEXO PENITENCIÁRIO DE SÃO CRISTÓVÃO DO SUL. - **Dotação Orçamentária:** Unidade 54096; Subação 11043, Fonte 111 e Natureza de Despesa 33.90.39. **Fundamentação Legal:** Artigo 24, inciso XI, da Lei Federal nº 8.666/93. **Contratante:** Secretaria de Estado da Administração Prisional e Socioeducativa/Fundo Penitenciário do Estado de Santa Catarina; **Origem:** DL nº 010/SAP/2020; **Contratada:** RBX Alimentação e Serviços Eireli - CNPJ n.º 17.033.316/0001-82. **Valor total da Dispensa:** R\$ 6.676.514,30 (seis milhões seiscentos e setenta e seis mil quinhentos e quatorze reais e trinta centavos). Florianópolis/SC, 06 de abril de 2020. CIG SJC 26412/2020. **SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL E SOCIOEDUCATIVA.**
Cod. Mat.: 663347

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL E SOCIOED/FUNDO PENT DE SC AVISO DE RETIFICAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 0010/2020.
Torna-se pública a retificação nº 01, como segue: o edital e seus anexos foram alterados devido a incorreções. O novo edital e seus anexos estão disponíveis no site www.sap.sc.gov.br. Informações serão prestadas através do e-mail glicilicilicacao@sap.sc.gov.br, no horário das 12:30 às 19:00, em dias úteis. Processo SGP-e: **SJC 73146/2019**. Protocolo CIG SGP-e: **SJC 15952/2020**.
Cod. Mat.: 663312

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 09/2020 – ADR 15 4426/2020. CIG: 9074/2020.
O Secretário de Estado da Educação comunica a realização da INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 09/2020, que tem como objeto aquisição de passe escolar para atender os alunos do ensino fundamental e médio da rede estadual do município de Timbó, no ano letivo de 2020. EMPRESA CONTRATADA: EXPRESSO PRESIDENTE GETÚLIO EIRELI. VIGÊNCIA: da sua assinatura até o último dia do ano escolar, ou seja, dia 20 de dezembro de 2020. VALOR TOTAL: R\$ 135.200,00. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Fonte: 131 Subfunção/Ação: 11567. Elemento de Despesa: 33.90.39. DO FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 25, I, da Lei Federal n.º 8.666. DATA DE ASSINATURA: 27/03/2020.
Florianópolis, 03 de abril de 2020.
Natalino Ugolini
Secretário de Estado da Educação
Cod. Mat.: 663341

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES RESULTADO DE LICITAÇÃO

O Secretário de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde torna público o Resultado da Licitação nº 0301/2020 na modalidade: Pregão "Eletrônico", cujo objeto: Contratação de serviços de Fisioterapia domiciliar para atendimento de ordens judiciais para o Centro Catarinense de Reabilitação (CCR). MENOR PREÇO: Item: 01. EMPRESA VENCEDORA: GABIATTI CLÍNICA DE FISIOTERAPIA LTDA – Item: 01. CIG: 16841/2020.
Cod. Mat.: 663184

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES

RESULTADO DE LICITAÇÃO

O Secretário de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde torna público o Resultado da Licitação nº 2916/2019 na modalidade: Pregão "Eletrônico", cujo objeto: Registro de Preços para Aquisição de materiais de enfermagem e cirurgia para a Gerência de Bens Regulares (GEBER). MENOR PREÇO: Itens: 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 16, 17 e 18. DESCCLASSIFICAR OS ITENS DAS EMPRESAS, CONFORME DISCRIMINADO: Por apresentar preço excessivo (Art. 48, Inciso II, da Lei 8.666/93 e Alterações): VIVA CARE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA – ME – Itens: 01. OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA – Itens: 14 e 15. EMPRESAS VENCEDORAS: 1000MEDIC DISTRIBUIDORA IMPORTADORA EXPORTADORA DE MEDICAMENTOS LTDA – ITEM: 13. AABA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS EIRELI – ITEM: 18. ASLI COMERCIAL EIRELI – ITENS: 03, 05, 06, 07 e 12. CEI - COMÉRCIO EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO DE MATERIAIS MÉDICOS LTDA – ITEM: 08. CENTRAL COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA ME – ITEM: 04. IMPORT SERVICE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA – ITEM: 02. MAXVIDA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA – EPP – ITEM: 17. OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA – ITEM: 11. PROMEDON PORTO ALEGRE PRODUTOS MÉDICO - HOSPITALARES LTDA – ITEM: 09. SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA – ITENS: 10 e 16. CIG: 142305/2019.
Cod. Mat.: 663185

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 0814/2020. Objeto: Aquisição de materiais de higiene e limpeza para as Unidades da SES. Abertura da sessão: 23/04/2020 às 08h15min. No site www.e-lic.sc.gov.br encontram-se o Edital e canais para todas as comunicações. (CIG) SES 40944/2020.
Cod. Mat.: 663197

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 0826/2020. Objeto: Aquisição de materiais de enfermagem e cirurgia para a Gerência de Bens Regulares (GEBER). Abertura da sessão: 27/04/2020 às 08h15min. No site www.e-lic.sc.gov.br encontram-se o Edital e canais para todas as comunicações. (CIG) SES 41253/2020.
Cod. Mat.: 663199

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 0831/2020. Objeto: Contratação de serviços de Fisioterapia para o Centro Catarinense de Reabilitação (CCR). Abertura da sessão: 29/04/2020 às 08h15min. No site www.e-lic.sc.gov.br encontram-se o Edital e canais para todas as comunicações. (CIG) SES 41568/2020.
Cod. Mat.: 663200

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 0834/2020. Objeto: Aquisição de materiais de enfermagem e cirurgia para as Unidades da SES. Abertura da sessão: 24/04/2020 às 08h15min. No site www.e-lic.sc.gov.br encontram-se o Edital e canais para todas as comunicações. (CIG) SES 41566/2020.
Cod. Mat.: 663201

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES. DL 219/2020. PSES 143755/2019. CIG 41846/2020. Justificativa: Ordem Judicial. Fundamento da DL: artigo 24, inciso IV, Lei 8666/93. CT 202/2020.

Objeto: Serviço de psicologia pelo método ABA. Contratada: Juliana Carvalho Barbatto Calckmann Psicologia Me. Total DL: R\$ 58.500,00.
Cod. Mat.: 663211

A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES. Dispensa de Licitação (DL) 790/2020. PSES 38655/2020. CIG/SES 41917/2020. Objeto: Aquisição emergencial de máscaras cirúrgicas. Fundamento: art. 24, IV, Lei nº 8.666/93. OF 372/2020. Fornecedor: Gremer SA. Valor total da DL R\$ 3.389.100,00.
Cod. Mat.: 663214

A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES. Dispensa de Licitação (DL) 778/2020. PSES 37643/2020. CIG/SES 41920/2020. Objeto: Aquisição emergencial de laringoscópios. Fundamento: art. 24, IV, Lei nº 8.666/93. OF 350/2020. Fornecedor: Medic-Help Comércio de Atacadista e Assistência Técnica Ltda. Valor total da DL R\$ 214.080,00.
Cod. Mat.: 663220

A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES. Dispensa de Licitação (DL) 764/2020. PSES 37443/2020. CIG/SES 41926/2020. Objeto: Aquisição emergencial de cardioversores. Fundamento: art. 24, IV, Lei nº 8.666/93. OF 346/2020. Fornecedor: W&Z Comércio e Serviços Hospitalares Ltda. Valor total da DL R\$ 984.800,00.
Cod. Mat.: 663225

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES

RESULTADO DE LICITAÇÃO

O Secretário de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde torna público o Resultado da Licitação nº 3008/2019 na modalidade: Pregão "Eletrônico", cujo objeto é: Contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva com substituição de peças (inclusive as com desgaste temporal) em nobreaks para a Maternidade Darcy Vargas (MDV). Resolve: ADQUIRIR OS LOTES ABAIXO: MENOR PREÇO: Lotes: I e II. ADJUDICAR AS EMPRESAS ABAIXO: Powercom Brasil Geradores - Eireli – Lote: I. Virtual Infraestrutura e Energia Ltda. – Lote: II. CIG: SES 146163/2019.
Cod. Mat.: 663236

A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES: Dispensa de Licitação 545/2020. SES 27389/2020 Fundamento art. 24, IV, Lei 8666/93. Empresa: Mais Sabor Gestão em Alimentação Ltda. Objeto: Serviços de fornecimento contínuo de refeições p/ pacientes, acompanhantes, residentes, estagiários vinculados c/ a SES e p/ funcionários do HRSJ e ICSC. Contrato de Prestação de Serviços nº 219/2020. Valor Total R\$ 6.225.368,70 Vigência: 02/04/2020 a 28/09/2020. CIG 42006/2020.
Cod. Mat.: 663303

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES

RESULTADO DE LICITAÇÃO

O Secretário de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde torna público o Resultado da Licitação nº 0323/2020 na modalidade: Pregão "Eletrônico", cujo objeto é: Registro de Preços para Aquisição de materiais de laboratório com cedência de equipamentos em regime de comodato para o Laboratório Central de Saúde Pública (LACEN). COTAÇÃO ÚNICA: Lote: I. EMPRESA VENCEDORA: Laborsys Produtos Diagnósticos Hospitalares Ltda. – Lote: I. CIG: SES 18953/2020.
Cod. Mat.: 663304

A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES. Dispensa de Licitação (DL) 762/2020. PSES 35018/2020. CIG/SES 41948/2020. Objeto: Aquisição de kit de testes rápido para análise de dengue, chikungunya e zika vírus (Covid-19). Fundamento: art. 24, IV, Lei nº 8.666/93. OF 359/2020. Fornecedor: Laborsys Produtos Diagnósticos e Hospitalares Ltda. Valor total da DL R\$ 159.938,00. Justificativa: Em razão da dificuldade e do tempo para obter orçamento, bem como a necessidade de garantir o abastecimento ante a procura crescente e urgente do mercado nacional, fizeram com que a contratação decorresse do único orçamento obtido.
Cod. Mat.: 663336

A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES. Dispensa de Licitação (DL) 672/2020. PSES 33337/2020. CIG/SES 42017/2020. Objeto: Aquisição emergencial de máscaras respiradoras semi-facial. Fundamento: art. 24, IV, Lei nº 8.666/93. OF 358/2020. Fornecedor: Biogeenergy Fabricação e Locação de Equipamentos Ltda. Valor total da DL R\$ 140.800,00.
Cod. Mat.: 663339

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

POLÍCIA MILITAR DE SANTA CATARINA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 74/PMSC/2020.

OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de LUVAS E MÁSCARAS DESCARTÁVEIS para uso do efetivo da Polícia Militar. **CONTRATADO:** MEDMED COMERCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES EIRELLI. **VALOR TOTAL:** R\$ 137.000,00 (cento e trinta e sete mil reais). **FUNDAMENTAÇÃO:** Inciso IV do art. 24, c/c incisos II e III do art. 26, todos do estatuto das licitações (Lei 8.666/93 e alterações posteriores). **Item Orçamentário:** 33.90.30.28 – **Fonte de Recurso:** 111000036 – **Projeto Atividade:** 14157. Newton Fernando Ayres dos Anjos – Ten Cel PM Dir Interino DALF/PMSC. Processo SGP-e PMSC 18705/2020 e Protocolo CIG SGP-e: PMSC 19075/2020.
Cod. Mat.: 663205

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

POLÍCIA MILITAR DE SANTA CATARINA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 72/PMSC/2020.

OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento parcelado de Refeição Pronta para os Policiais Militares no município de Ibituba. Para o período de 07 de abril de 2020 a 07 de outubro de 2020.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 853/2020

PROCESSO SES 42116/2020

1 - OBJETO: Aquisição emergencial de máscaras respiradoras semi-facial.

2 – UNIDADE INTERESSADA: Gerência de Bens Regulares (GEBER).

3 – FORMA DE CONTRATAÇÃO: A presente Dispensa de Licitação será efetivada por meio da emissão de Ordem de Fornecimento, conforme abaixo:

EMPRESA	OF nº	VALOR
BIOGEOENERGY FABRICAÇÃO E LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS LTDA	393/2020	R\$ 200.000,00

4 - DESPESAS: A Dispensa de Licitação resultará em uma despesa total de **R\$ 200.000,00** (duzentos mil reais).

5 - FUNDAMENTO DA DISPENSA:

Versa o artigo 24, IV, da Lei nº 8.666/93:

Art. 24 - É dispensável a licitação:

IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos.

6 - PARECER JURÍDICO: Aprovado conforme pareceres jurídicos nº 0560/2020 – ASJUR e nº 385/2020 – COJUR, acostados aos autos.

7 – JUSTIFICATIVA:

Os motivos para a aquisição emergencial estão expostos na Comunicação Interna (CI) nº 1126/2020, emitida pela Diretoria de Planejamento e Gestão de Compras (DPGC), acostada à fl. 21 dos autos.

Por meio de referida CI informou-se haver urgência na aquisição do item de código CIASC 009660007 (máscara respiradora semi-facial), em razão de trata-se de item essencial para a prevenção da disseminação da doença COVID-19.

Tramita novo processo para aquisição do material por meio de licitação, contudo, o Pregão Eletrônico nº 2963/2019 (PSES 132575/2019), porém ainda não finalizado.

Sendo assim, considerando Decreto Estadual nº 515, de 17 de março de 2020, que declarou estado de emergência em todo território estadual para fins de prevenção e combate à epidemia do COVID-19, bem como ditames contidos no art. 4º da Lei Federal nº 13.979/2020, de 06 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, com a finalidade precípua de evitar prejuízos no pronto atendimento aos pacientes usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), torna-se justificável e necessária a dispensa do processo licitatório.

8 - RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:

O fornecedor foi escolhido em razão da urgência e do prazo imediato de entrega e conforme Chamamento 0032/2020 da Secretaria de Estado da Administração, grade de propostas de 03/04/2020, fl.14 dos autos, conforme se vislumbra na CI nº 1126/2020, acostada à fl. 21 dos autos, bem como no orçamento de menor valor emitido pela empresa, acostado a fl. 15 dos autos.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

9 – JUSTIFICATIVA DO PREÇO:

O preço de aquisição foi obtido mediante cotação de preços e o motivo para a escolha foi a necessidade e a urgência do caso.

Diante do exposto, propomos seja autorizada a Dispensa de Licitação na forma do disposto no artigo *a priori* mencionado e conforme condições anteriormente estabelecidas.

Florianópolis, 06 de abril de 2020.

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA:

1 – Ciente.

2 - Em vista da necessidade da aquisição do objeto supracitado, com os poderes conferidos pelo Ato nº 376, de 14 de fevereiro de 2020, e pela Portaria nº 813, de 30 de setembro de 2019, resolvo HOMOLOGAR a Dispensa de Licitação nº 853/2020 e autorizar a despesa supracitada.

3 - Para prosseguimento.

[Assinado digitalmente]
Márcia Regina Geremias Pauli
Superintendente de Gestão Administrativa



Assinaturas do documento



Código para verificação: **507PJ5PB**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI em 06/04/2020 às 14:34:54

Emitido por: "SGP-e", emitido em 20/02/2020 - 16:27:03 e válido até 20/02/2120 - 16:27:03.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U0VTXzcwNTIfMDAwNDIxMTZfNDMxMjhfmjAyMF81MDdQSjVQQg==> ou o site

<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SES 00042116/2020** e o código **507PJ5PB** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.



FATURAMENTO: FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE(FES)

CNPJ: 80.673.411/0001-87

OF Nº: 393/2020

Data da OF: 06/04/2020 (cadastrada em: 06/04/2020 11:45)

FORNECEDOR:

BIOGEOENERGY FABRICAÇÃO E LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS LTDA CÓDIGO: 11715

CNPJ: 33578004000100

Fone: (16) 3303-1103

Email: contato@biogeoenergy.com.br

Endereço: AV. MANUEL DE ABREU, Nº 2445

UNIDADE 19 VILA SEDENHO Araraquara/SP CEP: 14.806-500

Relação de Compra nº: 912/2020 Edital nº: 853/2020(DL)

Protocolo: SES 42116/2020

PRAZO DE ENTREGA: 10 dias CONDIÇÕES PAG: 1 dias

UNIDADE(S) SOLICITANTE(S): GERÊNCIA DE BENS REGULARES

Doc. solicitante: 42116/2020

LOCAL DE ENTREGA: ALMOXARIFADO COVID MS

Endereço: R:JUDITE MELO DOS SANTOS, N 251 GALP 6a9 - DISTRITO INDUSTRIAL - São José/SC

CEP: 88.104-765

Importante: EMPRESA SOLICITA PAGAMENTO ANTECIPADO DE 50% E NA ENTREGA O RESTANTE DOS 50%.

SOB PENA DE DEVOLUÇÃO DA NOTA FISCAL, ESTA DEVERÁ VIR COM OS DADOS BANCÁRIOS PARA PAGAMENTO NO CORPO DA NOTA.

- Em se tratando de PESSOA JURÍDICA: a conta corrente deverá pertencer ao mesmo CNPJ da empresa;

- Em se tratando de PESSOA FÍSICA: a conta corrente deverá pertencer ao CPF do favorecido;

- Os pagamentos não serão efetuados, em hipótese alguma, em conta poupança;

Este documento só terá validade quando apresentado com o respectivo Número do Empenho.

Item	Cd Material	Descrição do Material	Quant.	UN	Unitário	Sub Total	Tipo
1	009660007	Máscara respiradora semi-facial, para proteção de agentes biológicos:Tuberculose,Gripe Aviária, Pneumonia Asiática, Herpes Zoster, Antavirose Rubéola, Sarampo, Varicela, parotidite infecciosa, monucleose infecciosa, candidíase e furunculose, sem viseira, com no mínimo três camadas, camada externa 100% em polipropileno e camada interna de celulose e poliéster, eficiência de filtração bacteriana (BFE) no mínimo de 99%, eficiência mínima de filtragem de 95%, preferencialmente formato de trapézio, sendo possível na base menor do trapézio proceder dobradura para fechá-la pela extremidade (base maior do trapézio), anatômica, com clip nasal em alumínio dobrável, ajustável, com as pontas arredondadas e resistente, atraumática, hipoalergênica, inodora, sem prejuízo da respiração natural, duas tiras elásticas reforçadas, que proporcione boa vedação no rosto, sem desprender partículas do material (fiapos), acondicionados em recipiente que garanta a integridade do produto,	20.000	PECA	11,00	220.000,00	MC

SCCD

SES - SC



Item	Cd Material	Descrição do Material	Quant.	UN	Unitário	Sub Total	Tipo
		apresentando na embalagem dados de identificação, lote, data de validade, procedência, apresentar registro no MS, apresentar laudo de eficiência de filtração bacteriana (EBF), apresentar certificado de aprovação M.T. Marca: R2 - Modelo: MA19 Fabricante: Guangdong Owgels Science & Technology Co. Apresentação: Caixa com 50 unidades - Embalagem com 40 caixas. RMS: Certificado Internacional EN 14683, 1a, ISO 13485					
Itens	1					Total	220.000,00

Documentos obrigatórios a serem apresentados juntamente com as notas fiscais:

- Certidão Municipal
- Certidão Estadual
- Certidão Federal
- Certidão do FGTS
- Certidão Trabalhista

Assinatura e carimbo



Código para verificação: **Z8L57RF9**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI em 06/04/2020 às 14:34:49

Emitido por: "SGP-e", emitido em 20/02/2020 - 16:27:03 e válido até 20/02/2120 - 16:27:03.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U0VTXzcwNTIfMDAwNDIxMTZfNDMxMjhfmjAyMF9aOEw1N1JGOQ==> ou o site

<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SES 00042116/2020** e o código **Z8L57RF9** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES
RESULTADO DE LICITAÇÃO

O Secretário de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde torna público o Resultado da Licitação nº 0562/2020 na modalidade: Pregão "Eletrônico", cujo objeto é: Registro de preço para Aquisição de insumos para atendimento de ordens judiciais para a Gerência de Bens Judiciais (GEJUD). Resolve: ADQUIRIR O ITEM: MENOR PREÇO: Itens: 01, 04, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 14, 15 e 16. COTAÇÃO ÚNICA: Itens: 02, 03, 05, 13 e 17. DESCLASSIFICAR O ITEM DA EMPRESA, CONFORME DISCRIMINADO: Por apresentar preço excessivo (Art. 48, Inciso II, da Lei 8.666/93 e Alterações): LPK Ltda - EPP - Item: 18. EMPRESAS VENCEDORAS: Altermed Material Médico Hospitalar Ltda - Itens: 01, 08, 09 e 10. Essity Soluções Médicas do Brasil Comércio e Distribuição Ltda - Item: 04, 12, 15 e 16. Fufa SC Comércio e Representação Ltda - Itens: 05, 13, 14 e 17. LM Farma Indústria e Comércio Ltda - Item: 11. LPK Ltda - EPP - Itens: 06 e 07. Soma/SC Produtos Hospitalares Ltda - Itens: 02 e 03. CIG: SES 30176/2020.

Cod. Mat.: 665535

A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES. Dispensa de Licitação (DL) 981/2020. PSES 45429/2020, CIG 47966/2020. Objeto: Aquisição emergencial de máscaras respiradoras semi-facial para o GEBER. Justificativa e Fundamento: art. 24, IV, Lei nº 8.666/93. OF 504/2020. Fornecedor: GVS do Brasil Ltda. Valor total da R\$ 1.386.000,00.

Cod. Mat.: 665564

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES
RESULTADO DE LICITAÇÃO

O Secretário de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde torna público o Resultado da Licitação nº 311/2020 na modalidade: Pregão "Eletrônico/Presencial", cujo objeto: Registro de Preços para aquisição de medicamentos para atendimento de ordens judiciais para a Gerência de Bens Judiciais (GEJUD). ADQUIRIR OS ITENS: MENOR PREÇO: Itens: 06 e 12. COTAÇÃO ÚNICA: Itens: 05, 10, 13, 17 e 18. CONSIDERAR NÃO COTADOS: Itens: 01, 02, 03, 04, 08, 09 e 14. DESCLASSIFICAR: Por apresentar preço excessivo (Art. 48, Inciso II, da Lei 8.666/93 e Alterações): Medilar Importação e Distribuição de Prod. Médico Hospitalares S/A. - Item: 07. Medicinali Produtos para Saúde Eireli - ME - Item: 11. Licimed - Distribuidora de Medicamentos, Correlatos e Produtos Médicos e Hospitalares Ltda. - Item: 16. Haroldo Campo - Item: 19. Por não atender as especificações técnicas do edital, conforme Parecer Técnico (Art. 48, Inciso I, da Lei 8.666/93 e Alterações): Haroldo Campo - Item: 15. Medicinali Produtos para Saúde Eireli - ME - Item: 15. ADJUDICAR: Bristol-Myers Squibb Farmacêutica Ltda. - Itens: 05 e 13. Licimed - Distribuidora de Medicamentos, Correlatos e Produtos Médicos e Hospitalares Ltda. - Item: 10. Novartis Biociências S.A - Itens: 06, 17 e 18. Sulmedic Comércio de Medicamentos Eireli - Item: 12. CIG: 17078/2020.

Cod. Mat.: 665606

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES
RESULTADO DE LICITAÇÃO

O Secretário de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde torna público o Resultado da Licitação nº 385/2020 na modalidade: Pregão "Eletrônico/Presencial", cujo objeto: Registro de Preços para aquisição de medicamentos para atendimento de ordens judiciais para a Gerência de Bens Judiciais (GEJUD). ADQUIRIR OS ITENS: MENOR PREÇO: Itens: 03, 07, 08, 09, 18 e 20. COTAÇÃO ÚNICA: Itens: 01, 02, 04, 05, 11, 12, 14, 16 e 17. CONSIDERAR NÃO COTADOS: Itens: 06 e 15. DESCLASSIFICAR: Por apresentar preço excessivo (Art. 48, Inciso II, da Lei 8.666/93 e Alterações): Aglon Comércio e Representações Ltda. - Item: 10. Altermed Material Médico Hospitalar Ltda. - Item: 13. Medcom Comercio de Medicamentos Hospitalares Ltda. - Item: 19. ADJUDICAR: Aglon Comércio e Representações Ltda. - Item: 14. Alminhana Comércio e Representação Ltda. - Item: 04. Altermed Material Médico Hospitalar Ltda. - Itens: 02, 03, 12 e 20. Cirúrgica Jaw Comércio de Material Médico Hospitalar Ltda. - Item: 05. Cristalia Produtos Químicos e Farmacêuticos Ltda. - Item: 18. Eli Lilly do Brasil Ltda. - Item: 01. Janssen Cilag Farmacêutica Ltda. - Item: 07. Novartis Biociências S.A - Item: 16. Promefarma Representações Comerciais Ltda. - Item: 17. Sulmedic Comércio de Medicamentos Eireli - Item: 08. Victoria Comércio de Produtos Hospitalares Ltda. - Itens: 09 e 11. CIG: 20723/2020

Cod. Mat.: 665615

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES. DL 444/2020. PSES 20053/2020. CIG 48624/2020. Justificativa: Ordem Judicial. Fundamento da DL: artigo 24, inciso IV, Lei 8666/93. OF 490/2020. Objeto: Serviço de aplicação de avastin. Contratada: Visum Retina Clínica De Olhos Ltda. Total DL: R\$ 550,00.

Cod. Mat.: 665630

A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES. Dispensa de Licitação (DL) 867/2020. PSES 42898/2020, CIG/SES 49017/2020. Objeto: Aquisição emergencial de luvas. Fundamento: art. 24, IV, Lei nº 8.666/93. OF 442/2020. Fornecedor: Descarpack Descartáveis do Brasil Ltda. Valor total da DL R\$ 5.448.000,00.

Cod. Mat.: 665656

A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES. Dispensa de Licitação (DL) 853/2020. PSES 42116/2020, CIG/SES 49038/2020. Objeto: Aquisição emergencial de máscaras respiradoras semi-facial. Fundamento: art. 24, IV, Lei nº 8.666/93. OF 393/2020. Fornecedor: Biogeoenergy Fabricação e Locação de Equipamentos Ltda. Valor total da DL R\$ 200.000,00.

Cod. Mat.: 665660

A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES. Dispensa de Licitação (DL) 804/2020. PSES 33960/2020, CIG/SES 48975/2020. Objeto: Aquisição emergencial de Antisséptico a base de álcool etílico, concentração de 68% a 70% para GEBER. Justificativa e Fundamento: art. 24, IV, Lei nº 8.666/93. OF 434/2020. Fornecedor: COMERCIAL MULTIVILLE LTDA. LTDA. Valor total da R\$ 84.500,00.

Cod. Mat.: 665672

A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES. Dispensa de Licitação (DL) 838/2020. PSES 39650/2020, CIG/SES 47649/2020. Objeto: Aquisição de ponteiros, criotubos e microtubos para LACEN. Justificativa e Fundamento: art. 24, IV, Lei nº 8.666/93. OF 473/2020. Fornecedor: CIENCOR SCIENTIFIC LTDA.. Valor total da R\$ 122.296,32.

Cod. Mat.: 665674

A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES. Dispensa de Licitação (DL) 70/2020. PSES 1712/2020, CIG/SES 49039/2020. Objeto: Aquisição emergencial de medicamentos para DIAF. Justificativa e Fundamento: art. 24, IV, Lei nº 8.666/93. OF 261/2020 - Fornecedor: SANOFI MEDLEY FARMACÊUTICA LTDA. - Valor R\$ 16.057,80 - OF 262/2020 - Fornecedor: SOMA - SP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. - Valor R\$ 115.451,40. Valor total da DL: R\$ 131.509,20.

Cod. Mat.: 665676

POLÍCIA CIVIL - PC

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Origem: PREGÃO ELETRÔNICO nº 0038/2020.

Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de carga de gás liquefeito de petróleo, para atender as necessidades da Polícia Civil.

Vigência: 24/abril/2020 a 24/abril/2021.

Unidade Gerenciadora: Polícia Civil - PC. CNPJ: 07.188.579/0001-07. Empresa: COMPANHIA ULTRAGAZ S.A, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.602.199/0232-44.

LOTE I - DESCRIÇÃO LOTE I- COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES NÃO VEICULARES

ITEM 1 - GÁS GLP CARGA PARA BOTIJO DE 13KG. Quantidade: 120 / Peça. Marca: ULTRAGAZ - ao preço de R\$ 58,59 UN.

ITEM 2 - GÁS GLP CARGA PARA BOTIJO DE 45KG. Quantidade: 6 / Peça. Marca: ULTRAGAZ - ao preço de R\$ 219,73 UN.

ITEM 3 - GÁS GLP PARA BOTIJO DE 20 KG. Quantidade: 10 / Peça. Marca: ULTRAGAZ - ao preço de R\$ 131,84 UN.

Pela contratante: VALÉRIO ALVES DE BRITO - Diretor de Administração e Finanças.

Processo SGP-e: PCSC 31946/2020. Protocolo CIG SGP-e: PCSC 36364/2020.

Cod. Mat.: 665714

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 034/CPL/DGPC/2020

Objeto: MATERIAIS PARA ENFRENTAMENTO DO CORONAVÍRUS - OCULOS DE PROTEÇÃO. Fundamentação Legal: art. 24, IV, da Lei nº 8.666/93. Dotação Orçamentária: Unidade 16084, Subação 6753, Item 3.3.90.30. Fonte 0111.33. Razão da Escolha: A empresa apresentou preço compatível com o valor de mercado e menor prazo de entrega. Contratante: Fundo de Melhoria da Polícia Civil. Contratado: Machado Comércio Obras e Serviços EIRELI ME. Valor Total: R\$ 5.800,00 (cinco mil e oitocentos reais).

Processo PCSC 38558/2020. Protocolo CIG PCSC 40928/2020.

Cod. Mat.: 665747

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR

RESULTADO DE LICITAÇÃO

A DIRETORIA DE LOGÍSTICA E FINANÇAS comunica o resultado do Pregão Eletrônico nº 0007/2020. Objeto: Aquisição e instalação de equipamentos de eletro-eletrônica para o Laboratório de Investigação de Incêndio do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina.. Lote(s): I, III - OKK SOLUÇÕES COMERCIAIS LTDA ME, Valor Adjudicado : R\$ 14.997,00. Lote(s) : II - N.H.NETO - COMÉRCIO

DE INSTRUMENTOS DE MEDIÇÃO - EPP. Valor Adjudicado : R\$ 5.949,99. Lote(s) : IV - OUTSET COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARALABORATORIO LTDA - M, Valor Adjudicado : R\$ 7.800,00. Valor Total Adjudicado: R\$ 28.746,99. Processo: CBMSC 6584/2020. CIG: CBMSC 7456/2020.

Cod. Mat.: 665530

Economias Mistas

SCPAR PORTO DE IMBITUBA S.A. RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2020 - Processo PIMB nº 5043/2019. Devido ao não comparecimento de nenhuma empresa interessada, o Pregoeiro da SCPAR Porto de Imbituba S.A., declara Deserta a licitação referente ao Edital de Pregão Presencial nº 009/2020. Imbituba, 03 de março de 2020. Elivelton Luiz Doré - Pregoeiro

Cod. Mat.: 665583

Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN Procedimento Licitatório n. 013/2020 Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE E DESCARTE DE RESÍDUOS QUÍMICOS PARA UNIDADES DA SRN. Abertura das Propostas dia 18/05/2020 às 09:00h e Sessão de Disputa dia 18/05/2020 às 10:00h. Edital disponível em www.casan.com.br. Informações: licitacoes@casan.com.br. Diretoria Administrativa.

Cod. Mat.: 665657

Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN Procedimento Licitatório n. 065/2020 Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO EVENTUAL DE TUBULAÇÃO EM PEAD PARA MANUTENÇÃO DOS SISTEMAS DA CASAN. Abertura das Propostas dia 07/05/2020 às 09:00h e Sessão de Disputa dia 07/05/2020 às 10:00h. Edital disponível em www.casan.com.br. Informações: licitacoes@casan.com.br. Diretoria Administrativa.

Cod. Mat.: 665727

Contratos e Aditivos

Gabinete do Governador

DEFESA CIVIL DO ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE TERMO DE MEMORANDO DE ENTENDIMENTO.

Partes: A Defesa Civil do Estado de Santa Catarina - DC e a Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH. Objeto: Regular a conjugação de esforços das partes para realizar atividades que garantam a inserção e internalização de instrumentos de gestão de risco climático na Defesa Civil, como a melhoria dos processos internos da Plataforma SPGF. Além disso, prevê-se o desenvolvimento de outras atividades que possam fortalecer as políticas e estratégias da Defesa Civil de Santa Catarina no que tange aos riscos climáticos e os respectivos processos de gestão e planejamento. Vigência: Prazo de 18 (dezoito) meses, contados a partir de sua publicação no Diário Oficial do Estado, podendo ser prorrogável por comum acordo. Assinaturas: João Batista Cordeiro Junior pela DC e Diretor Nacional, Sr. Michael Rosenauer pela GIZ.

Cod. Mat.: 665593

DEFESA CIVIL DO ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 043/SDC/2016

Contratante: Fundo Estadual de Proteção e Defesa Civil. Contratada: Rozalva Gonzaga Pereira ME. Objeto: Fica prorrogada a vigência do contrato original a contar de 18 de abril de 2020 até 17 de abril de 2021. Fundamentação: Art. 57, inciso II, da Lei Federal 8.666/93. ASSINATURA: 17 de abril de 2020. Pela Contratante: João Batista Cordeiro Júnior. Pela Contratada: Alexandre Gonzaga Pereira. Processo SGP-e: SDC 1314/2020. Protocolo CIG SGP-e: SDC 1365/2020.

Cod. Mat.: 665644

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 007/DETRAN/2020. Origem: Pregão Eletrônico nº 002/DETRAN/2020. Objeto: contratação de empresa para os serviços de transporte de mobiliário para a nova sede do DETRAN/SC. Valor R\$: 36.000,00 (trinta e seis mil reais) Unidade Orçamentária 410012. Subação: 14824. Fontes: 111. Item orçamentário 33.90.39.74: Data de Assinatura: 16.04.2020; Contratante: Departamento Estadual de Trânsito. Contratada: MULTI PRIME TRANSPORTES E SERVIÇOS. CIG: DETRAN 34456/2020

Cod. Mat.: 665654



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
Rua Esteves Júnior, nº 160 - Centro.
Florianópolis/SC - CEP: 88015-130
Telefone: (48) 3664-8739 / 3664-8740
Site: www.compraslicitacoes.saude.sc.gov.br
Email: compradireta@saude.sc.gov.br

EDITAL DE COMPRA DIRETA Nº 793/2020

PROCESSO SES 37965/2020

A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE (SES) solicita, por meio do presente, que as pessoas físicas ou jurídicas interessadas encaminhem propostas de preços, conforme as condições estabelecidas neste edital de compra direta para aquisição na modalidade dispensa de licitação pelo critério de **MENOR PREÇO** por **ITEM**.

OBJETO: Aquisição de kits para COVID-19, conforme especificações constantes do Anexo I.

ENTREGA DAS PROPOSTAS: até 14h00min. do dia 01/04/2020.

1 - PROPOSTA

1.1 - A PROPOSTA deverá ser encaminhada até o prazo acima estipulado por correio eletrônico para compradireta@saude.sc.gov.br ou entregue na Diretoria de Licitações e Contratos, situada à Rua Esteves Júnior nº 160 - Centro - Florianópolis - SC.

1.1.1 - A PROPOSTA não poderá ter emendas, rasuras ou entrelinhas; deve estar datada, conter nome ou razão social, CNPJ ou CPF, endereço completo, telefone e e-mail e deve estar assinada pelo representante legal da empresa;

1.2 - A PROPOSTA deverá conter a marca do produto ofertado, apresentação, preço unitário e total por item. Estes deverão ser em moeda nacional, computados os tributos de qualquer natureza incidentes sobre o material/serviço e a venda a ser realizada, bem como, o custo de transporte, inclusive carga e descarga, na modalidade CIF, correndo tal operação, única e exclusivamente por conta, risco e responsabilidade das empresas vencedoras. No preço cotado por item, já estarão incluídos todos os descontos oferecidos;

1.3 - A PROPOSTA deverá ter validade não inferior a 60 (sessenta) dias;

1.4 - O autor da OFERTA VENCEDORA deverá apresentar os documentos elencados abaixo:

1.4.1 - Prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

1.4.2 - Prova de regularidade fiscal para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal da sede ou domicílio da licitante, expedidas pelos órgãos abaixo relacionados:

1.4.2.1 - Da Secretaria da Receita Federal, com relação à regularidade fiscal Federal;

1.4.2.2 - Da Procuradoria da Fazenda Nacional, referente à Dívida Ativa da União;

1.4.2.3 - Da Secretaria da Fazenda Estadual, ou outro órgão competente, com relação à regularidade fiscal Estadual;

1.4.2.4 - Da Secretaria de Finanças Municipal, ou outro órgão competente, com relação à regularidade fiscal Municipal. No caso de municípios que mantêm Cadastro Mobiliário e Imobiliário separados, deverão ser apresentados os comprovantes referentes a cada um dos cadastros;

1.4.3 - Prova de regularidade relativa à Seguridade Social, fornecida pelo Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) - CND;

1.4.4 - Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) - CRS;

1.4.5 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

1.5 - A documentação acima elencada no item 1.4 poderá ser substituída pelo Certificado de Cadastro de Fornecedor emitido pela Diretoria de Gestão de Materiais e Serviços da Secretaria de Estado da Administração;

1.6 - Caso haja a necessidade expressa em edital de apresentação de laudos, certificados de qualidade técnica, ensaios laboratoriais e correlatos, estes devem ser apresentados em língua portuguesa ou traduzidos, acompanhados do original fonte;

1.7 - A proposta deverá cumprir os requisitos listados no Anexo I (detalhamento do objeto).

2 - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

2.1 - A SES efetuará o pagamento em 30 (trinta) dias após o recebimento e aceite dos bens ou serviços com a respectiva Nota Fiscal/Fatura ou documento legalmente equivalente, observado o cumprimento integral das disposições contidas neste edital;

2.2 - O fornecedor ou prestador de serviços ao Estado que optar por receber seu pagamento em outras instituições que o Banco do Brasil, ficará responsável pelo custo da tarifa bancária referente à respectiva transferência de valores entre Bancos, uma vez que os pagamentos efetuados pelo Estado são efetuados prioritariamente pelo Banco do Brasil;

2.3 - A empresa deverá mencionar na respectiva Nota Fiscal/Fatura informações sobre o produto, tais como: a marca sob o qual o mesmo é comercializado, fabricante, além de mencionar o número da Ordem Fornecimento ou Contrato de Prestação de Serviços;

2.4 - Também será obrigatório que a empresa mencione na Nota Fiscal/Fatura os seguintes dados bancários para pagamento: número do banco, número da agência com dígito e número da conta corrente com dígito.

3 - DISPOSIÇÕES GERAIS

3.1 - A participação na presente cotação de preços implica na aceitação integral e irretratável de todas as condições exigidas neste edital e dos documentos que dele fazem parte, bem como na observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor;

3.2 - A empresa ganhadora fica obrigada a aceitar os acréscimos ou supressões em até 25% (vinte e cinco por cento) no quantitativo estimado (artigo 65, § 1º da Lei de Licitações);

3.3 - A presente aquisição baliza-se pelos preceitos da Lei 8.666/93 e suas alterações, estando sujeitas as empresas participantes as sanções previstas no Decreto Estadual nº 2617/2009;

3.4 - As empresas que não cumprirem as obrigações assumidas na Cotação de Preços e/ou na execução do objeto estão sujeitas às seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa;

III - suspensão temporária, não superior a 2 (dois) anos, aplicada segundo a natureza e a gravidade da falta cometida;

3.5.1 - A advertência é a sanção por escrito, emitida pela Administração, quando o contratado descumprir qualquer obrigação, ressalvado o disposto no § 3º do art. 11 do Decreto Estadual nº 2617/2009;

3.5.2 - A multa é a sanção pecuniária que será imposta à contratada pelo atraso injustificado na entrega ou execução do Contrato, de acordo com as alíquotas a seguir:

I - 0,33 % (zero, trinta e três por cento) por dia de atraso, na entrega do objeto ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9% (nove vírgula nove por cento);

II - 10 % (dez por cento) em caso de não entrega do objeto ou não conclusão do serviço ou rescisão do Contrato ou cancelamento da Ordem de Fornecimento/Autorização de Fornecimento por culpa da contratada, calculado sobre a parte inadimplente;

III - até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato/Ordem de Fornecimento/Autorização de Fornecimento, pelo descumprimento de qualquer cláusula, exceto prazo de entrega.

3.5.2.1 - O valor da multa e/ou custas de depósito será deduzido dos créditos ou garantias da empresa, ou cobrado administrativa ou judicialmente.

3.5.2.2 - Sempre que a multa ultrapassar os créditos da contratada e/ou garantias, o valor excedente será encaminhado à cobrança extrajudicial ou judicial.

3.5.2.3 - O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do serviço.

3.5.2.4 - A multa será aplicada quando o atraso for superior a cinco dias.

3.5.2.5 - A aplicação da multa não impede que sejam aplicadas outras sanções previstas neste Edital;

3.5.3 - A suspensão é a sanção que impossibilita a participação da empresa em licitações e/ou Contratos, ficando suspenso o seu registro cadastral no Cadastro Geral de Fornecedoros do Estado de Santa Catarina, de acordo com os prazos a seguir:

I - por até 30 (trinta) dias, quando aplicada a pena de advertência emitida pela Administração e a empresa permanecer inadimplente;

- II - por até 90 (noventa) dias, quando a empresa interessada solicitar cancelamento da proposta após a abertura e antes do resultado do julgamento;
- III - por até 12 (doze) meses, quando a empresa adjudicada se recusar a retirar a Autorização de Fornecimento, Ordem de Fornecimento ou assinar o Contrato;
- IV - por até 12 (doze) meses, quando a empresa adjudicada motivar a rescisão total ou parcial da Autorização de Fornecimento, Ordem de Fornecimento ou do Contrato;
- V - por até 12 (doze) meses, quando a empresa praticar atos que claramente visem à frustração dos objetivos da Cotação de Preços;
- VI - por até 24 (vinte e quatro) meses, quando a empresa apresentar documentos fraudulentos;
- VII - por até 2 (dois) anos quando a fornecedora convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, que não celebrar o Contrato, que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida no edital, que ensejar o retardamento da execução de seu objeto, que não mantiver a proposta, que falhar ou fraudar na execução do Contrato, que se comportar de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios; e
- VIII - até a realização do pagamento, quando a empresa receber qualquer das multas previstas no artigo anterior.
- 3.6** - Na apreciação das propostas poderão ser solicitadas informações complementares, amostras e/ou prospectos, a fim de obter maiores informações sobre o produto e/ou serviço ofertado, o que deverá ser providenciado no prazo estabelecido pela Gerência solicitante, sob pena de desclassificação;
- 3.7** - A cotadora vencedora não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto do Contrato, Ordem de Fornecimento e/ou Autorização de Fornecimento a terceiros ou a eles associar-se sem prévia autorização da contratante, sob pena de imediata rescisão do contrato e demais sanções aplicáveis, conforme Lei 8.666/93.
- 3.8** - Os orçamentos que compõem este processo poderão ser utilizados para aquisição dos itens caso haja vantagem para a SES, interesse da empresa cotadora e atendimento aos requisitos solicitados neste Edital.
- 3.9** - Não poderá participar, direta ou indiretamente, desta cotação de preços servidor ou dirigente da Secretaria de Estado da Saúde, em conformidade com o disposto no inciso III do art. 9º da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993.
- 3.10** - O resultado deste edital de compra direta será disponibilizado para acompanhamento no site www.compraslicitacoes.saude.sc.gov.br / <https://sgpe.sea.sc.gov.br/atendimento>
- 3.11** - Nos casos omissos deste edital serão adotados os prazos para a modalidade convite.

Florianópolis, 31 de março de 2020.

Núcleo de Compra Direta
DLIC - Diretoria de Licitações e Contratos

ANEXO I
MATERIAIS GERAIS - ORDEM DE FORNECIMENTO
DETALHAMENTO DO OBJETO

Solicitante: LACEN - LABORATÓRIO CENTRAL DE SAÚDE PÚBLICA

Edital nº: 793/2020 Protocolo: SES 37965/2020

Item	Código	Descrição	Unidade	Total
1	036200063	Kit de detecção para diagnóstico molecular do SARS-CoV-2 RT-PCR em tempo real, compatível com os equipamentos ABI RT PCR 7500 e QuantiStudio 6 Pro RT PCR, 96 well.	Teste	4.800

1 - PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

1.1 - Como o objeto do presente edital é de entrega imediata e integral, para autorizar a entrega dos materiais a SES emitirá uma Ordem de Fornecimento (OF);

1.2 - O prazo de entrega do objeto será de até 10 (dez) dias após o recebimento da Ordem de Fornecimento;

1.3 - A entrega será efetuada conforme condições da Ordem de Fornecimento para:

SIGLA	UNIDADE	ENDEREÇO	TELEFONE
LACEN	Laboratório Central de Saúde Pública	Rua Felipe Schmidt, n.º 788 Centro – Florianópolis - SC	(48) 3664-7800

2 - REQUISITOS DA PROPOSTA

2.1 - Quando se tratar de material com prazo de validade, estes não poderão estar com a validade inferior a 75% do seu prazo total de validade.

2.2 - Deverá constar marca e/ou procedência, modelo, nº registro ANVISA (quando aplicável), apresentação e nome comercial do produto cotado no campo “observações adicionais” de cada item.



Código para verificação: **67D5QGR1**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



MAGALI RODRIGUES (CPF: 507.XXX.719-XX) em 08/07/2020 às 14:36:06

Emitido por: "SGP-e", emitido em 13/07/2018 - 14:36:39 e válido até 13/07/2118 - 14:36:39.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U0VTXzcwNTIfMDAwMzc5NjVfMzg4NjJfMjAyMF82N0Q1UUdSMQ==> ou o site

<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SES 00037965/2020** e o código **67D5QGR1** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 793/2020

PROCESSO SES 37965/2020

1 - OBJETO: Aquisição de kits para COVID-19 - LACEN

2 – UNIDADE INTERESSADA: Laboratório Central de Saúde Pública (LACEN).

3 – FORMA DE CONTRATAÇÃO: A presente Dispensa de Licitação será efetivada por meio da emissão de Ordem de Fornecimento, conforme abaixo:

EMPRESA	OF nº	VALOR
ALTONA DIAGNOSTICS BRASIL LTDA	389/2020	R\$ 525.000,00

4 - DESPESAS: A Dispensa de Licitação resultará em uma despesa total de **R\$ 525.000,00** (quinhentos e vinte e cinco mil).

5 - FUNDAMENTO DA DISPENSA:

Versa o artigo 24, IV, da Lei nº 8.666/93:

Art. 24 - É dispensável a licitação:

IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos.

6 - PARECER JURÍDICO: Aprovado conforme parecer jurídico ASJUR/SES nº 559/2020 e COJUR nº 384/2020, acostados aos autos.

7 – JUSTIFICATIVA:

Os motivos para a aquisição emergencial estão expostos na Comunicação Interna (CI) nº 57/2020, emitida pelo Laboratório Central de Saúde pública (LACEN) acostada à fl. 02 dos autos e Comunicação Interna (CI) nº 1018/2020, emitida pela Diretoria de Planejamento e Gestão de Compras, acostada à fl. 05 dos autos.

Por meio das referidas CIs informou-se haver urgência na aquisição de kits de teste ao LACEN, tendo em vista a necessidade de aquisição deste item para diagnóstico, inclusive de COVID-19

Informa também que devido ao número de amostras recebidas, é indispensável a aquisição dos testes, considerando que os testes encaminhados pelo MS não estão atendendo a demanda do Estado.

Sendo assim, considerando Decreto Estadual nº 515, de 17 de março de 2020, que declarou estado de emergência em todo território estadual para fins de prevenção e combate à epidemia do COVID-19, bem como ditames contidos no art. 4º da Lei Federal nº 13.979/2020, de 06 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, com a finalidade precípua de evitar prejuízos no pronto atendimento aos pacientes usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), torna-se justificável e necessária a dispensa do processo licitatório.

8 - RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:

O fornecedor foi escolhido mediante consulta de preços ao mercado através de edital de cotação de preços, adjudicando-se a empresa através do critério segundo menor preço, conforme parecer técnico acostado às fls. 41 e 42 e resultado da cotação acostado à fl. 56 dos autos.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

9 – JUSTIFICATIVA DO PREÇO:

O preço de aquisição foi obtido mediante cotação de preços e o motivo para a escolha foi a necessidade e a urgência do caso.

Diante do exposto, propomos seja autorizada a Dispensa de Licitação na forma do disposto no artigo *a priori* mencionado e conforme condições anteriormente estabelecidas.

Florianópolis, 06 de abril de 2020.

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA:

1 – Ciente.

2 - Em vista da necessidade da aquisição do objeto supracitado, com os poderes conferidos pelo Ato nº 376, de 14 de fevereiro de 2020, e pela Portaria nº 813, de 30 de setembro de 2019, resolvo HOMOLOGAR a Dispensa de Licitação nº 793/2020 e autorizar a despesa supracitada.

3 - Para prosseguimento.

[Assinado digitalmente]
Márcia Regina Geremias Pauli
Superintendente de Gestão Administrativa



Código para verificação: **GV79T9X2**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI em 07/04/2020 às 14:06:55

Emitido por: "SGP-e", emitido em 20/02/2020 - 16:27:03 e válido até 20/02/2120 - 16:27:03.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U0VTXzcwNTIfMDAwMzc5NjVfMzg4NjJfMjAyMF9HVjc5VDIYMg==> ou o site

<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SES 00037965/2020** e o código **GV79T9X2** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.



FATURAMENTO: FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE(FES)

CNPJ: 80.673.411/0001-87

OF Nº: 389/2020

Data da OF: 06/04/2020 (cadastrada em: 06/04/2020 11:08)

FORNECEDOR:

ALTONA DIAGNOSTICS BRASIL LTDA/ CÓDIGO: 11735

CNPJ: 27669130000178

Fone: (11) 5083-1390

Email: vendas@altona-diagnostics.com

Endereço: RUA SÃO PAULINO Nº 221 VILA MARIANA São Paulo/SP CEP: 04019-040

Relação de Compra nº: 844/2020 Edital nº: 793/2020(DL)

Protocolo: SES 37965/2020

PRAZO DE ENTREGA: 10 dias CONDIÇÕES PAG: 30 dias

UNIDADE(S) SOLICITANTE(S): LABORATÓRIO CENTRAL DE SAÚDE PÚBLICA

Doc. solicitante: 37965/2020

LOCAL DE ENTREGA: LABORAT. CENTRAL SAÚDE PUBLICA - LACEN

Endereço: AV. RIO BRANCO, 152 - CENTRO - Florianópolis/SC

CEP: 88.015-200 Fone: (048) 3664-7801 Fax (048) 3664-7801 Email: almoxlacen@saude.sc.gov.br

Importante: SOB PENA DE DEVOLUÇÃO DA NOTA FISCAL, ESTA DEVERÁ VIR COM OS DADOS BANCÁRIOS PARA PAGAMENTO NO CORPO DA NOTA.

- Em se tratando de **PESSOA JURÍDICA**: a conta corrente deverá pertencer ao mesmo CNPJ da empresa;

- Em se tratando de **PESSOA FÍSICA**: a conta corrente deverá pertencer ao CPF do favorecido;

- Os pagamentos não serão efetuados, em hipótese alguma, em conta poupança;

Este documento só terá validade quando apresentado com o respectivo Número do Empenho.

Item	Cd Material	Descrição do Material	Quant.	UN	Unitário	Sub Total	Tipo
1	036200063	Kit de detecção para diagnóstico molecular do SARS-CoV-2 RT-PCR em tempo real, compatível com os equipamentos ABI RT PCR 7500 e QuantiStudio 6 Pro RT PCR, 96 well. REAL STAR -COV 2 RT PCR KIT	4.800	TESTE	109,375	525.000,00	MC
Itens	1				Total	525.000,00	

Assinatura e carimbo

Documentos obrigatórios a serem apresentados juntamente com as notas fiscais:

- Certidão Municipal
- Certidão Estadual
- Certidão Federal
- Certidão do FGTS
- Certidão Trabalhista



Assinaturas do documento



Código para verificação: **7Y0I23IQ**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI em 07/04/2020 às 14:06:55

Emitido por: "SGP-e", emitido em 20/02/2020 - 16:27:03 e válido até 20/02/2120 - 16:27:03.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U0VTXzcwNTIfMDAwMzc5NjVfMzg4NjJfMjAyMF83WTBJMjNjUQ==> ou o site

<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SES 00037965/2020** e o código **7Y0I23IQ** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.

Licitações

Secretarias de Estado

Secretaria de Estado da Educação
AVISO DE SUSPENSÃO SINE DIE ADR07 2478/2018.
A Secretaria de Estado da Educação - SED comunica que, em razão de problemas no trâmite do processo licitatório na modalidade **Pregão Eletrônico nº 20/2020**, que tem por objeto Plataforma elevatória para Portadores de Necessidades Especiais. para a Secretaria de Estado da Educação - SED e, em função do que determina a legislação em vigor, **DETERMINA A SUSPENSÃO SINE DIE** do envio das propostas e abertura da referida licitação. Processo SGP-e: **SED 2551/2020**. CIG: **SED 7119/2020**. Florianópolis, 17 de abril de 2020.
Natalino Uggioni
Secretário de Estado da Educação

Cod. Mat.: 665143

A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES. Dispensa de Licitação (DL) 664/2020. PSES 15835/2020, CIG/SES 39180/2020. Objeto: Aquisição de medicamento para DIAF. Justificativa e Fundamento: art. 24, IV, Lei nº 8.666/93. OF 301/2020. Fornecedor: FURP-FUNDAÇÃO PARA O REMÉDIO POPULAR. Valor total da R\$ 121.698,50.

Cod. Mat.: 664951

A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES. Dispensa de Licitação (DL) 448/2020. PSES 21478/2020, CIG/SES 41468/2020. Objeto: Aquisição de medicamento para DIAF. Justificativa e Fundamento: art. 24, IV, Lei nº 8.666/93. OF 299/2020. Fornecedor: CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS E FARMACÊUTICOS LTDA. Valor total da R\$ 2.336.700,00.

Cod. Mat.: 664952

A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES. Dispensa de Licitação (DL) 619/2020. PSES 31403/2020, CIG/SES 40164/2020. Objeto: Aquisição de material de enfermagem e cirurgia para GEBER. Justificativa e Fundamento: art. 24, IV, Lei nº 8.666/93. OF 306/2020. Fornecedor: LIVE COMÉRCIO DE MATERIAL HOSPITALAR EIRELI. Valor total da R\$ 2.474.640,00.

Cod. Mat.: 664954

A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES. Dispensa de Licitação (DL) 727/2020. PSES 33519/2020, CIG/SES 41016/2020. Objeto: Aquisição emergencial de material de enfermagem e cirurgia para GEBER. Justificativa e Fundamento: art. 24, IV, Lei nº 8.666/93. OF 355/2020. Fornecedor: BIOGEOENERGY FABRICAÇÃO E LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS LTDA. Valor total da R\$ 65.268,00.

Cod. Mat.: 664960

A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES. Dispensa de Licitação (DL) 800/2020. PSES 35392/2020, CIG/SES 44188/2020. Objeto: Aquisição emergencial de micropipetas para o LACEN. Justificativa e Fundamento: art. 24, IV, Lei nº 8.666/93. OF 398/2020. Fornecedor: EPPENDORF DO BRASIL LTDA. Valor total da R\$ 28.105,84.

Cod. Mat.: 664964

A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES. Dispensa de Licitação (DL) 815/2020. PSES 35494/2020, CIG/SES 47000/2020. Objeto: Aquisição de tubos de falcão para o LACEN. Justificativa e Fundamento: art. 24, IV, Lei nº 8.666/93. OF 456/2020. Fornecedor: BRAZDI IMP. EXPORT. COM. SERV. DE PRODUTOS LABORATORIAIS EIRELI. Valor total da R\$ 59.100,00.

Cod. Mat.: 664965

A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES. Dispensa de Licitação (DL) 780/2020. PSES 35503/2020, CIG/SES 43988/2020. Objeto: Aquisição emergencial de albumina bovina para o LACEN. Justificativa e Fundamento: art. 24, IV, Lei nº 8.666/93. OF 378/2020. Fornecedor: SIGMA-ALDRICH BRASIL LTDA. Valor total da R\$ 47.838,00.

Cod. Mat.: 664966

A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES. Dispensa de Licitação (DL) 734/2020. PSES 35904/2020, CIG/SES 40007/2020. Objeto: Aquisição emergencial de óleo diesel para HGMTR. Justificativa e Fundamento: art. 24, V, Lei nº 8.666/93. OF 351/2020. Fornecedor: AGRICOPEL COMÉRCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA. Valor total da R\$ 57.000,00.

Cod. Mat.: 664967

A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES. Dispensa de Licitação (DL) 750/2020. PSES 36808/2020, CIG/SES 40231/2020. Objeto: Aquisição emergencial de óculos de proteção para SUH. Justificativa e Fundamento: art. 24, IV, Lei nº 8.666/93. OF 339/2020. Fornecedor: BMI PROSPER EIRELI EPP. Valor total da R\$ 24.345,00.

Cod. Mat.: 664968

A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES. Dispensa de Licitação (DL) 756/2020. PSES 37434/2020, CIG/SES 39995/2020. Objeto: Aquisição emergencial de álcool gel para GEBER. Justificativa e Fundamento: art. 24, IV, Lei nº 8.666/93. OF 344/2020. Fornecedor: PKB PRODUTOS QUÍMICOS LTDA. Valor total da R\$ 120.000,00.

Cod. Mat.: 664969

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES
RESULTADO DE LICITAÇÃO
O Secretário de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde torna público o Resultado da Licitação nº 0369/2020 na modalidade: Pregão “Eletrônico”, cujo objeto: Registro de Preços para aquisição de materiais de laboratório para o Laboratório Central de Saúde Pública (LACEN). MENOR PREÇO:
Itens: 18, 19, 21, 22, 27, 32 e 36. NÃO COTADOS: Itens: 05, 07, 09, 10, 15, 23, 33 e 35. DESCLASSIFICAR OS ITENS DAS EMPRESAS, CONFORME DISCRIMINADO: Por apresentar preço excessivo (Art. 48, Inciso II, da Lei 8.666/93 e Alterações): LUDWIG BIOTECNOLOGIA LTDA – ME – Itens: 01, 03, 04, 06, 08, 11, 12, 13, 14, 16, 25 e 30. ACLASSISTÊNCIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA LABORATÓRIOS LTDA – EPP – Itens: 02, 20, 24, 26, 28, 29, 31 e 34. METROLOGICA EQUIPAMENTOS E PRODUTOS PARA LABORATÓRIOS LTDA – Item: 17. EMPRESAS VENCEDORAS: ACL ASSISTÊNCIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA LABORATÓRIOS LTDA – EPP – Itens: 21, 22, 27 e 32. LABORCLIN PRODUTOS PARA LABORATÓRIOS LTDA – Itens: 18, 19 e 36. CIG: 20073/2020.

Cod. Mat.: 664975

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES
RESULTADO DE LICITAÇÃO
O Secretário de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde torna público o Resultado da Licitação nº 0401/2020 na modalidade: Pregão “Eletrônico”, cujo objeto: Registro de Preços para aquisição de medicamentos para atendimento de ordens judiciais para a Gerência de Bens Judiciais (GEJUD). MENOR PREÇO: Item: 01. COTAÇÃO ÚNICA: Itens: 02, 11, 14, 18 e 19. NÃO COTADOS: Itens: 03, 04, 06, 08, 09, 10, 12, 13, 15 e 16. DESCLASSIFICAR OS ITENS DAS EMPRESAS, CONFORME DISCRIMINADO: Por apresentar preço excessivo (Art. 48, Inciso II, da Lei 8.666/93 e Alterações): MEDICINALI PRODUTOS PARA SAÚDE EIRELI – ME – Item: 05. ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA – Item: 07. UNIQUE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI – Item: 17. EMPRESAS VENCEDORAS: CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA – FILIAL – Item: 01. MEDCOM COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS HOSPITALARES LTDA – Itens: 11 e 14. ONCOVIT DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA – Itens: 02, 18 e 19. CIG: 21699/2020.

Cod. Mat.: 664978

A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES. Dispensa de Licitação (DL) 794/2020. PSES 38774/2020, CIG/SES 46992/2020. Objeto: Aquisição de swab descartável com haste flexível para o LACEN. Justificativa e Fundamento: art. 24, IV, Lei nº 8.666/93. OF 478/2020. Fornecedor: LABORCLIN PRODUTOS PARA LABORATÓRIO LTDA. Valor total da R\$ 68.000,00.

Cod. Mat.: 664984

A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES. Dispensa de Licitação (DL) 797/2020. PSES 37944/2020, CIG/SES 43971/2020. Objeto: Aquisição de equipamento PCR para o LACEN. Justificativa e Fundamento: art. 24, IV, Lei nº 8.666/93. OF 399/2020. Fornecedor: LIFETECHNOLOGIES BRASIL COM. E IND. DE PROD. P/ BIOTEC LTDA. Valor total da R\$ 300.000,00.

Cod. Mat.: 664985

A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES. Dispensa de Licitação (DL) 793/2020. PSES 37965/2020, CIG/SES 43554/2020. Objeto: Aquisição de kits para análise do COVID-19 para o LACEN. Justificativa e Fundamento: art. 24, IV, Lei nº 8.666/93. OF 389/2020. Fornecedor: ALTONA DIAGNOSTICS BRASIL LTDA. Valor total da R\$ 525.000,00.

Cod. Mat.: 664986

A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES. Dispensa de Licitação (DL) 795/2020. PSES 37161/2020, CIG/SES 45173/2020. Objeto: Aquisição de tubo cirúrgico para GEBER. Justificativa e Fundamento: art. 24, IV, Lei nº 8.666/93. OF 380/2020. Fornecedor: MEDICONE PROJETOS E SOLUÇÕES PARA A INDÚSTRIA E SAÚDE. Valor total da R\$ 686.400,00.

Cod. Mat.: 664990

A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES. Dispensa de Licitação (DL) 771/2020. PSES 34903/2020, CIG/SES 45154/2020. Objeto: Aquisição de medicamentos para GEBER. Justificativa e Fundamento: art. 24, IV, Lei nº 8.666/93. OF 397/2020. Fornecedor: HALEXISTAR INDÚSTRIA FARMACÊUTICA S.A. Valor total da R\$ 34.020,00.

Cod. Mat.: 664991

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES
AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico nº 0895/2020. Objeto: Aquisição de órteses, próteses e materiais especiais para as Unidades da SES. Abertura da sessão: 18/05/2020 às 13h15min. No site www.e-lic.sc.gov.br encontram-se o Edital e canais para todas as comunicações. (CIG) SES 44842/2020.

Cod. Mat.: 665093

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES
AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico nº 0912/2020. Objeto: Contratação de serviços de terapia ocupacional pelo conceito Bobath e método ABA para o Centro Catarinense de Reabilitação (CCR). Abertura da sessão: 06/05/2020 às 8h15min. No site www.e-lic.sc.gov.br encontram-se o Edital e canais para todas as comunicações. (CIG) SES 47070/2020.

Cod. Mat.: 665097

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES
AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico nº 0949/2020. Objeto: Aquisição de lancetas para triagem neonatal (teste do pezinho) para a Diretoria de Atenção Primária a Saúde (DAPS). Abertura da sessão: 06/05/2020 às 8h15min. No site www.e-lic.sc.gov.br encontram-se o Edital e canais para todas as comunicações. (CIG) SES 46655/2020.

Cod. Mat.: 665100

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES
AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico nº 0923/2020. Objeto: Contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva com substituição de peças (inclusive as com desgaste temporal) em instrumentais cirúrgicos para as Unidades da SES. Abertura da sessão: 19/05/2020 às 8h15min. No site www.e-lic.sc.gov.br encontram-se o Edital e canais para todas as comunicações. (CIG) SES 46305/2020.

Cod. Mat.: 665102

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES
RESULTADO DE LICITAÇÃO
O Secretário de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde torna público o Resultado da Licitação nº 0384/2020 na modalidade: Pregão “Eletrônico”, cujo objeto é: Registro de Preços para Aquisição de medicamentos para a Gerência de Bens Judiciais (GEJUD) e Diretoria de Assistência Farmacêutica (DIAF). MENOR PREÇO: Itens: 01, 02, 03 e 04. COTAÇÃO ÚNICA: Itens: 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11 e 13. CONSIDERAR NÃO COTADO: Item: 14. DESCLASSIFICAR OS ITENS DAS EMPRESAS, CONFORME DISCRIMINADO ABAIXO: Por não atender as especificações técnicas do edital, conforme Parecer Técnico (Art. 48, Inciso I, da Lei 8.666/93 e Alterações): Especificar Comércio de Medicamentos e Produtos Hospitalares Ltda. – Item: 12. Por apresentar preço excessivo (Art. 48, Inciso II, da Lei 8.666/93 e Alterações): Novartis Biociências S.A. – Item: 15. EMPRESAS VENCEDORAS: Bayer S.A. – Item: 13. Cristália Produtos Químicos e Farmacêuticos Ltda. – Itens: 05, 06, 08, 09, 10 e 11. Novartis Biociências S.A. – Itens: 03 e 04. Oncovit Distribuidora de Medicamentos Ltda. – Item: 07. Sulmedic Comércio de Medicamentos Eireli. – Itens: 01 e 02. CIG: SES 23261/2020.

Cod. Mat.: 665104

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES
RESULTADO DE LICITAÇÃO
O Secretário de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde torna público o Resultado da Licitação nº 0388/2020 na modalidade: Pregão “Eletrônico”, cujo objeto é: Registro de Preços para Aquisição de medicamentos para a Gerência de Bens Judiciais (GEJUD) e Diretoria de Assistência Farmacêutica (DIAF). MENOR PREÇO: Itens: 04, 05, 11, 12, 13 e 14. COTAÇÃO ÚNICA: Itens: 01, 02, 07, 08, 09, 10 e 15. CONSIDERAR NÃO COTADO: Item: 06. DESCLASSIFICAR OS ITENS DAS EMPRESAS, CONFORME DISCRIMINADO ABAIXO: Por apresentar preço excessivo (Art. 48, Inciso II, da Lei 8.666/93 e Alterações): Medcom Comércio de Medicamentos Hospitalares Ltda. – Item: 03. EMPRESAS VENCEDORAS: Asli Comercial Eireli. – Itens: 13 e 15. Dimaster Comércio Produtos Hospitalares Ltda. – Itens: 11 e 12. Laboratório Químico Farmacêutico Bérnago Ltda. – Item: 04. Promefarma Representações Comerciais Ltda. – Item: 05. Sulmedic Comércio de Medicamentos Eireli. – Itens: 01, 02, 08, 09 e 10. Unique Distribuidora de Medicamentos Eireli. – Item: 14. Victória Comércio Produtos Hospitalares Ltda. – Item: 07. CIG: SES 20826/2020.

Cod. Mat.: 665112



**ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 867/2020

PROCESSO SES 42896/2020

1 - OBJETO: Aquisição emergencial de luvas.

2 – UNIDADE INTERESSADA: Gerência de Bens Regulares (GEBER).

3 – FORMA DE CONTRATAÇÃO: A presente Dispensa de Licitação será efetivada por meio da emissão de Ordem de Fornecimento, conforme abaixo:

EMPRESA	OF nº	VALOR
DESCARPACK DESCARTÁVEIS DO BRASIL LTDA	442/2020	R\$ 5.448.000,00

4 - DESPESAS: A Dispensa de Licitação resultará em uma despesa total de **R\$ 5.448.000,00** (cinco milhões quatrocentos e quarenta e coito mil reais).

5 - FUNDAMENTO DA DISPENSA:

Versa o artigo 24, IV, da Lei nº 8.666/93:

Art. 24 - É dispensável a licitação:

IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos.

6 - PARECER JURÍDICO: Aprovado conforme pareceres jurídicos nº 0584/2020 – ASJUR e nº 420/2020 – COJUR, acostados aos autos.

7 – JUSTIFICATIVA:

Os motivos para a aquisição emergencial estão expostos na Comunicação Interna (CI) nº 1139/2020, emitida pela Diretoria de Planejamento e Gestão de Compras (DPGC), acostada à fl. 29 dos autos.

Por meio de referida CI informou-se haver urgência na aquisição dos itens de código CIASC 00958076 (luva Tamanho G, em látex), código CIASC 009598075 (luva Tamanho M, em látex), CIASC 009598074 (luva Tamanho P, em látex), código CIASC 009598028 (luva Tamanho M, em níttrica), código CIASC 009598027 (luva Tamanho P, em níttrica), código CIASC 009598029 (luva Tamanho G, em níttrica), em razão de se tratar de itens essenciais para a prevenção da disseminação da doença COVID-19.

Tramita novo processo para aquisição dos materiais por meio de licitação, contudo, o Pregão Eletrônico nº 249/2020 (PSES 3720/2020) está em fase de finalização e não serão suficientes para atender ao período da pandemia.

Sendo assim, considerando Decreto Estadual nº 515, de 17 de março de 2020, que declarou estado de emergência em todo território estadual para fins de prevenção e combate à epidemia do COVID-19, bem como ditames contidos no art. 4º da Lei Federal nº 13.979/2020, de 06 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, com a finalidade precípua de evitar prejuízos no pronto atendimento aos pacientes usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), torna-se justificável e necessária a dispensa do processo licitatório.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

8 - RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:

O fornecedor foi escolhido em razão da urgência e do prazo imediato de entrega e conforme Chamamento 0032/2020 da Secretaria de Estado da Administração, grade de propostas de 03/04/2020, fls.17 e 18 dos autos, conforme se vislumbra na CI nº 1139/2020, acostada à fl. 29 dos autos, bem como no orçamento de menor valor emitido pela empresa, acostado a fl. 19 a 23 dos autos.

9 – JUSTIFICATIVA DO PREÇO:

O preço de aquisição foi obtido mediante cotação de preços e o motivo para a escolha foi a necessidade e a urgência do caso.

Diante do exposto, propomos seja autorizada a Dispensa de Licitação na forma do disposto no artigo *a priori* mencionado e conforme condições anteriormente estabelecidas.

Florianópolis, 07 de abril de 2020.

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA:

1 – Ciente.

2 - Em vista da necessidade da aquisição do objeto supracitado, com os poderes conferidos pelo Ato nº 376, de 14 de fevereiro de 2020, e pela Portaria nº 813, de 30 de setembro de 2019, resolvo HOMOLOGAR a Dispensa de Licitação nº 867/2020 e autorizar a despesa supracitada.

3 - Para prosseguimento.

[Assinado digitalmente]

Márcia Regina Geremias Pauli
Superintendente de Gestão Administrativa



Assinaturas do documento



Código para verificação: **70R7V8JW**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI em 08/04/2020 às 08:40:56

Emitido por: "SGP-e", emitido em 20/02/2020 - 16:27:03 e válido até 20/02/2120 - 16:27:03.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U0VTXzcwNTIfMDAwNDI4OTZfNDM5MzRfMjAyMF83MFI3VjhKVw==> ou o site

<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SES 00042896/2020** e o código **70R7V8JW** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.



FATURAMENTO: FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE(FES)

CNPJ: 80.673.411/0001-87

OF Nº: 442/2020

Data da OF: 07/04/2020 (cadastrada em: 07/04/2020 17:23)

FORNECEDOR:

DESCARPACK DESCARTÁVEIS DO BRASIL LTDA CÓDIGO: 11754

CNPJ: 01057428000214

Endereço: RUA LEOBERTO LEAL 1150 CENTRO Ilhota/SC CEP: 88320000

Relação de Compra nº: 928/2020 Edital nº: 867/2020(DL)

Protocolo: SES 42896/2020

PRAZO DE ENTREGA: 10 dias **CONDIÇÕES PAG:** 1 dias

UNIDADE(S) SOLICITANTE(S): GERÊNCIA DE BENS REGULARES

Doc. solicitante: SN

LOCAL DE ENTREGA: DAMAD - ALMOX. CENTRAL MATERIAIS

Endereço: R:JUDITE MELO DOS SANTOS, N 251 GALP 6a9 - DISTRITO INDUSTRIAL - São José/SC

CEP: 88.104-765 Fone: (48) 3665-5510 Fax (48) 3665-5515 Email: gerabagesad@saude.sc.gov.br

Importante: EMPRESA SOLICITA PAGAMENTO A VISTA

SOB PENA DE DEVOLUÇÃO DA NOTA FISCAL, ESTA DEVERÁ VIR COM OS DADOS BANCÁRIOS PARA PAGAMENTO NO CORPO DA NOTA.

- Em se tratando de PESSOA JURÍDICA: a conta corrente deverá pertencer ao mesmo CNPJ da empresa;

- Em se tratando de PESSOA FÍSICA: a conta corrente deverá pertencer ao CPF do favorecido;

- Os pagamentos não serão efetuados, em hipótese alguma, em conta poupança;

Este documento só terá validade quando apresentado com o respectivo Número do Empenho.

Item	Cd Material	Descrição do Material	Quant.	UN	Unitário	Sub Total	Tipo
1	009598074	Luva de procedimento descartável, tamanho pequeno (P) confeccionada em látex natural, íntegro e uniforme, formato anatômico, ambidestra, atóxico, não estéril, resistente a tração, descartável, uso único, sem talco, selo de conformidade, embalada em caixas contendo dados de identificação, procedência, validade, número do lote. As luvas devem ser armazenadas e transportadas em condições que evitem a possibilidade de afetar a integridade, em especial: calor, umidade, luz. Em conformidade a RDC nº 55 de 04 de novembro de 2011, portaria nº 332, de 26 de julho de 2012 e portaria nº 451, de 31 de agosto de 2012. Apresentar certificado de aprovação no MTE. Marca/Importador: Descarpac RMS: 10330669104/10330660179	7.500.000	PECA	0,30	2.250.000,00	MC
2	009598075	Luva de procedimento descartável, tamanho médio (M) confeccionada em látex natural, íntegro e uniforme, formato anatômico, ambidestra, atóxico, não estéril, resistente a tração, descartável, uso único, sem talco, selo de conformidade, embalada em caixas, contendo dados de identificação, procedência, validade, número do lote. As luvas devem ser armazenadas e transportadas em condições que evitem	4.800.000	PECA	0,30	1.440.000,00	MC

SCCD

SES - SC



Item	Cd Material	Descrição do Material	Quant.	UN	Unitário	Sub Total	Tipo
		a possibilidade de afetar a integridade, em especial: calor, umidade, luz. Em conformidade a RDC nº 55 de 04 de novembro de 2011, portaria nº 332, de 26 de julho de 2012 e portaria nº 451, de 31 de agosto de 2012. Apresentar certificado de aprovação MTE. Marca/Importador: Descarpac RMS: 10330669104/10330660179					
3	009598076	Luva de procedimento descartável, tamanho grande (G) confeccionada em látex natural, íntegro e uniforme, formato anatômico, ambidestra, atóxico, não estéril, resistente a tração, descartável, uso único, sem talco, selo de conformidade, embalada em caixas, contendo dados de identificação, procedência, validade, número do lote. As luvas devem ser armazenadas e transportadas em condições que evitem a possibilidade de afetar a integridade, em especial: calor, umidade, luz. Em conformidade a RDC nº 55 de 04 de novembro de 2011, portaria nº 332, de 26 de julho de 2012 e portaria nº 451, de 31 de agosto de 2012. Apresentar certificado de aprovação MTE. Marca/Importador: Descarpac RMS: 10330669104/10330660179	1.600.000	PECA	0,30	480.000,00	MC
4	009598027	Luva de procedimento descartável tamanho pequeno(P), em nitrilica, isenta de látex, não estéril, isenta de talco, formato anatômico, ambidestra, resistente a tração, descartável, uso único, macio, isento de agentes alergizantes, resíduos e impurezas, embalada em caixas contendo 100 peças, com abertura manual de fácil manuseio, contendo dados de identificação, procedência, validade, numero do lote, selo de conformidade apresentar certificado de aprovação MT, as luvas devem ser armazenadas e transportadas em condições que evitem a possibilidade de afetar a integridade, em especial calor, a umidade e a luz. Em conformidade a RDC nº 55 de 04 de novembro de 2011, portaria nº 332, de 26 de julho de 2012 e portaria nº 451, de 31 de agosto de 2012. Apresentar certificado de aprovação MTE, Marca/Importador: Descarpac RMS: 10330669122	920.000	PECA	0,30	276.000,00	MC
5	009598028	Luva de procedimento descartável tamanho Medio(M), em nitrilica, isenta de látex, não estéril, isenta de talco, formato anatômico, ambidestra, resistente a tração, descartável, uso único, macio, isento de agentes alergizantes, resíduos e impurezas, embalada em caixas contendo 100	2.140.000	PECA	0,30	642.000,00	MC



Item	Cd Material	Descrição do Material	Quant.	UN	Unitário	Sub Total	Tipo
		peças, com abertura manual de fácil manuseio, contendo dados de identificação, procedência, validade, numero do lote, selo de conformidade, apresentar certificado de aprovação MTE, luvas devem ser armazenadas e transportadas em condições que evitem a possibilidade de afetar a integridade, em especial calor, a umidade e a luz. Em conformidade a RDC 55 de 04 de novembro de 2011, portaria nº 332, de 26 de julho de 2012, e portaria nº 451, de 31 de agosto de 2012. Marca/Importador: Descarpac RMS: 10330669122					
6	009598029	Luva de procedimento descartável tamanho Grande (G), em nitrilica, isenta de látex, não estéril, isenta de talco, formato anatômico, ambidestra, resistente a tração, descartável, uso único, macio, isento de agentes alergizantes, resíduos e impurezas, embalada em caixas contendo 100 peças, com abertura manual de fácil manuseio, contendo dados de identificação, procedência, validade, numero do lote, apresentar certificado de aprovação MT, as luvas devem ser armazenadas e transportadas em condições que evitem a possibilidade de afetar a integridade, em especial calor, a umidade e a luz. Em conformidade a RDC nº 55 de 04 de novembro de 2011, portaria nº 332, de 26 de julho de 2012 e portaria nº 451, de 31 de agosto de 2012. Apresentar certificado de aprovação MTE, Marca/Importador: Descarpac RMS: 10330669122	1.200.000	PECA	0,30	360.000,00	MC
Itens	6					Total	5.448.000,00

Assinatura e carimbo

Documentos obrigatórios a serem apresentados juntamente com as notas fiscais:

- Certidão Municipal
- Certidão Estadual
- Certidão Federal
- Certidão do FGTS
- Certidão Trabalhista



Código para verificação: **XV695T2K**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI em 08/04/2020 às 08:40:56

Emitido por: "SGP-e", emitido em 20/02/2020 - 16:27:03 e válido até 20/02/2120 - 16:27:03.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U0VTXzcwNTIfMDAwNDI4OTZfNDM5MzRfMjAyMF9YVjY5NVQySw==> ou o site

<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SES 00042896/2020** e o código **XV695T2K** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES
RESULTADO DE LICITAÇÃO

O Secretário de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde torna público o Resultado da Licitação nº 0562/2020 na modalidade: Pregão "Eletrônico", cujo objeto é: Registro de preço para Aquisição de insumos para atendimento de ordens judiciais para a Gerência de Bens Judiciais (GEJUD). Resolve: ADQUIRIR O ITEM: MENOR PREÇO: Itens: 01, 04, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 14, 15 e 16. COTAÇÃO ÚNICA: Itens: 02, 03, 05, 13 e 17. DESCLASSIFICAR O ITEM DA EMPRESA, CONFORME DISCRIMINADO: Por apresentar preço excessivo (Art. 48, Inciso II, da Lei 8.666/93 e Alterações): LPK Ltda - EPP - Item: 18. EMPRESAS VENCEDORAS: Altermed Material Médico Hospitalar Ltda - Itens: 01, 08, 09 e 10. Essity Soluções Médicas do Brasil Comércio e Distribuição Ltda - Item: 04, 12, 15 e 16. Fufa SC Comércio e Representação Ltda - Itens: 05, 13, 14 e 17. LM Farma Indústria e Comércio Ltda - Item: 11. LPK Ltda - EPP - Itens: 06 e 07. Soma/SC Produtos Hospitalares Ltda - Itens: 02 e 03. CIG: SES 30176/2020.

Cod. Mat.: 665535

A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES. Dispensa de Licitação (DL) 981/2020. PSES 45429/2020, CIG 47966/2020. Objeto: Aquisição emergencial de máscaras respiradoras semi-facial para o GEBER. Justificativa e Fundamento: art. 24, IV, Lei nº 8.666/93. OF 504/2020. Fornecedor: GVS do Brasil Ltda. Valor total da R\$ 1.386.000,00.

Cod. Mat.: 665564

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES
RESULTADO DE LICITAÇÃO

O Secretário de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde torna público o Resultado da Licitação nº 311/2020 na modalidade: Pregão "Eletrônico/Presencial", cujo objeto: Registro de Preços para aquisição de medicamentos para atendimento de ordens judiciais para a Gerência de Bens Judiciais (GEJUD). ADQUIRIR OS ITENS: MENOR PREÇO: Itens: 06 e 12. COTAÇÃO ÚNICA: Itens: 05, 10, 13, 17 e 18. CONSIDERAR NÃO COTADOS: Itens: 01, 02, 03, 04, 08, 09 e 14. DESCLASSIFICAR: Por apresentar preço excessivo (Art. 48, Inciso II, da Lei 8.666/93 e Alterações): Medilar Importação e Distribuição de Prod. Medico Hospitalares S/A. - Item: 07. Medicinali Produtos para Saúde Eireli - ME - Item: 11. Licimed - Distribuidora de Medicamentos, Correlatos e Produtos Médicos e Hospitalares Ltda. - Item: 16. Haroldo Campo - Item: 19. Por não atender as especificações técnicas do edital, conforme Parecer Técnico (Art. 48, Inciso I, da Lei 8.666/93 e Alterações): Haroldo Campo - Item: 15. Medicinali Produtos para Saúde Eireli - ME - Item: 15. ADJUDICAR: Bristol-Myers Squibb Farmacêutica Ltda. - Itens: 05 e 13. Licimed - Distribuidora de Medicamentos, Correlatos e Produtos Médicos e Hospitalares Ltda. - Item: 10. Novartis Biociências S.A - Itens: 06, 17 e 18. Sulmedic Comércio de Medicamentos Eireli - Item: 12. CIG: 17078/2020.

Cod. Mat.: 665606

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES
RESULTADO DE LICITAÇÃO

O Secretário de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde torna público o Resultado da Licitação nº 385/2020 na modalidade: Pregão "Eletrônico/Presencial", cujo objeto: Registro de Preços para aquisição de medicamentos para atendimento de ordens judiciais para a Gerência de Bens Judiciais (GEJUD). ADQUIRIR OS ITENS: MENOR PREÇO: Itens: 03, 07, 08, 09, 18 e 20. COTAÇÃO ÚNICA: Itens: 01, 02, 04, 05, 11, 12, 14, 16 e 17. CONSIDERAR NÃO COTADOS: Itens: 06 e 15. DESCLASSIFICAR: Por apresentar preço excessivo (Art. 48, Inciso II, da Lei 8.666/93 e Alterações): Aglon Comércio e Representações Ltda. - Item: 10. Altermed Material Médico Hospitalar Ltda. - Item: 13. Medcom Comercio de Medicamentos Hospitalares Ltda. - Item: 19. ADJUDICAR: Aglon Comércio e Representações Ltda. - Item: 14. Alminhana Comércio e Representação Ltda. - Item: 04. Altermed Material Médico Hospitalar Ltda. - Itens: 02, 03, 12 e 20. Cirúrgica Jaw Comércio de Material Médico Hospitalar Ltda. - Item: 05. Cristalia Produtos Químicos e Farmacêuticos Ltda. - Item: 18. Eli Lilly do Brasil Ltda. - Item: 01. Janssen Cilag Farmacêutica Ltda. - Item: 07. Novartis Biociências S.A - Item: 16. Promefarma Representações Comerciais Ltda. - Item: 17. Sulmedic Comércio de Medicamentos Eireli - Item: 08. Victoria Comércio de Produtos Hospitalares Ltda. - Itens: 09 e 11. CIG: 20723/2020

Cod. Mat.: 665615

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES. DL 444/2020. PSES 20053/2020. CIG 48624/2020. Justificativa: Ordem Judicial. Fundamento da DL: artigo 24, inciso IV, Lei 8666/93. OF 490/2020. Objeto: Serviço de aplicação de avastin. Contratada: Visum Retina Clínica De Olhos Ltda. Total DL: R\$ 550,00.

Cod. Mat.: 665630

A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES. Dispensa de Licitação (DL) 867/2020. PSES 42896/2020, CIG/SES 49017/2020. Objeto: Aquisição emergencial de luvas. Fundamento: art. 24, IV, Lei nº 8.666/93. OF 442/2020. Fornecedor: Descarpark Descartáveis do Brasil Ltda. Valor total da DL R\$ 5.448.000,00. Cod. Mat.: 665656

A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES. Dispensa de Licitação (DL) 853/2020. PSES 42116/2020, CIG/SES 49038/2020. Objeto: Aquisição emergencial de máscaras respiradoras semi-facial. Fundamento: art. 24, IV, Lei nº 8.666/93. OF 393/2020. Fornecedor: Biogeoenergy Fabricação e Locação de Equipamentos Ltda. Valor total da DL R\$ 200.000,00. Cod. Mat.: 665660

A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES. Dispensa de Licitação (DL) 804/2020. PSES 33960/2020, CIG/SES 48975/2020. Objeto: Aquisição emergencial de Antisséptico a base de álcool etílico, concentração de 68% a 70% para GEBER. Justificativa e Fundamento: art. 24, IV, Lei nº 8.666/93. OF 434/2020. Fornecedor: COMERCIAL MULTIVILLE LTDA. LTDA. Valor total da R\$ 84.500,00. Cod. Mat.: 665672

A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES. Dispensa de Licitação (DL) 838/2020. PSES 39650/2020, CIG/SES 47649/2020. Objeto: Aquisição de ponteiros, criotubos e microtubos para LACEN. Justificativa e Fundamento: art. 24, IV, Lei nº 8.666/93. OF 473/2020. Fornecedor: CIENCOR SCIENTIFIC LTDA.. Valor total da R\$ 122.296,32. Cod. Mat.: 665674

A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES. Dispensa de Licitação (DL) 70/2020. PSES 1712/2020, CIG/SES 49039/2020. Objeto: Aquisição emergencial de medicamentos para DIAF. Justificativa e Fundamento: art. 24, IV, Lei nº 8.666/93. OF 261/2020 - Fornecedor: SANOFI MEDLEY FARMACÊUTICA LTDA. - Valor R\$ 16.057,80 - OF 262/2020 - Fornecedor: SOMA - SP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. - Valor R\$ 115.451,40. Valor total da DL: R\$ 131.509,20. Cod. Mat.: 665676

POLÍCIA CIVIL - PC

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Origem: PREGÃO ELETRÔNICO nº 0038/2020.

Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de carga de gás liquefeito de petróleo, para atender as necessidades da Polícia Civil.

Vigência: 24/abril/2020 a 24/abril/2021.

Unidade Gerenciadora: Polícia Civil - PC. CNPJ: 07.188.579/0001-07. Empresa: COMPANHIA ULTRAGAZ S.A, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.602.199/0232-44.

LOTE I - DESCRIÇÃO LOTE I- COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES NÃO VEICULARES

ITEM 1 - GÁS GLP CARGA PARA BOTIJO DE 13KG. Quantidade: 120 / Peça. Marca: ULTRAGAZ - ao preço de R\$ 58,59 UN.

ITEM 2 - GÁS GLP CARGA PARA BOTIJO DE 45KG. Quantidade: 6 / Peça. Marca: ULTRAGAZ - ao preço de R\$ 219,73 UN.

ITEM 3 - GÁS GLP PARA BOTIJO DE 20 KG. Quantidade: 10 / Peça. Marca: ULTRAGAZ - ao preço de R\$ 131,84 UN.

Pela contratante: VALÉRIO ALVES DE BRITO - Diretor de Administração e Finanças.

Processo SGP-e: PCSC 31946/2020. Protocolo CIG SGP-e: PCSC 36364/2020.

Cod. Mat.: 665714

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 034/CPL/DGPC/2020

Objeto: MATERIAIS PARA ENFRENTAMENTO DO CORONAVÍRUS - OCULOS DE PROTEÇÃO. Fundamentação Legal: art. 24, IV, da Lei nº 8.666/93. Dotação Orçamentária: Unidade 16084, Subação 6753, Item 3.3.90.30. Fonte 0111.33. Razão da Escolha: A empresa apresentou preço compatível com o valor de mercado e menor prazo de entrega. Contratante: Fundo de Melhoria da Polícia Civil. Contratado: Machado Comércio Obras e Serviços EIRELI ME. Valor Total: R\$ 5.800,00 (cinco mil e oitocentos reais).

Processo PCSC 38558/2020. Protocolo CIG PCSC 40928/2020. Cod. Mat.: 665747

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR

RESULTADO DE LICITAÇÃO

A DIRETORIA DE LOGÍSTICA E FINANÇAS comunica o resultado do Pregão Eletrônico nº 0007/2020. Objeto: Aquisição e instalação de equipamentos de eletro-eletrônica para o Laboratório de Investigação de Incêndio do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina.. Lote(s): I, III - OKK SOLUÇÕES COMERCIAIS LTDA ME, Valor Adjudicado : R\$ 14.997,00. Lote(s) : II - N.H.NETO - COMÉRCIO

DE INSTRUMENTOS DE MEDIÇÃO - EPP. Valor Adjudicado : R\$ 5.949,99. Lote(s) : IV - OUTSET COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARALABORATORIO LTDA - M, Valor Adjudicado : R\$ 7.800,00. Valor Total Adjudicado: R\$ 28.746,99. Processo: CBMSC 6584/2020. CIG: CBMSC 7456/2020.

Cod. Mat.: 665530

Economias Mistas

SCPAR PORTO DE IMBITUBA S.A. RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2020 - Processo PIMB nº 5043/2019. Devido ao não comparecimento de nenhuma empresa interessada, o Pregoeiro da SCPAR Porto de Imbituba S.A., declara Deserta a licitação referente ao Edital de Pregão Presencial nº 009/2020. Imbituba, 03 de março de 2020. Elivelton Luiz Doré - Pregoeiro Cod. Mat.: 665583

Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN Procedimento Licitatório n. 013/2020 Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE E DESCARTE DE RESÍDUOS QUÍMICOS PARA UNIDADES DA SRN. Abertura das Propostas dia 18/05/2020 às 09:00h e Sessão de Disputa dia 18/05/2020 às 10:00h. Edital disponível em www.casan.com.br. Informações: licitacoes@casan.com.br. Diretoria Administrativa. Cod. Mat.: 665657

Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN Procedimento Licitatório n. 065/2020 Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO EVENTUAL DE TUBULAÇÃO EM PEAD PARA MANUTENÇÃO DOS SISTEMAS DA CASAN. Abertura das Propostas dia 07/05/2020 às 09:00h e Sessão de Disputa dia 07/05/2020 às 10:00h. Edital disponível em www.casan.com.br. Informações: licitacoes@casan.com.br. Diretoria Administrativa. Cod. Mat.: 665727

Contratos e Aditivos

Gabinete do Governador

DEFESA CIVIL DO ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE TERMO DE MEMORANDO DE ENTENDIMENTO.

Partes: A Defesa Civil do Estado de Santa Catarina - DC e a Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH. Objeto: Regular a conjugação de esforços das partes para realizar atividades que garantam a inserção e internalização de instrumentos de gestão de risco climático na Defesa Civil, como a melhoria dos processos internos da Plataforma SPGF. Além disso, prevê-se o desenvolvimento de outras atividades que possam fortalecer as políticas e estratégias da Defesa Civil de Santa Catarina no que tange aos riscos climáticos e os respectivos processos de gestão e planejamento. Vigência: Prazo de 18 (dezoito) meses, contados a partir de sua publicação no Diário Oficial do Estado, podendo ser prorrogável por comum acordo. Assinaturas: João Batista Cordeiro Junior pela DC e Diretor Nacional, Sr. Michael Rosenauer pela GIZ.

Cod. Mat.: 665593

DEFESA CIVIL DO ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 043/SDC/2016

Contratante: Fundo Estadual de Proteção e Defesa Civil. Contratada: Rozalva Gonzaga Pereira ME. Objeto: Fica prorrogada a vigência do contrato original a contar de 18 de abril de 2020 até 17 de abril de 2021. Fundamentação: Art. 57, inciso II, da Lei Federal 8.666/93. ASSINATURA: 17 de abril de 2020. Pela Contratante: João Batista Cordeiro Júnior. Pela Contratada: Alexandre Gonzaga Pereira. Processo SGP-e: SDC 1314/2020. Protocolo CIG SGP-e: SDC 1365/2020.

Cod. Mat.: 665644

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 007/DETRAN/2020. Origem: Pregão Eletrônico nº 002/DETRAN/2020. Objeto: contratação de empresa para os serviços de transporte de mobiliário para a nova sede do DETRAN/SC. Valor R\$: 36.000,00 (trinta e seis mil reais) Unidade Orçamentária 410012. Subação: 14824. Fontes: 111. Item orçamentário 33.90.39.74: Data de Assinatura: 16.04.2020; Contratante: Departamento Estadual de Trânsito. Contratada: MULTI PRIME TRANSPORTES E SERVIÇOS. CIG: DETRAN 34456/2020

Cod. Mat.: 665654

Termo de Referência

DEMANDANTE:	Secretaria de Estado da Saúde (SES/SC)
-------------	--

LOCAL PARA ENTREGA DOS MATERIAIS:

LACEN: R. Felipe Schmidt, 788 - Centro, Florianópolis - SC, 88010-002

1- OBJETO:

Item	Código	Descrição	Quantidade solicitada	Estimativa de consumo (Meses)
1	055417010	Micro tubo em polipropileno, graduado, transparente, com tampa unida ao recipiente, centrifugável até 20.000 g/20 minutos capacidade 1,5ml. Livre de DNASE e RNASE	53.000	Entrega única
2	040452062	Pipeta de Pasteur graduada de plástico, com capacidade de aspiração de 3 ml e diâmetro da ponta de 2,5 mm, descartável, estéril, embalada individualmente.	53.000	Entrega única
3	044830066	Ponteira estéril livre de DNASE e RNASE com barreira, capacidade de 100 µL, compatível com pipetas Gilson. Rack de 96 ponteiros	250	Entrega única
4	044830069	Ponteira estéril livre de dnase e rnase, com barreira, volumes de 0,5 a 10 µL, ponta curta. Rack com 96 ponteiros de cor transparente, compatível com pipetas BrandTechTransferpette, Eppendorf e Gilson.	250	Entrega única
5	044830017	Ponteira estéril livre de DNASE e RNASE com barreira, volumes de 200 a 1000ul, em rack com 96 ponteiros compatível com pipetas Gilson.	250	Entrega única
6	044830021	Ponteira estéril livre de DNASE e RNASE, com barreira, volumes de 0 a 50 UL, em rack de 96 ponteiros compatível com pipetas Gilson	250	Entrega única
7	055573013	Criotubo 2ml transparente, com tampa de rosca livre de DNASE e RNASE, resistente a variação de temperatura de -196° a +150° C para estocagem de amostra para teste de biologia molecular.	53.000	Entrega única

2 - FUNDAMENTAÇÃO SIMPLIFICADA DA CONTRATAÇÃO

Em um momento em que a pandemia do novo coronavírus continua avançando no Brasil e no mundo, cresce a necessidade da realização de testes em massa para a detecção da doença. O diagnóstico preciso e correto é fundamental para propor quaisquer medidas relacionadas à prevenção e ao prognóstico da infecção.

A coleta adequada é o primeiro passo para obter um diagnóstico preciso e confiável, sendo a etapa mais importante para obter um diagnóstico seguro. Portanto, a atenção na fase pré-analítica é fundamental, o laboratório precisa que todas as amostras sejam adequadamente selecionadas, coletadas, transportadas e armazenadas para otimizar sua análise e interpretação.

A coleta deve ser realizada usando técnicas assépticas para garantir a esterilidade e evitar a contaminação por microrganismo ou outros fluidos corporais, utilizando-se apenas equipamentos estéreis e tomando as devidas precauções durante o processo. Os Swabs oferecem uma alternativa para realizar estes procedimentos de uma forma mais segura e fácil, garantindo a adequada conservação da amostra coletada.

Neste sentido é necessária a aquisição de Swabs para atender as necessidades do Laboratório Central.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 3.1** O compromisso será firmado por meio de Ata de Registro de Preço;
- 3.2** O prazo de entrega será de 10 dias a partir do recebimento da Autorização de Fornecimento;
- 3.3** O recebimento do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

4 CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- 4.1** O pagamento será realizado 30 dias após a entrega do material.
- 4.1.1**—O fornecedor ou prestador de serviços ao Estado que optar por receber seu pagamento em outras instituições que não o Banco do Brasil, ficará responsável pelo custo da tarifa bancária referente à respectiva transferência de valores entre Bancos, uma vez que os pagamentos efetuados pelo Estado são efetuados prioritariamente pelo Banco do Brasil.
- 4.2** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

5 ESTIMATIVA DE PREÇOS

6

Material	Empresa	Valor	Média
Micro tubo em polipropileno, graduado, transparente, com tampa unida ao recipiente, centrifugável até 20.000 g/20 minutos capacidade 1,5ml. Livre de DNASE e RNASE	AZIS Cientifica Com. de Prod. p/Laboratório - ME	R\$ 0,07	R\$ 0,13
	DISTRILAB DISTRIBUIDORA DE EQUIPAMENTOS E INSUMOS LABORATORIAIS EIRELI	R\$ 0,17	
	PRLABOR Com. de Prod. e Equip. para Lab Ltda	R\$ 0,16	

Pipeta de Pasteur graduada de plástico, com capacidade de aspiração de 3 ml e diâmetro da ponta de 2,5 mm, descartável, estéril, embalada individualmente.	PRLABOR Com. de Prod. e Equip. para Lab Ltda	R\$ 0,22	R\$ 0,28
	AZIS Científica Com. de Prod. p/Laboratório - ME	R\$ 0,27	
	BRAZDI IMP EXP COM E SERVIÇOS DE PRODUTO	R\$ 0,37	
Ponteira estéril livre de dnase e rnase, com barreira, volumes de 0,5 a 10 µL , ponta curta. Rack com 96 ponteiros de cor transparente, compatível com pipetas BrandTechTransferpette, Eppendorf e Gilson.	AZIS Científica Com. de Prod. p/Laboratório - ME	R\$ 43,00	R\$ 50,86
	DISTRILAB DISTRIBUIDORA DE EQUIPAMENTOS E INSUMOS LABORATORIAIS EIRELI	R\$ 48,59	
	PRLABOR Com. de Prod. e Equip. para Lab Ltda	R\$ 61,00	
Ponteira estéril livre de DNASE e RNASE, com barreira, volumes de 0 a 50 µL , em rack de 96 ponteiros compatível com pipetas Gilson	Compra SES (OF 473/2020)	R\$ 51,55	R\$ 51,55
Ponteira estéril livre de DNASE e RNASE com barreira, capacidade de 100 µL , compatível com pipetas Gilson. Rack de 96 ponteiros	AZIS Científica Com. de Prod. p/Laboratório - ME	R\$ 41,00	R\$ 48,79
	DISTRILAB DISTRIBUIDORA DE EQUIPAMENTOS E INSUMOS LABORATORIAIS EIRELI	R\$ 50,37	
	PRLABOR Com. de Prod. e Equip. para Lab Ltda	R\$ 55,00	
Ponteira estéril livre de DNASE e RNASE com barreira, volumes de 200 a 1000µl , em rack com 96 ponteiros compatível com pipetas Gilson.	AZIS Científica Com. de Prod. p/Laboratório - ME	R\$ 51,00	R\$ 55,08
	DISTRILAB DISTRIBUIDORA DE EQUIPAMENTOS E INSUMOS LABORATORIAIS EIRELI	R\$ 56,24	
	PRLABOR Com. de Prod. e Equip. para Lab Ltda	R\$ 58,00	
Criotubo 2ml transparente, com tampa de rosca livre de DNASE e RNASE, resistente a variação de temperatura de -196ºa+150º C para estocagem de amostra para teste de biologia molecular.	AZIS Científica Com. de Prod. p/Laboratório - ME	R\$ 1,18	R\$ 1,85
	DISTRILAB DISTRIBUIDORA DE EQUIPAMENTOS E INSUMOS LABORATORIAIS EIRELI	R\$ 2,03	
	PRLABOR Com. de Prod. e Equip. para Lab Ltda	R\$ 2,35	

7 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Fonte FINLACEN - Subação 011254

(assinado digitalmente)

Karen Sabrina Bayestorff Duarte

Presidente da Comissão Especial de Licitação
para Planejamento de Compras Destinadas
ao Enfrentamento da COVID 19



Código para verificação: **3IB4X1J2**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE em 27/05/2020 às 17:19:06

Emitido por: "SGP-e", emitido em 13/07/2018 - 14:14:15 e válido até 13/07/2118 - 14:14:15.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U0VTXzcwNTIfMDAwNjQyMjhfnjU2NDhfMjAyMF8zSUI0WDFKMg==> ou o site

<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SES 00064228/2020** e o código **3IB4X1J2** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
Rua Esteves Júnior, nº 160 - Centro.
Florianópolis/SC - CEP: 88015-130
Telefone: (48) 3664-8739 / 3664-8740
Site: www.compraslicitacoes.saude.sc.gov.br
Email: compradireta@saude.sc.gov.br

EDITAL DE COMPRA DIRETA Nº 1555/2020

PROCESSO SES 64228/2020

**“Onde se lê: ENTREGA DAS PROPOSTAS: até 16h00min. do dia 25/06/2020.”
“Leia-se: ENTREGA DAS PROPOSTAS: até 16h00min. do dia 26/06/2020.”**

A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE (SES) solicita, por meio do presente, que as pessoas físicas ou jurídicas interessadas encaminhem propostas de preços, conforme as condições estabelecidas neste edital de compra direta para aquisição na modalidade dispensa de licitação pelo critério de **MENOR PREÇO** por **ITEM**.

OBJETO: Aquisição de microtubos, conforme especificações constantes do Anexo I.

ENTREGA DAS PROPOSTAS: até 16h00min. do dia 25/06/2020.

1 - PROPOSTA

1.1 - A PROPOSTA deverá ser encaminhada até o prazo acima estipulado por correio eletrônico para compradireta@saude.sc.gov.br ou entregue na Diretoria de Licitações e Contratos, situada à Rua Esteves Júnior nº 160 - Centro - Florianópolis - SC.

1.1.1 - A PROPOSTA não poderá ter emendas, rasuras ou entrelinhas; deve estar datada, conter nome ou razão social, CNPJ ou CPF, endereço completo, telefone e e-mail e deve estar assinada pelo representante legal da empresa;

1.2 - A PROPOSTA deverá conter a marca do produto ofertado, apresentação, preço unitário e total por item. Estes deverão ser em moeda nacional, computados os tributos de qualquer natureza incidentes sobre o material/serviço e a venda a ser realizada, bem como, o custo de transporte, inclusive carga e descarga, na modalidade CIF, correndo tal operação, única e exclusivamente por conta, risco e responsabilidade das empresas vencedoras. No preço cotado por item, já estarão incluídos todos os descontos oferecidos;

1.3 - A PROPOSTA deverá ter validade não inferior a 60 (sessenta) dias;

1.4 - O autor da OFERTA VENCEDORA deverá apresentar os documentos elencados abaixo:

1.4.1 - Prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

1.4.2 - Prova de regularidade fiscal para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal da sede ou domicílio da licitante, expedidas pelos órgãos abaixo relacionados:

1.4.2.1 - Da Secretaria da Receita Federal, com relação à regularidade fiscal Federal;

1.4.2.2 - Da Procuradoria da Fazenda Nacional, referente à Dívida Ativa da União;

1.4.2.3 - Da Secretaria da Fazenda Estadual, ou outro órgão competente, com relação à regularidade fiscal Estadual;

1.4.2.4 - Da Secretaria de Finanças Municipal, ou outro órgão competente, com relação à regularidade fiscal



Código para verificação: **117WGQW8**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



MAGALI RODRIGUES (CPF: 507.XXX.719-XX) em 07/07/2020 às 18:34:19

Emitido por: "SGP-e", emitido em 13/07/2018 - 14:36:39 e válido até 13/07/2118 - 14:36:39.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U0VTXzcwNTIfMDAwNjQyMjhfnjU2NDhfMjAyMF8xMTdXR1FXOA==> ou o site

<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SES 00064228/2020** e o código **117WGQW8** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 1555/2020

PROCESSO SES 64228/2020

1 - OBJETO: Aquisição de ponteiras, pipetas pasteurs, criotubos e microtubos – COVID 19.

2 – UNIDADE INTERESSADA: Laboratório Central de Saúde Pública (LACEN).

3 – FORMA DE CONTRATAÇÃO: A presente Dispensa de Licitação será efetivada por meio da emissão de Ordens de Fornecimento, conforme abaixo:

EMPRESA	OF nº	VALOR
Distrilab Distribuidora de Equipamentos e Insumos Laboratoriais	863/2020	R\$ 124.500,00
PR Labor Comércio de Produtos e Equipamentos para Laboratórios	864/2020	R\$ 17.194,28
Bradzi Importação e Exportação Comércio e Serviços	865/2020	R\$ 15.359,40

4 - DESPESAS: A Dispensa de Licitação resultará em uma despesa total de **R\$ 157.053,68** (cento e cinquenta e sete reais, cinquenta e três reais e sessenta e oito centavos).

5 – FUNDAMENTO DA DISPENSA:

Versa o artigo 4ºB, da Lei Federal nº 13.979/2020:

Art. 4º-B Nas dispensas de licitação decorrentes do disposto nesta Lei, presumem-se atendidas as condições de:

I - ocorrência de situação de emergência;

II - necessidade de pronto atendimento da situação de emergência;

III - existência de risco a segurança de pessoas, obras, prestação de serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares; e

IV - limitação da contratação à parcela necessária ao atendimento da situação de emergência

6 - PARECER JURÍDICO: Aprovado conforme parecer jurídico nº 1.376/2020, acostado aos autos.

7 – JUSTIFICATIVA:

Os motivos para a aquisição emergencial estão expostos nas Comunicações Internas (CI) nº 121/2020, emitida pelo Laboratório Central de Saúde pública (LACEN) e (CI) nº 1729/2020, emitida pela Diretoria de Planejamento e Gestão de Compras – DPGC, acostadas as fls. 15 e 49 dos autos.

Por meio da CI nº 121, o Lacen informou-se haver urgência na aquisição de ponteiras, pipetas, criotubos e microtubo, considerando que são itens utilizados pelo Setor BIMOL para análise de COVID-19.

Somente o item 5 está registrado na Ata de Registro de Preços nº 386/2020, vigente até 01/04/2020, porém sem saldo. Para os demais itens o Lacen solicitou uma aquisição emergencial através do processo SES 39650/2020 porém a empresa vencedora não conseguiu cumprir os prazos estipulados na OF 473/2020 e foi sancionada pela Assessoria Jurídica.

Para esta aquisição foi aberto edital de cotação nº 043/2020 na SEA, mas não houve cotador.

Sendo assim, considerando Decreto Estadual nº 515, de 17 de março de 2020, que declarou estado de emergência em todo território estadual para fins de prevenção e combate à epidemia do COVID-19, bem como ditames contidos no art. 4º da Lei Federal nº 13.979/2020, de 06 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do



**ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

coronavírus, com a finalidade precípua de evitar prejuízos no pronto atendimento aos pacientes usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), torna-se justificável e necessária a dispensa do processo licitatório.

8 - RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:

O fornecedor foi escolhido mediante consulta de preços ao mercado através de edital de cotação de preços, adjudicando-se as empresas através do critério menor preço global para os itens 01,02,03,04,05 e 07 e através do critério de terceiro menor preço ao item 06, conforme parecer técnico acostado às fls. 96 e 97 e resultado da cotação acostado à fl. 121 dos autos.

9 – JUSTIFICATIVA DO PREÇO:

O preço de aquisição foi obtido mediante cotação de preços e o motivo para a escolha foi a necessidade e a urgência do caso.

Diante do exposto, propomos seja autorizada a Dispensa de Licitação na forma do disposto no artigo *a priori* mencionado e conforme condições anteriormente estabelecidas.

Florianópolis, 16 de julho de 2020.

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA:

1 – Ciente

2 – Em vista da necessidade da aquisição do objeto supracitado, e com os poderes conferidos pelo Ato nº 754, de 07 de maio de 2020, e pela Portaria nº 813, de 30 de setembro de 2019, resolvo HOMOLOGAR a Dispensa de Licitação nº 1555/2020, e autorizar a despesa supracitada.

3 – Para prosseguimento.

(Assinado digitalmente)
Luciano Jorge Konescki
Superintendente de Gestão Administrativa



Código para verificação: **O3O4ZY95**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



LUCIANO JORGE KONESCKI em 23/07/2020 às 14:01:41

Emitido por: "SGP-e", emitido em 30/03/2018 - 12:32:40 e válido até 30/03/2118 - 12:32:40.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U0VTXzcwNTIfMDAwNjQyMjhfnjU2NDhfMjAyMF9PM080Wik5NQ==> ou o site

<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SES 00064228/2020** e o código **O3O4ZY95** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.



FATURAMENTO: FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE(FES)

CNPJ: 80.673.411/0001-87

OF Nº: 863/2020

Data da OF: 07/07/2020 (cadastrada em: 07/07/2020 22:43)

FORNECEDOR:

DISTRILAB DISTRIBUIDORA DE EQUIPAMENTOS E INSUMOS LABORATORIAIS CÓDIGO: 12000

CNPJ: 27914706000115

Fone: (48) 30455746

Email: distrilabdistribuidora@gmail.com

Endereço: SC 445, 1084 PRESIDENTE VARGAS Içara/SC CEP: 88820-000

Relação de Compra nº: 1606/2020 Edital nº: 1555/2020(DL)

Protocolo: SES 64228/2020

PRAZO DE ENTREGA: 10 dias CONDIÇÕES PAG: 30 dias

UNIDADE(S) SOLICITANTE(S): LABORATÓRIO CENTRAL DE SAÚDE PÚBLICA

Doc. solicitante: 64228/2020

LOCAL DE ENTREGA: LABORAT. CENTRAL SAÚDE PUBLICA - LACEN

Endereço: AV. RIO BRANCO, 152 - CENTRO - Florianópolis/SC

CEP: 88.015-200 Fone: (048) 3664-7801 Fax (048) 3664-7801 Email: almoxlacen@saude.sc.gov.br

Importante: SOB PENA DE DEVOLUÇÃO DA NOTA FISCAL, ESTA DEVERÁ VIR COM OS DADOS BANCÁRIOS PARA PAGAMENTO NO CORPO DA NOTA.

- Em se tratando de PESSOA JURÍDICA: a conta corrente deverá pertencer ao mesmo CNPJ da empresa;

- Em se tratando de PESSOA FÍSICA: a conta corrente deverá pertencer ao CPF do favorecido;

- Os pagamentos não serão efetuados, em hipótese alguma, em conta poupança;

Este documento só terá validade quando apresentado com o respectivo Número do Empenho.

Item	Cd Material	Descrição do Material	Quant.	UN	Unitário	Sub Total	Tipo
1	044830069	Ponteira estéril livre de dnase e rnase, com barreira, volumes de 0,5 a 10 µL, ponta curta. Rack com 96 ponteiros de cor transparente, compatível com pipetas BrandTechTransferpette, Eppendorf e Gilson. Ponteira estéril 0,5 a 10 uL Marca: Olen Apresentação: racks contendo 96 unidades de ponteiros	250	CAIXA	21,77	5.442,50	MC
3	044830017	Ponteira estéril livre de DNASE e RNASE com barreira, volumes de 200 a 1000ul, em rack com 96 ponteiros compatível com pipetas Gilson. Ponteira estéril livre de DNASE e RNASE com barreira Marca: OLEN Apresentação: racks contendo 96 unidades de ponteiros	250	PECA	36,02	9.005,00	MC
4	044830066	Ponteira estéril livre de DNASE e RNASE com barreira, capacidade de 100 µL, compatível com pipetas Gilson. Rack de 96 ponteiros Ponteira de 100 uL, livre de DNASE e RNASE, com barreira Marca: OLEN Apresentação: racks contendo 96 unidades de ponteiros	250	PECA	28,93	7.232,50	MC



Item	Cd Material	Descrição do Material	Quant.	UN	Unitário	Sub Total	Tipo
6	055573013	Criotubo 2ml transparente, com tampa de rosca livre de DNASE e RNASE, resistente a variação de temperatura de -196ºa+150º C para estocagem de amostra para teste de biologia molecular. Tubo para laboratório criotubo, transparente com tampa de rosca capacidade 2ml Marca: KASVI Apresentação: Pacotes com 100 unidades de tubos	53.000	PECA	1,94	102.820,00	MC
Itens	4				Total	124.500,00	

Documentos obrigatórios a serem apresentados juntamente com as notas fiscais:

- Certidão Municipal
- Certidão Estadual
- Certidão Federal
- Certidão do FGTS
- Certidão Trabalhista

Assinatura e carimbo



Código para verificação: **1NU14D6D**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



CLÁUDIA DE LUCCA MATHEUS ROCHA em 16/07/2020 às 16:34:07

Emitido por: "SGP-e", emitido em 13/07/2018 - 13:32:25 e válido até 13/07/2118 - 13:32:25.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U0VTXzcwNTIfMDAwNjQyMjhfnjU2NDhfMjAyMF8xTIUxNEQ2RA==> ou o site

<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SES 00064228/2020** e o código **1NU14D6D** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.



FATURAMENTO: FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE(FES)

CNPJ: 80.673.411/0001-87

OF Nº: 864/2020

Data da OF: 07/07/2020 (cadastrada em: 07/07/2020 22:45)

FORNECEDOR:

PR LABOR COM. DE PRODUTOS E EQUIPAMENTOS PARA LABORATÓRIOS CÓDIGO: 10761

CNPJ: 15188525000250

Fone: (48) 30305907

Fax: (48) 30305807

Email: vendas@prlabor.com.br

Endereço: Rua Manoel de Oliveira Ramos, 324 Estreito Florianópolis/SC CEP: 88075120

Relação de Compra nº: 1606/2020 Edital nº: 1555/2020(DL)

Protocolo: SES 64228/2020

PRAZO DE ENTREGA: 10 dias CONDIÇÕES PAG: 30 dias

UNIDADE(S) SOLICITANTE(S): LABORATÓRIO CENTRAL DE SAÚDE PÚBLICA

Doc. solicitante: 64228/2020

LOCAL DE ENTREGA: LABORAT. CENTRAL SAÚDE PUBLICA - LACEN

Endereço: AV. RIO BRANCO, 152 - CENTRO - Florianópolis/SC

CEP: 88.015-200 Fone: (048) 3664-7801 Fax (048) 3664-7801 Email: almoxlacen@saude.sc.gov.br

Importante: SOB PENA DE DEVOLUÇÃO DA NOTA FISCAL, ESTA DEVERÁ VIR COM OS DADOS BANCÁRIOS PARA PAGAMENTO NO CORPO DA NOTA.

- Em se tratando de PESSOA JURÍDICA: a conta corrente deverá pertencer ao mesmo CNPJ da empresa;

- Em se tratando de PESSOA FÍSICA: a conta corrente deverá pertencer ao CPF do favorecido;

- Os pagamentos não serão efetuados, em hipótese alguma, em conta poupança;

Este documento só terá validade quando apresentado com o respectivo Número do Empenho.

Item	Cd Material	Descrição do Material	Quant.	UN	Unitário	Sub Total	Tipo
2	044830021	Ponteira estéril livre de DNASE e RNASE, com barreira, volumes de 0 a 50 UL, em rack de 96 ponteiros compatível com pipetas Gilson Ponteira estéril livre de DNASE e RNASE volumes 0 a 50UL Marca: Axygen Apresentação: 5 caixas fechadas com 50racks	250	PECA	47,31	11.827,50	MC
7	055417010	Micro tubo em polipropileno, graduado, transparente, com tampa unida ao recipiente, centrifugável até 20.000 g/20 minutos capacidade 1,5ml. Livre de DNASE e RNASE Microtubo em polipropileno, transparente, graduado Marca: Axygen Apresentação: 106 caixas com 500 unidades	53.000	PECA	0,10126	5.366,78	MC
Itens	2				Total	17.194,28	

Documentos obrigatórios a serem apresentados juntamente com as notas fiscais:

- Certidão Municipal
- Certidão Estadual
- Certidão Federal
- Certidão do FGTS
- Certidão Trabalhista

Assinatura e carimbo



Código para verificação: **OS963WO2**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



CLÁUDIA DE LUCCA MATHEUS ROCHA em 16/07/2020 às 16:34:06

Emitido por: "SGP-e", emitido em 13/07/2018 - 13:32:25 e válido até 13/07/2118 - 13:32:25.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U0VTXzcwNTIfMDAwNjQyMjhfnjU2NDhfMjAyMF9PUzk2M1dPMg==> ou o site

<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SES 00064228/2020** e o código **OS963WO2** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.



FATURAMENTO: FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE(FES)

CNPJ: 80.673.411/0001-87

OF Nº: 865/2020

Data da OF: 07/07/2020 (cadastrada em: 07/07/2020 22:47)

FORNECEDOR:

BRAZDI IMPORTACAO EXPORTACAO COMERCIO E SERVICOS DE PRODUTOS LABORATORIAIS EIREL CÓDIGO

CNPJ: 08845041000190

Fone: (21) 3563-9401

Email: info@forlabexpress.com.br;mariane@forlabexpress.com.br

Endereço: R FRANCISCO MEDEIROS 240 HIGIENOPOLIS Rio de Janeiro/RJ CEP: 21.051-020

Relação de Compra nº: 1606/2020 Edital nº: 1555/2020(DL)

Protocolo: SES 64228/2020

PRAZO DE ENTREGA: 10 dias **CONDIÇÕES PAG:** 30 dias

UNIDADE(S) SOLICITANTE(S): LABORATÓRIO CENTRAL DE SAÚDE PÚBLICA

Doc. solicitante: 64228/2020

LOCAL DE ENTREGA: LABORAT. CENTRAL SAÚDE PUBLICA - LACEN

Endereço: AV. RIO BRANCO, 152 - CENTRO - Florianópolis/SC

CEP: 88.015-200 Fone: (048) 3664-7801 Fax (048) 3664-7801 Email: almoxlacen@saude.sc.gov.br

Importante: SOB PENA DE DEVOLUÇÃO DA NOTA FISCAL, ESTA DEVERÁ VIR COM OS DADOS BANCÁRIOS PARA PAGAMENTO NO CORPO DA NOTA.

- Em se tratando de PESSOA JURÍDICA: a conta corrente deverá pertencer ao mesmo CNPJ da empresa;

- Em se tratando de PESSOA FÍSICA: a conta corrente deverá pertencer ao CPF do favorecido;

- Os pagamentos não serão efetuados, em hipótese alguma, em conta poupança;

Este documento só terá validade quando apresentado com o respectivo Número do Empenho.

Item	Cd Material	Descrição do Material	Quant.	UN	Unitário	Sub Total	Tipo
5	040452062	Pipeta de Pasteur graduada de plástico, com capacidade de aspiração de 3 ml e diâmetro da ponta de 2,5 mm, descartável, estéril, embalada individualmente. Pipeta de Pasteus graduada, plástico com capacidade aspiração 3ml, 2.5mm Marca: Firstlab Apresentação: Pacotes com 100 unidades	53.000	PECA	0,2898	15.359,40	MC
Itens	1				Total	15.359,40	

Assinatura e carimbo

Documentos obrigatórios a serem apresentados juntamente com as notas fiscais:

- Certidão Municipal
- Certidão Estadual
- Certidão Federal
- Certidão do FGTS
- Certidão Trabalhista



Código para verificação: **P27F10QI**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



CLÁUDIA DE LUCCA MATHEUS ROCHA em 16/07/2020 às 16:34:07

Emitido por: "SGP-e", emitido em 13/07/2018 - 13:32:25 e válido até 13/07/2118 - 13:32:25.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U0VTXzcwNTIfMDAwNjQyMjhfnjU2NDhfMjAyMF9QMjdGMTBRSQ==> ou o site

<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SES 00064228/2020** e o código **P27F10QI** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.

15º	ANA PRISCILA BARBOSA DE ALENCAR	10/12/1979	3,5
16º	LUCIANE CORREA TEIXEIRA	02/09/1983	3,5
17º	JANAINA SOUZA MATOS	28/07/1984	3,5
18º	DJENEFER BRANCO	11/05/1985	3,5
19º	MARCELLI STEF-FANI MACHADO	13/04/1987	3,5
20º	DAYANE SCHWAMBACH ALVES	01/10/1989	3,5
21º	ANA SUZANE SILVA NASCIMENTO DE SA	12/08/1976	3,0
22º	ELAINE PEREIRA FEDRIZZI	17/02/1982	3,0
23º	TATIANE MARI-NHO PRESTES	22/06/1985	3,0
24º	KELLY PUCHIVAI-LO MARCELINO	18/01/1985	2,0
25º	ELCINA BARBOSA DE OLIVERIA	05/10/1968	1,5
26º	THAYS BIEGER	20/01/1993	1,5
27º	EVELIN VIEIRA DA SILVA	05/11/1995	1,0

Função: FISIOTERAPEUTA - Especialista em Fisioterapia Hospitalar e/ou experiência comprovada em área hospitalar

Classificação	Nome	Nascimento	Pontos
1º	MAURICIO PEREIRA BRANCO	12/05/1982	8,0
2º	LEONARDO FELIPE MEIRELLES TENFEN	09/02/1981	7,0
3º	MILIANE CHIO-DELI MEIRELLES TENFEN	01/02/1980	5,5
4º	ALESSANDRA CANANI DE SI-QUEIRA	31/08/1981	5,5
5º	CLARISSA PERUZZO PEREIRA	26/03/1982	5,5
6º	CALINE ANDRA-DE ALVES DE OLIVEIRA	20/12/1983	5,5
7º	EVA LIDIANE DE JESUS	27/06/1984	5,5
8º	JOSIANE APA-RECIDA FARIAS PRADO	08/02/1986	5,5
9º	RAFAEL JOSE BRANCO	18/06/1979	5,0
10º	CESAR AUGUSTO ELIAS WIEZZER	19/08/1985	5,0
11º	ANTÔNIO TADEU ARRUDA DE ANDRADE JUNIOR	02/01/1991	5,0
12º	MIRIANE GLEISSI BATISTA	12/07/1978	4,5
13º	FERNANDA SE-EBER	19/12/1982	4,5
14º	CAMILLA VARGAS COMIOTTO	22/05/1984	4,5
15º	GEANINA APA-RECIDA XAVIER BUENO FLORENTINO	19/06/1989	4,5
16º	FERNANDO LOPETEGUI DE OLIVEIRA	29/10/1986	4,0
17º	ROBERTA CRIS-TINA LEANDRO MUNIZ	25/11/1982	3,5
18º	HUGO LUIZ DA SILVA LEONARDO	01/11/1985	3,5
19º	GABRIELLI DOS SANTOS MICA-RONE	20/06/1988	3,5
20º	LAURIANI DAMA-CENA MARTINS BRANCO	02/03/1989	3,5
21º	MARA DALILA AMARAL GARCIA	07/02/1980	3,0
22º	NICOLY GRASIE-LE JACINTO DE ANDRADE	24/04/1994	3,0
23º	MATHEUS OLIVEI-RA BRANCO	21/11/1994	3,0
24º	ADRIANA RODRI-GUES LOPES	22/03/1972	2,5
25º	ANA FLAVIA PRETO	05/10/1976	2,5

26º	FABIANA MARIN BROERING	05/07/1982	2,5
27º	PAMELLA SODRÉ TAVARES	08/03/1989	2,5
28º	VITOR HUGO SILVA PASTORELLO	18/10/1989	2,5
29º	CRISTIANE DO AMARANTE FO-GAÇA	22/11/1990	2,5
30º	ANDRESSA DA SILVA PALMEIRA	15/12/1992	2,0
31º	CAROLINA HOF-FER DOS SANTOS	24/12/1993	2,0
32º	AMANDA MACHA-DO BUENO	23/03/1997	2,0
33º	DIENIFFER ALVES PEREIRA	30/05/1994	1,5
34º	SARAH COELHO ALMEIDA	01/07/1994	1,5
35º	RENATHA ALVES PEREIRA CONTE	30/03/1982	1,0
36º	CAMILA NARA MORAES	01/11/1990	1,0
37º	ANDREZA SILVA DOS SANTOS	10/11/1994	1,0
38º	ANA LUISA PERKOWSKI MULLER	09/03/1995	1,0
39º	KARLA ZANELLA	10/05/1995	1,0

LUCIANO JORGE KONESCKI
Superintendente de Gestão Administrativa
(república por incorreção)

Cod. Mat.: 681811

Licitações

Secretarias de Estado

ESTADO DE SANTA CATARINA SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL E SOCIOEDUCATIVA – SAP FUNDO ROTATIVO DA PENITENCIÁRIA DE FLORIANÓPOLIS EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Origem: PREGÃO ELETRÔNICO nº 0009/2020. Objeto: AQUISIÇÃO DE TECIDOS E AVIAMENTOS PARA CONFECÇÃO DE UNIFORMES DE INVERNO PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL E SOCIO EDUCATIVA. Vigência: 21/ julho/2020 a 20/julho/2021. Unidade Gerenciadora: SECRETARIA DE ESTADO DAADMINISTRAÇÃO PRISIONAL E SOCIOEDUCATIVA – SAP - FUNDO ROTATIVO DA PENITENCIÁRIA DE FLORIANÓPOLIS. CNPJ: 83.886.515/0001-68 - ERRATA – na publicação 680979, datada de 22-07- 2020 – onde se lê: ITEM 12 - Azul. Leia-se: ITEM 12 - Tecido Ribana Azul. Quantidade: 350 / Kg. Marca: rickmann – ao preço de R\$ 38,80 UN. Empresa: SODRE CONFECOES E COMERCIO EIRELI, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 35.759.222/0001-77; onde se lê: ITEM 1 – Máquina de Costura, leia-se : ITEM 1 – Agulha Máquina de Costura Galoneira Tamarhc 80/12 B 63. Quantidade: 1.000; ode se lê ITEM 3 - Máquina de Costura, leia-se - ITEM 3 - ELASTICO NA COR BRANCA 25MM LARGURA E 25M COMPRIMENTO. Quantidade: 1.500; onde se lê: Processo SGP-e: SJC 12501/2020, leia-se Processo SGP-e: SJC 12051/2020.

Cod. Mat.: 681863

SECRETARIA DE ESTADO DAADMINISTRAÇÃO PRISIONAL E SOCIOEDUCATIVA
RESULTADO DE LICITAÇÃO

A DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS comunica o resultado do Pregão Eletrônico nº 0005/2020. Objeto: Aquisição de 08 (oito) veículos automotores, zero quilômetro, tipo SUV, ano fabricação 2019, modelo 2020 ou superior, adaptados para transporte de mulheres privadas de liberdade. Item: 1 - DIMAS COMERCIO DE AUTOMOVEIS LTDA, Valor Unitário Adjudicado: R\$ 86.100,00. Valor Total Adjudicado: R\$ 688.800,00. Processo: SJC 00077121/2019. CIG: SJC 22612/2020.

Cod. Mat.: 681762

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES
RESULTADO DE LICITAÇÃO
O Secretário de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde torna público o Resultado da Licitação nº 1624/2020 na modalidade: Pregão “Eletrônico”, cujo objeto é: Registro de Preços para aquisição de medicamentos para a Gerência de Bens Regulares (GEBER).

MENOR PREÇO: Itens: 06 e 14. COTAÇÃO ÚNICA: Itens: 04 e 15. NÃO COTADOS: Itens: 01, 02, 03, 05, 07, 08, 09, 11, 12 e 17. DESCLASSIFICAR OS ITENS DAS EMPRESAS: Por apresentar preço excessivo (Art. 48, Inciso II, da Lei 8.666/93 e Alterações): Citopharma Manipulação de Medicamentos Especiais Ltda – Item: 10. Janssen Cilag Farmacêutica Ltda – Item: 13. Medicinali Produtos para Saúde Eireli ME– Item: 16. EMPRESAS VENCEDORAS: Medicinali Produtos para Saúde Eireli ME– Item: 04. Soma/ SC Produtos Hospitalares Ltda – Item: 15. Sulmedic Comércio de Medicamentos Eireli – Item: 06. União Química Farmacêutica Nacional S.A. – Item: 14. CIG: SES 84181/2020.

Cod. Mat.: 681783

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES. **DL 1391/2020**. PSES 63238/2020. CIG 92877/2020. Justificativa: Ordem Judicial. Fundamento da DL: artigo 24, inciso II, Lei 8666/93
OF 788/2020. Objeto: Aquisição de aplicação do medicamento Eylla - Ordem Judicial. Contratada: Clínica de Olhos Criciuma. Total DL: R\$ 3.000,00.

Cod. Mat.: 681706

A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES. Dispensa de Licitação 1555/2020 – SES 64228/2020 – CIG/SES 93908/2020. Objeto: Aquisição de ponteiras, pipetas pasteurs, criotubos e microtubos – COVID 19 para LACEN. Justificativa e Fundamento: artigo 4ºB, da Lei Federal nº 13.979/2020. OF 863/2020. Fornecedor: Distralab Distribuidora de Equipamentos e Insumos Laboratoriais – CNPJ 27.147.060/0001-15. Valor: R\$ 124.500,00 - OF 864/2020. Fornecedor: PR Labor Com. de Produtos e Equipamentos para Laboratórios – CNPJ 15.188.525/0002-50. Valor: R\$ 17.194,28 - OF 865/2020. Fornecedor: Brazdi Importação Exportação Comércio e Serviços de Produtos Laboratoriais Eireli – CNPJ 08.845.041/0001-90. Valor: R\$ 15.359,40. Valor total da DL R\$ 157.053,68.

Cod. Mat.: 681720

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES
RESULTADO DE LICITAÇÃO
O Secretário de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde torna público o Resultado da Licitação nº 1565/2020 na modalidade: Pregão “Eletrônico”, cujo objeto: Registro de preços para aquisição de materiais de higiene e limpeza para a Gerência de Bens Regulares (GEBER). “Certame frustrado, pois não houve licitantes vencedores”. DESCLASSIFICAR O ITEM DA EMPRESA, CONFORME DISCRIMINADO: Por apresentar preço excessivo (Art. 48, Inciso II, da Lei 8.666/93 e Alterações): JP DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA EPP – Item: 01. CIG: 80616/2020.

Cod. Mat.: 681533

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES
AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico nº 1765/2020. Objeto: Aquisição de medicamentos para atendimento de ordens judiciais para a Gerência de Bens Judiciais (GEJUD). Abertura da sessão: 07/08/2020 às 08h15min. No site www.e-lic.sc.gov.br encontram-se o Edital e canais para todas as comunicações (CIG) SES 93208/2020.

Cod. Mat.: 681536

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES
AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico nº 1737/2020. Objeto: Contratação de serviços de Hidroterapia para o Centro Catarinense de Reabilitação (CCR). Abertura da sessão: 07/08/2020 às 13h15min. No site www.e-lic.sc.gov.br encontram-se o Edital e canais para todas as comunicações (CIG) SES 93222/2020.

Cod. Mat.: 681537

A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES. Dispensa de Licitação 1216/2020 – SES 37633/2020 – CIG/SES 94412/2020. Objeto: Aquisição de aparelho ultrassom portátil – COVID 19 para ICSC. Justificativa e Fundamento: artigo 4ºB, da Lei Federal nº 13.979/2020. OF 846/2020. Fornecedor: GE Healthcare do Brasil Comércio e Serviços para Equipamentos Médico-Hospitalares Ltda – CNPJ 00.029.372/0002-21. Valor total da DL R\$ 215.000,00.

Cod. Mat.: 681843

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
IN Nº 043/SSP/2019 – Convênio 856237/2017. **Objeto:** Aquisição de Espargidor de Espuma de Pimenta OC Condor, modelo GL 108/E para a Polícia Militar de Santa Catarina – 15 unidades. **Fundamentação Legal:** art. 25, caput da Lei nº 8.666/93. **Dotação Orçamentária:** Item 33.90.30.27, Fonte: 0228, Unidade: 16091, Ação: 13186. **Contratante:** Secretaria de Estado da Segurança Pública/Fundo para Melhoria da Segurança Pública **Contratada:** Condor S.A Indústria Química. **Valor total estimado:** R\$ 3.394,80. Processo SGP-e SSP 4771/2019 **CIG SSP 3453/2020**.

Cod. Mat.: 681538



TERMO DE REFERÊNCIA

REQUISITANTE: Laboratório Central de Saúde Pública							
REQUISIÇÃO: 5471/2020							
OBJETO REQUISITADO:	<input checked="" type="checkbox"/> MATERIAL <input type="checkbox"/> SERVIÇO <input type="checkbox"/> OBRA <input type="checkbox"/> OUTRO _____						
DESPESA DECORRENTE DE:	<input checked="" type="checkbox"/> CONTRATAÇÃO DIRETA <input type="checkbox"/> LICITAÇÃO <input type="checkbox"/> REGISTRO DE PREÇO <input type="checkbox"/> CONVÊNIO <input type="checkbox"/> ADITIVO A CONTRATO <input type="checkbox"/> OUTRO _____						
EXISTE CONTRATO ANTERIOR:	<input checked="" type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/> SIM VALOR R\$ _____						
VALOR DA DESPESA: R\$ 7.064,00	<input checked="" type="checkbox"/> PARCELA ÚNICA <input type="checkbox"/> PARCELADO EM ____ VEZES						
PERÍODO DA DESPESA:	INÍCIO EM Novembro/2020 TÉRMINO – com a entrega do material						
DESCRIÇÃO E OBJETO:							
<table border="1"><tr><td>01</td><td>44830066</td><td>Ponteira estéril livre de DNASE e RNASE com barreira, capacidade de 100 µL, compatível com pipetas Gilson. Rack de 96 ponteiros</td><td>200</td></tr></table>				01	44830066	Ponteira estéril livre de DNASE e RNASE com barreira, capacidade de 100 µL, compatível com pipetas Gilson. Rack de 96 ponteiros	200
01	44830066	Ponteira estéril livre de DNASE e RNASE com barreira, capacidade de 100 µL, compatível com pipetas Gilson. Rack de 96 ponteiros	200				
JUSTIFICATIVA: Em um momento em que a pandemia do novo Coronavírus – Covid-19 continua avançando no Estado de Santa Catarina, cresce a necessidade da realização de testes em massa para a detecção da doença. Para a realização das análises é necessário que tenhamos os materiais adequados desde a coleta, armazenamento e manipulação das amostras. Os itens solicitados são utilizados na manipulação das amostras, que após coletadas passam por um processo de liquotagem e extração do RNA viral nos quais as ponteiros são material indispensável para todos os procedimentos que são realizados no Laboratório de Biologia Molecular do Lacen.							
ORIGEM DOS RECURSOS: <input type="checkbox"/> TESOURO <input checked="" type="checkbox"/> FUNDO – 223 COVID <input type="checkbox"/> CONVÊNIO <input type="checkbox"/> OUTRO <input type="checkbox"/> DEFINIÇÃO POSTERIOR		DOTAÇÃO DOS RECURSOS: <input type="checkbox"/> COMPROVADO <input type="checkbox"/> NÃO COMPROVADO EM ____/____/____					
NECESSIDADE DE AMOSTRA <input type="checkbox"/> SIM <input checked="" type="checkbox"/> NÃO							
GESTOR DA UNIDADE: Marlei Pickler Debiasi dos Anjos							
CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO <input checked="" type="checkbox"/> PARCELA ÚNICA <input type="checkbox"/> PARCELADO							
OBRIGAÇÕES DAS PARTES ENVOLVIDAS: A entrega dos suprimentos deverá ser realizada conforme a demanda do Lacen. O objeto deverá estar de acordo com as especificações do edital. O objeto deverá estar com no mínimo 75% do prazo de validade. A embalagem deverá estar íntegra, livre de impurezas e em perfeitas condições de utilização. O objeto não será aceito caso não seja transportado e entregue de maneira correta, respeitando as recomendações do fabricante e autoridades sanitárias.							
GESTÃO DO CONTRATO Marlei Pickler Debiasi dos Anjos – Matrícula 294.760-9-01							

FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO Zoleide Aparecida Zandonai Luiz – Matrícula 671.810-8-01
CONDIÇÕES DE PAGAMENTO X PADRÃO SES (30 DIAS APÓS RECEBIMENTO) OUTRO _____
VIGÊNCIA DO CONTRATO O prazo de validade da Ordem de Fornecimento, contadas da data de publicação da Ata no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina (DOE/SC).
SANÇÕES DO CONTRATO X CONFORME DECRETO ESTADUAL N. 2.617/09 OUTRO _____
CONDIÇÕES GERAIS X NÃO SE APLICA
Orçamento detalhado estimado em planilha com preço unitário e valor global X SIM NÃO NÃO SE APLICA
CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO X NÃO SE APLICA
EM ____/____/____ <div style="text-align: right;">Superintendência_____</div>

Anexo I
ESTIMATIVA DE PREÇOS

Material	Empresa	Valor	Média
Ponteira estéril livre de DNASE e RNASE com barreira, capacidade de 100 µL, compatível com pipetas Gilson. Rack de 96 ponteiros	Distrilab	35,32	R\$ 48,16
	Biogen	61,00	



Código para verificação: **2YB8N53X**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ **CAROLINA GALLIO** em 06/11/2020 às 08:05:30
Emitido por: "SGP-e", emitido em 13/07/2018 - 13:30:20 e válido até 13/07/2118 - 13:30:20.
(Assinatura do sistema)

✓ **MARLEI PICKLER DEBIASI DOS ANJOS** em 06/11/2020 às 11:37:34
Emitido por: "SGP-e", emitido em 01/04/2019 - 10:31:29 e válido até 01/04/2119 - 10:31:29.
(Assinatura do sistema)

✓ **RAQUEL RIBEIRO BITTENCOURT** em 06/11/2020 às 15:13:44
Emitido por: "SGP-e", emitido em 13/07/2018 - 14:59:14 e válido até 13/07/2118 - 14:59:14.
(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U0VTXzcwNTIfMDAxNDUyNTVfMTQ4NDMwXzlwMjBfMlICOE41M1g=> ou o site <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SES 00145255/2020** e o código **2YB8N53X** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
Rua Esteves Júnior, nº 160 - Centro.
Florianópolis/SC - CEP: 88015-130
Telefone: (48) 3664-8739 / 3664-8740
Site: www.compraslicitacoes.saude.sc.gov.br
Email: compradireta@saude.sc.gov.br

EDITAL DE COMPRA DIRETA Nº 2794/2020

PROCESSO SES 145255/2020

A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE (SES) solicita, por meio do presente, que as pessoas físicas ou jurídicas interessadas encaminhem propostas de preços, conforme as condições estabelecidas neste edital de compra direta para aquisição na modalidade dispensa de licitação pelo critério de **MENOR PREÇO** por **ITEM**.

OBJETO: Aquisição emergencial de Ponteiros - Covid - 19 - LACEN, conforme especificações constantes do Anexo I.

ENTREGA DAS PROPOSTAS: até 18h00min. do dia 12/11/2020.

1 - PROPOSTA

1.1 - A PROPOSTA deverá ser encaminhada até o prazo acima estipulado por correio eletrônico para compradireta@saude.sc.gov.br ou entregue na Diretoria de Licitações e Contratos, situada à Rua Esteves Júnior nº 160 - Centro - Florianópolis - SC.

1.1.1 - A PROPOSTA não poderá ter emendas, rasuras ou entrelinhas; deve estar datada, conter nome ou razão social, CNPJ ou CPF, endereço completo, telefone e e-mail e deve estar assinada pelo representante legal da empresa;

1.2 - A PROPOSTA deverá conter a marca do produto ofertado, apresentação, preço unitário e total por item. Estes deverão ser em moeda nacional, computados os tributos de qualquer natureza incidentes sobre o material/serviço e a venda a ser realizada, bem como, o custo de transporte, inclusive carga e descarga, na modalidade CIF, correndo toda a operação, única e exclusivamente por conta, risco e responsabilidade das empresas vencedoras. No preço cotado por item, já estarão incluídos todos os descontos oferecidos;

1.3 - A PROPOSTA deverá ter validade não inferior a 60 (sessenta) dias;

1.4 - O autor da OFERTA VENCEDORA deverá apresentar os documentos elencados abaixo:

1.4.1 - Prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

1.4.2 - Prova de regularidade fiscal para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal da sede ou domicílio do licitante, expedidas pelos órgãos abaixo relacionados:

1.4.2.1 - Da Secretaria da Receita Federal, com relação à regularidade fiscal Federal;

1.4.2.2 - Da Procuradoria da Fazenda Nacional, referente à Dívida Ativa da União;

1.4.2.3 - Da Secretaria da Fazenda Estadual, ou outro órgão competente, com relação à regularidade fiscal Estadual;

1.4.2.4 - Da Secretaria de Finanças Municipal, ou outro órgão competente, com relação à regularidade fiscal Municipal. No caso de municípios que mantêm Cadastro Mobiliário e Imobiliário separados, deverão ser apresentados os comprovantes referentes a cada um dos cadastros;

1.4.3 - Prova de regularidade relativa à Seguridade Social, fornecida pelo Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) - CND;

1.4.4 - Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) - CRS;

Pág. 01 de 07 - Documento assinado digitalmente. Para conferência, acesse o portal <http://portal.saude.sc.gov> ou o processo SES 00145255/2020 e o código N7YM346R.

1.4.5 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

1.5 - A documentação acima elencada no item 1.4 poderá ser substituída pelo Certificado de Cadastro de Fornecedor emitido pela Diretoria de Gestão de Materiais e Serviços da Secretaria de Estado da Administração;

1.6 - Caso haja a necessidade expressa em edital de apresentação de laudos, certificados de qualidade técnica, ensaios laboratoriais e correlatos, estes devem ser apresentados em língua portuguesa ou traduzidos, acompanhados do original fonte;

1.7 - A proposta deverá cumprir os requisitos listados no Anexo I (detalhamento do objeto).

2 - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

2.1 - A SES efetuará o pagamento em 30 (trinta) dias após o recebimento e aceite dos bens ou serviços com a respectiva Nota Fiscal/Fatura ou documento legalmente equivalente, observado o cumprimento integral das disposições contidas neste edital;

2.2 - O fornecedor ou prestador de serviços ao Estado que optar por receber seu pagamento em outras instituições que o Banco do Brasil, ficará responsável pelo custo da tarifa bancária referente à respectiva transferência de valores entre Bancos, uma vez que os pagamentos efetuados pelo Estado são efetuados prioritariamente pelo Banco do Brasil;

2.3 - A empresa deverá mencionar na respectiva Nota Fiscal/Fatura informações sobre o produto, tais como: a marca sob o qual o mesmo é comercializado, fabricante, além de mencionar o número da Ordem Fornecimento ou Contrato de Prestação de Serviços;

2.4 - Também será obrigatório que a empresa mencione na Nota Fiscal/Fatura os seguintes dados bancários para pagamento: número do banco, número da agência com dígito e número da conta corrente com dígito.

3 - DISPOSIÇÕES GERAIS

3.1 - A participação na presente cotação de preços implica na aceitação integral e irretratável de todas as condições exigidas neste edital e dos documentos que dele fazem parte, bem como na observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor;

3.2 - A empresa ganhadora fica obrigada a aceitar os acréscimos ou supressões em até 25% (vinte e cinco por cento) do quantitativo estimado (artigo 65, § 1º da Lei de Licitações);

3.3 - A presente aquisição baliza-se pelos preceitos da Lei 8.666/93 e suas alterações, estando sujeitas as empresas participantes as sanções previstas no Decreto Estadual nº 2617/2009;

3.4 - As empresas que não cumprirem as obrigações assumidas na Cotação de Preços e/ou na execução do objeto estão sujeitas às seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa;

III - suspensão temporária, não superior a 2 (dois) anos, aplicada segundo a natureza e a gravidade da falta cometida;

3.5.1 - A advertência é a sanção por escrito, emitida pela Administração, quando o contratado descumprir qualquer obrigação, ressalvado o disposto no § 3º do art. 11 do Decreto Estadual nº 2617/2009;

3.5.2 - A multa é a sanção pecuniária que será imposta à contratada pelo atraso injustificado na entrega ou execução do Contrato, de acordo com as alíquotas a seguir:

I - 0,33 % (zero, trinta e três por cento) por dia de atraso, na entrega do objeto ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9% (nove vírgula nove por cento);

II - 10 % (dez por cento) em caso de não entrega do objeto ou não conclusão do serviço ou rescisão do Contrato ou cancelamento da Ordem de Fornecimento/Autorização de Fornecimento por culpa da contratada, calculado sobre a parte inadimplente;

III - até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato/Ordem de Fornecimento/Autorização de Fornecimento, pelo descumprimento de qualquer cláusula, exceto prazo de entrega.

3.5.2.1 - O valor da multa e/ou custas de depósito será deduzido dos créditos ou garantias da empresa, ou cobrança administrativa ou judicialmente.

3.5.2.2 - Sempre que a multa ultrapassar os créditos da contratada e/ou garantias, o valor excedente será encaminhado à cobrança extrajudicial ou judicial.

3.5.2.3 - O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do serviço.

3.5.2.4 - A multa será aplicada quando o atraso for superior a cinco dias.

3.5.2.5 - A aplicação da multa não impede que sejam aplicadas outras sanções previstas neste Edital;

3.5.3 - A suspensão é a sanção que impossibilita a participação da empresa em licitações e/ou Contratos, ficando suspenso o seu registro cadastral no Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina, de acordo com os prazos a seguir:

I - por até 30 (trinta) dias, quando aplicada a pena de advertência emitida pela Administração e a empresa permanecer inadimplente;

II - por até 90 (noventa) dias, quando a empresa interessada solicitar cancelamento da proposta após a abertura e antes do resultado do julgamento;

III - por até 12 (doze) meses, quando a empresa adjudicada se recusar a retirar a Autorização de Fornecimento, Ordem de Fornecimento ou assinar o Contrato;

IV - por até 12 (doze) meses, quando a empresa adjudicada motivar a rescisão total ou parcial da Autorização de Fornecimento, Ordem de Fornecimento ou do Contrato;

V - por até 12 (doze) meses, quando a empresa praticar atos que claramente visem à frustração dos objetivos da Cotação de Preços;

VI - por até 24 (vinte e quatro) meses, quando a empresa apresentar documentos fraudulentos;

VII - por até 2 (dois) anos quando a fornecedora convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, que não celebrar o Contrato, que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida no edital, que ensejar o retardamento da execução de seu objeto, que não mantiver a proposta, que falhar ou fraudar na execução do Contrato, que se comportar de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios; e

VIII - até a realização do pagamento, quando a empresa receber qualquer das multas previstas no artigo anterior.

3.6 - Na apreciação das propostas poderão ser solicitadas informações complementares, amostras e/ou prospectos, a fim de obter maiores informações sobre o produto e/ou serviço ofertado, o que deverá ser providenciado no prazo estabelecido pela Gerência solicitante, sob pena de desclassificação;

3.7 - A cotadora vencedora não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto do Contrato, Ordem de Fornecimento e/ou Autorização de Fornecimento a terceiros ou a eles associar-se sem prévia autorização da contratante, sob pena de imediata rescisão do contrato e demais sanções aplicáveis, conforme Lei 8.666/93.

3.8 - Os orçamentos que compõem este processo poderão ser utilizados para aquisição dos itens caso haja vantagem para a SES, interesse da empresa cotadora e atendimento aos requisitos solicitados neste Edital.

3.9 - Não poderá participar, direta ou indiretamente, desta cotação de preços servidor ou dirigente da Secretaria de Estado da Saúde, em conformidade com o disposto no inciso III do art. 9º da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993.

3.10 - O resultado deste edital de compra direta será disponibilizado para acompanhamento no site www.compraslicitacoes.saude.sc.gov.br / <https://sgpe.sea.sc.gov.br/atendimento>

3.11 - Nos casos omissos deste edital serão adotados os prazos para a modalidade convite.

4-PRÁTICAS FRAUDULENTAS E DE CORRUPÇÃO-

4.1- As partes, por seus agentes públicos ou por seus sócios, acionistas, administradores e colaboradores:

I – declaram que têm conhecimento das normas previstas na legislação, entre as quais nas Leis nºs 8.429/1992 e 12.846/2013, seus regulamentos e eventuais outras aplicáveis;

II – comprometem-se em não adotar práticas ou procedimentos que se enquadrem nas hipóteses previstas nas leis e regulamentos mencionados no inciso anterior e se comprometem em exigir o mesmo pelos terceiros por eles contratados;

III – comprometem-se em notificar à Controladoria-Geral do Estado qualquer irregularidade que tiverem conhecimento acerca da execução do contrato;

IV – declaram que têm ciência que a violação de qualquer das obrigações previstas na Instrução Normativa conjunta CGE/SEA nº 01/2020, além de outras, é causa para a rescisão unilateral do contrato, sem prejuízo da cobrança dos danos e perdas, inclusive danos potenciais, causados à parte inocente e das multas pactuadas.

Florianópolis, 09 de Novembro de 2020.

Núcleo de Compra Direta
DLIC - Diretoria de Licitações e Contratos

ANEXO I
MATERIAIS GERAIS - ORDEM DE FORNECIMENTO
DETALHAMENTO DO OBJETO

Item	Código	Descrição do Material	UN	Total
1	044830066	Ponteira estéril livre de DNASE e RNASE com barreira, capacidade de 100 µL, compatível com pipetas Gilson. Rack de 96 ponteiros	peca	200

1 - PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

1.1 - Como o objeto do presente edital é de entrega imediata e integral, para autorizar a entrega dos materiais a SPS emitirá uma Ordem de Fornecimento (OF);

1.2 - O prazo de entrega do objeto será de até 10 (dez) dias após o recebimento da Ordem de Fornecimento;

1.3 - A entrega será efetuada conforme condições da Ordem de Fornecimento para:

SIGLA	UNIDADE	ENDEREÇO	TELEFONE
LACEN	Laboratório Central de Saúde Pública	Rua Felipe Schmidt, n.º 788 Centro – Florianópolis - SC	(48) 3664-7800

2 - REQUISITOS DA PROPOSTA

2.1 - Quando se tratar de material com prazo de validade, estes não poderão estar com a validade inferior a 75% do seu prazo total de validade.

2.2 - Deverá constar marca e/ou procedência, modelo, nº registro ANVISA (quando aplicável), apresentação e nome comercial do produto cotado no campo “observações adicionais” de cada item.



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

ANEXO II

TERMO DE REFERÊNCIA

REQUISITANTE: Laboratório Central de Saúde Pública	
REQUISIÇÃO: 5471/2020	
OBJETO REQUISITADO:	<input checked="" type="checkbox"/> MATERIAL <input type="checkbox"/> SERVIÇO <input type="checkbox"/> OBRA <input type="checkbox"/> OUTRO _____
DESPESA DECORRENTE DE:	<input checked="" type="checkbox"/> CONTRATAÇÃO DIRETA <input type="checkbox"/> LICITAÇÃO <input type="checkbox"/> REGISTRO DE PREÇO <input type="checkbox"/> CONVÊNIO <input type="checkbox"/> ADITIVO A CONTRATO <input type="checkbox"/> OUTRO _____
EXISTE CONTRATO ANTERIOR:	<input checked="" type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/> SIM VALOR R\$ _____
VALOR DA DESPESA:	<input checked="" type="checkbox"/> PARCELA ÚNICA <input type="checkbox"/> PARCELADO EM ____VEZES
PERÍODO DA DESPESA:	INÍCIO EM Novembro/2020 TÉRMINO – com a entrega do material
DESCRIÇÃO E OBJETO:	
JUSTIFICATIVA: Em um momento em que a pandemia do novo Coronavírus – Covid-19 continua avançando no Estado de Santa Catarina, cresce a necessidade da realização de testes em massa para a detecção da doença. Para a realização das análises é necessário que tenhamos os materiais adequados desde a coleta, armazenamento e manipulação das amostras. Os itens solicitados são utilizados na manipulação das amostras, que após coletadas passam por um processo de liquotagem e extração do RNA viral nos quais as ponteiras são material indispensável para todos os procedimentos que são realizados no Laboratório de Biologia Molecular do Lacen.	
ORIGEM DOS RECURSOS: <input type="checkbox"/> TESOURO <input checked="" type="checkbox"/> FUNDO – 223 COVID <input type="checkbox"/> CONVÊNIO <input type="checkbox"/> OUTRO <input type="checkbox"/> DEFINIÇÃO POSTERIOR	DOTAÇÃO DOS RECURSOS: <input type="checkbox"/> COMPROVADO <input type="checkbox"/> NÃO COMPROVADO EM ____ / ____ / ____
NECESSIDADE DE AMOSTRA <input type="checkbox"/> SIM <input checked="" type="checkbox"/> NÃO	
GESTOR DA UNIDADE: Marlei Pickler Debiasi dos Anjos	
CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO <input checked="" type="checkbox"/> PARCELA ÚNICA <input type="checkbox"/> PARCELADO	
OBRIGAÇÕES DAS PARTES ENVOLVIDAS: A entrega dos suprimentos deverá ser realizada conforme a demanda do Lacen. O objeto deverá estar de acordo com as especificações do edital. O objeto deverá estar com no mínimo 75% do prazo de validade. A embalagem deverá estar íntegra, livre de impurezas e em perfeitas condições de utilização. O objeto não será aceito caso não seja transportado e entregue de maneira correta, respeitando as recomendações do fabricante e autoridades sanitárias.	
GESTÃO DO CONTRATO Marlei Pickler Debiasi dos Anjos – Matrícula 294.760-9-01	



Código para verificação: **N7YM346R**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



VALÉRIA MATOS CHAVES MACHADO em 09/11/2020 às 17:22:15

Emitido por: "SGP-e", emitido em 13/07/2018 - 15:13:09 e válido até 13/07/2118 - 15:13:09.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U0VTXzcwNTIfMDAxNDUyNTVfMTQ4NDMwXzlwMjBfTjdZTTM0NII=> ou o site

<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SES 00145255/2020** e o código **N7YM346R** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 2794/2020

PROCESSO SES 145255/2020

1 – OBJETO: Aquisição emergencial de ponteiras - Covid 19.

2 – UNIDADES INTERESSADAS: Laboratório Central de Saúde Pública - LACEN

3 – FORMA DE CONTRATAÇÃO: A presente Dispensa de Licitação será efetivada por meio da emissão de Ordem de Fornecimento (OF), conforme abaixo:

EMPRESA	VALOR
DISTRILAB - Distribuidora de Equipamentos e Insumos Laboratoriais Eireli	R\$ 5.786,00

4 – DESPESAS: A Dispensa de Licitação resultará em uma despesa total de R\$ 5.786,00 (cinco mil setecentos e oitenta e seis reais).

5 – FUNDAMENTO DA DISPENSA:

Versa o artigo 4ºB,, da Lei Federal nº 8.13.979/2020:

Art. 4ºB - Nas dispensas de licitação decorrentes do dispositivo nesta Lei, presumem-se atendidas as condições de:

I - ocorrência de situação de emergência;

II - necessidade de pronto atendimento da situação de emergência;

III - existência de risco a segurança de pessoas, obras, prestação de serviços, equipamentos e outros bens públicos ou particulares; e

IV - limitação da contratação à parcela necessária ao atendimento da situação de emergência.

6 - DAS PRÁTICA FRAUDULENTAS E DE CORRUPÇÃO:

As partes, por seus agentes públicos ou por seus sócios, acionistas, administradores e colaboradores:

I - declaram que têm conhecimento das normas previstas na legislação, entre as quais nas Leis nºs 8.429/1992 e 12.846/2013, seus regulamentos e eventuais outras aplicáveis:

II - comprometem-se em não adotar práticas ou procedimentos que se enquadrem nas hipóteses previstas nas leis e regulamentos mencionados no inciso anterior e se comprometem em exigir o mesmo pelos terceiros por elas contratados;

III - comprometem-se em notificar à Controladoria-Geral do Estado qualquer irregularidade que tiverem conhecimento acerca da execução do contrato;

IV - declaram que têm ciência que a violação de qualquer das obrigações previstas na Instrução Normativa conjunta CGE/SEA nº 01/2020, além de outras, é causa para a rescisão unilateral do contrato, sem prejuízo da cobrança das perdas e danos, inclusive danos potenciais, causados à parte inocente e das multas pactuadas;

7 – PARECER JURÍDICO: Aprovado conforme parecer jurídico nº 2.935/2020, acostado nos autos.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

8 – JUSTIFICATIVA:

Os motivos para a aquisição emergencial estão expostos nas Comunicações Internas (CI) nº 263/2020, emitida pelo Setor de Aquisição de Bens e Serviços do Lacen/SEABS, na Comunicação Interna (CI) nº 264/2020 emitida pelo Laboratório Central de Saúde Pública/LACEN, na Comunicação Interna (CI) nº 2926/2020 emitida pela Diretoria de Planejamento e Gestão de Compras (DPGC) e Termo de Referência, acostados as fls. 2, 3, 4 a 5, 18 dos autos.

Por meio dos documentos citados acima informou-se haver urgência na aquisição do item de código 044830066 (ponteira estéril), devido atraso na conclusão do processo SES 11653/2020 através de processo licitatório iniciado em 01/09/2020 e que devido ao saldo crítico a realização dos exames RT-qPCR para diagnóstico do Covid poderá ser interrompido. Atualmente o LACEN tem recebido 2.800 a 3.000 amostras/dia e para realização das análises é necessário este material para o adequada coleta, armazenamento e manipulação de amostras. Com objetivo de manter prestação do serviço por pelo menos 10 dias, esta aquisição é necessária. Sendo assim, com a finalidade precípua de evitar prejuízos no atendimento aos pacientes usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), torna-se justificável e necessária a presente dispensa do procedimento licitatório ora instaurado.

9 – RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:

O fornecedor foi escolhido mediante consulta de preços ao mercado através de edital de cotação de preços, adjudicando-se pelo critério de menor preço, conforme parecer técnico à fl. 48, e resultado da cotação à fl. 54 dos autos.

10 – JUSTIFICATIVA DO PREÇO:

O preço de aquisição foi obtido mediante cotação de preços e o motivo para a escolha foi a necessidade e a urgência do caso.

11 - FISCAL:

Nome: Zoleide Aparecida Zandonai Luiz

Matrícula: 671.810-8-01

Diante do exposto, propomos seja autorizada a Dispensa de Licitação, na forma do disposto no artigo *a priori* mencionado e conforme condições anteriormente estabelecidas.

Florianópolis, 25 de novembro de 2020.

SUPERINTENDENTE DE GESTÃO ADMINISTRATIVA:

1 – Ciente

2 – Em vista da necessidade da aquisição do objeto supracitado, e com os poderes conferidos pelo Ato nº 754, de 07 de maio de 2020, e pela Portaria nº 813, de 30 de setembro de 2019, resolvo HOMOLOGAR a Dispensa de Licitação nº 2794/2020, e autorizar a despesa supracitada.

3 – Para prosseguimento.

(Assinado digitalmente)

Luciano Jorge Konescki

Superintendente de Gestão Administrativa



Código para verificação: **DV2CK634**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



LUCIANO JORGE KONESCKI em 25/11/2020 às 17:34:03

Emitido por: "SGP-e", emitido em 30/03/2018 - 12:32:40 e válido até 30/03/2118 - 12:32:40.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U0VTXzcwNTIfMDAxNDUyNTVfMTQ4NDMwXzlwMjBfRFYyQ0s2MzQ=> ou o site

<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SES 00145255/2020** e o código **DV2CK634** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.



FATURAMENTO: FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE(FES)

CNPJ: 80.673.411/0001-87

OF Nº: 1318/2020

Data da OF: 25/11/2020 (cadastrada em: 25/11/2020 17:49)

FORNECEDOR:

DISTRILAB DISTRIBUIDORA DE EQUIPAMENTOS E INSUMOS LABORATORIAIS EIRELI CÓDIGO: 12000

CNPJ: 27914706000115

Fone: (48) 30455746

Email: distrilabdistribuidora@gmail.com

Endereço: SC 445, 1084 PRESIDENTE VARGAS Içara/SC CEP: 88820-000

Relação de Compra nº: 2883/2020 Edital nº: 2794/2020(DL)

Protocolo: SES 145255/2020

PRAZO DE ENTREGA: 10 dias CONDIÇÕES PAG: 30 dias

UNIDADE(S) SOLICITANTE(S): LABORATÓRIO CENTRAL DE SAÚDE PÚBLICA

Doc. solicitante: PSES 145255/2020

LOCAL DE ENTREGA: LABORAT. CENTRAL SAÚDE PUBLICA - LACEN

Endereço: AV. RIO BRANCO, 152 - CENTRO - Florianópolis/SC

CEP: 88.015-200 Fone: (048) 3664-7801 Fax (048) 3664-7801 Email: almoxlacen@saude.sc.gov.br

Importante: SOB PENA DE DEVOLUÇÃO DA NOTA FISCAL, ESTA DEVERÁ VIR COM OS DADOS BANCÁRIOS PARA PAGAMENTO NO CORPO DA NOTA.

- Em se tratando de **PESSOA JURÍDICA**: a conta corrente deverá pertencer ao mesmo CNPJ da empresa;

- Em se tratando de **PESSOA FÍSICA**: a conta corrente deverá pertencer ao CPF do favorecido;

- Os pagamentos não serão efetuados, em hipótese alguma, em conta poupança;

Este documento só terá validade quando apresentado com o respectivo Número do Empenho.

Item	Cd Material	Descrição do Material	Quant.	UN	Unitário	Sub Total	Tipo
1	044830066	Ponteira estéril livre de DNASE e RNASE com barreira, capacidade de 100 µL, compatível com pipetas Gilson. Rack de 96 ponteiros Ponteira de 100 µL, livre de DNASE e RNASE, com barreira Marca: Kasvi Apresentação: Rack com 96	200	PECA	28,93	5.786,00	MC
Itens	1				Total	5.786,00	

Documentos obrigatórios a serem apresentados juntamente com as notas fiscais:

- Certidão Municipal
- Certidão Estadual
- Certidão Federal
- Certidão do FGTS
- Certidão Trabalhista

Assinatura e carimbo



Código para verificação: **Z3GLG919**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



CLÁUDIA DE LUCCA MATHEUS ROCHA em 25/11/2020 às 18:05:51

Emitido por: "SGP-e", emitido em 13/07/2018 - 13:32:25 e válido até 13/07/2118 - 13:32:25.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U0VTXzcwNTIfMDAxNDUyNTVfMTQ4NDMwXzlwMjBfWjNHTEc5MTk=> ou o site

<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SES 00145255/2020** e o código **Z3GLG919** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.

Licitações

Secretarias de Estado

ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO - SEA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Origem: PREGÃO ELETRÔNICO nº 0134/2020.

Objeto: Aquisição de testes de laboratório para realização de análises sorológicas do SARS-CoV-2 para enfrentamento do COVID-19, na rede LACEN de Santa Catarina (Florianópolis, Chapecó, Joaçaba, Criciúma, Joinville e Lages) da Secretaria de Estado da Saúde - SES.

Vigência: 27/novembro/2020 a 27/novembro/2021.

Unidade Gerenciadora: Secretaria de Estado da Administração - SEA. CNPJ: 82.951.351/0001-42.

Empresa: ROCHE DIAGNOSTICA BRASIL LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 30.280.358/0006-90.

ITEM 1 - Conjunto imunoenso automatizado pela metodologia de quimioluminescência ou eletroquimioluminescência para determinação qualitativa e/ou quantitativa de anticorpos totais (IgM e IgG) Anti-SARS-CoV-2, e demais especificações conforme edital. Quantidade: 100.000 / Teste. Marca: Anti SARS CoV2 Roche kit 200T Alemanha - ao preço de R\$ 13,2600 UN.

Pela contratante: Décio Augusto Bacedo de Vargas – Secretário de Estado da Administração.

Processo SGP-e: 1459as012020. Protocolo CIG SGP-e: 1459as012020.

Cod. Mat.: 706298

Secretaria de Estado da Administração - SEA

Diretoria de Gestão de Licitações e Contratos

AVISO DE SUSPENSÃO SINE DIE

A Secretaria de Estado da Administração - SEA comunica que o processo licitatório na modalidade Pregão Eletrônico nº 0156/2020, que tem por objeto contratação de empresa para prestação de serviços especializados de gestão de plano de saúde, compreendendo atendimento aos clientes, segurados e prestadores de serviços, de forma presencial e remota, gerenciamento da rede credenciada, gestão de programas de promoção à saúde e emissão dos cartões de identificação dos segurados, do Plano SC Saúde para a Secretaria de Estado da Administração - SEA e, em função do que determina a legislação em vigor, **DETERMINA A SUSPENSÃO SINE DIE** do envio das propostas e abertura da referida licitação. Processo **SEA 6566/2020**. CIG **SEA 9594/2020**.

Cod. Mat.: 706267

Secretaria de Estado da Administração - SEA

Diretoria de Gestão de Licitações e Contratos

AVISO DE SUSPENSÃO SINE DIE

A Secretaria de Estado da Administração - SEA comunica que o processo licitatório na modalidade Pregão Eletrônico nº 0152/2020, que tem por objeto Contratação de empresa especializada na prestação de serviços terceirizados continuados, as necessidades da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável, em função do que determina a legislação em vigor, **DETERMINA A SUSPENSÃO SINE DIE** do envio das propostas e abertura da referida licitação. Processo **DSUST 876/2020**. CIG **SEA 9571/2020**.

Cod. Mat.: 706384

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL E

SOCIOED/FUNDO PENT DE SC

AVISO DE PRORROGAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 0065/2020.

Torna-se pública a PRORROGAÇÃO DE PRAZO, com nova data de término de envio de proposta para 09 de dezembro de 2020 até as 13 horas e 30 minutos e abertura da disputa para dia 09 de dezembro de 2020 às 13 horas e 45 minutos. Informações serão prestadas através do e-mail gelicitaacao@sap.sc.gov.br, no horário das 12:30 às 19:00, em dias úteis. Processo SGP-e: **SJC 20595/2020**. Protocolo CIG SGP-e: **SAP 49373/2020**.

Cod. Mat.: 706108

ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

HOMOLOGAÇÃO RESULTADO DE LICITAÇÃO

O Secretário de Estado da Infraestrutura e Mobilidade torna público a Homologação do Resultado de Licitação nº 067/2020 na modalidade: Concorrência, cujo objeto: **Contratação de empresa**

para prestação de serviços especializados de engenharia e restauração de obras na rodovia SC – 407 – trecho compreendido entre Biguaçu e Antônio Carlos. 1º lugar: **BRITAGEM Vogelsanger Ltda**. Valor homologado: R\$ 3.843.000,00 (três milhões e oitocentos e quarenta e três mil reais). Florianópolis-SC, Thiago Augusto Vieira. Secretário da SIE.

CIG / SIE-00016269/2020.

Cod. Mat.: 706509

A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES.

Dispensa de Licitação 2487/2020 – SES 122090/2020 – CIG/SES 000042/2020. Objeto: Aquisição de material de enfermagem e cirurgia – Cateter para punção arterial. Justificativa e Fundamento: artigo 24, IV, da Lei nº 8.666/93. OF 1309/2020. Fornecedor: **DELFI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTO EIRELI** – CNPJ 05.922.826/0001-21. Valor total da DL R\$ 75.440,00.

Cod. Mat.: 706118

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES

RESULTADO DE LICITAÇÃO

O Secretário de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde torna público o Resultado da Licitação nº 2399/2020 na modalidade: Pregão "Eletrônico", cujo objeto: Registro de preços para aquisição de materiais de higiene e limpeza para a Gerência de Bens Regulares (GEBER). MENOR PREÇO: Item: 01. EMPRESA VENCEDORA: **COMERCIAL MULTVILLE LTDA EPP** – Item: 01. CIG: 128571/2020.

Cod. Mat.: 706066

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES

RESULTADO DE LICITAÇÃO

O Secretário de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde torna público o Resultado da Licitação nº 2478/2020 na modalidade: Pregão "Eletrônico", cujo objeto: Contratação de serviços de terapia ocupacional pelo método Bobath e fisioterapia pelo método Cuevas Medeck Exercise para o Centro Catarinense de Reabilitação (CCR). COTAÇÃO ÚNICA: Itens: 01 e 02. EMPRESAS VENCEDORAS: **CHARLENE LEAL BANDEIRA** – Item: 01. **CRISTIANO BECKER FISIOTERAPIA NEUROPEDIÁTRICA LTDA** – Item: 02. CIG: 132812/2020.

Cod. Mat.: 706085

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES

RESULTADO DE LICITAÇÃO

O Secretário de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde torna público o Resultado da Licitação nº 2512/2020 na modalidade: Pregão "Eletrônico", cujo objeto é: Aquisição de materiais de laboratório para o Laboratório Central de Saúde Pública. ADQUIRIR: MENOR PREÇO: Itens: 01, 04 e 05. NÃO COTADO: Item: 06. DESCLASSIFICAR: Por apresentar preço excessivo (Art. 48, Inciso II, da Lei 8.666/93 e Alterações): **Hexis Científica Ltda.** – Item: 02. A Casa do Laboratório Ltda. Me – Item: 07. ANULAR POR ILEGALIDADE DE OFÍCIO (ART. 49, CAPUT, DA LEI 8.666/93 E ALTERAÇÕES) – Má especificação do edital: Item: 03. EMPRESAS VENCEDORAS: **Carlos Patricio Camussetti Munoz** – Itens: 01 e 05. Log Lab Comércio de Produtos de Laboratório ME – Item: 04. CIG: SES 134351/2020.

Cod. Mat.: 706197

A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES. (IL) 2818/2020. PSES

32095/2020, CIG/SES 150/2020. Objeto: Serviços de Internação. Justificativa e Fundamento da IL: Ordem Judicial, art. 25, caput, Lei nº 8.666/93. CT 618/2020. Fornecedor: **Clinica de Residência Inclusiva Conviver Ltda ME** - Valor total da IL R\$ 5.320,00.

Cod. Mat.: 706244

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES

RESULTADO DE LICITAÇÃO

O Secretário de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde torna público o Resultado da Licitação nº 2372/2020 na modalidade: Pregão "Eletrônico", cujo objeto é: Contratação de serviços de atendimento domiciliar – Home Care para atendimento de ordens judiciais para a Gerência de Regulação de UTI (GEUTI). MENOR PREÇO: Item: 01. EMPRESA VENCEDORA: **Pró Saúde Atendimento Ltda.** – Item: 01. CIG: SES 128764/2020.

Cod. Mat.: 706261

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES

RESULTADO DE LICITAÇÃO

O Secretário de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde torna público o Resultado da Licitação nº 2385/2020 na modalidade: Pregão "Eletrônico", cujo objeto é: Registro de Preços para Aquisição de medicamentos para a Gerência de Bens Regulares (GEBER). MENOR PREÇO: Itens: 01, 03, 07, 10, 12, 14, 15 e 17. COTAÇÃO ÚNICA: Itens: 09 e 13. CONSIDERAR NÃO COTADOS: Itens: 02, 04, 05, 06, 08 e 16. DESCLASSIFICAR OS ITENS DAS EMPRESAS, CONFORME DISCRIMINADO ABAIXO: Por apresentar preço excessivo (Art. 48, Inciso II, da Lei 8.666/93 e Alterações): **Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda.** – Item: 18. T C A Farma

Comércio Ltda. – Item: 11. EMPRESAS VENCEDORAS: **Altermed Material Médico Hospitalar Ltda.** – Item: 07. **Antibióticos do Brasil Ltda.** – Item: 10. **Asli Comercial Eireli.** – Item: 13. **Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda.** – Item: 12. **Cristália Produtos Químicos e Farmacêuticos Ltda.** – Item: 15. **Inovamed Hospitalar Ltda.** – Itens: 03, 14 e 17. **Laboratório Químico Farmacêutico Bérnago Ltda.** – Item: 01. **Sulmedic Comércio de Medicamentos Eireli.** – Item: 09. CIG: SES 127699/2020.

Cod. Mat.: 706262

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES

RESULTADO DE LICITAÇÃO

O Secretário de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde torna público o Resultado da Licitação nº 2426/2020 na modalidade: Pregão "Eletrônico", cujo objeto é: Registro de Preços para Aquisição de medicamentos para atendimento de ordens judiciais para a Gerência de Bens Judiciais (GEJUD). COTAÇÃO ÚNICA: Itens: 04, 08, 12, 15, 16 e 17. CONSIDERAR NÃO COTADOS: Itens: 02, 03, 05, 06, 07, 09, 10, 11, 13, 14, 18, 19 e 20. DESCLASSIFICAR OS ITENS DAS EMPRESAS, CONFORME DISCRIMINADO ABAIXO: Por apresentar preço excessivo (Art. 48, Inciso II, da Lei 8.666/93 e Alterações): **Medicinal Produtos para Saúde Eireli.** – Item: 01. EMPRESAS VENCEDORAS: **Haroldo Campo.** – Itens: 04, 08 e 15. **Licimed – Distribuidora de Medicamentos, Correlatos e Produtos Médicos e Hospitalares Ltda.** – Itens: 16 e 17. **Promefarma Representações Comerciais Ltda.** – Item: 12. CIG: SES 130361/2020.

Cod. Mat.: 706263

A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES.

Dispensa de Licitação 2794/2020 – SES 145255/2020 – CIG/SES 2020PD000148. Objeto: Aquisição emergencial de ponteiros - Covid 19. Justificativa e Fundamento: artigo 4ºB, IV, da Lei Federal nº 13.979/20. OF 1318/2020. Fornecedor: **DistriLab Distribuidora de Equipamentos e Insumos Laboratoriais Eireli** – CNPJ 27.914.706/0001-15. Valor total da DL R\$ 5.786,00.

Cod. Mat.: 706299

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES.

Inexigibilidade de Licitação 2750/2020. PSES 80275/2020 - CIG/SES 2020PD000167. Objeto: Manutenção corretiva e preventiva de equipamentos da hemodinâmica para ICSC. Justificativa e fundamento: art. 25, I, Lei 8.666/93. Contratada: **Siemens Healthcare Diagnósticos Ltda.** CNPJ: 01.449.930/0001-90 - Valor R\$ 83.275,44.

Cod. Mat.: 706330

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES

RESULTADO DE LICITAÇÃO

O Secretário de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde torna público o Resultado da Licitação nº 1465/2020 na modalidade: Pregão "Eletrônico", cujo objeto é: Aquisição de órteses, próteses e materiais especiais para as Unidades da SES. ADQUIRIR: MENOR PREÇO: Itens: 02, 03, 05, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 19 e 20. COTAÇÃO ÚNICA: Itens: 01 e 04. NÃO COTADOS: Itens: 06, 08 e 09. DESCLASSIFICAR: Por não atender as especificações técnicas do edital, conforme Parecer Técnico (Art. 48, Inciso I, da Lei 8.666/93 e Alterações): **Biomedical Produtos Científicos Médicos e Hospitalares S. A.** – Item: 17. Por apresentar preço excessivo (Art. 48, Inciso II, da Lei 8.666/93 e Alterações): **Fenergy Comércio de Produtos Médico Hospitalares Ltda.** – Item: 07. **Homacc Comércio de Material Médico Hospitalar Ltda.** – Item: 17. **Boston Scientific do Brasil Ltda.** – Item: 18. Por não apresentar amostra, conforme preconizado no instrumento convocatório (Art. 48, Inciso I, da Lei 8.666/93 e Alterações): **Boston Scientific do Brasil Ltda.** – Item: 07. EMPRESAS VENCEDORAS: **Braille Biomédica Indústria, Comércio e Representações Ltda.** – Item: 03. **Cardiotronic Importação e Comércio de Produtos Médicos Ltda.** – Item: 19. **Discomed Comércio de Produtos Hospitalares Ltda.** – Item: 02. **Edwards Lifesciences Comércio de Produtos Médico-Cirúrgicos Ltda.** – Item: 04. **Fenergy Comércio de Produtos Médico Hospitalares Ltda.** – Item: 20. **Homacc Comércio de Material Médico Hospitalar Ltda.** – Itens: 12 e 15. **Ilkmed Comércio Materiais Hospitalares Eireli** – Itens: 10, 14 e 16. **Lifecor Comércio de Produtos Hospitalares Ltda.** – Item: 05. **Medicalplus Comércio de Produtos Médicos e Hospitalares Ltda.** – Item: 11. **RBG Produtos Therapeutics S/A** – Item: 13. **Tecmedic Comércio de Produtos Médicos Ltda.** – Item: 01. CIG: SES 75332/2020.

Cod. Mat.: 706332

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES

RESULTADO DE LICITAÇÃO

O Secretário de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde torna público o Resultado da Licitação nº 2175/2020 na modalidade: Pregão "Eletrônico", cujo objeto: Contratação de serviços de atendimento domiciliar – Home Care para atendimento de ordens judiciais para a Gerência de Regulação de UTI (GEUTI). MENOR PREÇO: Item: 01. ADJUDICAR A EMPRESA: **JC Assistência & Monitoramento Domiciliar em Saúde Ltda.** – Item: 01. CIG: SES 114745/2020.

Cod. Mat.: 706339



TERMO DE REFERÊNCIA

REQUISITANTE: Laboratório Central de Saúde Pública			
REQUISIÇÃO: 6105/2020			
OBJETO REQUISITADO:	<input checked="" type="checkbox"/> MATERIAL <input type="checkbox"/> SERVIÇO <input type="checkbox"/> OBRA <input type="checkbox"/> OUTRO _____		
DESPESA DECORRENTE DE:	<input checked="" type="checkbox"/> CONTRATAÇÃO DIRETA <input type="checkbox"/> LICITAÇÃO <input type="checkbox"/> REGISTRO DE PREÇO <input type="checkbox"/> CONVÊNIO <input type="checkbox"/> ADITIVO A CONTRATO <input type="checkbox"/> OUTRO _____		
EXISTE CONTRATO ANTERIOR:	<input checked="" type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/> SIM VALOR R\$ _____		
VALOR DA DESPESA: R\$ 70.000,00	<input checked="" type="checkbox"/> PARCELA ÚNICA <input type="checkbox"/> PARCELADO EM __ VEZES		
PERÍODO DA DESPESA:	INÍCIO EM Dezembro/2020	TÉRMINO EM	Dezembro/2020
DESCRIÇÃO E OBJETO:			
01	44830017	Ponteira estéril livre de DNASE e RNASE com barreira, volumes de 200 a 1000ul, em rack com 96 ponteiros compatível com pipetas Gilson.	500
02	44830019	Ponteira esteril livre de dnase e rnase, com barreira, volumes de 0 a 200 ul, em rack de 96 ponteiros compatível com pipetas Gilson.	500
03	44830098	Ponteira estéril livre de DNASE, RNASE, endotoxinas e pirogênios, graduada, com capacidade de aspiração de volumes de 50 a 1000 µl, filtro com barreira em polietileno, com tecnologia de baixa retenção de líquidos, fabricada em polipropileno, compatíveis com as principais micropipetas do mercado. Pacote com 1000 unidades.	50
JUSTIFICATIVA: Em um momento em que a pandemia do novo Coronavírus – Covid-19 continua avançando no Estado de Santa Catarina, cresce a necessidade da realização de testes em massa para a detecção da doença. Para a realização das análises é necessário que tenhamos os materiais adequados desde a coleta, armazenamento e manipulação das amostras. Os itens solicitados são utilizados na manipulação e armazenamento das amostras, as ponteiros são material indispensável para todos os procedimentos que são realizados no Laboratório de Biologia Molecular do Lacen. Neste sentido os itens solicitados são de fundamental importância para coleta a realização das análises de Covid-19.			
ORIGEM DOS RECURSOS: <input type="checkbox"/> TESOURO <input checked="" type="checkbox"/> FUNDO – 223 COVID <input type="checkbox"/> CONVÊNIO <input type="checkbox"/> OUTRO <input type="checkbox"/> DEFINIÇÃO POSTERIOR		DOTAÇÃO DOS RECURSOS: <input type="checkbox"/> COMPROVADO <input type="checkbox"/> NÃO COMPROVADO EM ____/____/____	
NECESSIDADE DE AMOSTRA <input type="checkbox"/> SIM <input checked="" type="checkbox"/> NÃO			
GESTOR DA UNIDADE: Marlei Pickler Debiasi dos Anjos			
CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO <input checked="" type="checkbox"/> PARCELA ÚNICA <input type="checkbox"/> PARCELADO			
OBRIGAÇÕES DAS PARTES ENVOLVIDAS:			

<p>A entrega dos suprimentos deverá ser realizada conforme a demanda do Lacen.</p> <p>O objeto deverá estar de acordo com as especificações do edital.</p> <p>O objeto deverá estar com no mínimo 75% do prazo de validade.</p> <p>A embalagem deverá estar íntegra, livre de impurezas e em perfeitas condições de utilização.</p> <p>O objeto não será aceito caso não seja transportado e entregue de maneira correta, respeitando as recomendações do fabricante e autoridades sanitárias.</p>
<p>GESTÃO DO CONTRATO</p> <p>Marlei Pickler Debiasi dos Anjos – Matrícula 294.760-9-01</p>
<p>FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO</p> <p>Zoleide Aparecida Zandonai Luiz – Matrícula 671.810-8-01</p>
<p>CONDIÇÕES DE PAGAMENTO</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> PADRÃO SES (30 DIAS APÓS RECEBIMENTO) <input type="checkbox"/> OUTRO _____</p>
<p>VIGÊNCIA DO CONTRATO</p> <p>O prazo para entrega conforme estipulado em Ordem de Fornecimento.</p>
<p>SANÇÕES DO CONTRATO</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> CONFORME DECRETO ESTADUAL N. 2.617/09 <input type="checkbox"/> OUTRO _____</p>
<p>CONDIÇÕES GERAIS</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> NÃO SE APLICA</p>
<p>Orçamento detalhado estimado em planilha com preço unitário e valor global</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/> NÃO SE APLICA</p>
<p>CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> NÃO SE APLICA</p>
<p>EM ____/____/____</p> <p style="text-align: right;">Superintendência_____</p>



Código para verificação: **G3J57HS9**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ **CAROLINA GALLIO** em 03/12/2020 às 13:38:01
Emitido por: "SGP-e", emitido em 13/07/2018 - 13:30:20 e válido até 13/07/2118 - 13:30:20.
(Assinatura do sistema)

✓ **MARLEI PICKLER DEBIASI DOS ANJOS** em 04/12/2020 às 09:37:49
Emitido por: "SGP-e", emitido em 01/04/2019 - 10:31:29 e válido até 01/04/2119 - 10:31:29.
(Assinatura do sistema)

✓ **RAQUEL RIBEIRO BITTENCOURT** em 04/12/2020 às 15:04:03
Emitido por: "SGP-e", emitido em 13/07/2018 - 14:59:14 e válido até 13/07/2118 - 14:59:14.
(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U0VTXzcwNTIfMDAxNTg5MzhfMTYyNDE2XzlwMjBfRzNKNTdIUzk=> ou o site <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SES 00158938/2020** e o código **G3J57HS9** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
Rua Esteves Júnior, nº 160 - Centro.
Florianópolis/SC - CEP: 88015-130
Telefone: (48) 3664-8739 / 3664-8740
Site: www.compraslicitacoes.saude.sc.gov.br
Email: compradireta@saude.sc.gov.br

EDITAL DE COMPRA DIRETA Nº 3149/2020

PROCESSO SES 158938/2020

A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE (SES) solicita, por meio do presente, que as pessoas físicas ou jurídicas interessadas encaminhem propostas de preços, conforme as condições estabelecidas neste edital de compra direta para aquisição na modalidade dispensa de licitação pelo critério de **MENOR PREÇO** por **ITEM**.

OBJETO: Aquisição Emergencial de Ponteiros, conforme especificações constantes do Anexo I.

ENTREGA DAS PROPOSTAS: até 18h00min. do dia 15/12/2020.

1 - PROPOSTA

1.1 - A PROPOSTA deverá ser encaminhada até o prazo acima estipulado por correio eletrônico para compradireta@saude.sc.gov.br ou entregue na Diretoria de Licitações e Contratos, situada à Rua Esteves Júnior nº 160 - Centro - Florianópolis - SC.

1.1.1 - A PROPOSTA não poderá ter emendas, rasuras ou entrelinhas; deve estar datada, conter nome ou razão social, CNPJ ou CPF, endereço completo, telefone e e-mail e deve estar assinada pelo representante legal da empresa;

1.2 - A PROPOSTA deverá conter a marca do produto ofertado, apresentação, preço unitário e total por item. Estes deverão ser em moeda nacional, computados os tributos de qualquer natureza incidentes sobre o material/serviço e a venda a ser realizada, bem como, o custo de transporte, inclusive carga e descarga, na modalidade CIF, correndo tal operação, única e exclusivamente por conta, risco e responsabilidade das empresas vencedoras. No preço cotado por item, já estarão incluídos todos os descontos oferecidos;

1.3 - A PROPOSTA deverá ter validade não inferior a 60 (sessenta) dias;

1.4 - O autor da OFERTA VENCEDORA deverá apresentar os documentos elencados abaixo:

1.4.1 - Prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

1.4.2 - Prova de regularidade fiscal para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal da sede ou domicílio da licitante, expedidas pelos órgãos abaixo relacionados:

1.4.2.1 - Da Secretaria da Receita Federal, com relação à regularidade fiscal Federal;

1.4.2.2 - Da Procuradoria da Fazenda Nacional, referente à Dívida Ativa da União;

1.4.2.3 - Da Secretaria da Fazenda Estadual, ou outro órgão competente, com relação à regularidade fiscal Estadual;

1.4.2.4 - Da Secretaria de Finanças Municipal, ou outro órgão competente, com relação à regularidade fiscal Municipal. No caso de municípios que mantêm Cadastro Mobiliário e Imobiliário separados, deverão ser apresentados os comprovantes referentes a cada um dos cadastros;

1.4.3 - Prova de regularidade relativa à Seguridade Social, fornecida pelo Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) - CND;

1.4.4 - Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) - CRS;

1.4.5 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

1.5 - A documentação acima elencada no item 1.4 poderá ser substituída pelo Certificado de Cadastro de Fornecedor emitido pela Diretoria de Gestão de Materiais e Serviços da Secretaria de Estado da Administração;

1.6 - Caso haja a necessidade expressa em edital de apresentação de laudos, certificados de qualidade técnica, ensaios laboratoriais e correlatos, estes devem ser apresentados em língua portuguesa ou traduzidos, acompanhados do original fonte;

1.7 - A proposta deverá cumprir os requisitos listados no Anexo I (detalhamento do objeto).

2 - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

2.1 - A SES efetuará o pagamento em 30 (trinta) dias após o recebimento e aceite dos bens ou serviços com a respectiva Nota Fiscal/Fatura ou documento legalmente equivalente, observado o cumprimento integral das disposições contidas neste edital;

2.2 - O fornecedor ou prestador de serviços ao Estado que optar por receber seu pagamento em outras instituições que o Banco do Brasil, ficará responsável pelo custo da tarifa bancária referente à respectiva transferência de valores entre Bancos, uma vez que os pagamentos efetuados pelo Estado são efetuados prioritariamente pelo Banco do Brasil;

2.3 - A empresa deverá mencionar na respectiva Nota Fiscal/Fatura informações sobre o produto, tais como: a marca sob o qual o mesmo é comercializado, fabricante, além de mencionar o número da Ordem Fornecimento ou Contrato de Prestação de Serviços;

2.4 - Também será obrigatório que a empresa mencione na Nota Fiscal/Fatura os seguintes dados bancários para pagamento: número do banco, número da agência com dígito e número da conta corrente com dígito.

3 - DISPOSIÇÕES GERAIS

3.1 - A participação na presente cotação de preços implica na aceitação integral e irretratável de todas as condições exigidas neste edital e dos documentos que dele fazem parte, bem como na observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor;

3.2 - A empresa ganhadora fica obrigada a aceitar os acréscimos ou supressões em até 25% (vinte e cinco por cento) no quantitativo estimado (artigo 65, § 1º da Lei de Licitações);

3.3 - A presente aquisição baliza-se pelos preceitos da Lei 8.666/93 e suas alterações, estando sujeitas as empresas participantes as sanções previstas no Decreto Estadual nº 2617/2009;

3.4 - As empresas que não cumprirem as obrigações assumidas na Cotação de Preços e/ou na execução do objeto estão sujeitas às seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa;

III - suspensão temporária, não superior a 2 (dois) anos, aplicada segundo a natureza e a gravidade da falta cometida;

3.5.1 - A advertência é a sanção por escrito, emitida pela Administração, quando o contratado descumprir qualquer obrigação, ressalvado o disposto no § 3º do art. 11 do Decreto Estadual nº 2617/2009;

3.5.2 - A multa é a sanção pecuniária que será imposta à contratada pelo atraso injustificado na entrega ou execução do Contrato, de acordo com as alíquotas a seguir:

I - 0,33 % (zero, trinta e três por cento) por dia de atraso, na entrega do objeto ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9% (nove vírgula nove por cento);

II - 10 % (dez por cento) em caso de não entrega do objeto ou não conclusão do serviço ou rescisão do Contrato ou cancelamento da Ordem de Fornecimento/Autorização de Fornecimento por culpa da contratada, calculado sobre a parte inadimplente;

III - até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato/Ordem de Fornecimento/Autorização de Fornecimento, pelo descumprimento de qualquer cláusula, exceto prazo de entrega.

3.5.2.1 - O valor da multa e/ou custas de depósito será deduzido dos créditos ou garantias da empresa, ou cobrado administrativa ou judicialmente.

3.5.2.2 - Sempre que a multa ultrapassar os créditos da contratada e/ou garantias, o valor excedente será encaminhado à cobrança extrajudicial ou judicial.

3.5.2.3 - O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do serviço.

3.5.2.4 - A multa será aplicada quando o atraso for superior a cinco dias.

3.5.2.5 - A aplicação da multa não impede que sejam aplicadas outras sanções previstas neste Edital;

3.5.3 - A suspensão é a sanção que impossibilita a participação da empresa em licitações e/ou Contratos, ficando suspenso o seu registro cadastral no Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina, de acordo com os prazos a seguir:

I - por até 30 (trinta) dias, quando aplicada a pena de advertência emitida pela Administração e a empresa permanecer inadimplente;

II - por até 90 (noventa) dias, quando a empresa interessada solicitar cancelamento da proposta após a abertura e antes do resultado do julgamento;

III - por até 12 (doze) meses, quando a empresa adjudicada se recusar a retirar a Autorização de Fornecimento, Ordem de Fornecimento ou assinar o Contrato;
IV - por até 12 (doze) meses, quando a empresa adjudicada motivar a rescisão total ou parcial da Autorização de Fornecimento, Ordem de Fornecimento ou do Contrato;
V - por até 12 (doze) meses, quando a empresa praticar atos que claramente visem à frustração dos objetivos da Cotação de Preços;
VI - por até 24 (vinte e quatro) meses, quando a empresa apresentar documentos fraudulentos;
VII - por até 2 (dois) anos quando a fornecedora convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, que não celebrar o Contrato, que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida no edital, que ensejar o retardamento da execução de seu objeto, que não mantiver a proposta, que falhar ou fraudar na execução do Contrato, que se comportar de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios; e
VIII - até a realização do pagamento, quando a empresa receber qualquer das multas previstas no artigo anterior.

3.6 - Na apreciação das propostas poderão ser solicitadas informações complementares, amostras e/ou prospectos, a fim de obter maiores informações sobre o produto e/ou serviço ofertado, o que deverá ser providenciado no prazo estabelecido pela Gerência solicitante, sob pena de desclassificação;

3.7 - A cotadora vencedora não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto do Contrato, Ordem de Fornecimento e/ou Autorização de Fornecimento a terceiros ou a eles associar-se sem prévia autorização da contratante, sob pena de imediata rescisão do contrato e demais sanções aplicáveis, conforme Lei 8.666/93.

3.8 - Os orçamentos que compõem este processo poderão ser utilizados para aquisição dos itens caso haja vantajosidade para a SES, interesse da empresa cotadora e atendimento aos requisitos solicitados neste Edital.

3.9 - Não poderá participar, direta ou indiretamente, desta cotação de preços servidor ou dirigente da Secretaria de Estado da Saúde, em conformidade com o disposto no inciso III do art. 9º da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993.

3.10 - O resultado deste edital de compra direta será disponibilizado para acompanhamento no site www.compraslicitacoes.saude.sc.gov.br / <https://sgpe.sea.sc.gov.br/atendimento>

3.11 - Nos casos omissos deste edital serão adotados os prazos para a modalidade convite.

4-PRÁTICAS FRAUDULENTAS E DE CORRUPÇÃO-

4.1- As partes, por seus agentes públicos ou por seus sócios, acionistas, administradores e colaboradores:

I – declaram que têm conhecimento das normas previstas na legislação, entre as quais nas Leis nºs 8.429/1992 e 12.846/2013, seus regulamentos e eventuais outras aplicáveis;

II – comprometem-se em não adotar práticas ou procedimentos que se enquadrem nas hipóteses previstas nas leis e regulamentos mencionados no inciso anterior e se comprometem em exigir o mesmo pelos terceiros por elas contratados;

III – comprometem-se em notificar à Controladoria-Geral do Estado qualquer irregularidade que tiverem conhecimento acerca da execução do contrato;

IV – declaram que têm ciência que a violação de qualquer das obrigações previstas na Instrução Normativa conjunta CGE/SEA nº 01/2020, além de outras, é causa para a rescisão unilateral do contrato, sem prejuízo da cobrança das perdas e danos, inclusive danos potenciais, causados à parte inocente e das multas pactuadas.

Florianópolis, 10 de dezembro de 2020.

Núcleo de Compra Direta
DLIC - Diretoria de Licitações e Contratos

ANEXO I

MATERIAIS GERAIS - ORDEM DE FORNECIMENTO

DETALHAMENTO DO OBJETO

Solicitante: LACEN - LABORATÓRIO CENTRAL DE SAÚDE PÚBLICA
Editais nº: 3149/2020 Protocolo: SES 158938/2020

Item	Código	Descrição do Material	UN	Total
1	044830017	Ponteira estéril livre de DNASE e RNASE com barreira, volumes de 200 a 1000ul, em rack com 96 ponteiros compatível com pipetas Gilson.	PECA	500
2	044830019	Ponteira esteril livre de dnase e rnase, com barreira, volumes de 0 a 200 ul, em rack de 96 ponteiros compatível com pipetas Gilson.	PECA	500
3	044830098	Ponteira estéril livre de DNASE, RNASE, endotoxinas e pirogênios, graduada, com capacidade de aspiração de volumes de 50 a 1000 µl, filtro com barreira em polietileno, com tecnologia de baixa retenção de líquidos, fabricada em polipropileno, compatíveis com as principais micropipetas do mercado. Pacote com 1000 unidades.	pacote	50

1 - PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

1.1 - Como o objeto do presente edital é de entrega imediata e integral, para autorizar a entrega dos materiais a SES emitirá uma Ordem de Fornecimento (OF);

1.2 - O prazo de entrega do objeto será de até 10 (dez) dias após o recebimento da Ordem de Fornecimento;

1.3 - A entrega será efetuada conforme condições da Ordem de Fornecimento para:

SIGLA	UNIDADE	ENDEREÇO	TELEFONE
LACEN	Laboratório Central de Saúde Pública	Rua Felipe Schmidt, n.º 788 Centro – Florianópolis - SC	(48) 3664-7800

2 - REQUISITOS DA PROPOSTA

2.1 - Quando se tratar de material com prazo de validade, estes não poderão estar com a validade inferior a 75% do seu prazo total de validade.

2.2 - Deverá constar marca e/ou procedência, modelo, nº registro ANVISA (quando aplicável), apresentação e nome comercial do produto cotado no campo “observações adicionais” de cada item.

ANEXO II

TERMO DE REFERÊNCIA

REQUISITANTE: Laboratório Central de Saúde Pública			
REQUISIÇÃO: 6105/2020			
OBJETO REQUISITADO:	<div style="display: flex; justify-content: space-around;"> X MATERIAL /// SERVIÇO </div> <div style="display: flex; justify-content: space-around;"> /// OBRA /// OUTRO </div> <hr style="width: 50%; margin: 5px auto;"/>		
DESPESA DECORRENTE DE:	<div style="display: flex; justify-content: space-around;"> X CONTRATAÇÃO DIRETA </div> <div style="display: flex; justify-content: space-around;"> /// LICITAÇÃO </div> <div style="display: flex; justify-content: space-around;"> REGISTRO DE PREÇO </div> <div style="display: flex; justify-content: space-around;"> /// CONVÊNIO /// ADITIVO </div> <div style="display: flex; justify-content: space-around;"> A CONTRATO /// OUTRO </div> <hr style="width: 50%; margin: 5px auto;"/>		
EXISTE CONTRATO ANTERIOR:	<div style="display: flex; justify-content: space-between;"> X NÃO /// SIM </div> <div style="display: flex; justify-content: space-between;"> VALOR R\$ _____ </div>		
VALOR DA DESPESA:	<div style="display: flex; justify-content: space-around;"> X PARCELA ÚNICA </div> <div style="display: flex; justify-content: space-around;"> /// PARCELADO EM __ VEZES </div>		
PERÍODO DA DESPESA:	<div style="display: flex; justify-content: space-between;"> <div> INÍCIO EM Dezembro/2020 </div> <div> TÉRMINO EM Dezembro/2020 </div> </div>		
DESCRIÇÃO E OBJETO:			
01	44830017	Ponteira estéril livre de DNASE e RNASE com barreira, volumes de 200 a 1000ul, em rack com 96 ponteiros compatível com pipetas Gilson.	500
02	44830019	Ponteira esteril livre de dnase e rnase, com barreira, volumes de 0 a 200 ul, em rack de 96 ponteiros compatível com pipetas Gilson.	500
03	44830098	Ponteira estéril livre de DNASE, RNASE, endotoxinas e pirogênios, graduada, com capacidade de aspiração de volumes de 50 a 1000 µl, filtro com barreira em polietileno, com tecnologia de baixa retenção de líquidos, fabricada em polipropileno, compatíveis com as principais micropipetas do mercado. Pacote com 1000 unidades.	50
JUSTIFICATIVA:			
<p>Em um momento em que a pandemia do novo Coronavírus – Covid-19 continua avançando no Estado de Santa Catarina, cresce a necessidade da realização de testes em massa para a detecção da doença. Para a realização das análises é necessário que tenhamos os materiais adequados desde a coleta, armazenamento e manipulação das amostras. Os itens solicitados são utilizados na manipulação e armazenamento das amostras, as ponteiros são material indispensável para todos os procedimentos que são realizados no Laboratório de Biologia Molecular do Lacen.</p> <p>Neste sentido os itens solicitados são de fundamental importância para coleta a realização das análises de Covid-19.</p>			
ORIGEM DOS RECURSOS:		DOTAÇÃO DOS RECURSOS:	
<div style="display: flex; justify-content: space-around;"> /// TESOURO </div> <div style="display: flex; justify-content: space-around;"> X FUNDO – 223 COVID </div> <div style="display: flex; justify-content: space-around;"> /// CONVÊNIO </div>		<div style="display: flex; justify-content: space-around;"> /// COMPROVADO </div> <div style="display: flex; justify-content: space-around;"> /// NÃO COMPROVADO </div> <div style="display: flex; justify-content: space-around;"> EM __/__/__ </div>	

<input checked="" type="checkbox"/> OUTRO <input checked="" type="checkbox"/> DEFINIÇÃO POSTERIOR	
NECESSIDADE DE AMOSTRA	
<input checked="" type="checkbox"/> SIM	<input checked="" type="checkbox"/> NÃO
GESTOR DA UNIDADE: Marlei Pickler Debiasi dos Anjos	
CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO	
<input checked="" type="checkbox"/> PARCELA ÚNICA <input type="checkbox"/> PARCELADO	
OBRIGAÇÕES DAS PARTES ENVOLVIDAS:	

A entrega dos suprimentos deverá ser realizada conforme a demanda do Lacen. O objeto deverá estar de acordo com as especificações do edital.

O objeto deverá estar com no mínimo 75% do prazo de validade.

A embalagem deverá estar íntegra, livre de impurezas e em perfeitas condições de utilização.

O objeto não será aceito caso não seja transportado e entregue de maneira correta, respeitando as recomendações do fabricante e autoridades sanitárias.

GESTÃO DO CONTRATO

Marlei Pickler Debiasi dos Anjos – Matrícula 294.760-9-01

FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

Zoleide Aparecida Zandonai Luiz – Matrícula 671.810-8-01

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

☒ PADRÃO SES (30 DIAS APÓS RECEBIMENTO) ☐ OUTRO

VIGÊNCIA DO CONTRATO

O prazo para entrega conforme estipulado em Ordem de Fornecimento.

SANÇÕES DO CONTRATO

☒ CONFORME DECRETO ESTADUAL N. 2.617/09 ☐ OUTRO

CONDIÇÕES GERAIS

☒ NÃO SE APLICA

Orçamento detalhado estimado em planilha com preço unitário e valor global

☒ SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SE APLICA

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

☒ NÃO SE APLICA

Superintendência _____ EM ____/____/____



Código para verificação: **B63N8RJ2**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



MAGALI RODRIGUES (CPF: 507.XXX.719-XX) em 10/12/2020 às 13:35:46

Emitido por: "SGP-e", emitido em 13/07/2018 - 14:36:39 e válido até 13/07/2118 - 14:36:39.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U0VTXzcwNTIfMDAxNTg5MzhfMTYyNDE2XzlwMjBfQjYzTjhSSjl=> ou o site

<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SES 00158938/2020** e o código **B63N8RJ2** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 3149/2020

PROCESSO SES 158938/2020

1 – OBJETO: Aquisição emergencial de ponteiras livre DNASE e RNASE- Covid 19.

2 – UNIDADES INTERESSADAS: Laboratório Central de Saúde Pública - LACEN

3 – FORMA DE CONTRATAÇÃO: A presente Dispensa de Licitação será efetivada por meio da emissão de Ordem de Fornecimento (OF), conforme abaixo:

EMPRESA	VALOR
DISTRILAB - Distribuidora de Equipamentos e Insumos Laboratoriais Eireli	R\$ 54.343,50

4 – DESPESAS: A Dispensa de Licitação resultará em uma despesa total de R\$ 54.343,50 (cinquenta e quatro mil trezentos e quarenta e três e cinquenta centavos).

5 – FUNDAMENTO DA DISPENSA:

Versa o artigo 4ºB,, da Lei Federal nº 8.13.979/2020:

Art. 4ºB -Nas dispensas de licitação decorrentes do dispositivo nesta Lei, presumem-se atendidas as condições de:

I - ocorrência de situação de emergência;

II - necessidade de pronto atendimento da situação de emergência;

III - existência de risco a segurança de pessoas, obras, prestação de serviços, equipamentos e outros bens públicos ou particulares; e

IV - limitação da contratação à parcela necessária ao atendimento da situação de emergência.

6 - DAS PRÁTICA FRAUDULENTAS E DE CORRUPÇÃO:

As partes, por seus agentes públicos ou por seus sócios, acionistas, administradores e colaboradores:

I - declaram que têm conhecimento das normas previstas na legislação, entre as quais nas Leis nºs 8.429/1992 e 12.846/2013, seus regulamentos e eventuais outras aplicáveis:

II - comprometem-se em não adotar práticas ou procedimentos que se enquadrem nas hipóteses previstas nas leis e regulamentos mencionados no inciso anterior e se comprometem em exigir o mesmo pelos terceiros por elas contratados;

III - comprometem-se em notificar à Controladoria-Geral do Estado qualquer irregularidade que tiverem conhecimento acerca da execução do contrato;

IV - declaram que têm ciência que a violação de qualquer das obrigações previstas na Instrução Normativa conjunta CGE/SEA nº 01/2020, além de outras, é causa para a rescisão unilateral do contrato, sem prejuízo da cobrança das perdas e danos, inclusive danos potenciais, causados à parte inocente e das multas pactuadas;

7 – PARECER JURÍDICO: Aprovado conforme parecer jurídico nº 3.703/2020, acostado nos autos.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

8 – JUSTIFICATIVA:

Os motivos para a aquisição emergencial estão expostos no Termo de Referência, na Comunicação Interna (CI) nº 291/2020 emitida pelo Superintendência de Vigilância em Saúde (SEABS) e na Comunicação Interna (CI) nº 3181/2020 emitida pela Diretoria de Planejamento, acostados as fls. 4, 13 e 18 dos autos.

Por meio dos documentos citados acima informou-se haver urgência na aquisição dos itens dos códigos 0448330017 - ponteira estéril – 200 a 1000 ul, 0448330019 - ponteira estéril – 0 a 200 ul, 0448330098 – ponteira estéril 50 a 100 ul. Tendo em vista, que a pandemia do novo Coronavírus – COVID 19 continua avançando no Estado de Santa Catarina, cresce a necessidade de realização de teste em massa para a detecção da doença. Desta forma, para a realização das análises é necessário que a Secretaria tenha os materiais adequados desde a coleta, armazenamento e manipulação das amostras. Os itens solicitados são utilizados na manipulação e armazenamento das amostras, as ponteiras são matérias indispensáveis para todos os procedimentos que são realizados no Laboratório de Biologia Molecular do LACEN e estão com estoque zerados.

Cabe ressaltar que o edital 126/2020 teve esses itens frustrados e uma relicitação dos itens está sendo providenciada.

Sendo assim, com a finalidade precípua de evitar prejuízos no atendimento aos pacientes usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), torna-se justificável e necessária a presente dispensa do procedimento licitatório ora instaurado.

9 – RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:

O fornecedor foi escolhido mediante consulta de preços ao mercado através de edital de cotação de preços, adjudicando-se pelo critério de menor preço os itens 01 e 02 e critério de segundo menor preço para o item 03, conforme parecer técnico à fl. 75, e resultado da cotação à fl. 81 dos autos.

10 – JUSTIFICATIVA DO PREÇO:

O preço de aquisição foi obtido mediante cotação de preços e o motivo para a escolha foi a necessidade e a urgência do caso.

11 - FISCAL:

Nome: Zoleide Aparecida Zandonai Luiz

Matrícula: 671.810-8-01

Diante do exposto, propomos seja autorizada a Dispensa de Licitação, na forma do disposto no artigo *a priori* mencionado e conforme condições anteriormente estabelecidas.

Florianópolis, 30 de dezembro de 2020

SUPERINTENDENTE DE GESTÃO ADMINISTRATIVA:

1 – Ciente

2 Em vista da necessidade da aquisição do objeto supracitado, com os poderes conferidos pelo Ato nº 2152, de 21 de dezembro de 2020 e Portaria nº 813 de 30 de setembro de 2019 resolvo HOMOLOGAR a Inexigibilidade de Licitação nº 3149/2020, aprovada pela Assessoria Jurídica por meio do Parecer nos autos do processo SES 158938/2020 e autorizar a despesa supracitada.

3 - Para prosseguimento.

[Assinado digitalmente]

Edinei Carlos da Silva

Superintendente de Gestão Administrativa



Código para verificação: **490FQK2B**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



EDINEI CARLOS DA SILVA em 30/12/2020 às 14:59:34

Emitido por: "SGP-e", emitido em 13/07/2018 - 13:39:04 e válido até 13/07/2118 - 13:39:04.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U0VTXzcwNTIfMDAxNTg5MzhfMTYyNDE2XzlwMjBfNDkwRIFLMkl=> ou o site

<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SES 00158938/2020** e o código **490FQK2B** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.



FATURAMENTO: FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE(FES)

CNPJ: 80.673.411/0001-87

OF Nº: 64/2021

Data da OF: 21/01/2021 (cadastrada em: 21/01/2021 13:35)

FORNECEDOR:

DISTRILAB DISTRIBUIDORA DE EQUIPAMENTOS E INSUMOS LABORATORIAIS EIRELI CÓDIGO: 12000

CNPJ: 27914706000115

Fone: (48) 30455746

Email: distrilabdistribuidora@gmail.com

Endereço: SC 445, 1084 PRESIDENTE VARGAS Içara/SC CEP: 88820-000

Relação de Compra nº: 3227/2020 Edital nº: 3149/2020(DL)

Protocolo: SES 158938/2020

PRAZO DE ENTREGA: 10 dias CONDIÇÕES PAG: 30 dias

UNIDADE(S) SOLICITANTE(S): LABORATÓRIO CENTRAL DE SAÚDE PÚBLICA

Doc. solicitante: PSES 158938/2020

LOCAL DE ENTREGA: LABORAT. CENTRAL SAÚDE PUBLICA - LACEN

Endereço: AV. RIO BRANCO, 152 - CENTRO - Florianópolis/SC

CEP: 88.015-200 Fone: (048) 3664-7801 Fax (048) 3664-7801 Email: almoxlacen@saude.sc.gov.br

Importante: SOB PENA DE DEVOLUÇÃO DA NOTA FISCAL, ESTA DEVERÁ VIR COM OS DADOS BANCÁRIOS PARA PAGAMENTO NO CORPO DA NOTA.

- Em se tratando de PESSOA JURÍDICA: a conta corrente deverá pertencer ao mesmo CNPJ da empresa;

- Em se tratando de PESSOA FÍSICA: a conta corrente deverá pertencer ao CPF do favorecido;

- Os pagamentos não serão efetuados, em hipótese alguma, em conta poupança;

Este documento só terá validade quando apresentado com o respectivo Número do Empenho.

Item	Cd Material	Descrição do Material	Quant.	UN	Unitário	Sub Total	Tipo
1	044830017	Ponteira estéril livre de DNASE e RNASE com barreira, volumes de 200 a 1000ul, em rack com 96 ponteiros compatível com pipetas Gilson. MARCA: KASVI RMS: NÃO APLICÁVEL APRESENTAÇÃO: RACK DE 96 PONTEIRAS COMPATÍVEL COM PIPETAS GILSON. MARCA/MODELO: KASVI / PONTEIRA 100 - 1000 UL COM FILTRO. ESTERIL.	500	PECA	42,44	21.220,00	MC
2	044830019	Ponteira esteril livre de dnase e rnase, com barreira, volumes de 0 a 200 ul, em rack de 96 ponteiros compatível com pipetas Gilson. MARCA: KASVI RMS: NÃO APLICÁVEL APRESENTAÇÃO: RACK DE 96 PONTEIRAS COMPATÍVEL COM PIPETAS GILSON. MARCA/MODELO: KASVI / PONTEIRA 20 - 200 UL COM FILTRO. ESTERIL.	500	PECA	30,66	15.330,00	MC
3	044830098	Ponteira estéril livre de DNASE, RNASE, endotoxinas e pirogênios, graduada, com capacidade de aspiração de volumes de 50 a 1000 µl, filtro com barreira em polietileno, com tecnologia de baixa retenção de líquidos, fabricada em polipropileno, compatíveis com as principais micropipetas do mercado. Pacote com 1000 unidades. MARCA: KASVI	50	PACOTE	355,87	17.793,50	MC



Item	Cd Material	Descrição do Material	Quant.	UN	Unitário	Sub Total	Tipo
		RMS: NÃO APLICÁVEL APRESENTAÇÃO: PACOTE COM 1000 UNIDADES MARCA/MODELO: KASVI / PONTEIRA 50 - 1000UL COM FILTRO BAIXA RETENÇÃO 1000UN/PCT					
Itens	3				Total	54.343,50	

**Documentos obrigatórios a serem
apresentados juntamente com as
notas fiscais:**

- Certidão Municipal
- Certidão Estadual
- Certidão Federal
- Certidão do FGTS
- Certidão Trabalhista

Assinatura e carimbo



Código para verificação: **1JNG529W**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



CLÁUDIA DE LUCCA MATHEUS ROCHA em 21/01/2021 às 14:08:40

Emitido por: "SGP-e", emitido em 13/07/2018 - 13:32:25 e válido até 13/07/2118 - 13:32:25.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U0VTXzcwNTIfMDAxNTg5MzhfMTYyNDE2XzlwMjBfMUUpORzUyOVc=> ou o site

<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SES 00158938/2020** e o código **1JNG529W** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES
RESULTADO DE LICITAÇÃO
O Secretário de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde torna público o Resultado da Licitação nº 2356/2020 na modalidade: Pregão “Eletrônico”, cujo objeto: Registro de Preços para aquisição de materiais de enfermagem e cirurgia para a Gerência de Bens Regulares (GEBER). MENOR PREÇO: Itens: 01 e 02. CONSIDERAR NÃO COTADO: Item: 08. DESCLASSIFICAR OS ITENS DAS EMPRESAS: Por apresentar preço excessivo (Art. 48, Inciso II, da Lei 8.666/93 e Alterações): AABA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS EIRELI – Itens: 06 e 10. VIVA CARE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA. - ME– Itens: 03, 04, 05 e 07. Por não apresentar amostra, conforme preconizado no instrumento convocatório (Art. 48, Inciso I, da Lei 8.666/93 e Alterações): AABA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS EIRELI – Item: 03. VIVA CARE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA. - ME – Item: 10. ANULAR POR ILEGALIDADE DE OFÍCIO (ART. 49, *CAPUT*, DA LEI 8.666/93 E ALTERAÇÕES) – Má especificação do edital. Item: 09. ADJUDICAR A EMPRESA: ASLI COMERCIAL EIRELI – Itens: 01 e 02. CIG: SES 127357/2020.

Cod. Mat.: 716412

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES
RESULTADO DE LICITAÇÃO
O Secretário de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde torna público o Resultado da Licitação nº 2395/2020 na modalidade: Pregão “Eletrônico”, cujo objeto: Registro de Preços para aquisição de materiais de enfermagem e cirurgia para a Gerência de Bens Judiciais (GEJUD) e a Gerência de Bens Regulares (GEBER). MENOR PREÇO: Itens: 01, 02, 05, 10, 11, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19 e 20. COTAÇÃO ÚNICA: Itens: 03, 07 e 22. DESCLASSIFICAR OS ITENS DAS EMPRESAS: Por apresentar preço excessivo (Art. 48, Inciso II, da Lei 8.666/93 e Alterações): ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA. – Item: 09. BECTON DICKINSON INDÚSTRIAS CIRÚRGICAS LTDA. – Itens: 04, 08 e 12. FRESENIUS KABI BRASIL LTDA. – Item: 06. ANULAR POR ILEGALIDADE DE OFÍCIO (ART. 49, *CAPUT*, DA LEI 8.666/93 E ALTERAÇÕES) – Má especificação do edital. Item: 21. ADJUDICAR AS EMPRESAS: ALPHARAD INDÚSTRIA, COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI – Itens: 13 e 20. BECTON DICKINSON INDÚSTRIAS CIRÚRGICAS LTDA. – Itens: 02, 05 e 11. SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. – Item: 01. VIVA CARE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA. - ME – Itens: 03, 07 e 22. UNIT INDÚSTRIA, COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LIMITADA - EPP – Itens: 10, 14, 15, 16, 17, 18 e 19. CIG: SES 128010/2020.

Cod. Mat.: 716415

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES
RESULTADO DE LICITAÇÃO
O Secretário de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde torna público o Resultado da Licitação nº 2945/2020 na modalidade: Pregão “Eletrônico”, cujo objeto é: Aquisição de medicamentos para atendimento de ordens judiciais para a Gerência de Bens Judiciais. Resolve: ADQUIRIR: MENOR PREÇO: Itens: 01, 03, 07, 08, 12 e 17. COTAÇÃO ÚNICA: Itens: 02, 04, 05, 10, 11, 13, 15, 18, 19, 20 e 21. NÃO COTADO: Item: 06. DESCLASSIFICAR: Por apresentar preço excessivo (Art. 48, Inciso II, da Lei 8.666/93 e Alterações): Medilar Importação e Distribuição de Produtos Médico Hospitalares S/A – Item: 16. Sanofi Medley Farmacêutica Ltda. – Item: 09. Soma/SC Produtos Hospitalares Ltda. – Item: 14. EMPRESAS VENCEDORAS: Altermed Material Médico Hospitalar Ltda. – Itens: 01, 12 e 17. Asli Comercial Eireli – Item: 05. BCPharma Comércio de Medicamentos Ltda. – Item: 07. Eli Lilly do Brasil Ltda. – Item: 19. Janssen Cilag Farmacêutica Ltda. – Item: 04. Licimed - Distribuidora de Medicamentos, Correlatos e Produtos Médicos e Hospitalares Ltda. – Itens: 02 e 03. Natcofarma do Brasil Ltda. – Item: 10. Novartis Biociências S.A. – Itens: 15 e 18. Onco Prod Distribuidora de Produtos Hospitalares e Oncológicos Ltda. – Itens: 20 e 21. Promefarma Representações Comerciais Ltda. – Item: 13. Sanofi Medley Farmacêutica Ltda. – Item: 08. Victória Comércio de Produtos Hospitalares Ltda. – Item: 11. SES 150514/2020.

Cod. Mat.: 716430

A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES. Dispensa de Licitação 3149/2020 – SES 158938/2020 – CIG/SES 2021AS000199. Objeto: Aquisição emergencial de ponteliras livre DNASE e RNASE - Covid 19 para LACEN. Justificativa e Fundamento: artigo 4ºB, da Lei nº 13.979/2020. OF 64/2021. Fornecedor: Distrilab - Distribuidora de Equipamentos e Insumos Laboratoriais Eireli – CNPJ 27.914.706/0001-15. Valor total da DL R\$ 54.343,50.

Cod. Mat.: 716349

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES. Inexigibilidade de Licitação 2946/2020. PSES 147728/2020 - CIG/SES 2021AS000178. Objeto: Aquisição de acessórios para aparelho de Ultrassom - Trans-

ductor Linear para MCD. Justificativa e fundamento: art. 25, I, Lei 8.666/93. OF nº 63/2021; Contratada: Canon Medical Systems do Brasil Ltda. CNPJ: 46.563.938/0001-10 - Valor R\$ 14.600,00. Cod. Mat.: 716350

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES
RESULTADO DE LICITAÇÃO
O Secretário de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde torna público o Resultado da Licitação nº 2807/2020 na modalidade: Pregão “Eletrônico”, cujo objeto: Contratação de serviços de exames de oftalmologia e mapeamento de retina para o Hospital Geral e Maternidade Tereza Ramos (HGMTR). RESOLVE: ADQUIRIR O ITEM: COTAÇÃO ÚNICA: Item: 01. EMPRESA VENCEDORA: Oftalmologia Lages Ltda. – Item: 01. CIG: SES 153276/2020.

Cod. Mat.: 716256

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES
RESULTADO DE LICITAÇÃO
O Secretário de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde torna público o Resultado da Licitação nº 2740/2020 na modalidade: Pregão “Eletrônico”, cujo objeto é: Contratação de serviços de Terapia Ocupacional domiciliar para o Centro Catarinense de Reabilitação (CCR). Resolve: ADQUIRIR: MENOR PREÇO: Item: 01. ADJUDICAR: JC Assistência & Monitoramento Domiciliar em Saúde Ltda. - Item: 01. CIG: SES 153367/2020.

Cod. Mat.: 716280

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES
RESULTADO DE LICITAÇÃO
O Secretário de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde torna público o Resultado da Licitação nº 2963/2020 na modalidade: Pregão “Eletrônico”, cujo objeto é: Contratação de serviços de Equoterapia para o Centro Catarinense de Reabilitação (CCR). Resolve: “CONSIDERAR A LICITAÇÃO DESERTA, UMA VEZ QUE NÃO HOUVE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA PARA O REFERIDO PROCESSO LICITATÓRIO”. CIG: SES 2020AS001013.

Cod. Mat.: 716282

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES
RESULTADO DE LICITAÇÃO
O Secretário de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde torna público o Resultado da Licitação nº 3322/2020 na modalidade: Pregão “Eletrônico”, cujo objeto: Registro de preços para aquisição de seringas para campanhas de vacinação para a Diretoria de Vigilância Epidemiológica (DIVE). “Certame frustrado, pois não houve licitantes vencedores”. DESCLASSIFICAR O ITEM DA EMPRESA, CONFORME DISCRIMINADO: Por apresentar preço excessivo (Art. 48, Inciso II, da Lei 8.666/93 e Alterações): OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA – Item: 01. CIG: 2020AS002314.

Cod. Mat.: 716285

Economias Mistas

Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN Procedimento Licitatório n. 215/2020 Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONFECÇÃO DE TAMPAS EM CONCRETO PARA POÇOS DE VISITA E REGISTROS DE MANOBRA. Abertura das Propostas prorrogado dia 17/02/2021 às 9h e Sessão de Disputa dia 17/02/2021 às 10h . Edital disponível em www.casan.com.br. Informações: licitacoes@casan.com.br. Diretoria Administrativa.

Cod. Mat.: 716408

CELESC GERAÇÃO S.A.
AVISO DE LANÇAMENTO DE LICITAÇÃO - Pregão Eletrônico nº 21/00028. Objeto: Aquisição de Móveis de Escritório. Recebimento das propostas: até às 9h do dia 04/02/2021. Local da sessão de lances: www.licitacoes-e.com.br Informações adicionais: pregoeiro@celesc.com.br Edital: no site www.celesc.com.br - link "Fornecedores".

Cod. Mat.: 716345

SCPAR PORTO DE IMBITUBA S.A. EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 057/2020. PIMB 4343/2020 – SUSPENSÃO SINE DIE. O Sr. Diretor Presidente da SCPAR PORTO DE IMBITUBA S/A torna público que, resolve SUSPENDER SINE DIE a abertura do Edital de PREGÃO ELETRÔNICO NO 057/2020, o qual tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS CONDICIONADORES DE AR, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS, DISPOSITIVOS E MATERIAIS, PLANO DE MANUTENÇÃO, OPERAÇÃO E CONTROLE, E ANÁLISES DA QUALIDADE DO AR, SOB DEMANDA, DA SCPAR PORTO DE IMBITUBA S.A. Imbituba, 21 de janeiro de 2021. Luís Antônio Braga Martins – Diretor Presidente.

Cod. Mat.: 716353

SCPAR PORTO DE SÃO FRANCISCO DO SUL S.A.
RESULTADO DE LICITAÇÃO - Pregão Presencial nº 0048/2020
Objeto: Contratação de empresa especializada para executar os serviços de manutenção mecânica preventiva e corretiva do Terminal Graneleiro da SCPar Porto de São Francisco do Sul S.A., de forma contínua, Empresa vencedora: Fôrma & Fôrma Industria Metalúrgica Ltda. O valor global homologado do certame foi de R\$ 5.329.999,99. São Francisco do Sul/SC, 15/01/2021. Pregoeiro: Daniel Geraldo Gebler. SGPE PSFS 4360/2020.

Cod. Mat.: 716275

Contratos e Aditivos

Gabinete do Governador

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - EXTRATO DE TERMO ADITIVO
7º Termo Aditivo ao Contrato nº 369/SSP/2017. Objeto do contrato: Locação de um imóvel situado na Avenida dos Estados, Centro – Balneário Camboriú/SC, destinado ao funcionamento específico da 29ª Delegacia Regional de Polícia Civil e CIRETRAN; Objeto do Aditivo: Prorrogar o prazo do contrato até 31/12/2021; Unidade Orçamentária: 410012; Natureza da despesa: 33.90.39.10 - Subação: 14820; Fonte: 0.1.11.000035. Valor mensal: R\$ 47.160,62 Locadores: R7 Participações e Negócios Imobiliários LTDA, JTR Comércio e Administradora de Bens LTDA e LSUL Participações LTDA SGPe DETRAN 87664/2020. SO 000191/2021.

Cod. Mat.: 716329

Secretarias de Estado

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL E SOCIOEDUCATIVA
EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE ACRÉSCIMO AO CONTRATO Nº 045/2020/SAP-FPSC
Origem: Pregão nº 093/SJC/2019. Contratada: ISD Engenharia Ltda.3º Termo Aditivo ao Contrato nº045/2020/SAP-FPSC. Objeto: Contratação de empresa especializada para elaboração de projetos de Penitenciária Padrão". O termo aditivo tem como objeto a acréscimo de serviço no valor de R\$ 8.487,74. Em razão do 42.470,57. Data da Ass.: 21/01/2021. Processo SAP59534/2020

Cod. Mat.: 716302

A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES torna público: Errata da Publicação, 4º TA ao CT 681/2018 – PSES 138853/2020 Publicado no DOE nº 21.428 de 04/01/2021. Onde se lê: PSES 138953/2020. Leia-se: PSES 138853/2020.

Cod. Mat.: 716283

A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES torna público: Errata da Publicação, 3º TA ao CT 049/2018 – PSES 141251/2020 Publicado no DOE nº 21.427 de 30/12/2020. Onde se lê: PSES 131251/2020. Leia-se: PSES 141251/2020.

Cod. Mat.: 716313

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES: ATA 90/2021 PSES 142442/20 – PE 2731/20. Empresa: Novartis Biociências S.A. Objeto: Medicamentos - OJ. Valor total R\$ 4.680,00. Inteiro teor: www.sgpe.sea.sc.gov.br.

Cod. Mat.: 716315

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES: ATA 91/2021 PSES 142442/20 – PE 2731/20. Empresa: Onco Prod Distribuidora de Produtos Hospitalares e Oncológicos Ltda. Objeto: Medicamentos - OJ. Valor total R\$ 1.823,52. Inteiro teor: www.sgpe.sea.sc.gov.br.

Cod. Mat.: 716317

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES: 1º Termo Aditivo – PSES 2349/2021– Acréscimo de 25% no quantitativo do item 1 para CCR – ATA 1609/2020– PE 962/2020 – PSES 111512/2019 Empresa: Rigel Comércio e Serviços Ltda. Valor Aditado: R\$ 94.792,50. Inteiro teor: www.sgpe.sea.sc.gov.br.

Cod. Mat.: 716318



TERMO DE REFERÊNCIA (TR)

1. OBJETO:

1.1. Aquisição emergencial de seringas para as unidades SES/SC.

1.2. Especificação do objeto consta no quadro a seguir:

ITEM	NOME DA UNIDADE	REQUISIÇÃO	ESTIMATIVA DE CONSUMO (MESES)
9644003	Seringa descartável de polipropileno, capacidade 10cc, bico luer slip, sem agulha, siliconada, graduação exata, nítida e permanente, êmbolo com pistão (borracha), deslizante, perfeita vedação, corpo translúcido, estéril, embalagem unitária, papel grau cirúrgico, com abertura asséptica, contendo dados de identificação, procedência, data de fabricação, validade, número de lote e registro no MS.	184/2021	3 meses

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA AQUISIÇÃO:

Trata-se de item essencial a assistência direta a pacientes em todos os níveis de complexidade, considerando que este material é amplamente utilizado nas unidades próprias da SES sendo necessário para a aplicação e diluição de medicamentos.

A aquisição emergencial justifica-se devido a ausência de estoques no almoxarifado central e unidades decorrente de insucessos nos editais de licitação 654/2020 e 1864/2020 onde se obteve sucesso no edital 2448/2020 que ainda encontra-se em fase de amostras o que decorrerá de prazo ainda incerto para finalização e contratação.

Ressaltamos que a empresa vencedora do edital 2448/2020 já sinalizou a impossibilidade de entrega do item por um período de 90 dias, devido a requisição administrativa do MS ao fabricante que deverá dedicar toda a sua produção exclusivamente ao atendimento do Governo Federal.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1 O compromisso será firmado por meio de ordem de fornecimento em entrega única;

3.2 O prazo de entrega será de 10 dias após a emissão e empenho da ordem de fornecimento.

3.3 O recebimento do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

4 CRITERIOS DE ACEITABILIDADE DA PROPOSTA:

4.1 A proposta, para cada item, deverá ser preenchida, conforme as especificações abaixo:

a) O preço unitário do item deverá ser expresso em reais, com no máximo 4 (quatro)

casas decimais, no campo “VALOR UNITÁRIO DO ITEM”;

b) Deverá constar no campo “marca”:

I- Marca;

II – Procedência;

III – apresentação com detalhamento de cada item, necessariamente a forma de apresentação e quantidade;

IV – Nome comercial do produto cotado, laudos comprobatórios de eficiência (quando solicitados) e registro na ANVISA ou declaração de produto isento.

4.2 A proposta de preços deverá conter obrigatoriamente a razão social completa e CNPJ da proponente, endereço, telefone e endereço eletrônico;

4.3 A equipe técnica poderá solicitar a apresentação de amostras do produto, quando achar necessário, para análise técnica do material ofertado.

4.4 A empresa vencedora deverá ofertar treinamentos relacionados ao objeto licitado, quando necessário, nas unidades da SES/SC mediante solicitação da equipe técnica.

5 CRITERIOS DE ACEITABILIDADE DO OBJETO:

5.1 O objeto deverá estar de acordo com as especificações do edital.

5.2 O objeto deverá estar com no mínimo 75% do prazo de validade.

5.3 A embalagem deverá estar integra, livre de impurezas e em perfeitas condições de utilização.

5.4 O objeto não será aceito caso não seja transportado e entregue de maneira correta, respeitando as recomendações do fabricante e autoridades sanitárias.

6. DA ESTIMATIVA

6.1 Orçamentos:

Os orçamentos foram estimados conforme planilha de precificação anexa.

7. DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:

Conforme deliberação da GPLAN.

8. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO:

8.1 PAGAMENTO:

- 1.** A Secretaria de Estado da Saúde efetuará o pagamento em 30 (trinta) dias após o recebimento e aceite do material com a respectiva Nota Fiscal/Fatura ou documento legalmente equivalente, observado o cumprimento integral das disposições contidas neste edital;
- 2.** Caso o vencimento do prazo de pagamento da Nota Fiscal/Fatura ocorra fora do calendário semanal ou de expediente bancário, o pagamento será efetuado na próxima data do calendário, imediatamente posterior ao vencimento, não incidindo qualquer compensação financeira neste período;
- 3.** A empresa deverá mencionar na respectiva Nota Fiscal/Fatura informações sobre o produto, tais como: a MARCA sob o qual o mesmo é comercializado, Fabricante, Apresentação, País de Origem, o número Certificado de Registro do Produto junto ao Ministério da Saúde, o número do lote e o prazo de validade do produto. Além de mencionar o número do Contrato, o número da Licitação, do Processo PSES e da Autorização de Fornecimento;
- 4.** Também será obrigatório que a empresa mencione na Nota Fiscal/Fatura os seguintes dados bancários para pagamento: número do banco, número da

8.2 SANÇÕES CONTRATUAIS:

1. As empresas que não cumprirem as obrigações assumidas na fase licitatória e/ou de execução do contrato estão sujeitas às seguintes sanções:
 - a) advertência;
 - b) multa;
 - c) suspensão temporária, não superior a 5 (cinco) anos, na modalidade de pregão, e não superior a 2 (dois) anos para as demais modalidades, aplicada segundo a natureza e a gravidade da falta cometida; e
 - d) declaração de inidoneidade para licitar com a Administração Pública;
2. A advertência será emitida pela Administração, quando o contratado descumprir qualquer obrigação;
3. A multa será imposta à contratada pelo atraso injustificado na entrega ou execução do contrato, de acordo com as alíquotas a seguir:
 - a) 0,33 % (zero, trinta e três por cento) por dia de atraso, na entrega do objeto ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9% (nove, nove por cento);
 - b) 10 % (dez por cento) em caso de não entrega do objeto ou não conclusão do serviço ou rescisão do contrato por culpa da contratada, calculado sobre a parte inadimplente;
 - c) até 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega;
4. O valor da multa e/ou custas de depósito será deduzido dos créditos ou garantias da empresa, ou cobrado administrativa ou judicialmente;
5. Sempre que a multa ultrapassar os créditos da contratada e/ou garantias, o valor excedente será encaminhado à cobrança extrajudicial ou judicial;
6. O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do serviço;
7. A multa será aplicada quando o atraso for superior a cinco dias;
8. A aplicação da multa não impede que sejam aplicadas outras penalidades;
9. A suspensão impossibilitará a participação da empresa em licitações e/ou contratos, ficando suspenso o seu registro cadastral no Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina/SEA, de acordo com os prazos a seguir:
 - a) por até 30 (trinta) dias, quando aplicada a pena de advertência emitida pela Administração e a empresa permanecer inadimplente;
 - b) por até 90 (noventa) dias, quando a empresa interessada solicitar cancelamento da proposta após a abertura e antes do resultado do julgamento;
 - c) por até 12 (doze) meses, quando a empresa adjudicada se recusar a retirar a autorização de fornecimento ou assinar o contrato;
 - d) por até 12 (doze) meses, quando a empresa adjudicada motivar a rescisão total ou parcial da autorização de fornecimento e/ou do contrato;
 - e) por até 12 (doze) meses, quando a empresa praticar atos que claramente visem à frustração dos objetivos da licitação;
 - f) por até 24 (vinte e quatro) meses, quando a empresa apresentar documentos fraudulentos nas licitações;
 - g) por até 5 (cinco) anos quando, na modalidade de pregão, a fornecedora convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, que não celebrar o contrato, que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, que ensejar o retardamento da execução de seu objeto, que não mantiver

a proposta, que falhar ou fraudar na execução do contrato, que se comportar de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios; e

h) até a realização do pagamento, quando a empresa receber qualquer das multas previstas no item anterior;

10. A penalidade de suspensão aplicada pela Administração, publicada no Diário Oficial do Estado, implicará na suspensão da fornecedora junto ao Cadastro Geral de

11. A suspensão do direito de licitar poderá ser ampliada até o dobro, em caso de reincidência;

12. A declaração de inidoneidade será aplicada pelo Secretário de Estado da Administração – SEA;

13. A declaração de inidoneidade permanecerá em vigor enquanto perdurarem os motivos que determinaram a punibilidade ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que a aplicou;

14. A declaração de inidoneidade terá seus efeitos extensivos a toda Administração Pública;

15. As empresas que apresentarem documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados, ou que por quaisquer outros meios praticarem atos irregulares ou ilegalidades para obtenção do registro no Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina/SEA, estarão sujeitas às seguintes penalidades:

a) suspensão temporária do Certificado de Cadastro de Fornecedores - CCF ou da obtenção do registro, por até 5 (cinco) anos na modalidade de pregão e até 2 (dois) anos para as demais modalidades, dependendo da natureza e gravidade dos fatos;

e

b) declaração de inidoneidade, nos termos do artigo anterior.

16. As sanções previstas neste edital poderão também ser aplicadas às empresas ou profissionais que:

a) tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos; e

b) tenham praticado atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;

17. Compete à Assessoria Jurídica da SES/SGA, após análise a indicação das penalidades previstas neste edital e legislação vigente, cuja aplicação dependerá da homologação da autoridade competente do órgão ou entidade;

18. É facultado à interessada interpor recurso contra a aplicação das penalidades previstas neste edital, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, que será dirigido à autoridade competente do órgão ou entidade;

19. As penalidades aplicadas serão registradas na Secretaria de Estado da Administração/ Diretoria de Gestão de Licitações e Contratos – DGLC, no Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina/SEA;

20. Homologadas e publicadas as penalidades, a Administração as encaminhará ao Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina/ SEA, para registro.

9. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

9.1 Nome e matrícula do fiscal do contrato

Alexandre de Souza

9.2 GESTOR DO CONTRATO

GEBER

DATA: 12/01/2021



Código para verificação: **JC566F1W**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



RAFAEL ALFLEN (CPF: 026.XXX.999-XX) em 12/01/2021 às 15:19:45

Emitido por: "SGP-e", emitido em 13/07/2018 - 14:58:20 e válido até 13/07/2118 - 14:58:20.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U0VTXzcwNTIfMDAwMDUzNTdfNTQzMl8yMDIxX0pDNTY2RjFX> ou o site

<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SES 00005357/2021** e o código **JC566F1W** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
Rua Esteves Júnior, nº 160 - Centro.
Florianópolis/SC - CEP: 88015-130
Telefone: (48) 3664-8739 / 3664-8740
Site: www.compraslicitacoes.saude.sc.gov.br
Email: compradireta@saude.sc.gov.br

EDITAL DE COMPRA DIRETA Nº 169/2021

PROCESSO SES 5357/2021

A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE (SES) solicita, por meio do presente, que as pessoas físicas ou jurídicas interessadas encaminhem propostas de preços, conforme as condições estabelecidas neste edital de compra direta para aquisição na modalidade dispensa de licitação pelo critério de **MENOR PREÇO** por **ITEM**.

OBJETO: Aquisição emergencial de seringas, conforme especificações constantes do Anexo I.

ENTREGA DAS PROPOSTAS: até 18h00min. do dia 26/01/2021.

1 - PROPOSTA

1.1 - A PROPOSTA deverá ser encaminhada até o prazo acima estipulado por correio eletrônico para compradireta@saude.sc.gov.br ou entregue na Diretoria de Licitações e Contratos, situada à Rua Esteves Júnior nº 160 - Centro - Florianópolis - SC.

1.1.1 - A PROPOSTA não poderá ter emendas, rasuras ou entrelinhas; deve estar datada, conter nome ou razão social, CNPJ ou CPF, endereço completo, telefone e e-mail e deve estar assinada pelo representante legal da empresa;

1.2 - A PROPOSTA deverá conter a marca do produto ofertado, apresentação, preço unitário e total por item. Estes deverão ser em moeda nacional, computados os tributos de qualquer natureza incidentes sobre o material/serviço e a venda a ser realizada, bem como, o custo de transporte, inclusive carga e descarga, na modalidade CIF, correndo tal operação, única e exclusivamente por conta, risco e responsabilidade das empresas vencedoras. No preço cotado por item, já estarão incluídos todos os descontos oferecidos;

1.3 - A PROPOSTA deverá ter validade não inferior a 60 (sessenta) dias;

1.4 - O autor da OFERTA VENCEDORA deverá apresentar os documentos elencados abaixo:

1.4.1 - Prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

1.4.2 - Prova de regularidade fiscal para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal da sede ou domicílio da licitante, expedidas pelos órgãos abaixo relacionados:

1.4.2.1 - Da Secretaria da Receita Federal, com relação à regularidade fiscal Federal;

1.4.2.2 - Da Procuradoria da Fazenda Nacional, referente à Dívida Ativa da União;

1.4.2.3 - Da Secretaria da Fazenda Estadual, ou outro órgão competente, com relação à regularidade fiscal Estadual;

1.4.2.4 - Da Secretaria de Finanças Municipal, ou outro órgão competente, com relação à regularidade fiscal Municipal. No caso de municípios que mantêm Cadastro Mobiliário e Imobiliário separados, deverão ser apresentados os comprovantes referentes a cada um dos cadastros;

1.4.3 - Prova de regularidade relativa à Seguridade Social, fornecida pelo Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) - CND;

1.4.4 - Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) - CRS;

1.4.5 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

1.5 - A documentação acima elencada no item 1.4 poderá ser substituída pelo Certificado de Cadastro de Fornecedor emitido pela Diretoria de Gestão de Materiais e Serviços da Secretaria de Estado da Administração;

1.6 - Caso haja a necessidade expressa em edital de apresentação de laudos, certificados de qualidade técnica, ensaios laboratoriais e correlatos, estes devem ser apresentados em língua portuguesa ou traduzidos, acompanhados do original fonte;

1.7 - A proposta deverá cumprir os requisitos listados no Anexo I (detalhamento do objeto).

2 - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

2.1 - A SES efetuará o pagamento em 30 (trinta) dias após o recebimento e aceite dos bens ou serviços com a respectiva Nota Fiscal/Fatura ou documento legalmente equivalente, observado o cumprimento integral das disposições contidas neste edital;

2.2 - O fornecedor ou prestador de serviços ao Estado que optar por receber seu pagamento em outras instituições que o Banco do Brasil, ficará responsável pelo custo da tarifa bancária referente à respectiva transferência de valores entre Bancos, uma vez que os pagamentos efetuados pelo Estado são efetuados prioritariamente pelo Banco do Brasil;

2.3 - A empresa deverá mencionar na respectiva Nota Fiscal/Fatura informações sobre o produto, tais como: a marca sob o qual o mesmo é comercializado, fabricante, além de mencionar o número da Ordem Fornecimento ou Contrato de Prestação de Serviços;

2.4 - Também será obrigatório que a empresa mencione na Nota Fiscal/Fatura os seguintes dados bancários para pagamento: número do banco, número da agência com dígito e número da conta corrente com dígito.

3 - DISPOSIÇÕES GERAIS

3.1 - A participação na presente cotação de preços implica na aceitação integral e irretratável de todas as condições exigidas neste edital e dos documentos que dele fazem parte, bem como na observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor;

3.2 - A empresa ganhadora fica obrigada a aceitar os acréscimos ou supressões em até 25% (vinte e cinco por cento) no quantitativo estimado (artigo 65, § 1º da Lei de Licitações);

3.3 - A presente aquisição baliza-se pelos preceitos da Lei 8.666/93 e suas alterações, estando sujeitas as empresas participantes as sanções previstas no Decreto Estadual nº 2617/2009;

3.4 - As empresas que não cumprirem as obrigações assumidas na Cotação de Preços e/ou na execução do objeto estão sujeitas às seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa;

III - suspensão temporária, não superior a 2 (dois) anos, aplicada segundo a natureza e a gravidade da falta cometida;

3.5.1 - A advertência é a sanção por escrito, emitida pela Administração, quando o contratado descumprir qualquer obrigação, ressalvado o disposto no § 3º do art. 11 do Decreto Estadual nº 2617/2009;

3.5.2 - A multa é a sanção pecuniária que será imposta à contratada pelo atraso injustificado na entrega ou execução do Contrato, de acordo com as alíquotas a seguir:

I - 0,33 % (zero, trinta e três por cento) por dia de atraso, na entrega do objeto ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9% (nove vírgula nove por cento);

II - 10 % (dez por cento) em caso de não entrega do objeto ou não conclusão do serviço ou rescisão do Contrato ou cancelamento da Ordem de Fornecimento/Autorização de Fornecimento por culpa da contratada, calculado sobre a parte inadimplente;

III - até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato/Ordem de Fornecimento/Autorização de Fornecimento, pelo descumprimento de qualquer cláusula, exceto prazo de entrega.

3.5.2.1 - O valor da multa e/ou custas de depósito será deduzido dos créditos ou garantias da empresa, ou cobrado administrativa ou judicialmente.

3.5.2.2 - Sempre que a multa ultrapassar os créditos da contratada e/ou garantias, o valor excedente será encaminhado à cobrança extrajudicial ou judicial.

3.5.2.3 - O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do serviço.

3.5.2.4 - A multa será aplicada quando o atraso for superior a cinco dias.

3.5.2.5 - A aplicação da multa não impede que sejam aplicadas outras sanções previstas neste Edital;

3.5.3 - A suspensão é a sanção que impossibilita a participação da empresa em licitações e/ou Contratos, ficando suspenso o seu registro cadastral no Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina, de acordo com os prazos a seguir:

I - por até 30 (trinta) dias, quando aplicada a pena de advertência emitida pela Administração e a empresa permanecer inadimplente;

II - por até 90 (noventa) dias, quando a empresa interessada solicitar cancelamento da proposta após a abertura e antes do resultado do julgamento;

III - por até 12 (doze) meses, quando a empresa adjudicada se recusar a retirar a Autorização de Fornecimento, Ordem de Fornecimento ou assinar o Contrato;

IV - por até 12 (doze) meses, quando a empresa adjudicada motivar a rescisão total ou parcial da Autorização de Fornecimento, Ordem de Fornecimento ou do Contrato;

V - por até 12 (doze) meses, quando a empresa praticar atos que claramente visem à frustração dos objetivos da Cotação de Preços;

VI - por até 24 (vinte e quatro) meses, quando a empresa apresentar documentos fraudulentos;

VII - por até 2 (dois) anos quando a fornecedora convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, que não celebrar o Contrato, que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida no edital, que ensejar o retardamento da execução de seu objeto, que não mantiver a proposta, que falhar ou fraudar na execução do Contrato, que se comportar de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios; e

VIII - até a realização do pagamento, quando a empresa receber qualquer das multas previstas no artigo anterior.

3.6 - Na apreciação das propostas poderão ser solicitadas informações complementares, amostras e/ou prospectos, a fim de obter maiores informações sobre o produto e/ou serviço ofertado, o que deverá ser providenciado no prazo estabelecido pela Gerência solicitante, sob pena de desclassificação;

3.7 - A cotadora vencedora não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto do Contrato, Ordem de Fornecimento e/ou Autorização de Fornecimento a terceiros ou a eles associar-se sem prévia autorização da contratante, sob pena de imediata rescisão do contrato e demais sanções aplicáveis, conforme Lei 8.666/93.

3.8 - Os orçamentos que compõem este processo poderão ser utilizados para aquisição dos itens caso haja vantajosidade para a SES, interesse da empresa cotadora e atendimento aos requisitos solicitados neste Edital.

3.9 - Não poderá participar, direta ou indiretamente, desta cotação de preços servidor ou dirigente da Secretaria de Estado da Saúde, em conformidade com o disposto no inciso III do art. 9º da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993.

3.10 - O resultado deste edital de compra direta será disponibilizado para acompanhamento no site www.compraslicitacoes.saude.sc.gov.br / <https://sgpe.sea.sc.gov.br/atendimento>

3.11 - Nos casos omissos deste edital serão adotados os prazos para a modalidade convite.

4-PRÁTICAS FRAUDULENTAS E DE CORRUPÇÃO-

4.1- As partes, por seus agentes públicos ou por seus sócios, acionistas, administradores e colaboradores:

I – declaram que têm conhecimento das normas previstas na legislação, entre as quais nas Leis nºs 8.429/1992 e 12.846/2013, seus regulamentos e eventuais outras aplicáveis;

II – comprometem-se em não adotar práticas ou procedimentos que se enquadrem nas hipóteses previstas nas leis e regulamentos mencionados no inciso anterior e se comprometem em exigir o mesmo pelos terceiros por elas contratados;

III – comprometem-se em notificar à Controladoria-Geral do Estado qualquer irregularidade que tiverem conhecimento acerca da execução do contrato;

IV – declaram que têm ciência que a violação de qualquer das obrigações previstas na Instrução Normativa conjunta CGE/SEA nº 01/2020, além de outras, é causa para a rescisão unilateral do contrato, sem prejuízo da cobrança das perdas e danos, inclusive danos potenciais, causados à parte inocente e das multas pactuadas.

Florianópolis, 19 de Janeiro de 2021.

Núcleo de Compra Direta
DLIC - Diretoria de Licitações e Contratos

ANEXO I
MATERIAIS GERAIS - ORDEM DE FORNECIMENTO
DETALHAMENTO DO OBJETO

Item	Código	Descrição do Material	UN	Total
1	009644003	Seringa descartável de polipropileno, capacidade 10cc, bico luer slip, sem agulha, siliconada, graduação exata, nítida e permanente, êmbolo com pistão (borracha), deslizante, perfeita vedação, corpo translúcido, estéril, embalagem unitária, papel grau cirúrgico, com abertura asséptica, contendo dados de identificação, procedência, data de fabricação, validade, número de lote e registro no MS.	peças	480.000

1 - PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

1.1 - Como o objeto do presente edital é de entrega imediata e integral, para autorizar a entrega dos materiais a SES emitirá uma Ordem de Fornecimento (OF);

1.2 - O prazo de entrega do objeto será de até 10 (dez) dias após o recebimento da Ordem de Fornecimento;

1.3 - A entrega será efetuada conforme condições da Ordem de Fornecimento para:

SIGLA	UNIDADE	ENDEREÇO	TELEFONE
GEBER	Gerência de Bens Regulares	Rua Judite Melo dos Santos, 251 – Galpão 06 a 09 Distrito Industrial – São José – SC Cep. 88.104-765	(48) 3665-5510

2 - REQUISITOS DA PROPOSTA

2.1 - Quando se tratar de material com prazo de validade, estes não poderão estar com a validade inferior a 75% do seu prazo total de validade.

2.2 - Deverá constar marca e/ou procedência, modelo, nº registro ANVISA (quando aplicável), apresentação e nome comercial do produto cotado no campo “observações adicionais” de cada item.

O original deste documento é eletrônico e foi assinado utilizando Assinatura Digital SGP-e por RAFAEL ALFLEN em 12/01/2021 às 15:19:45, conforme Decreto Estadual nº 39, de 21 de fevereiro de 2019. Para verificar a autenticidade do documento digitalizado, acesse o site <http://portal.sgpeisen.gov.br/sistema06058770201> e prodígito **BFE60F0N63572021** e o código **58S6T5CE**.

1. OBJETO:

Aquisição emergencial de seringas para as unidades SES/SC.

Especificação do objeto consta no quadro a seguir:

ITEM	NOME DA UNIDADE	REQUISIÇÃO	ESTIMATIV A DE CONSUMO (MESES)
964400 3	Seringa descartável de polipropileno, capacidade 10cc, bico luer slip, sem agulha, siliconada, graduação exata, nítida e permanente, êmbolo com pistão (borracha), deslizante, perfeita vedação, corpo translúcido, estéril, embalagem unitária, papel grau cirúrgico, com abertura asséptica, contendo dados de identificação, procedência, data de fabricação, validade, número de lote e registro no MS.	184/2021	3 meses

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA AQUISIÇÃO:

Trata-se de item essencial a assistência direta a pacientes em todos os níveis de complexidade, considerando que este material é amplamente utilizado nas unidades próprias da SES sendo necessário para a aplicação e diluição de medicamentos.

A aquisição emergencial justifica-se devido a ausência de estoques no almoxarifado central e unidades decorrente de insucessos nos editais de licitação 654/2020 e 1864/2020 onde se obteve sucesso no edital 2448/2020 que ainda encontra-se em fase de amostras o que decorrerá de prazo ainda incerto para finalização e contratação.

Ressaltamos que a empresa vencedora do edital 2448/2020 já sinalizou a impossibilidade de entrega do item por um período de 90 dias, devido a requisição administrativa do MS ao fabricante que deverá dedicar toda a sua produção exclusivamente ao atendimento do Governo Federal.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

O compromisso será firmado por meio de ordem de fornecimento em entrega única;

O prazo de entrega será de 10 dias após a emissão e empenho da ordem de fornecimento.

O recebimento do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

4 CRITERIOS DE ACEITABILIDADE DA PROPOSTA:

A proposta, para cada item, deverá ser preenchida, conforme as especificações abaixo:

a) O preço unitário do item deverá ser expresso em reais, com no máximo 4 (quatro) casas decimais, no campo “VALOR UNITÁRIO DO ITEM”;

b) Deverá constar no campo “marca”:

I- Marca;

- b) multa;
- c) suspensão temporária, não superior a 5 (cinco) anos, na modalidade de pregão, e não superior a 2 (dois) anos para as demais modalidades, aplicada segundo a natureza e a gravidade da falta cometida; e
- d) declaração de inidoneidade para licitar com a Administração Pública;
- 2.** A advertência será emitida pela Administração, quando o contratado descumprir qualquer obrigação;
- 3.** A multa será imposta à contratada pelo atraso injustificado na entrega ou execução do contrato, de acordo com as alíquotas a seguir:
- a) 0,33 % (zero, trinta e três por cento) por dia de atraso, na entrega do objeto ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9% (nove, nove por cento);
- b) 10 % (dez por cento) em caso de não entrega do objeto ou não conclusão do serviço ou rescisão do contrato por culpa da contratada, calculado sobre a parte inadimplente;
- c) até 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega;
- 4.** O valor da multa e/ou custas de depósito será deduzido dos créditos ou garantias da empresa, ou cobrado administrativa ou judicialmente;
- 5.** Sempre que a multa ultrapassar os créditos da contratada e/ou garantias, o valor excedente será encaminhado à cobrança extrajudicial ou judicial;
- 6.** O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do serviço;
- 7.** A multa será aplicada quando o atraso for superior a cinco dias;
- 8.** A aplicação da multa não impede que sejam aplicadas outras penalidades;
- 9.** A suspensão impossibilitará a participação da empresa em licitações e/ou contratos, ficando suspenso o seu registro cadastral no Cadastro Geral de Fornecedoros do Estado de Santa Catarina/SEA, de acordo com os prazos a seguir:
- a) por até 30 (trinta) dias, quando aplicada a pena de advertência emitida pela Administração e a empresa permanecer inadimplente;
- b) por até 90 (noventa) dias, quando a empresa interessada solicitar cancelamento da proposta após a abertura e antes do resultado do julgamento;
- c) por até 12 (doze) meses, quando a empresa adjudicada se recusar a retirar a autorização de fornecimento ou assinar o contrato;
- d) por até 12 (doze) meses, quando a empresa adjudicada motivar a rescisão total ou parcial da autorização de fornecimento e/ou do contrato;
- e) por até 12 (doze) meses, quando a empresa praticar atos que claramente visem à frustração dos objetivos da licitação;
- f) por até 24 (vinte e quatro) meses, quando a empresa apresentar documentos fraudulentos nas licitações;
- g) por até 5 (cinco) anos quando, na modalidade de pregão, a fornecedora convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, que não celebrar o contrato, que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, que ensejar o retardamento da execução de seu objeto, que não mantiver a proposta, que falhar ou fraudar na execução do contrato, que se comportar de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios; e
- h) até a realização do pagamento, quando a empresa receber qualquer das multas previstas no item anterior;
- 10.** A penalidade de suspensão aplicada pela Administração, publicada no Diário Oficial do Estado, implicará na suspensão da fornecedora junto ao Cadastro Geral de
- 11.** A suspensão do direito de licitar poderá ser ampliada até o dobro, em caso de reincidência;
- 12.** A declaração de inidoneidade será aplicada pelo Secretário de Estado da Administração – SEA;
- 13.** A declaração de inidoneidade permanecerá em vigor enquanto perdurarem os motivos que determinaram a punibilidade ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que a aplicou;

- 14.** A declaração de inidoneidade terá seus efeitos extensivos a toda Administração Pública;
- 15.** As empresas que apresentarem documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados, ou que por quaisquer outros meios praticarem atos irregulares ou ilegalidades para obtenção do registro no Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina/SEA, estarão sujeitas às seguintes penalidades:
- a) suspensão temporária do Certificado de Cadastro de Fornecedores - CCF ou da obtenção do registro, por até 5 (cinco) anos na modalidade de pregão e até 2 (dois) anos para as demais modalidades, dependendo da natureza e gravidade dos fatos; e
 - b) declaração de inidoneidade, nos termos do artigo anterior.
- 16.** As sanções previstas neste edital poderão também ser aplicadas às empresas ou profissionais que:
- a) tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos; e
 - b) tenham praticado atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;
- 17.** Compete à Assessoria Jurídica da SES/SGA, após análise a indicação das penalidades previstas neste edital e legislação vigente, cuja aplicação dependerá da homologação da autoridade competente do órgão ou entidade;
- 18.** É facultado à interessada interpor recurso contra a aplicação das penalidades previstas neste edital, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, que será dirigido à autoridade competente do órgão ou entidade;
- 19.** As penalidades aplicadas serão registradas na Secretaria de Estado da Administração/ Diretoria de Gestão de Licitações e Contratos – DGLC, no Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina/SEA;
- 20.** Homologadas e publicadas as penalidades, a Administração as encaminhará ao Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina/ SEA, para registro.

9. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

Nome e matrícula do fiscal do contrato

Alexandre de Souza



Código para verificação: **58S6T5CE**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



MAGALI RODRIGUES (CPF: 507.XXX.719-XX) em 19/01/2021 às 15:56:11

Emitido por: "SGP-e", emitido em 13/07/2018 - 14:36:39 e válido até 13/07/2118 - 14:36:39.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U0VTXzcwNTIfMDAwMDUzNTdfNTQzMl8yMDIxXzU4UzZUNUNF> ou o site

<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SES 00005357/2021** e o código **58S6T5CE** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 169/2021

PROCESSO SES 5357/2021

1 – OBJETO: Aquisição emergencial de seringas

2 – UNIDADES INTERESSADA: Gerência de Bens Regulares (GEBER).

3 – FORMA DE CONTRATAÇÃO: A presente Dispensa de Licitação será efetivada por meio da emissão de Ordem de Fornecimento (OF), conforme abaixo:

EMPRESA	VALOR
MARINGÁ HOSPITALAR DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS CORRELATOS EIRELI	R\$ 152.880,00

4 – DESPESAS: A Dispensa de Licitação resultará em uma despesa total de R\$ 152.880,00 (cento e cinquenta e dois mil oitocentos e oitenta reais).

5 – FUNDAMENTO DA DISPENSA:

Versa o artigo 24, IV, da Lei nº 8.666/93:

Art. 24 – É dispensável a licitação:

IV – nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos.

6 – DAS PRÁTICA FRAUDULENTAS E DE CORRUPÇÃO:

As partes, por seus agentes públicos ou por seus sócios, acionistas, administradores e colaboradores:

I – declaram que têm conhecimento das normas previstas na legislação, entre as quais nas Leis nºs 8.429/1992 e 12.846/2013, seus regulamentos e eventuais outras aplicáveis;

II – comprometem-se em não adotar práticas ou procedimentos que se enquadrem nas hipóteses previstas nas leis e regulamentos mencionados no inciso anterior e se comprometem em exigir o mesmo pelos terceiros por elas contratados;

III – comprometem-se em notificar à Controladoria-Geral do Estado qualquer irregularidade que tiverem conhecimento acerca da execução do contrato;

IV – declaram que têm ciência que a violação de qualquer das obrigações previstas na Instrução Normativa conjunta CGE/SEA nº 01/2020, além de outras, é causa para a rescisão unilateral do contrato, sem prejuízo da cobrança das perdas e danos, inclusive danos potenciais, causados à parte inocente e das multas pactuadas;

7 – PARECER JURÍDICO: Aprovado conforme parecer jurídico nº 404/2021, acostado nos autos.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

8 – JUSTIFICATIVA:

Os motivos para a aquisição emergencial estão expostos no Termo de Referência e na Comunicação Interna (CI) nº 0071/2021 emitida pela Diretoria de Planejamento e Gestão de Compras (DPGC), acostados às fls. 3 a 7 e 15 dos autos.

Por meio do Termo de Referência e da Comunicação Interna e foi informando haver urgência na aquisição do item de código 009644003, considerando ausência de estoques no almoxarifado central e unidades decorrente de insucessos nos editais de licitação 654/2020 e 1864/2020. Considerando que a empresa ganhadora do Edital nº 2448/2020 solicitou prazo de entrega para a AF emitida da ATA nº 160/2021 por falta do item e que foi tentado negociação com o segundo terceiro vencedor.. Trata-se de item essencial a assistência direta a pacientes em todos os níveis de complexidade, considerando que este material é amplamente utilizado nas unidades próprias da SES sendo necessário para a aplicação e diluição de medicamentos, portanto foi solicitado a continuidade nesta aquisição.

Sendo assim, com a finalidade precípua de evitar prejuízos no atendimento aos pacientes usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), torna-se justificável e necessária a presente dispensa do procedimento licitatório ora instaurado.

9 – RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:

O fornecedor foi escolhido mediante consulta de preços ao mercado através de edital de cotação de preços, adjudicando-se pelo critério de menor preço, conforme parecer técnico à fl. 38, e resultado da cotação à fl. 53 dos autos.

10 – JUSTIFICATIVA DO PREÇO:

O preço de aquisição foi obtido mediante cotação de preços e o motivo para a escolha foi a necessidade e a urgência do caso.

11 – FISCAL:

Nome: Alexandre de Souza

Matrícula: 360382-2-01

Diante do exposto, propomos seja autorizada a Dispensa de Licitação, na forma do disposto no artigo *a priori* mencionado e conforme condições anteriormente estabelecidas.

Florianópolis, 23 de fevereiro de 2021.

SUPERINTENDENTE DE GESTÃO ADMINISTRATIVA:

1 – Ciente

2 – Em vista da necessidade da aquisição do objeto supracitado, com os poderes conferidos pelo Ato nº 323, de 11 de fevereiro de 2021 e Portaria nº 813 de 30 de setembro de 2019 resolvo HOMOLOGAR a Dispensa de Licitação nº 169/2021, aprovada pela Assessoria Jurídica por meio do Parecer nos autos do processo SES 5357/2021 e autorizar a despesa supracitada.

3–Para prosseguimento.

[Assinado digitalmente]
Luciano Carlos Konescki
Superintendente de Gestão Administrativa



**ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**



Código para verificação: **RJY75X72**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



LUCIANO JORGE KONESCKI em 23/02/2021 às 18:09:03

Emitido por: "SGP-e", emitido em 30/03/2018 - 12:32:40 e válido até 30/03/2118 - 12:32:40.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U0VTXzcwNTIfMDAwMDUzNTdfNTQzMl8yMDIxX1JKWTc1WDcy> ou o site

<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SES 00005357/2021** e o código **RJY75X72** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.



FATURAMENTO: FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE(FES)

CNPJ: 80.673.411/0001-87

OF Nº: 230/2021

Data da OF: 24/02/2021 (cadastrada em: 24/02/2021 14:18)

FORNECEDOR:

MARINGÁ HOSPITALAR DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E CORRELATOS EIRELI CÓDIGO: 11575

CNPJ: 07396733000136

Fone: (44) 31238724

Fax: () 44

Email: licitacao@maringahospitalar.com.br

Endereço: AVENIDA GUAÍRA ZONA 07 / CEP: 87020050

Relação de Compra nº: 109/2021 Edital nº: 169/2021(DL)

Protocolo: SES 5357/2021

PRAZO DE ENTREGA: 10 dias CONDIÇÕES PAG: 30 dias

UNIDADE(S) SOLICITANTE(S): GERÊNCIA DE BENS REGULARES

Doc. solicitante: SN

LOCAL DE ENTREGA: DAMAD - ALMOX. CENTRAL MATERIAIS

Endereço: R:JUDITE MELO DOS SANTOS, N 251 GALP 6a9 - DISTRITO INDUSTRIAL - São José/SC

CEP: 88.104-765 Fone: (48) 3665-5510 Fax (48) 3665-5515 Email: gerabagesad@saude.sc.gov.br

Importante: SOB PENA DE DEVOLUÇÃO DA NOTA FISCAL, ESTA DEVERÁ VIR COM OS DADOS BANCÁRIOS PARA PAGAMENTO NO CORPO DA NOTA.

- Em se tratando de PESSOA JURÍDICA: a conta corrente deverá pertencer ao mesmo CNPJ da empresa;

- Em se tratando de PESSOA FÍSICA: a conta corrente deverá pertencer ao CPF do favorecido;

- Os pagamentos não serão efetuados, em hipótese alguma, em conta poupança;

Este documento só terá validade quando apresentado com o respectivo Número do Empenho.

Item	Cd Material	Descrição do Material	Quant.	UN	Unitário	Sub Total	Tipo
1	009644003	Seringa descartável de polipropileno, capacidade 10cc, bico luer slip, sem agulha, siliconada, graduação exata, nítida e permanente, êmbolo com pistão (borracha), deslizante, perfeita vedação, corpo translúcido, estéril, embalagem unitária, papel grau cirúrgico, com abertura asséptica, contendo dados de identificação, procedência, data de fabricação, validade, número de lote e registro no MS. Seringa Descartável de polipropileno, capacidade 10cc Marca: SR RMS: 80026180029 Apresentação: 250 unidades por caixa	480.000	PECA	0,3185	152.880,00	MC
Itens	1				Total	152.880,00	

Documentos obrigatórios a serem apresentados juntamente com as notas fiscais:

- Certidão Municipal
- Certidão Estadual
- Certidão Federal
- Certidão do FGTS
- Certidão Trabalhista

Assinatura e carimbo



Código para verificação: **9NIV085P**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



CLÁUDIA DE LUCCA MATHEUS ROCHA em 24/02/2021 às 14:53:41

Emitido por: "SGP-e", emitido em 13/07/2018 - 13:32:25 e válido até 13/07/2118 - 13:32:25.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U0VTXzcwNTIfMDAwMDUzNTdfNTQzMl8yMDIxXzI0SVYwODVQ> ou o site

<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SES 00005357/2021** e o código **9NIV085P** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.

Licitações

Secretarias de Estado

ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE
HOMOLOGAÇÃO RESULTADO DE LICITAÇÃO

O Secretário de Estado da Infraestrutura e Mobilidade torna público a Homologação do Resultado de **Licitação nº 001/2021 na modalidade: Pregão Eletrônico**, cujo objeto: Aquisição de 38 Smartphones para o uso os APPs (aplicativos móveis) de Fiscalização de Faixa de Domínio e de Fiscalização de Obras e demais setores da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade - SIE. Menor Preço por Item: **Item 01**.: Empresa Vencedora **R.S. Varejo Eireli**. **Valor Total Adjudicado: R\$ 61.522,00**. Florianópolis-SC, 02 de Março de 2021. Thiago Augusto Vieira. Secretário da SIE. **Aprovação GGG 2020SO001595**.

Cod. Mat.: 723447

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES
RESULTADO DE LICITAÇÃO

O Secretário de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde torna público o Resultado da Licitação nº 0352/2021 na modalidade: Pregão "Eletrônico", cujo objeto: Registro de Preços para Aquisição de materiais de enfermagem e cirurgia para a Gerência de Bens Regulares (GEBER). "Certame frustrado, pois não houve licitantes vencedores" DESCLASSIFICAR O ITEM DA EMPRESA, CONFORME DISCRIMINADO: Por apresentar preço excessivo (Art. 48, Inciso II, da Lei 8.666/93 e Alterações): MARINGÁ HOSPITALAR DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E CORRELATOS EIRELI – Item: 01. CIG: SES 2021AS000985.

Cod. Mat.: 723435

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES. **DL 85/2021**. PSES 107421/2020. CIG 1782/2021. Justificativa: Ordem Judicial. Fundamento da DL: artigo 24, inciso IV, Lei 8666/93 **OF 143/2021**. Objeto: Fornecimento de oxigenoterapia hiperbárica. Contratada: CENTRO DE MEDICINA HIPERBÁRICA DE CAÇADOR LTDA. Total DL: R\$ 33.516,00

Cod. Mat.: 723441

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES
AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 0512/2021. Objeto: Aquisição de medicamentos para os municípios do Estado de Santa Catarina destinados a Diretoria de Assistência Farmacêutica (DIAF). Abertura da sessão: 17/03/2021 às 13h15min. No site www.e-lic.sc.gov.br encontram-se o Edital e canais para todas as comunicações (CIG) SES 2021AS001665.

Cod. Mat.: 723214

A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES. Dispensa de Licitação 169/2021 – SES 5357/2021 – CIG/SES 2021AS001611. Objeto: Aquisição emergencial de seringas para GEBER. Justificativa e Fundamento: artigo 24, IV, da Lei nº 8.666/93 - OF 230/2021. Fornecedor: Maringá Hospitalar Distribuidora de Medicamentos Correlatos Eireli – CNPJ 07.396.733/0001-36. Valor total da DL R\$ 152.880,00.

Cod. Mat.: 723235

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES
RESULTADO DE LICITAÇÃO

O Secretário de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde torna público o Resultado da Licitação nº 3167/2020 na modalidade: Pregão "Eletrônico", cujo objeto é: Aquisição de medicamentos para atendimento de ordens judiciais para a Gerência de Bens Judiciais. Resolve: ADQUIRIR: MENOR PREÇO: Itens: 02, 03, 04, 05, 07, 08, 09 e 13. COTAÇÃO ÚNICA: Itens: 01, 10, 11, 12 e 18. NÃO COTADOS: Itens: 14, 15, 16 e 17. DESCLASSIFICAR: Por apresentar preço excessivo (Art. 48, Inciso II, da Lei 8.666/93 e Alterações): Promefarma Representações Comerciais Ltda. – Item: 06. EMPRESAS VENCEDORAS: Altermed Material Médico Hospitalar Ltda. – Itens: 07, 08 e 13. Asli Comercial Eireli – Itens: 04 e 05. Cristália Produtos Químicos e Farmacêuticos Ltda. – Itens: 03 e 09. Onco Prod Distribuidora de Produtos Hospitalares e Oncológicos Ltda. – Item: 01. Pharma Log Produtos Farmacêuticos Eireli – Item: 18. Promefarma Medicamentos e Produtos Hospitalares Ltda. – Item: 02. Victória Comércio de Produtos Hospitalares Ltda. – Itens: 10, 11 e 12. SES 162371/2020.

Cod. Mat.: 723243

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES. Inexigibilidade de Licitação 3184/2020. PSES 130080/2020 - CIG/SES 2021AS0001580. Objeto: Manutenção corretiva em equipamento refrigeração - câmara fria (vacina) para DIVE. Justificativa e fundamento: art. 25, I, Lei 8.666/93. OF nº 234/2021; Contratada: Hospitalia Cirúrgica Catarinense Ltda. CNPJ: 83.941.419/0001-75 - Valor R\$ 2.050,00. Cod. Mat.: 723275

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES
RESULTADO DE LICITAÇÃO

O Secretário de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde torna público o Resultado da Licitação nº 0013/2021 na modalidade: Pregão "Eletrônico", cujo objeto: Aquisição de medicamentos para a Gerência de Bens Regulares (GEBER). ADQUIRIR OS ITENS: MENOR PREÇO: Itens: 02, 10 e 16. COTAÇÃO ÚNICA: Itens: 12 e 17. CONSIDERAR NÃO COTADOS: Itens: 01, 04, 05, 06, 07, 08, 11, 14, 15 e 19. DESCLASSIFICAR OS ITENS DAS EMPRESAS, CONFORME DISCRIMINADO: Por apresentar preço excessivo (Art. 48, Inciso II, da Lei 8.666/93 e Alterações): Medicinali Produtos para Saúde Eireli – ME – Itens: 03 e 13. Soma/SC Produtos Hospitalares Ltda – Item: 09. Por não atender ao item 8.1.4 – "c" do cap. 08 do edital (Art. 48, Inciso I, da Lei 8.666/93 e Alterações): Ciamed Distribuidora de Medicamentos Ltda - Filial – Item: 18. EMPRESAS VENCEDORAS: Alminhama Comércio e Representação Ltda – Item: 16. Asli Comercial Eireli – Item: 10. Cirúrgica Santa Cruz Comércio de Produtos Hospitalares Ltda. – Item: 02. Citopharma Manipulação de Medicamentos Especiais Ltda – Item: 17. Victória Comércio de Produtos Hospitalares Ltda. – Item: 12. CIG: SES 2020AS002537. Cod. Mat.: 723335

A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/FES. Dispensa de Licitação 399/2021 – SES 148368/2020 – CIG/SES 2021AS001770. Objeto: Aquisição de OPME para HDWC, HGCR, HUG e HRSJ. Justificativa e Fundamento: artigo 24, IV da Lei nº 8.666/93. Fornecedor: BR Medical Ltda – CNPJ 06.196.809/0001-17. Valor total da DL R\$ 56.702,00.

Cod. Mat.: 723392

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA - PM/SC
DIRETORIA DE APOIO LOGÍSTICO E FINANÇAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 0001/2021 - menor preço por Item. Objeto: Serviços Veterinários e Medicamentos para canil da PMSC. Início da entrega de propostas: às 08:00 horas do dia 04/03/2021. Fim da entrega de propostas: às 13:30 horas do dia 18/03/2021. Abertura da sessão: a partir das 13:30 horas do dia 18/03/2021. O Edital e seus anexos estão disponíveis no site <http://www.portal-decompras.sc.gov.br>. Informações sobre o edital serão prestadas através do e-mail licita@pm.sc.gov.br, ou no seguinte endereço: Avenida Rio Branco, nº 1064, CEP 88015-204, Bairro Centro, Florianópolis/SC, no horário das 00:00 às 00:00, em dias úteis. Processo SGP-e: PMSC 00063325/2020. GGG: 2020AS001902. Cod. Mat.: 723399

FUNDO DE MELHORIA DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE SANTA CATARINA

AVISO DE SUSPENSÃO SINE DIE

O Corpo de Bombeiros Militar - CBM/SC - Fundo de Melhoria comunica que, em razão de problemas no trâmite do processo licitatório na modalidade de Pregão Eletrônico nº 0003/2021, que tem por objeto Aquisição de mobiliário para o Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina, unidade de Igará para o Corpo de Bombeiros Militar - CBM/SC - Fundo de Melhoria e, em função do que determina a legislação em vigor, DETERMINA A SUSPENSÃO SINE DIE do envio das propostas e abertura da referida licitação. Processo SGP-e: 25667/2020. Protocolo CIG SGP-e: 2021AS001007. Cod. Mat.: 723246

Fundações Estaduais

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 249/2021.

Objeto: Renovação de 01 (uma) assinatura, na modalidade Combo Light Revista Final de semana e digital, anual, do Jornal "A NOTÍCIA" com uma entrega semanal e 03 (três) acessos digitais para a Biblioteca Setorial e Assessoria de Imprensa do CCT. Valor: R\$ 733,00. Fornecedor: NC COMUNICAÇÕES S.A. Fundamentação: Art. 25, caput da Lei 8.666/93. Joinville, 24 de fevereiro de 2021. Marcos Fergutz – Diretor da UDESC Joinville.

Cod. Mat.: 723199

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA
- REITORIA

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 0498/2021 - menor preço por Item. Objeto: Aquisição e aplicação de Vacina Influenza Tetravalente para imunização dos servidores da UDESC. Início da entrega de propostas:

às 14:00 horas do dia 04/03/2021. Fim da entrega de propostas: às 14:00 horas do dia 18/03/2021. Abertura da sessão: a partir das 14:00 horas do dia 18/03/2021. O Edital e seus anexos estão disponíveis no site www.portaldecompras.sc.gov.br. Informações sobre o edital serão prestadas através do e-mail licita@udesc.br, ou no seguinte endereço: Avenida Madre Benvenuta, nº 2007, CEP 88035-001, Bairro Itacorubi, Florianópolis/SC, no horário das 13:00 às 19:00, em dias úteis. Processo SGP-e: UDESC 00004679/2021. Cod. Mat.: 723361

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 79/2021. Objeto:

Aquisição de 30 sacas (20 Kg) de Ração AUTOCLAVÁVEL para ratos, camundongos e hamsters, que serão utilizados nas atividades de ensino e pesquisa aos animais de laboratório do CAV/UDESC. Valor: R\$ 5.370,00. Fornecedor: QUINTIA SA. Fundamentação: Art. 25, inciso I da Lei 8.666/93. Lages, 02 de março de 2021. Clóvis Eliseu Gewehr – Diretor Geral CAV/UDESC

Cod. Mat.: 723396

Economias Mistas

Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN Procedimento Licitatório n. 011/2021 Objeto: AQUISIÇÃO DE EPIS PARA TODAS AS UNIDADES DA CASAN / AQUISIÇÃO DE EPIS PARA TODAS AS UNIDADES DA CASAN. Abertura das Propostas dia 16/03/2021 às 9h e Sessão de Disputa dia 16/03/2021 às 14h. Edital disponível em www.casan.com.br. Informações: licitacoes@casan.com.br. Diretoria Administrativa.

Cod. Mat.: 723337

CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A

AVISO DE LANÇAMENTO DE LICITAÇÃO Pregão Eletrônico nº

21/00089. Objeto: Contratação de empresa para realizar os serviços de comerciais em unidades consumidoras do grupo B, realizados por equipes compostas por dois eletricitistas na abrangência da Unidade do Núcleo Grande Capita – Lote único conforme condições, equipamentos, quantidades, locais e exigências estabelecidas neste instrumento, de acordo com as especificações técnicas, constantes do Termo de Referência (Anexo I). Recebimento das propostas: até às 9h do dia 30/03/2021. Local da sessão de lances: www.licitacoes-e.com.br Informações adicionais: pregoeiro@celesc.com.br Edital: no site www.celesc.com.br - link "Fornecedores".

AVISO DE LANÇAMENTO DE LICITAÇÃO - Procedimento de

Licitação Eletrônico nº 21/00100. Objeto: Contratação de empresa para a execução das obras de engenharia para substituição das estruturas nº 69, 70 e 71 da LD 138Kv Herval D'Oeste – Videira de acordo com as especificações técnicas, constantes do Termo de Referência (Anexo I). Recebimento das propostas: www.licitacoes-e.com.br até 9h do dia 30/03/2021. Informações adicionais: e-mail: dvlt@celesc.com.br. Edital no site www.celesc.com.br - link "Portal de fornecedores".

AVISO DE ADITAMENTO DE LICITAÇÃO - Pregão Eletrônico

nº 21/00023. Objeto: Contratação de empresa para execução de serviços de comissionamento e ajustes técnicos para energização e funcionamento inicial de equipamentos de Subestações de energia elétrica, nas tensões de até 138 kV, na área de concessão da Celesc Distribuição S.A. Aditamento: www.celesc.com.br - link "fornecedores". Dúvidas: pregoeiro@celesc.com.br.

Cod. Mat.: 723329

EPAGRI – Emp. de Pesquisa Agropec. e Extensão Rural de SC. **Aviso de Licitação: Edital nº 0008/2021** Modalidade: **Pregão Eletrônico**. Tipo: **Menor Preço**. Objeto: **EXCLUSIVO PARA ME/ EPP**: Serviço de manutenção corretiva em estufas agrícolas com fornecimento de materiais para a Epagri - Centro de Pesquisa para Agricultura Familiar – CEPAF/SC. **Recebimento das propostas:** 03/03/2021 até 29/03/2021 às 9h. **Abertura das Propostas:** 29/03/2021 às 9h. **Início da sessão de disputa de preços:** 30/03/2021 às 9h. O Edital e seus anexos estão disponíveis no site www.portaldecompras.sc.gov.br. Informações sobre o edital serão prestadas através do e-mail: licitacao@epagri.sc.gov.br, ou no endereço: Rod. Admar Gonzaga, nº 1.347, Itacorubi, Florianópolis/SC, ou através do telefone: (48) 3665-5384. **Aprovação GGG 2021AS001700**. Florianópolis, 02 de março de 2021. Giovanni Canola Teixeira, Diretor.

Cod. Mat.: 723410

EPAGRI – Emp. de Pesquisa Agropec. e Extensão Rural de SC. **Aviso de Licitação: Edital nº 0013/2021** Modalidade: **Pregão Eletrônico**. Tipo: **Menor Preço**. Objeto: **EXCLUSIVO PARA ME/ EPP**: Aquisição de pneus novos e câmaras de ar para as unidades da Epagri de Videira e Caçador/SC. **Recebimento das propos-**



**ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

DESPACHO
DE: DLIC
Para: SGA
<p>Em atendimento ao Despacho da Superintendência de Gestão Administrativa (SGA), encaminhamos as documentações: termos de referências, editais, dispensas de licitações, contratos, atas de registros de preços, ordens de fornecimento, acerca das contratações citadas no referido despacho.</p>
<p>Atenciosamente, Valéria Santos de Lima</p>
23/06/2021



Assinaturas do documento



Código para verificação: **093UL6LJ**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



VALÉRIA SANTOS DE LIMA em 23/06/2021 às 15:06:41

Emitido por: "SGP-e", emitido em 13/07/2018 - 15:13:11 e válido até 13/07/2118 - 15:13:11.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U0VTXzcwNTIfMDAwODg5NzNfOTAzNTfhfMjAyMV8wOTNVTDZMSg==> ou o site

<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SES 00088973/2021** e o código **093UL6LJ** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
GABINETE

OFÍCIO Nº 2428/2021

Florianópolis, 29 de junho de 2021.

Senhor Presidente,

Em atenção ao Ofício nº 1455/2021-CPIPANDEMIA (SES 88973/2021), solicitando o envio das informações citadas no REQUERIMENTO nº 396/2021 proveniente do Senador Eduardo Girão a fim de fiscalizar os recursos da União repassados ao Estado de Santa Catarina para as ações de prevenção e combate à Pandemia da Covid-19, encaminhamos manifestações das áreas técnicas competentes prestando os esclarecimentos pertinentes:

- Diretoria de Licitações e Contratos (Despacho DLIC e anexos);
- Coordenação do Fundo Estadual de Saúde (Informação nº 038/2021 e notas fiscais anexas);
- Gerência de Bens Regulares (Despacho GEBER e Guias de Entrada anexas).

Atenciosamente,

André Motta Ribeiro
Secretário de Estado da Saúde
(assinado digitalmente)

Ao Senhor
OSMAR AZIZ
Senador e Presidente da CPI da Pandemia
Senado Federal
Brasília – DF

Red. GABS/ALTK

Rua Esteves Júnior, 160 – 7º andar, Centro – Florianópolis / SC - 88.015-130
Telefones: (48) 3664-8847 / 3664 8848
E-mail: apoio@saude.sc.gov.br



Assinaturas do documento



Código para verificação: **EF8M8J82**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



ANDRÉ MOTTA RIBEIRO em 30/06/2021 às 10:57:11

Emitido por: "SGP-e", emitido em 13/05/2021 - 18:41:36 e válido até 13/05/2121 - 18:41:36.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U0VTXzcwNTIfMDAwODg5NzNfOTAzNTfhfMjAyMV9FRjhNOEo4Mg==> ou o site <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SES 00088973/2021** e o código **EF8M8J82** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.